

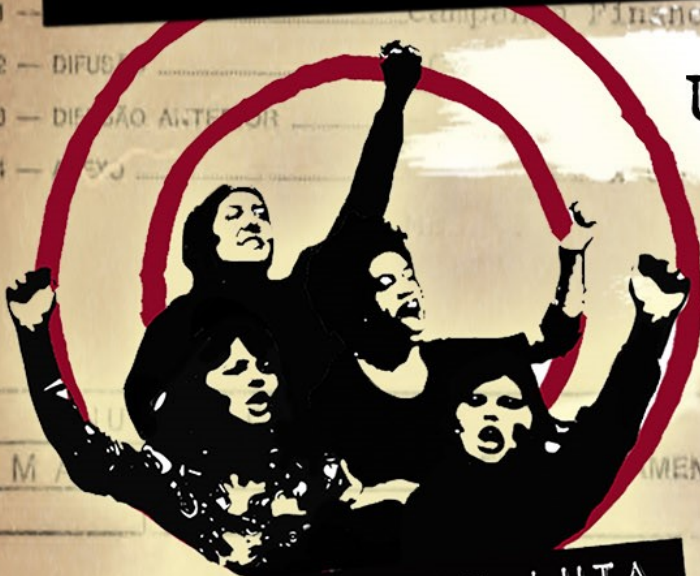
CONFIDENCIAL

IV JORNADAS DO LEGH

UFSC - C.F.H.

21 e 22 de novembro

- 2019 -



MULHERES DE LUTA

* Anais eletrônicos *





Cristina Scheibe Wolff

Jair Zandoná

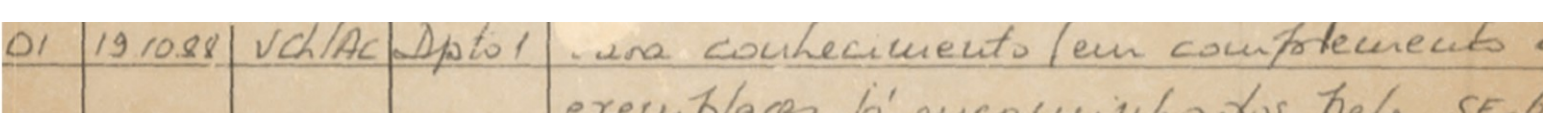
(org.)

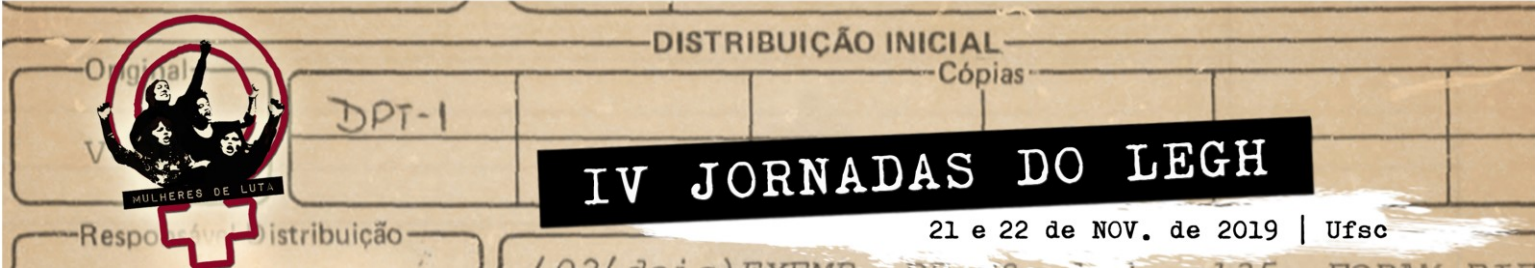
IV JORNADAS DO LEGH: ANAIS ELETRÔNICOS

1. ed.

Florianópolis, UFSC

2020





Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

J82q Jornadas do LEGH (4. : 2019 : Florianópolis, SC)
IV Jornadas do LEGH [recurso eletrônico] : anais eletrônicos / 4. Jornadas do LEGH, organização, Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : LEGH/UFSC, 2020.
477 p. : il., gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: <https://jornadasdolegh.cfh.ufsc.br/>

Evento promovido pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História, realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

ISBN 978-65-80460-83-0

E-book (PDF)

1. Mulheres – História. 2. Relações de gênero. 3. Feminismo.
4. Sexualidade. 5. Ditadura – Cone Sul. I. Wolff, Cristina Scheibe.
II. Zandoná, Jair. III. Título.

CDU: 396

Elaborado pela bibliotecária Dênira Remedi – CRB 14/1396

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

01 | 19/10/2018 | VCH/AC | Dpto 1 | para conhecimentos (em computadores e
exemplares já encaminhados pelo SE-6



DISTRIBUIÇÃO INICIAL
Cópias

DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Realização

Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Apoio

Instituto de Estudos de Gênero (IEG)
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)
Programa Institucional de Internacionalização (PRINT)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação geral

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Arte e diagramação

Elaine Schmitt

Comissão científica

Coordenadora

Profa. Dra. Joana Maria Pedro

Ana Maria Marques

Ana Maria Veiga

Anamaria Marcon Venson

Cintia Lima Crescêncio

Cláudia Regina Nichnig

Elizabete Espíndola

Gilmária Salviano Ramos

Gleidiane de Sousa Ferreira

Jair Zandoná

Jaqueline A. Martins Zarbato Schmitt

Lorena Zomer

Morgani Guzzo

Paulo Souto Maior

Rafael Araújo Saldanha

Rejane Jardim

Silvana Maria Pereira

Soraia Carolina de Mello

Tânia Regina Zimmermann

Vera Gasparetto

01 19/10/88 VCH/AC Dpto 1 para conhecimentos (em computadores) exemplares já encaminhados pelo SE-6



DISTRIBUIÇÃO INICIAL

Cópias

DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Comissão organizadora

Allana Letticia dos Santos
Alina Nunes
Aluá Faria Bassi
Athaysi Colaço
Camila Durães Zerbinatti
Cristina Scheibe Wolff
Elaine Schmitt
Henrique Cintra
Isa Maria Moreira Liz
Isadora Durgante Konzen
Ivette Sonora Soto
Jair Zandoná
Janine Gomes da Silva
Joana Maria Pedro
Jorge Luiz da Silva Alves
Lara Lucena Zacchi
Laiza Fuckner
Laura Carvalheira
Leticia Portella
Linaia de Vargas Palacio
Luana Balieiro Cosme
Luisa Dornelles Briggmann
Luiz Augusto Possamai Borges
Maria Adaiza Lima Gomes
Mateus Gustavo Coelho
Morgani Guzzo
Nayara de Lima Monteiro
Silvana Maria Pereira
Vera Gasparetto

01 19/10/88 VCH/AC Dpto 1 para conhecimento (em conformidade com o estatuto) e exemplares já encaminhados pelo SE-6



DISTRIBUIÇÃO INICIAL
Cópias

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Sumário

APRESENTAÇÃO

Cristina Scheibe Wolff

“LARGO OU NÃO LARGO A CANETA”? SUBJETIVIDADES DE UMA ESCRITORA CENSURADA PELO REGIME CIVIL-MILITAR

Adriana Fraga Vieira

DA IMAGEM E DO CORPO: MARIA ANTONIETA ENTRE A PELE E AS PENAS

Adriel Dalmolin Zortéa

“UMA MÁQUINA REVOLUCIONÁRIA ACABOU DE SER LANÇADA!”: USOS FEMINISTAS DO VÍDEO NOS ANOS 1970 E 1980

Alina Nunes

MULHERES EM AÇÃO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO DENTRO DA MILITÂNCIA DE RESISTÊNCIA À DITADURA

Allana Letticia dos Santos

Sarah Pinho da Silva

TERRORISMO DE GÊNERO: A ARTE COMO MÁQUINA DE GUERRA

Ana Paula Jardim Martins Afonso

“HOMEM E MULHER OS CRIOU”: GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICA NA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA

André Luís da Rosa

Javier Ignacio Vernal

FEMINISMO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: BERTHA LUTZ E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Anna Clara Granado

CLIO SAI DO ARMÁRIO: ENSINO DE HISTÓRIA E AS SEXUALIDADES DISSIDENTES

Assis Felipe Menin

Miriam Pillar Grossi

O ESCREVER-SE NAS TELAS: A SUBJETIVIDADE NA OBRA DE ADELIA SAMPAIO

Bárbara Brognoli Donini

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LÉSBICA NA CANÇÃO AMOR VERDADE DE MARIA BERALDO

Bianca Aparecida Gaviolli da Cunha

MULHER NA CIÊNCIA E NA TECNOLOGIA: UM RELATO DA ESCOLA

Bianca Franchini da Silva

Samara Laís Zimmermann

MUJER CON MUJERES: DIÁLOGOS ENTRE MOVIMENTOS DE MULHERES NA REDEMOCRATIZAÇÃO URUGUAIA (1985-1986)

Bruna da Rosa Mattos

RASTREAR A HISTORICIDADE DA CATEGORIA INAUDIBILIDADE

Camila Durães Zerbinatti

19/10/88 VCH/AC Dpto 1 ... conhecimento (em computadores)
exemplares lá encontrados pelo se



DISTRIBUIÇÃO INICIAL
Cópias

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

POÉTICAS E RELAÇÕES INTERAMERICANAS A PARTIR DA OBRA DE NÉLIDA AURORA OVIEDO (ARGENTINA-BRASIL, ANOS 1950-1960)

Caroline Aparecida Guebert

“MAMÃE ME PROTEGE MAS NÃO EXAGERA”: HUMOR, RELAÇÕES DE GÊNERO E MASCULINIDADE NA COLUNA THE SUPERMÃE DA REVISTA CLAUDIA (1970-1985)

Cintia Lima Crescêncio

“O LAR IDEAL”: AMBIGUIDADES DE UMA MULHER ADVENTISTA NA VIDA POLÍTICA

Daniel Fernandes Teodoro

Lucas Almeida dos Santos

LEOLINDA DALTRO: “SANTA AUREOLADA” À MULHER DO DIABO”, MEMÓRIAS DE UMA “MISSÃO MAIS QUE ESPINHOSA!”

Elaine Cristina Florz

POSSIBILIDADES ENTRE FOTOJORNALISMO E FEMINISMO DESDE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Elaine Schmitt

Cristina Scheibe Wolff

NEOBARROCO, DITADURA E O QUE NOS DIZEM *AS MENINAS*, DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Elton da Silva Rodrigues

FOTOGRAFIA E FADAS: O CASO DAS FADAS DE COTTINGLEY

Everson Antunes Costa

VOGUE: LINGUAGEM E POTENCIALIDADES

Henrique Cintra Santos

IMAGENS DE PAZ E LIBERDADE NOS IMPRESSOS DE MULHERES (1974-1979)

Isabela Marques Fuchs

MARIBLANCA SABAS ALOMÁ: PROTAGONISTA Y VOZ DEL FEMINISMO CUBANO

Ivette Sonora Soto

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REVISITANDO A PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA (PCSC 2014)

Jaqueline Pelozato

ENTRE O DIVINO E O FEMININO: A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE AIMEE SEMPLE McPHERSON (1890-1944)

Joana Gondim Garcia Skrusinski

PARA ALÉM DA COLONIALIDADE ACADÊMICA: RELAÇÕES UNIVERSIDADE-SOCIEDADE E O ATIVISMO INTELLECTUAL DE DJAMILA RIBEIRO

Jocieli Decol

GÊNERO E ENSINO: PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES NO PARANÁ (1970-1980)

Jorge Luiz Zaluski

DEVE OU NÃO A MULHER TRABALHAR? CLARICE LISPECTOR EM ENTREVISTA PARA A REVISTA A ÉPOCA (1941)

Kaoana Sopelsa

19/10/88 VCH/AC Dpto 1 ... conhecimento (em computadores)
exemplares lá encontrados pelo se



DISTRIBUIÇÃO INICIAL
Cópias

DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS: MARCAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA DITADURA EM TESTEMUNHOS DE MULHERES

Lara Lucena Zacchi

MULHERES SEM NOME: REFLEXÕES SOBRE INVISIBILIDADE E MULHERES INDÍGENAS EM FONTES ESCRITAS

Laura Oeste

MARCOS IDENTITÁRIOS E O CONCEITO DE “MULHER” NO PROJETO EDITORIAL DE BRASIL FEMININO

Linaia de Vargas Palacio

MULHERES QUADRINISTAS BRASILEIRAS NO GÊNERO DE FANTASIA

Luana Balieiro Cosme

AS MILITÂNCIAS FEMINISTAS DAS MÃES DA *PLATAFORMA CIENTISTA QUE VIROU MÃE*: SUJEITOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Luana Borges Lemes

AMAR EM TEMPOS DE ÓDIO É UM ATO REVOLUCIONÁRIO: CASAIS MILITANTES NA DITADURA BRASILEIRA

Luísa Dornelles Briggmann

ENTRE LUTAS, AFETOS E EMOÇÕES NO BRASIL: MOVIMENTOS DE LIBERAÇÃO HOMOSSEXUAL (1964-1985)

Luiz Augusto Possamai Borges

Jair Zandoná

ONDE RESIDE O PROBLEMA DO ABORTO?

Mateus Gustavo Coelho

MILITÂNCIA FEMININA NA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO A PARTIR DE NILCE DE AZEVEDO CARDOSO E DILMA ROUSSEFF

Milena Rosa Araújo Ogawa

Camila de Almeida Silva

REZADEIRAS, ERVEIRAS E PARTEIRAS DO CARIRI: O FIO DECOLONIAL TECEDOR DAS PRÁTICAS DE CURA-NASCER NA AMÉRICA LATINA

Nayara de Lima Monteiro

ENTRE ROSAS E MARIAS: A RESISTÊNCIA FEMININA NAS CORRESPONDÊNCIAS DO ACERVO JORGE AMADO

Roberta de Fátima Martins

MULHERES NEGRAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS: CONFIGURAÇÃO DE OUTROS CORPOS

Rosana Vargas

Sílvia Regina Teixeira Christóvão

KÜMEDUNGUN: TRAJETÓRIAS DE VIDA E A ESCRITA DE SI DE MULHERES POETAS MAPUCHE

Valentina Paz Bascur Molina

19.10.88 VCH/AC Dpt 01 ... conhecimento (em computadores)
exemplares de encadernados de...



DISTRIBUIÇÃO INICIAL
Cópias

DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

APRESENTAÇÃO

Este volume contém os textos completos dos trabalhos efetivamente apresentados na IV Jornadas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Este evento foi pensado com dois grandes objetivos: ser um momento de apresentação das pesquisas da equipe do LEGH e de reunião de pesquisadoras que já passaram pelo LEGH em outros momentos, seja em seus estudos de graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, mas também um momento de discussão e reflexão entre pesquisadoras e pessoas interessadas nas temáticas do gênero e do feminismo por uma perspectiva histórica. No momento em que vivemos, quando os estudos de gênero estão na berlinda de muitos conflitos, este evento adquire grande importância, pois demonstra nossa resistência frente a todas as pressões que as estudiosas do gênero e as ativistas feministas e LGBTQs têm sofrido. Vamos continuar a fazer gênero, a fazer história com perspectiva de gênero, a pesquisar e debater sobre as desigualdades, preconceitos, e as interseccionalidades entre gênero, classe, raça, etnia, religiosidades, gerações.

Nestas jornadas o tema principal foi “Mulheres de Luta”, pois aproveitamos este evento para o lançamento dos resultados de uma grande pesquisa coletiva que envolveu muitas pessoas do LEGH e também de várias outras universidades. O projeto “Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” foi realizado entre novembro de 2016 e outubro de 2019, com apoio do Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais, da CAPES¹. O projeto, interinstitucional e interdisciplinar, teve como objetivo central analisar o feminismo percebendo a especificidade da sua constituição enquanto movimento social e conjunto de ideias no Brasil no período da ditadura e suas interfaces com as organizações e movimentos de enfrentamento da ditadura: partidos, organizações armadas, movimentos de familiares de presos e desaparecidos, grupos de exiladas/os, entre outros movimentos. O projeto teve como resultados concretos um livro e um webdocumentário, lançados durante as Jornadas e disponíveis em: <http://mulheresdeluta.ufsc.br/>.

As mesas-redondas, a conferência e os Simpósios Temáticos das IV Jornadas do LEGH refletiram em certa medida as pesquisas que temos realizado no Laboratório e abrem diálogos com parceiras de vários lugares. A conferência do historiador francês Luc Capdevila, possibilitada por sua vinda como Professor Visitante para o PRINT-CAPES/PPGICH, refletiu uma pareceria de muitos anos com a Universidade Rennes 2, na França, através de um convênio que já possibilitou muitas trocas. Nas mesas, além de várias pesquisadoras que já participaram do LEGH, foram constituídos por parceiras do Cone Sul e de outros estados. Os textos completos resultantes das apresentações realizadas nos Simpósios Temáticos, como se pode ver nas páginas que seguem, tem uma grande amplitude temática, dentro dos estudos de gênero com perspectiva histórica.

Estas Jornadas foram possíveis graças ao trabalho coletivo, como se vê na nossa comissão organizadora. Todas essas pessoas colocaram a mão na massa: nos resumos, nas inscrições, nos banners e materiais que circularam na internet, na configuração da programação, no espaço físico. Os

¹ Este projeto foi contemplado pelo Edital 12/2015 Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), do Programa “Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais”, Processo 88887.130836/2016-00, sob coordenação geral de Cristina Scheibe Wolff.

19/10/88 VCH/AC Dpt 01 ... conhecimento (em computadores)
exemplares lá ...



DISTRIBUIÇÃO INICIAL

Cópias

DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

debates, encontros e resultados dessas jornadas se devem a esse trabalho intenso, comprometido e amoroso e que, por fim, se materializam nos anais do encontro.

Agradecemos também à UFSC, ao PRINT/CAPES/PPGICH, e à CAPES através do Programa de Auxílio a Eventos no País (PAEP).

Vamos continuar a luta que é de todas, todos, todes.

Cristina Scheibe Wolff

Coordenadora da IV Jornadas do LEGH

19.10.2019 VCH/AC Dpto 1 ... conhecimento (em computadores)
exemplares da reunião ...



“LARGO OU NÃO LARGO A CANETA”? SUBJETIVIDADES DE UMA ESCRITORA CENSURADA PELO REGIME CIVIL-MILITAR

Adriana Fraga Vieira¹

Resumo: Adelaide Carraro tornou-se escritora em 1963 com uma autobiografia política polêmica envolvendo o ex-presidente Jânio Quadros. O sucesso comercial tornou-se estímulo para outras produções literárias cujos títulos incendiavam a imaginação e a curiosidade de leitoras/es, mas também chamando a atenção dos olhos vigilantes do poder censório. Escrevia temas fortes e sensíveis ligados a questões sociais e de gênero, seus enredos abordavam com recorrência a situação da mulher nas relações conjugais, na representação do corpo e expressão da sexualidade. Desse modo, a escritora passou a ser um alvo preferencial da Censura, que analisou oficialmente treze títulos, censurando alguns e deixando outros sem parecer nas gavetas esquecidos. O veto dos livros veio acompanhado de violências corporais e psicológicas, levando-a expressar o desejo de “largar a caneta”. Ser escritora era parte significativa de sua vida, ocupação que ia além da sobrevivência material para tornar-se suporte das subjetividades de uma existência carregada de traumas e conflitos. Adelaide transformou sua vida em um livro aberto, contínuo, porém não linear. Em capítulos ou narrativas curtas, em prefácios ou por meio da vida de muitos personagens, ela se deu a conhecer de diferentes maneiras e não escondia os processos de subjetivação que criava do mundo social no qual vivia. Essa literatura foi capaz de afrontar o regime civil-militar em um dos seus dogmas mais caros, a “defesa da moral e dos bons costumes”, e aqui leia-se a manutenção dos valores normativos de gênero e comportamento. Suas narrativas foram lidas pela censura a partir de uma perspectiva pornográfica, mas também pelo tom desabrido e os temas espinhosos que abordou. Por essas razões Adelaide foi marcada para censurar, de forma escandalosa, arbitrária e violenta. Este trabalho investiga as memórias marcadas e as subjetividades expressadas pela escritora diante da violência do Estado de exceção sobre sua vida e produção literária.

Palavras-chave: Adelaide Carraro. Literatura. Subjetividades. Memória. Censura.

A estreia de Adelaide no mundo da literatura foi contemporânea a implantação do regime civil-militar no Brasil em 1964. Conforme as discussões anteriores, foi também a partir de 1964 que uma série de objeções criadas pelo regime, através dos órgãos de censura, tiveram início. Relações tempestuosas carregadas de traumas e desgastes que a conduziram a uma nova tentativa de suicídio. Isso porque atrás de Falência das Elites, o primeiro livro vetado, enfileirou-se mais doze obras e criou nela uma perspectiva subjetiva de que escrever não era mais compensador, sentimento registrado em uma série de passagens e prefácios. Muitos dos prefácios escritos por Adelaide não se configuravam como textos preliminares de apresentação do livro, no lugar de narrar o que estava por vir, narrava subjetividades criadas pelo processo da escrita ou pelo desejo de largá-la. Passagens carregadas de sentimentos e emoções, do começo ao fim de sua produção literária ela expressou o quanto as dificuldades em manter-se como escritora a faziam pensar constantemente nessa opção:

Puxa, me sentia mesmo melancólica com o pouco que a minha carreira de escritora havia me oferecido. Que profissão ingrata, nossa! O melhor era completar o desejo

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: adrianaavcoan@gmail.com.

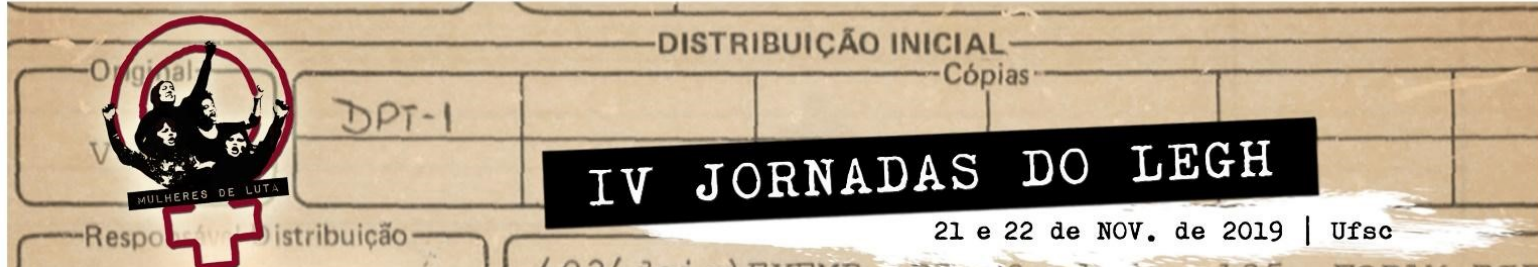


que nasceu, quando os meus 13 livros haviam sido apreendidos pela Polícia Federal no ano de 1971: mudar de profissão. (MAD, 1982, p. 8)

“Largar a caneta” era um sentimento transitório, para além da sobrevivência material, a escrita conferia sentido e estabilidade a uma existência carregada de turbulências. Foi a partir de 1971, em razão da perseguição da censura e das dificuldades financeiras criadas pelas apreensões, que o desejo floresceu, e mesmo quando a censura se abrandou, ela ainda externaria o quanto essa vontade ainda estava latente, embora não tenha de fato se concretizado. Antes de assumir uma existência efetiva em suas subjetividades o desejo de largar a escrita passou por um período de elaboração estimulado pela luta judicial em torno da liberação de Falência das elites, o primeiro livro censurado em 1964. Logo que publicou o livro o SCDP – Serviço de Censura às Diversões Públicas, iniciou um processo que culminou com o veto da obra. Minha hipótese é de que a polêmica que se instalou em torno de “Eu e o Governador” foi decisiva para acionar a censura sobre as publicações que se seguiram. É sintomático dessa vigilância o fato da Assembleia Legislativa de São Paulo ter instalado uma comissão parlamentar de inquérito, cuja finalidade seria investigar a veracidade dos fatos relacionados com a vida de conhecidos políticos paulistas narrados pela escritora no livro “Eu e o Governador” (Fatos e Fotos, PASSAES, 1963, p. 5).

Publicado no ano seguinte a instauração do inquérito, Falência das Elites foi censurada em 1964 antes de chegar às livrarias, e na ocasião o próprio editor se propôs a liberá-lo junto ao órgão censório. Mas uma nova decisão impôs outro veto em 1965 e o editor incumbiu a escritora de “salvar o livro”. Foram seis meses de uma contenda judicial que incluiu uma série de visitas aos órgãos censórios, e quando acontecia a escritora sentia medo e insegurança. Em uma dessas “visitas” “respondeu a trinta e poucas perguntas, duas ou três vezes, sempre as mesmas com homens diferentes [...]”. Quando o livro foi liberado e não tendo condições financeiras de pagar os honorários do Dr. João Bernardes ela ofereceu um jantar ao amigo como forma de agradecimento. Nesse encontro ele comentou como obteve a liberação do livro, “Adelaide eu falei aos militares a vida precária que a rodeava, falei de sua saúde e do modo como você foi criada em pequena. Isso contribuiu muito para a liberação” (GT, p. 92-93). A luta pela liberação de Falência das elites foi traumática e carregada de angústias, momento em que o suicídio foi mais uma vez considerado, segundo ela em “certa ocasião fiquei tão revoltada com tudo o que acontecia contra o meu direito humano que resolvi me dar em sacrifício em frente ao palácio da alvorada pela liberdade de pensamento” (PPD, 1975, p. 9). Ia suicidar-se em Brasília, dirigiu-se ao aeroporto, mas uma série de imprevistos mecânicos do avião e também climáticos atrasaram o voo, a família descobriu suas cartas a tempo de buscá-la no aeroporto e impedir o suicídio.

É no prefácio do livro seguinte, a terceira autobiografia publicada em 1966, que ela revela como processou toda a experiência em torno da primeira apreensão. Uma narrativa oportuna à reflexão sobre as relações estabelecidas entre a escritora e o regime político que a censurou. Nesse registro acompanhamos o desabafo e um certo espanto de uma escritora acerca da atividade censória, acreditando talvez tratar-se de uma situação insólita e episódica. Entretanto, a censura sobre as diversões públicas sempre esteve ativa no Brasil e não foi exclusiva do tempo que se seguiu ao ano de 1964, ela apenas se reestruturou para atender as demandas do novo regime político (FICO, 2004, p. 87). A decisão de compartilhar a experiência com os leitores liga-se a busca por apoio e empatia



em uma narrativa carregada de queixas sobre os abusos de poder por parte dos censores. A escritora não esconde o temor de um *deja vu* e desabafa:

Volto à liça literária com este meu terceiro livro, mal sabendo o que possa ocorrer. E isto porque sem ter nenhuma tendência política, sem estar filiada a qualquer partido, vi-me, de imprevisto, alvo do interesse particular da Polícia Política Estadual. De súbito, altos dignatários desta República resolveram preocupar-se com o que escrevo, com as minhas histórias e estórias. Sim, de modo inopinado, minha pena passou a ser nociva ao regime...(EMP, 1966, p. 15).

O discurso é dirigido “ao meu público leitor”, o tom é de indignação e lamento, o conteúdo é carregado de indagações sobre o interesse “imprevisto” e “inopinado” do regime sobre ela e suas escolhas literárias. Justifica aos leitores que só escreve o que toca sua sensibilidade e cujos exemplos proliferam por esses “Brasis à fora”. O desabafo não tarda a se expressar em tom de crítica, “Não sei quantas vezes tive de comparecer às repartições policiais, constrangida a responder a mil e uma perguntas néscias, pueris, algumas as mais disparatadas possíveis, sobre os episódios que havia escrito em falência das Elites” (EMP, p. 16). Em meio as pinceladas acusatórias a sugestão de que os censores são despreparados e ignorantes, de vez que os interrogatórios lhe pareciam despropositados e sem nexos. Buscando o amparo de um julgamento popular favorável a ela, já que sua literatura era voltada a esse segmento, a escritora se empodera para rechaçar perante a opinião pública, um a um, os argumentos dados pelos censores ao veto de “Falência das Elites”. O parecer que vetou Falência das Elites não partiu de uma investigação do Departamento de Censura ou da exigência de submissão prévia a publicação da obra. Em 1965 a censura prévia aos livros ainda não existia, só seria instituída em 1970 pelo decreto-lei 1077/70, e mesmo assim não era através dessa prática que a grande maioria dos livros era vetada. Marcelino destaca uma quantidade significativa de vetos que nasceram de investigações efetuadas no âmbito da polícia federal, enquanto muitos outros de missivas e/ou pedidos diretos ao Ministro da Justiça (2011, p. 97). E mesmo com o aumento do número de censores, na prática, a censura prévia de toda a atividade editorial publicada era inexecutável. Portanto, “a maior parte da atividade da censura em relação a livros, dava-se, na prática, por denúncias” (REIMÃO, 2011, p. 30-31). Foi o que aconteceu com o livro Falência das Elites.

Na justificativa dos censores, a sexualidade e o racismo eram inapropriados ao público, mas o veto surgiu, de acordo com a escritora, em razão de uma denúncia. Adelaide alega que um banqueiro e ex-deputado federal de Belo Horizonte sentindo-se representado dentro da narrativa solicitou a interdição do livro ao ministro da justiça Milton Campos, de quem era amigo pessoal. Carregada de revolta e repúdio, acreditando que ainda era possível exercer a liberdade de expressão, ela acrescenta que “[...] com relação ao banqueiro que vestiu a roupa do meu personagem, tenho aqui a férrea vontade de repetir a célebre frase de Eça de Queirós, quando soube que um pobre coitado, em Lisboa, alardeava que fora retratado num dos seus livros: “peço-lhe o favor para se retirar do meu personagem” (EMP, 1966, p. 21).

A escrita impositiva, sarcástica e cheia de coragem não é capaz de esconder o medo e receio de que seu terceiro livro autobiográfico também receba o mesmo tratamento, “talvez este volume também seja apreendido, amordaçado, proibido de circular e o novo ministro da justiça, envolto na sua toga de magistrado infalível, proprietário exclusivo da verdade, desça do seu augusto pedestal



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

para tratar do novo livro da modesta Adelaide Carraro” (EMP, 1966, p. 21-22). A escritora finaliza o prefácio compartilhando com os leitores o desejo de um Brasil democrático no qual “um dia, quando pudermos desatar a língua, sem restrições odiosas, talvez possa narrar a história escabrosa de todos os processos inquisitoriais que me infligiram [...]”. Uma história “dolorosa” que ela um dia desejaria publicar “[...] nas livrarias de meu país, descomplexado, liberto e tolerante” (EMP, p. 23). Mas essa relação “dolorosa” e cheia de encontros com a censura estava apenas começando.

Era onze de junho de 1970 quando três homens fardados estacionaram o carro em frente à casa de Adelaide no momento em que ela depositava o lixo na rua. Ao ser solicitada a confirmar sua identidade, “a garganta secou, o coração acelerou, as pernas bambearam e os braços amoleceram, fazendo com que as latas de lixo voltassem para o cimento cinzento e feio” (GT, 1971, p. 29). Foram segundos que em sua percepção durou horas, e ela foi “convidada” a acompanhá-los. Neste dia, passou muitas horas esperando e observando o movimento dos vários ambientes que compunham o local da polícia federal. E enquanto aguardava, as emoções se alternavam, sentia-se como “objeto inanimado” porque sua presença parecia invisível, sensações de “pânico” e “abatimento moral” (GT, 1971, p. 48), “mãos suadas e frias” (GT, 1971, p. 47). Conduzida a um porão foi questionada pelo agente federal se estava com medo, ela responde que “não é medo não; é que o meu espírito não consegue entrar em si. Então a aparência fica assim pálida e apática” (GT, p. 110). Ele insiste na pergunta, ela confirma a resposta, enquanto suas memórias retornam ao passado, precisamente ao período em que lutou contra a tuberculose, “[...] me recordei que nunca tivera medo de nada. Sempre fora muito corajosa [...]” (GT, 1971, p. 110).

A estada de Adelaide nas dependências da polícia federal parece ter sido envolvida em uma espécie de ritual combinado para desestabilizá-la emocionalmente e provocar, se não o desejo de largar a caneta, mas um comedimento nos temas abordados. Ao chegar em casa, chorou compulsivamente, jurando que “nunca mais pegaria em uma caneta para escrever o que quer que fosse” (GT, 1971, p. 158), sentimento efêmero logo substituído pela iniciativa de uma escritora que se pôs em ação para escrever outra autobiografia intitulada “Gente – O dia em que fui presa”. Essa narrativa nasceu da experiência de estar sob a tutela da polícia federal naquele onze de junho de 1970, organizada em forma de contos não aborda aspectos e detalhes que pudessem levar o livro ao veto. No lugar de denúncias contra a Censura e a Polícia Federal, ela narra as memórias daquele dia envolvendo pessoas e experiências do passado. Na sucessão das horas que compunham os intervalos entre os interrogatórios, ela mergulhou no passado em busca de memórias felizes.

Mergulhando no passado e transformando-se em uma escafandrista do eu, conseguiu criar um mundo particular para lidar com a tortura psicológica, fugir daquele ambiente hostil e das sensações desagradáveis que o acompanhavam. A imersão não foi contínua, precisou submergir muitas vezes para o presente quando os federais a requisitavam, e nesses momentos, ainda que em breves pinceladas foi capaz de revelar muitas das subjetividades que nasceram dessa experiência traumática. Os que compraram o livro estimulados pelo título que anunciava possíveis revelações e acusações contra a censura e os federais, acabaram decepcionados. Sobre a postura do Chefe da Censura, Dr. Lins, que a interrogou por seis horas, diz que “[...] fora bom e delicado” (GT, 1971, p. 160) e quando relembra da apreensão de falência das elites anos antes, diz que na polícia sempre fora tratada “maravilhosamente” (GT, 1971, p. 85). A narrativa através de contos memorialísticos sem relação



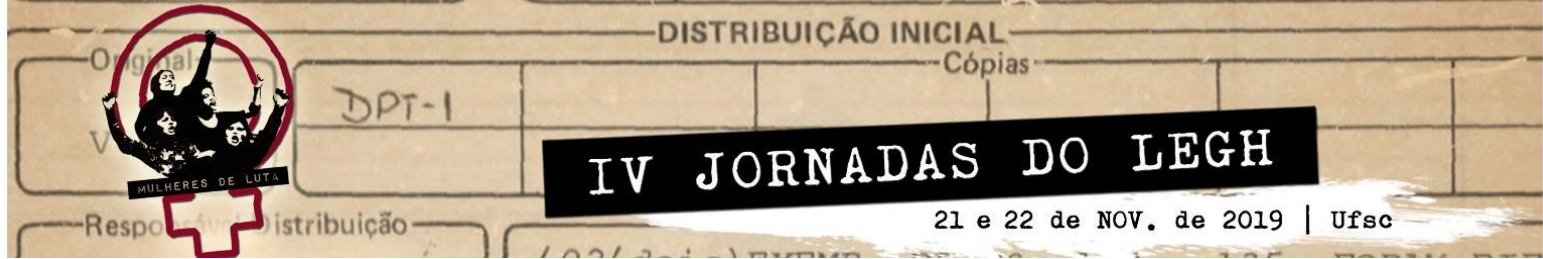
direta com a prisão ou a censura, os comedimentos e elogios aos federais constituem-se em um conjunto de estratégias destinadas a tornar sua nova autobiografia inocente aos olhos da censura. Submetendo inclusive, por iniciativa própria, o livro ao parecer censório em 20 de janeiro de 1971.

O que quer que tenha ocorrido com a escritora naquele onze de junho de 1970 dentro das dependências da polícia federal, parece ter superado a apreensão de falência das elites anos antes em termos emocionais. Ter sido presa, interrogada e torturada psicologicamente extrapolou em muito os desgastes sofridos na relação com a censura entre 1964 e 1965 quando lutava pela liberação de Falência das Elites. Segundo ela foi a partir de 1971, “[...] quando me senti perseguida pela polícia federal por causa de meus livros e porque me consideravam comunista”, que a situação piorou. Queixou-se que “na época, qualquer banco que se assaltasse, qualquer bomba que explodisse, em qualquer lugar, então a federal ia à minha casa e lá ia eu prestar declarações, ficando detida o dia inteiro. Isto aconteceu várias vezes. Junto com as bombas, eis que começaram as apreensões dos meus livros [...]” (OPD, p. 8). Parte desse contexto foi relatado pelo jornalista Fernando Portela que a entrevistou em 1980:

E o seu carma, entre outras fatalidades, está caracterizado por desagradáveis encontros com a polícia. Durante o auge da censura e da guerrilha urbana, nos tempos do governo Médici, Adelaide foi detida 15 vezes e passou duas noites na cadeia. A polícia política, que sempre confunde imoral com subversivo, ou por não conseguir prender guerrilheiros, ia sempre buscar dona Adelaide, que chegou a ser espancada (Hoje, muito revoltada ainda, ela mostra um corte na orelha) e a testemunhar torturas. Logo ela, que de política não entende nada. Viu o cantor Geraldo Vandré sangrando pelo nariz, quase morto de apanhar. Foi apresentada a uma “máquina de quebrar ossos”. E participou de várias passeatas: enquanto comunistas, socialistas, anarquistas protestavam contra o regime, ela protestava contra a apreensão dos seus livros. Até hoje não percebe bem que entre ela e aqueles estudantes, com que foi dispersada a cassetete, bomba de gás lacrimogêneo e cavalaria, nada havia em comum, profundamente. (Revista Stylus, 1980, p. 97)

Nesse relato o jornalista torna público detalhes de algumas das violências que a escritora sofreu no período, mas não só, é flagrante o esforço de uma narração voltada a retratar uma mulher ignorante sobre o clima político de sua época, alguém que se misturava as manifestações de esquerda sem de fato entender o que elas significavam. Representação carregada de preconceitos associados aos poucos anos de escolaridade de Adelaide e ao próprio desprezo da elite intelectual sobre sua produção. E a escritora se aproveitava de parte dessa representação para se proteger da ação dos censores, declarou que “nos interrogatórios me perguntavam mil coisas sobre política e eu nem sabia o que responder. Nunca pensei em escrever sobre política; não entendo disso. Nem sobre pornografia. Meus livros tratam de problemas sociais e sexo é um deles. (Revista Manchete, 1980, p. 120). Mesmo afirmando aos censores que era “apolítica” ela não escapou de detenções e apreensões dos livros.

Nesse contexto, as dificuldades de ordem financeira não tardaram a chegar, sobretudo entre 1971 e 1975, quando a censura mais a atingiu proibindo os livros mais vendidos e impedindo-a de sustentar “[...] 13 crianças e dezenas de cachorros (PORTELA, 1980, p. 97). Um novo estado depressivo surgiu e aflorou em suas subjetividades o desejo de suicídio, esboçados por duas vezes em momentos aflitivos anteriores, “e, com a morte martelando no meu cérebro, resolvi tomar trinta comprimidos de Meguelon” (OPD, p. 9). Onze anos depois, ela revelou que em 1971 estava com



“depressão nervosa”, diagnóstico psiquiátrico associado as pressões financeiras e a perseguição da censura. Naquela época, via e sentia imagens humanas desfiguradas e assustadoras durante o mês que precedeu ao suicídio, figuras do subconsciente que foram formadas em processos subjetivos complexos e traumáticos (MAD, 1982, p. 19). No romance “A Adúltera” a personagem principal também começa a ver figuras humanas monstruosas na aparência de alguns dos seus algozes, associando a maldade e a perseguição nesta forma de representação. Possivelmente a escritora fez tramitar em suas subjetividades o mesmo processo emocional, fruto de um contexto desestruturador da estabilidade psíquica que associou censores e policiais a figuras de terror, de uma presença contínua que anunciava diariamente a ela o sentimento de medo e insegurança. Poucos anos depois diria que fora “injustiçada pela censura” (Escrita, 1976, p. 4), cuja ação a “confunde” e dá “calafrios”, e que dos tempos mais duros e repressivos ela ainda “guarda mágoa” (Manchete, 1980, p. 120).

A intenção de suicídio naquele ano de 1971 foi precedida da escrita e endereçamento de quatro cartas, todas acabaram na mesa do departamento de polícia, e por isso, ainda no hospital, teve a prisão decretada por um dos investigadores. Logo que chegou a delegacia deparou-se com um frenesi de jornalistas que esperavam informações sobre o caso, isso porque uma das cartas foi endereçada ao presidente da República Emílio Médici. Outra carta enviou para o seu editor, uma para a família e a quarta à polícia federal. Nesse período Adelaide já era uma escritora conhecida, e a tentativa de suicídio acompanhada de uma carta ao presidente militar certamente não era uma boa associação perante a opinião pública, daí a razão do inquérito que a polícia instalou sobre o seu ato extremo. Após a tentativa de suicídio fracassada foi morar com a irmã, “[...] meu passatempo maior era ficar trancada no quarto, chorando, não queria receber visitas, não queria escrever, não queria nada” (QUEIROZ, 1980, p. 9), dormia com auxílio de sedativos e não se alimentava corretamente. O jornalista Hélio Siqueira, que trabalhava nos Diários Associados e era grande amigo de Adelaide, sugeriu que procurasse trabalhar em outra ocupação, talvez ligada à televisão.

Quando o nome de Sílvio Santos foi mencionado a escritora sentiu o coração bater mais forte, tinha o apresentador como ídolo e trabalhar com ele era como realizar um sonho, nos dias que se seguiram, enquanto aguardava uma resposta, ela voltou a se interessar pela vida e a cuidar da aparência (OPD, p. 9). Os primeiros encontros e tratativas entre Adelaide e Sílvio Santos foram marcados por uma série de promessas não realizadas que se estenderam por dois meses. Foi então que a escritora recorreu a uma amiga “forte” que trabalhava na Censura Federal, esta telefonou a esposa de Sílvio Santos, e em uma troca de favores Adelaide conseguiu o emprego em 16/06/1971 (OPD, p. 16-17).

Naquele tempo Sílvio Santos havia alugado a programação de domingo na TV Globo e as noites de quarta-feira da extinta TV Tupi, enquanto aguardava a concessão de um canal próprio, o que só aconteceria em 1975. Com a audiência sempre crescente e a entrada de patrocinadores, o empresário começou a ficar independente das emissoras, pois passou a ter os próprios cenógrafos e produtores (OPD, p. 59-60). O trabalho de Adelaide era como produtora de reportagens no estúdio da Rua Tupi, onde a equipe independente de Sílvio Santos produzia os programas, lá ela recebeu o encargo de procurar histórias que despertassem o interesse popular, que fossem anedóticas, burlescas ou incomuns. O jornalista Hélio Siqueira arranjava reportagens para a escritora, que destaca em muitas passagens a forte amizade que existia entre eles.



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

A relação de Adelaide com a Censura e a polícia federal criaram nela uma série de subjetividades de medo que vieram com a perda do direito de escrever, perda dos referenciais que davam sentido a sua existência, “medo da vida” e de “sentir-se tão só” (OPD, p. 19). Mas a nova ocupação mudou o sentimento de vazio e perda porque “eu era gente do Sílvio Santos, suspirei orgulhosa e sentindo-me muito importante. Tranquei o passado e me concentrei no presente para a minha nova vida. Agora eu tinha, como todos, o direito de ganhar o meu pão, sem aquele temor de ver por todos os lados os olhos da polícia federal me perscrutando” (OPD, p. 21). Mas o novo emprego não era o que ela esperava, e os sentimentos de confiança e euforia foram sendo substituídos por outros, mais tristes e sombrios.

Trabalhando como produtora de reportagens ela assistia e entrada e saída de pessoas que buscavam na televisão uma forma de ascensão social ou de reconhecimento para sua arte. Uma vez por semana, quem transitasse pela rua Tupi observaria uma “fila quilométrica” se formar sob sol ou chuva, sem água ou sanitários, mulheres e crianças aguardavam para serem escolhidas a participar do programa “Boa-noite cinderela” (OPD, p. 143). A disputa por essa vaga de forma tão desumana remoía as sensibilidades de Adelaide. Condoía-se com aqueles que em troca de centavos aceitavam participar do programa “Vale-Tudo” submetidos a humilhações. Assistia com pesar outros que trocavam seus produtos pela promessa de longos comerciais na televisão, o que quase sempre não acontecia (OPD, p. 123). E revoltava-se quando assistia aos maus-tratos com animais que eram trazidos para participar de um quadro específico e acabavam esquecidos em condições precárias de água e comida. Essas e outras mazelas afetavam uma escritora que sempre admitia como essas sensibilidades lhe prejudicavam, desejava ter um espírito mais “insensível” e “sarcástico” (OPD, p. 128).

Para Adelaide o estúdio de Sílvio Santos era um lugar monstruoso onde os funcionários do alto escalão da produção praticavam tratamentos desumanos com aqueles/as que buscavam alguma forma de participação nos programas comandados pelo animador. E os demais funcionários eram descritos como passivos, submissos, coniventes e indiferentes em uma relação de poder que envolvia o trabalho, mas o extrapolava para outras esferas. Ela também denunciou em várias passagens o enriquecimento do empresário por meio do carnê do Baú da Felicidade, um negócio que manipulava a ingenuidade dos mais pobres e o resultado de muitos sorteios (OPD, p. 45-46, 142-143). Ao lado da equipe de Luciano Callegari, funcionário de confiança do “homem do Baú”, Adelaide trabalhava “sentindo o coração pesar toneladas” (OPD, p. 36, 86). E quando conseguia se aproximar do sorridente animador dizia: “Sílvio, o que acontece aqui atrás dos bastidores é de revoltar. [...] seus convidados são tratados pior que marginais” (OPD, p. 111). Mas ela nunca recebia crédito ou atenção porque de acordo com suas memórias os bastidores não o interessava, dele recebia apenas esquivas e uma evidente impaciência com sua presença sempre indesejada; o empresário dizia a ela que “[...] o que interessa mesmo é que em todas as casas do Brasil entre a imagem que eu fabrico” (OPD, p. 111). Por parte da equipe ela passou a ser vista como espiã, uma presença indesejável que precisava ser expurgada, por isso passou a sofrer uma série de humilhações e rejeições, as quais, em suas subjetividades, eram realizadas para que ela se demitisse por iniciativa própria, questionando-se sempre sobre o porquê de não o fazer:



Porque estaria passando por tudo aquilo? Porque minha abnegação para com os humilhados? Por que não fugir dali, já que desprezava totalmente aquele ambiente de trabalho e aquela gente? Mas, pensando bem, o maldito dinheiro para a sobrevivência era mais forte (QUEIROZ, 1980, p. 68).

Ainda assim foi demitida formalmente várias vezes, sempre que acontecia ela recorria à Sílvio Santos, que garantia sua permanência por mais algum tempo, esperando o momento mais oportuno para dispensar a escritora definitivamente. De acordo com ela, o empresário buscava junto aos militares a concessão de um canal próprio, e por isso, evitava qualquer tipo de escândalo ou propaganda negativa. Mas é possível que outros interesses em jogo impedissem sua dispensa, ela diria anos depois que Sílvio Santos “colocou-me na produção porque a Censura Federal está com força total e ele precisa agradar e adular. Lembre-se de que foi a pedido de uma pessoa da Censura Federal que estou trabalhando com ele” (QUEIROZ, 1980, p. 89). Há uma forte sugestão, em várias passagens autobiográficas, de que a relação que ela manteve com o regime e a censura foi de atração e repulsa. Provavelmente Adelaide aproveitou as muitas estadas dentro dos órgãos censórios para fazer contatos, amizades e obter alguns favorecimentos, na entrevista abaixo não esconde a relação intimista desenvolvida com os agentes do regime:

A escritora mais proibida do Brasil continua a ser Cassandra Rios, com 36 livros apreendidos. Mas Adelaide Carraro é, sem dúvida, a que mais teve passagem pelas delegacias. No princípio dos anos 1970, ela recebia a visitas de policiais já com naturalidade e conhecia delegados, agentes e escrivães pelos nomes. Foi detida e interrogada 18 vezes e passou algumas noites presa, em quatro anos. “Eu até me surpreendia quando os policiais passavam mais de um mês sem aparecer”, conta Adelaide com bom humor”. (Revista Manchete, 1980, p. 120).

Administrar uma relação de poder implica em planejamento e estratégia, observação e intuição para realizar as negociações certas, e mesmo declarando-se “apolítica” e sem “erudição” ela foi capaz, em alguns momentos, de amenizar o impacto financeiro das apreensões dos livros que ficaram nas gavetas da censura. Por razões que ora desconhecemos, a censura que a impedia de trabalhar era provavelmente quem garantia sua permanência na empresa do “homem do Baú”. Além disso, para os funcionários da censura manter uma escritora produtiva e configurada como um problema longe da caneta, realizando outras atividades, era uma iniciativa a considerar e manter.

Mas mesmo registrada como funcionária pela influência dos órgãos censórios, ela não era mais solicitada pela equipe que produzia os programas de televisão, sua presença era ignorada ou evitada. Fosse como fosse, ela cumpria rigorosamente sua jornada em uma sala quase vazia, de onde passou a escrever novamente seus livros em um cotidiano solitário e cheio de temor (OPD, p. 146). Embora nunca tenha largado a escrita, entre 1971 e 1974 a exercia sem prazer procurando subjetivamente respostas para a continuidade de uma atividade que não lhe fazia mais sentido. E foi em um dia de 1974, após visitar a federação espírita que ela reencontrou o desejo e os propósitos de continuar a vida como escritora (OPD, p. 117-118). Paralelo à atividade dos livros, deu início a escrita de um novo projeto, incentivada por uma conversa com Sílvio Santos passou a alimentar o desejo de se tornar romancista (OPD, p. 173). Um ano depois apresentava o projeto ao empresário, e totalmente descrente ouvia-o dizer que não se recordava de ter tratado com ela aquele tipo de trabalho. Sentindo-



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

se enganada e humilhada, passou a alimentar o desejo de escrever um livro sobre a produção do Sílvio Santos, “não contive o desejo de mostrar a verdade, a verdadeira entre as mil facetas do patrão. Meu livro tinha que sair” (QUEIROZ, 1980, p. 116). E ela o intitularia “Eu Acuso”. Mas antes que pudesse sair da gráfica, Sílvio Santos comprou da editora os direitos autorais e todos os exemplares já editados.

Em 1975, após seis tentativas de demissão por parte da equipe de Sílvio Santos, Adelaide aceitou formalmente sua saída e encerrou a permanência naquele emprego, a partir dali voltou a se concentrar exclusivamente na escrita dos livros. E como o serviço de censura ainda estivesse forte, entre 1975 e 1976 ela precisou vender os dois imóveis que tinha para sobreviver, “já pensou, todos os livros apreendidos e você sem ideia de escrever, sem poder escrever” (NADER, 1977, p. 6).

Além das entrevistas, boa parte dos registros de memória situados entre 1971 e 1975 estão contidos em uma autobiografia escrita em 1988 intitulada “O passado ainda dói”. Nesta última escrita de si, realizada quatro anos antes de sua morte, o movimento do presente retoma o passado e se questiona sobre o futuro da escrita e da liberdade de expressão; revela aos leitores/as como aquela atmosfera carregada de tensão e repressão foi vivida no plano da sua existência individual. O contexto é marcado por inquietações e angústias, carregado de interpelações da máquina estatal sobre suas intenções e motivações. Os sentimentos descritos falam de calafrios, medo, melancolia, solidão, dor e apatia, mas também da sensação de ser vigiada pelos olhos perscrutadores e onipresentes do poder. Para fugir desse sistema panóptico de poder (FOUCOULT, 1987) ela chegou a considerar a elaboração de uma nova forma de narrativa com temas capazes de fechar os olhos da censura.

E foi em uma festa onde estava “[...] rodeada por gente ligada aos livros. Gente culta, inteligente, daquelas cujas mentes vê além do que vêem as pessoas normais”, que ela foi aconselhada por um editor a recorrer ao presidente da câmara do livro para interferir na liberação dos livros apreendidos. Ele sugeriu ainda que mudasse a forma de narrar, escolhendo temas condizentes com os valores do regime civil-militar (MS, 1976, p. 13). Por um momento ela acatou a sugestão e saiu em busca de inspiração para a escrita de um novo projeto. Pegou o carro e dirigiu-se à praça da Estação da Luz, no percurso motoristas de trânsito a xingavam, “Ei, Dona Maria, o feijão está queimando! Ei, lugar de mulher é no tanque. Ei, tia, vá lavar roupa”. No banco da praça Adelaide desviava os pensamentos para flores e passarinhos, mas os olhos só conseguiam observar as misérias humanas que por ali transitavam. Resolveu trocar de ambiente para fugir das famílias que esmolavam e das crianças maltrapilhas, de táxi foi apanhada no caminho por uma forte tempestade que inundou parte do percurso. No retorno para casa, desta vez de metrô, murmurou em voz alta, “estou arrasada. Não consigo encontrar o belo. Não sei o que dar ao meu leitor”. E um estranho ao lado retrucou que ela oferecesse a verdade (MS, 1976, p. 16-17).

Para a escritora, a verdade não significava a expressão única e decisiva de uma realidade, mas aquilo capaz de tocar a sua sensibilidade, fatos que se coadunassem com as experiências que marcaram sua existência. Uma existência construída dentro da realidade de múltiplas mazelas e conflitos sociais, mas também fora, como espectadora de vários espetáculos de horror. Era para esses cotidianos que sua identidade existencial conseguia olhar, narrá-los era uma forma de exorcização e de apaziguamento das subjetividades de abandono, revolta e medo. O “belo” só existia em uma sensibilidade externa ligadas a efemeridade dos vínculos com os filhos adotivos e os animais, as manifestações da natureza de quem era grande apreciadora e das amigas que deixaram marcas



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

positivas. Relações marcadas pela transitoriedade, vulneráveis diante das escolhas ou problemas da vida, muitas estiveram com a escritora de passagem por alguns meses ou anos. Internamente, as subjetividades mais estáveis estavam povoadas por experiências e memórias desconectadas de temas associados com as belezas da vida. Daí sua dificuldade em olhar para o que culturalmente era considerado belo e narrá-lo. Mas se não conseguia abordar o “belo”, por outro lado buscou abordar a sexualidade com menos ênfase, concentrando-se em temas ligados apenas a “problemas sociais”, como anunciou seu editor em 1980, “E agora tentando partir para outro tipo de literatura, onde as sugestões pornográficas seriam “um tantinho assim”. O seu editor, José Carlos Venâncio, da Global editora, não tem dúvidas do novo sucesso de Adelaide falando apenas de problemas sociais (Stilus, 1980, p. 134).

Pela escrita Adelaide saiu do limiar da pobreza, ganhou independência financeira e reconhecimento popular, mas ia além da sobrevivência econômica, a escrita era seu canal de expressão, de exorcização das memórias de trauma, a escrita trazia coerência e sentido a sua existência. E subitamente ela foi impedida de exercer uma atividade que lhe era tão cara, isso aconteceu por meio de violentas pressões, prisões e vetos sobre obras já escritas que tinham boa receptividade perante o público. Desistir da caneta nesse contexto de ditadura civil-militar foi um ato de resistência para continuar existindo em um cotidiano permeado de perseguições e arbitrariedades depositadas sobre o mundo da cultura em geral.

Adelaide transformou sua vida em um livro aberto, contínuo, porém não linear. Em capítulos ou narrativas curtas, em prefácios ou por meio da vida de muitos personagens, ela se deu a conhecer de diferentes maneiras e não escondia os processos de subjetivação que criava do mundo social no qual vivia. Ao contrário de uma vida encapsulada, coerente ou estável, ela quis se revelar a partir dos dilemas que construía diferentes prismas e perspectivas em seu eu; e no movimento do tempo e das experiências da vida ia expressando e atualizando uma existência cuja subjetividade vivia em risco de ser moldada, transformada pelo próprio contexto que a criou. Isso porque ela estava inscrita em uma rede de sistemas sociais e normativos que podiam informar e condicionar as suas ações; mas essas redes de relações e obrigações externas não eram aceitas por ela como uma espécie de “camisa-de-força” invisível e paralisante.

Estudar a fragmentação e as particularidades próprias da condição humana significa pensar os indivíduos como costureiros experientes a ajustar a “camisa-de-força” social de modo que ela sirva subjetivamente bem, em um modo de apreciação que lhes tragam conforto, segurança ou mesmo a possibilidade de recusa. Mesmo que os padrões externos imponham uma “moda” específica dentro do sistema social e político, a autonomia e a criatividade humana são importantes molas propulsoras para compreender as recusas ou aceitações que conduzem a importantes transformações históricas. Nesse sentido a autobiografia é mais que um discurso de um eu subjetivo, é uma porta de acesso ao “atelier” social, local onde se desenrolam as liberdades e escolhas pessoais em relação aos “figurinos”, escolhas por vezes restritas e possivelmente incertas e instáveis dentro dos padrões normativos a que se referem. Escolhas que não são absolutas ou coerentes, ao contrário, postulam-se desde o início como oscilantes, cambiantes e modificáveis, criando brechas possíveis para estratégias de ação.



Essa história de vida tão marcada, cheia de contradições e nuances que ela apresentava em “cinquenta tons de cinza”; carregada de acolhimento ao próximo, mas também de contradições, sofrimentos e perdas, foi responsável pela produção de uma literatura sensível e combativa. Essa literatura foi capaz de afrontar o regime civil-militar em um dos seus dogmas mais caros, a “defesa da moral e dos bons costumes”, e aqui leia-se a manutenção dos valores normativos de gênero e comportamento. Suas narrativas foram lidas pela censura a partir de uma perspectiva pornográfica, mas também pelo tom desabrido e os temas espinhosos que abordou. Por essas razões Adelaide foi marcada para censurar, de forma escandalosa, arbitrária e violenta, como o foi boa parte das ações do regime civil-militar sobre a arte, a cultura e a informação.

Referências

CARRARO, Adelaide. *Falência das Elites*. São Paulo: Exposição do Livro, 1965.

CARRARO, Adelaide. *Eu mataria o presidente*. São Paulo: L. Oren, 1966.

CARRARO, Adelaide. *Gente (O dia em que fui presa)*. São Paulo: L. Oren, 1971.

CARRARO, Adelaide. *O passado ainda dói*. São Paulo: L. Oren, 1970.

CARRARO, Adelaide. *De Prostituta a Primeira Dama*. 3.ed. São Paulo: L. Oren, 1975.

CARRARO, Adelaide. *Mãe Solteira*. São Paulo: Global, 1976. (coleção Gama)

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, jan.-abr. 2014.

Entrevistas

CARRARO, Adelaide. “Confissões íntimas de uma funcionária pública produzem escândalo e recorde de venda”. *Revista Fatos e Fotos*. 28/09/1963b, nº 139, ano III, p.6. Entrevista concedida à Esdras Passaes.

CARRARO, Adelaide. *Revista Manchete*. Em Foco- Adelaide Carraro. Rio de Janeiro, 18/10/1980, nº 1487 ano 29 p. 120-121. Entrevista concedida a Walterson Sardenberg Sobrinho.

CARRARO, Adelaide. Adelaide Carraro, uma mulher de dois milhões de exemplares vendidos. *Escrita – revista mensal de literatura*. São Paulo: Vertente Editora Ltda., ano II, n. 18, 1977, p. 03-09. Entrevista concedida à Wladyr Nader.

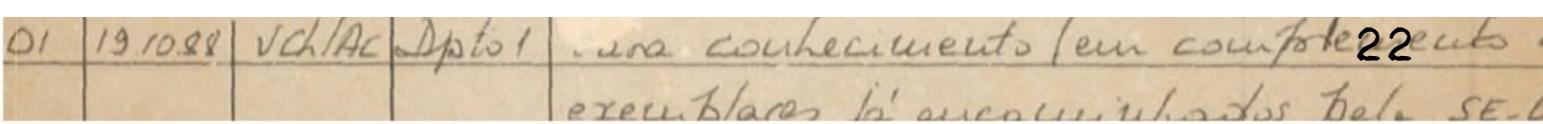
CARRARO, Adelaide. A Escandalosa Adelaide Carraro, uma mulher moralista. *Revista Stylus*, agosto de 1980, nº 73. Entrevista concedida à Fernando Portela.



“Wide or not wide the pen”? Subjectivities of a writer censored by the civil-military regime

Abstract: Adelaide Carraro became a writer in 1963 with a controversial political autobiography involving former President Jânio Quadros. Commercial success became a stimulus for other literary productions whose titles ignited the imagination and curiosity of readers, but also caught the eye of the watchful eyes of the censorship power. He wrote strong and sensitive themes related to social and gender issues, his plots recurrently addressed the situation of women in marital relations, body representation and expression of sexuality. Thus, the writer became a favorite target of Censorship, which officially analyzed thirteen titles, censoring some and leaving others without appearing in the forgotten drawers. The veto of the books was accompanied by bodily and psychological violence, leading her to express her desire to “drop the pen.” Being a writer was a significant part of her life, an occupation that went beyond material survival to support the subjectivities of an existence fraught with trauma and conflict. Adelaide has turned her life into an open, continuous but nonlinear book. In short chapters or narratives, in prefaces or through the lives of many characters, she made herself known in different ways and did not hide the processes of subjectivation she created from the social world in which she lived. This literature was able to confront the civil-military regime in one of its most expensive dogmas, the “defense of morals and morals”, and here read the maintenance of normative values of gender and behavior. His narratives were read by censorship from a pornographic perspective, but also by the wild tone and thorny themes he addressed. For these reasons Adelaide was set to censor, in a scandalous, arbitrary and violent manner. This paper investigates the marked memories and subjectivities expressed by the writer in face of the violence of the state of exception on her life and literary production.

Keywords: Adelaide Carraro. Literature. Subjectivities. Memory. Censorship.





DA IMAGEM E DO CORPO: MARIA ANTONIETA ENTRE A PELE E AS PENAS

Adriel Dalmolin Zortéa¹

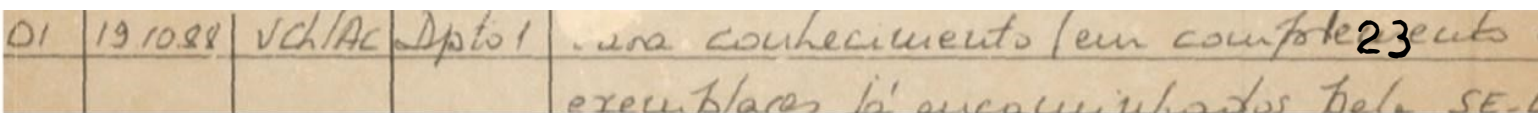
Resumo: O presente trabalho aborda a construção imagética do corpo da rainha Maria Antonieta (1755-1793). Austríaca, é consenso entre suas atuais biógrafas de que sua dupla condição de mulher e de estrangeira colaborou para torná-la o bode expiatório da Revolução Francesa. Antes da lâmina da guilhotina, a última rainha consorte de França teve o corpo desmontado pela imprensa não-oficial setecentista em panfletos satíricos. Nas gravuras em água-forte analisadas, datadas de 1791-1792, Maria Antonieta adquiriu fragmentos animais, como penas, garras e caudas. O corpo tornava-se imageticamente animal. Para a filósofa Marie-José Mondzain o gesto de retratar a mão hominídea sobre uma rocha cavernosa provocou o eclodir de um regime de separação entre o corpo e a imagem, uma subjetividade desatada: a inauguração, pelo sujeito, de um estrato de liberdade que não seria aceito sem controle. Desumanizar Antonieta em imagem, distingui-la de seu corpo, é atividade possível pelo espaço intermediário criado pela mão hominídea. Metodologicamente, monta-se e desmonta-se o corpo entre a pele humana e as penas, percebendo como a imagem, como postulado por Hans Belting, torna a ausência visível ao transformá-la em uma nova forma de presença: o animal que o ser humano deixou de ser. Alocadas, as gravuras anônimas – muitas vezes impressas no exterior para fugir da censura monarquista – montam o corpo feminino como zoomorfo, contraste com o corpo montado e bem-vestido das imagens de cunho oficial que permite a observação de como díspares suportes imagéticos produzem diferentes apresentações visuais.

Palavras-chave: Imagem. Corpo. Maria Antonieta.

Maria Antonieta é uma imagem da história moderna ocidental. Contudo, na contemporaneidade, continua a ser evocada pela cultura *pop*, em filmes, como o longa-metragem *Maria Antonieta* (2006), de Sofia Coppola, e o vestido “Maria Antonieta”, de John Galliano, para a sua coleção Christian Dior, de 2000, “Fantasia e sujeição” (WEBER, 2008, p. 9). Nascida como arquiduquesa da casa de Habsburgo, em 1755, era a antepenúltima rebenta da poderosa imperatriz austríaca Maria Teresa e de seu marido, o imperador Francisco Estêvão. Como parte das alianças matrimoniais da mãe – no redesenho dos mapas europeus, no período posterior a Guerra dos Setes Anos – a princesa austríaca casou-se com o delfim de França – o futuro rei Luís XVI, em 1770 – quando ainda não somava 15 anos de idade: deixou Viena para se tornar a futura rainha da França.

A corte francesa, assentada no Palácio de Versalhes – ampliado e reconstruído de um pequeno pavilhão de caça nas redondezas de Paris pelo monarca Luís XIV – não distinguia funções de Estado e vida privada. Não havia no palácio, nos tempos do Rei-Sol, algo que poderia ser denominado de apartamento privado (ELIAS, 2001). O rei-Sol orquestrou um espetáculo onde inseria a si próprio como protagonista, o astro-rei, fazendo girar, ao seu redor, as estelares galáxias de nobres cortesãos (FRASER, 2009, p.94). Maria Antonieta, através de seu casamento com um rei Bourbon adentrava um mundo fechado em seus códigos, em sua pompa e em sua etiqueta. Havia servidores reais, senhores de *charges* – cargos pagos comprados ou presenteados pelo monarca como fonte de renda aos nobres – com direito legítimo de estarem presentes nos rituais que cercavam o dia das Majestades

¹ Graduando em história em habilitação dupla pela UFSC, bolsista do PET-história. Orientado pela Prof.^a. Dr.^a. Daniela Queiroz Campos. E-mail: adrielzortea@outlook.com.





DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

(FRASER, 2009), onde, por exemplo, “[a] entrada nestas cerimônias, que apesar de sua natureza aparentemente íntima nada tinham de privadas, era valorizado como indicação de prestígio pessoal” (FRASER, 2009, p. 93).

Inclusive, as incumbências mais particulares eram utilizadas como instrumento de deferência, criando distâncias, marcando delimitações, favorecendo e prejudicando os nobres cortesãos (Elias, 2001). Mas, como salienta Peter Burke, a magnificência tinha uma função política (BURKE, 1994, p. 17). Expressava e afirmava a linhagem real encarnada no corpo dos soberanos. Não há de se ignorar que a história do corpo do rei é verdadeiramente também a história do Estado (VIGARELLO, 2008, p. 534). Como também a história do corpo não pode (e não deve) escapar à história dos modelos de gênero e das identidades (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2008, p. 13).

Como estrangeira, a posição de Maria Antonieta na corte francesa não foi alicerçada firmemente. Havia suspeitas de que manipularia a França em prol dos interesses austríacos, “lá está ela, uma estranha subversiva, na cama do chefe de Estado” (FRASER, 2009, p. 504). Parte da alta estirpe nobiliárquica francesa, incluindo membros da família real francesa, possuíam ressalvas dirigidas aos austríacos. Apelada de *l’Autrichienne*, trocadilho que, literalmente, significa “a austríaca”, mas, ao coincidir duas outras palavras francesas, sendo elas, avestruz (*autruche*) e cadela (*chienne*), tornava-se oportunidade para piadas e zombarias – intensificadas com o passar dos anos – Maria Antonieta teve dificuldades em consumir o casamento.

O papel da monarca consorte, tradicionalmente, coincidia com o de mãe: dar à luz para a continuação da linhagem. Sexo era, no contexto de uma união real, um dever e uma necessidade. Na França, o poder das mulheres era historicamente restringido pelo aparato legal conhecido como lei sálica, que as excluía da linha de sucessão régia. Acusada de não “inspirar desejo” no marido – o primeiro filho homem viria apenas em 1781 – Maria Antonieta conviveu com mexericos que não se restringiam a criticar a falta de filhos, mas, acusá-la – consubstancialmente e gradativamente com o aprofundar da crise econômica e política francesa setecentista – de ter amantes, pois se o marido não a satisfazia, alguém precisava satisfazê-la.

Em meio às intrigas da corte – precedidas por uma enxurrada de panfletos anônimos, satíricos, dirigidos à sua pessoa – Maria Antonieta usou o luxo para impor-se na corte de Versalhes. Uma de suas biógrafas contemporâneas, a professora universitária Caroline Weber, salienta que, apesar de não demonstrar um interesse político constante, Maria Antonieta identificou na moda um instrumento de prestígio e autoridade (WEBER, 2008, p. 12). A estratégia não era nova: os antepassados absolutistas do marido, entre os quais, principalmente, Luís XIV, como as famosas amantes de Luís XV, Madame de Pompadour e Madame Du Barry, haviam usado moda como um verdadeiro veículo de poder.

Figura 1. *La Reine en gaulle*. Louise-Élisabeth Vigée Le Brun. Óleo sobre tela, 1783



Contudo, não era esperado “que a esposa de um rei francês modificasse as convenções da aparência real, ou procurasse atenção e aprovação em seus próprios termos, era algo praticamente inédito” (WEBER, 2008, p. 13). O lugar de poder e de prestígio, o uso do corpo – da aparência corporal, não cabia a soberana consorte, a “mãe da França” – mas ao rei. A história do corpo feminino “é também a história de uma dominação na qual os simples critérios da estética são reveladores” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2008, p. 13). O corpo feminino como pudico, fértil, dispositivo controlado e sem acentuação imposta.

Na pintura acima (figura 01) a rainha encontra-se desprovida das vestes da corte, o *grand habit de cour*, do manto de arminho com flores de lis bordadas, dos cabelos penteados e erigidos acima da testa, profusamente empoados (WEBER, 2008, p. 183). Veste-se de um leve tecido de *chemise*, “uma peça simples de tecido enfiada pela cabeça com o decote franzido pelo cordão”, ao qual acrescentava-se “alguns babados e fitas” antes do vestido ser “amarrado na cintura com uma faixa de seda azul-claro ou listrada” (FRASER, 2009, p. 199). Um chapéu de palha enfeitado com penas e fitas completa a vestimenta. Tecidos soltos, leves, fáceis de vestir. Roupas mais simples e acessíveis, mais fáceis de copiar que as suntuosas roupas da corte, “os trajes das mulheres não mais transmitiam mensagens confiáveis sobre origem e classe” (WEBER, 2008, p. 182).

O filósofo Gilles Lipovetsky escreve que a novidade, o moderno, a última voga, a moda, coincide com o advento do princípio da autonomia individual estética. O individualismo na moda é o reconhecimento à unidade individual – reconhece-se, é claro, como muito bem salienta Lipovetsky, que deva ser de altíssima sociedade – de ter poder de iniciativa e de transformação. Em outras palavras, “o excesso estético e a gratuidade fantasiosa tornaram-se componentes da moda e uma virtualidade do indivíduo liberto da ordem tradicional do vestuário” (LIPOVETSKY, 2017a, p. 51). Instaura-se, “não mais monumentos erguidos em busca da eternidade, mas a paixão pela inconstância, as loucuras do presente puro” (LIPOVETSKY, 2017b, p. 40).

Assim, entre encarnar a constância, a “atemporalidade” da dinastia, Maria Antonieta passou a exibir gostos e difundir tendências. Com a crescente produção de almanaques e espantas de moda

– que embora caras e assinadas, principalmente, por damas da nobreza e da alta burguesia, eram pirateadas e difundidas, tornando-se acessíveis para pessoas de menos recursos financeiros (WEBER, 2008, p. 124) – a rainha despontava como autoridade “em dar o tom” às vestimentas. É importante perceber que a sexualidade, a fertilidade e outras características físicas de Maria Antonieta foram tanto pretextos quanto catalisadores para o insuflar dos debates sobre gênero, classe e poder que permearam a queda do Antigo Regime e a Revolução Francesa (WEBER, 2008, p. 10). Ainda segundo Lipovetsky pode-se inferir que as superfluidades da toalete e, em específico, a feminina, foram objeto de múltiplas censuras, tornando-se, com o advento da idade moderna, objetos de questionamento, de espanta, de fascínio, como alvo de condenações morais (LIPOVETSKY, 2017a, p. 33).

Gradativamente gravuras anônimas – driblando as leis de censura – foram amplamente divulgadas, buscando demonstrar a extravagância da rainha. Para o historiador Robert Darnton, os eventos político-sociais franceses influenciaram os panfletos satíricos: os ataques dirigiam-se às pessoas políticas, como a rainha Maria Antonieta, aos estamentos sociais, como o clero e a nobreza. Ressaltava-se como o governo real respondia aos ataques prendendo editores, condenando livros, com dossiês acerca de escritores e livreiros sendo abertos pela política francesa (DARNTON, 1996, p. 85).

Figura 2. *La Poule d'Autru/uche*. Est.: água-forte; 22 x 17,5 cm. Paris: [s.n.], 1791 ou 1792. Acervo: BnF.



Os gastos de Maria Antonieta eram alvos dos libelos que associavam os luxos da rainha tanto ao endividamento do Estado quanto com a ruína financeira das pessoas que contraíam dívidas para imitá-la. Ademais, os itens de vestuário foram centelha das imagens anônimas: os tecidos de *chemise* simples – gaulles – quando utilizadas pela rainha, eram implicitamente provas de sua depravação, pois a facilidade em serem vestidos e despidos facilitariam as visitas de amantes. Afinal, quando não era ardente amante de homens, era amante de mulheres; “passava-se sempre a mensagem de que a rainha era insaciável” (FRASER, 2009, p. 310).



Com a liberdade de imprensa decretada pela Assembleia Constituinte em agosto de 1789 fez os libelos crescessem exponencialmente. Os panfletos obscenos tornavam-se mais baratos e de mais fácil difusão. Despejavam, comumente, o lado lascivo: a dificuldade de ter filhos, os gastos de sua “natureza feminina, os possíveis adultérios, “Uma mulher que, além de seus apetites sexuais”, era apresentada como “uma perigosa agente de uma potência estrangeira” (FRASER, 2009, p. 310). Práticas adúlteras, incestuosas, lésbicas. A torpeza moral e a depredação política encontravam-se ligadas às práticas sexuais na Europa do Antigo Regime (DARNTON, 1996, p. 131): o uso do corpo foi ferramenta política na construção imagética de Maria Antonieta à beira da Revolução.

As famosas penas de avestruz que Maria Antonieta tornara famosas ao prendê-las, oscilantemente, sobre os cabelos – das quais surgiu, inclusive, um comércio lucrativo (FRASER, 2009, p. 171) – foram utilizadas contra a rainha pelos caricaturistas. Na gravura “La Poulle d’Autru/iche” (figura 02) – datada do período revolucionário – o corpo humano da rainha sofre alterações anatômicas. Sobre a cabeça, um elegante penteado *catogan* e um toucado rebuscado (WEBER, 2008, p. 237), mas o rosto feminino – maquiado, com os círculos de ruge, de uso comum na corte de Versalhes, pintados na bochecha – é enxertado no corpo de um avestruz fêmea. O corpo montado, fechado, humano, é aberto pela imagem e remontado na figura de um animal. Entre a palavra “poulle” (galinha), “autruche” (avestruz) e “Autriche” (Áustria) é delineado um trocadilho.

Entre os lábios da figura anatomicamente rompida pode-se visualizar uma cópia da Constituição, documento que, ainda segundo Weber, estava por ser finalizado pelos franceses na época da publicação da gravura. O corpo do avestruz é coberto de penas, além de adquirir patas com garras, um delgado pescoço e uma cauda plumosa. Desenhado sobre um fundo pálido, os pés do animal pousam em algumas rochas. Abaixo da moldura, pode-se ler “Digiro ouro e prata com facilidade. Mas a constituição é algo que não consigo engolir”. A rainha, com penas ondulantes na cabeça no outrora da França do Antigo Regime, é agora coberta de uma espessa plumagem e torna-se um animal, a imagem de um animal. O corpo montado, vestido, é aberto e enxertado. A própria humanidade de Maria Antonieta é posta em questão. Um outro corpo, um desmonte, uma nova aparição visual.

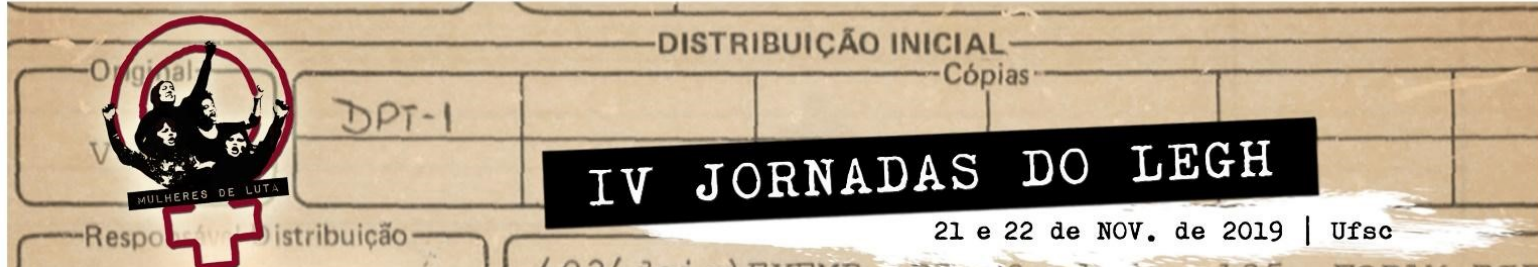


Figura 3. *Les Deux ne font qu'un*. Est.: água-forte, col.; 15 x 21,5 cm. Paris: [s.n.], 1791. Acervo: BnF.

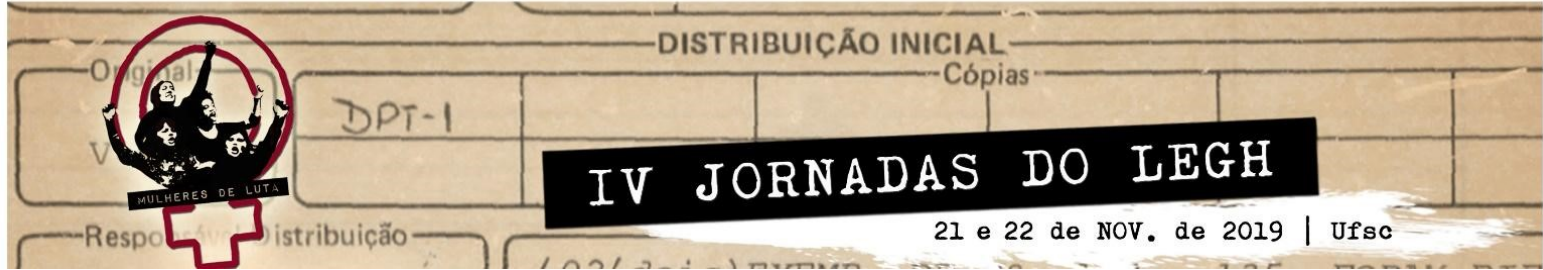


Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Em outra gravura (figura 03), o corpo de Maria Antonieta adquire fragmentos de uma hienamalhada. As feições do rosto são desmontadas do corpo feminino e remontadas em um animal feroz. A nova apresentação imagética não é desprovida de glândulas mamárias, como também não o é de patas. Contudo, o corpo de hiena subitamente é interrompido em sua forma felina e remontado a um corpo suíno, enxertado no rosto corado do rei Luís XVI. Criação de monstros, híbridos, corpos repartidos, distribuídos, imbricações de rostos humanos e corpos animais, rompendo dimensões figurais (COURTINE, 2008, p. 499). Os cascos auxiliam na remontagem do monarca e sob seus cabelos ergue-se um pontiagudo par de chifres, creditando ênfase ao suposto adultério de sua esposa.

Os cabelos de Maria Antonieta, como os do marido, possuem adereços: penas de avestruz enfeitam as madeixas, contudo, a semelhança entre as fitas e serpentes deve ser sublinhada. A rainha figura como uma das Górgonas, monstros mitológicos dos quais a mais famosa é Medusa (GRIMAL, 2013), atrelando ao corpo feminino o horror de cabelos amaldiçoados e olhos que transformam o outro em pedra. Como legenda da gravura, a frase “os dois são um” atrela os supostos crimes da rainha ao marido, afinal, “nas palavras do radical ‘Graco’ Babeuf [...], Luís XVI era um burro fraco e obstinado, mas não cruel, que deveria ter-se acasalado com uma burra jovem e gentil; em vez disso, deram-lhe uma tigresa” (FRASER, 2009, p. 310).

A desmontagem e a remontagem de um mesmo corpo. A polaridade nietzschiana. O corpo humano traçado, anatômico. O corpo fechado em um sonho, em um mundo de *aparência*, um corpo apolíneo (NIETZSCHE, 2005). Um corpo fragmentado, um corpo dionisiaco, díspar, plural. Dionísio é o deus do vinho, uma divindade capaz da transfiguração, da desmontagem de um corpo e a consequente montagem de outro. Entre as plumas e as penas, o corpo de Maria Antonieta é remontado, adquire fragmentos animais, torna-se, imagetivamente, um animal. Frente ao corpo montado, ao corpo fechado – ao talhe em luz, a um perfeito estado – encontra-se a contraposição, às emoções selvagens, “a magia do dionisiaco”.



A imagem a criar outro corpo, outro ser. A imagem que, como escreve a filósofa Marie-José Mondzain, produz o sujeito e faz devir o sujeito mesmo que a produz. Afinal, “as operações imaginantes são inseparáveis dos gestos que produzem os signos que, por essa razão, permitem os processos de identificação e a separação sem as quais não haveria sujeito” (MONDZAIN, 2017, p. 39). A autora infere que, adotando uma postura antropológica, pode-se considerar a origem das operações imaginantes em sua manifestação inaugural: ao ser humano que mergulha na entranha cavernosa e, em pé, diante da rocha, apoiado sobre ela, estende o braço, repousa a sua mão sobre a pedra e dela toma distância.

A mão aproxima-se, afasta-se, e acaba retratada na superfície áspera da caverna. Diante de seus olhos, frente às vistas do ser humano, está a imagem, a sua imagem. Inaugura-se a capacidade humana de “produzir sua imagem e dá-la a ver aos olhos como um traço vivente, mas separado de si” (MONDZAIN, 2017, p. 42). Pode a humanidade, agora, ainda segundo a filósofa, *retirar-se de sua imagem* e dá-la a ver ao outro, a si próprio, e aos olhos futuros. Na longínqua névoa da história da humanidade, “a imagem de si é uma prova da separação, a instauração de um regime de separação e de uma subjetividade desatada” (MONDZAIN, 2017, p. 42). Para citar Aby Warburg “a criação consciente da distância entre si e o mundo exterior pode ser designada como o ato básico da civilização humana” (WARBURG, 2015, p. 363).

O sujeito imaginante subtrai a si mesmo e inaugura um regime de liberdade que, contudo, não é distante da vontade e dos poderes instituídos. Ocorre, no traçado hominídeo inaugural, a criação de uma distância entre seu corpo e sua imagem (FLORES, 2015, p. 240). Uma separação entre imagem e corpo, pertinente ao mote deste ensaio, pois Maria Antonieta possui o corpo distinguido de sua imagem. A imagem que, através do regime de liberdade instaurado anteriormente, compreende a subjetividade e a humanidade de seu corpo.

A imagem que contém em si a própria ausência, a imagem, a *imago*, a imagem que se fez da morte (DEBRAY, 1995). A imagem que faz da ausência visível ao transformá-la em uma nova forma de presença (BELTING, 2005, p. 69). A ausência visível do animal que o ser humano não é mais, e paradoxalmente, o animal que Maria Antonieta não deixou de ser. Logo, desumanizou-se o corpo feminino de Maria Antonieta, transformou-o em um bode expiatório, para da guilhotina nascerem dias melhores. A imagem que se fia em dois atos que envolvem o corpo humano vivo: o ato de fabricação e o de percepção. A imagem que acontece “entre nós, que as olhamos, e seus meios, com os quais elas respondem ao nosso fitar” (BELTING, 2005, p. 69).

Uma imagem capaz de modificações corporais. Uma imagem capaz de criar. Uma imagem a desmontar um corpo de tinta antes da guilhotina desmontar um corpo de carne. O corpo específico, o corpo da rainha da última rainha da França Absoluta. Um corpo com diferentes apresentações visuais, animais, sexuais, desmontadas e remontadas. Distinguindo-se, traçado o ato de desumanizar, acaba-se por afastar o humano e transforma-lo um outro. Maria Antonieta feneceu no cadafalso da guilhotina em outubro de 1793, mas, como tantas outras personalidades históricas, é capaz de voltar para ser outra vez revisita.



Referências

BELTING, Hans. Por uma antropologia das imagens. *Revista Concinnitas*, [s.n], vol. 1, n. 8, p. 65-78, 2005.

BURKE, Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *Prefácio à História do corpo*. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História do corpo (vol.1). Da Renascença às Luzes*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 07-13.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo inumano. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História do corpo (vol.1). Da Renascença às Luzes*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 487-502.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DARNTON, Robert. *A Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Olhar para as imagens como arquivos de histórias. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 2, p. 239-255, jul.-dez. 2015.

FRASER, Antonia. *Maria Antonieta*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GRIMAL, Pierre. *Mitologia grega*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 201.

LEVER, Evelyne. *Maria Antonieta – a última rainha da França*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017^a.

LIPOVETSKY, Gilles; ROUX, Elyette. *O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.

MONDZAIN, Marie-José. A imagem entre proveniência e destinação. In: ALLOA, Emmanuel. *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 39-53.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou Helenismo e Pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



VIGARELLO, Georges. O corpo do rei. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). *História do corpo (vol.1). Da Renascença às Luzes*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 503-534.

WARBURG, Aby. *Histórias de fantasma para gente grande: escritos, esboços e conferências*. Organização: Leopoldo Waizbort. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

WEBER, Caroline. *Rainha da moda: como Maria Antonieta se vestiu para a Revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ZWEIG, Stefan. *Maria Antonieta: retrato de uma mulher comum*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Of the image and the body: Marie Antoinette between the skin and the feathers

Abstract: This paper approaches the imagetic making of the body of queen Marie Antoinette (1755-1793). Austriac, it's consensual among her current biographers that both her conditions of being a woman and a foreigner collaborated to make her become the scapegoat of the French Revolution. Before the guillotines' blade, the last of France's consort queen had her body disassembled in satirical brochures by the non-official 1700's press. In the illustration in etching analyzed, dating 1791-1792, Marie Antoinette receives animalistic features, like feathers, claws and tails. The body becomes imagetely animalistic. To the philosopher Maria-José Mondzain, the gesture of depicting the hominid hand above a cavernous rock provoked the eruption of a separation regime between the body and the image, an untied subjectivity: the inauguration, by the subject, of a stratum of freedom that wouldn't be accepted without control. To dehumanize Antoinette in an image, distinguish her from her body, is possible an activity by the intermediate space created by the hominid hand. Methodologically, to assemble and dismantle it, the body between the human skin and the feather, perceiving how the image, as postulated by Hans Belting, makes the absence visible by turning it into a new shape of presence: the animal that human beings no longer are. Allocated, the anonymous illustrations – many times printed in foreign countries due to the monarchist censorship – assembling the female body as zoomorphic, in contrast to the assembled body and well dressed of the official pictures that allow the observation of how different imagery supports can produce different visual presentations.

Keywords: Image. Body. Marie Antoinette.



“UMA MÁQUINA REVOLUCIONÁRIA ACABOU DE SER LANÇADA!”: USOS FEMINISTAS DO VÍDEO NOS ANOS 1970 E 1980

Alina Nunes¹

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo elucidar os usos do vídeo como ferramenta para mobilização e resistência feminista no contexto das décadas de 1970 e 1980. Para a melhor compreensão da temática deste trabalho, é importante traçar paralelos entre os usos do vídeo na América Latina e no hemisfério norte, especialmente nos Estados Unidos e na França. Enquanto nesses dois países o vídeo foi difundido nos anos 1970 através de uma promessa de subversão das redes de televisão, na América Latina, nos anos 1980, ele foi vinculado aos novos movimentos sociais, inclusive ao feminismo. É importante pensar o vídeo como uma ferramenta da resistência, compreendendo a potencialidade da arte como discurso de resistência política tanto em contextos de ditadura quanto em contextos de democracia. Além do uso da bibliografia sobre o tema, utilizo como fonte entrevistas realizadas com Rita Moreira e Jacira Melo, duas mulheres que produziram vídeos nos Estados Unidos e no Brasil.

Palavras-chave: Vídeo. Feminismo. História das Mulheres.

“Uma máquina revolucionária acabou de ser lançada!”. Foi essa a frase que Carole Roussopoulos², ouviu da amiga Delphine Seyrig, em 1968 (DELPHINE, 2019). A então atriz Delphine Seyrig se referia à Sony *Portapak*, a primeira câmera portátil de vídeo comercializada no mundo. Carole, naquele momento, trabalhava na revista *Vogue*, em Paris, mas poucos anos depois mudaria completamente os rumos de sua carreira, tornando-se, ao lado de Delphine, uma importante diretora de cinema militante feminista nos anos 1970, provavelmente muito influenciada por novos debates sobre cinema, política e sexualidade que se fortaleceram nos eventos do maio de 1968.

Os acontecimentos do maio de 1968 francês reverberaram não só na Europa, mas potencializaram ideias já gestadas por jovens de diversos locais do mundo. Além de quebrarem diversos paradigmas na sociedade ocidental, sendo lembrados até hoje como o momento decisivo para a consolidação da revolução dos costumes, maio de 1968 também trouxe novidades à estrutura das produções audiovisuais, pois a leveza e praticidade das câmeras de 8mm com som direto permitiram a produção dos *ciné-tracts*³. Esses pequenos filmes inauguraram o movimento do cinema militante francês, idealizado como uma nova maneira de organizar as imagens de estudantes, operários e operárias que estrelavam os acontecimentos em Paris. Assim, o que ocorreu em 1968 também foi importante para uma transformação estética e política do registro imagético de manifestações públicas (LECLER, 2013). Na década de 1970, o lançamento da *Portapak* abriu novas possibilidades técnicas, narrativas e políticas ao movimento. Com o aumento da comercialização das

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Foi bolsista da Comissão da Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), onde atualmente é bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa no Projeto CNPq Políticas da Emoção e do Gênero na Resistência às Ditaduras no Cone Sul. E-mail: alinanunes2@gmail.com.

² Carole Roussopoulos, nascida na Suíça, teria sido a primeira mulher a comprar uma câmera de vídeo na França, e alguns textos dizem que Carole comprou a câmera de Godard. Os trabalhos de Hélène Fleckinger (2009) abrangem a trajetória de Carole.

³ Os *ciné-tracts* (tradução literal: “cine-folhetos”) são o conjunto de pequenos filmes, geralmente sem autoria, realizados durante os eventos do maio de 1968.



câmeras de vídeo na França, diversos grupos passaram a produzir cinema militante, favorecendo a militância política em vários grupos, pois, ao engajarem a produção audiovisual à serviço de uma causa, eram pensadas novas ferramentas para a propagação de debates e ideias. O cinema militante, segundo Lecler (2013), politizou toda uma geração de jovens cineastas, construindo modelos a serem seguidos pelo movimento ao longo de toda a década seguinte. A câmera de vídeo transformou-se numa ferramenta de luta política, servindo como suporte aos novos movimentos sociais que se fortaleciam ao longo da década de 1970 (LECLER, 2013).

Dentre esses movimentos, consolidava-se no cenário ocidental a “segunda onda”⁴ do movimento feminista. A “primeira onda” teria ocorrido no final do século XIX e início do século XX, pautada principalmente na luta pela reivindicação pelos direitos econômicos, sociais e políticos, sendo a luta pelo sufrágio feminino uma das principais reivindicações do movimento (PEDRO, 2006). Creio que seja importante remarcar que as mulheres que estavam à frente da luta desse movimento de “primeira onda” eram, em sua maioria, brancas e pertencentes às altas camadas da sociedade. Por outro lado, já na segunda metade do século XX, o feminismo de “segunda onda” alcançou mulheres de outras etnias, classes e sexualidades. Nesse momento, as pautas do feminismo reivindicavam uma luta estrutural, que visava o combate ao patriarcado. As feministas também refletiam sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, construindo grupos de reflexão, onde, juntas, percebiam que as questões antes vistas como privadas e até proibidas de serem discutidas em público eram questões políticas, que precisavam ser enfrentadas de forma coletiva pelas mulheres (PEDRO, 2012). Pleiteando o diálogo com cada vez mais mulheres, o movimento feminista necessitava de novas ferramentas para a propagação dos debates e ideias. Assim, muitas feministas buscaram engajar produções audiovisuais às suas pautas, favorecendo sua militância e resistência política através da arte. Por mais que algumas artistas não se dissessem feministas, pode-se considerar que muitas obras de autoria feminina desse período tem um caráter feminista, pois “a arte faz política antes que os artistas o façam” (RANCIÈRE, 2010, p. 51).

O *Movement de Libération des Femmes* (M.L.F.), fundado em 1970, foi iniciado no contexto de renovação cultural proposto pela geração de 1968, que julgavam que novas táticas de militância eram sempre bem-vindas, assim como no contexto da “segunda onda” do feminismo ocidental. O cinema militante, ao engajar a produção audiovisual à serviço de uma causa, favoreceu a militância feminina e feminista no sentido de fornecer novas ferramentas para a propagação dos debates e ideias. Ao invés de se juntarem com cineastas militantes já renomados como Jean-Luc Godard ou Chris Marker, muitas mulheres cineastas acabaram por se unir exclusivamente entre si, o que era, por si só, um ato de resistência política, pois esses grupos eram espaços que iam contra a hierarquia e a autoridade da indústria do cinema. *Vidéo 00*, *Vidéa* e *Vidéo Out* foram alguns dos coletivos de mulheres que surgiram no período (LECLER, 2013). Destaco, ainda, a criação do coletivo *Les Insoumuses*, fundado por Carole Roussoupoulos, Delphine Seyrig e Iona Wieder, todas integrantes do M.L.F. Primeiramente, elas nomearam seu coletivo *Les femmes s’amusement*, “as mulheres se

⁴ Existe uma discussão sobre a utilização do termo “ondas” do feminismo, já que esse termo evocaria a construção cronológica e positivista de uma narrativa progressista do movimento, como aponta Hemmings (2009). Essa narrativa ignora que o feminismo vem sendo construído constantemente desde o fim do século XIX (CRESCÊNCIO; PEDRO; WOLFF, 2016). Entretanto, reconheço que a utilização do termo “ondas” do feminismo é importante para demarcar o contexto histórico sobre o qual se discute. Assim, quando utilizado, o termo estará entre aspas.



divertem”. Mais tarde, o coletivo foi renomeado para *Les Insoumuses*, um neologismo entre as palavras *insoumises* (insubmissas) e *muses* (musas). Entre 1971 e 1980, o coletivo produziu dezenas de documentários feministas em formato de vídeo, dialogando com temáticas como o aborto e o feminismo lésbico (JEANJEAN, 2011).

Nos Estados Unidos, a produção audiovisual já era frequente no meio da contracultura mesmo antes da chegada das câmeras de vídeo. Desde os anos 1960, as câmeras Super 8 da Kodak, colocadas no mercado em 1965, permitiam a captação de som, gravando sincronizadamente o som e a imagem. De forma similar à França, a popularização da câmera Portapak nos primeiros anos da década de 1970 trouxe novas possibilidades de expressão a esses movimentos de contracultura. Segundo Oliveira (2001, p. 258), nos Estados Unidos, “estas primeiras experiências com o vídeo foram marcadas pelo acirramento da crítica ao establishment e pelo ambiente da contracultura, dialogando com as diversas práticas artísticas de dissolução da obra como algo fechado”. Nesse mesmo sentido, a utilização do vídeo foi atravessada pelo conceito da “televisão de guerrilha”, termo que apareceu pela primeira vez em um manifesto de 1971 assinado por Michael Shamberg e a *Raindance Corporation* (BOYLE, 1997). O manifesto condenava a massificação dos meios de comunicação, principalmente da televisão, e afirmava que o vídeo seria uma das formas de descentralizar essa produção de imagens ao dar espaço para a fala de outros sujeitos. Os vídeo-guerrilheiros acreditavam poder modificar toda a estrutura dos meios de informação dos Estados Unidos (BOYLE, 1997), mas, no início dos anos 1980, esse objetivo se mostrou uma mera utopia – o que não invalida a importante experiência desses coletivos de vídeo.

O que há de diferente entre o movimento do vídeo na França e nos Estados Unidos é que neste último as produções independentes conseguiram ocupar algum espaço na televisão, levando importantes pautas políticas para o meio das TVs de acesso público, como as TVs comunitárias. Segundo Oliveira (2001, p. 75), nos Estados Unidos, as operadoras de televisão eram obrigadas a fornecer toda a infraestrutura necessária para o funcionamento das TVs comunitárias. Além disso, algumas emissoras de televisão realizavam oficinas e pesquisas sobre as novas possibilidades técnicas e estéticas do vídeo, financiadas principalmente por uma instituição filantrópica chamada *Public Broadcasting Service*, fundado em 1969 (FECHINE, 2007). Rita Moreira, que produziu seus vídeos no contexto da televisão de guerrilha, conta que além de enviarem os vídeos para exibição em festivais e em universidades, ela e sua companheira, Norma Bahia Pontes, conseguiam exibir os vídeos na televisão. Ela diz que “havia dois canais a cabo – *cable TV*, que eram *Public TV* e *Manhattan TV*. Então, [os vídeos] eram bastante exibidos mesmo”.⁵

Além da exibição de vídeos na televisão, os artistas e, especialmente, as artistas, passaram a ocupar novos espaços para a exibição de suas produções. Museus, festivais e coletivos foram importantes espaços de sociabilização, possibilitando a construção política e artística de muitas mulheres. Esses espaços, que permitiram que mulheres falassem livremente entre si, eram espaços de troca. A criação da *Artists in Residence Gallery* (A.I.R. Gallery) em 1972, a primeira galeria exclusivamente feminina de Nova Iorque, significou a consolidação de um espaço para essas trocas.

⁵ MOREIRA, Rita. Entrevista concedida a Alina Nunes. São Paulo, SP, Brasil. 02/04/2019. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrição realizada por Alina Nunes.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Nesse período, foram formados diversos coletivos de vídeo de mulheres e festivais anuais de vídeo eram organizados por elas, prevalecendo os vídeos documentários com temáticas feministas. Martha Gever (1983, p. 2) argumenta que “for feminist artists, then, making documentary films, arts, and now videotapes [...] usually proposes a redefinition of ‘reality’ by asserting the validity of women’s existence and experiences, by challenging accepted ideas about those experiences”.⁶ Julie Gustafson, Cara DeVito e Nancy Cain foram alguns dos nomes que colocavam em seus vídeos temas dos debates do feminismo que giravam em torno de temas como sexualidade, casamento, violência física e sexual, entre outros (GEVER, 1983). Além disso, destacam-se nomes como Ana Mendieta, Suzanne Lacy e Martha Rosler, que trabalhavam com alguns temas feministas em comum, como, por exemplo, a normalização do estupro e do feminicídio no país. As três artistas se utilizaram do vídeo como importante meio de realização de suas obras. Rita Moreira, artista brasileira que morou nos Estados Unidos durante os anos 1970, produzia vídeos feministas ao lado de sua companheira, Norma Bahia Pontes. *Lesbian Mothers* (1972), *Lesbianism Feminism* (1974) e *She has a beard* (1975) foram alguns dos vídeos produzidos que dialogavam com temáticas do movimento lésbico e do movimento feminista. Era comum que os vídeos produzidos por essas mulheres mostrassem conversas entre uma voz em *off* – normalmente, a voz da produtora do vídeo – e o rosto de alguma mulher que responde às perguntas da voz em *off* (GEVER, 1983). Às vezes, é possível perceber uma estética ligada a uma espécie de “humor” feminista muito característico da linguagem militante do *Women’s Liberation Movement* (W.L.M.), um dos grupos de compunha a militância feminista nos Estados Unidos.

No início dos anos 1980, nos Estados Unidos, a euforia dos usos políticos do vídeo desvaneceu. Isso ocorreu principalmente porque a promessa utópica da descentralização da televisão e das novas relações sociais não se consolidou. Ainda que o vídeo não tenha, de fato, desestruturado os meios de comunicação em massa, nos anos 1980, em muitos países da América Latina, os projetos de vídeo estiveram vinculados aos mais diversos movimentos sociais e pensados como parte de um circuito alternativo de informação à parte dos circuitos tradicionais (SANTORO, 1989).

É importante ressaltar que durante o momento de expansão da produção de vídeos por grupos ligados a movimentos sociais como o feminismo, a América Latina estava inserida em um contexto de ditaduras militares. No Brasil, o golpe militar de 1 de abril de 1964 instaurou uma violenta ditadura que durou 21 anos, terminando somente em 1985. Mas, em regimes de exceção, a resistência traça seu caminho em diferentes campos. Além da militância política do movimento estudantil, da luta armada ou daquela organizada por partidos de esquerda, em outros campos foi exercida a resistência, como é o caso da resistência cultural. Assim, ideias de resistência também circularam nas artes plásticas, no teatro, na música e no meio audiovisual, fazendo do campo artístico um palco de embates políticos.

Na primeira semana de março de 1967, em Viña del Mar, no Chile, cineastas de toda a América Latina reuniram-se pela primeira vez no Encontro de Cinema Latino-americano, consolidando o movimento conhecido por Novo Cine Latino-americano. Entre as décadas de 1960 e 1970, o Novo Cine embasou teoricamente o cinema político em todo o continente, traçando uma

⁶ “Para artistas feministas, produzir documentários, fotografias e, agora, vídeos [...] geralmente propõe a redefinição da “realidade” ao afirmarem que a existência e as experiências das mulheres são válidas, desafiando ideias comumente aceitas sobre essas experiências” (GEVER, 1983).



crítica anti-imperialista ao reconhecer uma singularidade própria do fazer cinematográfico latino-americano frente ao avanço do cinema hollywoodiano (NÚÑEZ, 2009). Num geral, os cineastas envolvidos nesse movimento alinhavam a experimentação estética ao engajamento político, inspirados pelo movimento do cinema cubano. No Brasil, o Novo Cine Latino-americano materializava-se no movimento conhecido como Cinema Novo, este guiado pela conhecida frase de Glauber Rocha “uma ideia na cabeça e uma câmera na mão”. O Cinema Novo, movimento iniciado pouco antes do golpe militar de 1964, “desenvolveu-se em um terreno de resistência a uma TV dominada por interesses políticos e econômicos, direcionada para o controle social” (SANTORO, 1989, p. 57). Além de se à massificação dos meios de comunicação ao permanecer ausente do circuito televisivo comercial, no movimento do Cinema Novo “falou a voz do intelectual militante mais do que a do profissional de cinema” (XAVIER, 2001, p. 28).

Mesmo que os cineastas do Cinema Novo sejam retratados como “revolucionários”, é importante lembrar que a revolução proposta por eles era uma revolução pela metade, como definiu Ana Maria Veiga (2013). Os cineastas do Cinema Novo “não colocaram em cena o problema da situação inferiorizada das mulheres na sociedade; ao contrário, muitos diretores apenas reafirmaram ou naturalizaram esta questão” (VEIGA, 2013, p. 41), mesmo que as mulheres tenham participado da consolidação dos movimentos do cinema moderno brasileiro (1960-1980) tanto quanto os homens. Já nos anos 1960, Helena Solberg produziu seu primeiro filme, *A entrevista* (1966), uma obra de vanguarda, “o marco fundante do cinema brasileiro moderno de autoria feminina” (HOLANDA, 2017, p. 50). O documentário de 19 minutos mescla imagens de uma mulher que passeia pelas ruas do Rio de Janeiro e se arruma para seu casamento às vozes de várias mulheres que conversam sobre temáticas como virgindade, casamento, independência financeira, entre outros aspectos que circundavam a vida das mulheres de classe média daquele período.

É importante falar de *A entrevista* porque, ao contrário dos documentários produzidos pelos cineastas homens do Cinema Novo que “não continham o ímpeto de diagnosticar o país e sua população por meio de uma voz *off* que realinhava qualquer tentativa de ambiguidade do discurso”, o filme de Solberg “não só se afasta de uma voz totalizante, uníssona, que não se preocupa em enunciar algum saber, mas também traz dilemas caros à época para o centro do filme; é inteiramente protagonizado por mulheres e não fala do *outro*, mas do *mesmo* de classe” (HOLANDA, 2017, p. 51-52). A não-utilização da voz *over* para guiar a narrativa do documentário também foi um recurso utilizado pelas mulheres que produziram vídeos feministas nos anos 1970 e 1980, especialmente Rita Moreira e Jacira Melo.

Além disso, é importante pontuar que a trajetória de diversas feministas que produziram vídeos nos anos 1970 e 1980 iniciou-se no cinema. Foi o caso de Norma Bahia Pontes, que “era uma grande, grande cineasta.” (MOREIRA, 2019, p. 8). Rita lembra que “a primeira vez que eu vi um documentário foi na casa dela. Ela estudou na França, no IDHEC, que é um instituto de cinema, o mesmo que o Resnais..., e ela era daquela geração dos que falavam francês, dos cineastas daquele tempo.” (MOREIRA, 2019, p. 8). Jacira Melo também rememora que sua primeira experiência audiovisual foi no cinema, e envolvia, também, o feminismo:

Minha experiência com vídeo... primeiro foi uma experiência de cinema. E que tem a ver com feminismo. [...] nós criamos o S.O.S. Mulher, aqui em São Paulo, partimos



de quatro pessoas, formamos um grupo [...]. Nisso tudo, o que acontece? Um grupo de mulheres começa a escrever um projeto para um curta-metragem com mulheres prostitutas. E aí, como a gente se conhecia, todo mundo era feminista, essas mulheres eram do *Brasil Mulher*, um grupo, nesse momento, com uma visão mais avançada, já pensando prostituição, homossexualidade [...]. E me chamaram para pensar esse roteiro, para pensar esse trabalho desse curta-metragem. Nós fizemos um projeto, o projeto foi aprovado pela Secretaria Estadual de Cultura, que à época tinha chamadas públicas para roteiros de curta-metragem, de longa-metragem etc. Foi um dos premiados. E nós fizemos esse curta-metragem na Boca do Lixo. (MELO, 2018, p. 7).

Embora os movimentos de cinema ligados ao Novo Cine Latino-americano tenham entrado em crise no fim da década de 1970, envoltos na intensa repressão das ditaduras e na falta de financiamento às produções, o compromisso de aliar cinema e política permaneceu como a ordem do dia dos cineastas e das cineastas. A partir dos anos 1980, em meio à crise do cinema latino-americano, a difusão do vídeo surge como uma nova possibilidade para a retomada das discussões iniciais do movimento do Novo Cine Latino-americano (SANTORO, 1989).

Os debates sobre comunicação alternativa popularizaram-se na América Latina “sobretudo pela extrema desigualdade, opressão e injustiça social existentes, articulada com movimentos populares que, diante dessas condições sociais, mobilizam-se para estabelecer mecanismos de contestação e organização”. Como aponta uma pesquisa de 1985 coordenada pelo Ipal de Lima (1985 apud SANTORO, 1989, p. 60), “esse uso do vídeo foi também uma resposta à centralização e à censura/autocensura oficial e comercial nos meios de comunicação em massa”.

Tanto no Chile quanto na Bolívia, o desenvolvimento do vídeo se deu durante as ditaduras de Pinochet (1973-1990) e Banzer (1971-1978), respectivamente. A produção de vídeos no Chile iniciou no contexto da luta contra a ditadura de Pinochet, já no final da década de 1970, articulando os movimentos sociais, políticos e culturais na resistência. A partir dos anos 1980, os usos do vídeo cresceram assim como os movimentos que pediam pela redemocratização do país, cabendo destacar a criação de organizações populares que buscavam espaço para a difusão das informações acerca da luta pela democracia utilizando o vídeo (SANTORO, 1989). Nesse sentido, segundo Henrique Oliveira (2001, p. 74), surge no Chile o conceito de “vídeo democrático”, definido pelo chileno Hermann Mondaca como “as múltiplas expressões que surgiram de forma independente ao ‘oficialmente permitido’ pelo Estado Autoritário e que colocou como uma contracultura à ditadura”, elucidando que os grupos e indivíduos que se dedicam à produção de vídeo “com seu esforço e anonimato têm registrado em províncias e em Santiago a memória do nosso povo nestes anos”. Na Bolívia, considerando as múltiplas etnias que compõem seu território, o vídeo desenvolveu-se no sentido de fortalecer os espaços e canais autônomos que fortalecem a identidade desses diferentes grupos, ampliando a atuação de movimentos sociais bolivianos (SANTORO, 1989). Ao longo da década de 1980, o espaço para o vídeo nos festivais internacionais de cinema na América Latina apresentou crescimento considerável, redirecionando os objetivos do Novo Cine Latino-americano. Em todo o continente foram organizados encontros, seminários e festivais que tinham como intuito discutir a importância e os desdobramentos dos usos do vídeo, bem como a sua relação com o cinema e a televisão.



No Brasil, a difusão das câmeras de vídeo e dos videocassetes ocorreu principalmente nas galerias de arte do Rio de Janeiro e São Paulo. O vídeo chegou ao país através do diplomata e diretor de cinema Jom Tob Azulay, que trouxe uma *portapack* dos Estados Unidos para o Rio de Janeiro em 1974, colocando-a à disposição de uma geração de artistas que experimentava o uso de novas técnicas, novas mídias, novos conceitos e novas estéticas (COCCHIARALE, 2007). O vídeo acabou por ocupar o lugar que antes era ocupado pelas câmeras Super 8, utilizadas, normalmente, pelos cineastas da contracultura brasileira nos anos 1970, como Torquato Neto ou Lygia Pape. Entretanto, estando o país localizado na América Latina marcada pelos regimes autoritários e pelas condições impostas pelo capitalismo dependente, o acesso ao vídeo no Brasil era muito limitado a esses pequenos grupos de artistas, pelo menos até o início dos anos 1980. Entre os anos 1970 e 1980, temos, entre outras artistas, Leticia Parente como pioneira no uso do vídeo para a produção artística. Como exemplo do diálogo da artista com ideias do feminismo temos o vídeo *Preparação I* (1975), que questiona os estereótipos de feminilidade que definem o cotidiano de muitas mulheres.

O fim da censura e a queda dos Atos Institucionais em dezembro de 1978 criou um ambiente favorável para a circulação de produção cultural e política em todo o país. Filmes e livros antes censurados puderam ser lançados. Foi o caso de *Os homens que eu tive*, filme de Tereza Trautman⁷, das dezenas de livros de Cassandra Rios⁸, e mesmo da publicação do *Relatório Hite*⁹, que trouxe novas perspectivas sobre a sexualidade feminina no período. Ainda, o sentimento de liberdade inspirou novas produções políticas e culturais, agora sem o temor da censura. No contexto dessa atmosfera política mais aberta, em 1983 foi fundado o coletivo feminista *Lilith Vídeo*, composto por Jacira Melo, Silvana Afram e Márcia Meireles. Nesse período, o movimento feminista intensificava-se e chegava paulatinamente em locais onde antes não havia discussões feministas, fazendo-se necessárias outras ferramentas para a difusão de suas discussões. Dessa forma, o feminismo toma o vídeo como mais um componente de sua luta.

Assim, alinhado aos movimentos sociais que ascendiam na resistência à ditadura, os usos do vídeo foram expandidos principalmente por conta do lançamento do primeiro *camcorder* da Sony, em 1983 (OLIVEIRA, 2001). O desenvolvimento do vídeo facilitou a produção audiovisual dos movimentos feministas, principalmente porque o vídeo “propiciou autonomia às realizadoras e o barateamento dos custos de produção, o que permitiu a popularização dos filmes entre os mais

⁷ Tereza Trautman tinha 20 anos quando lançou *Os homens que eu tive*, em 1973, e foi considerada pela crítica cinematográfica como a primeira mulher a dirigir um longa-metragem no cinema moderno brasileiro. No enredo do filme, a personagem principal, Pity, encarna a revolução dos costumes que atravessava as jovens mulheres da classe média carioca, tendo uma relação amorosa com dois homens ao mesmo tempo. Por conta de uma denúncia na noite de estreia do filme no Rio de Janeiro, o filme não chegou ao circuito de São Paulo, interditado pela censura até 1983.

⁸ Cassandra Rios, pseudônimo de Odette Rios, nasceu em São Paulo, em 1932, e é considerada a vanguarda da literatura lésbica no Brasil. Lançou seu primeiro livro com apenas 16 anos, em 1948 – o enredo da obra descrevia experiências sexuais lésbicas, e foi censurado em 1962. Já durante a ditadura, Rios teve 36 dos seus 50 livros publicados censurados, mas conseguiu driblar a censura em alguns momentos ao utilizar pseudônimos masculinos ou estrangeiros. Além de ter sido a autora mais censurada da ditadura, Cassandra Rios foi recorde de vendas durante o regime, tornando-se, em 1970, a primeira brasileira a vender 1 milhão de exemplares.

⁹ Shere Hite publicou o *Relatório Hite sobre a Sexualidade feminina* nos Estados Unidos em 1976, mas foi proibido no Brasil até 1978. A pesquisa de Hite foi feita a partir de relatos de mulheres de 14 a 78 anos, e trouxe importantes conclusões sobre a sexualidade feminina, salientando a importância da masturbação e do orgasmo clitoriano, desmistificando a ideia do orgasmo alcançado por meio da penetração. Nos relatórios, Shere Hite se posiciona como feminista, e deixa claro que o direito de escolher não ter relações sexuais também é um exercício da liberdade sexual.



diversificados setores da sociedade” (SELEM, 2013, p. 42). O coletivo *Lilith Vídeo* produziu vídeos que abordavam temas engajados às questões do feminismo dos anos 1970 e 1980. Maria Célia Selem (2013, p. 42) destaca que “nas décadas de 1970 e 1980 as feministas utilizavam diversos meios alternativos para divulgar suas ideias [...] aos poucos, começam também a utilizar o vídeo como meio de expressão feminista. Estas eram produções mais independentes, desenvolvidas por meio de um trabalho coletivo”. O coletivo *Lilith Vídeo* participou ativamente dos movimentos que tomavam as ruas do país no período da redemocratização pós-ditadura, produzindo vídeos ao lado de diversas organizações feministas como o S.O.S. Mulher e o Conselho Estadual da Condição Feminina (CEFC). Alguns dos vídeos do coletivo foram: *Contrário ao Amor* (1986), *Constituinte*, *Alerta Mulher* (1986), *Mulheres no Carnaval* (1986) e *Mulheres Negras* (1986).

A partir dos anos 1980, após a promulgação da Lei da Anistia, movimento feminino pela Anistia desdobrou-se em diversos outros movimentos de mulheres. O Jornal *Mulherio* foi um importante veículo de divulgação dos debates feministas no período, e em 1982 passou a pensar no feminismo dentro do ambiente político tradicional, expondo as propostas de candidatas ao Legislativo que levantavam as bandeiras do feminismo e mobilizando-se dentro da campanha “Diretas Já”, que, entre 1983 e 1984, exigia o voto direto para a eleição do Presidente da República (TELES, 2017). Assim como a segunda onda do feminismo no Brasil não se desenvolveu descolada da realidade social brasileira de luta de classes e luta pela democracia, a formação do *Lilith Vídeo* ocorreu em meios de discussões sobre feminismo e política. As memórias de Jacira Melo sobre esse período demonstram que o vídeo propunha cobrir acontecimentos ignorados pelos meios de comunicação audiovisual:

E aí tem uma coisa interessante que eu até anotei... então nós estamos num ambiente ainda de regime autoritário, em que as questões sociais recebiam uma cobertura tímida do telejornalismo brasileiro, nós estamos falando de imagem e sons, nós estamos falando que a rede Globo não cobre um dos grandes atos civis no Brasil por eleições diretas que aconteceu na Praça da Sé, nós estamos falando desse ambiente.¹⁰

Assim, segundo Santoro (1989, p. 59), o contexto inicial da redemocratização ocasionou “uma intensificação das manifestações de comunicação ao nível das bases sociais, isto é, da *comunicação popular*”. Assim, “o vídeo chega aos grupos e movimentos populares como um componente de luta” (SANTORO, 1989, p. 60) frente ao silêncio das grandes emissoras de televisão em relação às convulsões sociais que vinham acontecendo no país durante a abertura política. O vídeo foi um importante instrumento político para diversos grupos que ascenderam no contexto da redemocratização do país. Mas, ao contrário dos Estados Unidos com sua *public TV*, no Brasil, não houve muito espaço para a produção de vídeos na televisão aberta. A infraestrutura de exibição era praticamente doméstica, o que foi possível porque, na década de 1980, o videocassete caseiro era mais acessível à classe média e alta brasileira. Dessa forma, a exibição dos vídeos era “consubstanciada nos aparelhos de videocassete disponíveis em sindicatos, associações e residências, propiciando uma maior difusão dos vídeos” (OLIVEIRA, 2001, p. 35-36). Rita Moreira conta que

¹⁰ MELO, Jacira Vieira de. Entrevista concedida a Alina Nunes. São Paulo, São Paulo, Brasil, 19/07/2018. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrição realizada por Alina Nunes.



uma das primeiras exposições dos seus vídeos no Brasil foi justamente no contexto da domesticação do videocassete, nos anos 1980, na casa de seu psicanalista.

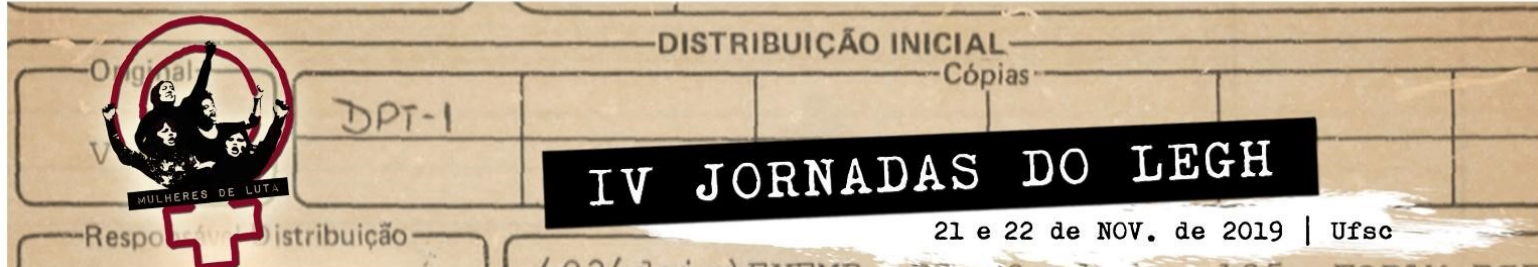
[...] eu era cliente do Gaiarsa, já ouviu falar? Gaiarsa era um psicanalista famoso, que já morreu também. José Ângelo Gaiarsa. E ele tinha um aparelhinho de vídeo, então eu fui mostrar meus vídeos, lembro que eu fui mostrar lá para um pessoalzinho. [...]. Umas oitos pessoas, aqui no Brasil. [...]. [nos] anos 1980. (MOREIRA, 2019, p. 19).

Além da exibição doméstica dos vídeos, espaços de sindicatos e museus também eram ocupados para a exibição de vídeos feministas. Foi em um museu que Norma Bahia Pontes e Rita Moreira conseguiram espaço para exibir seus primeiros vídeos no Brasil, em 1977. Em maio, alguns dos artistas que realizavam trabalhos com vídeo inauguraram o Espaço B do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo com a exposição *7 Artistas do Vídeo*. Quatro dos sete eram mulheres: as artistas Ana Bella Geiger, Letícia Parente, Miriam Dnowski e Sônia Andrade compuseram a mostra ao lado de outros três artistas homens (COSTA, 2007). Mais tarde, no mesmo 1977, foi organizada a mostra *Vídeo no MAC*, que trouxe, além de outros artistas, a videoarte de Sônia Andrade e os vídeo-documentários feitos por Rita Moreira e Norma Bahia Pontes em Nova Iorque (COSTA, 2007). A abertura de um espaço para vídeos feministas revela que os debates sobre o feminismo estavam adentrando novos espaços no Brasil. Assim, no Brasil dos anos 1980, o vídeo se desenvolveu acompanhando a ascensão dos chamados “novos movimentos sociais”, que se valiam da popularização dos videocassetes para a difusão de suas produções. Dentro do movimento sindical e do movimento feminista, a produção de vídeo trazia às telas novos atores sociais, fortalecendo os debates anteriormente propostos pelo Novo Cine Latino-americano que afirmava que a política e a arte – o cinema, o vídeo – eram indissociáveis.

Portanto, considero pertinente ressaltar a importância de espaços de sociabilização feminina para a construção política e artística de muitas mulheres. Museus, festivais de vídeo para mulheres ou encontros feministas, espaços que permitem que mulheres falem livremente entre elas são espaços de troca. A troca pode ser artística, pois fornecem um espaço para a apresentação e circulação de novas produções, mas também é política – nesses espaços, articulam-se redes de mulheres que entrecruzam contatos, experiências e afetos. Esses espaços de troca entre mulheres funcionam, de certa forma, como os grupos de tomada de consciência dos movimentos feministas dos anos 1960 e 1970. São locais que permitem que se perceba que o pessoal é político.

A artista mexicana Mónica Mayer afirmou que “si uno pretende hacer un arte revolucionario en términos políticos, primero tiene que serlo en términos artísticos”¹¹ (MAYER, 2007, p. 404). Assim, a busca de novas estéticas está intimamente ligada à política, e, com a difusão das câmeras de vídeo, essa nova estética é possibilitada. Segundo Philippe Dubois, para pensarmos o vídeo, talvez devêssemos “considerá-lo como um pensamento, um modo de pensar. Um estado, não um objeto. O vídeo como estado-imagem, como forma que pensa (e que pensa não tanto o mundo quanto as imagens do mundo e os dispositivos que as acompanham)” (DUBOIS, 2004, p. 100). O vídeo, portanto, pode ser visto como uma imagem-ato: “o domínio singular que nos ocupa possui uma única

¹¹ “Se alguém pretende fazer uma arte revolucionária em termos políticos, primeiro deve fazê-lo em termos artísticos”.



palavra, vídeo, para designar ao mesmo tempo e indistintamente (e daí uma de suas singularidades primeiras) o objeto e o ato que o constitui. A imagem como olhar ou o olhar como imagem” (DUBOIS, 2004, p. 72). É interessante que, ao considerarmos a produções de vídeos de mulheres, pensemos no olhar das mulheres como uma imagem: a produção de vídeos feministas é um ato de resistência, uma imagem-ato.

Referências

BOYLE, Deridre. *Subject to Change: Guerrilla Television Revisited*. New Iorque: Oxford University Press, 1997.

COCCHIARALE, Fernando. Primórdios da videoarte no Brasil. In: MACHADO, Arlindo (Org.). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 61-68.

COSTA, Cacilda T. Videoarte no MAC. In: MACHADO, Arlindo (Org.). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 69-73.

COSTA, Maria Alice. COELHO, Naiara. A(r)tivismo feminista – intersecções entre arte, política e feminismo. *Confluências*. Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 20, n. 2, p. 25-49, 2018.

CRESCÊNCIO, Cintia L. PEDRO, Joana M. WOLFF, Cristina S. Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul. In: ROCHA, Marcos A. M. *Feminismos Plurais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

DELPHINE et Carole, Insoumuses. Direção de Callisto Mc Nulty. França e Suíça: MPM Premium, 2019. (69 min.).

DUBOIS, Philippe. *Cinema, vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FECHINE, Yvana. O vídeo como um projeto utópico de televisão. In: MACHADO, Arlindo (Org.). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 85-110.

FLECKINGER, Hélène. Une révolution du regard. Entretien avec Carole Roussopoulos, réalisatrice féministe. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 28, n. 1, p. 98-118, 2009.

GEVER, Martha. Video Politics: Early Feminist Projects. *Afterimage*, v. 11, n. 1-2, 1983.

HOLANDA, Karla. Cinema brasileiro (moderno) de autoria feminina. In: HOLANDA, Karla. TEDESCO, Marina Cavalcanti. (Org.). *Feminino e plural: Mulheres no cinema brasileiro*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2017, p. 43-58.

JEANJEAN, Stéphanie. Disobedient Video in France in the 1970s: Video Production by Women’s Collectives. *Afterall: A Journal of Art, Context and Enquiry*, n. 27, 2011.

LECLER, Romain. Gauchir le cinéma: un cinéma militant pour les dominés du champ social (1967-1980). *Participations*, n. 7, p. 97-125, 2013.



MACHADO, Arlindo (Org.). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 61-68.

MAYER, Mónica. De la vida y el arte como feminista. In: CORDERO, Karen; SÁENZ, Inda. *Crítica feminista en la teoría e historia del arte*. Cidade do México: Universidade Iberoamericana, 2007.

NÚÑEZ, Fábian R. M. O que é Nuevo cine Latinoamericano? O Cinema Moderno na América Latina segundo as revistas cinematográficas especializadas latino-americanas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Comunicação, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Tecnologias audiovisuais e transformação social: o movimento de vídeo popular no Brasil (1984-1995)*. Tese (doutorado em História), Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC-SP. São Paulo, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, p. 249-272, 2006

PEDRO, Joana. M. O feminismo de ‘segunda onda’: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

RANCIÈRE, Jacques. Política da arte! *Urdimento*. Revista de Estudos em Artes Cênicas. Florianópolis: UDESC/CEART, v. 1, n. 15, p. 45-69, out. 2010.

SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial, 1989.

SELEM, Maria Célia Orlato. *Políticas e poéticas feministas: imagens em movimento sob a ótica de mulheres latino-americanas*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 2013.

SARMET, Érica. TEDESCO, Marina Cavalcanti. Articulações feministas no cinema brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. In: HOLANDA, Karla. TEDESCO, Marina Cavalcanti. (Org.). *Feminino e plural: Mulheres no cinema brasileiro*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2017, p. 115-129.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VEIGA, Ana Maria. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2013.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.



Entrevistas

MELO, Jacira Vieira de. Entrevista concedida a Alina Nunes. São Paulo, São Paulo, Brasil, 19/07/2018. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrição realizada por Alina Nunes.

MOREIRA, Rita. Entrevista concedida a Alina Nunes. São Paulo, SP, Brasil. 02/04/2019. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrição realizada por Alina Nunes.

“A revolutionary machine has been released!”: feminist uses of the video in the 70’s and 80’s

Abstract: This paper aims to elucidate the uses of video as a tool for feminist mobilization and resistance in the context of the 1970s and 1980s. For a better understanding of the subject of this paper, it is important to draw parallels between the uses of video in Latin America and the northern hemisphere, especially in the United States and France. While these two countries the video was widespread in the 1970s through a promise of subversion of the television networks in Latin America in the 1980s, it was linked to the new social movements, including feminism. It is important to understand video as a tool of resistance, reflecting on the potentiality of art as a discourse of political resistance in both dictatorship and democracy contexts. Besides the use of the literature on the topic, I use as primary sources interviews conducted with Rita Moreira and Jacira Melo, two women who produced videos in the United States and Brazil.

Keywords: Video. Feminism. Women’s History.



MULHERES EM AÇÃO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO DENTRO DA MILITÂNCIA DE RESISTÊNCIA À DITADURA

Allana Letticia dos Santos¹

Sarah Pinho da Silva²

Resumo: A Ditadura Militar brasileira compreendeu um período de luta e resistências políticas, organizadas, predominantemente, pelas esquerdas. Concomitante a esse processo, ressurgiu, no Brasil, os feminismos de Segunda Onda, os quais colaboraram para aprofundar as discussões sobre gênero. Nesse estudo, buscamos entender as relações de transformação ocorridas nesse período, visto que as mulheres passaram a integrar, com maior atuação, as esquerdas. Assim, apreender sobre a inserção feminina, nesse campo político de disputas, no qual os homens têm historicamente o lugar de fala, é perceber qual foi o espaço dado a essas mulheres militantes. Depreender, portanto, da dicotomia masculino/feminino é necessário, pois, o processo dialético, no qual se inserem essas categorias, nos diz sobre a forma de se estruturar uma oposição ao regime militar, em que, muitas vezes, as mulheres foram preteridas por seus companheiros de militância. Nesta pesquisa, utilizamos as fontes orais, levando-se em consideração que o objetivo do estudo é analisar as relações de poder dentro do movimento de resistência, portanto, as narrativas são os principais instrumentos para a construção desse trabalho. Para compreendermos o desenvolvimento dos discursos narrativos, utilizamos a memória como fonte histórica. Analisaremos os processos da memória, utilizando os conceitos de “memória comunicativa” de Aleida Assmann e de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs, pois, entendemos a memória como uma concepção não, apenas, individual, mas também, social. A partir da investigação das fontes e da bibliografia consultada, ponderamos que os elementos que estruturaram o “ser mulher militante” estavam influenciados pelas relações de gênero e valores compartilhados no período vivenciado pelas entrevistadas. Verificou-se que os grupos, dos quais as mulheres fizeram parte, mantinham as relações entre homens e mulheres firmadas na hierarquia de gênero comum à época, que era traduzida na divisão sexual do trabalho, cedendo às mulheres os postos de menor prestígio, visibilidade e importância.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Memória. Militância. Mulheres.

Introdução

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), muitos foram os embates travados, tendo em vista o processo de resistência iniciado, ainda, no período do golpe³, em 1964. Várias organizações de esquerda surgiram, nesse momento, e buscaram combater o regime e o autoritarismo vigente. Nesse processo de mobilização, mas também, organizativo, ressurgem, no Brasil, em meados da

* Essa pesquisa deriva dos trabalhos de conclusão de curso de ambas as autoras, nos quais as experiências e as narrativas femininas, nas organizações de esquerda, durante a ditadura militar brasileira, foram o cerne das monografias apresentadas.

¹ Mestranda em História Global, na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes. E-mail: allanaletticia@hotmail.com.

² Mestranda em História Social, na Universidade Federal do Ceará. Bolsista Funcap. E-mail: sarah.silva@aluno.uece.br.

³ Não compete a esse artigo, levantar discussões a acerca do golpe ocorrido, em 1964, sobre esse contexto verificar: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – *Relatório Final*, Brasília: [s.n.], 2014. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. (1964-1984). Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.



década de 1970, os feminismos chamados de Segunda Onda⁴. Mulheres, que haviam sido exiladas nos Estados Unidos, Europa e outros países da América Latina, começaram a retornar ao país e trouxeram consigo as ideias que vinham sendo colocadas, por diferentes teóricas/militantes dos movimentos feministas, nas décadas de 1960-1970. A tradução para o português do livro, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1969, também, foi outro marco na literatura feminista e corroborou para aprofundar as discussões que emergiam nesse contexto.

Com essa intensa mobilização que se iniciou, na década de 1970, os feminismos brasileiros, bem como os do Cone Sul, tiveram suas especificidades, porque a conjuntura era marcada por processos ditatoriais, tendo o autoritarismo como símbolo do Estado, que perseguia, prendia, torturava e assassinava opositores, assim, os feminismos de Segunda Onda experienciados, no Brasil, foram atravessados por essa dinâmica arbitrária. Mas, houve, também, mudanças na forma de se estruturar as relações sociais, nesse período, porque a maneira de organização e ingresso na militância havia mudado. As décadas de 1960-1970 foram circunscritas por agitações no campo político, cultural e comportamental, no qual valores e normas vigentes passaram a ser questionadas, criticadas e repensadas. Todo um modelo estrutural, tanto de sistema econômico (capitalista), quanto de costumes e padrões passou por tensões.

Nesse cenário, muitas mulheres começaram a questionar a premissa: mulher-espço privado/homem-espço público e começaram a surgir demandas/manifestações em torno dessa dialética, que permeava as relações de gênero, tendo por base uma segmentação que colocava as mulheres em um espaço-tempo, no qual as experiências findavam em si, sem que houvesse a compreensão espacial e/ou a visibilidade desse ato de experienciar, seja ele opressor ou não. Nesse sentido, fala-nos Scott (1998, p. 313): “esse é um dos significados do *slogan* ‘o pessoal é político’. O conhecimento pessoal, ou seja, a experiência da opressão é a frente da resistência a ela”. Assim, dialogando com Scott, podemos perceber que havia/há a emergência de se compreender as múltiplas experiências e evidenciá-las, no campo público, visto que essas mulheres, que militaram nas organizações de esquerda, mas também, nos grupos feministas, que surgiram durante a ditadura militar brasileira, tinham vivências singulares.

O ressurgimento dos feminismos, no Brasil, em meados de 1970, mais especificamente, considerado o marco fundador, em 1975⁵, coloca-nos à prova de que as discussões, sobre modelos binários: homem/mulher; privado/público, ganhavam novas dimensões e eram inseridas em um campo de disputa, o qual foi veementemente debatido entre as feministas, que, dentre muitas questões, tencionaram sobre o patriarcado, o sistema capitalista, o trabalho não remunerado ou mal remunerado das mulheres e como essa divisão social do trabalho corroborou para confinar as mulheres ao trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2017). Com o advento da pílula anticoncepcional, o controle reprodutivo na mão das mulheres, a entrada nas Universidades, o processo de urbanização, todas essas mudanças, nas décadas de 1960 e 1970, colaboraram para novas perspectivas, mas também, novas maneiras de tecer as relações de gênero.

⁴ Consultar: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. (Org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, dez. 2006, p. 249-272.

⁵ O encontro em 1975, na sede da Associação Brasileira da Imprensa, no Rio de Janeiro, com patrocínio da ONU, foi considerado o marco fundador do feminismo de Segunda Onda no Brasil. (PEDRO, 2013).



No tocante as reflexões acerca do movimento feminista desse período em estudo, a autora Sônia Alvarez (2014) concentra seus argumentos sobre a pretensa ou como a mesma enfatiza “o quase mito de origem” que designa o movimento feminista das décadas de 1960/1970.

O mito de origem também sustenta que as feministas daquele período, todas, se organizavam em coletivos autônomos, autossustentados em base de trabalho voluntário, e se manifestavam regularmente nas ruas pelo fim da subordinação da mulher, pelo fim da ditadura militar, pela anistia e os direitos humanos, pelo direito ao aborto, etc (ALVAREZ, 2014, p. 21).

A autora sustenta seu argumento, afirmando que “o mito de origem”, a respeito do movimento, está centrado na história oficial da dita autonomia em relação às organizações revolucionárias e partidos de esquerda. Para a construção desse pressuposto, a autora cita as autoras Maria Aparecida Shumacher e Elisa Vargas (1993) e destaca que a autonomia “virou uma espécie de palavra mágica” lançada discursivamente para distinção entre feministas e “outras mulheres ativistas”. (SCHUMACHER; VARGAS, 1993, p. 450 *apud* ALVAREZ, 2014, p. 21). A autora sustenta o argumento de que:

[...] a representação “autonomista” do feminismo tende a apagar o fato de que, desde os seus primórdios nos anos 70, ele constitui um campo discursivo de ação heterogêneo, mesmo que relativamente reduzido em sua extensão horizontal e com uma articulação vertical – em direção ao Estado – nula evidentemente, dado o contexto ditatorial. (ALVAREZ, 2014, p. 20).

E conclui suas ideias a respeito do “mito de origem” do movimento feminista e do que foi chamado pela mesma de “discurso de ação heterogêneo” afirmando que:

[...] apesar de essa hegemonia discursiva ter delimitado estreitamente o que e quem compunha “o” movimento feminista, o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo. (ALVAREZ, 2014, p. 23).

No que tange a esse argumento, ressaltamos que as mulheres negras indagaram esse dito “discurso e origem heterogênea” e foram em busca de novas pautas dentro do movimento feminista, que contemplassem as necessidades de agendas específicas para as mulheres negras⁶. Além dessas, outras situações divergentes levaram a essas e outras mulheres negras estabelecerem suas próprias organizações, no final da década de 1970 e início de 1980, autoidentificando-se como autônomas do movimento feminista “branco”. Vale ressaltar que coincidimos nossos argumentos com a narrativa da militante Jurema Werneck⁷, realizada pela autora Rosalia Lemos, na qual a entrevistada afirma

⁶ Sobre o feminismo negro ver: GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. Comunicação em The Black Woman’s Place in the Brazilian Society. 1985 and Beyond: A National Conference. African-American Political Caucus e Morgan State University. Baltimore, 1984. Disponível em <http://www.ileliagonzalez.org.br> Acesso em: 17 mar. 2009. BARONI, Vera. BENEDITO, Deise. In: Mulher Negra = a sujeito de direitos e as Convenções para a Eliminação da Discriminação. Rita Laura Segato – Brasília: AGENDE, 2006. CARNEIRO, Sueli. Prefácio In: Raça e Gênero nos sistemas de ensino – Os limites das políticas universalistas na educação – Ricardo Henriques. Brasília: UNESCO, 2002.

⁷ Jurema Pinto Werneck é uma feminista negra, médica, nascida no morro e lésbica. Sua militância a levou a assumir, no ano de 2017, o cargo mais importante da Anistia Internacional no Brasil. Agora, é uma das principais vozes a cobrar



que “a organização das mulheres negras não foi um racha em relação ao movimento negro, foi sim um salto de qualidade, por conta das necessidades sobre as reflexões sobre a própria diversidade”. (LEMOS, 1997, p. 50).

Com todas essas modificações, advindas de diferentes camadas, tanto no campo social, político, econômico ou cultural, a forma de engajamento e militância feminina também se alterou da virada das décadas de 1950 para 1960, conforme Bastos (2007, p. 44):

Grande parte das mulheres desta geração que participaram do PCB, estavam ali pela militância do marido ou do pai. O engajamento era quase uma extensão das relações familiares. Já as mulheres da geração de 1968, iniciaram a militância política por opção, seja na universidade ou na igreja.

A militância, portanto, que antes se iniciava por influência de alguma figura masculina (pai, marido, irmão), a partir dos anos 1960, acontecia por iniciativa própria das mulheres que, muitas vezes, já integravam o movimento estudantil, nas Universidades, pertenciam a algum grupo vinculado à Igreja Católica⁸ e/ou decidiram integrar alguma organização, após o golpe militar em 1964. Observamos, dessa forma, que os feminismos de Segunda Onda, no Brasil, estiveram relacionados diretamente a toda uma mudança de ordem social e política, mas também, associadas a outras maneiras de se pensar modos de ação e comportamento das mulheres. Assim, buscamos analisar a perspectiva feminina, nas organizações de esquerda, a partir de suas memórias e de suas narrativas, com o intuito de acessar variadas expectativas que colaboraram para a compreensão das relações de gênero nesse período. Para tanto, iremos abordar, nas próximas seções do artigo, sobre o desenvolvimento dos processos narrativos, utilizando a memória como fonte histórica. Em seguida, discutiremos a produção das falas, mas também, dos embates travados, em torno da militância feminina, e o que isso acarretou nas esquerdas, durante o período estudado. Por fim, comentaremos a respeito das hierarquias de gênero firmadas no movimento de resistência em que as mulheres militaram.

A utilização da memória como fonte histórica

Tendo em vista os diferentes métodos de utilização da memória, pretende-se, nesta seção, explorar as narrativas⁹ das militantes como fonte histórica. Para tanto, não é nosso objetivo determinar uma metodologia *sui generis* para o uso das narrativas (levando-se em consideração que não compreendemos ser viável traçar um procedimento fechado e universal para a construção das

respostas sobre o atentado que matou a vereadora Marielle Franco, sua parceira de luta. Informações coletadas e acessadas no site <https://www.geledes.org.br/jurema-werneck-voz-da-resistencia/>.

⁸ Consultar: GAVIÃO, Fábio Pires. A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2007.

⁹ O conceito que utilizamos, está ancorado nos argumentos propostos por Alberti (2004) no qual, apreende-se que a narrativa é a passagem da experiência em linguagem. “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”. (p. 77).



historiografias) ou discorrer a respeito do complexo cognitivo das emoções¹⁰, que estão intrinsecamente relacionadas com as entrevistas. Objetiva-se discutir e empregar os conceitos de memória, frisando as premissas dos autores escolhidos, Halbwachs (2006) e Assman (2001), e, a partir disso, ponderar as possibilidades de interpretação do desenvolvimento das narrativas das mulheres militantes, através da memória que cerca a reflexão central desse artigo. Ressaltamos que não nos interessa investigar a peculiaridade psíquica da memória, visto que, para as ciências humanas, exploramos a memória como um instrumento em âmbito social e sua capacidade de interferir na coletividade.

A respeito do elo entre a memória e o meio social, Maurice Halbwachs (2006) apresenta o conceito de “memória coletiva” como resultado da conexão entre esses aspectos citados, no qual, para o autor, é impossível lembrar individualmente, pois uma coletividade ou várias coletividades interferem no processo da memória. Assim, também, Halbwachs, longe de ver, nessa memória coletiva, uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber: reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, no qual o termo usado é “comunidade afetiva”.

Em referência aos sistemas coletivos da memória e a necessidade de uma comunidade afetiva, característico de relações em grupos de referência, os autores Maria Schimdt e Miguel Mahfoud (1993) enfatizam que: “Esta comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo”. (SCHIMDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

No tocante a reconhecimento com as memórias, as entrevistadas, ao longo de suas narrativas, rememoravam suas ações individuais dentro do contexto coletivo. Essa característica fica patente na fala de Susana¹¹ que participou do diretório acadêmico do curso de Psicologia, durante os anos de 1971-1976:

[...] quando a gente teve esse racha o grupo ficou com pouquíssimas mulheres, talvez, dizer que eu fui a única pode parecer um pouco pretencioso da minha parte, mas, nesse grupo, a liderança mais expressiva era eu, sem querer me enaltecer em relação a nada, mas porque era o meu compromisso, era a expressão do meu compromisso, da minha dedicação, da minha disciplina.¹²

¹⁰ A respeito das discussões sobre História e Emoções ver: FREVERT, Ute. Gendering Emotions. In: Emotions in History – Lost and Found. Nouvelle édition [en ligne]. Budapest : Central European University Press, 2011 (généré le 12 juin 2018). p. 87-147 Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/ceup/1496>>. WOLFF, Cristina Scheibe. Pedços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 975-989, nov. 2015.. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41944>>. Acesso em: 19 mar. 2016. AHMED, Sara. Introduction: Feel your way. In: The cultural politics of emotions. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004. Pp. 1-19. CLOUGH, Patrícia Ticineto. The affective Turn: Political Economy, Biomedica and Bodies. In: GREGG, Melissa and SEIGWORTH, Gregory J. (eds.) The affective theory reader. Durham & London: Duke University Press, 2010. p. 206-225.

¹¹ A fim de considerar, as especificidades e características de cada militante e visando garantir o anonimato, optamos pela utilização de nomes fictícios. Com tal metodologia, pretendemos tornar as narrativas mais naturais possíveis, evitando identificar as mulheres com números ou apenas letras. Vale ressaltar que os nomes utilizados não fazem alusão, em hipótese alguma, ao nome verdadeiro das entrevistadas.

¹² Entrevista concedida por Susana, realizada em março de 2017, na cidade de Salvador.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Susana, durante a entrevista, explicou que o primeiro grupo que participou do diretório acadêmico de Psicologia tinha uma média de 100 estudantes de todos os semestres do curso e uma quantidade significativa de mulheres, mas, por conta de desacordos políticos e ideológicos, esse grupo sofreu um racha, ou seja, foi dividido. Podemos perceber, nesse trecho, de acordo com Halbwachs (2006), como os sentimentos e pensamentos individuais, possuem origem nos meios e circunstâncias sociais acentuados, visto que a cisão no grupo, a partir das experiências compartilhadas por seus membros, criou/moldou uma maneira de lembrar, na qual as reminiscências foram/são atreladas ao processo “comunitário”, em que, mesmo tratando-se de uma fala/discurso individual, esse mecanismo de recordar e narrar é atravessado pelas vivências experimentadas em coletividade/grupo. De acordo com os autores Maria Schimdt e Miguel Mahfoud, “A permanência de um apego afetivo a uma comunidade dá consistência as lembranças” (SCHIMDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Contudo, o conceito de “memória coletiva”, proposto por Halbwachs, foi alvo de críticas conferidas pelo autor Michael Pollack em 1989. Para esse autor, a memória coletiva possui um caráter potencialmente problemático, no qual, foi sugerido uma abordagem construtivista: “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLACK, 1989, p. 4). De acordo com Pollack, quando a proposta construtivista é aplicada à “memória coletiva”, a mesma tem a possibilidade de abranger os processos e sujeitos que atuam no trabalho de constituição e formalização da memória. Dado a abordagem, dessa forma, a qual propõe o autor, os excluídos, marginalizados e as minorias, que, por sua vez, estão inseridos em grupos minoritários e reprimidos da sociedade, opõe-se a dita “memória oficial”, também, conhecida como “memória nacional”, alicerçando suas narrativas pela história oral. (POLLACK, 1989). Ainda, para esse mesmo autor, a partir desse debate, será presumível, diferente do argumento proposto por Maurice Halbwachs, “acentuar o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLACK, 1989, p. 4).

Embora as críticas referidas, o conceito de “memória coletiva”, proposto por Halbwachs, abriu novas perspectivas de análise histórica, ou seja, a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, é, também, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Que, por sua vez, é modelada pela família e pelos grupos sociais (influência de Durkheim). Todavia, isso não significa negar o caráter de individuação e subjetivação que a “memória individual” carrega, levando-se em consideração que é o que permite pensar a memória enquanto processo. Mais ainda, é dialogar com a perspectiva do indivíduo e da sociedade, do contexto/local, o qual provoca o ato de recordar, mas também, a relação entre passado e o presente e o localizar do tempo e espaço na ocasião do lembrar. O autor, também, destaca ser necessário um processo de negociação para agregar as memórias individuais e coletivas. A respeito disso, enfatiza que:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta apenas que estes nos apresentem em seus testemunhos: também é preciso que ele não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base em comum. (HALBAWACHS, 2006, p. 39).



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Isto é, não basta, apenas, reconstituir as partes do acontecimento do passado – nesse caso, tratando, mais especificamente, da narrativa da entrevistada acerca da sua participação no grupo – para obter a lembrança. É necessário, de acordo com o autor supracitado, que essa reorganização da memória esteja vinculada a dados ou noções comuns, também, a outros indivíduos, porque essas memórias estão sempre perpassando por todos os envolvidos daquele grupo, e, somente assim, é possível presumir que uma lembrança seja reconstruída¹³. (HALBAWACHS, 2006).

Além disso, no que tange o desenvolvimento dos processos narrativos, também, consideramos a memória a partir da abordagem comunicativa proposta por Aleida Assmann (2016). A autora sintetiza as contribuições a respeito da “memória coletiva”, proposta por Halbwachs, e desmembra esse conceito entre a “memória comunicativa”, que compreende o nosso interesse no presente trabalho, e a “memória cultural”¹⁴. A respeito da definição sobre a “memória comunicativa”, a autora determina como uma memória de curta duração, que dialoga em um campo de tensão, onde ocorre a presentificação do passado através de indivíduos e grupos. A utilização desse conceito, segundo Assman, depende da existência de pessoas vivas e procura atingir cerca de 80 anos, ou seja, três a quatro gerações. O horizonte temporal da “memória comunicativa” não é fixo, ele migra com o ponto de referência no presente. A fixação só ocorre através de uma moldagem cultural (p. ex.: através de uma comunicação cerimonial e organizada). Ou seja, a “memória comunicativa” é caracterizada pela proximidade do cotidiano, enquanto a “memória cultural” é pelo distanciamento do cotidiano. Aplicamos o conceito de “memória comunicativa”, para o processo de análise das fontes, por conta da proximidade do evento histórico que estamos narrando, ou seja, ditadura militar, e a existência das pessoas vivas (no nosso caso específico, as mulheres militantes), expondo suas experiências nesse contexto em estudo.

Para além do uso dos conceitos sobre a memória e o reconhecimento das críticas direcionadas a essas definições, que, por sua vez, fundamentaram nossas análises a respeito do desenvolvimento do processo narrativo, utilizando a memória como fonte histórica, também, é oportuno ressaltar os métodos aos quais iniciamos o contato com as fontes. Segundo os autores espanhóis Honório Velasco e Ángel Rada (1997), as investigações aplicadas a ambientes sociais, exigem o manuseio de um conjunto de normas, que possibilitam a produção e organização do conhecimento. Uma das formas de trabalho de pesquisa, proposta pelo autor e que foi empregada em nosso estudo é a metodologia *snowball*, também divulgada como *snowball sampling* (“Bola de Neve”). Essa técnica é uma forma de análise não probabilística utilizada em pesquisas sociais, no qual não é possível estipular quantitativamente os indivíduos que irão compor a pesquisa, uma vez que, cada participante indica novos sujeitos e assim sucessivamente até que seja alcançado o objetivo do pesquisador. Uma das maneiras de perceber que o objetivo foi atingido é quando os novos entrevistados não trazem informações que sejam relevantes à pesquisa, apenas, são perceptíveis a repetição de conteúdos já

¹³ Consideramos também a memória como uma representação do passado, tal como apontou Roger Chartier (1990) quando aborda sobre a “representação”, no qual, torna-se impossível reconstruir o passado exatamente como ele foi tendo em vista que sua construção perpassa pelas narrativas tanto do passado, quanto do presente.

¹⁴ De acordo com Assmann (2016) a “memória cultural” compreende-se por um processo de memória de longa duração de uma sociedade, conhecimento coletivamente compartilhado sobre o passado, no qual um grupo apoia sua consciência de unidade e de especificidade. As noções centrais dessa abordagem se direcionam para a tradição e a repetição. No qual, segundo a autora, cada sociedade e cada época se baseia num acervo de textos, imagens e ritos repetidos, e a sua manutenção/repetição estabiliza e informa sua autoimagem.



apanhados em entrevistas anteriores. Portanto, a metodologia que aplicamos está baseada em cadeias de referências em uma espécie de rede.

As entrevistas das militantes, que compõe esse artigo, foram coletadas entre os anos de 2017 e 2018. No processo inicial, dialogamos com mulheres que militaram na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 1968 e 1972. No tópico a seguir, iremos discutir sobre as resistências travadas em torno da militância feminina e como isso acarretou nas relações de gênero dentro desses espaços.

Relações de gênero na militância

Segundo Pierre Bourdieu (2010), a relação entre os sexos apresenta-se como um elemento do mundo social, dito, muitas vezes, como natural, normal e inábil a mudanças, no qual é dado todo um reconhecimento para legitimar o discurso, atuando “como sistemas de pensamento e ação” (p.17). O autor, também, considera que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar da assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2010, p. 18)

Ou seja, a ordem masculina é exercida sem a necessidade de uma justificação, impondo-se, como dito anteriormente, como algo natural. Ainda, a respeito dessas relações sociais, o autor argumenta que:

Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob a forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas. (BOURDIEU, 2010, p. 20).

Consoante a nossa investigação e de acordo com as narrativas das mulheres entrevistadas, foi possível perceber como a diferença socialmente construída nas relações sociais pode estar inscrita tanto na objetividade (uma maneira mais latente de demonstrar como o poder de comando deve ser exercido pelos homens), quanto na subjetividade (de forma sutil e menos perceptível) dos grupos aos quais fizeram parte. Para além de fundamentarmos as análises nos pressupostos teórico de Bourdieu, também, associamos com o que a autora Susan Besse (1999) conceituou como hierarquização de gênero, ou seja, a participação das mulheres em determinados espaços de poder, na estrutura da militância, somente foi possível conjugadas aos papéis tradicionais a que as mulheres eram identificadas, como uma presença cuidadosa, materna e solidária, muitas vezes, como apoio à “verdadeira resistência” que era feita por militantes homens (SANTOS, 2017).



A respeito das relações de poder dentro do movimento de resistência, Sabrina, estudante do curso de Letras da UFBA e militante do diretório acadêmico do seu curso durante os anos de 1972-1976, comentou que:

Em Letras, trabalhei no diretório como secretária de imprensa e, na outra eleição, me escolheram pra ser Presidente do DCE. Não era uma coisa muito disputada, ninguém queria aquilo. Ninguém queria trabalhar no diretório, um pinguinho assim de gente de esquerda. E a gente tipo assim, todo mundo que tava (*sic*) no grupo anterior migrou um pouco, quem era presidente virou secretário de imprensa, quem era secretário de imprensa, virou presidente, e então me colocaram como presidente.¹⁵

De acordo com a fala dela, o presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) tinha por função ficar na sala de reuniões, olhar as medidas que estavam sendo tomadas pelo governo, organizar atividades dos outros diretórios acadêmicos, pensar em temas e propostas para serem debatidos e essa não era uma tarefa favorita dos militantes masculinos. Desejava-se, nesse momento, ser visto como orador de palestras, agitador de mobilizações, ou seja, atividades em que a voz e as atitudes tivessem mais vigor e presença. Ainda, a respeito da função que realizava na militância, Sabrina declarou que o grupo de liderança era formado por homens e ela era a única mulher da equipe. Esses cargos, ocupados pelos homens, eram os que realmente tinham uma maior relevância, na condução política do diretório, cabendo a ela, como presidente, organizar as informações e repassar ao grupo de estudantes ligados ao DCE. A entrevistada, também, comentou que se ela tentasse sugerir pautas relacionadas à mulher como: creches para os filhos das estudantes/mãe, debates de temas ou mesmo textos teóricos sobre condição feminina, muito comum à época, não tinham chances de serem discutidos, pois eram “censurados” pelas próprias lideranças masculinas que achavam o tema irrelevante ao debate político do período.

Dessa forma, podemos perceber como a discussão, a respeito da hierarquização de gênero, também, estava presente nesse contexto, (tendo em vista que a autora Sussan Bess utilizou o conceito de hierarquização de gênero para a sociedade brasileira durante as décadas de 1920-1930), visto que o fato de ser mulher e líder não significou que a mesma tivesse voz ativa no grupo do Diretório Acadêmico.

Outra entrevistada de codinome Soraia, que foi militante do movimento estudantil, durante dos anos de 1969-1973, contou que:

Tem outra coisa muito interessante que eu acabei de me lembrar [risos]. Quando a gente ia fazer reunião, sempre gostávamos de tomar café, eu lembro que na minha turma de militância tinha poucas mulheres, de uma turma de dez pessoas, tinha 3 mulheres mais ou menos, e o resto era homem, e eu não lembro de nenhum homem fazendo o café, sempre era eu ou minhas amigas, e isso não era questionado na época, era como se fosse normal sabe, somente a gente fazer o café.¹⁶

Com referência a esse trecho da entrevista de Soraia, que era militante do movimento estudantil do curso de Biologia, podemos apreender como determinadas ações, dentro desse espaço

¹⁵ Entrevista concedida por Sabrina, realizada em abril de 2017, na cidade de Salvador.

¹⁶ Entrevista concedida por Soraia, realizada em julho de 2017, na cidade de Salvador.



de militância, estavam imbricadas com as relações de gênero, ou seja, o ato de fazer café situa-se como uma atividade puramente feminina, reforçando os ideais da mulher impostos na sociedade como cuidadora e maternal. No qual, de acordo com Bourdieu, essas atitudes de divisão sexual das tarefas são sentidas como reflexos puramente “normais” para o mundo social, assim como, também, afirmou a entrevistada.

Podemos, também, observar como os trechos dessas falas entram em acordo com o que a autora Margareth Rago pontou:

Essas mulheres têm uma relação com a vida e consigo mesma muito diferente uma das outras, embora todas registrem uma experiência de incômodo e inadaptação diante dos modelos tradicionais de feminilidade, um sentimento de estranheira vivida desde cedo em suas vidas. (RAGO, 2013, p. 36).

Embora tenham participado de grupos de militância diferentes, as suas atividades e seus incômodos, em relação ao ambiente de militância e principalmente as interações entre homens e mulheres, são latentes e aparecem de forma recorrente na fala das entrevistas. A intenção desse artigo não é simplesmente mostrar como a participação das mulheres estava cercada de demandas sociais conservadoras da época, mas também, como as relações de gênero constituem-se em uma dada inspiração política, ou seja, “as experiências constituídas pelos sujeitos envolvidos, são ao mesmo tempo construídas a partir de representações de gênero e constituidoras de relações de gênero, num tempo histórico marcado pela transformação destas relações”. (WOLFF, 2007, p. 98).

Considerações finais

Aprendemos, portanto, que os espaços de militância, durante o período ditatorial, foram marcados, também, pela divisão dos papéis sociais dentro das organizações de esquerda, as quais não deram a devida atenção às discussões de gênero e feminismos que surgiam à época. A partir do diálogo com a História Oral, em que a memória foi compreendida, enquanto fonte histórica, e, portanto, analisada, compreendemos que o papel da mulher, nas organizações de esquerda, foi, muitas vezes, secundário. Às mulheres militantes foram relegadas as tarefas ditas de menor relevância, tais como: fazer o café, durante as reuniões, e/ou mesmo ocupando cargos de liderança, suas perspectivas e ideias não eram levadas em consideração, pelo menos, não na mesma proporção que a de seus companheiros.

Durante a fala das entrevistadas, percebemos, pois, que a divisão sexual do trabalho era, também, vigente e reproduzida nos coletivos e órgãos da esquerda. Esse ato de reprodução aconteceu e reforçou todo um sistema hierárquico baseado no binarismo masculino/feminino, o qual coloca a mulher em um espaço de subalternidade, delegando a ela a disposição de funções de menor prestígio, “ditas femininas”. Esse fator corroborou para a emergência dos feminismos, nesse período, visto que sua ascensão ajudou a questionar/tencionar essa estrutura organizativa nas entidades contrárias ao regime militar.

Logo, discutir a militância feminina, no período da ditadura militar brasileira, permite que possamos evidenciar uma “minoría” que se pretendeu alçar novos espaços: público e político. Não, apenas, pretendeu, mas demarcou um lugar de discurso, apesar das hierarquias e das dissonâncias em



relação às funções, as mulheres militantes marcaram um local, o qual ocasionou fissura na estrutura de um sistema autoritário, mas também, misógino. As “brechas simbólicas”, abertas por essa militância feminina, corroboraram para as discussões feministas de Segunda Onda, mais ainda, para a inserção das mulheres em ambientes públicos, sugerindo novas formas de comportamento, rompendo com determinados arquétipos.

Dessa forma, ao longo desse artigo, buscamos analisar e compreender as memórias e narrativas femininas, sugerindo que acessar essas reminiscências nos permitiu discorrer e discutir acerca de um período circunscrito pelo autoritarismo, mas também, pela segmentação sobreposta ao gênero. Portanto, entender o discurso das ex-militantes e problematizar os papéis sociais, que estereotiparam e permanecem criando normas e comportamentos tanto para as masculinidades, quanto as feminilidades, ajuda-nos a pensar em possibilidades outras que permitam se não romper, mas, ao menos, atualizar formas e práticas de se constituir e de experienciar.

Referências

ALVAREZ, Sonia E.. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n. 43, p. 13-56.

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980*. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007.

BESSE, Sussan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

LEMONS, Rosalia O. *Feminismo Negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Psicologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, v. 2 no. 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SANTOS, Beatriz Gonçalves. *Trajétórias e Narrativas de Gênero durante a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro, 2017. Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em História.



SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SCOTT, James. A infrapolítica dos grupos subordinados. In: SCOTT, J. (org.). *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 253-275.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: Álibi ou conquista? *Revista Estudos Feministas* nº 1(2), Florianópolis-SC, UFSC, p. 348-365, 1993.

SHIMIDT, Maria Luisa S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*, S. Paulo, v. 4 n. 1/2, p. 285-298, 1993.

VELASCO, H. ; DÍAZ DE RADA, A. *La lógica de la investigación etnográfica*. Um modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

WOLFF, Scheibe Cristina.; FÁVERI, Marlene de.; RAMOS, Tânia Regina de. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

Women in action: gender relations with in the militancy of resistance to dictatorship

Abstract: The Brazilian military dictatorship comprised a period of struggle and political resistance, organized predominantly by the left. Concomitant to this process, the second wave feminisms have resurfaced in Brazil, which collaborated to deepen discussions about gender. In this study, we seek to understand the transformational relationships that occurred in this period, as women began to integrate, with greater action, the left. Thus, to learn about the female insertion in this political field of disputes, in which men have historically the place of speech, is to understand what was the space given to these militant women. Therefore, to derive from the masculine / feminine dichotomy is necessary, because the dialectical process, in which these categories are inserted, tells us about how to structure an opposition to the military regime, in which women were often neglected by their fellow militants. In this research, we use oral sources, considering that the objective of the study is to analyze the power relations with in the resistance movement, therefore, narratives are the main instruments for the construction of this work. To understand the development of narrative discourses, we use memory as a historical source. We will analyze the processes of memory, using the concepts of “communicative memory” by Aleida Assmann and “collective memory” by Maurice Halbwachs, because we understand memory as not only an individual but also a social conception. From the investigation of the sources and the bibliography consulted, we considered that the elements that structured the “being a militant woman” were influenced by gender relations and shared values in the period experienced by the interviewees. It was found that the groups, of which women were part, maintained the relations between men and women established in the gender hierarchy common at the time, which was translated into the sexual division of labor, giving women the positions of least prestige, visibility and importance.

Keywords: Military Dictatorship. Memory. Militancy. Women.



TERRORISMO DE GÊNERO: A ARTE COMO MÁQUINA DE GUERRA

Ana Paula Jardim Martins Afonso¹

Resumo: Desde 2013 o Brasil assiste, com olhos atentos de todos os ângulos, às investidas consecutivas à frágil democracia instituída em meados de 1985. O efeito político-social dessa configuração é a emergência de forças sociais, que insatisfeitas com a representação política e a atuação do Estado brasileiro nos governos Lula e Dilma, arquitetaram um golpe político-jurídico em 2016 contra a presidenta. Portanto, “um golpe misógino à democracia”. Desde então, estamos em guerra. Este texto objetiva analisar a atuação política de Linn da Quebrada, em resposta à configuração de forças ultraconservadoras que tomam de assalto nosso “horizonte de expectativa” democrático, a fim de implementar sua agenda de reformas e uma política social de desigualdades e hierarquias. Pensar essa atuação política significa compreender a relação entre arte, música e performance. Para tanto, chamo a compor esta análise a categoria de Gilles Deleuze “a arte como máquina de guerra” a fim de pensar Linn da Quebrada enquanto sujeito histórico-artístico que problematiza a heteronormatividade compulsória e as identidades fixas por meio de sua arte-manifesto. A arte é movimento, portanto, história. A arte cria, transforma. A arte afeta corpos, arrepia, paralisa. Aterroriza. Com efeito, Linn nos incita a pensar a categoria “terrorismo de gênero” como tática para criar espaços de resistência ao controle dos corpos nas relações cotidianas; desmontar o amontoado de coisas que silenciam os sujeitos precarizados e violentados pelo Estado. Sujeitos que, por extrapolarem a lógica identitária hegemônica, expõem com maior evidência os mecanismos que tentam capturar as vidas desviadas.

Palavras-chave: Terrorismo de gênero. Arte como máquina de guerra. Ultraconservadorismo.

Introdução

As jornadas de julho de 2013 inauguram uma temporalidade outra, muito recente, na história política do Brasil contemporâneo. Gostaria de apontar que a efervescência de protestos, manifestações e rupturas provocou efeitos sócio-políticos com dimensões imensuráveis. O epicentro se deu na grande São Paulo e se desdobrou, irradiando uma onda de irrupções por todo o país. “Não é por R\$0,20 centavos” foi a palavra de ordem que entoou o ritmo das manifestações que se opunham ao aumento no preço das tarifas de transporte público.

Por isso, junho de 2013 teve as ruas ocupadas de manifestantes, num transe coletivo de desejos por vezes radicalmente opostos. Em 2014, ano eleitoral, esses grupos fazem suas primeiras aparições caricatas e teatrais, entoando o canto do antipetismo, saindo em defesa da nação brasileira contra a corrupção. Além disso, o grande perigo vermelho, que por hora adormecido no imaginário coletivo, pairando apenas como um sussurro esquivo na cabeça de alguns, ressuscita intempestivo como quem ameaça de morte um país fielmente capitalista, conservador e heterocentrado. O movimento dos “verde-amarelos” clamava pelo impedimento da presidenta Dilma Rousseff, alegando a culpabilidade por crime de responsabilidade fiscal nas chamadas “pedaladas fiscais”.

A narrativa do impeachment deu lugar ao xeque-mate concreto do golpe de Estado em 2016. A jogada político-jurídica chamada de “Operação Lava-Jato” arrastou consigo a legitimidade do

¹ Doutorandx em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadorx do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Bolsista CAPES. E-mail: paula_jardim@hotmail.com



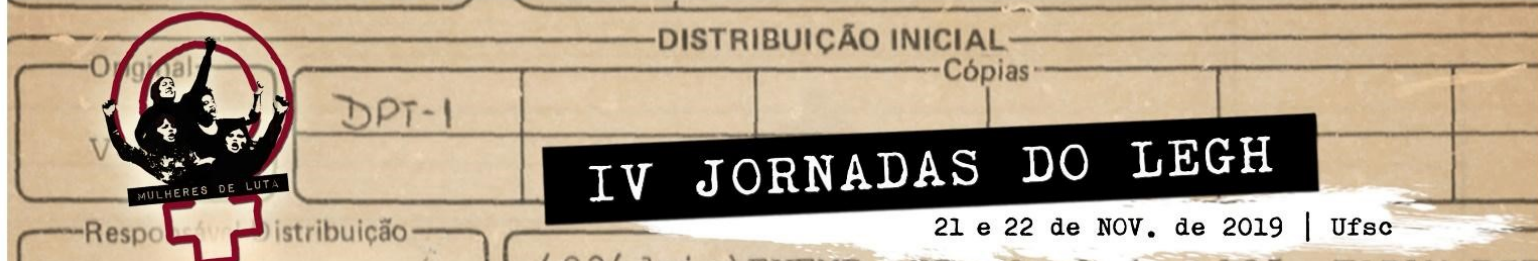
Partido dos Trabalhadores, que ocupou a presidência por tempo considerável, tragando o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva para as garras do sistema carcerário. Estava impedido de concorrer às eleições da presidência em 2018. O resto da narrativa é conhecida por boa parte dos ouvidos e olhos que acompanham atentamente o curso do país em meio ao caos. A ascensão “democrática” de um presidente que representa a faceta mais cruel e ultraconservadora/ opressora e autoritária do poder institucional é um sintoma do incômodo e do desvio dos planos de manter a estrutura social brasileira elitista, racista, sexista/machista.

Vivemos tempos assustadores. O Brasil foi recoberto por uma nuvem maciça de ódio generalizado aos movimentos sociais, feministas, LGBTQI+, sindicatos e claramente, o Partido dos Trabalhadores, banalização da violência e ameaça constante a um tipo muito frágil de democracia que conquistamos entre os anos de 1990 e 2014. A operação ideológica articulada pelas figuras que acreditam cegamente que o senhor Bolsonaro é a salvação do Brasil têm se amparado no medo e no ressentimento social a esses grupos de minoria política que, no período do governo Lula/ Dilma supostamente tornaram-se privilegiados e recebem, portanto, a culpa por agravarem mais a cisão e os problemas sociais já existentes no país. De modo distorcido, atribuem a esses segmentos a culpa pelo desgoverno e, por meio da desrazão, enxergam o crescimento exponencial do caos social causado pelas minorias “privilegiadas”.

Essa guinada ultraconservadora também evidencia a perseguição conforme nos sugere Michel Foucault com a dinâmica das relações de poder que “onde há poder, há também resistência” (FOUCAULT, 1988). Assim, conforme Leandro Colling (2018) é possível mapear a emergência de artistas ativistas das dissidências sexuais e de gênero no Brasil. Por conseguinte, este texto objetiva analisar a atuação política de Linn da Quebrada, em resposta à configuração de forças ultraconservadoras que tomam de assalto nosso “horizonte de expectativa” democrático, a fim de implementar sua agenda de reformas e uma política social de desigualdades e hierarquias. Pensar essa atuação política significa compreender a relação entre arte, música e performance. Para tanto, chamo a compor esta análise a categoria de Gilles Deleuze “a arte como máquina de guerra” a fim de pensar Linn da Quebrada enquanto sujeito histórico-artístico que problematiza a heteronormatividade compulsória e as identidades fixas por meio de sua arte-manifesto. A arte é movimento, portanto, história. A arte cria, transforma. A arte afeta corpos, arrepia, paralisa. Aterroriza. Com efeito, Linn nos incita a pensar a categoria “terrorismo de gênero” como tática para criar espaços de resistência ao controle dos corpos nas relações cotidianas; desmontar o amontoado de coisas que silenciam os sujeitos precarizados e violentados pelo Estado. Sujeitos que, por extrapolarem a lógica identitária hegemônica, expõem com maior evidência os mecanismos que tentam capturar as vidas desviadas.

Eu, terrorista de gênero

Para constituir o plano imanente de análise, apresentemos a disposição do jogo das relações que tenta nos aprisionar. Por isso, é fundamental a compreensão da ideia de biopoder desenvolvida por Michel Foucault, para que seja possível analisarmos os mecanismos existentes na construção dos saberes sobre a vida, acerca de quais investimentos e atravessamentos são feitos sobre ela. O termo biopolítica diz respeito ao modo como as relações de poder tendem a se transformar, entre o final do século XVIII e início do século XIX, a fim de alcançar a dimensão de governabilidade não apenas



dos indivíduos, por meio de um determinado número de procedimentos disciplinares, mas também o corpo social ou a população² que vive em determinada sociedade.

Nesse sentido, a biopolítica – por meio de poderes locais – tem como objeto de incidência a gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da mortalidade, da natalidade, sobretudo da sexualidade – ou seja, a gestão da própria vida – na medida em que se tornam também objetos de preocupações políticas. Então, o biopoder atua no sentido de se valer de aspectos morais, valores rígidos que incidem sobre o corpo social a fim de cristalizá-los, pois é justamente nessa dinâmica que ele se torna funcional.

É, precisamente nesse ponto, que à vida é negado o movimento, tornando-a assim, passível de ser apropriada. As formas de controle gestadas pela estrutura ultraconservadora da sociedade brasileira, por conseguinte, se apresenta evidentemente em táticas de repressão às mais diversas manifestações de experimentação do corpo, das sexualidades e dissidências de gênero. Conforme Guacira Louro, “[...] os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir de padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura” (LOURO, 2015, p. 77). Por isso, as forças que essa governabilidade autoritária empreende se valem das dicotomias: natural/antinatural, bom/mau, puro/impuro, normal/patológico, para apagar tudo aquilo que é diferente, novo, vivo e histórico.

A fim de questionar o modo como se pensa o exercício da escrita e da construção da narrativa histórica contemporânea, bem como refletir e problematizar a ação política da ativista Linn da Quebrada é fundamental compreender a tática do “terrorismo de gênero”. Diante disto, consideraremos: estamos em guerra porque as relações de poder sugerem lutas e enfrentamentos. Por isso, pensaremos aqui o terrorismo de gênero como a “arte de construir, com corpos localizados, as atividades codificadas e atitudes formadas, aparato onde o produto de diferentes forças se encontra potenciado por sua combinação calculada” (FOUCAULT, 1988, p. 169).

Esta estratégia, por sua vez, se dá por meio das táticas empregadas no enfrentamento das relações de assujeitamento e subjetivação, a fim de alcançar os objetivos proposto pelo jogo. Portanto, a ideia de terrorismo que aqui se delinea é pensada como tática para criar espaços de resistência ao controle dos corpos nas relações cotidianas; desmontar o amontoado de coisas que silenciam os sujeitos precarizados e violentados pelo Estado. Sujeitos que, por extrapolarem a lógica identitária hegemônica, expõem com maior evidência os mecanismos que tentam capturar as vidas desviadas.

Em entrevista cedida à página “Rimas e batidas³” Linn é questionada à respeito do termo “terrorista de gênero”.

Núria R. Pinto: Classificas-te como sendo uma “Terrorista de Género”. O que é que isso significa para ti e de que forma se reflecte no teu trabalho?”

Linn nos deixa evidências para localizar sua ação política ativista-terrorista, que em resposta diz à entrevistadora:

² Conforme definição no dicionário de conceitos essenciais de Michel Foucault, 'a população é um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e cuja própria vida é suscetível de ser controlada a fim de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho. Ver 'Foucault conceitos essenciais' de Judith Revel.
³ Para acesso na íntegra cf. Disponível em: <https://www.rimasebatidas.pt/linn-da-quebrada-terrorista-genero-significa-ter-minha-musica-arma-apontada-minha-propria-cabeca/>. Acesso: 23/01/2019.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Linn da Quebrada: Terrorista de gênero, para mim, significa me colocar em risco, significa ter a minha música como uma arma apontada para a minha própria cabeça. Ter a coragem, às vezes, de matar e destruir coisas em mim para dar espaço para que outras coisas possam florescer. Porque para mim, realmente, toda criação envolve destruição e o meu corpo é a minha obra, é a minha obra em construção — constante! —, o meu corpo é meu campo de batalha e o meu corpo é meu objeto de pesquisa e investigação. É onde sou a médica e a monstra. Cobaia de minhas próprias experiências. Ser terrorista de gênero é me colocar em risco para que eu também possa ser outras que nem eu imaginava ser.

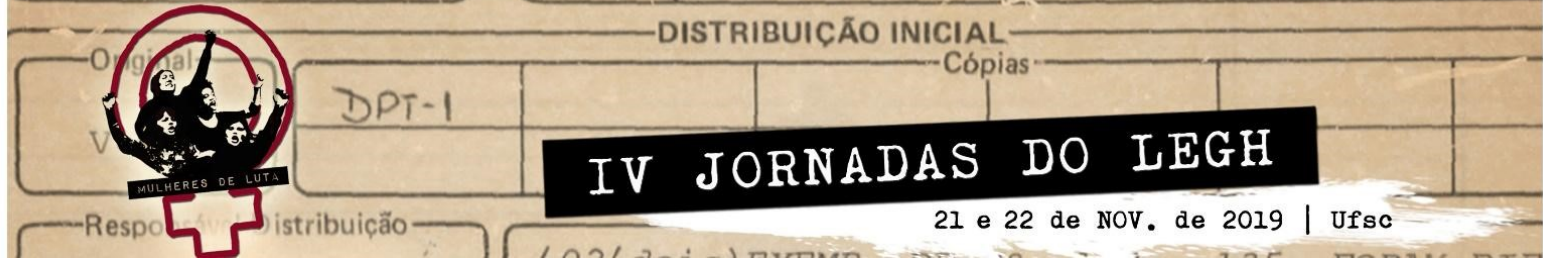
Na contemporaneidade, a dinâmica do biopoder ao incidir sobre as vidas, toma de assalto também os corpos individuais e populacionais. Conforme Manuel Menezes:

[...] a sociedade disciplinar – característica da ‘primeira fase de acumulação capitalista no seu conjunto’ – foi dando lugar (na transição entre o ocaso da modernidade e o surgimento do pós-moderno) a um novo modus operandi do poder típico das sociedades de controlo, quer dizer, a um modelo societário onde os ‘mecanismos do domínio exercido se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, difundindo-se no cérebro e no corpo dos cidadãos (MENEZES, 2007, p. 112).

“O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar” (MARIGHELLA, 1969, p. 46). Importante dizer, a princípio, que o estado de terror pairava, sobretudo nas ações formais do Estado. Nesse sentido, seria uma prerrogativa dos Estados Modernos a ideia de instalar um terrorismo que fosse atrelado a suas ações. Mesmo que usualmente vejamos a representação dos terrorismos associada à ação de grupos não estatais, assumimos a posição primeira aqui de considerar o terrorismo como uma política de estado que, ao menor sinal de ameaça a sua hegemonia, se vale de ações violentas para reprimir essas oposições. Todavia, evidenciar esses usos das estratégias políticas nos servirá para operar um deslocamento teórico, a fim de pensar uma luta contra hegemônica de um Estado repressor.

Essa constituição de materialidades e subjetividades herdada da modernidade colonialista foi capaz de construir em nós, modos de nos reconhecermos como humanos baseadas em oposições dicotômicas, a saber: branco-não branco/ civilizado-selvagem/ homem-superior/ não-homem-inferior. Portanto, superioridade e inferioridade tornam-se critérios que se baseiam no referente homem-heterossexual-branco-eurocentrado. Dizer que um sujeito carrega estes elementos é, por conseguinte, considera-lo como parâmetro universal de referência de humanidade. A construção histórica deste referente universal, destacando o primeiro processo de invasão e colonização das Américas e seus principais desdobramentos, imbuíu esses sujeitos de “humanizar” corpos e subjetividades desgovernadas, como o próprio nome já os caracteriza “selvagens”.

Assim, devemos considerar um sistema de composição com as minorias para aumentar as tensões a fim de romper com a lógica colonial/moderna que nos aprisiona. Além disso, é urgente revisitar análises feministas acerca dos estudos de gênero, a fim de atentar que, antes de tudo, as relações de gênero são resquícios de relações colonialistas, que se mantêm em uma lógica reguladora entre a colonialidade e o poder. A este respeito, Luciana Ballestrin diz:



É um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989 [...] O conceito possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126). Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade (BALESTRIN, 2013, p. 100).

“A Europa é indefensável” (CESAIRE, 2010, p. 15). A “função” do homem colonizador contemporâneo é nos apresentar e impor um modelo de “humanidade”. E quanto mais nos aproximamos deste modelo, mais nos tornamos “civilizados”, por isso, humanos. Com isso, os processos colonizadores foram marcados, sobretudo, por relações de dominação, hierarquia e desigualdade entre os sujeitos. Essa dita “civilização” europeia/ocidental constitui um modo de vida burguês que, deixou como legado para nós os problemas do colonialismo. E conforme também nos diz Cesaire (2010), essa racionalidade que fora construída tem como refúgio o ódio às diferenças e a hipocrisia da democrática igualdade.

Então, se recuarmos a um fragmento do passado não tão distante, no que tange aos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais no Brasil é possível localizar verossimilhanças entre o passado colonial e o tempo presente, no trajeto das relações de poder. Linn da Quebrada nos apresenta estratégias políticas por meio do campo da cultura, entendendo que os preconceitos nascem, sobretudo desse campo e, sensibilizar outros corpos para chamar sua atenção, é uma ação mais efetiva. Além disso, quando Linn comenta que “produz sua música como arma”, opera por meio do ativismo-terrorista, na medida em que entende que as identidades são fluidas e podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente.

De que modo o terrorismo, dentro de um jogo de consenso e dissenso, opera de modo a flexibilizar a racionalidade da violência cometida pelo Estado, ao mesmo tempo em que possibilita pensarmos tanto as guerrilhas urbanas do contexto de 1968 no Brasil, quanto as Linn da Quebrada, como artista-terrorista, são capazes, conforme Gramsci, “de criar uma nova forma ético-política”? (GRAMSCI, 1999, p. 314-315). Precisamente nessa nova forma ético-política, portanto contra-hegemônica, Linn da Quebrada artista-terrorista, portanto potente, resiste à lógica de dominação de corpos, gênero e sexualidade. Então, conforme Menezes elucida,

Michel Foucault mostra-se insuficiente, porque, ao valorizar essencialmente a totalização dos efeitos do biopoder, não dá conta das fragilidades inerentes a esse processo, fragilidades essas que permitem a abertura de novas possibilidades de insurreição (MENEZES, 2007, p. 114).

É na mais crua precariedade das favelas das grandes metrópoles, no escuro das ruelas estreitas dos morros é que se faz emergir um exército que, à margem de tudo e no anonimato de todos, resiste! Assim, a tática do terrorismo de gênero de Linn criam espaços nas relações cotidianas, desnudam as camadas que soterram milhares de vozes silenciadas historicamente; e que regulam o modo de vida que constituem para si. Esses modos de vida extrapolam as fronteiras e expõem com maior clareza os mecanismos que os capturam. É nesse sentido, que Preciado sentencia: “sabemos que seu aparelho de produção de verdade já não funciona mais” (PRECIADO, 2013, s. p).



Desorganizar a estrutura formal do que se compreende como homem/mulher/arte na sociedade é apontar uma arma potente na cabeça desses grupos que tentam conformar essas subjetividades em caixas que já não cabem mais. Linn da Quebrada rejeita profundamente a ideia de que para obter respeito ou criar uma imagem “respeitável” as pessoas devem abdicar das singularidades/ diferenças que as fazem potentes. Cria, por conseguinte, novas subjetividades que demandam problematizar sexualidade, gênero, etnia/ raça e classe. Nesse sentido, Bouteldja nos elucida acerca do cuidado conceitual que é necessário ao trabalharmos com variáveis que implicam opressões cruzadas e com uma análise interseccional. “O uso que me parece legítimo é aquele que consiste, para as vítimas de opressões múltiplas, em pensar e analisar sua condição” (BOUTELDJA, 2016, p. 6).

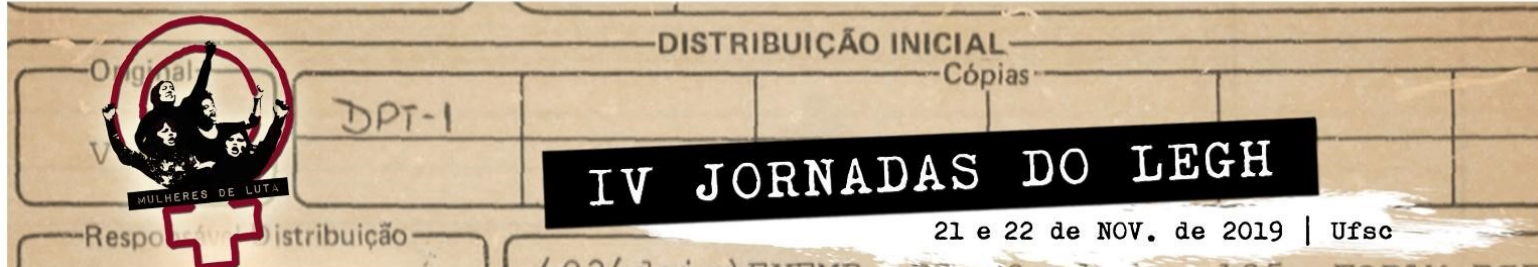
Artivismo como máquina de guerra

Então, esqueçamos a biologia. Os sentidos são dados no que é histórico. Portanto, os corpos de que fala Linn da Quebrada são território de constantes disputas, na maior parte das vezes de aprisionamentos, domínio e relações de hierarquia. Reflitamos, pois, que essa essência e a natureza, assim como a identidade, são situações ilusórias, nos traz nítido como funcionam os mecanismos que nos aprisiona nesses formatos anato-ortopédicos de vidas; dentro de um espaço delimitado, construído a partir de normas socialmente prescritas, estabelecem os domínios sobre estes territórios que resistem, que escapam às garras da biopolítica.

Por isso, é urgente que contemos de outras formas infinitas sobre essas histórias que se constroem nos becos, nas quebradas infinitas das favelas dos grandes centros. Para que esses corpos deixem de ser constituídos a partir de discursos que justificam sua exploração e opressão é que escrevemos essas histórias. Para, por fim, produzir um tipo de discurso que contribua para romper e desconstruir o modo como as epistemologias articulam seus modelos explicativos de realidade, que nos apresentam leituras chave inclinadas às relações e estudos de gênero e sexualidade, bem como os processos de racialização dos sujeitos e opressões, que por vezes se cruzam, por vezes se sobrepõem. Para que, não haja sobreposições que apaguem sentidos outros destas histórias.

Por isso, é fundamental desapegarmo-nos do ideal de perseguir as origens fundacionais da vida humana, que são tão caras ao nosso campo discursivo. A partir disso, todavia, compor e apreciar o trânsito, investigar as fronteiras destes corpos outros – que a produção de saberes historiográficos tradicionais “esqueceu” de mencionar como elemento imprescindível nas lutas, conquistas. Esse Outro, diferente, desviante e desviado, foi transformado em ameaça. Portanto, justifica-se seu silêncio, sua obliteração na narrativa.

O medo dessa sociabilidade com a diferença sempre foi o voto de minerva na escolha destes produtores do saber na história. O outro que recolocamos no protagonismo dos acontecimentos políticos trata-se justamente dessas possibilidades múltiplas que podemos assumir. Sendo assim, de que modo os discursos que vemos circular conseguem produzir, materialmente, corpos, sexualidades, identidades e gêneros que se apresentam como o apêndice da escrita da história? Coloco aqui a historiografia tradicional como o próprio discurso de ódio que se constitui, e que se faz hegemônico, ao conseguir produzir materialmente o outro como diferença, mas uma diferença que ameaça, que mata e é passível do aniquilamento.



A partir dos discursos apresentados inicialmente é possível mapear a ideia de recrutamento dos valores morais, para a constituição de uma identidade singular, uma vez que ela é desvelada enquanto uma estratégia do poder, ao tentar nos convencer de que somos isto ou aquilo. Por isso, a investida do poder sobre essas vidas desviantes serve, justamente para enganá-las de que não há potência. É a partir desse giro epistemológico que conseguimos vislumbrar a ação propulsora que o poder sobre a vida (biopoder) é capaz de produzir afirmativamente como potências de vida (biopotência), que segundo Menezes (2007),

ao defenderem a necessidade de uma biopolítica afirmativa que, produzindo subjectividade, potencie o sujeito, Michael Hardt e Antonio Negri dão conta não só da realização total do poder enquanto biopoder no Império, mas também da potência contida nos corpos e nas mentes. Ou seja, o facto de estes se consubstanciarem como um locus de opressão não invalida o extravasar da potência por eles contida e, por conseguinte, a sua emergência enquanto propulsores de emancipação e libertação. Em epítome, a par do poder sobre a vida (biopoder), há que valorizar, positivamente, o poder da vida (biopotência) (MENEZES, 2007, p. 115)

Por isso, pensar o contexto de ultraconservadorismo no Brasil contemporâneo, automaticamente, nos transporta a outras temporalidades de horror a estes corpos desviados, inconformados, singulares e abjetos. A resposta de Linn à questão:

“Percebo que não te identificas como uma cantora mas sim como uma artista, certo? Que a música não era propriamente a tua arte de eleição mas sim a forma que encontraste de te expressar e passar a tua mensagem. Porquê a música e que mensagem é essa? Principalmente para quem só agora chegou ao teu trabalho”

Não me identifico como cantora porque eu digo que ‘estou’ cantora. A música é uma ferramenta. Tem sido uma das minhas ferramentas de produção e uma ferramenta também de investigação da minha própria identidade, da minha comunicação com o mundo. E ela aconteceu. Eu não tive necessariamente uma arte com a qual eu sempre desejei ser. Eu nunca nem desejei ser atriz, nunca desejei nem ser cantora, nem nada disso... Acho que a música aconteceu justamente porque o que eu mais buscava e o que eu mais continuo tentando buscar, de qualquer forma, é o diálogo. Para que eu percebesse que não estou sozinha. A música para mim tem essa propriedade, de criar pontes e redes de diálogo e de fazer com que nós possamos perceber que não estamos sozinhas. Imagina: é como se eu gritasse no mundo e quem ouvisse minha voz pudesse assim se aproximar e assim eu pudesse formar o meu grupo, meu grupo de força e resistência. Mas eu acho que a minha principal ferramenta e arma de trabalho é o meu corpo. Meu corpo, meu campo de batalha, minha arma. Minha voz é corpo e a minha voz é também essa ferramenta com a qual eu utilizo para encontrar outras igual a mim.

A arte. A resistência é arte. A luta é arte. A arte denuncia falhas no sistema; a arte é capaz de criar um senso de comunidade, de coletivo; a arte afeta; a arte acessa memórias, constrói consciência histórica transtemporal, “Invenções de máquinas de guerra, irreduzíveis aos aparelhos de dominação e às soberanias hierárquicas. Necessárias à invenção guerreira de si.” (CARNEIRO, 2007, p. 219). A arte constitui outros mundos possíveis de liberdade. Os enunciados dispostos por Linn da Quebrada,



“Terrorista de gênero significa ter a minha música como uma arma apontada para minha própria cabeça”, nos faz desenhar mentalmente os sentidos que imprime em sua performance. Ao considerar que estamos em guerra contra o patriarcado, colonialismo, fundamentalismo e ultraconservadorismo, lançar mão de táticas, conforme as acepções foucaultianas, é fundamental para pensarmos as tentativas de investidas biopolítica para cooptar os corpos desviados.

É preciso pensar com a arte na perspectiva guerreira, recorrendo a noções que não sejam apenas ferramentas analíticas, mas armas [...] Máquina de guerra relaciona-se com lutas e conflitos concretos e, conforme a relação que mantém com a guerra, acaba se dividindo em dois pólos (CARNEIRO, 2007, p. 220).

O corpo, para Linn, expressa a presença de resistências ancestrais que se metamorfoseiam. A performance é a via pela qual o corpo é capaz de se fazer linguagem. A performance se legitima pela própria possibilidade de evidenciar a historicidade do corpo e da linguagem no processo de representar fenômenos e acontecimentos. O corpo é a linguagem aqui que comunica o enfrentar de forças repressoras.

Linn, artista-terrorista, busca fazer linha de frente com o próprio corpo às investidas ultraconservadoras que tentam destruir toda manifestação de potencialidade das vidas; esse é o cenário que se faz presente no Brasil. Assim é possível vislumbrar a ação propulsora que o poder sobre a vida (biopoder) é capaz de produzir afirmativamente como potências de vida (biopotência).

Deleuze e Guattari invocam as múltiplas modalidades de revide, máquinas de guerra que justamente não têm a guerra por objeto, senão “suplementariamente” – pode ser um movimento artístico, científico, ideológico, sob a condição de que trace um plano de consistência, uma linha de fuga criadora – preservando o privilégio da afirmatividade já reivindicada por Nietzsche. Nessa perspectiva, Linn da Quebrada, “terrorista de gênero” desorganiza os objetivos das normas regulatórias e do campo de inteligibilidade cultural. Sob essa lógica, Butler enfatiza que:

Sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas para expor os limites e objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero. (BUTLER, 2017, p. 44)

Para aquilo que Deleuze chamou de vida possa emergir em sua forma mais ativa e potente é preciso que ela tenha se despedido de tudo o que pretende reduzir à sua representação a explosão de experimentação. Nesse mote, compreendo que Linn da Quebrada – enquanto performer, artista-terrorista – possibilita criar vidas rizomáticas de afetos que se desfazem pouco a pouco do que tenta a aprisionar.

Historicamente a máquina de guerra se relaciona com um agenciamento que nunca se fecha sobre uma forma de interioridade ou em um território: o nomadismo. Há uma disjunção entre o nômade e o mundo sedentário no qual o sedentário seria o que procura sempre codificar por meio de leis, instituições e o nômade percorreria seus caminhos fora da Moral, fora dos traçados do Estado, ignorando qualquer luta pelo reconhecimento mediante critérios universais ou tidos como tal, ou por um exercício de poder hierarquizante. “O nomadismo não só é possível no interior do Estado,



como é absolutamente necessário para a sobrevivência de alguns indivíduos” (CARNEIRO, 2007, p. 221).

O terror que esses corpos causam quando ocupam locais públicos é uma forma de ação política permanente. Se o biopoder quer capturar as vidas em suas mais capilares formas de existência, Linn da Quebrada se põe firme, em posição de enfrentamento e desestabiliza as investidas dessas redes de captura que tentam minar aquilo que se faz mais potente: sua arte, seu corpo e sua existência.

Considerações finais

No contexto atual de ultraconservadorismo e de constante precarização da vida é fundamental a problematização destes modos de vida históricos que escapam ao funcionamento do biopoder e se constituem como potências de vida. Na contemporaneidade, surgem novas demandas, implicando problematizar sexualidade, gênero, além de evocar as demandas de raça/etnia e classe. *Gays, lésbicas, transexuais, transgênero, não-binários, travestis, crossdressers, dragqueens e drag kings, negrxs, pobres, vidas nuas, vidas precárias* compõem o quadro da multidão. Deste modo, faz-se urgente problematizar estas vidas que escapam, recontar suas histórias e disputar esse território político ao lado delas.

Na análise aqui proposta, os conceitos sofrem uma pequena inversão política e conceitual. Considero que a “biopolítica” não se aloca mais como poder sobre a vida, mas como potência de vida ou biopotência. A aposta é justamente em pensar as “terroristas de gênero” enquanto vidas potentes, no sentido de compreender esses corpos e sujeitos que deixam de ser precarizados e reduzidos, a-históricos, em átomos que se multiplicam e se pulverizam cada vez mais, tornando-se multidão.

Ao extrapolarmos a ideia da representação e construção do imaginário social, que não dão conta da fluidez das performances artísticas, suas construções, estruturas, dinâmica e agenciamentos de elementos materiais e imateriais, evocamos novamente Deleuze (1992) que elucida que “a arte desfaz a tríplice organização das percepções, afecções e opiniões, que substitui por um momento composto de perceptos, de afectos e de blocos de sensações que fazem às vezes de linguagem” (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p. 166). Pensaremos à luz dos blocos de sensações deleuzianos, que se constituem a partir do uso da linguagem-texto-discurso-som criando uma fotografia mental que nos possibilita enxergar. Assim, a subjetividade não se reduz a um efeito de relações de força, mas força viva, potência em si. Desse modo, Linn da Quebrada extrapola tal lógica, já que propõem formas de saber-prazer alternativas, tanto de gênero, quanto do corpo, sexo e sexualidade modernas.

Fontes

Entrevista ao site “Rimas e batidas”, por Nuria R. Pinto. Disponível em: <<https://www.rimasebatidas.pt/linn-da-quebrada-terrorista-genero-significa-ter-minha-musica-arma-apontada-minha-propria-cabeca/>>. Acesso em: 29/01/2019.

Jornal Nexo digital. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>. Acesso em: 08/11/2019.

Referências



BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013.

BOUTELDJA, Houria. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. *Cadernos de gênero e diversidade*. V. 02, n. 02, jul.-dez., 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. Arte: máquina de guerra. *verve*, 11: p. 218-232, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. de Anísio Garcez Homem. Letras contemporâneas. 2010.

COSTA, Sergio. Pós-colonialismo e différance. In: COSTA, Sergio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DELEUZE, G; GUATARRI, F. *O que é filosofia?* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Introdução ao Estudo da Filosofia*. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed.; 2.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. 2. ed. Sabotagem: 1969.

MENEZES, M. *A Biopolítica Enquanto Potência da Vida: A Biopolítica Enquanto Potência da Vida: Contrapoder e os Biopoderes Contemporâneos*. 2007. *Interações*: n. 12. p. 111-134.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. SP: Iluminuras, 2003.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Trad. de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Beatriz. *Nós dizemos revolução!* Libération, França, 20 de mar 2013. Culture. Disponível em: <http://next.liberation.fr/culture/2013/03/20/nous-disons-revolution_890087>. Acesso em: 05/08/2016.



Gender Terrorism: Art as a War Machine

Abstract: Since 2013, Brazil has been watching, with attentive eyes from all angles, the consecutive attacks on the fragile democracy established in mid-1985. The political-social effect of this configuration is the emergence of social forces, which are dissatisfied with political representation and Brazilian state's role in the Lula and Dilma governments, engineered a political-legal coup d'état in 2016 against the president. Therefore, "a misogynist blow to democracy." Since then we are at war. This paper objectives to analyze the political performance of Linn da Quebrada, in response to the configuration of ultra-conservative forces that assault our democratic "horizon of expectation" in order to implement its reform agenda and a social policy of inequalities and hierarchies. Thinking about this political action means understanding the relationship between art, music and performance. Lastly, Gilles Deleuze's category "art as a war machine" to compose this analysis in order to think of Linn da Quebrada as an artistic historical subject who problematizes compulsory heteronormativity and fixed identities through his manifest art. Art is movement, so it is history. Art creates, transforms. Art affects bodies, chills, paralyzes. It terrifies. Indeed, Linn urges us to think of the category "gender terrorism" as a tactic to create spaces of resistance to the control of bodies in everyday relationships; disassemble the jumble of things that silence the precarious and violated subjects of the state. Subjects that, by extrapolating the hegemonic identity logic, expose with greater evidence the mechanisms that try to capture the deviated lives.

Keywords: Ultraconservatism. Gender terrorism. Art. War machine.



“HOMEM E MULHER OS CRIOU”: GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICA NA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA

André Luís da Rosa¹
Javier Ignacio Vernal²

Resumo: A Renovação Carismática Católica (RCC) tem sido o segmento católico com maior crescimento de engajamento nas disputas eleitorais no Brasil. Este movimento da Igreja Católica realiza uma interpretação da bíblia que compreende a diversidade sexual como contrária à vontade de Deus, bem como reforça as figuras bíblicas de obediência da mulher. Assim, por sua afinidade ideológica, a RCC possui uma aliança política com a Frente Parlamentar Evangélica, defendendo as mesmas bandeiras morais contra os avanços das pautas dos movimentos feministas e LGBTQI+. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apontar algumas das principais características da atuação política da RCC em relação às questões de gênero e sexualidade. Para tanto, no primeiro momento, apresentar-se-á a compreensão de gênero e sexualidade do movimento carismático católico e, na segunda parte, como o grupo em questão atua politicamente a partir de suas doutrinas, analisando algumas de suas propostas de lei.

Palavras-chave: Renovação Carismática Católica. Gênero. Sexualidade. Política.

Introdução

A partir das eleições de 2010, e ainda mais nas eleições de 2014, a Renovação Carismática Católica (RCC) foi o segmento católico com maior crescimento de engajamento das disputas eleitorais no Brasil. Isso porque, desde 2010, vimos uma reposição de temas na agenda política da maioria dos grupos religiosos favorecendo as questões de cunho moral e privado, o que fortalecera a já consolidada atuação de políticos ligados às denominações evangélicas e, agora, favorecia a empreitada de políticos ligados à RCC (SILVA, 2018, p. 509). Um dos motivos desse engajamento se dá pelo fato de que tais lideranças creem-se arautos de um dever moral de participar da política e de mudá-la, sobretudo no que se refere ao avanço de pautas identificadas com os Direitos Humanos e com os direitos das minorias, entendidas por tais segmentos como ‘trevas’ a serem combatidas também pela participação política, encarada nos termos de uma ‘batalha espiritual’. Disputas estas que fazem parte dos conflitos entre as diferentes comunidades morais de uma nação, na visão da antropóloga Rita Segato (2006).

Embora se perceba uma tendência de diferenciação e distanciamento, no Ocidente, entre a lei e os costumes, tradições e visões de mundo das diferentes comunidades morais que fazem parte uma sociedade³, é inegável que as mesmas travam disputas para interferir no código legal e aproximá-lo de seus próprios sistemas ou códigos morais. Pois,

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC). E-mail: andredarosa@hotmail.com.

² Doutor em Filosofia (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC). E-mail: jivernal@gmail.com.

³ Como exemplo de separação entre as convicções pessoais de um líder político de um Estado laico e o conteúdo das leis que vigoram nesse mesmo Estado, Mario Sebastiani (2018) apresenta uma fala do Ex-Presidente da França (1974-1981) Valéry Giscard d’Estaing, que era um político de direita e havia derrotado a um socialista, sobre a questão da descriminalização do aborto: “Yo soy católico, le dije (al papa Juan Pablo II, durante una entrevista realizada en El Vaticano), pero soy presidente de la República de un Estado laico. No puedo imponer mis convicciones personales a mis



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

o texto da lei é uma *narrativa mestra* da nação, e disso deriva a luta para inscrever uma posição na lei e obter legitimidade e audibilidade dentro dessa narrativa. Tratam-se de verdadeiras e importantes lutas simbólicas. Alguns exemplos, entre outros possíveis, como a luta em torno da questão do aborto ou do casamento *gay*, são particularmente reveladores, pois neles está em jogo não meramente a legislação sobre as práticas concretas – capazes de encontrar caminho com ou sem a lei – mas a inscrição das mesmas e, com isso, o próprio *status* de existência e legitimidade, na nação, das comunidades morais que as endossam (SEGATO, 2006, p. 212).

Nesse sentido, nos últimos anos tem crescido, no Brasil, o número de publicações na área das Ciências Sociais que abordam as relações entre gênero, sexualidade, política e religião, especialmente visando os segmentos evangélicos (neo)pentecostais, devido à grande visibilidade que eles ganharam com diversas polêmicas envolvendo as temáticas da sexualidade.⁴ Todavia, a Bancada Evangélica atua em coalisão com outros grupos religiosos, como movimentos católicos carismáticos e tradicionalistas. Fato este ainda pouco analisado, que fará parte do objetivo deste artigo, que apontará as principais características da atuação política do movimento carismático católico em relação às questões de gênero e sexualidade. Para tanto, no primeiro momento, apresentar-se-á a compreensão de gênero e sexualidade do movimento carismático católico e, na segunda parte, como o movimento em questão atua politicamente a partir de suas doutrinas, apresentando algumas de suas propostas de lei.

Em defesa da lei natural: gênero e sexualidade na Renovação Carismática Católica

O início da RCC⁵ foi marcado pela desconfiança da hierarquia da Igreja Católica, mas, em pouco tempo, passou a ser vista com bons olhos, por ser um movimento conservador em sua doutrina, tendo como um de seus principais aliados o Papa João Paulo II (PRANDI, 1997, p. 32). Para ser vista como fiel à instituição romana, ela passou a enfatizar elementos tradicionais pré-modernos da Igreja Católica, que estavam sendo superados pela Teologia da Libertação na América Latina,⁶

ciudadanos [...] sino lo que tengo que hacer es velar para que la ley se corresponda con el estado real de la sociedad francesa, para que pueda ser respetada y aplicada. Comprendo, desde luego, el punto de vista de la Iglesia católica y, como cristiano, lo comparto. Juzgo legítimo que la Iglesia católica pida a aquellos que practican su fe que respeten ciertas prohibiciones. Pero no es la ley civil la que puede imponerlas con sanciones penales, al conjunto del cuerpo social [...] Como católico estoy en contra del aborto; como presidente de los franceses considero necesaria su despenalización”.

⁴ Especialmente a partir de março de 2013, quando o Deputado Pastor Marco Feliciano assumiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, inaugurando uma série de discussões em torno da denominada ‘cura gay’.

⁵ A RCC surgiu nos EUA, em 1967, a partir de um grupo de jovens que teve contato com o pentecostalismo protestante, e no Brasil chegou por meio de dois sacerdotes jesuítas: os Padres Eduardo Dougherty, fundador da TV Século XXI, e Haroldo Rahm, na cidade de Campinas, São Paulo, entre o final da década de sessenta e início da década de setenta do século XX (CARRANZA, 2000). Ela se caracteriza como um movimento de reencantamento religioso, baseada em sinais tidos como sobrenaturais, como o falar em línguas, as curas e milagres, as visões e profecias. Da RCC originaram-se outras iniciativas que chamam a atenção das ciências humanas e sociais, como as comunidades de vida e de aliança e padres e pregadores midiáticos, como o Padre Marcelo Rossi.

⁶ A Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica no final da década de sessenta e início da década de setenta, como tentativa de resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e a fé cristã da maioria de sua população. Tem-se apontado como pioneiro da TL o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, e no Brasil, alguns de seus principais articuladores foram Leonardo Boff, Pedro Casaldáliga, João Batista Libânio. A principal expressão religiosa da TL são as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), que possuem como princípio uma opção preferencial pelos mais pobres e são engajados nas lutas de libertação, por exemplo, pela causa dos sem terra, dos sem teto, dos imigrantes.



desenvolvendo assim uma teologia fundamentalista em um esforço para restaurar a certeza ameaçada pela situação de pluralismo e secularização da modernidade. Desse modo, a Igreja Católica passou a ver na RCC uma oportunidade de trazer de volta aqueles que estavam longe, isto é, a possibilidade de reinstitucionalizá-los, devolvendo ao catolicismo sua maioria cultural (CARRANZA, 2009, p. 37). Uma das grandes ênfases da RCC, em seu objetivo de reconquistar a hegemonia cultural católica no Brasil, é a insistência nos temas de sexualidade, a partir da moral católica tradicional, baseada na denominada *lei natural*, pois, segundo o padre Anderson Marçal (2009), da comunidade carismática Canção Nova: “nenhuma lei feita pelos homens pode perturbar a norma escrita pelo Criador, sem que a sociedade venha ser dramaticamente ferida nisto que constitui o seu mesmo fundamento basilar. Esquecê-lo significaria demolir a família, penalizar os filhos e render incerto o futuro da sociedade”. Visão esta fundamentada no Catecismo da Igreja Católica, número 1979, que reza: “a lei natural é imutável, permanece através da história. As regras que a exprimem são substancialmente sempre válidas. Ela é uma base necessária para a edificação das regras morais e para a lei civil”. A lei natural, para a Igreja Católica, não deve fundamentar apenas os seus dogmas, mas deve ser a lei sob a qual devem ser pensadas as leis de todas as sociedades.

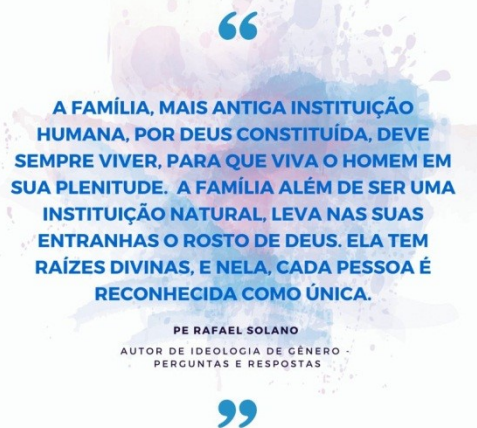


Imagem 1: Disponível em: <<https://twitter.com/editora/status/712378575668830208>>. Acesso: 01 jun. 2019.

Sob a ótica da lei natural, a diversidade sexual trata-se de uma desordem na criação divina. Conforme o Catecismo da Igreja Católica, no número 2357: “a tradição sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São *contrários à lei natural*. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados” (grifo nosso). Assim, já que a diversidade sexual não é natural, a RCC busca explicar as ‘raízes’ dela com múltiplas causas, como explica Felipe Aquino (2019), formador da TV Canção Nova:⁷

há fortes evidências de que ninguém nasce com a tendência ao homossexualismo, mas que esse desequilíbrio se desenvolve na criança ou no jovem por problemas familiares (separação, brigas etc.) Obsessão da mãe pelo filho, desinteresse e grosseria do pai, forte insegurança, experiência sexual fracassada ou traumática na adolescência, educação sexual mal conduzida e muitas outras causas não bem conhecidas.

Outras ‘causas’ para o desenvolvimento da homossexualidade são, segundo o padre Alírio Pedrini (2007), da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, problemas congênitos,

⁷ A TV Canção Nova, principal emissora de TV católica do Brasil, originou-se da Comunidade Carismática Canção Nova, fundada pelo Padre Jonas Abib, um dos pioneiros do movimento carismático católico no Brasil, em 1978. Sediada em Cachoeira Paulista, SP, ela foi a primeira e é a maior comunidade carismática católica do Brasil. Atualmente, está presentes em 11 unidades federativas e em cinco outros países: Portugal, Itália, França, Estados Unidos e Israel. Além da emissora de TV, a Canção Nova administra uma rede de emissoras de rádio e uma editora, financiados pelos seus sócios contribuintes (uma espécie de dizimista).



problemas de formação física, como ele expressa: “na gestação no seio materno, houve alguma deficiência física, e a pessoa nasce com essa tendência. Trata-se de uma deficiência no seu físico e no sistema hormonal sexual”. Outra causa, segundo Pedrini (2007), é que a homossexualidade é um ‘vício adquirido’, em que as pessoas começam a praticar e por repetirem muitas vezes o psiquismo se apega a este prazer e acaba se viciando. Também é comum na RCC relacionar a diversidade sexual a uma ação demoníaca, como se demonstra na oração de Ironi Spuldaro (2016) em um evento de cura e libertação na Canção Nova:

em nome do poder de todas as chagas do corpo do cordeiro, pelo sangue aspergido em cada uma dessas chagas como fonte de exorcismo, de bênção, de cura e libertação. Pela intercessão das lágrimas de sangue da Virgem Maria, nós ordenamos que sejam derrubadas as muralhas do apego a dinheiro e a pessoas, a cargos e a bens materiais, ao vício, ao alcoolismo, a droga, o fumo, *a escravidão e ao vício da sexualidade desordenada, dos distúrbios e desequilíbrios sexuais, das impurezas e seduções, das aberrações sexuais e do sexo contra a natureza, das orgias e fantasias, das taras e manias, do homossexualismo e do lesbianismo.* (Grifo nosso).

A RCC promove diversos eventos de cura e libertação, com sessões de exorcismo do ‘espírito da homossexualidade’, bem como retiros de cura interior, que visam curar as pessoas cuja homossexualidade possui uma causa psicológica⁸, tendo como objetivo conformar todas as pessoas àquilo que é a norma da natureza, tal como diz o padre Jonas Abib (2018), fundador da Canção Nova, dirigindo-se aos homossexuais masculinos: “o homem é homem porque Deus o criou homem, e é para ele viver toda a sua vida como homem: a sua afetividade masculina, a sua sexualidade masculina. O restante tudo é desvio”.

Portanto, a RCC reduz a identidade de gênero e a orientação sexual ao sexo biológico e a uma natureza humana essencialista, afirmando uma heterossexualidade natural compulsória e um binarismo inquebrantável, desconsiderando, por um lado, os avanços das Ciências Humanas que afirmam que não há normas e, portanto, não há certo ou errado com relação ao gênero e à sexualidade, e por outro lado, as próprias práticas dos seres humanos e a construção das suas subjetividades e dos seus corpos. Diversos estudos antropológicos já revelaram que os papéis de gênero e as sexualidades mudam de uma cultura para outra, por tanto, a explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade (GROSSI, 2010). Por isso, como teoriza a filósofa Judith Butler (2010, p. 195), o gênero não possui um caráter ontológico, não é uma substância fixa, não possui um verdadeiro ou falso, mas são apenas efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável.

Nesse horizonte, Butler (2019), analisando a visão de sexualidade do catolicismo, especialmente seus ataques aos estudos de gênero, comenta que a igualdade de gênero é tomada como uma ‘ideologia diabólica’, pois os estudiosos de gênero consideram a diversidade de gênero como

⁸ Em pesquisa de campo para o desenvolvimento do meu TCC (Rosa, 2014), participei de retiros de cura interior em que o pregador fazia com que os jovens deitassem no chão em posição fetal e exigia que pedissem perdão para as suas mães por elas terem desejado ter uma menina e por isso eles tinham nascido com a ‘tendência ao homossexualismo’. Outra prática que presenciei foi a do pregador fazer os jovens abraçarem algum homem adulto lá presente representando seu pai, para que o jovem lhe pedisse perdão e ‘curasse’ a imagem paterna em sua vida, já que em seu discurso, a homossexualidade podia ser consequência de um relacionamento difícil com o pai.



uma construção histórico-social e rejeitam a ideia de que o gênero está determinado pelo sexo designado ao nascer, o que para a Igreja é considerado como a destruição de uma realidade e uma essência dada por Deus. Esta compreensão fundamentalista interpreta de modo incorreto os estudos e as lutas sociais pela igualdade de gênero, que, como explica Butler (2019): “si consideramos cuidadosamente la teoría del género, no resulta ni destructiva ni adoctrinadora. De hecho, simplemente busca una forma de libertad política para vivir en un mundo más equitativo y habitable”.⁹ A filósofa (2019) continua explicando que os teóricos de gênero não buscam impor sua visão de mundo a todos, mas, em última instância, lutam para aliviar o sofrimento e reconhecer a diversidade corporal e cultural de nossas vidas. Não buscam dizer como as pessoas devem viver, mas querem dar a possibilidade de que todas as pessoas construam o seu caminho com liberdade. Pois, negar estas liberdades políticas, como querem fazer o Papa e muitos evangélicos, “conlleva terribles consecuencias: [...] a las personas gays y lesbianas que quisieran casarse se les negaría la opción de concretar ese deseo; y les que deseen adoptar un género distinto del sexo que se les asignó al nacer tendrían prohibido hacerlo”¹⁰ (BUTLER, 2019).

Já, quanto ao movimento feminista, o principal embate da RCC fundamentada na lei natural, diz respeito aos direitos reprodutivos das mulheres, como explica o Padre Jonas Eduardo (2009), da comunidade carismática Canção Nova:

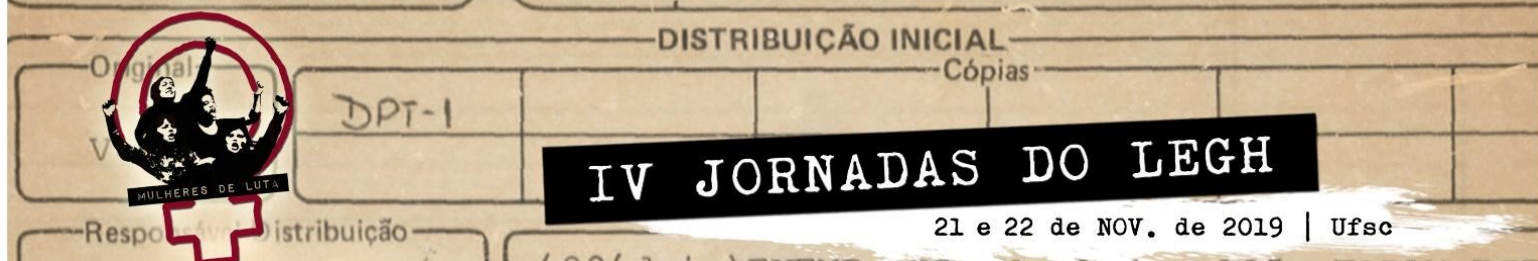
o direito não pode prescindir dos ditames da lei natural (exigências éticas intrínsecas à natureza humana). Matar um inocente é antinatural (nossa vida não nos pertence, é-nos dada e tirada por Alguém maior) e, portanto, pecado grave (se cometido de modo livre e consciente) e justamente condenável no âmbito civil (crime) e eclesiástico (excomunhão).

Para ele, é um dado científico que a partir do momento da fecundação um novo ser humano se faz presente em nosso mundo e em nossa história, e essa nova vida já possui alma e foi criada por Deus, por isso, o aborto não se justifica em nenhuma situação. O Padre Jonas Eduardo (2009) defende até, por exemplo, a continuidade da gestação mesmo em uma menina de 9 anos que foi estuprada, como afirma: “é uma falácia afirmar que a gravidez aos 9 anos põe necessariamente a menina em risco de vida – os dados da literatura médica dizem exatamente o contrário; p.ex., recentemente uma menina deu à luz aos 11 anos; aos 14/05/1939 a peruana Lina Medina deu à luz aos 5 anos e 7 meses de idade”. Além de se basear em literatura médica duvidosa e contestável, o Padre Jonas Eduardo não faz menção à saúde mental das crianças submetidas a dar continuidade a tais gestações.

Deve-se observar que a RCC, talvez contrariamente ao que pode ser imaginado, é um movimento composto em grande parte por mulheres, seja em sua membresia ou liderança. Todavia é antifeminista, colaborando para a submissão das mulheres ao reforçar a imagem bíblica da mulher silenciosa, sofredora e obediente, baseando-se na devoção mariana. Assim, na RCC, segundo Castro (2013, p. 148), são valorizadas a submissão e a docilidade, pois esses valores seriam associados à

⁹ “Se analisarmos cuidadosamente a teoria de gênero, ela não é destrutiva nem doutrinadora. De fato, ela simplesmente busca uma forma de liberdade política para se viver em um mundo mais equitativo e habitável.” (Tradução nossa).

¹⁰ “Isso traz terríveis consequências: [...] pessoas gays e lésbicas que gostariam de se casar teriam negada a opção de realizar esse desejo; e aqueles que desejam adotar outro gênero que não o do sexo atribuído a eles no nascimento seriam proibidos de fazê-lo.” (Tradução nossa).



essência da mulher em oposição aos atributos masculinos, “o marianismo normatizaria papéis para homens e mulheres cristãos e seria uma forma de demarcar os espaços reservados às mulheres, ou seja, as posições que podem ocupar na sociedade”. No pensamento da RCC, essa diferença entre homens e mulheres é natural e da vontade de Deus, pois, conforme Maria Ivone Ferreira Ranieri (2019), coordenadora da RCC-PR, Deus ama todos de modo igual, mas em suas diferenças, sendo que homens e mulheres são naturalmente diferentes porque Deus os criou para completarem-se. Quanto ao papel da mulher, ela afirma: “o grande poder da mulher é viver esta diferença, não para competir ou se afastar do homem, mas *exercer o poder da sua feminilidade e viver o amor no matrimônio, na maternidade, na vida religiosa consagrada, na convivência familiar, profissional e social*” (RANIERI, 2019) (Grifo nosso).

Esta compreensão da RCC acerca do que é ser mulher, sobre a qual ela baseia a sua atuação política, exemplifica o que a antropóloga Rita Segato (2017) tem analisado sobre a atual posição política em relação às mulheres. Para ela, estamos vendo no mundo a política trazendo para o centro do palco um tipo de moral religiosa através do fundamentalismo cristão, que é o mesmo modelo do fundamentalismo islâmico. Um modelo de controle social no qual você precisa das mulheres em uma posição subordinada e que é muito perigoso, porque o fundamentalismo traz formas de fanatismo e guerra. Para a antropóloga, esse implante do pensamento moral, religioso e fundamentalista que pretende controlar as mulheres como no mundo islâmico está formando uma experiência para trazer para o nosso meio esta ideologia com uma linguagem cristã. Em entrevista ao Instituto Humanitas UNISINOS, Segato (2017) apresentou como exemplo que de Donald Trump a Mauricio Macri, a paisagem do espaço doméstico presidencial não obedece uma pauta de igualdade de gênero, mas, ao contrário, a da mulher em seu lugar. Caso você pegue uma foto presidencial de Trump, de Michel Temer, de Bolsonaro, de Macri com as primeiras-damas, é a mesma cena. É um exemplo muito forte da subordinação da figura feminina. E, para Segato (2017), “isto ocorreu pelo fundamentalismo cristão que está se apoderando de nosso país. A igreja como uma arregimentação da vida, cujo ícone é a posição da mulher. A História avança no sentido de tomar a mulher como refém para expressar a dominação e o controle”.

Saudades da fogueira:¹¹ a atuação política da Renovação Carismática Católica

A RCC abriga, em sua estrutura institucional, um *Ministério de Fé e Política*, que, segundo sua página oficial, “é o serviço dentro da Renovação Carismática Católica para a *evangelização da política*, a partir da experiência do batismo no Espírito Santo” (RCC, 2011) (Grifo nosso). Essa descrição demonstra que a RCC atua no campo político tendo como base uma teologia ou visão metafísica, principalmente da batalha entre Deus e o demônio, com o objetivo explícito de cristianizar a política, ferindo, assim, a laicidade do Estado estabelecida na Constituição. Nesse sentido, a RCC

¹¹ Esta expressão tem sido utilizada por membros dos novos movimentos católicos tradicionalistas e carismáticos para referir-se às pessoas por eles consideradas como ‘hereges’, fazendo alusão ao período da Inquisição. Estes movimentos têm resgatado diversos elementos da teologia católica medieval, dentre os quais o combate aos hereges, que é considerado algo bom, pois combatê-los é estar à ‘serviço da Verdade’. Apesar de ser uma expressão comum no meio carismático e tradicionalista, ela não é falada em pregações ou escrita em livros, trata-se de uma espécie de ‘brincadeira’ quando alguém diz algo contrário à doutrina católica, que foi conhecida por meio de observação participante em conversa com membros do movimento (ROSA, 2014).



adota bandeiras que, grosso modo, colocam num segundo plano a dimensão explicitamente socioeconômica da política, fixando suas lutas em questões de teor moral, como: temas de bioética, a defesa do ensino religioso confessional nas escolas públicas e o projeto escola sem partido, a rejeição dos direitos reprodutivos das mulheres,¹² a negação dos direitos da população LGBTI+ e a aversão frente ao ensino de estudos de gênero nas escolas (PORTELLA, 2011). Por sua afinidade ideológica, os deputados da RCC fazem parte da Bancada Evangélica, apoiando os mesmos projetos e, em algumas situações, até os mesmos candidatos.¹³

Este Ministério de Fé e Política tem por objetivo escolher os candidatos que a RCC irá apoiar oficialmente nas eleições, bem como fiscalizar o mandato dos eleitos, além de promover encontros de formação, retiros e grupos de oração¹⁴ para estes políticos. Reis (2016), analisando este ministério, aponta que não é qualquer membro da RCC que tem apoio do movimento nas disputas eleitorais. O candidato precisa ter pré-requisitos para que se oficialize este apoio, como prevê o manual produzido pelos carismáticos:

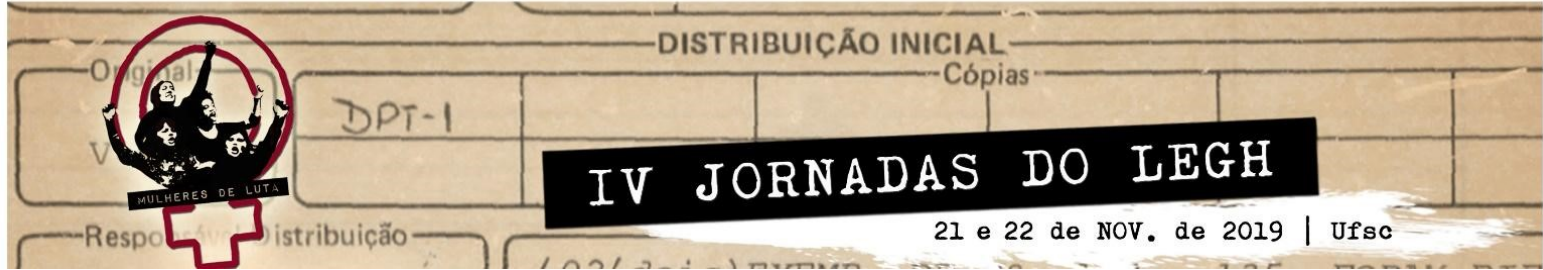
ter conhecimento e compromisso com a Doutrina Social Cristã a fim de defender os valores cristãos contra projetos que ferem o direito, a cidadania e a vida como: aborto, pena de morte, entrega do patrimônio público ao poder econômico, leis que provocam desemprego estrutural [...] Ter um conselho representativo que possa orar, discernir e contribuir diretamente nas decisões políticas do mandato, utilizando-se dos carismas e sinais tão amplamente utilizados na caminhada de fé de conselhos, ministérios e comunidades ligadas à espiritualidade da RCC. Por isso, o candidato deverá indicar seu conselho e assumir o compromisso de reunir-se com ele, pelo menos uma vez por mês, para acompanhamento do mandato; ter participação, contribuição e Unidade com a Igreja e a RCC na diocese, com pelo menos 5 anos de caminhada nos Grupos de Oração e Evangelização em Comunidades ligadas ao Movimento (NASCIMENTO, 2006, p. 79).

De acordo com as diretrizes da Renovação Carismática Católica, todos os candidatos recrutados serão acompanhados por um Conselho, e este deverá ser composto por indivíduos pertencentes ao movimento e indicados pelo coordenador geral da RCC. A elaboração dos discursos políticos, a criação dos santinhos, as estratégias de *marketing*, a atuação junto aos partidos, as formas de propaganda, a exposição midiática, o controle financeiro, a formação de coligações e até mesmo outras formas de aconselhamento são medidas adotadas entre o candidato e os seus acompanhadores

¹² Entre os anos de 2008 e 2010, a RCC promoveu uma mobilização nacional para a coleta de assinaturas contra a aprovação do Projeto de Lei nº 1135/91, que consiste na descriminalização do aborto e permite que a mulher até a décima segunda semana de gestação recorra ao SUS para interrupção da gravidez. E, também, criou a campanha *Brasil Vivo Sem Aborto* (REIS, 2016, p. 101).

¹³ Em mais de uma ocasião a RCC apoiou os candidatos oficiais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), como, por exemplo, na eleição de 2016, quando apoiou o Bispo da IURD Marcelo Crivella (PRB) para a prefeitura do Rio de Janeiro. Na eleição presidencial de 2018, seus deputados apoiaram no segundo turno o candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), que também era apoiado oficialmente pela IURD.

¹⁴ No dia 27 de maio de 2015, o Ex-Deputado Federal Diego Garcia (PHS-PR), em seu primeiro ano de mandato, inaugurou o Grupo de Oração Beata Elena Guerra, na Câmara dos Deputados. Esse grupo, que era uma das promessas de campanha do Parlamentar, acontece toda quarta-feira, às 8h30, na própria Câmara. O grupo conta com a presença de parlamentares, servidores do Congresso Nacional e membros da RCC do Distrito Federal.



em reuniões mensais.¹⁵ Esses acompanhamentos dar-se-ão após as eleições, caso o candidato seja eleito, para fiscalização de suas ações na arena política (REIS, 2016, p. 90).

Assim, com o objetivo de restaurar a hegemonia cultural católica no Brasil, a atuação política dos deputados da RCC tem proposto diversos projetos de lei baseados na moral tradicional católica, como: orientações acerca do modo de proceder em pesquisas com células-tronco, o uso dos métodos contraceptivos, proibições acerca da reprodução humana, assistência psicológica para adoutrinar mulheres que praticaram o aborto e adolescentes que ficaram grávidas. Os estudiosos do fenômeno religioso Marcos Vinicius de Freitas Reis e Fábbyo Py Murta de Almeida (2015, p. 82-84), realizaram uma pesquisa analisando os projetos de lei dos deputados da RCC. Aqui, fundamentando-se neles, vão-se apresentar alguns relacionados à sexualidade e à reprodução. Por exemplo, quanto ao caso das Clínicas de Reprodução Humana, o Ex-Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PROS-SP) propôs, no PL nº 4889/2005, que cada mulher poderia ter seu óvulo fecundado apenas uma vez e com a permissão do Ministério da Saúde, pois assim “estaremos evitando o aborto indiscriminado, que é feito através da chamada reprodução terapêutica, pois é do conhecimento de todos que a partir da fecundação do óvulo já existe vida pré-concebida”. Também se destaca o PL nº 5058/2005, proposto pelo Deputado Federal Osmânio Pereira (PSDB-MG), que defende “a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso”. De acordo com esse projeto, o Estado deveria punir qualquer entidade ou pessoa que praticasse a interrupção da gravidez, e até mesmo quem promovesse palestras ou anúncios aludindo à sua defesa.

O Ex-Deputado Estadual Carlos Dias (PP-RJ), em 2002, propôs o Projeto de Lei nº 3163/2002, que definia que “é vedado ao Poder Público estimular por qualquer meio, a distribuição e utilização de preservativos”. O projeto argumenta que a prática do uso dos preservativos fere os ‘valores da família’, pois, para o catolicismo, a fidelidade no casamento, a castidade e a abstinência sexual são os melhores meios de impedir o avanço das Infecções Sexualmente Transmissíveis. O mesmo deputado também propôs o Projeto de Lei nº 761/2001, no qual visava tornar “proibida a comercialização de qualquer tipo de material pornográfico ou erótico [...] bem como o funcionamento de espetáculos que explorem apresentações essencialmente pornográficas ou promovam festas de nudismo”. Para o projeto, pessoas ou estabelecimentos que fossem flagrados estimulando a pornografia poderiam ser multados ou até presos. Dessa forma, em todos esses projetos analisados por Reis e Almeida (2015, p. 85-87), as autoridades públicas estariam incumbidas de realizar uma fiscalização para que a moralidade católica seja cumprida por toda a sociedade.

Também, não se pode deixar de citar que a RCC foi linha de frente na luta contra a implementação dos estudos de gênero no Plano Nacional de Educação e pela aprovação do projeto Escola Sem Partido. O Deputado Eros Biondini (PROS-MG), da RCC de Minas Gerais, foi o autor do Projeto de Lei nº 2731/2015, que pretendia incluir no Plano Nacional de Educação a proibição à

¹⁵ É comum, no período eleitoral, os candidatos do Ministério de Fé e Política participarem dos Grupos de Oração e eventos massivos da RCC (congressos, louvores, cenáculos) e serem chamados na frente para que todos orem por eles. Os pregadores da RCC apresentam esses candidatos como diferentes dos outros, pois irão defender os valores católicos na política e, diferente de todos os outros, eles terão um conselho da RCC para fiscalizar o mandato, o que o impediria de ser corrupto, ou votar contra a Igreja. Em 2010, presenciei uma cena como essa, na cidade de Criciúma, SC, onde apresentaram um candidato a deputado estadual da RCC. No final do evento, seus cabos eleitorais estavam do lado de fora do centro de eventos entregando seu material de campanha para todos os que estavam participando do Louvor. Ficaram do lado de fora por ser ilegal entregar o material dentro do culto religioso.

”utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”. O texto previa congelamento dos repasses em educação para qualquer município que não cumprisse a determinação, demissão de professores que não cumprissem a proibição e até prisão de seis meses a dois anos se os mesmos falassem sobre questões de gênero em aula.¹⁶ O mesmo deputado foi coautor do Projeto de Decreto Legislativo nº 395/2016 que pretendia proibir que travestis e transexuais utilizassem o nome social na administração pública federal, autarquias e fundações – direito que foi adquirido através do Decreto nº 8.727 de 2016, assinado pela Ex-Presidenta Dilma Rousseff (FONSECA, 2016). E o Deputado Flavinho (PSC-SP), da comunidade carismática Canção Nova, foi o relator do Projeto de Lei nº 7180/14, o projeto Escola Sem Partido, que também prevê a proibição, no ensino no Brasil, da “ideologia de gênero”, do termo “gênero” ou “orientação sexual”, bem como pretende estabelecer que “o Poder Público não se intrometerá no processo de amadurecimento sexual dos alunos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

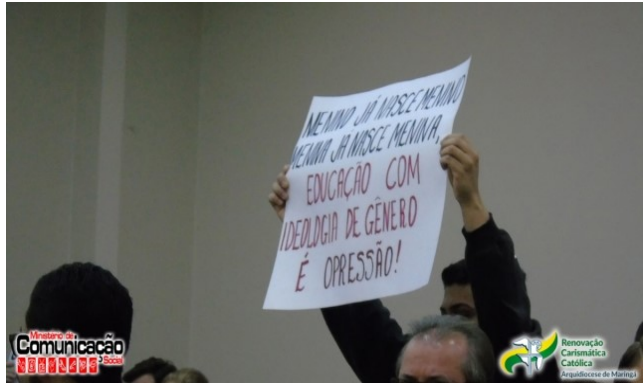


Imagem 2: Disponível em: <<http://www.rccmaringa.com.br/www/site/index.php?sessao=1d480f73defe1d&pagina=1&id=128&cat=>>. Acesso: 01 jun. 2019.

Outro projeto que gerou muitas controvérsias e que a RCC foi um dos principais atores para a sua aprovação, é o Estatuto da Família,¹⁷ cujo relator foi o Ex-Deputado Federal Diego Garcia (PHS-PR), da RCC do Paraná, e que no artigo 2º do Projeto de Lei nº 6583/2013 dispõe: “reconhece-se como família, base da sociedade, credora de especial proteção [...] a entidade familiar formada a partir da união de um homem e de uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. Para Diego Garcia, o Estatuto da Família garante ‘segurança’ para este modelo de família tradicional que, segundo ele, encontra-se ‘ameaçado’. Assim, como comentaram Tavares e Frinhani (2017, p. 142), Garcia em seu parecer definiu família como a união entre homem e mulher através do casamento ou união estável, estabelecendo que apenas a família heterossexual existe, excluindo as demais que fogem dessa norma. Essa iniciativa está intimamente ligada a uma postura conservadora, preconceituosa e normativa, de caráter religioso, que não aceita as novas conformações de famílias.

Assim, os deputados da RCC e seus projetos, baseando-se na teologia tradicional católica, têm promovido uma perseguição e criminalização das pessoas que não compartilham sua visão de mundo, sejam elas mulheres que defendem a autonomia sobre seus corpos, pessoas trans, homossexuais, lésbicas, educadores, dentre outras. A lógica que sustenta a doutrina da RCC é a de um pensamento dogmático, de que existe uma única verdade que deve ser preservada frente à pluralidade de posições

¹⁶ Em sua versão final foi excluída a proposta de prisão dos professores, mas em 22 de abril de 2014 foi aprovada a retirada das expressões ‘igualdade de gênero’ e ‘orientação sexual’ do Plano Nacional de Educação.

¹⁷ O Estatuto da Família foi aprovado pela Câmara Legislativa no dia 12 de junho de 2018 e promulgado como lei no dia 28 de junho de 2018.



discordantes, que devem ser apagadas, silenciadas e extintas, através da criminalização, da punição e até da patologização dos seus defensores. Nesse sentido, há uma contradição de estrutura lógica entre os grupos religiosos fundamentalistas e os movimentos feministas e LGBTQ+. Rita Segato (2019), comentando a diferença entre essas duas formas de pensamento, utiliza como exemplo os movimentos do lenço celeste e do lenço verde na Argentina: “el pañuelo celeste es monopolístico. Existe una única verdad: nadie puede practicar abortos. Y el pañuelo verde es pluralista: quien quiere puede, quien no quiere, no”.¹⁸ A mesma lógica se aplica aos projetos dos deputados da RCC, como os que visam limitar os direitos das mulheres e das minorias de gênero e sexuais.

Esta compreensão de gênero e os projetos de lei do movimento carismático se aproximam do que Rita Segato (2016) tem denominado de *pedagogia da crueldade*. Trata-se de uma pedagogia à qual se está exposto todos os dias, para que se endureça às pessoas e elas pensem que o destino das outras pessoas não é o seu, que impede a empatia. Segundo Segato (2017), ela é uma programação que começa nos exércitos. Uma pessoa que chega ao exército, em qualquer país, a primeira coisa que precisa aprender é a se estruturar de forma psicopática, no sentido de que o destino de meu inimigo não é o meu. Essa programação que existia para os exércitos, está sendo passada para toda a sociedade. A antropóloga chama a atenção para os grupos fundamentalistas cristãos, pois “uma das bases do cristianismo, não faça ao outro o que não gostaria que fizessem a você, não está na rota de leitura dos evangelhos, nos fundamentalismos cristãos de hoje” (SEGATO, 2017). Assim, o fundamentalismo cria um ‘nós’ e ‘os outros’, com uma barreira intransitável que os separa.

Relacionando a pedagogia da crueldade com as questões de gênero e sexualidade, Thürler e Woyda (2019) refletem que esse endurecimento a que se refere Segato produz um efeito de normalização, de banalização da crueldade e isso promove a diminuição da empatia dos sujeitos, ou seja, a própria crueldade, por meio da manutenção das hierarquias de gênero e da naturalização das relações binárias. Realidade esta que é cotidianamente vivenciada, segundo Butler (2012), pelas minorias de gênero e sexuais que são criminalizadas e/ou patologizadas por sua aparência, linguagem, a forma como expressam seu amor ou desejo, a maneira como exercem sua liberdade corporal, a roupa que usam ou deixam de usar. É exatamente aquilo que a RCC tem promovido tentando proibir o uso do nome social por travestis e transexuais, defendendo a legalização apenas da família heterossexual e monogâmica e excluindo da lei os LGBTQ+, promovendo a heteronomia sobre o corpo das mulheres, e tentando banir conteúdos relacionados ao gênero e à sexualidade nas escolas.

Considerações finais

Católicos e (neo)pentecostais, que são inimigos no púlpito das igrejas, tornaram-se amigos no palanque da política. Uma aliança que nada tem a ver com a busca pela tolerância religiosa entre os dois grupos, mas apenas uma unidade por conveniência tendo como motivação pautas em comum, principalmente as de questões morais. Por isso, sempre que se analisar a Bancada Evangélica, deve-se lembrar que ela também é católica, por sua aliança com os grupos católicos tradicionalistas, especialmente a RCC. Em seu período inicial, a RCC não possuía nenhum engajamento político, ao contrário, era crítica da politização da fé, centrando-se em questões estritamente espirituais, de fórum

¹⁸ “O lenço azul é monopolizador. Existe uma única verdade: ninguém pode praticar abortos. E o lenço verde é pluralista: quem quer pode, quem não quer, não.” (Tradução nossa).



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

interno à Igreja. Isso, para se opor ao seu inimigo interno, a Teologia da Libertação, que possuía uma forte participação política em movimentos e partidos de esquerda.

Todavia, com o crescente apoio da hierarquia romana à RCC e a perseguição do Vaticano aos teólogos da libertação na América Latina, a Igreja passou a ver na RCC, por seu perfil conservador e sua capacidade de atrair as massas, uma oportunidade de reassumir a centralidade como sujeito de fala em matérias como a moralidade, o matrimônio, a sexualidade, as relações afetivas, a família, que ela vem perdendo desde a emergência da modernidade. Nesse sentido, a RCC tem promovido nos últimos anos uma verdadeira ‘cruzada’ em tom de pânico moral contra o que denominam ideologia de gênero. Seus discursos, como reflete Silva (2018, p. 523), reforçam uma perspectiva conservadora da vida social, ao orientar os fiéis para uma postura de medo e de intolerância diante da diversidade, em especial a de gênero e de orientação sexual. Os líderes religiosos essencializam e naturalizam – de acordo com uma vontade divina que afirmam conhecer – características subjetivas, ignorando e rejeitando os componentes históricos e individuais que engendram as relações sociais entre as pessoas e impondo uma visão de mundo que não acolhe à toda a diversidade de formas de viver e de se relacionar.

Referências

- ABIB, Jonas. *Afetividade e desvio da sexualidade*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rtb4mzqwwbk&t=493s>>. Acesso: 30 mai. 2019. Acesso: 01 jun. 2019.
- AQUINO, Felipe. *Os homossexuais são nossos irmãos*. 2019. Disponível em: <<https://formacao.caonova.com/afetividade-e-sexualidade/os-homossexuais-sao-nossos-irmaos/>>. Acesso: 30 mai. 2019.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos en alianza y la política de la calle*. 2012. Disponível em: <<http://www.t rasversales.net/t26jb.htm>>. Acesso: 8 ago. 2019.
- BUTLER, Judith. *No disparen contra la ideología de género*. 2019. disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/171657-no-disparen-contra-la-ideologia-de-genero>>. Acesso: 8 ago. 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relator da proposta do Escola sem Partido apresenta novo texto*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/564880-relator-da-proposta-do-escola-sem-partido-apresenta-novo-texto.html>>. Acesso: 30 mai. 2019.
- CARRANZA, Brenda. Perspectivas da neopentecostalização católica. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (Orgs.). *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009. p. 33-58.
- CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências*. São Paulo: Santuário, 2000.



EDUARDO, Jonas. *Resposta a Frei Betto*. 2009. Disponível em: <<https://blog.cancaonova.com/feli-peaquino/2009/03/20/direito-ao-aborto/>>. Acesso: 30 mai. 2019.

FONSECA, Bruno. *Sobre gênero nas Escolas, Eros Biondini é a favor que as pessoas sejam livres, mas não qualquer coisa que queiram*. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/truco2016/sobreg-eneronasescolaserobiondinieafavorqueaspeessoassejamlivresmasnaoqualquer-coisaque-queiram/>>. Acesso: 01 jun. 2019.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 24, p. 1-14, 1998. (revisado em 2010). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1205/identidade_genero_revisado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 06 ago. 2019.

JORNAL DO SBT. *Monsenhor Jonas Abib tem venda de livro proibida*. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HcwoGjq7grI>>. Acesso: 11 ago. 2018.

MARÇAL, Anderson. *O fundamento do matrimônio na lei natural*. 2009. Disponível em: <<https://blog.cancaonova.com/padreanderson/tag/lei-natural-do-matrimonio/>>. Acesso: 30 mai. 2019.

NASCIMENTO, Marizete Martins. *Fé e Política*. São Paulo: RCC, 2006.

PORTELLA, Rodrigo. Renovação Carismática Católica e política: relações, interferências e tensões. *Atualidade Teológica*, a. 14, n. 39, p. 644-657, set./dez, 2011.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: EDUSP, 1997.

RANIERI, Maria Ivone Ferreira. *O poder da mulher*. 2019. Disponível em: <<https://www.rccbrasil.org.br/espiritualidadeeformacao/index.php/artigos/1944opoderdamulher>>. Acesso: 31 mai. 2019.

RCCBRASIL. *Ministério de Fé e Política*. 2011. Disponível em: <<https://rccbrasil.org.br/institucional/fe-e-politica.html>>. Acesso: 12 nov. 2018.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas. *Política e religião: participação política dos católicos carismáticos do Brasil*. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; ALMEIDA, Fábio Py Murta de Almeida. Católicos carismáticos e seus Projetos de Leis Parlamentares. In: SILVEIRA, Emerson José Sena da; MORAES JUNIOR, Manoel Ribeiro de. *Religião, política e espaço público no Brasil: discussões teóricas e investigações empíricas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. p. 69-89.

ROSA, André Luís da. *A experiência religiosa na Renovação Carismática Católica à luz de Rudolf Otto*. 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia). Faculdade São Luiz, Brusque, 2014.



SEBASTIANI, Mario. *Mantener penalizado el aborto es de la Edad Media*. 2018. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/127777-mantener-penalizado-el-aborto-es-de-la-edad-media>>. Acesso: 31 out. 2018.

SEGATO, Rita. *A base política das relações de violência de gênero*. Entrevista com a antropóloga Rita Segato. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78noticias/570524-a-base-politica-das-relacoes-de-violencia-de-genero-entrevista-com-a-antropologa-rita-segato>>. Acesso: 06 ago. 2019.

SEGATO, Rita. Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos humanos. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

SEGATO, Rita. *La antropóloga que incomoda*. 2019. Disponível em: <http://revistaanfibia.com/cronica/laantropologaqueincomoda/?fbclid=IwAR0TGAntoGvxAhqMU5knFaBKqFXDzy_ino9L8fY41e0_ps5SaOC2joYz6k>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SEGATO, Rita. *'Para entender o sexo deve-se primeiro entender o mundo'*. 2017. Acesso em: <<http://www.ucr.ac.cr/noticias/2017/04/04/rita-segato-para-comprender-el-genero-hay-que-comprender-el-mundo-primero.html>>. Acesso: 06 ago 2019.

SEGATO, Rita. *Patriarcado: del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital*. 2016. Disponível em: <<https://feministresearchonviolence.org/wp-content/uploads/2018/02/PATRIARCADO-del-borde-al-centro.pdf>>. Acesso: 8 ago. 2019.

SILVA, Emanuel Freitas da. "Em nome da natureza": discursos e mobilizações católicas no Brasil contra a inserção de discussões em torno do gênero na escola. *Religare*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 505-525, 2018.

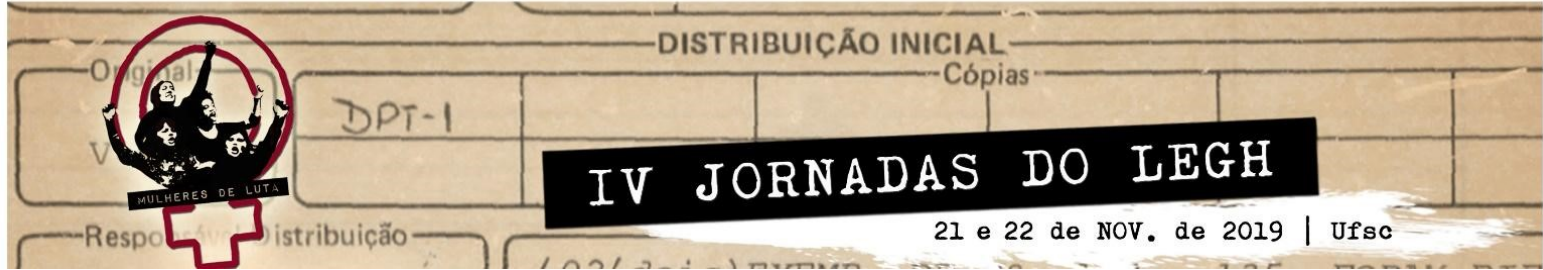
SPULDARO, Ironi. *Discurso de ódio e intolerância religiosa na Canção Nova*. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1267657489924153>>. Acesso: 30 mai. 2019.

TAVARES, Luma Lopes; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias. Estatuto da Família: retrocesso na ampliação do conceito de família. *Leopoldianum*, a. 43, n. 121, p. 125-149, 2017.

THÜRLER, Djalma; WOYDA, Duda. O rei está nú: desaprendendo e entendendo os tempos em que eu vivo. *Momento: diálogos em educação*, v. 28, n. 1, p. 179-194, jan./abr., 2019.

"Man and woman created them": gender, sexuality and policy in Catholic Charismatic Renewal

Abstract: Catholic Charismatic Renewal (CCR) has been the fastest growing Catholic segment of engagement in electoral disputes in Brazil. This Catholic Church movement realizes an interpretation of the bible that understands sexual diversity as contrary to God's will, as well as reinforces the biblical figures of women's obedience. Thus, for its ideological affinity, the Catholic Charismatic Renewal has a political alliance with the Evangelical Parliamentary Front, defending the same moral flags against the advancement of the feminist and LGBTQI+ agendas. In this sense, the present article aims to point out some of the main characteristics of CCR political action in relation to gender and sexuality issues. Thus, in the first moment, the understanding of gender and sexuality of the Catholic



charismatic movement will be presented and, in the second part, how the group in question acts politically from its doctrines, analyzing some of its bills.

Keywords: Catholic Charismatic Renewal. Gender. Sexuality. Politics.



FEMINISMO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: BERTHA LUTZ E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Anna Clara Granado¹

Resumo: Este trabalho foi feito a partir de uma produção bibliográfica com a análise de fontes empíricas que nos remetem às seguintes temáticas: feminismo, educação e cidadania na Primeira República. Especificamente, o meu objeto de estudo foram as lutas de ativistas como a Bertha Lutz e entidades como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que através dos seus embates e disputas conseguiram conquistar a inserção das meninas nas escolas, respeito ao trabalho feminino e o tão almejado sufrágio feminino. Ao longo deste trabalho, apresento minhas observações sobre alguns direitos que foram duramente negados para parcelas da sociedade, fazendo com que operárias e intelectuais oriundas das camadas médias urbanas se mobilizassem contra a divisão social e sexual do trabalho, a naturalização do “papel” da mulher na sociedade e a discriminação político-eleitoral. Ao fim e ao cabo, focada no passado, mas atenta ao presente, discuto fortemente a opressão de gênero e outros preconceitos existentes em nossa excludente sociedade.

Palavras-chave: Feminismo. Educação. Sufrágio Feminino.

Introdução

Neste trabalho busco analisar alguns eventos e problemas que mobilizaram grupos de mulheres brasileiras entre os anos de 1889 a 1930. Ao mesmo tempo, me atento com as suas respostas para os momentos políticos, econômicos, culturais e sociais deste período. De modo a evidenciar como certos grupos de mulheres organizaram movimentos feministas, demandaram por uma educação formal, lutaram pela melhoria do trabalho feminino e exigiram o direito ao voto.

Projetei maior atenção aos combates encabeçados por Bertha Lutz e à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – entidade associativa que se empenhou em dar visibilidade às causas e às conquistas femininas na Primeira República. Do ponto de vista teórico, meu trabalho foi apoiado em uma produção bibliográfica preocupada com a educação, com o feminismo e com a cidadania das minorias – associando os estudos de gênero e de história social. Metodologicamente, abordei meu objeto de estudo analisando os jornais paulistanos publicados na Primeira República, por meio desses instrumentos, fui conseguindo revelar lutas e conquistas/derrotas feministas durante a Primeira República. Entre elas, a busca por um acesso e qualidade na educação formal, as demandas pelo voto feminino, os combates por direitos no mundo do trabalho e a desnaturalização do “papel feminino” na sociedade – este último vinculado exclusivamente à organização da família e do lar.

No item que inicia este trabalho, procurei fazer um estudo pontual e verticalizado sobre a situação da mulher brasileira entre os anos 1889 a 1930, buscando compreender o seu lugar no mundo do trabalho, sua convivência familiar, a organização de grupos feministas e principalmente as lutas por sua efetiva emancipação política, social e educacional. No item subsequente ele foi fundamentado em pesquisas empíricas, feitas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7686366039128027>. E-mail: annaclara@id.uff.br



(<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), no qual fui selecionando alguns jornais publicados durante a Primeira República e rastreando os seguintes termos: Bertha Lutz, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e sufrágio feminino.

Por meio de pesquisas documentais que realizei e do confronto deste material com a bibliografia especializada, pude revelar e analisar algumas lutas (e pequenas vitórias) feministas, principalmente no campo dos direitos políticos e sociais: a conquista do voto no estado do Rio Grande do Norte, a relativa sensibilização de alguns deputados federais que se tornaram parcialmente favoráveis às causas feministas (e de alguns outros setores minoritários da sociedade brasileira) e as estratégias de desconstrução cultural e educacional do “papel natural” das mulheres na sociedade brasileira de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Gênero, educação e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na Primeira República

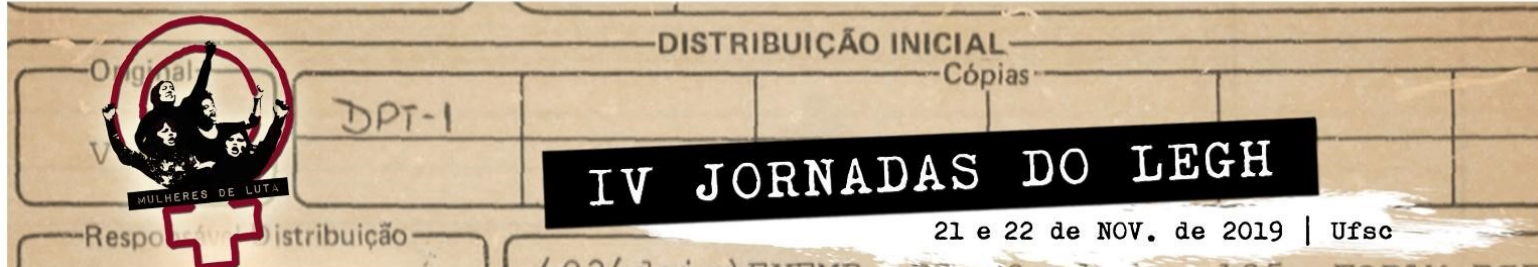
- Republicanas brasileiras

Em todas as épocas e lugares, as mulheres sempre foram discriminadas na divisão social e sexual do trabalho. De uma forma geral, as sociedades masculinizadas e/ou machistas apenas permitem que elas contribuam para a manutenção da subsistência de sua família – principalmente quando estas mulheres são das camadas sociais mais baixas. Para Heleieth Saffioti (2013), a felicidade pessoal da mulher, tal como é entendida por este tipo de sociedade masculinizada e/ou machista, passa necessariamente pelo casamento. Por meio dele é que, historicamente, se consolida sua posição social e se garante sua estabilidade ou prosperidade econômica. Neste contexto, é por meio do casamento que a mulher traça sua trajetória de vida, pois não há outra escolha socialmente segura na vida secular.

Na Primeira República, apesar da referida opressão de gênero e da divisão social e sexual do trabalho, as mulheres lutaram para conquistar um espaço mais significativo na nascente indústria nacional. Apesar disto, elas recebiam os piores salários e experimentavam condições degradantes de trabalho. O estado do Rio de Janeiro concentrou grande parte das fábricas e dos operários até a década de 1920. Após este período, a industrialização avançou para o estado de São Paulo.

Há de se ressaltar, que além das mulheres, havia também um grande número de crianças e de imigrantes compondo esse contingente da força de trabalho nas fábricas, principalmente por serem uma mão de obra farta e barata. Destaco, inclusive, que até mesmo entre a própria classe operária havia uma divisão sexual do trabalho, e as mulheres se ocupavam, na maioria das vezes, em indústrias de tecelagem e fiação, onde nessas fabricas possuíam os menores índices de mecanização, o serviço demandado a elas era excessivo e a remuneração era pouca. E para os homens seus serviços eram mais especializados ou de supervisão, para esses cargos cabiam apenas os homens ocupá-los, normalmente, eles eram admitidos para os serviços de mestre, contramestre e assistente.

Muitas mulheres que não estavam no chão das fábricas de tecelagem e fiação, acabavam por costurar para fora. Elas trabalhavam em suas próprias casas, cumprindo uma longa jornada que durava em média dezoito horas por dia. Normalmente, estas trabalhadoras prestavam serviços para fábricas de chapéu ou para alfaiatarias. Para os donos destas fábricas e manufaturas, era muito rentável contar com a mão de obra dessas costureiras, visto que eles não pagavam por horas de trabalho e sim pelo



material recolhido. Com isto, deixavam de pagar impostos e exploravam as mulheres trabalhadoras, que na maioria das vezes tinham que se submeter a degradantes condições.

Apesar da presença feminina ser massiva em certos tipos de fábricas, não havia nenhuma legislação que pudesse protegê-las das grandes dificuldades vivenciadas no mundo do trabalho industrial. Contudo, mesmo sem o devido amparo legal, as operárias foram responsáveis por um grande número de reclamações e de reivindicações. Segundo Margareth Rago (1997), entre outras demandas, elas denunciavam as péssimas condições de trabalho, precária higienização das indústrias, intenso controle disciplinar e significativo assédio sexual cometido por mestres, contramestres e patrões, as operárias lutavam cotidianamente contra esta realidade opressiva.

Ainda focados nas pesquisas da referida historiadora feminista, mesmo com este cenário desfavorável, não há registros de nenhum discurso que vitimizasse a mulher trabalhadora na imprensa operária. Pelo contrário, este meio de comunicação procurava informar ao conjunto da classe trabalhadora algumas questões sobre sua conscientização, buscando aglutinar todos os operários para a luta revolucionária – fosse qual fosse seu gênero. Já nos discursos de setores sociais mais conservadores, havia um grande debate sobre o lugar “natural” da mulher. Influenciados pela questão da “moralidade social”, os de cima da pirâmide social afirmavam que o trabalho nas fábricas representava uma grande ameaça à honra feminina.

Com a chegada de um grande contingente de mulheres no mercado de trabalho fabril, ampliou-se a discussão sobre sua passagem da esfera privada para a pública. Este movimento estimulou com grande força alguns debates sobre sexualidade, adultério, casamento, prostituição etc. O mundo fora do lar era visto como perigoso, sujo, enquanto a casa era vista como um ninho, um lugar puro e seguro. Segundo o homem branco e burguês, o mundo público passava a ser cada vez mais ameaçador para a integridade moral e física de mulheres e crianças. Dentre os que defendiam este ponto de vista, médicos e higienistas foram os que mais criticaram a mulher trabalhadora. Estes profissionais entendiam que ela abandonaria o seu lar e desagregaria a sua família.

Margareth Rago (1997) demonstra que todos os referidos críticos das operárias tinham um grande objetivo: reforçar o sentido tradicional da maternidade e da família. Junto de médicos e de higienistas, positivistas, liberais, médicos, padres e industriais reforçavam o coro moralista. Pelos anos de 1920 e de 1930, a mulher passou a ser retratada por estes agentes como a “mãe cívica”, que seria a responsável pelo futuro cidadão do país. A imagem da Santa Maria também passou a ser utilizada como modelo de mulher a ser seguido por todas. Especialmente para os positivistas, por exemplo, as mulheres não deveriam possuir e nem lidar com dinheiro, pois este era um objeto masculino e degradante. A “mãe cívica” deveria se resguardar dentro do seu “espaço natural”, evitando ser atraída para o mundo público.

Para a Rachel Soihet (2000), o movimento feminista brasileiro surgiu a partir da insatisfação das mulheres com seu papel secundarizado na Primeira República, especialmente com a impossibilidade de poderem exercer o seu papel ativo de cidadãs e eleitoras. O movimento criado por Bertha Lutz, primeiramente chamado de Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, teve como um de seus principais objetivos a conquista do sufrágio feminino, de modo a fazer com que as mulheres reconstruíssem o seu papel na sociedade e participassem ativamente da vida política *stricto sensu*.



Como vimos logo acima, o feminismo brasileiro surgiu com um objetivo principal: conquistar o sufrágio feminino. Para isso, a referida instituição acreditava que as mulheres somente iriam conquistar esses novos espaços através da educação. Contudo, mais do que isto, as pioneiras desse movimento lutaram por acreditar que as mulheres só conquistariam os seus direitos a partir de uma educação de justa e de qualidade e para isso as mesmas encontravam muitas dificuldades de acesso à escola em relação aos homens e apenas lhes eram permitidas alcançar um conhecimento mínimo, voltado principalmente para as prendas domésticas, ou para o curso do Ensino Normal².

Na Primeira República, contudo, havia também uma divisão no campo do feminismo, nos mostrando que desde esta época as mulheres se mostravam seres plurais e com diferenças em seus discursos e suas lutas. Pela minha pesquisa em Rago (1995/1996), pude encontrar que havia uma discussão entre os grupos hegemônicos, onde existiam as feministas liberais e as feministas anarquistas. Ambas se utilizavam do mesmo discurso voltado para a educação feminina, com caráter de elevação da mulher. Porém, algumas de suas lutas não eram as mesmas, principalmente sobre o caráter laico e sobre a filiação, ou não, de sindicatos neste período.

Mulheres e educação

Durante o período Imperial, as meninas somente poderiam estudar nas escolas de primeiras letras quando estas fossem instituídas em localidades mais populosas – e ainda assim quando as autoridades avaliassem a sua necessidade. As meninas, que antes eram proibidas de frequentar as salas de aula, agora passariam a ter alguma esperança de escolarização formal. De qualquer forma, caso conseguissem, as escolas deveriam ser organizadas de acordo com o gênero dos estudantes.³

Segundo Guacira Lopes Louro (1997), com a possibilidade legal de aulas públicas de primeiras letras para as meninas, foi definido que somente professoras lecionariam para tal corpo discente. Contudo, para que exercessem o ofício, era necessário que estas docentes possuíssem uma “moral irretocável”. Não bastassem estas exigências, a lei de instrução pública, aprovada em 15 de outubro de 1827, ainda determinava que existissem especificidades pedagógicas nas escolas públicas para as meninas. O ensino que elas receberiam seria diferente do que era ministrado aos meninos. Estes últimos, por exemplo, teriam lições básicas de geometria, enquanto as primeiras aprenderiam algumas noções de bordado e de costura.

Na perspectiva da referida autora, para além dos espaços públicos de ensino, é importante mencionar que existiram ordens religiosas femininas que se dedicavam à educação das meninas, principalmente das meninas órfãs e desvalidas. Por causa da vulnerabilidade social deste grupo de crianças, as religiosas tinham a preocupação de preservá-las dos chamados “males do mundo”, cuidando para que elas não se “desviassem do bom caminho”, ou seja, da castidade, da inocência, da maternidade e da submissão. Por causa de interesses corporativistas e institucionais, as ordens religiosas femininas continuaram protagonistas na educação primária das meninas órfãs e desvalidas, apesar das determinações da lei de instrução pública, aprovada em 15 de outubro de 1827.

² Uma modalidade destinada para a profissionalização do magistério.

³ Para saber mais, consultar GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.



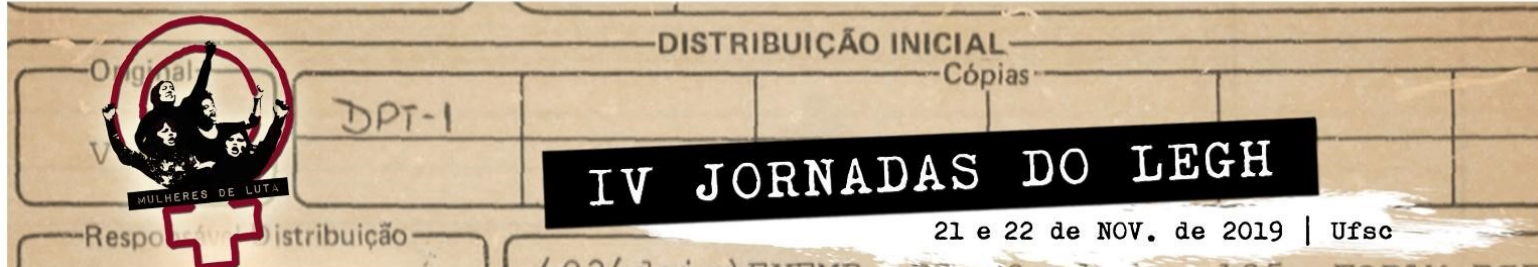
Deste modo, podemos ver que não somente existiu discriminação de gênero entre as crianças, potenciais estudantes da instrução primária. Ela se estendeu também para seus mestres, porém no final do século XIX, os homens estavam abandonando o magistério, por acreditarem no processo de industrialização e de urbanização que estava se intensificando. Nele, se ampliavam suas oportunidades de trabalho e de rendimentos. Com este quadro, era preciso repensar o lugar da mulher na profissão docente.

A partir desta nova condição e necessidade, foi gerada uma grande polêmica sobre a “natureza” da prática docente em tempos de mudanças da vida nacional. Autoridades públicas, famílias e demais interessados nos processos de escolarização intensificaram o seguinte debate: confiar ou não na capacidade feminina de atuar em todas as esferas do magistério? Em meio às tentativas de resolver este problema, os homens continuaram deixando o magistério. Ao mesmo tempo, todas aquelas pessoas e instituições que eram contra ao trabalho feminino tiveram que tolerar o magistério como o trabalho das mulheres. Entre outros fatores, a feminização do magistério pôde ser atribuída a este período como um processo de transformação.

Entre os anos 1890 a 1930, além de existir toda uma polêmica ligada à feminização do magistério, as mulheres também tiveram que enfrentar a questão do trabalho *versus* casamento. De uma forma geral, o trabalho executado pelas mulheres nas salas de aula era visto como uma ocupação transitória. Por isto, era uma atividade profissional pouco valorizada socialmente e remunerada com baixos salários. Neste sentido, o trabalho da mulher era visto apenas como um complemento de renda, já que era o homem quem deveria prover o sustento de sua família. Junto destas peculiaridades, a jornada de trabalho das professoras era realizada em apenas um turno. Tal flexibilidade fazia com que elas não deixassem de realizar as suas “naturais” funções de dona de casa.

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina [...], possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que ‘ser professora’ se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar – pelo menos esse era o discurso oficial do período. (ALMEIDA, 1998, p. 28)

Por tudo o que discutimos até aqui, mesmo que existissem controvérsias, a Primeira República consolidou o papel feminino no magistério – por mais que este ainda fosse bastante precarizado. Segundo Jane Soares de Almeida (1998), apesar dos revezes da profissão docente, as mulheres construíram duas formas para se beneficiar do ofício no período em quadro. Primeiramente, elas conseguiram se inserir no mundo público por meio de uma profissão liberal que era muito mais prestigiada que as ocupações de governanta, parteira e costureira. Em segundo lugar, por mais que existissem pressões para que se mantivessem exclusivamente no lar, as mulheres que optaram pela área educacional conseguiram conciliar com algum sucesso o trabalho público assalariado e a vida familiar privada. Isto lhes permitiu uma existência mais autônoma em uma sociedade absolutamente



patriarcal. Apesar da presença no mundo do trabalho, elas não deixaram de viver o casamento, a domesticidade e a maternidade.

Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o sufrágio feminino nas páginas dos jornais paulistanos da Primeira República

- Senhorita Lutz e algumas de suas lutas pela educação feminina e sufrágio feminino

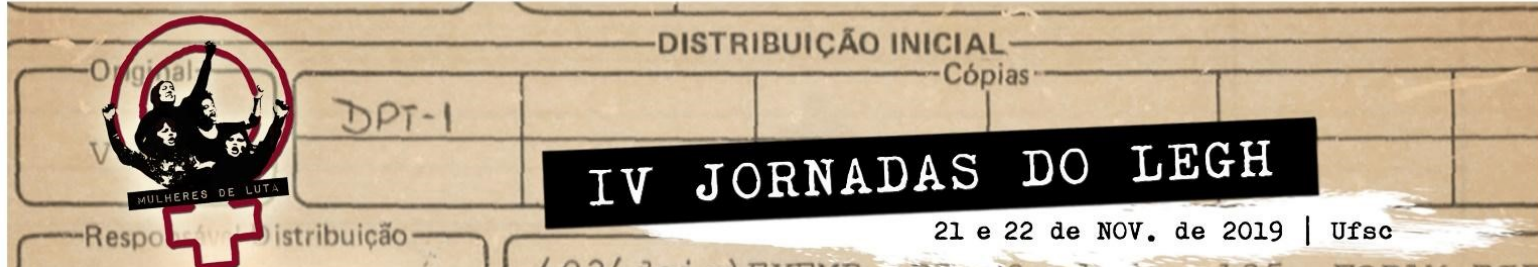
Nas páginas dos principais jornais paulistanos da década de 1920, a presença de Bertha Lutz pode ser facilmente encontrada quando pesquisamos temas relacionados aos direitos das mulheres, ao sufrágio feminino e à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Como podemos facilmente inferir por meio das fontes, as lutas desta ativista foram sempre dedicadas às causas femininas. A então “senhorita Lutz” não reivindicava nada além do que já existia e acontecia ao redor do mundo, pois sempre esteve atenta à militância e à realidade progressista de outros países – especialmente da Europa e da América do Norte. Podemos afirmar que Bertha Lutz observava o mundo a fora com olhos revolucionários, pois pensava em introduzir novas conquistas sociais no Brasil.

Bertha Lutz, junto ao movimento feminista, visava o melhoramento das condições de vida não só das mulheres, mas também dos homens e das crianças. Contudo, sem dúvida, as mulheres estavam no centro de suas principais preocupações. Inspirada pelas campanhas norte-americanas em favor da elevação do nível intelectual das mulheres por meio da educação formal e depois de suas visitas aos Estados Unidos, Bertha Lutz também queria fomentar no Brasil o mesmo ideal estadunidense de cooperação feminina. Ela pretendia fazer isto por meio de sociedades, federações, jornais e revistas mantidas pelas senhoras brasileiras.

Em fevereiro de 1922, os Estados Unidos fizeram um convite ao governo brasileiro. Os norte-americanos queriam que nosso país escolhesse uma representante para ocupar o lugar de delegada na Conferência Pan-Americana de Mulheres. O evento aconteceria em Baltimore, no mês de abril daquele mesmo ano. Havia toda uma expectativa e um grande desejo de que o Brasil participasse daquela importante Conferência; por isso seria concedida para delegada brasileira uma quota financeira excepcional para as despesas da viagem. Por conta da oferta desta contribuição, as autoridades brasileiras imediatamente indicaram o nome da “senhorita Bertha Lutz” para o lugar de representante de nosso país no encontro estrangeiro.

Na Conferência de Baltimore, as participantes fundaram a Associação Pan-Americana Feminista, na qual Bertha Lutz foi eleita para ocupar o posto de vice-presidente. É importante frisar que a delegada brasileira foi eleita por unanimidade. Durante a viagem que fez aos Estados Unidos, Bertha Lutz visitou e participou de diversas reuniões organizadas por associações feministas. Dentre elas, a Liga das Mulheres Eleitoras, a Federação das Associações Operárias e a Federação dos Clubes de Senhoras. Nas visitas, a vice-presidente da Associação Pan-Americana Feminista observava o “bom espírito” que reinava durante as reuniões e entre as próprias organizações.

Alguns anos depois desta primeira viagem aos Estados Unidos e das experiências acumuladas na luta pelos direitos das mulheres, Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino estiveram no Senado e na Câmara dos Deputados do Brasil. No dia 10 de agosto de 1927, no Rio de Janeiro, com o objetivo de intensificar a campanha em favor dos direitos políticos das mulheres, ela



e a organização debateram seus interesses junto aos congressistas nacionais. Segundo os jornais de grande circulação, além de causarem boa impressão nos senadores e nos deputados reunidos na capital federal, a luta que representavam ganhou maior credibilidade em outros círculos de poder.

No jornal *Diário Nacional*, em sua edição de 11 de dezembro de 1927, a matéria intitulada “O Feminismo na América do Norte” fez uma importante menção a Bertha Lutz. O redator do texto afirmou que ela deixou os Estados Unidos com uma forte e positiva impressão, devido aos progressos femininos por lá observados – especialmente quando vinculados à proteção da lei e à independência econômica da mulher. Nos Estados Unidos e no Canadá, segundo a matéria, as mulheres não eram vistas como competidoras do sexo oposto no mundo do trabalho, ou seja, as mulheres não eram tidas como rivais dos homens; ambos eram encarados como colaboradores. Politicamente, por exemplo, as mulheres podiam e compareciam às urnas “com o mesmo calor e o mesmo entusiasmo partidário” que eram demonstrados pelos homens. Elas votavam com segurança e coerência segundo seus próprios princípios – sem se submeter à sugestão ou ao domínio de ninguém. Nos Estados Unidos, contudo, adverte a matéria em tom conservador: “o voto não tira à mulher as qualidades de senhora do lar. É bem melhor discutir em família as qualidades e os deveres do cidadão a ser eleito”.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas demandas públicas

Na documentação por mim compulsada, tendo em vista os recortes que escolhi para este trabalho, a principal demanda pública da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi a inclusão das mulheres na vida política *stricto sensu*. No dia 3 de novembro de 1927, foi publicado no *Diário Nacional* que o governo do Rio Grande do Norte foi responsável por um gesto político ousado. Segundo o jornal, o então governador do estado “concedeu” às mulheres o direito de votar e de também serem votadas – com as mesmas condições e direitos dos homens. Esta foi uma das ações mais ousadas do governo de Juvenal Lamartine, despertando o maior júbilo no mundo feminista e principalmente na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Vale destacar, contudo, que o direito político duramente conquistado pelas mulheres do Rio Grande do Norte estava longe de alcançar o espectro federal. Em outras palavras, a lei potiguar, aprovada nos anos 1920, somente reconhecia o direito do voto feminino em eleições locais, ou seja, nos pleitos que definiam os mandatários estaduais e municipais – tendo em vista os limites jurídicos e administrativos de uma norma aprovada por uma unidade federativa. Neste sentido, assim como todas as outras brasileiras, as eleitoras rio-grandenses-do-norte continuavam excluídas dos escrutínios que definiam os mandatários federais.

O ano de 1927, foi um ano de muitos acontecimentos na região Norte e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, demonstrou o devido reconhecimento ao estado do Rio Grande do Norte e ao político Juvenal Lamartine, por instituírem o voto feminino nesta época. No calor da luta pelos direitos políticos das mulheres, o *Diário Nacional* informou aos seus leitores que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino produziu um documento que demandava o voto feminino. Segundo a folha, a organização feminista conseguiu recolher mais de duas mil assinaturas. Em seguida, a entidade enviou o abaixo-assinado ao Senado Federal, solicitando efetivo apoio à causa de suas representadas.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Todo o debate girava em prol do governo brasileiro seguir os princípios do regime democrático – sem dúvida, atitude retórica das signatárias, para comprometer seus interlocutores. Por causa disto, por exemplo, seria um direito de todos os cidadãos (independentemente do gênero) participarem (direta ou indiretamente) da criação e da alteração das leis nacionais. Neste sentido, continua o abaixo-assinado, nosso país, com características eminentemente liberais, deveria permitir a participação política das mulheres, como tem sido feito em outros que possuíam “cultura mais adiantada” – onde as mulheres eram tratadas, conseqüentemente, com mais igualdade.

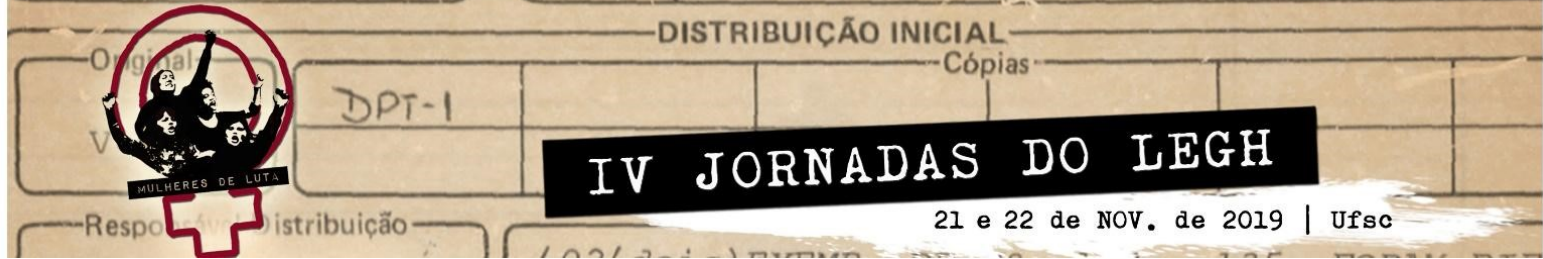
Se o Brasil é um país de forte porcentagem de analfabetos, o mais acertado não será afastar das urnas metade da população instruída, como querem os adversários da emancipação feminina: mas pelo contrário, manda o bom senso que, sem distinção de sexos, se apele para todos os que estão em condições para colaborar na administração e no governo. (*Diário Nacional*, 18/12/1927)

O documento acima também permite que façamos uma importante análise, que apontava para uma característica mais conservadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sabemos que o principal escopo desta entidade era promover a autonomia política, social, econômica e cultural de suas representadas. Para atingir estes objetivos, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinha como uma de suas estratégias a defesa da escolarização das mulheres, pois este era um dos mais importantes caminhos para a conquista dos desejados direitos políticos. O documento reforça o fato de que a organização feminista nunca lutou contra o analfabetismo em si e pelo direito de voto de forma generalizada. De fato, a defesa do acesso à educação e ao voto girou apenas em torno das mulheres e de seus mais diversos combates emancipacionistas.

No dia 12 de maio de 1928, em uma ação bastante ousada e inovadora, a diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobrevoou a cidade do Rio de Janeiro e lançou às ruas cartões postais e manifestos favoráveis ao voto feminino. Os documentos informavam aos cariocas que as mulheres já participavam de eleições em mais de trinta países. Eles registravam também as seguintes palavras do político republicano Ruy Barbosa: “A desigualdade entre os dois sexos era, sobretudo, um dogma político”. Os papéis que foram distribuídos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que a identificava como “órgão do movimento feminista no Brasil, [ainda fez] um apelo à imprensa carioca [...] solicitando que [desse] o seu apoio à campanha em prol dos direitos políticos da mulher” (*Diário Nacional*, 12/05/1928).

Motivadas e inspiradas pela consulta feita ao diretor da União Pan-Americana, Dr. L. S. Roere, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino elaborou um importante manifesto algumas semanas depois do encontro. Para fazer respeitar o voto feminino das eleitoras rio-grandenses-do-norte e ampliar este direito para o conjunto das brasileiras, a organização feminista realizou uma importante atividade política na capital federal (a cidade do Rio de Janeiro) e mobilizou parlamentares nesta empreitada. Chefiada por Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino publicizou um manifesto intitulado de “Declaração dos Direitos da Mulher”. As participantes deste movimento feminista distribuíram este significativo documento para todos os legisladores presentes no Congresso.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ao criar a “Declaração dos Direitos da Mulher”, estava empenhada em dar visibilidade às suas demandas e conquistar diversos direitos para



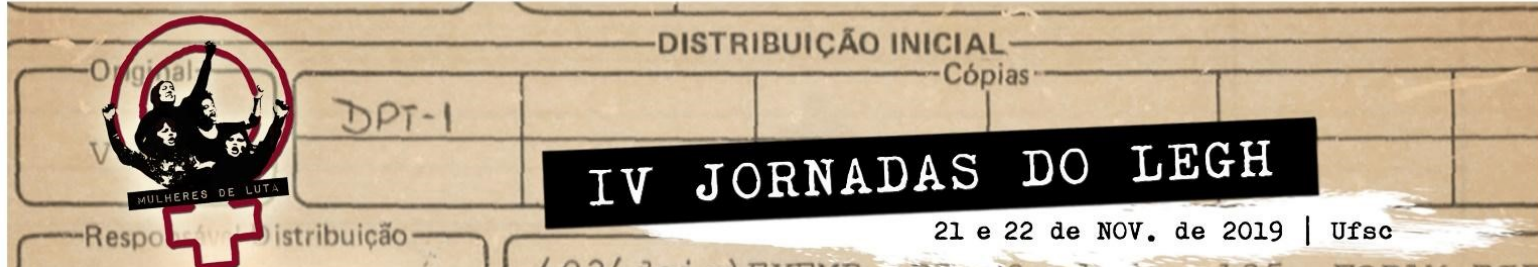
suas representadas. Segundo o documento, assinado por Bertha Lutz e suas companheiras, havia um gigantesco problema de gênero na sociedade brasileira. Era preciso lutar para que mulheres e homens experimentassem igualdade de direitos, isonomia na vida nacional, liberdade cotidiana, autonomia econômica e expressão política. O *Diário Nacional* do dia 31 de maio de 1928 informava ao leitor que havia um consenso entre as mais importantes nações da comunidade internacional: ambos os sexos nasciam livres e independentes. E, por causa disto, as signatárias da “Declaração dos Direitos da Mulher” defendiam que mulheres e homens poderiam participar do sistema político-institucional em igualdade de condições. Afinal, elas e eles já pagavam impostos e deviam obediência às leis.

Nos anos de 1920, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino também esteve envolvida com outras importantes reivindicações. Uma delas merece especial destaque, por nos remeter às discussões travadas no Congresso Estadual de Ensino Primário, este evento ocorreu no estado de Santa Catarina entre os dias 31 de julho e 11 de agosto de 1927. Neste disputado encontro político-pedagógico, que reuniu importantes educadores, foram debatidos diversos assuntos de grande relevância para a instrução pública. Uma das moções levantadas pelos especialistas remeteu os congressistas à Lei catarinense nº 1187, aprovada em 5 de outubro de 1917. Mais precisamente, os especialistas buscaram discutir os sentidos do polêmico conteúdo do Artigo 15:

As candidatas ao magistério público, que se matricularem na Escola Normal, da data desta lei em diante, quando diplomadas e nomeadas professoras, perderão o cargo se contraírem casamento. (PEREIRA, 2004, p. 221)

Ao discutirem o Artigo 15 da Lei catarinense nº 1187, os especialistas afirmaram que mantê-lo em vigor “seria como matar o estímulo dos docentes e subtrair ao magistério justamente elementos que, sob o ponto de vista técnico e moral, são mais necessárias à profissão” (*República*, 7/08/1927). Após o debate sobre esta matéria, um parecer foi enviado ao governo do estado de Santa Catarina, indicando que fosse elaborada uma nova regulamentação. Para os participantes do Congresso Estadual de Ensino Primário, a manutenção da professora casada em sala de aula nada tinha a ver com um direito feminista – como poderia ser demandado por entidades como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ao contrário. O seu emprego na docência estava vinculado à sua “natureza maternal feminina”, perspectiva conservadora que vai ao encontro do tipo de escola que estava sendo construída na Primeira República.

Especialmente sobre o último ponto analisado, que nos remete para a relação entre magistério e gênero, precisamos fazer um breve parêntese. Segundo Diana Vidal e Faria Filho (2002), no transcorrer da Primeira República, novas propostas educacionais ganhavam fôlego e propunham a criação de uma “escola moderna”. Em outras palavras, estas propostas que se entendiam “renovadoras” queriam superar o nosso passado de precariedade pedagógica por meio de um futuro educacional mais vigoroso – segundo a compreensão daquele tempo. Na verdade, observa-se que existia uma forte disputa por perspectivas sobre a “escola”, sendo que todas buscavam hegemonia. Alguns especialistas que criticavam as práticas da dita “escola antiga” queriam, entre outros objetivos, abolir a palmatória do rol de castigos físicos, incentivar o diálogo entre estudantes e professores e promover a feminização do magistério. Sem dúvida, excluir a palmatória era uma medida progressista



e humanizadora. Por sua vez, em meu ponto de vista, a defesa da “natureza maternal feminina” como prerrogativa para a docência era algo com forte verniz conservador, mesmo na Primeira República.

Fechado o breve parêntese, e voltando ao caso catarinense. Com o intuito de derrubar a lei de caráter sexista, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino atuou ativamente no sentido de divulgá-la como uma norma absolutamente injusta, discriminatória e antissocial. Para tentar derrubar a decisão legislativa dos anos 1910, a organização feminista recorreu ao governador de Santa Catarina, Adolpho Konder, por saber da sua pretensa orientação liberal. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fez um apelo ao chefe do poder executivo por meio do seguinte telegrama, que foi publicado na edição do *Correio Paulistano* de 11 de agosto de 1927:

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, conhecedora da orientação liberal de v. exe., vem solicitar o seu precioso apoio no sentido de ver revogada a lei estadual que exclui a mulher casada do magistério público, convicta de que o espírito esclarecido de v. exe. não pode aprovar discriminação tão injusta e antissocial. Atenciosas saudações. (a.) – Bertha Lutz, presidente. (*Correio Paulistano*, 11/08/1927)

Infelizmente, no atual estágio da minha pesquisa, não foi possível localizar o desfecho da questão catarinense, por causa dos limites deste trabalho. Entretanto, com os dados disponíveis, podemos deduzir que a referida lei demorou pelo menos dez anos para ser criticada pelas entidades civis. Ainda considerando o teor do telegrama publicado no *Correio Paulistano* em finais dos anos 1920, parece evidente que a crítica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi fundamental para as futuras lutas pela entrada/manutenção das mulheres casadas na carreira docente.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, pude manifestar algumas mudanças conjunturais – sobre o aspecto feminino – entre a passagem do período Imperial para o Republicano, revelando que parcelas da população brasileira foram alijadas das principais decisões políticas, culturais, sociais e econômicas do período histórico conhecido como Primeira República. Podemos notar que operárias e intelectuais oriundas das camadas médias urbanas começaram a se organizar em prol do acesso à educação feminina de qualidade, trabalho e participação à política brasileira, através de organizações como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de modo a demonstrar que a população feminina não aceitava mais a submissão do patriarcado presente na época.

Durante a Primeira República, podemos concluir que as feministas brasileiras lutaram de frente contra o machismo e o patriarcado, constatando que somente através da igualdade de direitos políticos, de uma educação justa e pela valorização profissional as mulheres conseguiriam conquistar significativos espaços em um país com estruturas historicamente excludentes.

Vimos também que a luta das mulheres não era um campo totalmente hegemônico, os embates também aconteciam entre as próprias feministas, mostrando-nos um solo rico, fértil e plural de debates e construções políticas voltadas para elas, o conflito de opiniões surgiram em vários momentos pontuais, principalmente nas questões que batiam de frente com a sociedade conservadora como o divórcio, o aborto e o combate ao fascismo.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Por fim, acredito que este trabalho nos deixou marcas e evidências da importância de se lembrar e rediscutir o passado do movimento feminista, especialmente em tempos de retrocessos social e político, que temos experimentado em nosso país ao longo dos anos. Ao fim e ao cabo, é importante relembrar militantes como a Bertha Lutz e instituições como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para que possamos nos munir de pensamentos e questionamentos para nos libertar das rédeas e amarras que nos são impostas por parcelas da população extremamente conservadora, elitista, patriarcal e machista.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*, 2ªed. São Paulo: Contexto, 1997.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. *Nacionalização – Autoritarismo e Educação. Inspectores e professores nas escolas catarinenses 1930-1940*. 2004. 281f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.

RAGO, Margareth L. *Adeus ao feminismo. Feminsmos e (pós) modernidade no Brasil*. Cadernos AEL, n.3/4. 1995/1996.

RAGO, Margareth L. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*, 2º ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.578-606.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOIHET, Rachel. *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*. Revista Brasileira de Educação, n. 15, Set/Out/Nov/Dez, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo”. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 28, n.1, p.31-50, jan./jun. 2002.

Fontes – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

“Uma ilustre propagandista”. *Correio Paulistano*, 30/08/1922. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20/06/16.

“O feminismo no Brasil – Uma Ilustre Propagandista”. *Correio Paulistano*, 30/08/1922. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20/06/16



“A senhorita Lutz em São Paulo”. *O Combate*, 30/08/1922. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24/06/16.

“Pelos direitos políticos da mulher”. *Correio Paulistano*, 11/08/1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20/06/16.

“O Feminismo na América do Norte”. *Diário Nacional*, 11/12/1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22/06/16.

“Cousas do Rio Grande do Norte e do Ceará – A autonomia do Distrito Federal – O voto feminino no Rio Grande do Norte”. *Diário Nacional*, 04/11/1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19/06/16.

“O voto feminino – As *leaders* do feminismo voaram sobre a cidade do Rio, lançando manifestos à população”. *Diário Nacional*, 12/05/1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19/06/16.

“A ‘Declaração dos direitos da mulher’”. *Diário Nacional*, 31/05/1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19/06/16.

“Conferencia do Ensino Primário”. *Republica*, 7/08/1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01/10/2016.

“As reivindicações femininas – Telegramas que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino enviou ao governador de Santa Catarina e ao congresso de ensino ali reunido”. *Correio Paulistano*, 11/08/1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19/06/2016.

Feminism, education and citizenship in the first republic: Bertha Lutz and the brazilian federation for women’s progress

Abstract: This work was made from a bibliographical production with the analysis of empirical sources that refer us to the following themes: feminism, education and citizenship in the First Republic. Specifically, my object of study were the struggles of activists such as Bertha Lutz and entities like the Brazilian Federation for Women’s Progress, which through their clashes and disputes managed to achieve the insertion of girls in schools, respect for female work and the most craved woman’s suffrage. Throughout this paper, I present my remarks about some rights that were harshly denied to portions of society, making workers and intellectuals from the urban middle classes mobilize against the social and sexual division of labor, the naturalization of the “role” of women in



society and political-electoral discrimination. In the end, focused on the past but attentive to the present, I strongly discuss gender oppression and other prejudices in our exclusionary society.

Keywords: Feminism. Education. Woman's Suffrage.



CLIO SAI DO ARMÁRIO: ENSINO DE HISTÓRIA E AS SEXUALIDADES DISSIDENTES

Assis Felipe Menin¹

Miriam Pillar Grossi²

Resumo: Este trabalho tem por objeto apresentar novos/as sujeitos/as da/na história que não foram estudados/as no ensino da história da Educação Básica. O ensino de História, por vezes, ocultou as suas diversidades e sexualidades dissidentes e, ao não se falar sobre essas diversidades, contribuiu com as discriminações daqueles/as indivíduos que estavam fora das ‘normas’, no dizer de Louro (2014). Essa questão tem mudado nos últimos anos com o crescimento de cursos, movimentos sociais e demandas dos indivíduos que estão nessa escola. A história como disciplina tem tirado do armário personagens que tiveram contribuições importantes em suas épocas e no fazer histórico. Esses personagens são importantes também para esses indivíduos que hoje estão na escola e que podem aprender, entender e conviver com a diversidade e suas diferenças. Se por um lado teve-se uma maior inserção desses temas em sala de aula, por outro lado, os tensionamentos provocados pelo uso dessas metodologias parece ter provocado uma reação conservadora e um pânico moral onde a diversidade parece ser uma ameaça, problemática, o que este trabalho também procurará demonstrar.

Palavras-chave: História. Ensino. Sexualidades.

Introdução

Neste trabalho procura-se apresentar metodologias, bem como possibilidades de se trabalhar com as sexualidades dissidentes na história e na escola. Existia, e de certa forma ainda continua, uma escassez de fontes historiográficas sobre as sexualidades dissidentes ou, como pontuam Veras e Pedro (2014), uma invisibilidade ideológica no apagamento dessas fontes e desses personagens. Como é de se imaginar, as fontes sobre as sexualidades dissidentes não são produzidas por eles/as, mas sim, por aqueles/as que os consideravam anormais, doentes e depravados/as morais. Como outras minorias, as dissidências sexuais e as fontes sobre elas, quase sempre, estão disponíveis em documentos médico-jornalísticos-jurídicos, inclusive as apresentadas neste trabalho.

Também procura-se demonstrar como o conservadorismo produz e reproduz a morte das diferenças. Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”; tal ideologia seria capaz de induzir à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e

¹ Doutorando em Ciências Humanas pela UFSC, sob orientação da profa. Dra. Miriam Pillar Grossi. O título deste trabalho faz referência ao Simpósio Temático 32, coordenado pelo profa. Elias Ferreira Veras e pela profa. Rita de Cássia Colaço Rodrigues, do 30º Simpósio Nacional de História em Recife/PB, 2019. O Simpósio Temático é sintoma da renovação historiográfica, sobretudo a partir deste início de século, em relação aos estudos das sexualidades dissidentes. Essas novas abordagens historiográficas produzem um elo entre academia e, conseqüentemente, a formação de profissionais minimamente conhecedores/as dessa/s História/s que atuarão em escolas. E-mail: a.f.menin@gmail.com.

² Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atual Presidente da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (2019/2020). Coordenadora Geral do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. Ocupou a cátedra Ruth Cardoso junto à Columbia University de janeiro a maio de 2017, com apoio da Fulbright/CAPES. Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle – Université de Paris V (1988), com estágios pós-doutorais no Laboratoire d’Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), na University of California-Berkeley e EHESS (2009/2010). Atua nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e nos cursos de graduação em Antropologia e Ciências Sociais da UFSC. E-mail: miriamgrossi@gmail.com.



das relações entre os gêneros; esta falácia nega a existência da discriminação e da violência contra mulheres e pessoas LGBT, que estão comprovadas com dados oficiais e estudos científicos.

Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo-se o *status* de “demônio” às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e à diversidade sexual na educação, além de se intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais contendo ameaça de processo contra quem ouse abordar esses assuntos na sala de aula. Quem defende as sexualidades dissidentes?

Trabalhando com sexualidade dissidentes na História e na Escola

Certo dia, antes de eu entrar em sala de aula, vi Lucas³ chamando Márcio de “Marcinha pega ovo”. Em um primeiro momento me senti afetado, no sentido Favret-Saada (2005), afetado por estar ali e por viver, ter revivido, pois em minha infância, quando era estudante, também sofri o mesmo que Márcio estava passando. Mas agora a situação era diferente e eu, como professor, tinha o dever de acabar com aquele sofrimento e pré-conceitos. Comecei indagando Lucas por qual motivo ele estava chamando Márcio daquela forma.

— Ah, professor, vai dizer que você não sabe?!

— Não. Não sei! — respondi.

Márcio é um menino que não está dentro das normas binárias e sua masculinidade certamente não evoca uma masculinidade hegemônica. Tentei trazer para a turma o respeito às diferenças e o aprendizado que se poderia ter com o diferente, já que se estava trabalhando justamente com a Idade Média e a perseguição ao que à época era considerado fora das normas: a perseguição a mulheres e sodomitas⁴ (homossexuais).

O contexto da Baixa Idade Média, que se estende do século XI ao século XV, é marcado por grupos que se desviavam dos ensinamentos da Igreja. Eram os denominados heréticos, aqueles que discordavam dos preceitos religiosos, aqueles que também se poderia denominar de dissidentes, que não seguiam uma norma. Uma parte desses grupos dissidentes que se focaram nessa aula foram as ‘bruxas’ e os sodomitas; assuntos que discutiríamos através de temas transversais como as relações de gênero e as sexualidades não hegemônicas na história. As mulheres eram o perigo carnal na Baixa Idade Média, eram suspeitas e sempre existia uma desconfiança por parte da igreja com elas, que eram como insaciáveis sexualmente e como sedutoras que poderiam despertar o desejo até mesmo no diabo, daí a construção dos Sábados Noturnos. A mulher como inferior, portanto, ao homem e como culpada desde os tempos de Eva. Do mesmo modo os assim denominados sodomitas, que em outras temporalidades, como na Grécia Antiga, viviam sua sexualidade sem hierarquias, e passaram a ser perseguidos pela igreja católica, que era a instituição Inquisidora desses crimes.

Como demonstra o historiador Jeffrey Richards:

A igreja iniciou um esforço para reformar a vida do clero, declarando guerra aos pecados da simonia e do casamento de padres. A homossexualidade entre os padres era sem dúvida um alvo fundamental dessa campanha. Paralelamente a isso, a Igreja

³ Os nomes aqui utilizados são fictícios, a fim de preservar a identidade das pessoas envolvidas.

⁴ O termo homossexualidade não existia no período medieval. Os termos que existiam eram sodomita, sodomia e sodomíticos, somítigos. Não se restringiam apenas as relações sexuais entre homens, mas também, a própria masturbação e o sexo não procriativo, portanto, pecado nefando.

se apressava em assumir o controle da sagrada instituição e para promovê-lo como instituição leiga central da sociedade civilizada (RICHARDS, 1993, p. 142).

Essa ideia de sociedade civilizada, também chega no Novo Mundo, ou seja, expliquei aos/as discentes como a Inquisição também perseguiu ‘sodomitas’ e ‘bruxas’ brasileiros/as⁵.

Figura 1 – Obras do pintor Hieronymus Bosch (1450 – 1516)⁶. Primeira foto: “Tríptico do Jardim das Delícias”; e a segunda foto: “Os Sete Pecados Mortais e os Quatro Novíssimos do Homem”; no detalhe, a luxúria.



Fonte: hieronymus-bosch.org/ (2019)⁷

Nesse dia levei as duas imagens acima de Bosch para trabalhar com a turma os bestiários característicos do período medieval, que possuíam um caráter moralizador. No tríptico é possível fazer uma leitura da obra a partir dos prazeres terrenos, da carne e do sexo. Na obra *Os sete pecados Mortais e os Quatro Novíssimos do Homem* a homossexualidade é representada por um bobo e um palhaço. Conforme apontam Nunes e Oliveira (2014, p. 9): “os bobos ironizavam os costumes e os vícios dos homens”.

A forma com que Lucas chamou Márcio naquele dia foi para afirmar a sua masculinidade hegemônica, manter a distância das mulheres, portanto, aquilo “que não sou”. O simbolismo da masculinidade está em oposição à figura feminina. Assim, a honra e a masculinidade de Lucas precisam ser afirmadas em oposição a Márcio, e é sob o olhar do outro que é construída a sua masculinidade. O homossexual afeminado é muitas vezes o bobo da sala, aquele dissidente que é o engraçado e que não é uma coisa e nem outra.

Expliquei a identidade de gênero e as questões relacionadas ao preconceito, que podem atingir a vítima de várias formas. Parecia que tudo estava bem, encaminhei os estudantes para a coordenação.

⁵ Sobre o assunto ver a obra de Luiz Mott *Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico: (século XVI-XIX)*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

⁶ Pintor flamengo que viveu entre 1450 e 1516 e que retratava os pecados a partir da religiosidade cristã e das características imaginárias da Baixa Idade Média.

⁷ Obras disponíveis em: <http://www.hieronymus-bosch.org/>. Acesso em: 05 out. 2019.



Inclusive Lucas, o agressor, pediu desculpas a Márcio dizendo que não faria mais isso. Saiu da sala satisfeito e com a sensação de dever cumprido.

Ainda não parecia o suficiente, e após o retorno dos dois alunos para a sala de aula a coordenadora, olhou-me e disse: “Assis, aqui todos somos iguais, não existe isso!”

Parecia paradoxal aquela fala da coordenadora, pois certamente, não muito distante no tempo essa mesma coordenadora não estaria ocupando um cargo de ‘coordenadora’ justamente pela sua diferença, por ser mulher. Olympe de Gouges (2007[1791]), ao escrever sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* teria dito: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. Era justamente essa diferença de gênero que fazia com que Olympe e tantas outras mulheres não conseguissem acessar o espaço público. Em 2019 a utopia parece outra: que os ‘fora das normas’ da heterossexualidade consigam permanecer na escola, escola que deveria ser, sim, o espaço que acolhe a diferença.

Durante o ano Márcio desistiu de estudar, aos 15 anos de idade!

As sexualidades dissidentes na Ditadura-Civil Militar

Com a ditadura civil-militar instaurada no Brasil, na década de 60 e durante a década de 70, as sexualidades dissidentes na época tiveram pouco espaço no movimento da esquerda contra a ditadura, bem como no próprio movimento da esquerda, que era conservadora em relação à homossexualidade e a considerava um ‘comportamento’ burguês.⁸ Esse silenciamento da historiografia e, conseqüentemente, o apagamento das sexualidades dissidentes nos livros escolares e dos indivíduos que lutaram contra a ditadura e nela sofreram perseguições por sua sexualidade dissidente, demonstram a urgência de se tratar sobre o assunto. Trevisan (2018) relata como em São Paulo, sobretudo os grandes centros, a sexualidade dissidente era um problema para a ditadura. Trevisan evidencia como eram perseguidos aqueles/as que desviavam dos ‘costumes e comportamentos naturais’. Em São Paulo, o delegado José Wilson Richetti, dizia que era ‘preciso fazer uma limpeza das ruas’ dos assim chamados desviantes dos bons costumes. Essa análise pode ser encontrada na 4ª edição revista e ampliada do livro de Trevisan, *Devassos no paraíso* (2018), no qual ele demonstra como as sexualidades dissidentes foram atacadas, sobretudo nos espaços públicos.

Ocorre que nem todas as perseguições ocorreram nos grandes centros. Isso se evidencia a partir de cassação de um prefeito no pequeno município de Feliz/RS em 1969, município com uma descendência alemã bastante significativa. O seu ‘crime’? Ser homossexual. Kurt Walter Graebin (PTB), de origem germânica, nasceu no Vale do Rio Caí, em 1915. A perseguição que sofreu no início de sua carreira se deve a Kurt ser um defensor das ideias trabalhistas, bem como apoiador do político Leonel Brizola, mas a sua cassação se deve à sua homossexualidade. Pelo menos é o que se pode aferir a partir de sua Ata digitalizada e disponibilizada no *site* do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro⁹.

Como demonstram Moreira e Luize (2018), Graebin era um prefeito que despertava a atenção do Conselho Nacional de Segurança por suas amizades e sua ideologia político-partidária, mas na verdade em seu dossiê o que pesa é sua conduta sexual e sua vida íntima. Em sua ficha individual,

⁸ Sobre o assunto ver Quinalha e Green (2015); Green (2000); Trevisan (2018).

⁹ Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pesquisa_simples.asp. Acesso em: 15 out. 2019.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

além das questões políticas, uma informação chama a atenção: “Acusado de anormalidade sexual (homossexualismo), em várias épocas, por colonos humildes, não prosseguiu o processo, a conselho do promotor de justiça, pela dificuldade de obtenção de provas (Doc. Compl. N. 1)”.

É interessante perceber como essas ideias se reproduzem, muitas vezes de formas parecidas, em diferentes temporalidades. Operava na época um heteronacionalismo muito presente, que se ancorava no escudo do militarismo da ditadura civil-militar. Guardadas as suas diferenças históricas, espaciais e conceituais, hoje, em 2019, também é possível perceber uma adoração militar e um heteronacionalismo na política brasileira. Para completar a desqualificação do prefeito, a ata ainda concluía que seus direitos políticos deveriam ser cassados, pois: “É um depravado, homossexual ativo, não tem as condições morais para o exercício do cargo de prefeito”.

Como levar a problematização e a reflexão aos discentes sobre as sexualidades dissidentes na ditadura civil-militar? De que forma aproximar esses indivíduos do passado e do presente? A atividade proposta foi desenvolvida no 3º Ano do Ensino Médio de uma escola do interior catarinense. Dividiram-se os grupos por sorteio e cada grupo era responsável por pesquisar assuntos pertinentes à ditadura e aos indivíduos presos na ditadura, bem como aos agentes: Madre Maurina, Chico Buarque, Rose Nogueira e Kurt Graebin. Partindo da apresentação dos personagens e de algumas afirmações que traduzem percepções do “senso comum” sobre homossexualidade e da promoção de debate sobre as relações de gênero na ditadura, esta atividade permite que o/a educador/a identifique quais preconceitos e percepções sexistas e homofóbicas precisam ser trabalhados com os/as jovens. A partir desse diagnóstico, outras atividades sobre a temática de gênero e sexualidades dissidentes podem (e devem) ser desenvolvidas para promover relações mais democráticas entre o grupo. As perguntas que todos do grupo deveriam responder na apresentação de seus personagens foram estas:

- 1) O que foi a Ditadura Civil-Militar?
- 2) Quem foi Kurt Graebin?
- 3) Qual era a relação da ditadura Civil-Militar e a homossexualidade?
- 4) Além de Kurt, quem mais sofreu perseguição por sua orientação sexual na ditadura Civil-Militar? Que tipo de violência essas pessoas sofreram?
- 5) Qual a importância do estudo da ditadura e sua correlação com a homossexualidade, transexualidade?
- 6) Existe uma relação da Ditadura Civil-Militar com a sociedade atual e as questões da homossexualidade? Quais?
- 7) O que mais chama sua atenção nesse tema?

Embora a ditadura tenha exaltado os costumes sociais conservadores e moralizantes, não significa que o movimento e que os homossexuais não criaram resistências à repressão e à discriminação. Essas fontes podem ser tanto aquelas produzidas pelos/as dissidentes sexuais quanto aquelas fontes homofóbicas produzidas nos discursos e fontes deixados no passado. Exemplos dessas resistências eram os jornais de imprensa alternativa: *O Snob* e o jornal *Lampião da Esquina*, e deste último os/as discentes que ficaram com o tema da sexualidade dissidente na ditadura apresentaram trechos¹⁰.

¹⁰ O material cedido para os/as discentes foi escolhido por mim e foram apresentadas apenas matérias e reportagens que não apresentassem nudez ou conteúdo impróprio para a idade.

2ª Guerra Mundial e sexualidades dissidentes

Outro tema que está ausente na temática das sexualidades dissidentes nos livros didáticos de História é a relação entre o nazismo e as sexualidades dissidentes. Embora seja um tema que possui muito espaço nos livros didáticos, o apagamento daqueles/as que sofreram perseguições durante o regime de Hitler quase não aparece, e quando é mencionado apenas constam elementos simplificados. Os personagens que enfrentaram os campos de concentração, quando têm voz é a partir dos judeus, e outros/as indivíduos que estiveram lá são pouco estudados. É o caso dos homossexuais. A proposta é parecida com a atividade acima aplicada com os 3º anos, mas essa atividade foi aplicada na 9ª Série do Ensino Fundamental.

Dividiram-se os grupos por sorteio e cada grupo era responsável por pesquisar assuntos pertinentes ao nazismo e aos indivíduos perseguidos durante o regime de Hitler. Formaram-se quatro grupos com as seguintes pesquisas: judeus, testemunhas de jeová e ciganos, comunistas e dissidentes políticos e homossexuais, lésbicas e mulheres ‘antissociais’. Para trabalhar com os temas decidiu-se fazer análises de livros escritos sobre cada grupo. Os/as discentes foram apresentados/as ao livro de Rudolf Brazda (1913-2011), *Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista* (2012), livro autobiográfico que conta a sua história e como foi perseguido, preso e levado aos campos de concentração por sua sexualidade dissidente.

Figura 2 – Capa do livro *Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista*



Fonte: Rudolf Brazda (2012)

As perguntas que todos do grupo deveriam responder baseadas nesta obra foram estas:

- 1) O que foi o Nazismo?
- 2) Qual era a função dos campos de concentração? Quem era enviado para lá?
- 3) Qual a relação entre homossexualidade, lesbianidade e nazismo?
- 4) Quem foi Rudolf Brazda? Porque ele foi parar em um campo de concentração nazista? Conte sua história...
- 5) O que foi o Triangulo Rosa?



6) O que foi o Triângulo Negro?

A partir de duas perguntas mais gerais, sobre o que foi o nazismo e qual era a função dos campos de concentração, cujas respostas os/as discentes deveriam saber na apresentação de seminário, os grupos deveriam trazer elementos explicativos e informativos sobre as perseguições dos grupos específicos. No caso da população homossexual, o grupo responsável por apresentá-la devia explicar a relação do nazismo com a homossexualidade e o porquê do medo às sexualidades dissidentes na Alemanha nazista. Os/as discentes também precisariam trazer histórias de pessoas que passaram no campo de concentração, e escolheu-se Rudolf Brazda e seu livro escrito em coautoria com o jornalista Jean-Luc Schwab. Também deveriam trazer explicações sobre a vida dos homossexuais na Alemanha anterior à ascensão de Hitler ao poder, bem como da emergência das leis que os perseguiam. Também a pesquisa procurou demonstrar o que eram os triângulos rosa e negro. Aqui é possível trabalhar com várias questões: machismo, patriarcalismo, sexismo, homo-lesbo-transfobia etc. Nesse sentido, buscou-se evidenciar os tipos de violência sofridos por esses indivíduos, e as construções culturais das desigualdades, que são históricas e sociais e por vezes essencializadas e naturalizadas.

Quem defende a sexualidade dissidente na Escola?

As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza (SANTOS, 1997, p. 97).

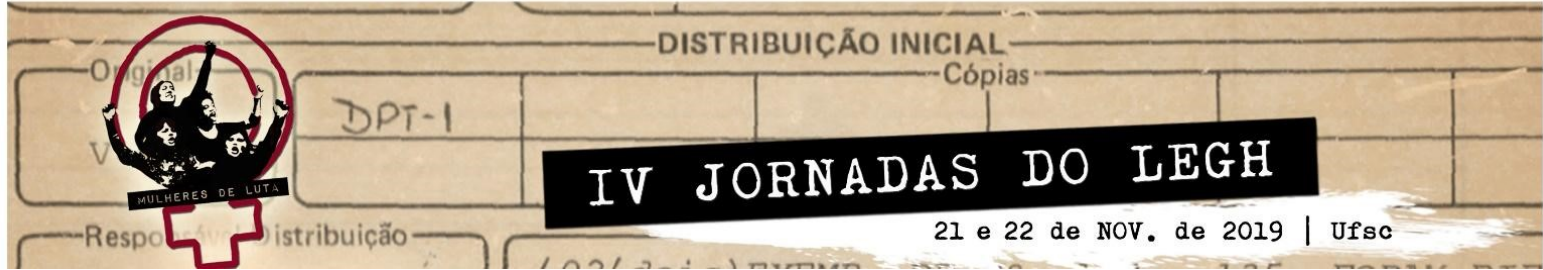
Retomo aqui as reflexões sobre sexualidade dissidente na escola. Em um artigo breve, mas potente, *Quem defende a criança queer?*, Preciado (2013) questiona sobre a defesa das crianças/jovens *queer*. Quem pode defendê-las? Quem defende a mãe de Márcio? Quem defende a liberdade de ser quem se é, dentro de uma escola que governa corpos e sexualidades? O que se exige é a morte aos poucos daqueles quem não são “iguais”. Sim, iguais, como a coordenadora me disse: “Aqui somos todos iguais”!

Joan Scott, em seu texto *O Enigma da Igualdade*, de 2005, percebe essa pretensa igualdade e individualidade confundindo-se com o indivíduo, o homem heterossexual, o cidadão que é igual à masculinidade hegemônica, virtude, razão e política e, no dizer ainda de Segato,¹¹ homens que são “heterossexuais” entre aspas, literalmente, pois não sabemos realmente sobre sua sexualidade. Nesse sentido, a modernidade definiu os indivíduos de forma hierárquica ao invés de suas especificidades e individualidades, já que a igualdade foi vista como única e nunca contestada; a diferença nesse sentido é o problema.

Ao se analisar como as escolas têm identificado a diferença, nota-se que é justamente no campo da normatividade. A escola produz normas que só se reconhece quem está dentro dessa norma, por isso o *todos somos iguais*, porque *Narciso não se reconhece no espelho*¹². Nesse sentido, nas

¹¹ Disponível em: <https://feministresearchonviolence.org/wp-content/uploads/2018/02/PATRIARCADO-del-borde-al-centro.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹² Referência à música de Caetano Veloso, *Sampa*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btn7E8yYvaM>. Acesso em: 03 ago. 2019.



escolas do interior do estado Catarinense é preciso fazer todo dia uma montagem do *eu* que precisa estar dentro das normas para ser aceito pelo *outro*. Mas como aponta Butler (2017), o *eu* é usado pela norma, então eu tenho que ser aceito pelas normas e não pelos meus semelhantes.

O conservador clássico é aquele que reage ao princípio de igualdade. Para ele a desigualdade é ‘natural’ entre os desiguais. Quando há impacto nas políticas públicas para essa parcela da população que historicamente esteve à margem, há uma reação conservadora. A diversidade desequilibra este homem médio (BRUM, 2019)¹³ no jogo ‘meritocrático’ que historicamente esteve desqualificando essa diferença de gênero e sexualidade/s. Ao mesmo tempo que se proíbe falar sobre o assunto nas escolas e até mesmo na ONU¹⁴, um perigo para a sociedade. Ao mesmo tempo, no dizer de Foucault (2001, p. 295), “dizer dele o menos possível, só que tudo fala dele”. É nessa escola que grita em suas diferenças que a sociedade disciplinar impõe suas normas. Ainda pensando no texto de Foucault sobre *Os anormais* (2001), ele diz que a masturbação, no século XVIII, era uma preocupação para os pais e que, portanto, estes deveriam ficar atentos aos/às filhos/as quanto à imoralidade, mas também à doença que era a masturbação. Ou seja, conforme apontam os autores do Projeto de Lei, a ideologia de gênero é uma doença. Para eles/as, há o medo do desconhecido e do que não se sabe exatamente, mas que ameaçaria toda a ideia de sociedade que eles conhecem e se identificam. Portanto, a “Ideologia de Gênero” que eles criaram é tão ameaçadora a ponto de destruir a ‘espécie humana’. Esse princípio básico seria de unidade e pureza, unidade no sentido da família patriarcal e pureza em uma família ‘tradicional’ que não estava sendo corrompida pelos valores da ‘globalização’.

Essa unidade, discrimina os diferentes, pois para esse conservadorismo o uno está justamente na forma de uma tríade: Deus, Família e Nação. Essa conjunção de fatores é o que venho denominando, pelo menos no contexto brasileiro, de heteronacionalismo. Todos esses discursos serão legitimados pelo governo na figura do presidente e de grande maioria dos integrantes que compõem seu mandato e que foram nomeados com os mesmos valores e concepções de uma heterossexualidade política, baseada nos valores cristãos, pelos quais, além de se retornar a um passado ideal, ou pelo menos parar de subverter os valores da nação, deve-se obedecer quase com numa humildade cristã (GROS, 2018). Segundo esses Projetos de Lei é a família que será a responsável ‘pelos valores’ e ‘ideologias’; e a família, portanto, responsável pela moral e os bons costumes.

Segundo Gros, “O incorrigível é o indivíduo incapaz de se submeter às normas do coletivo, de aceitar as regras sociais, de respeitar as leis pública. São estudantes turbulentos, preguiçosos, incapazes de seguir ordens; os maus operários desleixados, embromadores” (GROS, 2018, p. 27). Eu diria que são meninos e meninas, não heterossexuais e não-binários, que rompem com as normas de gênero, mesmo que exista todo um dispositivo de disciplinamento para que os ‘anormais’, retornem para a ‘normalidade’ ideológica deles. Essa desobediência, seguindo na esteira de Gros, é tanto individual quanto coletiva. No caso da população LGBT nas escolas, quase sempre é uma desobediência individual e que posteriormente se torna coletiva no grupo identitário do qual fazem parte. Ainda em Gros, o autor disserta sobre como a submissão é cômoda, e certamente é cômoda

¹³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html. Acesso em 04 ago. 2019. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹⁴ Brasil veta o termo gênero na ONU: Disponível em; <https://revistaforum.com.br/global/governo-brasileiro-causa-tensao-na-onu-por-defender-exclusao-do-termo-genero/>. Acesso em: 31 jul. 2019.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

para um estudante do interior do estado de Santa Catarina, que vive em uma comunidade pequena. Giddens, em *Modernidade e Identidade* (2002, p. 62) vai dizer que: “o esforço em manter as aparências pode se tornar um peso insuportável”. Para Luiz Mott (2000), na população do interior a discriminação é ainda maior, e segundo ele, os gays representam 63% dessas vítimas, das quais 31% são travestis e 6% lésbicas. É preciso romper com tudo e todos. Colocar-se em risco, não ser reconhecido pelos outros é, como aponta Butler (2017), não ser reconhecido como sujeito de direitos.

A obediência, como afirma Gros, é muito confortável, principalmente quando se está sozinho/a. Essa liberdade, portanto, que esperamos em sermos quem somos e podermos habitar espaços que são mantidos pelas normas rígidas de uma hierarquia disciplinária de gênero, como as escolas, está nessa multidão *queer* que se encontra nas resistências individuais, mas somatiza suas experiências na multidão (BUTLER, 2012) já que, como denomina a autora dos *queers*, em outro espaço, gênero e sexualidade não podem ser vistos como doutrinários e/ou ideológicos, mas sim: “busca uma forma de liberdade política para viver em um mundo mais justo e habitável” (BUTLER, 2019)¹⁵.

O governo cria políticas de heteronacionalismo; vide a sua campanha onde a apologia às armas foi o mote, heteronacionalismo esse que exalta a masculinidade, muitas vezes tóxica, que re-inventa tecnologias precisas de produção dos corpos “normais” ou de normalização dos gêneros, política baseada em um nacionalismo heteronacionalista.

Viu-se que os projetos de lei são uma forma de normatizar e de manter o comportamento sexual e de gênero de acordo com “a moral e os bons costumes da sociedade brasileira”. Os projetos impõem a ‘verdade’ do sexo biológico e que continua, no dizer de Butler (2003, p. 38), “produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gêneros coerentes”. Por isso, é incoerente, para alguns setores do governo as cotas para trans e travestis com vagas ociosas, quando se espera que essa visibilidade não seja concedida. Esse corpo indócil que é incorrigível e que não se disciplina, precisa ao menos, na concepção de conservadores e contrários às questões de gênero, não se identificar como tal. A sexualidade é algo para ser deixado em casa (É possível deixar quem se é em casa?). O problema estaria portanto na identificação, essa identidade que foge à ‘verdade’ biológica e do modelo universalizante e patriarcal.

O problema não é apenas essa visibilidade. Para os contrários às questões de gênero e sexualidade, o problema é que esse corpo é linguagem, que fala sem falar. Ação e gesto, no dizer de Butler (2012), estão diretamente interligados. E seus corpos saem às ruas, ocupam escolas, universidades, empresas, fazem política. Política que conservadores e fundamentalistas têm barrado de todas as formas, vide os projetos de lei. Preciado (2011) vai utilizar o termo sexopolítica para todos os *queers* que ocupam o espaço público e afetam a heterossexualidade, que também é política, como um termo que desconstrói a hegemonia da heterossexualidade política, a ponto de se criarem projetos de leis e proibições nas escolas, porque na verdade eles já estão lá. Essa elite heterossexual política minúscula, como aponta Gros (2018, p. 51), que domina uma imensa maioria, está sendo afetada pela multidão de *queers* que fazem sexopolítica quando saem às ruas, ocupam escolas e a política.

¹⁵ Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/171657-no-disparen-contra-la-ideologia-de-genero>. Acesso em: 01 ago. 2019.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. *Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2012-2013. 2 DVDs.

BRAZDA, Rudolf; SCHWAB, Jean-Luc. *Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista*. São Paulo: Mescla Editorial, 2012.

BUTLER, Judith. *Cuerpos en alianza y la política de la calle*. Acessível em: <http://www.trasversales.net/t26jb.htm>

BUTLER, Judith. *No disparen contra la ideología de género*. Acessível em: <https://www.pagina12.com.ar/171657-no-disparen-contra-la-ideologia-de-genero>

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. Nova York: Routledge, 2004.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. São Paulo: *Cadernos de Campo*, p. 155-161; 2005.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política, problematizações. In: *Ditos e Escritos*, vol. V.: *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 225-233.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791). Trad. de Selvino Assmann. *Interthesis*, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2007. Acessível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>

GROSS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; LUIZE, Ubaldininha da Costa Torres. Todos eles com as características flagrantes e muito vivas de subversão: Homofobia, ditadura militar e a cassação de um prefeito (Feliz, RS, 1969). *História Unicap*, v. 5, n. 10, p. 396-413, 2018.

MOTT, Luiz. *Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico: (século XVI-XIX)*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999

MOTT, Luiz. *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.



NUNES, Meire Aparecida Lôde; OLIVEIRA, Terezinha. Os pecados na pintura de Hieronymus Bosch como preceito educativo na Baixa da Idade Média. *XANPED SUL*, Florianópolis, outubro de 2014.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Beatriz; NOGUEIRA, Fernanda Ferreira Marcondes. Quem defende a criança queer?. *Revista Geni: crítica | literatura | artes*, n. 1, p. 96-99, 2013.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: como minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Trad. port. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.13, n. 1, p. 1-20, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002/7778>

SEGATO, Rita. *Patriarcado: Del borde al centro*. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. Acessível em: <https://feministresearchonviolence.org/wp-content/uploads/2018/02/PATRIARCADO-del-borde-al-centro.pdf>

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.

Clio leaves the cabinet: history teaching and dissenting sexualities

Abstract: This paper aims to present new subjects of history who have not been studied in the teaching of the history of Basic Education. History teaching sometimes concealed their dissenting diversity and sexualities and, by not talking about these diversities, contributed to the discrimination of those individuals who were outside the 'norms', according to Louro (2014). This issue has changed in recent years with the growth of courses, social movements and demands of individuals who are in this school. History as a discipline has taken from the closet characters who have made important contributions in their time and history. These characters are also important for those individuals who are in school today and who can learn, understand and live with diversity and its differences. While there was a greater insertion of these themes in the classroom, on the other hand, the tensions caused by the use of these methodologies seem to have provoked a conservative reaction and a moral panic where diversity seems to be a problematic threat. That this work will also seek to demonstrate.

Keywords: History. Education. Sexualities.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

O ESCREVER-SE NAS TELAS: A SUBJETIVIDADE NA OBRA DE ADELIA SAMPAIO

Bárbara Brognoli Donini¹

Resumo: Adelia Sampaio é uma cineasta, considerada a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil. O seu filme mais representativo, e seu primeiro e único longa metragem, é *Amor Maldito* (1984); O filme, produzido em um momento complexo da história brasileira – período de transição entre a Ditadura Civil-Militar e a democracia –, é pioneiro. É o primeiro longa-metragem dirigido por uma mulher negra e o primeiro filme brasileiro a ter como temática principal o amor lésbico. O filme *Amor Maldito* é, talvez, sua obra mais conhecida pelo público e reconhecida pela crítica, mas não é o único filme dirigido por Adelia Sampaio.

A cineasta dirigiu outros curtas-metragens antes de dirigir seu primeiro longa e voltou a direção em 2018 com o filme *O Mundo de Dentro*. Seus filmes anteriores a *Amor Maldito* não estão disponíveis para acesso público – os negativos de seus filmes disponibilizados por Sampaio para a cinemateca do MAM sumiram do arquivo do museu –, mas as duas obras citadas estão disponíveis na íntegra no site de vídeos YouTube. Por conta do acesso a fonte, irei utilizar os filmes *Amor Maldito* (1984) e *O Mundo de Dentro* (2018), além de entrevistas com a cineasta e sinopses de mais um filme, *Denúncia Vazia* (1979), para fundamentar as análises neste artigo. Também me baseando em entrevistas com a cineasta Adelia Sampaio, considero sua obra de ficção *Amor Maldito* como uma forma da autora de se representar e escrever e escrever sobre si mesma através do discurso cinematográfico.

Não pensando na obra da cineasta como uma autobiografia ou um diário, mas sim como uma forma de utilizar a linguagem artística – neste caso a linguagem cinematográfica – para escrever sobre si, alinhando as trajetórias e identidades de suas personagens com as suas próprias. Sua obra está intrinsecamente ligada a sua trajetória pessoal e profissional, que são transpassadas por questões raciais e socioeconômicas. Sua experiência está marcada por sua posição enquanto mulher, mãe, negra e filha de trabalhadora doméstica, que tenta se inserir em uma indústria cinematográfica masculina e branca. E essa experiência também vai marcar toda sua obra, que se torna o encontro entre embates sociais complexos e a subjetividade de alguém que viveu, de várias formas, esses embates. A escolha de tratar sobre questões de injustiças sociais, de violência jurídica – como é o caso de *Amor Maldito* – e da desumanidade causada pelo problema da desigualdade e de moradia – como na história do casal de idosos que comete suicídio após ser despejado no curta *Denúncia Vazia* – não podem ser ignoradas na escrita da história da cineasta. Os filmes de Adélia Sampaio são registros de sua experiência e de sua subjetividade.

Palavras-chave: Adelia Sampaio. Subjetividade. Cinema.

Adélia Sampaio dirigiu *Amor Maldito*, que foi lançado em 1984, sendo o primeiro longa-metragem nacional a ser dirigido por uma mulher negra. O filme, produzido em um momento complexo da história brasileira – período de transição entre a Ditadura Civil-Militar e a democracia –, é pioneiro. Além de ser o primeiro longa-metragem dirigido por uma mulher negra é também o primeiro filme brasileiro a ter um casal lésbico como protagonista.

Pouco se estuda sobre a importância que a obra de Adelia Sampaio tem para a cinematografia brasileira e sobre a pouca representatividade de mulheres e homens negros no cinema nacional por

¹ Mestranda no departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: barbaradonini84@gmail.com.



trás das câmeras – dirigindo, roteirizando e produzindo filmes. A importância, tanto para o cinema nacional quanto para a produção de um conhecimento acadêmico, do trabalho de uma mulher negra no cinema, vai além da representatividade; a experiência, trabalhada por Joan Scott, traz novas perspectivas ao trabalho acadêmico e ao trabalho artístico. Segundo Scott (1999, p. 24), “ver é a origem do saber. Escrever é reprodução, transmissão – a comunicação do saber conseguido através da experiência.” A experiência, para a autora, é parte intrínseca daquilo que o sujeito escreve e produz.

O filme *Amor Maldito* é a obra de maior destaque na filmografia de Sampaio, mas não é seu único trabalho lançado. A cineasta dirigiu outros curtas-metragens antes de dirigir seu primeiro longa e voltou a direção em 2018 com o filme *O Mundo de Dentro*. Seus filmes anteriores a *Amor Maldito* não estão disponíveis para acesso público – os negativos de seus filmes disponibilizados por Sampaio para a cinemateca do MAM sumiram do arquivo do museu –, mas as duas obras citadas estão disponíveis na íntegra no site de vídeos YouTube. Por conta do acesso a fonte, irei utilizar os filmes *Amor Maldito* (1984) e *O Mundo de Dentro* (2018), além de entrevistas com a cineasta e sinopses de mais um filme, *Denúncia Vazia* (1979), para fundamentar as análises neste artigo.

Também me baseando em entrevistas com a cineasta Adelia Sampaio, considero sua obra de ficção *Amor Maldito* como uma forma da autora de se representar e escrever sobre si mesma através do discurso cinematográfico. Não pensando na obra da cineasta como uma autobiografia ou um diário, mas sim como uma forma de utilizar a linguagem cinematográfica para escrever sobre si, alinhando as trajetórias e identidades de suas personagens com as suas próprias.

Diferentemente da linguagem acadêmica, ou da linguagem informal que pode ser encontrada em um diário ou carta, a comunicação nos meios da arte “é uma forma de comunicação na qual a percepção puramente sensorial não é apenas uma pressuposição, mas um conteúdo carregado, junto com um sentido, pela linguagem” (GUMBRECHT, 2012, p. 10). O sentido da obra fílmica vai para além daquilo que está sendo dito pelos personagens representados na tela. O uso da iluminação, da maquiagem, do figurino, do cenário e da trilha sonora se unem as falas dos personagens para produzir sentido no todo. A linguagem cinematográfica se baseia em representações que ganham sentido através do trabalho de cineastas, editores e técnicos que compõem a equipe de um filme. Por ser baseado em uma série de representações, o cinema não mostra a realidade sobre o seu objeto, assim como

Uma pintura não é fundamentalmente, algo semelhante ou a imagem de um cavalo; ele é algo semelhante a um conceito mental, o qual pode parecer um cavalo ou pode, como no caso da pintura abstrata, não carregar nenhuma relação visível com o objeto real. A fotografia, entretanto, é um processo pelo qual um objeto cria sua própria imagem pela ação da luz sobre o material sensível. Ela, portanto, apresenta um circuito fechado precisamente no ponto em que, nas formas tradicionais de arte, ocorre o processo criativo uma vez que a realidade passa através do artista. (DEREN apud XAVIER, 2014, p. 17)

O discurso cinematográfico é uma escolha; o enquadramento escolhido para a composição da fotografia é baseado naquilo que o cineasta pretende mostrar no filme, mas também abre espaço para se entender aquilo que está fora da cena.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

[...] o espaço diretamente visado pela câmara poderia fornecer uma definição do espaço não diretamente visado, desde que algum elemento visível estabelecesse alguma relação com aquilo que supostamente estaria além dos limites do quadro. Uma relação frequente com o fato de que o enquadramento recorta uma porção limitada, o que via de regra acarreta a captação parcial de certos elementos, reconhecidos pelo espectador como fragmentos de objetos ou de corpos. A visão direta de uma parte sugere a presença do todo que se estende para o espaço “fora da tela”. (XAVIER, 2014, p. 20)

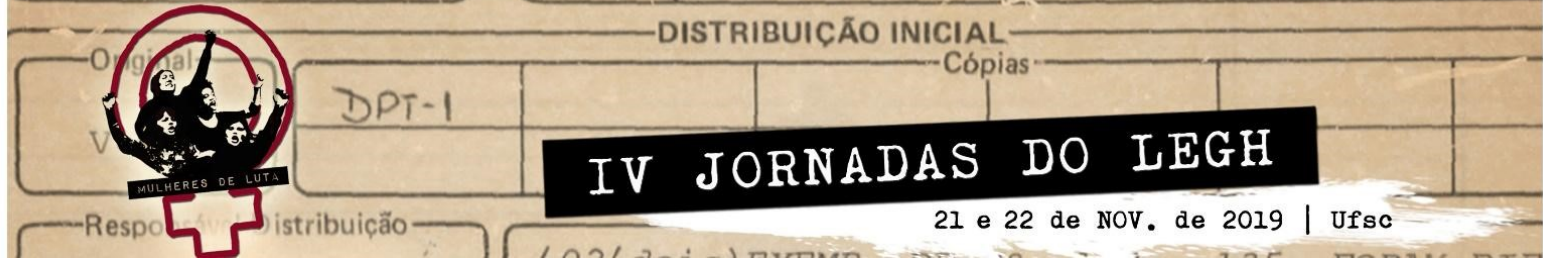
Em seu filme *Amor Maldito*, Adelia Sampaio fez a escolha de mostrar aquilo que, em narrativas hegemônicas estaria fora do recorte. A temática de *Amor Maldito* é o amor lésbico e a lesbofobia – mesmo que o filme não tenha se utilizado destes termos –, situações que não se encaixam sob a ótica da moral familiar cristã, tão importante para grupos conservadores da sociedade brasileira. O filme de Adelia Sampaio não é erótico, mas é *obsceno*. Segundo Nuno César Abreu, citado por Caio Lemos (s/d, p. 08), a palavra obsceno tem como significado literal “fora de cena”, aquilo que não é frequentemente mostrado, que é escondido. O amor lésbico choca porque é *obsceno*, no sentido em que não deve ser mostrado. O amor lésbico não é público como o amor e o afeto heterossexuais. É considerado sujo e fora da norma – da heteronormatividade – e quando é mostrado, rompe com a moral e com o pudor.

Os filmes de Adelia Sampaio são essenciais para entendermos sua trajetória pessoal, já que muitas vezes sua trajetória fílmica se encontra com ela. O curta-metragem *Denúncia Vazia* (1979) – que não está disponível para o público –, seu primeiro trabalho como diretora, sobre um casal de idosos que comete suicídio após terem sido despejados com base na lei denúncia vazia. Adelia Sampaio também foi despejada com base na mesma lei.

Adelia Sampaio ficou por alguns anos longe da direção. Continuou trabalhando como assistente de produções teatrais e em 2018 voltou a dirigir um curta metragem. O filme *O Mundo de Dentro*, disponível no site de vídeos YouTube e apresentado no Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, trata sobre a geração de artistas da década de 1960, a qual Adelia pertence. Em entrevista para o site Mulher no Cinema Sampaio afirmou que o filme “é uma reflexão de uma das mulheres [dessa geração], que pode até ser eu. Reflito olhando para dentro de mim e me interrogando”. (SAMPAIO, 2017). O curta – com 8 minutos de duração – traz a protagonista, sem nome, interpretada por Stella Miranda, que, em um monólogo na frente do espelho, reflete sobre seu passado, misturando a subjetividade da personagem – falando de paixões e sentimentos – com fatos históricos, como a Ditadura Civil-Militar e a ascensão de Che Guevara. Assim como em *Amor Maldito* (1984), Adelia Sampaio escreveu sobre si e se construiu dentro de suas personagens.

Em entrevista para a jornalista Clarissa de Oliveira, Sampaio discute o acréscimo ao enunciado final da acusada (representada no filme pela personagem Fernanda) durante a cena de seu julgamento em *Amor Maldito*, em que ela se diz uma “mulher assumida”. Adelia afirma que “É um texto meu, eu vou morrer sendo assumida em todos os sentidos [...] eu sou uma nega [sic] assumida, uma cineasta assumida, uma mãe assumida, uma vó assumida, uma mulher assumida.” (SAMPAIO in OLIVEIRA, p. 67).

Sua obra está intrinsecamente ligada à sua trajetória pessoal e profissional, que são transpassadas por questões raciais e socioeconômicas. Adelia Sampaio, nascida em Minas Gerais em



1944, é filha de mãe solteira trabalhadora doméstica e durante sua infância não teve muitas oportunidades de estudar. Quando criança, Sampaio pode ter aulas em um internato e em colégio particular do Rio de Janeiro, pago pela patroa de sua mãe, Guiomar. Adelia, ainda muito nova, não se adaptou ao internato, e teve que voltar a morar com sua mãe por motivos de saúde. Depois disso, Guiomar matriculou Adelia em um colégio particular, pago também por sua patroa. Passou alguns meses estudando no colégio carioca, mas logo depois foi levada a um asilo em Minas Gerais, pela patroa de Guiomar, onde morou por sete anos sem estudar. Assim como no Ensino Básico, Adelia não teve oportunidades para ingressar no Ensino Superior; Aprendeu a fazer cinema na prática, observando outros cineastas do Cinema Novo na produtora DiFilm e participando de produções nos mais diferentes segmentos: “câmera, montagem, claquete, continuidade; fui produtora de 72 filmes, até chegar na direção do meu primeiro curta. E sempre com um objetivo de fazer um longa-metragem.” (SAMPAIO in OLIVEIRA, 2017, p. 44).

Seu primeiro contato com cinema foi com *Ivan, o terrível* (1944) do soviético Sergei Eisenstein e imediatamente soube que queria seguir os passos do diretor e também fazer cinema. Sampaio iniciou sua trajetória no cinema como telefonista da produtora DiFilm, na década de 1960, onde acompanhou de perto cineastas do movimento Cinema Novo. Interessada em cinema, mas com consciência de que sua posição social e econômica seria uma barreira para uma formação acadêmica, Adelia fez um curso em continuidade e se ofereceu para participar de alguns filmes da produtora que trabalhava. Sampaio sempre teve como objetivo dirigir seus próprios filmes. Depois de muita insistência, conseguiu o cargo de diretora de produção. Em 1974 produziu seu primeiro filme, *A Cartomante*, dirigido e roteirizado por Marcos Farias. Em 1978 Adélia sai da DiFilm e abre sua própria produtora, A. F. Sampaio Produções Artísticas, onde dirige seu primeiro curta *Denúncia Vazia* (1979).

O filme de Adelia Sampaio, *Amor Maldito* (1984), não conta diretamente sobre a vida da cineasta, mas é inspirado na história real, lida por Sampaio nos jornais, de uma mulher acusada de matar sua esposa, representada no filme pela personagem Fernanda (Monique Lafond). A personagem interpretada por Wilma Dias, Sueli, é expulsa de casa por seu pai – um pastor ultraconservador interpretado por Emiliano Queiroz – depois de participar de um concurso de beleza e é acolhida por Fernanda. As duas mulheres se casam e, após um relacionamento conturbado, Sueli se joga do apartamento de Fernanda. A narrativa do filme é não-linear, intercalando o presente da personagem Fernanda – a partir do momento que é acusada do assassinato de sua esposa – e o passado, trazendo a memória de momentos do relacionamento das duas mulheres. *Amor Maldito* é considerado filme pioneiro a ter como principal temática o amor romântico entre duas mulheres.

Assim como as duas personagens do filme, a vida da cineasta também foi marcada por embates e perdas; Em 1964, dias antes do golpe militar, Adélia Sampaio, então grávida de sete meses, foi agredida com um cassetete por um policial durante uma manifestação e perdeu o bebê como consequência da agressão. Anos depois, enquanto já trabalhava na produtora DiFilm seu marido Pedro Porfírio foi preso, acusado de assalto a banco. Porfírio foi integrante movimento de guerrilha MR-8, o qual Adelia foi convidada a participar. Recusou porque precisava cuidar de seus filhos.

Sua experiência está marcada por sua posição enquanto mulher, mãe, negra e filha de trabalhadora doméstica, que tenta se inserir em uma indústria cinematográfica masculina e branca. E



essa experiência também vai marcar toda sua obra, que se torna o encontro entre embates sociais complexos e a subjetividade de alguém que viveu, de várias formas, esses embates. A escolha de tratar sobre questões de injustiças sociais, de violência jurídica – como é o caso de *Amor Maldito* – e da desumanidade causada pelo problema da desigualdade social e de moradia – como na história do casal de idosos que comete suicídio após ser despejado no curta *Denúncia Vazia* – não podem ser ignoradas na escrita da história da cineasta. Os filmes de Adelia Sampaio são registros de sua experiência e de sua subjetividade.

Poderíamos indagar se não residiria precisamente na condição informe e heterogênea da experiência o desafio imposto aos biógrafos de reunir as “peças separadas” para apreender o suposto “caráter” dos biografados, apresentando “sob a mesma luz” as suas ações que, disparatadas e contraditórias, pouco fazem além de consubstanciar uma existência. (OLIVEIRA, 2017, p. 431)

Para tecer uma análise biográfica é preciso entender o sujeito que se está biografando para além da lógica de um ser parado no tempo, marcado por uma identidade estática. O sujeito deve ser entendido pelo biógrafo como alguém que influencia e é influenciado pelo tempo e pela sociedade (OLIVEIRA, 2017, p. 432). Não é possível entender a importância que Adelia Sampaio tem para o cinema nacional sem relacionar sua história de vida com a história da construção de um país escravocrata, racista e machista como o Brasil.

É importante entender para esta análise que, apesar dos dois filmes – *Amor Maldito* e *O Mundo de Dentro* – serem obra da mesma cineasta, existem 34 anos de diferença entre os dois. Isto é, se considerarmos as obras de Adelia Sampaio como uma forma de escrever sobre ela mesma, é preciso também considerar as mudanças que ocorrem durante 34 anos de sua vida. Sobre uma nova maneira de escrever biografias, considerando as mudanças que ocorrem nos sujeitos através do tempo, Maria da Glória de Oliveira afirma

Como uma espécie de antídoto ao regime modular de vidas exemplares, o gênero biográfico passou a operar menos com o pressuposto das identidades fixas, talhadas a maneira das estátuas de bronze, e, cada vez mais, como uma miríade de traços fragmentados e heterogêneos (os “biografemas” de Barthes), para sublinhar o caráter plural, múltiplo e paradoxal das ações e itinerários individuais. Contudo, não obstante os esforços de se desviar das armadilhas ilusórias das histórias de vida em favor da apreensão de ritmos não lineares e das imbricações contextuais múltiplas que perpassam uma existência individual, a escrita de biografias nunca deixou de se confrontar com o problema da experiência do tempo. (OLIVEIRA, 2017, p. 437-8)

Fazendo uma análise sob a narrativa dos filmes utilizados como fontes deste artigo, deixando de lado a análise cinematográfica – de frames dos filmes – é possível observar como a passagem do tempo afetou a forma de contar histórias através da imagem e do som em obras de Adelia Sampaio. Na direção de seu primeiro longa-metragem *Amor Maldito* entramos em contato com as experiências de uma cineasta de 40 anos de idade. Com a produção de cerca de 70 filmes e a direção de tantos outros curtas-metragens em seu portfólio, Adelia já era uma cineasta experiente. O filme demonstra sua subjetividade de mulher negra, que foi a vida toda colocada a margem de tudo. E demonstra de uma maneira muito mais enfática, com a fala da personagem Fernanda sobre ser uma mulher



“assumida”. Fernanda – e também Adelia – se “assumem” diante de uma situação que as oprime, que as forçam a fazer o contrário: a se tornar mais passivas diante do patriarcado e do racismo estrutural.

No curta *O Mundo de Dentro*, quem traz o monólogo reflexivo, através da atuação da atriz Stella Miranda, é Adelia Sampaio de 74 anos. Dessa vez Adelia atua como roteirista e cineasta, o que não é o caso da produção de *Amor Maldito*. Com uma narrativa mais introspectiva se comparada a de *Amor Maldito*, a personagem que não é apresentada ao público, reflete sobre o passado de sua geração – a mesma geração da cineasta – e, em um final surpreendente, é revelada como uma paciente de um hospital psiquiátrico.

A obra de Adelia Sampaio não deve ser analisada por si só, somente utilizando da narrativa e de elementos audiovisuais para entendê-la. É através de sua biografia que podemos começar a compreender sua filmografia completamente. Em várias entrevistas sobre seu trabalho – todas elas feitas no período de resgate de sua obra, na década de 2010 –, Adelia enfatiza sua presença em seus filmes, através da figura de suas personagens. Seus filmes não são autobiográficos e nem foram compreendidos como tal para a formulação deste artigo. Mas o que tentou-se argumentar é a maneira que a cineasta se deixa transparecer em sua obra e como ela se identifica com as personagens representadas na tela. Entendendo que o tempo cronológico afeta questões de identidade de um sujeito, escolhi analisar dois filmes dirigidos por Adelia Sampaio; seu primeiro e único longa-metragem *Amor Maldito*, lançado em 1984, e seu filme mais recente, o curta-metragem *O Mundo de Dentro*, lançado em 2018. Auxiliados pela análise biográfica que “sempre remeterá ao tema da unidade, coerência e sentido das experiências vividas por um indivíduo” (OLIVEIRA, 2017, p. 430), os trabalhos de investigação sobre a obra de Adelia Sampaio se aproximam dos estudos da subjetividade e ajudam a compreender a trajetória da cineasta para além de uma trajetória individual, mas sim uma trajetória entrecortada por questões de gênero, raça e classe.

Referências

GUMBRECHT, Hans. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 03, p. 10-22, set. 2012.

LAHIRE, Bernard; WELLS, Gwendolyn. The Double Life of Writers. *New Literary History*, v. 41, n. 2, p. 443-465, Spring 2010.

OLIVEIRA, Clarissa de. *As trajetórias de Adélia Sampaio na História do cinema brasileiro*. 2017. 105 f. Dissertação (tese de conclusão de curso em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, M. da G. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017

SAMPAIO, Adelia. O racismo apaga a gente reescreve: conheça a cineasta negra que fez história no cinema nacional. *Blogueiras Negras*. 2017. Disponível em: <https://mulhernocinema.com/noticias/de-volta-a-direcao-adelia-sampaio-estreia-novo-filme-no-festival-de-curtas-de-sp>. Acesso em: 31 jul. 2019.



SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In. SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. Nova Iorque, Columbia University Press. 1989. p. 31

Writing on screens: subjectivity in Adelia Sampaio's body of work

Abstract: Adelia Sampaio is a filmmaker, considered the first black woman to direct a feature film in Brazil. Her most representative film, and her first and only feature film, is *Amor Maldito* (1984); The film, produced at a complex moment in Brazilian history – the period between the Civil-Military Dictatorship and democracy – is a pioneer.

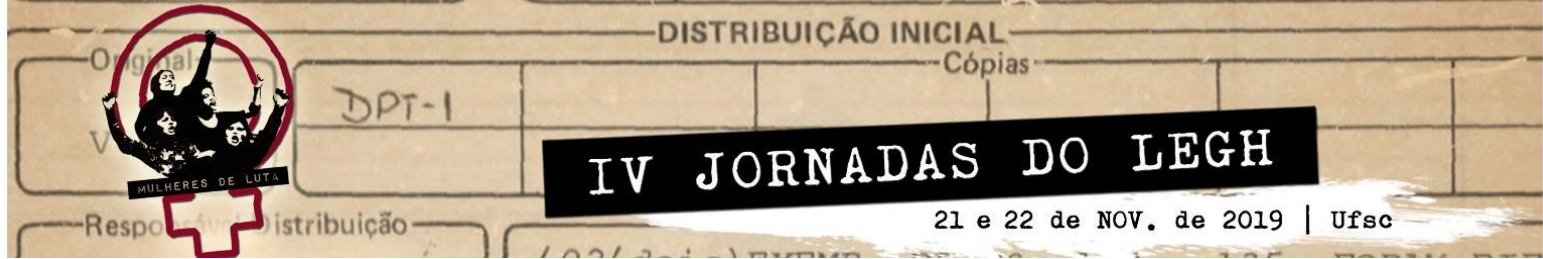
It is the first feature film directed by a black woman and the first Brazilian film to have lesbian love as its main theme. The movie *Amor Maldito* is perhaps her work best known to the public and critically recognized, but it is not the only film directed by Adelia Sampaio. The filmmaker directed other short films before directing her first feature film and returned to directing in 2018 with the film *O Mundo de Dentro*. Her previous films to *Amor Maldito* are not available for public access – the negatives of her films made available by Sampaio to the Museum of Modern Arts of Rio de Janeiro disappeared from the museum archives – but the two works cited are available in full on the YouTube. Because of access to the source, I will use the films *Amor Maldito* (1984) and *O Mundo de Dentro* (2018), as well as interviews with the filmmaker and synopses of another film, *Denuncia Vazia* (1979), to support the analysis in this article. Also based on interviews with filmmaker Adelia Sampaio, I consider her work of fiction *Amor Maldito* as a way for the author to represent herself and write and write about herself through cinematic discourse.

Not understanding the filmmaker's work as an autobiography or diary, but rather as a way of using artistic language – in this case cinematic language – to write about herself, aligning the trajectories and identities of their characters with their own. Her work is intrinsically linked to her personal and professional trajectory, which are permeated by racial and socioeconomic issues. Her experience is marked by her position as a black woman and the daughter of a domestic worker, trying to fit into a male and white film industry. And this experience will also mark her entire work, which becomes the encounter between complex social clashes and the subjectivity of someone who has experienced these clashes in various ways.

The choice to address issues of social injustice, legal violence – such as *Amor Maldito* – and the inhumanity caused by the problem of inequality and housing – as in the story of the elderly couple who commit suicide after being dumped in the short *Denuncia Vazia* – cannot be ignored in the writing of the filmmaker's story. Adelia Sampaio's films are records of her experience and her subjectivity.

Keywords: Adelia Sampaio. Subjectivity. Cinema.

DI 19/10/88 VCH/AC Dpt 01 ... sua conhecimentos (em computadores) 111
exemplares já encaminhados pelo SE-6



CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LÉSBICA NA CANÇÃO AMOR VERDADE DE MARIA BERALDO

Bianca Aparecida Gaviolli da Cunha¹

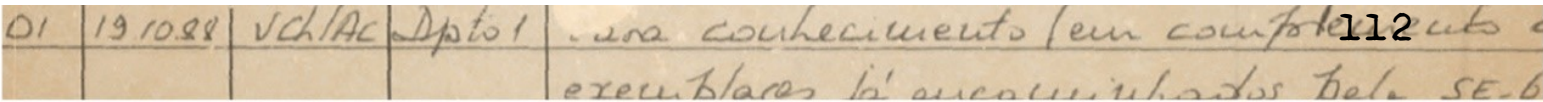
Resumo: Este trabalho se constrói a partir do estudo da canção ‘Amor Verdade’, da artista lésbica Maria Beraldo, lançada em seu primeiro disco solo ‘Cavala’ de 2018. A partir de uma análise acerca da construção da lesbianidade da compositora, que se desenvolve em cada faixa. O objeto analisado é uma canção-resposta à ‘Pai e Mãe’ de Gilberto Gil, em ‘Amor Verdade’ Beraldo se apropria da canção de Gil e trata da questão da aceitação de sua sexualidade e da construção de sua identidade. Ela se apresenta como uma mulher lésbica à sua mãe e ao seu pai, colocando em questão a rejeição familiar que “sair do armário” pode causar. Tal identidade foi construída a partir de um sentimento de inconformismo, manifestado no apego a projetos societários “alternativos” (ALMEIDA; HEILBORN, 2008). Deste modo, a opressão dificulta o processo de construção da identidade do grupo oprimido. Nesta canção Maria traz na composição, e nos arranjos, o aceitar de sua identidade.
Palavras-chave: Lesbianidade. Identidade. Construção.

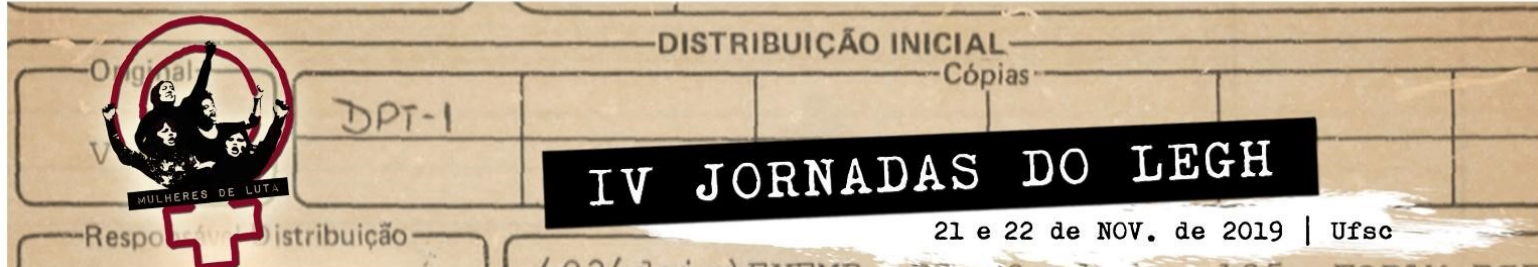
O disco *Cavala*, que guia os estudos deste trabalho, é o primeiro trabalho solo da artista Maria Beraldo. Caracterizado como uma “investigação autobiográfica sobre sua sexualidade” pelo musicista Romulo Fróes, em crítica escrita à *Revista Bravo*, *Cavala* têm oito, de suas onze faixas, com composições assinadas pela intérprete. Maria produziu o disco juntamente de Tó Brandileone, contando com participações de Mariá Portugal – sua colega no grupo de música instrumental Quartabê – na composição de duas faixas. A artista é bacharel e mestre em Música pela UNICAMP (Universidade de Campinas), clarinetista, instrumentista, compositora e com o *Cavala* estreia na indústria musical enquanto cantora. Sobretudo, ela é uma mulher lésbica e este é o tópico que atravessa suas composições. Este trabalho foca na análise da canção “Amor Verdade”, contando com uma contextualização do disco e um breve olhar sobre como as outras faixas também falam da construção da identidade lésbica de Beraldo.

O peso atribuído à opressão de gênero soma-se ao da sexualidade e amplifica a invisibilização da figura mulher lésbica nos mais diversos contextos sociais – inclusive dentro da comunidade LGBT, no meio artístico e da música, espaços aonde Beraldo circula. A condição de mulher lésbica em um meio que é opressor e repressor de identidades é um fator que dificulta a construção e a constituição do ser e do existir em sua própria identidade – visto que o sujeito não se forma apenas individualmente, mas também coletivamente –, pois o processo de aceitação do que se é e do que se sente é afetado.

Segundo Machado (1996), seria muito ingênuo acreditar que os textos se limitam às palavras. O próprio texto de Beraldo vai além, a forma como seu enunciado é performado, o som que o acompanha, o ênfase e a intenção na hora do canto. Assim, deve-se considerar o contexto sócio-político ao qual tal enunciado pertence, “tudo o que se diz é determinado pelo lugar de onde se diz”. (Machado, 1996, p. 93-94)

¹ Licencianda em Letras – Português e Inglês, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O trabalho foi realizado na disciplina Canção Popular Brasileira, ministrada pelo professor Guto Leite, que acompanhou a versão final deste trabalho. E-mail da autora: biancagaviollic@gmail.com.





A mulher lésbica que nega os padrões heteronormativos impostos pela sociedade patriarcal é mais oprimida que uma mulher heterossexual que se submete a estes. É importante frisar que há outras camadas produtoras de identidade, como a raça, a classe social e o meio em que se vive. Estes são fatores importantes visto que nosso sistema se dá através de hierarquias de poder em que estamos inseridas e podem dificultar ou privilegiar determinado grupo, ou seja, eles atravessam, diretamente, a identidade do sujeito.

A negação do papel atribuído às mulheres, principalmente ao papel da maternidade, provoca um espanto e uma repulsa da sociedade que não se conforma que a mulher não seja apenas um objeto adestrado para a passividade, submissão e procriação. Assim, a situação da mulher lésbica implica negar toda essa condição que tem sido imposta a suas vidas. (NOGUEIRA; ARAUJO; CORDEIRO, 2012)

Em entrevista à *Noize*, o discurso de Beraldo traz relatos sobre a repressão e a opressão que sofreu enquanto se descobria e construía sua identidade enquanto uma mulher lésbica. Como dito por Almeida e Heilborn (2008) a identidade lésbica é construída em condições significativas e adversas, e muitas vezes até de forma dolorosa.

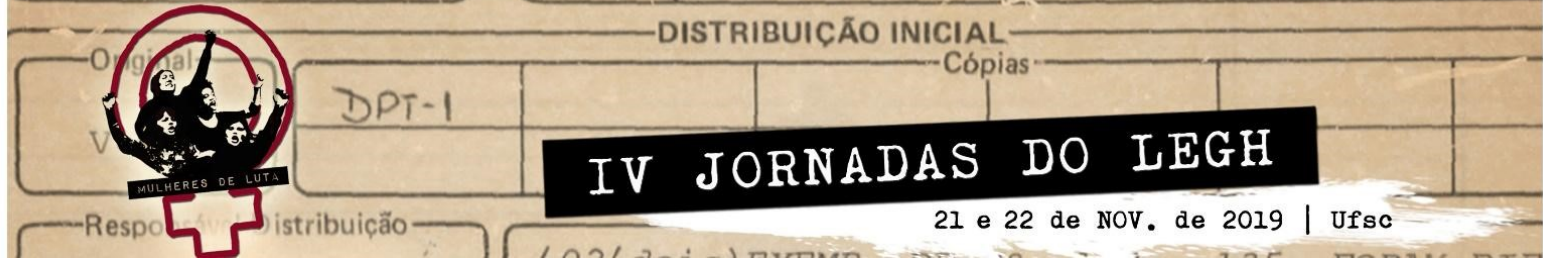
[...] acho que a força da *Cavala* tem muito a ver comigo, é a minha vida pessoal, é a força que eu encontrei de conseguir ser o que eu sou, que não é uma coisa simples – ainda nem sei o que eu sou. Tinham coisas que eu já era e que eu não podia ser, uma repressão porque rolou muita homofobia na minha infância e na minha adolescência. O meu processo de composição têm total a ver com essa força. Pra você resistir a uma coisa que é muito forte, você tem que ter um impulso muito grande. Não é uma coisa suave, é violência, é muita violência. A “cavala” é muito violenta, acho que a minha vida é uma coisa violenta, eu acho que a vida é violenta por si só.[...] (BERALDO in NOIZE, 2018)

Nesta entrevista, Maria também conta sobre o seu processo de composição – que tem a força e a agressividade da cavala. No senso comum, o termo “cavala” é usado de maneira pejorativa a fim de designar mulheres que não aceitam a submissão: as cavalas não se deixam amordaçar. Elas tem força, tem coragem e são combativas. A cavala também pode ser associada ao físico feminino, de forma machista e objetificadora, em que o corpo é descrito com ênfase nas pernas e nas ancas, neste caso o cavala refere-se a figura animalizada da mulher grande. A partir da narrativa do disco, Beraldo empodera-se da cavala e a ressignifica.

Masculinidade frágil

O álbum conta com a regravação da música “Eu te amo” (Chico Buarque / Tom Jobim). Além de suas composições originais, Beraldo também traz “canções-resposta” a grandes vozes masculinas da MPB: em “Maria”, ela recria “Paratodos” de Chico Buarque, falando de suas raízes femininas; “Da Menor Importância” brinca com “Da Maior Importância” de Caetano Veloso; e em “Amor Verdade”, Maria cria a versão lésbica de “Pai e mãe” do Gilberto Gil.

Na canção “Pai e mãe”, Gil fala com uma certa ambiguidade, de um lado sobre o tempo que ele levou para conseguir beijar outros homens com o carinho que beija seu pai. Na sequência, pode-se pensar que ele fala do possível ciúmes que seu pai sentiria ao vê-lo ter afeto por outros homens da



mesma forma que tem por ele; também, é possível ver um pai com medo de que seu filho sinta afeto por homens, enquanto Gil conta ao pai que não quer se privar de se relacionar (aqui, de forma romântica) com outros homens.

Importante frisar que esta canção é resultado da Contracultura, movimento em que existia uma fluidez maior na expressão, diferente da identidade lésbica estabelecida desde o início por Maria Beraldo, visto que, Gil mostra ao decorrer de “Pai e Mãe” que sua sexualidade não precisa ser definida. Ainda, para tal análise, se deve considerar as questões de raça que atravessam Gil e seu pai, homens negros têm a construção de sua masculinidade diretamente afetada pelo racismo.

Assim, podemos inferir que há um entendimento, da parte de Gil, sobre os limites de seu pai. Estes podem ser associados ao sentimento de proteção – um homem negro que se relaciona com outros homens sofre mais opressão – ou, até mesmo, de repulsa – vindo da noção de que homens não deveriam beijar outros homens.

A melodia de “Pai e Mãe” traz um ar de descoberta e ao mesmo tempo de revelação, enquanto a voz de Gil aparece, por vezes, com um certo receio que acaba arrastando o ritmo da canção. No trecho abaixo vemos os versos iniciais da canção onde Gil fala sobre a construção do seu carinho pela figura paterna:

Eu passei muito tempo
Aprendendo a beijar outros homens
Como beijo o meu pai (GIL, 1975).

Neste trecho ainda há um ênfase na ambiguidade que pode ser notado pela entonação e pelo longo silêncio de Gil entre os versos “Aprendendo a beijar outros homens” e “Como beijo o meu pai”. Essa ambivalência se dá durante toda a canção, tanto no sentido de também haver amor erótico entre filhos e pais, como também pode dizer “pai, eu também amo outros homens”, mas entendo que o senhor não me entenda.

A seguir, na segunda parte da canção, Gil entona um certo receio em relação à possível reação que seu pai teria ao vê-lo nutrindo afeto por outro homem. A entonação de Gil pede compreensão, o longo “não” no segundo verso é quase um pedido de perdão; e para defender o seu beijo em outros homens, o intérprete se demonstra mais confiante:

Meu pai, como vai?
Diga a ele que não se aborreça comigo
Quando me vir beijar outro homem qualquer
Diga a ele que eu quando beijo um amigo
Estou certo de ser alguém como ele é (GIL, 1975).

Na canção, Gilberto Gil trata de questões que cercam a construção da masculinidade: o homem não foi construído socialmente para ser sensível ou para ter carinho por outros homens. O homem foi construído para ser viril e ter uma postura autoritária, ele não pode ser flexível e tampouco afetuoso.

Ela [a masculinidade] é um processo de construção social contínuo, frágil e disputado. A manutenção desse processo é permanentemente vigiado e, sobretudo, auto-vigiado. O homem é socialmente cobrado e deve, o tempo todo, evitar posturas



não másculas e também fornecer provas de sua masculinidade. (NADER; CAMINOTI, 2014 apud ALMEIDA, 1996, p. 2)

Amor Verdade

Em “Amor Verdade” – sua releitura de “Pai e mãe” –, Beraldo trata da questão da aceitação de sua sexualidade e da construção de sua identidade. Ela se apresenta como uma mulher lésbica à mãe e ao pai. A canção inicia com batidas que trazem uma atmosfera de tensão, e logo a voz de Maria aparece entoando confissão e dirigindo-se primeiramente ao seu pai, no entanto ela demonstra confiança e certeza sobre o que está falando:

Pai, gosto muito dos homens, sim
De tê-los ao alcance da boca, sim
Mas no calor da manhã quem me fez delirar foi uma mulher
Como é minha mãe (BERALDO, 2018).

Ao assumir-se lésbica falando sobre o delírio causado a ela por uma mulher, Beraldo quebra as expectativas da família: espera-se da mulher uma relação heterossexual, a maternidade, o casamento de véu e grinalda, submissão e dependência financeira do marido. Ou seja, se espera que ela seja o contrário do que a Cavala propõe.

No verso inicial, Maria até se mostra aberta ao fato de gostar de homens: “Pai, gosto muito de homens, sim/ De tê-los ao alcance da boca, sim” e ter os homens ao alcance da boca pode ler-se como a vontade de ser ouvida e tê-los de igual para igual. Entendo que Maria tem um desejo por ser respeitada, o fato de ela ser uma mulher que se relaciona com outras mulheres não implica o ódio aos homens.

No verso que segue, pode-se perceber uma intensidade e um calor vindo da voz de Maria, além da alteração no tom da cantora enquanto ela declara que uma mulher foi quem a fez delirar, o som torna-se mais melódico, com cordas de violão que parecem dançar, e com o ritmo do canto que vai se tornando mais intenso a cada palavra, como que se preparando para o clímax.

Maria fala do calor da manhã e, antes de direcionar-se à sua mãe, no verso seguinte, há uma pausa que constrói a ideia de troca de momento. Ao dizer “Mãe”, sua voz carrega uma angústia não vista na entrada do primeiro verso da canção. Parece doer-lhe mais falar sobre seu amor a outra mulher para sua mãe.

Mãe, gosto muito dos homens, sim
De vê-los invadindo meu sonho assim
Mas no frio do anoitecer quem me fez delirar foi uma mulher
Como eu disse ao meu pai (BERALDO, 2018).

Maria termina o verso rememorando já ter revelado ao pai, o pode-se entender como uma forma de legitimar seu discurso, considerando que na estrutura hierárquica patriarcal da família tradicional o poder do patriarca (o pai) sobressai o da matriarca (mãe). Ainda podemos considerar outra visão: a da psicanálise; segundo esta, o pai seria a primeira paixão da filha e, assim, sua figura familiar favorita e a que a reação mais poderia afetá-la.



Ao narrar que uma mulher a fez delirar sob o frio do anoitecer, Maria marca a diferença de tempo entre a fala com sua mãe e a com seu pai. “Mãe, gosto muito dos homens, sim/ De vê-los invadindo meu sonho assim” ela afirma, de novo, gostar de homens, mas não dá a ideia de maneira romântica ou sexual. O eu lírico diz que gosta de ver homens invadindo seus sonhos, essa fala pode ironizar o fato da presença masculina ser considerada relevante para que a mulher tenha legitimidade e cresça –se tratando do âmbito profissional– em qualquer meio, inclusive no da música.

A “cavala” tem essa força muito brutal e muito violenta que é um grito, é um rompimento, um extravaso e de alguma maneira isso tá na música. Eu acho que ausência e o vazio tem a ver com isso porque me descobrir lésbica foi muito solitário, é um processo de muito buracos. Cada um tem os seus buracos, mas os meus eu descobri muito uma relação aos meus vazios de me perceber uma pessoa que não poderia ser aquilo. Acho que eu quis colocar não só a minha violência, mas também o vazio que tá necessariamente ligado a essa violência, que é a solidão. (BERALDO in NOIZE, 2018)

Em “Amor Verdade” fica claro que Maria está passando por um dos processos de aceitação da sua sexualidade. Em Pereira e Esgalhado (2012), vemos uma reflexão de Morris (1997) em que é proposto um modelo de formação da identidade lésbica dividido em etapas, sendo elas: tomada de consciência de uma sexualidade homoerótica, abertura e comunicação dessa sexualidade aos outros, a expressão e o comportamento homossexuais e a consciencialização lésbica, referindo-se ao modo como as lésbicas se veem a si próprias no contexto social. Na canção, Beraldo estaria passando pela etapa de abertura e comunicação da sua sexualidade aos outros, neste caso, seus pais.

A construção da identidade

[...] Eu mudei de cidade e essa cidade trouxe todas essas coisas da metrópole. Eu só tinha morado em Floripa e em Campinas, que são cidades pequenas, então entrar em contato com uma cidade enorme com outro universo foi muito importante pra mim, no sentido da minha saída do armário. Estar longe da minha família, longe de um circuito que da universidade onde todo mundo sabe quem você é, todo mundo te conhece, homofobia clipando...em São Paulo eu tinha referências de mulheres lésbicas, pessoas que são normais, sabe? Eu fiquei “Nossa, dá pra ser então? É normal, então?” Foi um momento de muita transformação pra mim [...] (BERALDO in NOIZE, 2018)

Esta fala de Maria à *Revista Noize* mostra como entrar em contato com outras pessoas que vivem essa realidade, e mostram que é possível viver fora da heteronormatividade, ajudou a artista a aceitar e abraçar sua identidade. A construção da identidade também se dá coletivamente e por isso representatividade importa; para Beraldo foi essencial para que ela pudesse “sair do armário”.

Maria rompe com as ideias que poderiam estar atreladas a ela por ser uma mulher. Ela escreve o disco construindo a sua identidade como mulher lésbica e na canção analisada vemos como se assumir para a família faz parte da cultura LGBT.

No *Cavala*, ela ainda traz questões como a repressão do tesão: em “Rainha”, onde o desejo aparece representado pela junção da guitarra elétrica e da composição. O som é confuso e bagunçado e a letra traz a ideia de alguém em dúvida e que está tentando lutar contra seus impulsos e suas



vontades através de um auto-questionamento e de uma busca pela racionalidade – e essa luta, mesmo assim, parece não ter sentido.

Na canção “Maria”, Beraldo resgata sua árvore genealógica familiar feminina e fala da trajetória dessas mulheres: sua bisavó, que era baiana; de sua avó mineira, que suicidou-se; e de sua mãe que nasceu no interior de minas. “Maria” carrega um peso sonoro, como se a intérprete fizesse muito esforço para cantá-la, devido ao significado atribuído à canção.

[...] Erikson é consagrado, na literatura psicológica, como o primeiro autor a analisar em profundidade o fenômeno da identidade, tanto ao nível conceptual como ao nível da sua formação e desenvolvimento. Em 1968, definiu a identidade de uma forma integrada, em que a dimensão biológica, a vivência pessoal das experiências e o meio cultural dão sentido aos percursos do indivíduo. (ANDRADE, 2016, p. 138)

A partir do pensamento de Erik Erikson que Andrade (2016) introduz, penso que o resgate das raízes feito pela artista em “Maria”, tem a finalidade de mostrar o processo de composição da sua própria identidade enquanto mulher lésbica. Na canção, ela dá ênfase para pontos curiosos do passado dessas mulheres, como o suicídio de sua avó e sua bisavó baiana que provavelmente era só; além de salientar que sua mãe não era, é – pois ainda está viva.

Ainda temos “Sussussusu”, composição de Maria e Mariá que fala sobre depilação. Através de uma brincadeira com as palavras “suvaco cabeludo”, a composição trata de padrões impostos a mulheres. A música é construída como um quebra-cabeça em que cada peça é constituída por uma sílaba. A intérprete faz jogos de palavras por meio da repetição das sílabas, como o próprio título da canção mostra. No palco, Beraldo diverte-se invertendo a posição das sílabas e criando novas palavras.

Em *Cavala*, Maria Beraldo constrói sua identidade através das suas letras e da imagem estética: ela subverte padrões impostos à seres do sexo feminino, tais como a depilação “higiênica”, cabelos longo que constroem uma delicadeza, além do uso de maquiagem como ritual de submissão à feminilidade. Pelo contrário, ela tem trabalhado na ressignificação do uso da maquiagem, usando-a para fins artísticos.

Durante a performance, o palco é tomado pela cavala. Esta caracteriza-se com um aplique de cabelo longo (sua crina), uma espécie de aparelho eletrônico de luzes localizado logo abaixo dos olhos, e uma fiação que contorna seu rosto, trazendo uma ideia de não-humano. Maria dá vida às canções do disco que são compostas por um forte synth, em quase todas as faixas, que reforça a ideia de algo não-humano.

Figura 1 – A CAVALA



Foto: Ana Viotti, 2018.

A figura não-humana que ocupa o palco conversa com a ideia de ciborgue desenvolvida pela bióloga, filósofa e escritora Donna Haraway (2009). “Um ciborgue é um organismo cibernético, é um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção.” O ciborgue é não-humano e nega os padrões impostos às sociedades humanas. “O ciborgue não sonha com uma comunidade baseada no modelo da família orgânica mesmo que, desta vez, sem o projeto edípico.” (HAWARAY, 2009, p. 39)

Entrando mais a fundo na figura da Cavala e o teor animalístico que a performance de Beraldo carrega, Donna Hawaray faz uma reflexão acerca do progresso nos estudos da biologia e das teorias da evolução e pontua como a linha que separa os animais dos humanos é estreita, como nós humanos temos uma conexão com os animais:

A ideologia biológico-determinista não é a única posição disponível na cultura científica que permite que se argumente em favor da animalidade humana. Há um grande espaço para que as pessoas com ideias políticas críticas contestem o significado da fronteira assim rompida. O ciborgue aparece como mito precisamente onde a fronteira entre o humano e o animal é transgredida. Longe de assinalar uma barreira entre as pessoas e os outros seres vivos, os ciborgues assinalam um perturbador e prazerosamente estreito acoplamento entre eles. A animalidade adquire um novo significado nesse ciclo de troca matrimonial. (HAWARAY, 2009, p. 41)



Figura 2 – A cavala-ciborgue é o personagem que Maria Beraldo leva ao palco.



Foto: André Peniche, 2018.

Essa subversão estética animalesca e cibertrônica se combina com a sonoridade elétrica e eletrônica do álbum e representam muito bem o caos, a solidão e das descobertas que fazem parte do processo de construção de uma identidade homossexual. A cavala não se sente representada pelos instrumentos de dominação colocados à ela e por isso é ciborgue, porque os nega e os desafia. A cavala ciborgue grita por liberdade.

Conclusão

Beraldo faz parte da onda brasileira de construção de referências lésbicas que vêm construindo certa visibilidade e ocupando espaço na indústria da música. Além dela, outras cantoras, atrizes e artistas estão se colocando sob o holofote da mídia e se posicionando enquanto mulheres lésbicas. Estes posicionamentos têm influenciado a forma na qual, nos anos 2010, a identidade lésbica têm se formado de maneira diferente e com uma liberdade e um número de referências maior em relação à década anterior.

No entanto, as lésbicas ainda estão à margem da comunidade LGBT. Elas sofrem estupro corretivos –no Brasil, em 2018, os casos registrados aumentaram² –, além de assédios e diferentes tipos de abusos. Pode-se dizer que a lesbofobia, por envolver opressão de gênero, têm efeitos mais profundos que a homofobia. Grande parte dos casos de assédio perpassam a deslegitimação do ser lésbica, o que se dá, principalmente, pelo fato de ser uma relação entre mulheres no qual a presença do falo não existe.

² “Cresce número de denúncias de estupro ‘corretivos’ contra lésbicas, segundo especialista.” 20 Jun. 2018, <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/559362-CRESCE-NUMERO-DE-DENUNCIAS-DE-ESTUPROS-CORRETIVOS-CONTRA-LESBICAS,-SEGUNDO-ESPECIALISTA.html>. Acesso: 16 nov. 2019.



[...] ao subverter a ordem binária, a lesbiana desestabiliza a matriz heterossexual rompendo tabus ao rejeitar o modo compulsório de vivenciar sua sexualidade e nega diretamente a dominação masculina perpetrada ao longo da história. A lesbiana encontra-se, portanto, em um duplo grau de vulnerabilidade, porque ao mesmo tempo em que pertence ao grupo feminino, sendo alvo de discriminações, possui uma orientação sexual diversa da hetero, o que a torna duplamente exposta. (CARDIN; ROCHA, 2014)

Em suma, a deslegitimação da identidade lésbica, se dá através de atos misóginos e homofóbicos, que configuram um ato lesbofóbico. Em “Amor Verdade”, Maria fala sobre a construção da sua identidade lésbica que ocorreu através do enfrentamento da rejeição familiar. Esta identidade foi construída a partir de um sentimento de inconformismo, manifestado no apego a projetos societários “alternativos” (ALMEIDA; HEILBORN, 2008). Deste modo, a opressão dificulta o processo de construção da identidade do grupo oprimido.

Identidades constituem fontes de significado mais relevantes que “papéis”, em virtude do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Elas organizam significados, enquanto os papéis organizam somente funções. (ALMEIDA; HEILBORN, 2008 apud CASTELLS, 1999, p. 23)

Referências

ALMEIDA, G.; HEILBORN, M. *Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras*. Gênero, Niterói, v.9, n. 1, p. 225-249, 2008.

ANDRADE, Cláudia. *A construção da Identidade, Auto-conceito e Autonomia em Adultos Emergentes*. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, vol. 20, n.1, Janeiro/Abril de 2016, p. 137-146.

BERALDO, Maria. *CAVALA*. São Paulo: RISCO, 2018. 24 min 13.

CARDIN, V.; ROCHA, F. *Do estupro corretivo: A dupla vulnerabilidade lesbiana*. Maringá: Unicesumar, 2014.

GIL, Gilberto. *Pai e Mãe*. In.: Refazenda. São Paulo: Warner Music, 1975. 1 CD. 37 min 50.

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: HARAWAY, Donna et al. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 [1985].

MACHADO, Irene A. Texto como enunciação. *A abordagem de Mikhail Bakhtin*. Língua e Literatura, n. 22, p. 89-105, 1996.

NADER, M.; CAMINOTI, J. *Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica*. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014.



NOGUEIRA, L.; ARAUJO, C. S.; CORDEIRO, I. G. *Relações de gênero e diversidade sexual: a opressão da mulher lésbica*. In: Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012, João Pessoa.

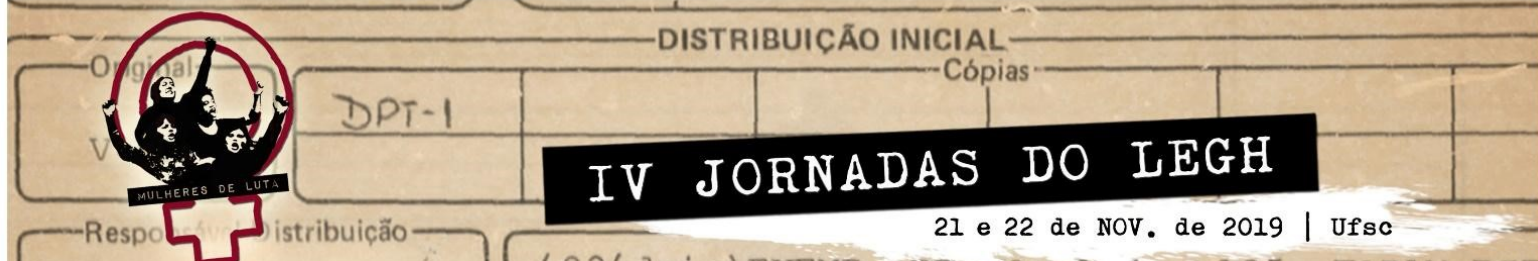
PEREIRA, H.; ESGALHADO, G. *A construção da identidade homossexual na América Latina*. INFAD Revista de Psicologia, v. 4, n. 1, p. 169-178, 2012.

VIDAL, Brenda. *Entrevista: Maria Beraldo, entre a força e a doçura*. 2018. Disponível em: <http://noize.com.br/entrevista-maria-beraldo-entre-forca-e-docura/>. Acesso em: 18/09/2019.

The construction of the lesbian identity on Maria Beraldo's song "Amor Verdade"

Abstract: This paper builds itself based on the study of the song "Amor Verdade" by the lesbian artist Maria Beraldo, release on her first solo album *Cavala* (2018). From an analysis of the construction of the songwriter's lesbianism which develops itself throughout the tracks. The object of analysis is an answer song to Gilberto Gil's "Pai e Mãe", in "Amor Verdade" Beraldo appropriates herself of Gil's song to talk about the acceptance of her sexuality and the construction of her identity. She presents herself as a lesbian woman to her mother and father, putting into discussion the family rejection that "getting out of the closet" can cause. Such identity development is based on the feeling of non-conformity manifested in the attachment to "alternative" corporate projects (ALMEIDA; HEILBORN, 2008). Thus, the oppression difficults the process of identity development of oppressed groups. In this song, Maria brings in her writing, and in the musical arrangement, the acceptance of her own identity.

Keywords: Lesbianism. Identity. Development.



MULHER NA CIÊNCIA E NA TECNOLOGIA: UM RELATO DA ESCOLA

Bianca Franchini da Silva¹
Samara Laís Zimmermann²

Resumo: Considerando nossa atuação em uma escola técnica durante o Estágio Obrigatório II de Licenciatura em Letras Português, em 2018, esse trabalho visa relatar nossa experiência ao escolhermos trabalhar com questões de gênero, mais especificamente, com o tema transversal “mulher na ciência e na tecnologia” nas aulas de Língua Portuguesa. Uma breve explicação sobre a escolha dessa temática se dá justamente pelo fato de a ciência sempre ser vista como atividade estritamente realizada por homens, e, durante séculos, a mulher teve de lutar e de quebrar grandes barreiras, seja de gênero, de capacidade, de qualidades/competências, de direitos, seja de representação social. Na atualidade, a luta ainda existe, pois as mulheres ainda continuam às margens, e, no caso dessa temática, às margens desde sua infância nas educações familiar e escolar, em que são pouco estimuladas a brincarem e se imaginarem em carreiras relacionadas à tecnologia e à ciência, até a chegada à universidade ou a cursos superiores encontrando o preconceito de gênero, bem como ao mercado de trabalho que, atualmente, restringe essas áreas aos homens. Assim, este trabalho será uma maneira de debater e de dividir nossa caminhada no ensino público relacionada a questões de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Ensino de português. Tecnologia.

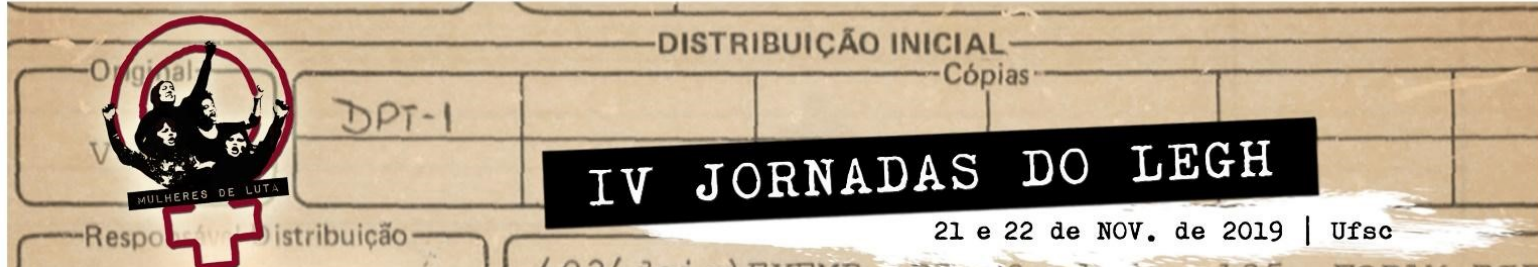
Introdução

Forçosamente, aulas de Língua Portuguesa são, de forma preponderante, reportadas ao estudo de gramática, prosseguindo-se a ideia de estudo improficuo de nomenclaturas e de classificações gramaticais. Com esse cenário, que acarreta, conseqüentemente, no insucesso, na frustração e na evasão escolar, reduz-se todo o universo que o trabalho com a linguagem pode promover. Espelhado a isso, para a realização do nosso Estágio Ensino de Língua Portuguesa e Literatura II, realizado no ano de 2018, obrigatório para a formação em Letras-Português, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), testemunhamos, no período de observação, a aula de Língua Portuguesa excessivamente expositiva (sem diálogos e sem reflexões com o grupo), com a concepção de língua/linguagem única (BAKHTIN, 1988 [1975]), aquela que preza pelo uso de regras invariáveis, de ensino enciclopédico (RODRIGUES, 2014) e fragmentado (separando, por exemplo, literatura de gramática) e que se procede por um ensino que se converge ao tradicional (SAVIANI, 1983).

A partir dessa realidade e movidas pela perspectiva teórico-metodológica de que a língua é uma atividade interacional ou sociointeracionista (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929]), nosso desafio no trabalho em sala de aula foi despertar o desenvolvimento tanto pessoal quanto social e político dos(as) alunos(as) por intermédio da expansão, ainda que de forma gradual, de suas potencialidades comunicativas. Assim, em duas turmas de cursos técnicos integrados, relativas ao 2º ano do Ensino Médio, em uma instituição de ensino central da região de Florianópolis/SC, pudemos construir um projeto de atuação docente, e, parte dele será exposto neste texto, de modo a ressaltar a

¹ Mestranda (bolsista do CNPq) em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é formada (bacharel e licenciatura) no Curso de Letras Língua Portuguesa pela mesma universidade. E-mail: bifranchini@live.com.

² Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é formada (bacharel e licenciatura) no Curso de Letras Língua Portuguesa pela mesma universidade. E-mail: samarazimmermann@gmail.com.



possibilidade de trabalhar relações de gênero em sala de aula, vinculada aos usos reais da língua e da realidade social da comunidade escolar.

Em sua composição, o projeto de estágio se subdividiu em algumas etapas fundamentais. À medida que intentamos promover relacionamentos construtivos entre todos os envolvidos no processo educacional, enxergamos o ambiente escolar “[...] como local de aprendizagem que não se realiza solitariamente, pois comporta uma rede de elementos interdependentes de aspectos humanos e físicos, do corpo docente aos funcionários, bem como de aspectos estruturais (o espaço físico e os equipamentos) [...]” (BORTOLOTTO et al., 2011, p. 20). Fruto dessa imprescindibilidade, na primeira das etapas, conhecemos, ainda que brevemente, pontos básicos da instituição, abrangendo desde o seu histórico, os cursos que são disponibilizados, suas organizações educacional (os documentos regentes da escola, por exemplo) e estrutural, até o contexto dos(as) alunos(as) e dos(as) professores(as), com a realização de questionários destinados tanto aos(as) alunos(as) quanto aos(as) professores(as) e com a observação das aulas (atentando-nos às suas práticas e atuações).

Com todas essas ponderações agrupadas ao vivenciar mais de perto a realidade da comunidade, pudemos interferir, com firmeza, nas etapas do planejamento pedagógico, para elaborarmos um projeto de docência e os planos de aula antes de nossa atuação direta com as turmas, não nos distanciando de nossa base teórica-metodológica. Logo, diante dos temas “dissertação-expositiva” e “Escola literária Parnasianismo” estipulado a nós, criamos o projeto denominado “O desafio de trabalhar a fragmentação em sala de aula: do Tipo Textual Dissertação-Expositiva à Escola Literária Parnasianismo”. Mas, diante também de uma instituição com cursos técnicos, com áreas de interesse muito ligadas a cursos de tecnologia e, conseqüentemente, às disciplinas de exatas (criando, muitas vezes, o pouco interesse pela disciplina de Língua Portuguesa) e com número de alunos homens excessivamente maior comparado ao de mulheres, a temática problematizadora “mulher na ciência e na tecnologia” se fez pertinente para o trabalho com o tipo textual dissertação-expositiva.

De modo a relatar nossas vivências com a aplicação desse tipo textual, focalizaremos, neste texto, as etapas de planejamento e de atuação docente, especificamente no que diz respeito ao trabalho com a dissertação-expositiva, já que foi com ela que aplicamos o tema, transversal e relevante.

No que diz respeito à segmentação deste texto, após essa breve introdução, realçaremos alguns conceitos cruciais de bases teórico-metodológicas para o ensino de língua com as quais convergimos e que nos sustentaram durante todo esse processo, já que “[...] nada do que se realiza em sala de aula deixa de estar dependente de um conjunto de princípios teóricos” (ANTUNES, 2003, p. 39). Posteriormente, com a intenção de abrir para uma conversa, efetuaremos um relato de vivência, a partir dos quatro eixos de ensino da Língua Portuguesa – a leitura, a escrita, a oralidade e a gramática (ANTUNES, 2003) –, de modo a dialogar entre o processo de produção do tipo textual dissertação-expositiva à temática que conduz o trabalho com relações de gênero em sala de aula.

O ensino de língua e a relação entre os sujeitos

Ao produzirmos um projeto de docência, um dos tópicos mais relevantes é a apresentação da nossa base teórica, uma vez que é ela que norteará nossa proposta de intervenção docente. Assim, inicialmente, tratamos, nessa parte deste texto, da teoria dos *gêneros do discurso* abordados por Bakhtin (2011 [1979]), de acordo com a nossa perspectiva teórico-metodológica, e, posteriormente,



com uma proposta de ensino da linguagem de natureza operacional e reflexivo, revelamos que trabalhamos com o texto como unidade de ensino e com os usos da linguagem como objeto de ensino e aprendizagem, por meio das práticas de escuta, de leitura, de produção textual e de análise linguística, os quais serão evidenciados, ainda que minimamente, neste texto, pelas palavras da autora Antunes (2003), como os quatro eixos principais para o ensino de língua. Dessa forma, conscientes de que a aprendizagem se constrói e se firma através da pura relação e, com isso, o pensamento reflexivo se desenvolve e é conduzido para além dos muros da escola, nossa ancoragem teórico-metodológica se converge com a concepção: de língua como atividade sociointeracionista (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929]) e como instrumento de mediação simbólica (VYGOTSKI, 1991), a qual se atualiza em situações de atuação social e através de práticas discursivas (ANTUNES, 2003); e, ainda, de sujeito que é responsivo e respondente, que é responsável e singular, que é corpóreo, que é consciente, que é incompleto e que é protagonista (que refrata) e que se mostra ativo no processo de aprendizagem (VYGOTSKI, 1991). É com isso posto que, amarrado a tudo isso, o trabalho com as questões de gênero em sala de aula está imbricado ao entendimento de que o sujeito é singular e social – por uma perspectiva intercultural.

Segundo Bakhtin (2011 [1979]), os usos da linguagem se estabelecem por meio dos gêneros do discurso, assim, podemos afirmar que experimentamos o mundo através deles. Dessa maneira, ao trabalharmos com os gêneros do discurso em sala de aula, estamos trabalhando os usos sociais da linguagem. Nesse contexto, nossa proposta de trabalho parte da concepção de que a própria aula deve acontecer como um gênero que visa à interação dos(as) alunos(as) com o(a) professor(a). É nesse aspecto que,

[...] se não houver esse engajamento da parte de um grupo específico de alunos[as] ou de vários pequenos grupos de alunos[as], a aula não “aconteceu” efetivamente como gênero do discurso porque as microinterações não convergiram, efetivamente, para um mesmo propósito interacional – os[as] alunos[as] relacionaram-se entre si por meio de outros gêneros. (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p. 44)

Assim, a proposta de se trabalhar com os gêneros do discurso visa à interação, possibilitando para que olhemos para própria aula através de sua função social, uma vez que entendemos a língua com essa atuação social, ou seja, “[...] enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores e, assim, enquanto sistema-em-função, vinculado, portanto, às circunstâncias concretas e diversificadas” (ANTUNES, 2003, p. 41).

Uma concepção de língua que, a partir do que é colocado por Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]), através da enunciação e das enunciações, “[...] é constituída [...] pelo fenômeno social da interação verbal” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 123). Mais uma vez, a língua é uma atividade de interação intersubjetiva, interação discursiva.

Como base também nos detivemos à apreciação dos quatro eixos propostos por Antunes (2003), a leitura, a oralidade, a escrita e a gramática, a fim de nortear nossas aulas de ensino de língua portuguesa. Cabe ressaltar que esses eixos são legitimados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e apresentados em diversos materiais didáticos e vestibulares.

Inicialmente, longe de ser “[...] *modelo* que pouco contribui para a formação de leitores que acabam decorando características soltas (e muitas vezes impróprias) de determinadas escolas, títulos



de obras e autores, datas, sem ter lido livro algum” (RAMOS; CORSO, 2013, p. 23, grifo das autoras), acreditamos que a leitura deve ser trabalhada a partir de textos “reais”, no mesmo suporte em que foram publicados, com datas e autoria, sendo ela atrelada à escrita. Assim a leitura não pode ser isolada, uma vez que ela faz parte da interação verbal escrita e é “[...] uma forma de integração do[a] aluno[a] com a vida de seu meio social” (ANTUNES, 2003, p. 119).

No caso da oralidade, esse projeto assume que assim como a escrita, ela merece atenção no processo de ensino de língua portuguesa, não sendo considerada um eixo inferior ou menos formal. Uma vez que

[...] tanto a fala quanto a escrita podem variar, podem estar mais planejadas ou menos planejadas, podem ser mais, ou menos, cuidadas em relação à norma-padrão, podem ser mais ou menos formais, pois ambas são igualmente dependentes de seus contextos de uso (ANTUNES, 2003, p. 100).

Entendemos, no nosso projeto, assim, que a oralidade deve ser trabalhada através de diversos gêneros textuais, visando tanto ao reconhecimento da entonação, das pausas e dos recursos do texto quanto ao desenvolvimento da habilidade de ouvir os diferentes tipos de interlocutores. Em todas as aulas, vislumbramos explorar a leitura oral e os debates como parte da aula, possibilitando, ao(a) aluno(a), além da interação e da exposição de ideias, a maneira com que desenvolve seu pensamento através de sua fala e como é sua desenvoltura ao ler em voz alta.

Colocando em foco mais um dos eixos, objetivamos um trabalho em que a escrita seja vista como um espaço de interação “[...] tão interativa, tão dialógica, dinâmica e negociável quanto a fala” (ANTUNES, 2003, p. 45). Nesse contexto, a escrita se dá a partir de ter o que dizer e para quem dizer não sendo uma atividade feita apenas para a produção de um texto escolar, mas sim com um fim social e contextualizado. Cabe ressaltar também que entendemos a necessidade da reescrita como parte do processo de construção da escrita, assim,

[...] o que está em jogo no momento é propor que se viva com o[a] aluno[a] uma escrita suficientemente motivada, que seja resultado de um estado de ‘querer dizer’ o que se tem a dizer. Esse estado levará o[a] aluno[a] a pensar, criar, planejar, escrever, rever e refazer o texto, tal como a escrita madura prevê (ANTUNES, 2003, p. 153).

Desse modo, a partir de uma visão didático-pedagógica que se articula à noção de gêneros, para que haja a produção textual, que, no caso, será a dissertação-expositiva, o caminho que seguiremos será, dentre outros tantos possíveis: “[...] prática de leitura – prática de análise linguística – prática de produção textual – prática de análise linguística – reescritura (nova produção textual)” (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p. 122).

Em relação à gramática, entendemos que ela “[...] não entra em nossa atividade verbal dependendo do nosso querer: ela está lá, em cada coisa que falamos, em qualquer língua, e é uma das condições para que uma língua seja uma língua” (ANTUNES, 2003, p. 119). Nesse contexto, a inclusão da gramática ocorre naturalmente no processo de ensino e aprendizagem, aparecendo como orientações de como usar as unidades da língua. Assim, o trabalho se dá de maneira contextualizada, funcional e relevante, encarando o texto como unidade de estudo.



O *dialogismo*, os gêneros do discurso, (BAKHTIN, 2011 [1979]) e os quatro eixos (ANTUNES, 2003) são colocados em prática juntamente com uma concepção de abordagem histórico-cultural de educação, configurando a língua como o instrumento psicológico de mediação simbólica (VYGOTSKI, 1991). Nesse aspecto, a aprendizagem move o desenvolvimento, e o sujeito, nesse viés e para nós, desenvolve-se em um ambiente sociocultural. Além disso, com a teoria sócio-histórica, a noção de que o sujeito está em constante movimento revela que esse sujeito se constrói e reconstrói-se ao longo de um tempo histórico, de uma realidade social e cultural. Dessa maneira, o homem se transforma enquanto produto de sua condição social (BOCK, 2000). Nesse cenário, a comunidade escolar precisa reconhecer a relação existente entre práticas educacionais e a cultura e, por consequência, necessita criar esforços para contemplar a diversidade histórica, social e cultural dos sujeitos em seu método de ensino. De modo a convergir com uma abordagem voltada à perspectiva crítica de currículo, lembramos que, para Paulo Freire (MIZUKAMI, 2013), o conceito de ensino e aprendizagem se ampliam, e a educação deve se consistir em problematização. Nesse caso, o ensino deve ter seus objetivos baseados na real situação social dos(as) alunos(as), levando-os a posicionamentos sociais e políticos.

Diante disso, temos a consciência de que uma verdadeira aprendizagem se faz pela pura relação, para, assim, ocorrer a formação de um pensamento reflexivo e este ser levado para fora de sala de aula, de maneira operacional. É, nesse caso, que se preza pela formação do ser social, do indivíduo longe de ser aquele que memoriza e que repete ações para aquele que trabalha, questiona, reflete, critica e cria. Formar alunos a partir da atividade de estudo e de suas criações resulta na possibilidade de esses sujeitos manifestarem suas personalidades (DAVIDOV, 1999). Somente assim, enfrentando os desafios da diversidade cultural e das individualidades dos seres, é que a escola será um espaço que cruzará não somente as culturas e os variados saberes, mas que se tornará em um ambiente responsável pela formação de indivíduos críticos e reflexivos na sociedade, capazes de ir além dos referentes presentes em seus cotidianos e de transformarem e mudarem seus contextos.

Fazendo a associação às questões de gênero, pensar em um sujeito social e singular é ter a consciência de que os sujeitos são diversos e ter o “[...] reconhecimento das diferenças que nos atravessam como humanos” (WELTER; GROSSI, 2018, p. 126), a partir de uma perspectiva intercultural. Nesse aspecto, citando demais autores, Welter e Grossi (2018, p. 126) destacam o trabalho de desconstrução de postulações, as quais “[...] são construídas social e culturalmente, muitas vezes, para legitimar privilégios, sendo, portanto, atravessadas por relações de poder, preconceitos e discriminações e recorrentemente hierarquizadas”. Justamente para que um diálogo com o outro ocorra é preciso que se faça essa resignificação. “Essa é a ação primeira para enfrentar e superar as assimetrias entre os grupos, incluir as diferenças e desvelar o ‘daltonismo cultural’” (WELTER; GROSSI, 2018, p. 126, grifos das autoras), sendo esta expressão associada à diversidade de cores sociais.

Dialogar e dissertar: a mulher na ciência e na tecnologia

Para nortear esta seção deste texto, priorizamos seguir o caminho traçado para o trabalho de escrita a partir do processo, como já evidenciado, nessa ordem: prática de leitura, seguida de prática de análise linguística, seguida de prática de produção textual, passando-se para a prática de análise



linguística e, assim, encaminhando-se para a reescritura (que seria a nova produção textual) (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011).

Para o início do trabalho de escrita da dissertação-expositiva, a proposta da temática “mulher na ciência e na tecnologia” foi explicitada aos(as) alunos(as), revelando a eles que essa escolha temática feita por nós foi fruto de nossa intenção de dialogar os textos da disciplina com suas realidades sociais, evidentemente marcadas em todas as esferas, mas, sobretudo, na própria comunidade escolar em que se situam. Nas duas primeiras aulas, para o trabalho com a dissertação-expositiva, revelamos a importância de um processo de produção textual e de criação entendendo a dissertação-expositiva como o início para a produção de uma dissertação-argumentativa – tipos textuais presentes nas escolas e nos concursos públicos –, e esta segunda um importante meio de expressão e de posicionamento. Assim, após notabilizarmos a distinção existente entre os tipos textuais e os gêneros textuais³ (sendo a dissertação-expositiva concernente ao primeiro desses dois), de modo a fazer parte do que chamamos de prática de leitura, realizamos a leitura de exemplos de histórias de mulheres cientistas. Do livro *50 brasileiras incríveis para conhecer antes de crescer*, de Débora Thomé, selecionamos, a partir dos gostos dos(as) alunos(as) por determinadas áreas e campos de estudo (assim como de suas futuras atuações), a astrônoma Thaisa Storchi Bergmann, a botânica Graziela Maciel Barroso, a física Elisa Frota Pessoa (física) e a bióloga Bertha Lutz. Além dele, no livro *As Cientistas; e 50 Mulheres Que Mudaram o Mundo*, de Rachel Ignatofsky, com separamos: a Wang Zhenyi (astrônoma, poetisa e matemática); a Ada Lovelace (matemática e escritora); a Hertha Ayrton (engenheira, matemática e inventora); a Marie Curie (física e química); a Edith Clarke (engenheira e eletricista); a Gerty Cori (bioquímica); a Cecilia Payne-Gaposchkin (astrônoma e astrofísica); a Grace Hopper (almirante da marinha e cientista da computação); a Gertrude Elion (farmacologista e bioquímica); a Annie Easley (programadora de computador, matemática e cientista de foguetes); e, ainda, a Christiane Nusslein-Volhard (bióloga).

Após suas leituras individuais, estando cada dois alunos com um texto referente a uma dessas mulheres, e o compartilhamento do que leram para todo o grupo, nós realizamos os seguintes questionamentos (e outros que se mostraram necessários no momento da aula): “Qual o pensamento de vocês em relação às mulheres nas áreas de ciências e de tecnologias?”; “Como são vistas e tratadas as mulheres que trabalham ou estudam temáticas relacionadas com ciência/tecnologia?”; “Por que o crescimento nos números de participação de mulheres em cursos voltados à ciência/tecnologia ainda se mostra lento?”; “Quais motivos levam as pessoas a se surpreenderem, na maioria das vezes, com a presença de grandes mulheres na ciência/tecnologia?”; “A mídia se utiliza disso como? Faz comparações entre homens e mulheres?”; “Por ser uma mulher isso já se torna destaque/manchete?”; “Vocês se lembram de alguma mulher que tenha se tornado famosa em alguma área afim?”; “Alguma delas se tornou exemplo para você?”. Fizemos, ainda, a sugestão aos(as) alunos(as) do episódio “Por que mulheres ganham menos?”, episódio da Série *Explicando* do Netflix, para que assistissem como atividade complementar extraclasse.

Intentando possibilitar a aproximação dos(as) alunos(as) com um artigo crítico, além desses livros, utilizou-se o artigo *Machismo na EMC: Verdade Ou Mito?*, de Luiz O. Kohler e de Maria J. Ioshiura, os quais são alunos(as) da Engenharia Mecânica da UFSC. Com ele, promoveu-se uma

³ Basicamente, a partir de Furlanetto (2002).



DPT-1

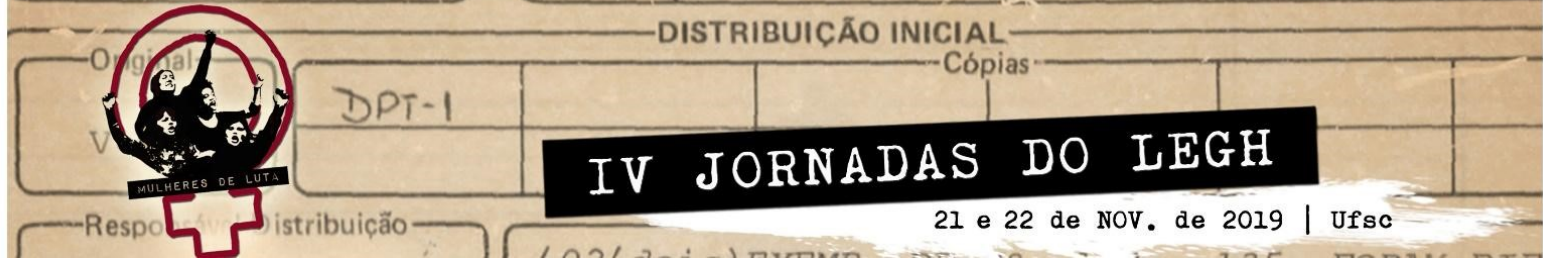
IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

discussão com os(as) alunos(as) em relação a questionamentos como: “Após a leitura do artigo, você acredita que existem cursos que são para homens? Por quê?”; “Você já viu alguma situação como essa no seu dia a dia? Você acredita que essas estatísticas sejam de um caso isolado?”; “Você conhece colegas que saíram do curso por questões relacionadas ao gênero?”. Com suas respostas, pudemos relacionar o que foi lido e dialogado anteriormente com as estatísticas exibidas no artigo e pudemos explorar a disparidade de gênero, a construção de estereótipos no âmbito das ciências exatas e os posicionamentos contra qualquer ato discriminatório, evidenciando que a “[...] intimidação, [a] insegurança, [a] estigmatização, [a] segregação, [o] isolamento” (WELTER; GROSSI, 2018, p. 131) provocam o desinteresse das mulheres pelos estudos na escola e na universidade (e, conseqüentemente, a), conduzem às evasões escolar/universitária e tumultuam “[...] o processo de configuração e expressão identitária” (WELTER; GROSSI, 2018, p. 131).

Nesse ponto, fazemos uma pausa para expor que, no que diz respeito a dois dos eixos da aula de português, uma riqueza foi construída tanto por possibilitarmos a realização de leituras colaborativas, com pausas e com reflexões em cima de cada texto, que os(as) estudantes a uma “[...] ampliação dos repertórios [...] [para] incorporar novas ideias, novos conceitos, novos dados, novas e diferentes informações acerca das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, do mundo no geral” (ANTUNES, 2003, p. 70) quanto por explorarmos a oralidade através dos debates e dos diálogos (não somente nessa primeira aula, como também em todas as que compuseram o projeto), que, fora de suas zonas de conforto (por não terem esse hábito com a professora regente), aos poucos os(as) alunos(as) foram se sentindo à vontade para exporem seus pontos de vista e seus questionamentos, alegando terem sido feitas aulas mais dinâmicas, interativas, possibilitando verificar progresso em suas aprendizagens. Em outras palavras, antes mesmo de realizar a escrita em si: partimos da leitura de diversos textos sobre a temática escolhida para a dissertação-expositiva; fizemos análises desses textos, as quais se resumem em debates, atividades e reflexões sobre o assunto (e não sendo confundidas com análises de cunho gramatical); discutimos e estudamos a estrutura do tipo textual dissertação-expositiva (que não é um gênero textual); e realizamos a primeira escrita a partir dessas construções dialogadas e de referenciais dos(as) alunos(as) que estão além da sala de aula. Essa análise linguística que antecedeu a escrita foi primordial, pois conseguimos “[...] surpreender, mesmo naquilo que o texto tem de regular e de estável, a novidade ou o jeito original de interpretar o que é dito [...] [não sendo mais] exercício mecânico, pura rotina didática, cujo sentido se esvazia [...]” (ANTUNES, 2010, p. 215).

Nas duas aulas seguintes, fazendo sempre a vinculação com as aulas anteriores, uma atividade de acolhimento foi feita para iniciá-las, questionando os(as) alunos(as) se sabiam dizer mais um exemplo de uma mulher cientista ou que estivesse ligada à tecnologia na atualidade e, após suas respostas, exibimos um vídeo, da plataforma *Technology, Entertainment, Design* (TED), das cientistas japonesas Miranda Wang e Jeanny Yao, que inventaram uma bactéria que desintegra o plástico. Com essa iniciação feita, essa aula se destinou à primeira escrita da dissertação-expositiva, ficando, os(as) estudantes, destinada a execução de um texto de até 30 linhas, seguindo moldes de redações, sobre o tema “Desafios para mulheres na ciência e na tecnologia” apresentando prós e contras sobre o tema. Para isso, os(as) estudantes excertos motivadores dos seguintes textos: imagem



– mulher e tecnologia (feminismo e ciência – adaptada de “We can do it”⁴); trecho do texto *Quem são as mulheres negras e indígenas na tecnologia no Brasil?*, de Olabi Makerspace, publicado em sua página na *Medium*; trecho do texto *Nas escolas de SP, quase metade acreditam que há “trabalhos só de homens”*, de Talita Bedinelli, publicado no site do *El País*, em 2018; e, ainda, um trecho do texto *O papel das mulheres na história da ciência*, de Tereixa Constenla, também publicado na página do *El País*, em 2017.

Após essa primeira escrita, a questão gramatical foi trabalhada ponto a ponto, texto por texto, com anotações específicas para cada aluno(a), mas não foi colocada profundamente no diálogo em sala de aula, pois a enxergamos como “[...] elemento-parte-de-um-todo, elemento nem mais nem menos relevante que outros” (ANTUNES, 2010, p. 217). Ou seja, revisamos em cada texto, de cada aluno, mas, como seus textos não demonstraram precisar de intervenção mais criteriosa nesse aspecto, abrimos nosso horizonte e soubemos articular as questões gramaticais “[...] de forma que os sentidos criados resultam da conjunção de todos; por exemplo, a conjunção do léxico e da gramática; do léxico e do tipo textual; do textual e do pragmático” (ANTUNES, 2010, p. 217).

Nas duas aulas posteriores, após a retomada das aulas de produção da primeira escrita, conversamos com a turma sobre seus resultados dessa parte do processo. Mais do que isso, essas aulas foram imprescindíveis para rememoramos alguns pontos fundamentais sobre a temática proposta e retomamos a estrutura de uma dissertação-expositiva, de maneira que os(as) alunos(as) se preparassem para a reescrita. Para isso, utilizamo-nos os próprios textos dos(as) alunos(as), exibindo-os em *DataShow*, para expor, sobretudo, a composição de uma linha de raciocínio no texto (verificando a colocação dos argumentos em uma fluidez de pensamento), com a desenvoltura de questões fundamentais da temática mulher na ciência e na tecnologia.

Essa possibilidade de os(as) alunos(as) rerelem seus textos e de visualizarem neles exemplos reais do que está em discussão e em pauta na aula, é uma maneira de enriquecer a reescrita. Nesse caso, para, mais uma vez, ressaltar a importância do trabalho de processo de construção textual, trabalhou-se com os(as) alunos(as) que a construção do conhecimento provém de uma interação, em que possam expor seus pontos de vista, argumentem a favor ou contra uma ideia, proponham soluções para um problema, dentre outras maneiras de posicionamento, acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação e da criação.

Prática de reescritura é a hora, depois das etapas de planejamento e escrita, do(a) aluno(a)-autor(a), sendo o momento de análise do que foi dito, de decisão do que sai e o que fica dentro do texto. Segundo Antunes (2003, p. 60),

A maturidade na atividade de escrever textos adequados e relevantes se faz assim, e é uma conquista inteiramente possível a todos – mas é uma conquista, uma aquisição, isto é, não acontece gratuitamente, por acaso, sem ensino, sem esforço sem persistência. Supõe orientação, vontade, determinação, exercício, prática, tentativas (com rasuras, inclusive!), aprendizagem. Exige tempo, afinal. (ANTUNES, 2003, p. 60).

⁴ Exemplo disponível em: <https://www.dinvo.com.br/blog/informativos/8-mulheres-que-revolucionaram-tecnologia/>.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

A autora (ANTUNES, 2003) também nos diz que é melhor o(a) aluno(a) escrever menos e ter tempo de revisar seu material do que fazer um texto longo e não poder analisá-lo, uma vez que a reescrita faz parte do processo de escrita, bem como o planejamento. É dessa forma que, “[...] o propósito de trazer o texto para o centro da atividade pedagógica, pouco a pouco, nos faz enxergar a língua por parâmetros bem mais amplos e funcionais” (ANTUNES, 2010, p. 216). Isso se refletiu positivamente nas reescritas de todos os alunos que melhoraram profundamente seus textos, tanto de maneira contextual, explorando informações relevantes e concretas, quanto de maneira estrutural, sabendo criar uma linha de pensamento coerente e coesa.

Como produto final desse projeto de estágio, elaboramos uma Revista Digital, planejada para possibilitar um fim social às dissertações escritas pelos(as) alunos(as) das duas turmas, não ficando seus textos somente como produtos de algumas aulas e encerrados nelas, caracterizando, dessa maneira, um trabalho com um objetivo real, que faz sentido para os(as) alunos(as) e para comunidade escolar. Além de seus textos serem expostos para a comunidade escolar, visando à possibilidade de quem quisesse se aprofundar na leitura e na elaboração de redações dissertativas, os(as) alunos(as) participaram, ativamente, de duas outras etapas: de uma enquete para sugestão de ideias de nomes para a revista; e ii) de uma votação, posteriormente, para escolha do nome da revista dentre as sugestões levantadas.

Como docentes, percebemos o quanto a temática escolhida foi muito proveitosa, gerando debates e reflexões, e, ao serem questionados, os(as) alunos(as) também se posicionaram, em seus questionários finais e no último encontro, alegando ter se configurado como um temática adequada para a discussão, seja por ter sido um tema atual e relevante, colocando em foco uma de várias problemáticas a respeito de questões de gênero, seja por fazer parte da realidade dos(as) próprios(as) alunos(as) que estão inseridos no âmbito científico e tecnológico. Além disso, os(as) alunos(as) relataram poder ressignificar imagens construídas que eles já apresentavam, como, por exemplo, a ausência ou o baixo índice de mulheres nos campos científicos e tecnológicos se justificava pela falta de interesse delas e isso bastava. Assim, como Welter e Grossi (2018, p. 123) assinalaram, é preciso criar desafios para “[...] sensibilizar as pessoas a uma perspectiva crítica sobre as relações sociais naturalizadas pela dominação, exclusão e discriminação”, no que diz respeito “[...] [à] dupla ou tripla jornada de trabalho, [às] relações conjugais e familiares hierárquicas, [ao] sexismo, [à] misoginia, [ao] capacitismo, [ao] racismo, [à] homo-lesbo-transfobia”, por exemplo. O próprio engajamento político de muitos deles revelou muito sobre suas personalidades e sobre suas opiniões sobre discriminações e violências sociais.

Considerações finais

Este relato de projeto de Estágio de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura II, realizado no ano de 2018, obrigatório para a formação em Letras-Português, pela UFSC, deixa claro que é possível realizar, de mãos dadas com a comunidade escolar, uma aprendizagem através da pura relação, para a construção e para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, que ultrapassa os muros da escola. O tempo mínimo que estivemos nessa esfera escolar nos possibilitou visualizar e registrar: a urgência de serem criados esforços para se colocarem os sujeitos em foco e de ser priorizado o ensino humanizador (no caso deste texto, nas aulas de Língua Portuguesa), evitando-se, assim, que os



sujeitos se excluem das salas de aula e se perturbam com o ensino que se distancia de suas realidades sociais e interativas.

Assim, neste texto, manifestamos mais um exemplo prático de que a aprendizagem se satisfaz a partir do reconhecimento de que o sujeito é histórico, social e culturalmente construído, e, por isso, a comunidade escolar precisa contemplar essa diversidade nas práticas educacionais. O trabalho com as relações de gênero em sala de aula nada mais é do que mais uma questão socialmente relevante que a escola precisa transportar para as interações nesse âmbito. Mas é importante mencionar que, a partir do momento em que se pensa o trabalho em sala de aula não se deslocando da realidade do(a) aluno(a), a elaboração das aulas e dos conteúdos ministrados precisa ser feita de maneira processual, através da construção de projetos tanto que primam pelo fim social da aprendizagem e da produção dos(as) alunos(as) quanto que sejam elaborados a partir da necessidade da situação, do contexto e da realidade da turma em determinado momento. Ou seja, assim como outras temáticas, as relações de gênero podem ser difundidas em sala de aula sem ser de forma desconexa a outras discussões.

Referências

ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. de A. F. Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1988 [1975].

BAKHTIN, M. M. [VOLOSHINOV]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929].

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

DAVIDOV, V. V. O que é a atividade de estudo. *Revista Escola Inicial*, n. 7, p. 1-9, 1999.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P; BIANCHETTI, L. (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

FURLANETTO, M. M. Produzindo textos: gêneros ou tipos? Perspectiva. *Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC*, Florianópolis, v.20, n.1, p.77-104, jan.-jun. 2002.



IGNOTOFSKY, R. *As Cientistas – 50 Mulheres Que Mudaram o Mundo*. Trad. de Sônia Augusto. São Paulo: Blucher, 2017.

KOHLER, L. O.; IOSHIURA, M. J. *Machismo na EMC: Verdade Ou Mito?* Florianópolis: NEPET-UFSC, 2017. Disponível em: http://www.nepet.ufsc.br/tecdev/Artigos/20171/Artigo_Luiz_Kohler_e_Maria_Ioshiura.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

RODRIGUES, R. H.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E. *Linguística Aplicada: ensino de língua materna*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Autores Associados, 1983.

THOMÉ, D. *50 brasileiras incríveis para conhecer antes de crescer*. Rio de Janeiro: Galera Record, 2017.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

WELTER, T.; GROSSI, M. P. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 123-145, Jan./abr. 2018.

Woman in science and technology: a school report

Abstract: Considering our performance in a technical school during the Mandatory Stage II of Portuguese Language Degree, in 2018, this paper aims to report our experience in choosing to work with gender issues, more specifically, with the transversal theme “woman in science and technology” in Portuguese language classes. A brief explanation of the choice of this theme is important because science is always seen as an activity strictly performed by men, and for centuries women have had to fight and break down major barriers, whether of gender, ability, qualities/competences, rights or social representation. At present, the struggle still exists, because women remain on the margins, and in the case of this theme, on the margins since their childhood in family and school education, where they are little encouraged to play and imagine themselves in careers related to technology and science, until they reach university or higher education encountering gender bias, as well as the labor market that currently restricts these areas to men. Thus, this work will be a way of debating and dividing our walk-in public education related to gender issues.

Keywords: Gender. Teaching Portuguese. Technology.



MUJER CON MUJERES: DIÁLOGOS ENTRE MOVIMENTOS DE MULHERES NA REDEMOCRATIZAÇÃO URUGUAIA (1985-1986)

Bruna da Rosa Mattos¹

Resumo: No final da década de 1960 em países da Europa e nos Estados Unidos as mulheres viviam um momento político dinâmico, de reivindicações e lutas por direitos. No Cone Sul, entretanto, golpes militares motivados pelo anseio de acabar com a ameaça comunista e os subversivos que a conduziam já haviam iniciado. No Uruguai, após o golpe que instaurou a ditadura, a vida cotidiana se politizou e a partir dos anos 1980 surgiram novos grupos de mulheres preocupados com os direitos humanos e a subsistência de suas famílias. Esses grupos de mulheres, de forma geral, dizem respeito aos grupos de direitos humanos, de mães, avós, viúvas, irmãs e tias de desaparecidos políticos, aos grupos feministas, às organizações de mulheres pobres urbanas e às mulheres que se inseriram na esfera política-eleitoral. A experiência ditatorial foi significativa para essas mulheres porque possibilitou um olhar através de outras lentes para a relação entre o público e o privado e temas que anteriormente eram restritos ao espaço doméstico foram levados a público. Partindo, portanto, de que o movimento de mulheres durante a redemocratização nos países do Cone Sul, que inclui o Uruguai, era heterogêneo, busco compreender a reorganização desses movimentos a partir de um coletivo feministas após doze anos de ditadura. Como esta pesquisa está em andamento, pretendo analisar os doze primeiros números da revista *Cotidiano Mujer*, publicados entre os anos de 1985 e 1986 pelo coletivo uruguaio de mesmo nome. As mulheres que construíram a revista nessa época se identificavam como latino-americanas e conclamavam por um feminismo latino-americano e em pelo menos doze artigos dos seis primeiros números da revista, analisados até o momento, se referem a esse tema. Por isso, pretendo instrumentalizar esta pesquisa a partir dos debates feministas latino-americanos, como o feminismo decolonial.

Palavras-chave: Feminismos. Ditaduras. Uruguai.

Introdução

No final da década de 1960 em países da Europa e nos Estados Unidos as mulheres viviam um momento político dinâmico, de reivindicações e lutas por direitos. No campo teórico elas passaram a ocupar um espaço como sujeitos da história e o conhecimento sobre a divisão sexual do trabalho e sobre as construções sociais do feminino e do masculino também se intensificaram (SAPRIZA, 2018, p. 56). No Cone Sul, entretanto, golpes militares apoiados pelos Estados Unidos e motivados pelo anseio de acabar com a ameaça comunista e os subversivos que a conduziam já haviam iniciado. A ditadura uruguaia, por exemplo, durou doze anos, de 1973 a 1985. Durante esse período, 60.000 uruguaios foram detidos, sequestrados, torturados e processados pela justiça militar. Seis mil pessoas foram feitas presas políticas e entre 195 e 210 cidadãos uruguaios desapareceram.

As mulheres foram vítimas diretas e indiretas desse processo. Diretamente, as presas políticas viveram em seus corpos a tortura, ápice da masculinidade dos torturadores, o que incluía sempre violência sexual. Indiretamente, sofreram como mães, avós, viúvas, irmãs, tias de desaparecidos políticos.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail brunadarosamattos@hotmail.com.



Durante as ditaduras do Cone Sul muitas mulheres, dos próprios grupos de esquerda, já se interessavam e dominavam as pautas do feminismo, o que por parte de seus companheiros era visto como uma luta menor. No Uruguai, após o golpe que instaurou a ditadura, a vida cotidiana se politizou e a partir dos anos 1980 surgiram novos grupos de mulheres preocupados com os direitos humanos e a subsistência de suas famílias. As mulheres se tornaram protagonista da luta pela democracia, formularam reivindicações específicas e buscaram sua incorporação na esfera dos partidos políticos. Para Jaquette (1996), com as redemocratizações, surgiram três grupos organizados de mulheres na América Latina: os grupos de direitos humanos de mulheres, os grupos feministas e as organizações de mulheres pobres urbanas (p. 323). Tais grupos se organizaram em um contexto político diferenciado:

[...] el período de transición de una dictadura militar a un gobierno democrático no corresponde a la política habitual; ofrece oportunidades nuevas y plantea limitaciones diferentes. Los movimientos sociales – incluido el movimiento de mujeres – tuvieron una ventaja durante la transición porque pudieron movilizar a sus seguidores y sacar a la gente a la calle. Las transiciones son “aperturas” políticas en el sentido más amplio de la palabra; existe una voluntad general para repensar las bases del consenso social y revisar las reglas de juego. Esto ofrece una oportunidad extraordinaria a los movimientos sociales para plantear nuevas reivindicaciones y para influir sobre las expectativas populares (JAQUETTE, 1996, p. 334).

Como coloca a autora, os movimentos de mulheres na América Latina ressurgiram em um contexto político diferenciado. A experiência ditatorial foi significativa porque possibilitou que se olhasse através de outras lentes para a relação entre o público e o privado e temas que anteriormente eram restritos ao espaço doméstico foram levados a público. A análise do autoritarismo militar possibilitou a crítica ao autoritarismo dentro das famílias nucleares, e o conhecimento da violência contra as presas políticas permitiu que se questionasse as violências que as mulheres sofriam dentro da própria casa (JAQUETTE, 1996, p. 325). Somadas a essas experiências, estavam as vivências das exiladas políticas que retornavam aos seus países de origem. Juntas essas experiências se configuraram em algo especificamente *conosureño*.

Após as ditaduras do Cone Sul, não é mais possível ignorar a emergência de movimentos sociais até então incorporados ou mesmo subordinados ao protagonismo proletário do movimento operário como único agente de mudança das sociedades e democracias (SALDAÑA, 2010, p. 54). Assim como Jane Jaquette, Margarita Iglesias Saldaña também faz uma distinção entre grupos de mulheres surgidos no Cone Sul a partir do final da década de 1970 e durante a década de 1980, com diferentes identidades, interesses e propostas:

La vertiente feminista propiamente dicha, que inició un acelerado proceso de cuestionamiento de su ubicación en los arreglos sexuales y sociales, extendiéndola a una lucha por cambiar las condiciones de exclusión y subordinación de las mujeres en lo público y en lo privado. La vertiente de mujeres urbano populares, que iniciaron su actuación en el espacio público, a través de la politización de sus roles tradicionales, confrontándolos y ampliando sus contenidos hacia el cuestionamiento en lo privado. Y la vertiente de mujeres adscritas a los espacios más formales y tradicionales de participación política, como los partidos y sindicatos las que a su vez comenzaron un amplio proceso de cuestionamiento y organización autónoma al



interior de estos espacios de legitimidad masculina por excelencia (SALDAÑA, 2010, p. 54).

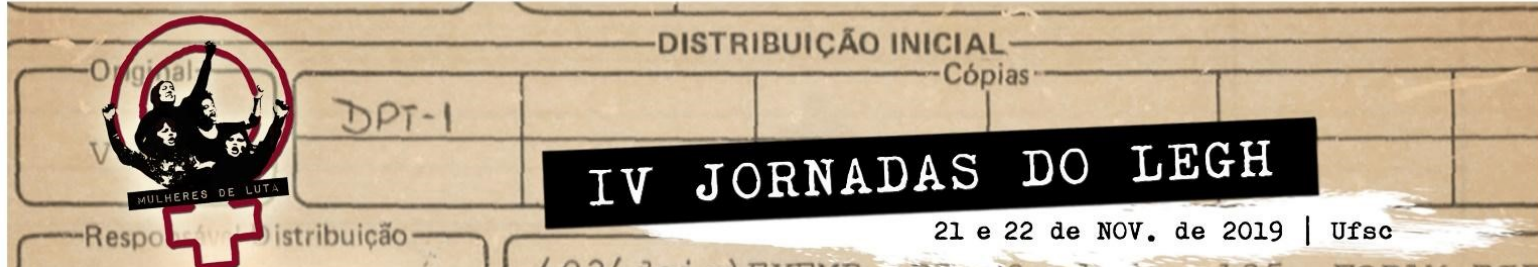
Nesse sentido, na década de 1980, no Uruguai, os grupos de mulheres representaram um significativo passo à frente no que tange a propostas de transformação da sociedade. Migraram de espaços subalternizados dentro de organizações mistas para suas próprias organizações, nas quais reivindicavam direitos básicos e questionavam a ordem social que as oprimia. A temática da mulher passou a fazer parte da opinião pública e, por vezes, a se incorporar em pautas do Estado. Foram criadas ONGs dedicadas à situação das mulheres e espaços dentro de organizações mistas para essa discussão em específico (SALDAÑA, 2010, p. 54).

Partindo de que o movimento de mulheres durante a redemocratização no Uruguai era heterogêneo e das divisões que Jaquette e Saldaña estabelecem em seus trabalhos, expresso abaixo os objetivos da pesquisa de conclusão de curso em andamento que embasa este artigo. Busco compreender como dialogava o coletivo feminista uruguaio Cotidiano Mujer com os demais movimentos de mulheres do país após a ditadura, identificar os grupos de mulheres envolvidos no movimento social e quais suas pautas, perceber as proximidades e os distanciamentos entre um coletivo de mulheres autointitulado feminista e coletivos de mulheres que não necessariamente se intitulam dessa maneira, entender o coletivo Cotidiano Mujer e sua importância para o movimento de mulheres no Uruguai, visto que ainda é uma organização ativa e, por fim, analisar a composição do Cotidiano Mujer e sua autoidentificação latino-americana.

¿Qué significa escribir a la mujer?

No segundo semestre letivo de 2018 tive a oportunidade de realizar um intercâmbio acadêmico na *Universidad de la República*, em Montevideu, no Uruguai. Uma das disciplinas que lá cursei, na *Facultad de Ciencias Sociales*, foi a de *Feminismos del Sur*, ministrada pela professora Ana Laura de Giorgi, e a partir da qual entrei em contato com uma bibliografia muito interessante e com debates que me despertaram curiosidade sobre os movimentos de mulheres no Uruguai. Na elaboração do projeto para o trabalho final da disciplina, semente desta pesquisa, a professora Ana Laura sugeriu que eu utilizasse como fonte a revista Cotidiano Mujer. A documentação referente aos números da revista foi disponibilizada online pelo coletivo e, além de ao questioná-la tê-la transformado em minha fonte, o próprio Cotidiano Mujer acabou se tornando meu objeto de pesquisa. Por esta razão, foi preciso muito cuidado e atenção ao analisar esta fonte, já que é muito fácil ignorar em um primeiro momento sua opacidade e encará-la como se transparente fosse (PETERSEN, LOVATO, 2013).

Ainda que o documento seja uma escolha da historiadora ou historiador, é preciso tratá-lo como um monumento, isto é, carregado de intencionalidade. A revista foi criada com um propósito específico por um grupo de mulheres que se formara para isso em 1985, da mesma forma, fora colocada online com determinada finalidade pelo próprio coletivo. Como pesquisadora, transformei essa documentação carregada de intencionalidade em fonte, o que prevê a minha própria intencionalidade, muito motivada pelo contexto em que eu vivo e escrevo. Entendendo todos esses atravessamentos como reais e importantes, não posso como pesquisadora encarar minha fonte como se ela fosse transparente, isto porque, como já coloquei acima, “O documento é monumento. Resulta



do esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2013, p. 548).

O Cotidiano Mujer, atuante até hoje no Uruguai, disponibilizou sua revista justamente com o objetivo de preservar sua trajetória. Contudo, embora essa trajetória diga respeito ao uso da comunicação alternativa para contribuir na luta das uruguaias por direitos, mesmo nesta história existem limites e atravessamentos que precisam ser vistos, afinal de contas, é nas contradições que se constrói o conhecimento histórico. Para dar início a esta reflexão, portanto, a seguir apresento o Cotidiano Mujer. O grupo se preocupa com questões relacionadas às mulheres uruguaias e latino-americanas. Isso é perceptível desde o primeiro ano de sua publicação, baliza temporal desta pesquisa, com artigos, notas, entrevistas e demais formatos de textos acerca da realidade das mulheres latino-americanas.

Nesta pesquisa trabalho com os doze primeiros números da revista do Cotidiano Mujer. O coletivo e sua primeira publicação, a revista, surgiram em 1985 com a reunião de um grupo de mulheres, militantes de esquerda, muitas presas políticas durante a ditadura, que percebeu a necessidade de espaços de fala feministas em um momento em que a palavra feminismo era incompreendida e se assumir como feminista uma atitude mal vista. O grupo cresceu e se tornou um importante coletivo em defesa dos direitos das mulheres, permanecendo significativo entre os movimentos de mulheres no Uruguai.

A revista, ao longo desse primeiro ano, contou normalmente com um número entre oito e dez páginas, sendo que os números mais longos dizem respeito a edições especiais, como a do dia da mulher e a do dia do trabalhador de 1986. Nos primeiros quatro números, em suas páginas centrais, havia um espaço denominado *Mujer con Mujeres*, no qual mulheres de outros movimentos e organizações se colocavam em diálogo com o Cotidiano Mujer. Os número cinco e seis foram dedicados ao dia internacional da mulher, e a partir do número sete, de maio de 1986, o coletivo transforma o *Mujer con Mujeres* em um espaço de diálogo temático, isto é, o diálogo com outros grupos continuou, mas agora era definido por um assunto: trabalho, teatro, política, direitos humanos, meios de comunicação e protagonismo. Tem início também no número sete, nas duas páginas finais da revista, o *Espacio Abierto*, que passa a ser mais um canal de diálogo com outros movimentos, semelhante ao *Mujer con Mujeres* dos primeiros quatro números. Para continuarmos esta reflexão, é preciso definir algumas noções importantes. Dessa forma, abaixo defino as noções de comunicação alternativa e feminismo utilizadas na pesquisa.

Para iniciar sua discussão acerca da comunicação alternativa, Grinberg (1987, p. 17-35) salienta que em uma sociedade completamente democrática o número de emissores seria proporcional ao número de receptores. No caso da América Latina, no entanto, o domínio dos meios de comunicação em massa está diretamente ligado ao poder econômico do monopólio que o sustenta. Ou seja, em nosso continente há o que se chama de desequilíbrio entre as taxas de emissão e recepção. Essa realidade está descolada, portanto, do ideal emissor-receptor-emissor e em contextos como este, não é incomum surgirem meios de comunicação alternativos.

Não existe entre os pesquisadores da área um consenso para o conceito de comunicação alternativa. À primeira vista, ele parece referir-se a uma opção por substituir estruturalmente o meio de comunicação dominante ou a uma mudança radical no monopólio desse meio de comunicação



unilateral. Se excluirmos a primeira possibilidade, precisamos de alternativas para substituir e romper com o monopólio, por outro lado, se excluirmos a segunda opção, entendemos que a comunicação alternativa deve, simplesmente, orbitar a comunicação em massa (GRINBERG, 1987, p. 19). Dessa forma, coloca que

... o alternativo é factível através de diferentes meios e formas de comunicação. Portanto, quando falamos de opção, não nos referimos exclusivamente a meios que, por sua natureza, sejam distintos dos de massa. Ou, em outras palavras, não propomos uma alternativa aos *media* como tais, mas enquanto instrumentos do poder; e, inversamente, o meio não é em si alternativo (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social (GRINBERG, 1987, p. 19-20).

Assim, o alternativo não é necessariamente o meio, mas como o meio é instrumentalizado por um grupo de pessoas para questionar o poder. Para o autor, a comunicação alternativa tem várias dimensões, inclusive, diz respeito, por exemplo, a textos alternativos em jornais da grande imprensa. Isto é, o autor não exclui a possibilidade de haver uma comunicação alternativa dentro de meios de comunicação massivos. Em um artigo na revista número onze, especial sobre mulheres e meios de comunicação, o Cotidiano Mujer faz uma observação sobre a questão:

Suplementos y páginas femeninas en grandes diarios y en determinadas coyunturas políticas llegan a comunicar masivamente contenidos sumamente alternativos. Estas experiencias nos dejan la enseñanza del poder lográble por los resquicios, cuando se producen, y el peligro de no vincularlos inmediatamente con fuerza de base que dificulten las vueltas atrás los golpes de fuerza por parte de la dirección de los medios (COTIDIANO MUJER, Nº 11, p. 8, 1986).

Os meios alternativos, dessa forma, não buscam substituir os meios de comunicação em massa. Ao mesmo tempo, a mídia massiva não é onipotente, não domina completamente as ações da população e não manipula as experiências humanas ao ponto de a realidade se tornar inquestionável e, ainda, podem abrir brechas em suas próprias estruturas para manifestações alternativas. O desenvolvimento da comunicação alternativa existe dependendo de seu grau de inserção social, sua relação de forças no conjunto da sociedade e grau de questionamento aceito pelo sistema, como bem esclarece o autor em questão. A revista Cotidiano Mujer, por exemplo, estava próxima às organizações e aos partidos de esquerda, o que lhe conferia relativo apoio e inserção social. E, embora para os anos 1980 o coletivo fizesse reivindicações pertinentes, não questionou, até 1986, no mínimo, a organização da família nuclear heteronormativa, o que amenizava questionamentos do sistema como um todo. Grinberg coloca o grande valor de uma mudança radical, todavia, considera as possibilidades para um mundo que chama de real

Em sentido estrito, a única alternativa autêntica seria a que derivasse de uma mudança radical, concebível não como uma substituição de poderes, mas como a abolição do próprio poder. Mas estamos falando de opções que se referem a estruturas políticas, sociais e econômicas, a vias possíveis num mundo real. Isto nos leva a um intento de generalização que supõe ao mesmo tempo relativizar o conceito e conferir-lhe historicidade, a fim de aplicá-lo a fenômenos que signifiquem um



avanço, no que concerne ao complexo comunicação-informação, em condições concretas de uma determinada sociedade (GRINBERG, 1987, p. 24).

Deste modo, a comunicação alternativa é uma opção frente ao poder, ao discurso dominante, seja ele público ou privado. Os meios de comunicação alternativos não tencionam acabar com os meios de comunicação massivos, mas buscam modificar em algum sentido a realidade, não estando simplesmente à margem da grande imprensa. A comunicação alternativa, assim, se caracteriza por questionar o *status quo*. Embora limitada na lógica das mídias massivas, a comunicação alternativa é “um sintoma de processos que se verificam no fundo da vida social, uma tentativa de romper com o cerco das estruturas informativas predominantes” (GRINBERG, 1987, p. 32). O Cotidiano Mujer, assim, atua na intenção de romper com o que a sociedade uruguaia dos anos 1980 artificialmente espera do *ser mulher*, definindo que “Una publicación alternativa implica ya una voluntad de cambio traducida en palabras. Palabras que dejan de ser estéril tinta negra para transformarse en acción, y que surgen de la conciencia de lo que **no** queremos” (COTIDIANO MUJER, Nº 11, p. 2, 1986).

Por fim e respondendo à pergunta colocada anteriormente, escrever para mulheres, de acordo com o Cotidiano Mujer, significa aproximar temas como economia e política, que geralmente são escritos por homens e para homens, da sua realidade e do seu cotidiano. Confinadas em casa, a maioria só tem contato com a televisão e com programas que essencializam suas *funções de mulher* ou, ainda, objetificam e erotizam seus corpos. E, mesmo as trabalhadoras, acabam não se interessando pela mídia tradicional, isso porque é muito difícil encontrar na mídia de massa o nexos que liga o que se fala e a vida cotidiana das pessoas (COTIDIANO MUJER, Nº 11, p. 5, 1986). Por isso, o coletivo editorial sugere que mais importante do que dar espaço para uma declaração oficial sobre determinado problema público é visibilizar a realidade de quem sofre com o problema no dia a dia. “Porque las mujeres no divorcian lo privado de lo público, porque las mujeres ‘sienten’ la política de otra manera, y por ende actúan y se informan de otra manera” (COTIDIANO MUJER, Nº 11, p. 5, 1986).

Para continuar a reflexão é importante pontuar o que entendo por feminismo. O feminismo diz respeito a um processo histórico que considera o patriarcado uma das instâncias de poder que oprime e determina papéis na sociedade. *Uma das* porque considero que a classe social, a cor da pele, a orientação sexual, a geração e outros marcadores sociais também hierarquizam as sociedades. Como reflexão e como prática, o feminismo torna-se feminismo, uma vez que não é global e seu sujeito não é universal.

Para analisar as fontes utilizadas nesta pesquisa, parto da premissa de que as ditaduras no Cone Sul significaram para os movimentos de mulheres uma experiência diferenciada com relação aos demais movimentos de mulheres ao redor do mundo. Além da vivência pela qual passaram as mulheres que aqui estiveram durante os anos de repressão, houve o acréscimo das exiladas políticas ao voltarem a seus países de origem. Ademais, entendo que no momento em que se trabalha com um movimento social em uma região colonizada, não é possível ignorar esse fator. As mulheres que construíram os doze primeiros números da revista Cotidiano Mujer se colocam como latino-americanas e pelo menos doze artigos dos seis primeiros números da revista se referem a esse tema. Por isso, pretendo pensar esta pesquisa a partir dos debates feministas latino-americanos, que coloco brevemente a seguir.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Um dos objetivos de Ballestrin (2017) é promover um diálogo entre o conceito moderno-colonial de gênero e a noção contemporânea de feminismo decolonial latino-americano. Propõe, assim, a noção de feminismos subalternos. Ballestrin discute inicialmente o encontro, na década de 1980, dos estudos pós-coloniais e do feminismo, que divide os feminismos do primeiro e do terceiro mundo. Em seguida, parte justamente para o debate feminista latino-americano atual.

Para Lugones (2014) o marcador social de gênero não existia e, portanto, não hierarquizava as sociedades que habitavam a América antes da colonização europeia. A autora intersecciona raça, classe, gênero e sexualidade e estabelece um “lado claro” e um “lado escuro” para a organização moderno-colonial de gênero. O lado claro é heterossexual e organiza a vida de homens e mulheres brancos e burgueses. Pureza e passividade sexual são características importantes das mulheres burguesas, responsáveis por reproduzir a propriedade e a raça. Ao mesmo tempo, são excluídas da esfera de autoridade, de produção de conhecimento e do controle dos meios de produção. O lado escuro, por sua vez, foi e é completamente violento. As mulheres são consideradas fêmeas, isto é, não possuem a feminilidade característica das mulheres que ocupam o lado claro. São, dessa forma, animalizadas pelo colonizador branco. Os homens, por sua vez, são também animalizados e diminuídos à categoria de machos. Lugones questiona especialmente o fato de os homens colonizados terem aderido a subjugação das mulheres e iniciado uma opressão que não tinha lugar antes da colonização europeia. A autora coloca também o caso das pessoas intersexo que, antes da colonização, ocupavam um lugar equivalente ao dos demais sexos biológicos, passando à estigmatização após a colonização (LUGONES, 2014, p. 70-71).

Para Ballestrin, Lugones generaliza, a partir de apenas dois trabalhos, ao colocar que o gênero não era um princípio organizador das sociedades nativas antes da colonização. O conceito moderno-colonial de gênero, portanto, essencializaria a mulher terceiromundista tanto quanto o feminismo ocidental essencializa uma mulher universal. Como uma alternativa a esses polos, coloca as contribuições de Rita Segato.

Segato (2012) antropóloga argentina com uma vasta experiência no Brasil, considera que o gênero era sim uma categoria hierarquizante entre as sociedades nativas. A autora se coloca entre o feminismo eurocêntrico e as teóricas que afirmam a inexistência do gênero pré-invasão. Define, dessa forma, essas sociedades como organizadas em um patriarcado de baixa intensidade. Caracteriza o patriarcado de baixa intensidade como uma organização social na qual não havia um isolamento do espaço doméstico com relação a seu exterior. Embora as mulheres fossem responsáveis pela casa e os homens pelas discussões públicas, as deliberações ocorridas em âmbito doméstico eram fundamentais para as decisões da comunidade. Assim, Segato coloca que a colonização, entre outras coisas, despolitiza o espaço doméstico.

A colonialidade passa a exigir do homem nativo uma masculinidade que não existia e privatiza o espaço doméstico, ao mesmo tempo, mantém as mesmas nomenclaturas para processos que se modificam a partir do contato, fazendo parecer que “as coisas sempre foram assim” e negando um processo histórico complexo. Assim, a colonização ocidental teve o papel de modificar historicamente os povos que se encontravam na América de modo que “exacerbaram e tornaram perversas e muito mais autoritárias as hierarquias que já continham em seu interior – que são basicamente as de *status*, como casta e gênero”(SEGATO, 2012, p. 114).



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Dada a variedade de elementos que compõe as vivências das mulheres latino-americanas, o que inclui as uruguaias, utilizo nesta pesquisa a noção de feminismo subalterno. Essas vivências são formadas a partir da confluência de uma série de fatores, como um continente colonizado que vive diariamente os efeitos disso, processos migratórios internos e externos, terrorismo de estado e exílio político, apenas para ser breve. Através dos debates feministas latino-americanos contemporâneos e do feminismo subalterno, posso também analisar de forma crítica as aproximações e os distanciamentos que o coletivo Cotidiano Mujer e os demais coletivos com os quais dialoga têm com relação a sua autoidentificação latino-americana.

Reflexões preliminares

Politicamente falando, 1985 foi no Uruguai um ano de esperanças. O país deixava para trás um regime autoritário que vigorara por doze anos baseado na Doutrina de Segurança Nacional e posto em prática através do Terrorismo de Estado. Algumas das mulheres que colaboraram com o Cotidiano Mujer viveram na própria pele os efeitos do regime repressivo (Nesse caso, ver CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: Editorial Arca, 1990 e o filme *Migas de Pan* de 2016).

Os anos de repressão e suas consequências foram importantes para definir o que seria o feminismo uruguaio no final da década de 1980 e no que ele se transformaria na década de 1990, uma questão muito interessante que, infelizmente, extrapola o espaço deste artigo. O feminismo, logo que acaba a ditadura, se coloca muito próximo aos partidos de esquerda e, até o final da década, esse relacionamento se configura de muito otimismo (DE GIORGI, 2019). Aos poucos, esse vínculo se rompe, visto que poucas das reivindicações feministas estavam sendo atendidas e a vida política das mulheres continuava árdua.

Ainda que após a ditadura vários grupos distintos de mulheres tenham surgido, só é possível compreender sua lógica de atuação no coletivo e em diálogo. Podemos dizer que a importância do Cotidiano Mujer está justamente em abrir esse espaço de diálogo para que todos os problemas anteriores e decorrentes da ditadura fossem compartilhados e trazidos para o debate. Ao longo do primeiro ano da publicação, organizações feministas, mulheres pertencentes a sindicatos, grupos de mulheres populares, mulheres com atuação política institucional e grupos de direitos humanos formados por mulheres foram representadas. Além das matérias que o Cotidiano Mujer fez sobre os grupos, essas mulheres tiveram espaços para manifestar suas próprias narrativas.

As principais pautas que circulavam dentro e entre os grupos era a do trabalho reprodutivo que desempenhavam as mulheres e a da dupla jornada de trabalho a qual eram obrigadas a se dedicar ganhando menos do que os homens pelo fato de *serem* mulheres. Por essa razão, busco entender como cada grupo lidava com essas pautas e como ocorria o diálogo entre eles através desses temas. Como já sublinhei acima, não é possível analisar esses grupos de forma isolada, uma vez que o interessante mora nas suas relações e diálogos. Pude identificar que o espaço destinado no Cotidiano Mujer aos demais grupos de mulheres é utilizado amplamente. Em seus diálogos é significativa a quantidade de vezes em que o trabalho reprodutivo e a dupla jornada de trabalho aparecem. Ambas as questões não ficam restritas a um grupo ou outro, permeiam tanto feministas, quanto sindicalistas e populares.



Abaixo, exemplos de narrativas que aparecem na revista envolvendo o trabalho reprodutivo e a dupla jornada de trabalho e que contém relações entre os movimentos.

As feministas eram na maioria das vezes mulheres instruídas, profissionais especializadas e acadêmicas. Podemos dizer que a ditadura foi o gatilho para o despertar em vários sentidos das uruguaias que se organizaram de alguma forma. No caso das feministas, observamos no depoimento da assistente social Nita Samuniski, do PLEMUU (COTIDIANO MUJER, Nº 1, p. 4) que sua destituição do cargo de professora universitária serviu para que entendesse que nem todas eram como ela própria se imaginava: livres. Na entrevista, Nita conta que se deu conta dessa realidade depois de destituída de seu cargo na universidade e transformada novamente em dona de casa. Para ela, as ações das mulheres são primeiro um fazer, depois o refletir, especialmente na época dos *caceroleos* y *apagones* e depois que um grupo tomou conhecimento dos demais, juntos começaram a se organizar e a dar mais corpo ao movimento em uma união contra a ditadura. Aqui notamos, portanto, uma aproximação entre os grupos autointitulados feministas, como o PLEMUU e o GRECMU com os movimentos de mulheres populares. Quando não podiam comparecer às reuniões porque estavam ocupadas com tarefas domésticas, perceberam que sua liberdade era limitada por sua condição de mulher. Não tinham informações o suficiente e não tinham o hábito de discutir, isso porque, entenderam, não foram socializadas para isso e depois de adultas ficavam restritas ao espaço doméstico. Portanto, foi no impulso de fazer algo para enfrentar o autoritarismo que muitas mulheres se deram conta de que sua condição e de que as tarefas atribuídas a elas não eram *naturais* e que foram socializadas para o cuidado e não para as discussões políticas e para a militância.

Maria Julia Alcoba, operária têxtil e sindicalista uruguaia que em 1986 vivia em Barcelona e trabalhava com grupo de mulheres há seis anos, em um centro de planejamento familiar, reflete em

Reportaje a mí misma: ¿soy feminista o sindicalista? (COTIDIANO MUJER, Nº 5, p. 3) sobre quando as operárias da indústria têxtil, inclusive ela, não conheciam o feminismo. As mulheres eram a maioria entre os militantes, chegavam a cargos de poder mediante reconhecimento de todos e nas conferências de mulheres, chegavam a falar sobre suas questões, como a igual remuneração, por exemplo, mas não sobre feminismo. Se sentiam, inclusive, representadas quando em um grupo de 12 ou mais dirigentes havia no máximo duas companheiras. Coloca que nunca pensara em feminismo porque sempre teve a impressão de viver depressa, sem tempo entre as jornadas na fábrica, em casa e as horas de sono. A passagem a seguir elucida a tomada de consciência do trabalho reprodutivo das mulheres, pauta dos feminismos dos anos 1980:

... siento que las ocho horas de trabajo compartidas con otras personas me daba cierta sensación de comunidad y libertad y la sensación de prisión la sentías en casa y una actitud individualista, de soledad, en la suerte del ama de casa, triste y gris, en la cual no dejaba desde el punto de vista de la producción, NADA, no dejaba nada, no me quedaba nada entre las manos. No, de feminismo no hablábamos, no... Cómo es posible que me anime a pensar en voz alta esto, qué contradicción! (En el momento que era 'explotada', en el momento en el que me quitaban la 'plusvalía', marxistamente hablando, era cuando yo tenía la sensación de libertad). Sería que, cuando yo dejaba un objeto físicamente logrado, yo sabía que tantas canillas de hilo correspondían a tantos kilos de hilado, era socialmente libre? Cuando volvía a casa, me sentía atrapada, todo el peso de la casa me oprimía, me aplastaba, me sentía indefensa, de nada me servía el socialismo, se me escapaba toda teoría de plusvalía:



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

me sentía como mujer sola. Sólo sé que con mis compañeras me sentía un tejido fuerte, difícil de romper (COTIDIANO MUJER, Nº 5, p. 8).

O Cotidiano Mujer entrevista uma trabalhadora da indústria do couro, Olga. Ao ser perguntada sobre o que fazem quando termina a jornada de trabalho, responde que ainda que exausta, inicia sua segunda jornada de trabalho, dentro de casa e sem remuneração. O Cotidiano Mujer pergunta à Olga se houve momentos de maior participação das mulheres no grêmio e ela responde que sim e que isso aconteceu antes da ditadura. Por fim, o mais interessante da entrevista diz respeito ao que podemos chamar de tripla jornada de trabalho:

Yo creo que participar es muy costoso, una mujer que está en la dirección tiene que hacer un esfuerzo doble para ocupar un lugar de respeto y confianza. Hay que tener una gran firmeza ideológica para no quedarse, cuando los propios compañeros le hacen resistencia. Y nadie tiene firmeza antes de empezar, por eso, para mí lo más difícil para una mujer es encontrar una punta por donde empezar a participar (COTIDIANO MUJER, Nº 8, p. 3).

Por fim, Ana Arocena, que escreve sobre o grupo *Ayuda Mutua entre Mujeres*, atuante há dois anos, ressalta a dupla exploração da maioria das uruguaias: ser mulher e ser pobre. Propõe a divisão das tarefas domésticas entre todos os habitantes da casa, o apoio entre as mulheres da vizinhança para a melhora dos serviços sanitários, de limpeza e cuidado das crianças. A partir de uma sede, essas mulheres desenvolvem diversas atividades: oficinas infantis, para tirar as crianças das ruas e lhes oferecer um espaço criativo e recreativo; oficinas de mulheres, nas quais produzem e vendem artesanato, o que gera renda para as que estão desempregadas; uma biblioteca infantil, para auxiliar nas tarefas escolares; uma biblioteca sobre os problemas específicos da mulher e sobre a educação dos filhos está sendo construída, já contando com alguns exemplares. O *Ayuda Mutua* conta também com um boletim aberto para que informações sobre reuniões e seminários sejam divulgadas e, por último, comenta sobre a realização de seminários sobre *La mujer y sus roles*, *La mujer y el trabajo*, *La mujer y el barrio Ciudad Vieja* e *Desarrollo infantil*. Com esse exemplo podemos perceber o esforço e a mobilização dessas mulheres para mudarem suas duras realidades e conquistarem equidade, o que, infelizmente, continua sendo uma luta atual e diária.

Referências

DE GIORGI, Ana Laura. Nosotras, entre defender los propio y avanzar a la amplitud: feminismo, izquierda y democracia en el Uruguay de los 80. *NORUS*, vol. 7, nº 11, p. 137-168, Jan.-Jul. 2019.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. *Rev. Estud. Fem.* [online], v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, Máximo Simpson (Org.) *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 17-35.



JAQUETTE, Jane. Los movimientos de mujeres y las transiciones democráticas en América Latina. In: PICADO, Sonia; TRINDADE, Antonio; CUÉLLAR, Roberto. *Estudios básicos de derechos humanos*. Tomo V. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996. p. 320-349.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: MIÑOSO, Yuderlys E.; CORREAL, Diana G.; MUÑOZ, Karina O. (editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-73.

PETERSEN, Sílvia R. F; LOVATO, Bárbara H. 2.4. Fontes para a história: a opacidade do transparente. In: PETERSEN, Sílvia R. F; LOVATO, Bárbara H. *Introdução ao estudo da história. Temas e textos*. Porto Alegre: edição do autor, 2013.

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 52-73.

SAPRIZA, Graciela. Giros del futuro. Sorpresas del pasado. Los colectivos de mujeres y la lucha por el espacio público. In: CELIBERTI, Lilian (ed.). *Notas para la memoria feminista*. Uruguay (1983-1995). Cotidiano Mujer: Montevideo, 2018. p. 47-85.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES* [Online]. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>.

Mujer con mujeres: dialogues between women's movements in Uruguay redemocratization (1985-1986)

Abstract: In the late 1960s in European countries and in the United States women lived a dynamic political moment of claims and struggles for rights. In the Southern Cone, however, military coups motivated by the yearning to end the communist threat and the subversives leading it had already begun. In Uruguay, following the coup that established the dictatorship, daily life became politicized and from the 1980s onwards new groups of women were concerned about the human rights and livelihoods of their families. These groups of women generally concern the human rights groups of mothers, grandparents, widows, sisters and aunts of missing politicians, feminist groups, urban poor women's organizations and women who have entered the political sphere. The dictatorial experience was significant for these women because it made possible to look through other lenses at the relationship between the public and the private, and themes that were previously restricted to the domestic space were made public. Because the women's movement during redemocratization in the Southern Cone countries, which includes Uruguay, was heterogeneous, I seek to understand the reorganization of these movements from a feminist collective after twelve years of dictatorship. As this research is ongoing, I intend to analyze the first twelve issues of the magazine Cotidiano Mujer, published between 1985 and 1986 by the Uruguayan collective of the same name. The women who built the magazine at the time identified themselves as Latin American and called for a Latin American feminism, and in at least twelve articles in the first six issues of the magazine analyzed so



far refer to this theme. Therefore, I intend to instrumentalize this research from Latin American feminist debates, such as decolonial feminism.

Keywords: Feminisms. Dictatorships. Uruguay.



RASTREAR A HISTORICIDADE DA CATEGORIA INAUDIBILIDADE

Camila Durães Zerbinatti¹

Resumo: Busco rastrear (ou “tatear”) a historicidade da categoria de análise inaudibilidade, de papel estruturante na pesquisa de doutorado em andamento – relacionada às obras para violoncelo solo de compositoras brasileiras. Apresento os resultados parciais obtidos até o momento por meio de listagens, organizando as informações encontradas até aqui em três grupos: 1. definições de dicionário; 2. menções em artigos do campo de estudos de gênero e feministas; 3. menções em textos da área da música. As definições da palavra e categoria “inaudibilidade” que encontrei são de dicionários. Rastreio a própria categoria, em um estágio inicial de “escavação”: apresento a introdução de meu percurso de pesquisa com a categoria e articulações entre inaudibilidade e outras categorias relacionadas – principalmente entre autoras/es do feminismo negro – como: silenciamento; silêncio; “lugar de cala”; voz, escuta e “lugar de escuta” (pensando aqui também na categoria “lugar de fala”). Trabalho com a hipótese de que inaudibilidade está em relação ao silenciamento (o quê e quem é impedido/a e/ ou proibido/a, à força, de sequer soar e existir sonoramente, por imposição) assim como a invisibilidade está para o desaparecimento/ extermínio/ exclusão e esquecimento. Me debruço sobre a investigação das relações entre essas categorias, tanto para compreender suas diferenças e usos diversos, como para compreender possíveis articulações entre elas. Me pergunto se é possível pensar, no campo da música, na condição dupla de invisibilidade e inaudibilidade dessas mulheres brasileiras e de suas produções musicais e sonoras. Outra hipótese que emerge é a de que as categorias de audibilidade, escuta, e, de “lugar de escuta”, parecem ser cruciais enquanto categorias que problematizam justamente tanto a necessidade de escuta e audibilidade.

Palavras-chave: Inaudibilidade. Silenciamento. Audibilidade. Escuta.

Introdução

Busco aqui rastrear (ou “tatear”) a historicidade da categoria de análise inaudibilidade, de papel estruturante na pesquisa de doutorado em andamento – relacionada às obras para violoncelo solo de compositoras brasileiras. Apresento os resultados parciais obtidos até o momento. Inaudibilidade é usada aqui como uma das principais categorias de análise da pesquisa em andamento. Apresento, primeiramente, a introdução de meu percurso de pesquisa com essa categoria e algumas reflexões sobre relações entre inaudibilidade e outras categorias relacionadas.

Notas de percurso

Meu encontro com as questões de gênero e os estudos feministas na música, também o meu encontro com a condição de inaudibilidade em música, aconteceu durante minha pesquisa de mestrado em música (musicologia e etnomusicologia, na UDESC) sobre a compositora finlandesa Kaija Saariaho (1952 –)² Com foco na música de tradição da Europa ocidental, geralmente chamada

¹ Mestra em Música (UDESC) e Doutoranda em Ciências Humanas – Estudos de Gênero pelo PPGICH – UFSC, sob orientação de Joana Maria Pedro e coorientação de Isabel Porto Nogueira, com apoio de bolsa do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: camiladuze@gmail.com.

² ZERBINATTI, Camila Durães. Sept Papillons, de Kaija Saariaho: análise musical e aspectos da performance. Dissertação de mestrado em música – musicologia-etnomusicologia. Programa de Pós-Graduação em Música – UDESC. 282 p. 2015



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

de “música de concerto”, o percurso de pesquisa no mestrado provocou reflexões sobre minha formação acadêmica em música relacionadas à audibilidade, à escuta e ao ouvir de mulheres da música e de suas criações, mas também, e talvez primeiramente, à inaudibilidade, ao silenciamento e à falta de escuta à que elas em geral são historicamente submetidas. A pesquisa de mestrado propunha uma investigação teórico-prática com a peça “*Sept Papillons*” (2000) (Sete Borboletas) de Saariaho. Nenhuma das questões anteriormente mencionadas (sobre gênero, escuta, feminismos ou [in]audibilidade) estavam previstas, e, nas primeiras leituras sobre Saariaho, pensei que estas eram questões de menor importância em sua trajetória e em sua obra. Gradativamente, entretanto, me deparei com tantos relatos da compositora sobre sua condição de gênero [e com tantos atravessamentos dessas questões em sua obra] que comecei a ser sensibilizada/ deslocada para essas indagações. Os relatos eram curtos, mas bastante desconfortáveis, às vezes dolorosos, contendo uma carga amarga de preconceito, desconfiança e discriminação.

Então comecei a refletir sobre minha formação, sobre o tratamento dispensado não apenas a mim mesma (também uma/ mais uma mulher na música, ou seja, em um campo predominantemente masculino), porém, também, sobre o tratamento dado às mulheres compositoras, intérpretes e regentes de meu país, da história da música “clássica” ocidental, nas escolas de música onde estudei. Encontrei... .. silêncio. Nas graduações em música (assim como nos cursos técnicos em música), não estudei as mulheres compositoras e sua produção nas aulas de história da música brasileira e nem na abordagem histórica do período barroco, clássico ou romântico. Não trabalhei com suas partituras nas aulas de análise, percepção, harmonia ou contraponto. Suas peças não eram tocadas pelas orquestras de estudantes ou grupos de música de câmara das universidades onde estudei, nos anos em que estudei nestes lugares. Suas composições também não faziam parte do repertório nas aulas de instrumento. Em minha prática instrumental, quando toquei peças compostas por mulheres, isto aconteceu por uma decisão e iniciativa minha. As peças não faziam parte do currículo. Em outras palavras, a música destas mulheres foi e é, ainda hoje, inaudível, intocável, foi inaudibilizada, assim como elas próprias foram e talvez ainda sejam invisibilizadas.

E houve (e há), ainda hoje, em cursos de música e outras instâncias artístico-musicais, momentos em que trabalhar com essas peças e obras é não apenas algo da ordem do ignorado, do desconhecido, do negligenciado, como é, também, algo proibido, censurado e não permitido, de forma velada ou explícita, direta ou indireta. Com apoio em perspectivas e argumentos sexistas, machistas, e às vezes bastante misóginos, essas compositoras e suas obras são repetida e constantemente deslegitimadas, invalidadas, ignoradas e desqualificadas sem que sequer tenham sido tocadas/ ouvidas/ analisadas/ estudadas/ pesquisadas/ apresentadas/ submetidas ao mesmo tipo de circulação e avaliação artística-crítica à qual as obras de compositores homens têm passado – e, não raramente, até mesmo suas capacidades neurológicas e cognitivas para a efetiva criação musical têm sido negada, assim como sua própria existência têm sido negada, por mais absurdo que isso possa nos parecer.

Ao tomar contato com as teorias, críticas e estudos feministas e de gênero, em 2014, pude aprender sobre a categoria de análise invisibilidade, recorrentemente usada nesse grande campo de saberes e práticas. Estudar uma peça para violoncelo solo de uma compositora do Norte Global³ me fez perguntar-me sobre as mulheres na música em geral, mas, especialmente, sobre as mulheres

³ SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.



brasileiras na/ da música: onde estavam e onde e quando “soavam” suas composições e criações as compositoras em minha formação em música (nos diferentes cursos que pude fazer)?; e, com maior angústia, onde estavam as compositoras brasileiras e onde e quando “soavam” as composições e criações dessas artistas do Sul do mundo⁴? Se Saariaho, uma compositora branca do Norte do mundo, mesmo sendo mulher e enfrentando as muitas barreiras do mundo predominantemente masculino da música, consegue, hoje, ser considerada nas programações artístico-musicais de orquestras e festivais, o mesmo não pode ser dito de outras mulheres do mundo – em especial, das compositoras do Sul do mundo. Observo, como já apontado por María Lugones, que quanto mais marginalizadas essas mulheres estão social-histórica-cultural e geopoliticamente, maiores os silenciamentos e as inaudibilizações.

Encontrei a ausência do que queria encontrar – a presença de ausências, a ausência das presenças que eu buscava, ausência-presença de sons e silêncios. As compositoras e criadoras brasileiras não “estavam lá”, nunca, nem em minha formação, ainda em curso, nem em diversos âmbitos outros para os quais me dirigi em sua busca, e na busca por seus sons. Existir, ser e estar no “mundo” da música, nesse campo de práticas, saberes e conhecimentos específicos, e, direta e predominantemente ligados/as ao som e à escuta de sons e silêncios, passa, necessariamente, por ser ouvida/o, escutada/o. Eu não as “via”, mas, muito menos podia escutá-las – mais difícil ainda – já que, embora houvesse fontes escritas que documentavam suas vidas, trajetórias, nomes e às vezes também composições, mesmo que raras e de difícil acesso, as gravações e o contato com a escuta ou a realização da performance de suas obras era ainda mais raro, inacessível, proibido ou inexistente-impossível na grande maioria dos casos. Encontrei... silêncio. Notas, gestos, ideias, histórias e sujeitas silenciadas, a despeito de sua qualidade e mérito musical.

Nesse abismo, num primeiro momento pensei que eu tinha encontrado um imenso e prolongado silêncio – silêncio esse que eu sabia não estar vinculado nem à inexistência de compositoras e muito menos à ausência de composições ou criações de mulheres. Enquanto os estudos em gênero e feministas usam o conceito de invisibilidade para descrever e caracterizar situações e condições às quais as mulheres têm sido relegadas/ submetidas (como, por exemplo, Joan Scott) percebo, com relação às mulheres na música, a invisibilidade somada à uma inaudibilidade. Elas estavam invisíveis e, mais do que tudo, inaudíveis. Me perguntei se era possível pensar, no campo da música, na condição dupla de invisibilidade e inaudibilidade dessas mulheres brasileiras e de suas produções musicais e sonoras. E, por conta da própria constituição material da música no mundo – sonora – me dei conta de conta, no caso desse campo, a categoria inaudibilidade era ainda mais central, ou, era “a” categoria central para pensar e analisar esse estado de coisas, as compositoras, suas composições e criações e os contextos e condições em que estão.

Levantamentos iniciais

De acordo com o dicionário online Infopédia Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora: “**i.nau.di.bi.li.da.de**= qualidade do que é inaudível ou não se consegue ouvir. (INFOPÉDIA, 2015). E, segundo o Dicio -Dicionário Online de Português: inaudível é aquilo -e, no presente contexto,

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

aquelas/es -”Que não pode ser percebido pelo ouvido; que não se pode nem se consegue ouvir; que não é audível: [...] Etimologia (origem da palavra *inaudível*): do latim *inaudibilis*.e.” (DICIO, 2017). Em outras palavras, a música destas mulheres foi e é inaudível, intocável, foi inaudibilizada, não pode ser percebida pelo ouvido, nem pode ser escutada ou ouvida, assim como elas próprias foram e talvez ainda sejam também invisibilizadas. E quanto mais marginalizadas elas estão social-histórica-cultural e geopoliticamente, maiores os silenciamentos e as inaudibilizações. Mulheres do Sul Global, latino-americanas, brasileiras.... Brasileiras fora do eixo Rio-São Paulo.... Rurais, Periféricas.... Negras, Indígenas, Não-brancas... Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Trans, Intersexo, Queers... Das classes médias, médias-baixas, baixas, pobres, miseráveis... Mulheres com deficiências.... E tantas outras marcações sofridas que agora me escapam... São ainda mais inaudibilizadas e silenciadas... Em exemplos de relações entre a heterossexualidade e o sistema moderno/colonial de gênero, de transversalidade hierárquica e opressiva entre marcadores como classe, raça-etnia, geografia, gênero e sexualidade. (LUGONES, 2014)

A questão da necessidade de / luta por escuta da música (e da necessidade de / da luta por soar, de / por ser audível, de / por ser sonora/o), da busca por escuta, audibilidade, ser-som, ser-enquanto-som-que-soa e é escutado, necessidade de ser ouvida, audível, escutada, sonora, de fato, fica evidente quando nos atentamos para os nomes de algumas iniciativas dedicadas às mulheres na música em contextos anglófonos e lusófonos brasileiros: “Vozes *Ina(U)di(Á)veis*” (grupo de estudos das mulheres na música); “Rede/ Grupo *Sonora* – músicas e feminismos” (rede/ grupo de discussão, articulação e atuação); “*Sonora* – Ciclo/ Festival Internacional de Compositoras” (ciclo/ festival); “*Audible women*” (diretório/ lista online); “*Her Noise Archive*” (rede e arquivo de materiais com perspectivas de gênero); “*Sound Women*” (rede e projeto de capacitação voltado para rádio e áudio); “*Listen*” (rede voltada para a promoção de mudanças positivas e visibilidade para diversas pessoas marginalizadas na cena musical); “*Listening to Ladies*” (série de podcasts com mulheres compositoras); “*WISWOS* – Women in *Sound*, Women on *Sound*” (rede de projetos, artistas e articulações); “*Sounding the Feminists*” (coletivo de criadoras e compositoras); “*#HearAllComposers*” (campanha online); “*YSWN* –Yorkshire *Sound Women Network*” (rede de capacitação voltada para meninas e jovens); “*Women’s Audio Mission*” (centro de capacitação, divulgação e articulação). [com grifo nosso nas palavras relacionadas ao tema dessa discussão]. A pesquisadora Tânia de Mello Neiva relaciona o soar/ ser audível à resistência e existência da música no título da conclusão de sua tese: “Soar, resistir, existir – sobre perspectivas de reflexão, enfrentamento e proposição”. (NEIVA, 2018: 363)

Busco aqui rastrear (ou “tatear”) a historicidade da categoria de análise inaudibilidade, que constitui papel estruturante nessa pesquisa de doutorado que busco desenvolver, relacionada às obras para violoncelo solo de compositoras brasileiras. Apresentarei os resultados parciais obtidos até o momento por meio de listagens, organizando as informações encontradas até aqui em três grupos: definições de dicionário; menções em artigos do campo de estudos de gênero e feministas; menções em textos da área da música. É importante dizer que apesar de encontrar menções à categoria de inaudibilidade, as únicas definições dessa palavra e categoria que encontrei até o presente momento são de dicionários. Por conta das dificuldades em mapear a historicidade dessa categoria, com



definições, elaborações e conceituações, me vejo rastreando a própria categoria, em um estágio inicial de “escavação”.

Conforme dito antes as únicas definições de inaudibilidade que encontrei até agora estão em dicionários. De forma geral, em outros textos e fontes, observo que a palavra ou categoria/ conceito de inaudibilidade têm sido utilizada como algo subentendido, óbvio, sem apresentação de definições, e, em geral, não mais do que como um adjetivo. Os dicionários nos quais encontrei definições de inaudibilidade, como qualidade, condição ou caráter daquilo que não pode ser ouvido/a, que é inaudível, foram: Infopedia⁵; Priberam⁶; Michaelis⁷; Portal da língua portuguesa⁸ e Sensagent⁹. Interessante observar que a imensa maioria desses dicionário é de Portugal (todos, com exceção do Michaelis).

Os textos do campo de estudos de gênero e feminismos que mencionam inaudibilidade e que encontrei até agora foram os de Maria Luísa Femenías¹⁰; Tania Pérez-Bustos¹¹; Angelica Stathopoulos e Jayne Desmond¹²; Eugenie Brinkema¹³; Liz Meerabeau¹⁴ e Judith Butler¹⁵.

Os textos da área da música que mencionam inaudibilidade e que encontrei até agora foram os de Angela Luhning e Laila Rosa¹⁶, e, Elaine Barkin e Lydia Hamessley¹⁷. Laila Rosa aponta caminhos de reflexão sobre essas experiências e observações ao trabalhar com o conceito de feminicídio musical:

⁵ Inaudibilidade in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consultado em 25 de junho de 2018]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/inaudibilidade>

⁶ Inaudibilidade in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, [consultado em 25 de junho de 2018]. Disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/inaudibilidade>

⁷ Inaudibilidade in Dicionário Michaelis on-line. São Paulo: Editora Melhoramentos. [consultado em 21 de junho de 2018]. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=aKN27>

⁸ Inaudibilidade in Portal da Língua Portuguesa, iLTeC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional – CELGA – Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra. [consultado em 25 de junho de 2018] <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=lemma&lemma=125568>

⁹ Inaudibilidade in Dicionário Sensagent – sensagent: Enciclopédia em linha, dicionário de definições e mais. [consultado em 25 de junho de 2018]. Disponível em: <http://dicionario.sensagent.com/inaudibilidade/pt-pt/>

¹⁰ FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol.15, nº 01, jan. /abril 2007, p. 11-25. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000100002>

¹¹ PÉREZ-BUSTOS, Tania. “No es sólo una cuestión de lenguaje”: lo inaudible de los estudios feministas latinoamericanos en el mundo académico anglosajón. Scientiae Studia – Revista Latino-americana de filosofia e história da ciência. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 59-72, 2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133643/129613>

¹² STATHPOULOS, Angelica. DESMOND, Jayne. Disruptive silence / inhabiting near-inaudibility. Writing from below. Vol 2, No 2 (2015). Disponível em http://www.lib.latrobe.edu.au/ojs/index.php/wfb/article/view/567/html_5.

¹³ BRINKEMA, Eugenie. 2011. ‘Critique of Silence.’ Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies 22: 211-234. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/differences/article-abstract/22/2-3/211/60674/Critique-of-Silence>

¹⁴ MEERABEAU, Liz. The Invisible (Inaudible) Woman: Nursing in the English Academy. Gender, Work & Organization, 12: p. 124-146, 2005. doi:10.1111/j.1468-0432.2005.00266.x. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0432.2005.00266>.

¹⁵ BUTLER, Judith. O Clamor de Antígona: o parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

¹⁶ LUHNING, Angela. E.; ROSA, Laila. Música e cultura no Brasil: da invisibilidade e inaudibilidade à percepção dos sujeitos musicais. In: ALVES, Paulo César (Org.). Cultura: múltiplas leituras. São Paulo; Salvador: EDUSC; EDUFBA, 2010. p. 319 – 348.

¹⁷ BARKIN, Elaine. HAMESSLEY, Lydia. eds. 1999. Audible Traces: Gender, Identity, and Music. Zurich: Carciofoli Verlagshaus. Verbal score, index, CD. ISBN 3-905323-00-1 (hardcover).



Eu tenho trabalhado com o conceito de Feminicídio Musical. Ou seja, esse extermínio, essa invalidação que as mulheres sofrem como musicistas, instrumentistas, compositoras. Na Escola de Música não se ouve mulheres. Quando você pergunta para um(a) estudante de música: ‘Quantas compositoras você conhece? Quantas compositoras você escuta? Quantas compositoras seu professor colocou pra você ouvir durante seu curso de música?’ É muito desigual ou inexistente. Esse extermínio do que a gente é e do que a gente faz é sistemático e histórico [...]. (Laila Rosa, gravação realizada no dia 15/07/2017) (COSTA & ROSA, 2017: 8)

Essa pesquisa se deu (e se dá) na direção apontada por Scott: na partilha do que pôde ser “ouvido” através do “não-audível”/ “não-ouvido”, e “visto” através do “não-visível”. Das “respostas” e contornos escutados no que as ausências, silêncios e barreiras nos falam/ nos soam, encontramos possíveis elaborações ao refletirmos sobre a inaudibilidade e a impossibilidade de escuta (e as impossibilidades também do que a escuta implica e significa no campo da música: reconhecimento, legitimação, memória, e tantas outras coisas). Dos silenciamentos e da condição de impedimento de serem escutadas... “Na luta contra epistemicídios (Sueli Carneiro, 2005) e contra feminicídios musicais (Laila Rosa, 2017)” (NOGUEIRA, 2017), mulheres nas músicas e nos sons se articulam e buscam saídas e contornos para serem ouvidas... Para tornarem-se elas e suas criações: audíveis, sonoras, “ouvíveis”, sonantes...

Possíveis articulações com outras categorias

Ao longo da presente pesquisa, tenho me deparado com outras categorias que se relacionam fortemente com a de inaudibilidade – principalmente entre autoras/es do feminismo negro – como: silenciamento; silêncio; “lugar de cala”; voz, escuta e “lugar de escuta” (pensando aqui também na categoria “lugar de fala”). Sobre silenciamento, silêncio e “lugar de cala”, me chama à atenção o pensamento de Audre Lorde (1984)¹⁸, Grada Kilomba (2016)¹⁹, Jota Mombaça (2016)²⁰ e Michelle Perrot (2005; 2007)²¹. Sobre voz, o pensamento de Adriana Cavarero (2005)²², Sobre escuta e “lugar de escuta”, Marcia Tiburi (2018)²³, Gayatri Spivak (2010)²⁴, Jean-Luc Nancy (2014)²⁵, Roland Barthes (1984)²⁶ e Peter Szendy (2009)²⁷.

¹⁸ LORDE, Audre. *Sister Outsider : Essays and Speeches*. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984.

¹⁹ KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento – uma palestra-performance de Grada Kilomba*. Tradução de Jéssica Oliveira. Palestra-performance realizada no Instituto Goethe – São Paulo, em 2016. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

²⁰ MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*. 2016.

²¹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: Edusc, 2007. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 30. PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 18, 1989, p. 9-18.

²² CAVARERO, Adriana. *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

²³ TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. selo Rosa dos Tempos, do Grupo Editorial Record. 2018.

²⁴ SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

²⁵ NANCY, Jean-Luc. *À escuta*. Trad. de Fernanda Bernardo. Lisboa: ed. Chão da Feira, 2014.

²⁶ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

²⁷ SZENDY, P. *Listen: A History of Our Ears*. Trad. de Charlotte Mandell. 3. ed. New York: Fordham University Press, 2008.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Pretendo me debruçar sobre a investigação das relações entre a categoria inaudibilidade e essas outras categorias, tanto para compreender suas diferenças e usos diversos, como para compreender possíveis articulações entre elas. Por ora, trabalho com a hipótese de que inaudibilidade (o quê e quem soa ou pode soar – no caso de obras musicais já escritas e grafadas – mas, à despeito de sua existência e vontade, não é escutado/a ou ouvido/a) está em relação ao silenciamento (o quê e quem é impedido/a e/ ou proibido/a, à força, de sequer soar e existir sonoramente, por imposição) assim como a invisibilidade está para o desaparecimento/ extermínio/ exclusão e esquecimento. Pelas leituras e observações que tenho feito, outra hipótese que emerge é a de que as categorias de escuta e de “lugar de escuta” parecem ser cruciais enquanto categorias que problematizam justamente tanto a necessidade de escuta e audibilidade, e, que potencialmente ativam e possibilitam à própria escuta e audibilidade per se, quanto os elementos, condições e mecanismos que as impedem.

Silêncio e possibilidades de escuta a partir do pensamento de Grada Kilomba, Djamilia Ribeiro e Audre Lorde

Grada Kilomba, escritora, pensadora e artista interdisciplinar (Lisboa, 1968 –) levanta e aponta categorias e estruturas que me ajudam a pensar sobre as compositoras brasileiras e suas criações e composições sonoras, artísticas e musicais: essas sujeitas e suas criações têm sido cronicamente “esquecidas”, inaudibilizadas, invisibilizadas, silenciadas, afastadas para longe e desconhecidas na história e nos diferentes âmbitos da música brasileira – e em graus ainda mais severos com relação às compositoras negras e indígenas brasileiras, que, além de sofrerem as opressões e exclusões impostas pelo sexismo e pelo machismo na música, sofrem também as consequências do racismo.

Apesar de existirem, comporem e criarem, não têm sido ouvidas, escutadas, audibilizadas, lembradas, reconhecidas. Na negociação entre “sujeitos sonantes-criadores” e sujeitos ouvintes da música, elas não têm tido a escuta, o ouvir, a “autorização para quem cria/ compõe”, nem tampouco têm tido acesso ao pertencimento no mundo da música brasileira: “Ser ouvida também significa pertencer. Sabemos que aqueles/as que pertencem são aqueles/as que são ouvidos/as. E aqueles/as que não são ouvidos/as são aqueles/as que não pertencem.” (KILOMBA, 2016: 7)

As criações e expressões artísticas, musicais e sonoras destas mulheres não têm sido reconhecidas como criações ou expressões artísticas, musicais e sonoras, o que passa, também, por sua total ausência nas agendas e currículos oficiais desde locais de formação e educação musical até as programações de orquestras, festivais, concertos, rádios e gravadoras. A produção e a criação musical de homens predominantemente brancos têm sido reconhecida na música brasileira, por séculos, como central, como a norma, ao contrário da produção e criação musical de mulheres, reiteradamente marginalizada.

Parafraseando e ao mesmo tempo citando Kilomba, ousa dizer que “os espaços acadêmicos, artísticos e culturais da música no Brasil têm se revelado inadequados para se relacionar com a condição e com os sujeitos, discursos, perspectivas, narrativas, conhecimentos, criações, expressões “pós-coloniais”, mantendo o masculino como o não-nomeado, “como o centro ausente, como uma identidade que se coloca no centro de tudo, como uma centralidade que é apresentada como sinônimo



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

de humano, de condição humana, assegurando a marcação das outras identidades e sua própria permanência como não marcada, como a norma.” (KILOMBA, 2016)

Em “Precisamos romper com os silêncios” a filósofa Djamila Ribeiro (Santos, 1980 –) apresenta reflexões sobre silêncios e pluralidades, direito à voz e humanidade. Ela aborda os silêncios institucionais, os silêncios que expressam desconsideração e anestesia social e coletiva perante tragédias específicas, os silêncios das invisibilizações, da não-representatividade, os silêncios construídos pelo domínio de uma voz única – que, por sua vez, precisa ser transcendida por narrativas outras/ múltiplas/ plurais –, e aponta que o acesso à voz é também o acesso à humanidade, assim como a falta de acesso à voz indica a negação de humanidade. Nesse sentido, ela indica o quanto a superação da manutenção intacta da autorização de fala aos mesmos discursos e sujeitos historicamente autorizados a falar, bem como da norma branca e masculina que estão por trás dessa autorização, demanda pluralidade de vozes, questionamento de naturalização de violências, silêncios e ausências, porque “[...] o silêncio diz muito”. (RIBEIRO, 2016: 2) Nessa “reconfiguração de mundo”, nesse novo “pacto”, vozes historicamente silenciadas e subalternizadas “[...] passam a falar, [...] começam a ser respeitadas, [...] começam a ser legitimadas. Então romper com o silêncio é romper com a violência. Romper com o silêncio é a gente romper com essas violências naturalizadas, cotidianas e que muitas vezes a gente não percebe como violência.” (RIBEIRO, 2016: 2) Ribeiro aponta a necessidade de questionamento de tantos silêncios naturalizados e normalizados em nossa sociedade, bem como a necessidade do incômodo que esses questionamentos trazem – incômodo que atinge principalmente os sujeitos historicamente privilegiados – em uma reconfiguração de mundo que demanda a participação de todas as pessoas e que implica, necessariamente, em uma nova “economia” da voz que pede escuta, que pede um “lugar de escuta”: uma “economia” em que todas as vozes sejam legitimadas, reconhecidas, permitidas, ouvidas e consideradas potentes e necessárias, sem marginalização, inferiorização ou silenciamento de vozes. (RIBEIRO, 2016: 3)

A partir de Ribeiro é possível dizer que as compositoras brasileiras e suas criações e composições sonoras, artísticas e musicais têm sido crônica e historicamente silenciadas tanto institucionalmente quanto através de invisibilizações, inaudibilizações, não-representatividade e pela presença única e exclusiva do que podemos chamar de “a voz única” criadora da música brasileira: a voz de homens brancos das classes médias ou altas do país e que representam os eixos políticos e econômicos do Brasil – quadro que, novamente, é ainda e muito mais grave quando pensamos nas compositoras e criadoras negras e indígenas brasileiras, atingidas tanto pelo sexismo quanto pelo racismo estruturais dos mundos das músicas no país. Esse panorama de desigualdades, opressões, exclusões, violências, silêncios e ausências têm sido naturalizado e normalizado por séculos. A audibilização, legitimação, validação, visibilização, participação efetiva e reconhecimento das compositoras brasileiras e suas criações e composições é necessária rumo a mundos da música no Brasil que contem com pluralidade de vozes criadoras em mundos da música reconfigurados por outros “lugar de escuta” e “lugares de expressão/ criação”. Mundos nos quais as vozes, expressões e enunciações criativas dessas mulheres possam ser tão legitimadas, reconhecidas, permitidas, ouvidas e consideradas potentes e necessárias quanto àquelas dos sujeitos que, historicamente, têm sido os únicos ouvidos e considerados na história da música brasileira, sem marginalização, inferiorização ou silenciamento de vozes. Para isso, é necessário “romper com os silêncios” naturalizados,



normalizados e institucionalizados nos mundos das músicas no Brasil, mesmo que/ incluindo que isso provoque incômodos – especialmente nos sujeitos historicamente privilegiados pela oportunidade de escuta, pela garantia de “voz”.

Em “A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação” a escritora, ativista e poeta caribenha-americana Audre Lorde (1934 – 1992) descreve o quanto um momento limítrofe de sua vida, em que se viu à beira da morte, obrigada a tomar consciência de sua própria mortalidade, a fez ver a necessidade e a extrema importância de transformar “silêncio em linguagem e em ação”. Lorde reflete sobre o quanto é frequente tentarmos nos defender e nos proteger de dores, morte e sofrimento através do silêncio (especialmente quando se vive em condições de subordinação/ subalternização, opressão, exclusão, discriminação negativa e assujeitamento social), em diversos tipos de “auto-traição” que ocorriam em cada silêncio, embora nenhum silêncio a houvesse protegido de fato, e, também, embora não haja quem não sofra, de diferentes maneiras, sempre. (LORDE, 1984: 1-2) Ela aponta a necessidade de “luta da [contra a] tirania do silêncio”, que precisa ser feita com preocupação, cuidado, força e companhia entre mulheres que se ajudam para que possa ser possível, para alguém, descobrir-se “guerreira”, descobrir “uma fonte de poder” dentro de si em cada palavra dita, em “cada tentativa de falar as verdades que perseguimos”. (LORDE, 1984: 2) Lorde pergunta, nos convidando para uma auto-análise: “Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio?” (LORDE, 1984: 2) A autora lembra que romper silêncios traz também inúmeros riscos, principalmente para quem foi e é historicamente oprimido e negativamente visibilizado/a (e vulnerabilizado/a) por diversas violências:

E, certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos. [...] No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. (LORDE, 1984: 3)

Inspirada em Lorde, ousou dizer que reconheço a tirania do silêncio atuando também sobre as mulheres da música em geral, mas certamente com maior severidade sobre mulheres que estão / são de fora do Norte Global, como as brasileiras que trabalham com música (sejam elas compositoras/ criadoras, intérpretes, improvisadoras, educadoras, regentes, produtoras, pesquisadoras, sonorizadoras, técnicas de estúdio, arranjadoras, e tantas outras), em esquecimentos, inaudibilizações e silêncios que urgem serem “transformados em linguagem e em ação”. A persistente recusa de tantas mulheres da música no Brasil na abordagem de graves questões de gênero que marcam o campo da música como um campo extremamente sexista, masculino, branco, hétero, de camadas médias e centrado no eixo Rio – São Paulo certamente indica medo no uso do silêncio para defesa, proteção e evitação de ainda mais danos, riscos e prejuízos nas vidas profissionais destas sujeitas. A própria ausência de representatividade e de escuta dessas mulheres compositoras / criadoras brasileiras e de suas obras é também, inegavelmente, outra manifestação da tirania do silêncio imposta sobre essas mulheres e suas criações na música.



Me parece latente que hajam “lutas contra essa tirania do silêncio” que demandam, também de nós, mulheres da música no Brasil, o ultrapassamento e a superação das “falsas separações” que fazem com que estejamos sempre “nos abstraindo umas das outras” (seja por causa de nossos medos, dos padrões impostos, de marcadores de classe, raça-etnia, região geográfica, formação, estilo-estética, ou, por diferenças de status das posições e funções que exercemos e ocupamos nos mundos da música). Paraphrasing Lorde, sinto que é necessário que “reconheçamos nossas responsabilidades em tirar essas músicas e criações sonoras para fora, tocá-las, interpretá-las, ouvi-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida.” Sem dúvidas, isso precisa de fortalecimento, colaboração, cuidado e parceria entre mulheres da música no Brasil rumo à audibilização, memória, recuperação, reconhecimento, compartilhamento e difusão de suas criações e práticas artísticas na música e na arte sonora, e, de suas vidas e histórias, em “processos de vida na música que sejam criativos, contínuos e em crescimento”.

Hipóteses iniciais e pesquisa

Nesse ensaio tentei me aproximar e talvez compreender, mesmo que apenas parcialmente, as reflexões de Grada Kilomba, Djamilia Ribeiro e Audre Lorde sobre enunciações e expressões, escuta, inaudibilidade e silenciamento; vulnerabilidades, medos e silêncios; transformação de silêncios em linguagens e sons e ações, e, tentei re-interpretar seus apontamentos com foco nas mulheres brasileiras da música, ou, aproximar suas lentes e perspectivas à realidade de predominantes silenciamento e inaudibilidade das compositoras brasileiras e suas criações e composições sonoras, artísticas e musicais. No percurso, esbarrei em memórias, esquecimentos e silenciamentos de outra ordem, o que sinto e penso fazer parte de percursos poéticos, sensíveis, subjetivos e criativos outros – caminhos despertados, alimentados e inspirados pela reflexão teórica.

Penso que Chiquinha Gonzaga seja um exemplo didático da situação de exclusão, inaudibilização, esquecimento e embranquecimento motivados principalmente por sexismo e racismo que vivem nossas mulheres criadoras brasileiras, suas obras, histórias e memórias: Francisca Edwiges Neves Gonzaga, compositora, pianista e regente, (1847 – 1935), compôs 264 músicas/peças entre valsas, tangos, fados, habaneras, romances, baladas, marchas, peças sacras, serenatas, barcarolas, modinhas, gavotas, mazurcas, dobrados, quadrilhas, danças africanas e maxixes; 62 peças teatrais que possuem composições suas, algumas podendo conter literalmente dezenas de números [composições] diferentes; 56 operetas completas. Entretanto permanece até hoje quase que completamente ignorada, esquecida, desmerecida, desrespeitada, não-reconhecida e não-legitimada nas escolas, universidades, cursos e pesquisas da área da música, salvo raríssimas e corajosas exceções. (DIAS, 2016) Em um artigo recente, Rodrigo Cantos aponta o como Chiquinha Gonzaga, filha de uma união inter-racial entre uma mulher negra e um homem branco, é embranquecida na quase totalidade de biografias e livros sobre a compositora, e mostra, com sua pesquisa, a verificação de “[...] um embranquecimento social [de Chiquinha Gonzaga] e um apagamento de qualquer vínculo com o meio negro.” (CANTOS, 2017: 3)

Percebo que os caminhos, visões e escutas de Kilomba, Ribeiro e Lorde se encontram quando penso que a audibilização das compositoras brasileiras e suas criações, rumo à mundos plurais nas músicas do Brasil passa tanto pelo questionamento e possível rompimento dos silêncios – como



apontado por Ribeiro e Lorde-, por atuações coletivas de cuidado e colaboração entre mulheres que as fortaleçam para agir e falar / tocar / cantar / criar além do e apesar do medo, quando, também, por outras negociações de fala/ de expressão artística e de escuta, como apontado por Kilomba: “Falar e silenciar parece ser um projeto entre aqueles que falam e aqueles que ouvem, uma negociação entre os falantes e os ouvintes: parece que só se pode falar, se a própria voz for ouvida.” (KILOMBA, 2017) As compositoras e criadoras brasileiras só poderão efetivamente “soar” quando suas próprias enunciações, expressões e artísticas puderem ser ouvidas por todas/os/es nós, de fato.

A partir de articulações iniciais entre inaudibilidade e outras categorias relacionadas – principalmente entre autoras/es do feminismo negro – como: silenciamento; silêncio; “lugar de cala”; voz, escuta e “lugar de escuta” (pensando aqui também na categoria “lugar de fala”), começo a trabalhar com a hipótese de que inaudibilidade está em relação ao silenciamento (o quê e quem é impedido/a e/ ou proibido/a, à força, de sequer soar e existir sonoramente, por imposição) assim como a invisibilidade está para o desaparecimento/ extermínio/ exclusão e esquecimento. Ao me debruçar sobre a investigação das relações entre essas categorias, tanto para compreender suas diferenças e usos diversos, como para compreender possíveis articulações entre elas, me pergunto se é possível pensar, no campo da música, na condição dupla de invisibilidade e inaudibilidade dessas mulheres brasileiras e de suas produções musicais e sonoras. Outra hipótese que emerge é a de que as categorias de audibilidade, escuta, e, de “lugar de escuta”, parecem ser cruciais enquanto categorias que problematizam justamente tanto a necessidade de escuta e audibilidade.

Referências

CANTOS, Rodrigo. *Música e análise do discurso: representações de Chiquinha Gonzaga enquanto artista e sujeito histórico na literatura infanto-juvenil*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

Disponível em:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497881277_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG-RodrigoCantos.pdf> Acesso em 16 de fevereiro de 2018.

COSTA, Alexandra Martins. ROSA, Laila Andressa Cavalcante. *Entre músicas e musicistas: a revolução virá pelo ventre*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499438578_ARQUIVO_FAZENDOGENERO-ALEXANDRAMARTINSCOSTA-ARTIGOFINAL.pdf. Acesso em 29 de julho de 2017.

DIAS, Alexandre. *Quantas músicas de Chiquinha Gonzaga você conhece?* 169 anos da compositora e pianista Chiquinha Gonzaga. Bom pra cabeça – Rádio Clube da boa música. 18 de outubro de 2016. Disponível em: < <http://bpcrcbm-posts.donoleari.com.br/2016/10/pianista-alexandre-dias-quantas-musicas.html>> Acesso em 11 de setembro de 2017.

DICIO, Dicionário Online de Português. DICIO, Dicionário Online de Português. 7Graus. Entrada: *Inaudível*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inaudivel/>. Acesso em 25 de agosto de 2017.



INFOPÉDIA, Dicionários Porto Editora. Dicionário da Língua Portuguesa com acordo ortográfico. Entrada: *Inaudibilidade*. Porto: Porto Editora, 2003 – 2015. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/inaudibilidade?homografia=0>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

KILOMBA, Grada. *A Máscara*. Cadernos De Literatura Em Tradução, n. 16, p. 171-180. In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286> Acesso em 2 de agosto de 2019.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento* – uma palestra-performance de Grada Kilomba. Tradução de Jéssica Oliveira. Palestra-performance realizada no Instituto Goethe – São Paulo, em 2016. Disponível em: < <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf> > Acesso em 31 de janeiro de 2018.

LORDE, Audre. *A transformação do Silêncio em Linguagem e Ação*. Textos escolhidos de Audre Lorde. Difusão Herética, p. 21-25, 2017. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/AUDRE-LORDE-leitura.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo decolonial*. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, vol. 22, n. 3, 2014, p.935-952. Disponível em:<www.scielo.br/> Acesso em: 11 Ago.2016.

NEIVA, Tânia Mello. *Mulheres Brasileiras na Música Experimental: uma perspectiva feminista*. Tese de Doutorado. PPGMUS, Centro de Comunicação, Turismo e Arte, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pp. 421. 2018. João Pessoa.

NOGUEIRA, Isabel Porto. (2017). *Artivismos digitais e cyberfeminismos*. linda – revista sobre cultura eletroacústica. 4(#3). Disponível em: <http://linda.nmelindo.com/2017/05/artivismos-digitais-e-cyberfeminismos-nas-compilacoes-de-musicas-de-mulheres-feminoise-latinoamerica-e-hystereofonica/> .

RIBEIRO, Djamilia. *Precisamos romper com os silêncios*. TEDx São Paulo Salon. Publicado em 27 de janeiro de 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/Precisamos%20romper%20com%20os%20sil%C3%A2ncios_Djamilia%20Ribeiro.pdf> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc> > Acesso em 31 de janeiro de 2018.

Tracking the historicity of the inaudibility category

Abstract: Here I seek to trace (or “grope”) the historicity of the inaudibility analysis category, that has a structuring role in the ongoing doctoral research – related to works for solo cello by Brazilian women composers. I present the initial and partial results obtained so far through listings, organizing the information found so far into three groups: 1. dictionary definitions; 2. mentions in articles from the field of gender and feminist studies; 3. mentions in texts of the music field. The definitions of the word and category “inaudibility” I found are from dictionaries. I track down the category itself, at an



early stage of “excavation”: I present the introduction of my research pathway to the category and also present articulations between inaudibility and other related categories – especially among some from black feminist authors – such as: silencing; silence; “Place of silence”; voice, listening and “listening place” (thinking here also in the category “place of speech”). I work with the hypothesis that inaudibility is in relation to silencing (what and who is forcibly prevented and / or forbidden from even sounding and existing loudly by imposition) just as invisibility is about disappearance / extermination / exclusion and forgetfulness. I look into the investigation of the relationships between these categories, both to understand their differences and diverse uses, and to understand possible articulations between them. I wonder if it is possible to think, in the field of music, of the double condition of invisibility and inaudibility of these Brazilian women and their musical and sound productions. Another hypothesis that emerges is that the categories of audibility, listening, and “listening place” seem to be crucial as categories that precisely problematize the need for listening and audibility.

Keywords: Inaudibility. Silencing Audibility. Listening.



POÉTICAS E RELAÇÕES INTERAMERICANAS A PARTIR DA OBRA DE NÉLIDA AURORA OVIEDO (ARGENTINA-BRASIL, ANOS 1950-1960)

Caroline Aparecida Guebert¹

Resumo: Este trabalho surgiu a partir de um projeto de Doutorado em História, que atenta para práticas de diálogo cultural que mobilizaram indivíduos, agremiações e repertórios literários e políticos “americanistas”, num contexto particular de estabelecimento de iniciativas de origem estatal, paraestatal e privada que combinavam nacional-desenvolvimentismo e políticas internacionais de integração. O objeto é parte da produção de Nélide Aurora Oviedo, argentina que se notabilizou como crítica, poetisa e mediadora cultural, que publicou textos em diversos periódicos culturais brasileiros, como a *Revista Sul* (Florianópolis-SC), a *Revista Jangada* (Fortaleza, CE), o jornal *Tapejara* (Ponta Grossa-PR) e o jornal *Letras da Província* (Rio de Janeiro-RJ). A partir desses textos e das interlocuções que lhes deram lugar, temporalmente situadas entre o início dos 1950 e o início dos anos 1960, buscamos problematizar algumas condições socioculturais de produção e de inserção dessa autora na Argentina e no Brasil, conforme disposições que eram ativadas e reconvertidas nos circuitos americanistas que integrou em diferentes configurações sociais (inter-relacionadas). Abarcando a dimensão simbólica da vida social e das lutas em que Nélide Oviedo se envolveu, analisamos práticas de troca, tradução e divulgação, bem como redes de interdependência que foram estabelecidas. Certas conformações de gênero atravessaram as dinâmicas de criação, de circulação e de inserção/reconversão social de autores e autoras, em meio aos contextos de desperonização (Argentina) e de redemocratização (Brasil) em meados do século XX. Tais escritos, da poesia até a crítica literária, servem de indício da construção de um horizonte de expectativas coletivo da qual ela fez parte, que esteve associado a certa identidade intelectual “interamericana”, forjada em processos históricos.

Palavras-chave: Relações Interamericanas. Literatura e Política. Nélide Aurora Oviedo. Argentina-Brasil. Periódicos.

Introdução

Durante o Mestrado (Guebert, 2018), estudei o fenômeno do Euclidianismo e a construção de uma agenda de ideias, valores e práticas em torno do “Brasil dos sertões” que, em meados do século passado, esteve ligada a vários grupos e movimentos intelectuais e políticos, que o atravessaram². Foi possível mapear condições e circuitos de produção e transmissão cultural pela institucionalização do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC, Ponta Grossa, Paraná, 1948-1985), cujos integrantes fundadores reuniam disposições como oratória, bibliofilia, voluntarismo, conhecimentos científicos e literários e de comunicação com pares de outros países. Relevante aos anseios e ações dos euclidianos, a internacionalização, para alguns mais do que outros, foi fundamental na construção de sua *sociodicéia* e, de modo mais amplo, marcou os jogos de legitimidade e a autoestima grupal mediante as elites locais, uma vez que as interlocuções estabelecidas com intelectuais e diplomatas estrangeiros reafirmavam que não estavam isolados, que eram modernos, que seus projetos estavam

¹ Bacharela em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: carolineap.guebert@gmail.com.

² “Euclidianismo” fazia alusão a Euclides da Cunha e a transmissão cultural do seu espólio. Instituições foram criadas e se articularam em rede ao longo do século XX, em cidades como Rio de Janeiro (RJ), São José do Rio Pardo (SP), Ponta Grossa (PR) e Natal (RN). As iniciativas desses grupos se expandiram por diversos espaços cívico-letrados e escolares.



se concretizando, etc., convertendo-se em trunfo. Esse fenômeno social conjugou pessoas e modos de pensamento, que se voltavam às particularidades históricas, sociológicas, culturais, folclóricas, literárias nacionais/regionais em chave celebrativa e, a um só tempo, as aproximações identitárias continentais passíveis de reforçá-las, buscando temas e interesses convergentes.

Na documentação dos euclidianos podemos marcar, quantitativamente, um amplo conjunto de cartas e textos enviados de vários lugares da América, com destaque da Argentina, seguida do Uruguai, por colaboradores do jornal *Tapejara*, produzido por eles na cidade de Ponta Grossa e que circulou entre 1950 e 1976. Apesar de apontar essa questão nas condições de produção que enredaram o grupo – e também muitos outros no período – ainda ficaram por ser desdobradas problemáticas específicas acerca dessas rotas interamericanas. Como as pessoas envolvidas nessas relações epistolares, de sociabilidades e de publicação tratavam o intercâmbio? Que força isso teve em trajetórias individuais e coletivas? E na construção de projetos e de legados culturais? Além de demarcar a própria prática do intercâmbio cultural e uma semântica de categorias nativas, via cartas e periódicos, o objetivo desta comunicação é explorar brevemente um estudo de caso ainda em constituição sobre uma escritora autodenominada americanista, que investiu nele, a fim de pensar essas interações, atentando para seus condicionantes de gênero e para múltiplos domínios sociais e de debate público envolvidos.

Nos anos 1950, pensadores e pensadoras americanas, que assumiam ou não termos do pan-americanismo, foram publicados em periódicos brasileiros, com uma série de mediações que os interlocutores daqui faziam, conforme suas agendas específicas, enviando, em contrapartida, textos “brasileiros”. Na leitura da documentação do fundador do CCEC³, a figura de Nélide Aurora Oviedo, residente em Rosário (Província de Santa Fe, Argentina) ressaltou aos olhos: ela foi mencionada em cartas trocadas entre líderes de instituições argentinas e brasileiras – como Santiago Gastaldi (Instituto de Cultura Americana) e Faris Michaelae (Centro Cultural Interamericano) – e em periódicos como “La Nación”, enquanto uma porta-voz dos anseios de intercâmbio intelectual interamericano, como ela própria se auto-representava. Nas cartas que enviava, logo abaixo de seu nome era impresso:

Membro da Sociedade Argentina de Escritores (Buenos Aires)
Membro Conselheiro da Asociación Interamericana de Escritores (Buenos Aires)
Membro do Grupo Americanista de Intelectuales e Artistas de Montevideo (Uruguai)
Membro Honorário Instituto de Cultura Americana (La Plata)
Membro e Correspondente da Associação Internacional de Imprensa (Brasil)
Membro e Delegada da Fraternité Balzacienne universelle (Montevideo)
Membro da Asociación Cultural Argentina El Libro (Buenos Aires)
(OVIDO, 1951, p. 1).

Reclamando pra si a marca de mulher provinciana e de patriota, essa agente se inseriu em canais nacionais e internacionais de produção e mediação cultural que se abriram (ela própria abrindo alguns). Entre seus interesses na cooperação interamericana, anunciava “a arte autóctone”, que, segundo ela, era ao mesmo tempo nacionalista e não isolacionista; o patrimônio arqueológico e

³ O Acervo Faris Michaelae está sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG). Michaelae fundou um Centro Cultural Interamericano e foi sócio-correspondente de vários: Instituto y Biblioteca Panamericana, Union Cultural Americana, etc. No *Tapejara*, que dirigiu, cerca de 1/3 das publicações eram de autores estrangeiros.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

linguístico indígena; a crítica e divulgação literária, artística e historiográfica, ressaltando a importância dos públicos dos países conhecerem obras como a do mexicano Diego Rivera e da Chilena Gabriela Mistral. Em artigo denominado “etnologia argentina”, no periódico *Tapejara* (Ponta Grossa, PR), mostrava entusiasmo com a arqueologia das urnas funerárias pré-colombianas do Império Inca (especialmente “la gran cruz calchaqui”) que se estendeu do Peru ao norte argentino. Em outro texto enfocou a “moderna poesia feminina”, destacando “la mujer argentina como devota al arte”: “Son numerosas las poetisas jóvenes argentinas, con libros publicados o con su obra inédita, que hacen oír su voz” (OVIEDO, 1953, p. 8). Entre argumentos para legitimar proximidades, mirava-se um futuro americano como imperativo para desenvolvimento das nações.

Essas “poéticas” do espaço americano podem ser lidas como intersecções entre leituras, vivências e ambições compartilhadas com diferentes interlocutores, que eram atualizadas nesses processos. Ocorreram então investimentos de tradução, conforme semânticas próprias destinadas a cada grupo. Identificações na esfera literária, estética e de memória histórica, via crítica e intertextualidade, foram veiculadas mediante a partilha do próprio ideal de formação de um público de leitores, na construção de um horizonte de expectativas coletivo. A autora e vários intelectuais para os quais ela mandava seus livros e contribuições (e dos quais recebia), notabilizaram-se, inclusive, como formadores de bibliotecas abertas e destinadas, especialmente, aos jovens.

Nos anos 1950, três livros de poesia de Nélide Oviedo lançados na década anterior – “Asomo” (Rosario: Perelló, 1945), “Viaje del Cansancio” (Rosario: Perellos y Hynos, 1947) e “Aire de Palomas” (Rosario: Perellos y Hynos, 1950) – foram enviados diretamente por ela para interlocutores brasileiros, sendo que em 1951, o jornal *Letras da Província* (Rio de Janeiro, RJ), replicava os comentários elogiosos do jornal argentino “Lá Nación”, caracterizando sua poesia pela “Honda preocupación por el más allá de los humanos nos sugere en belas imágenes, en diestro concierto de las reflexiones filosóficas y estéticas” (LETRAS DA PROVÍNCIA, 1951, p. irreg.), e no mesmo ano, publicava-se o endereço da autora, que havia sido solicitado em seu “Correio de Letras”. A partir daí, novas interlocuções seriam estabelecidas com periódicos produzidos em outros lugares do Brasil, atingindo seu auge até o início dos 1960. Tais contatos começaram a arrefecer na década seguinte, mediante os deslocamentos materiais e simbólicos sofridos pelas políticas culturais interamericanas, de maneira mais ampla, com a instauração das Ditaduras Militares (no Brasil em 1964 e na Argentina em 1966): na nova conjuntura política, a cooperação foi atravessada por políticas de controle e vigilância pelo Estado e pelos exílios, que coincidem com um período em que a autora parece ter passado a dialogar mais com pares situados na Espanha.

No período democrático (pós-peronista e pós-getulista), ela se aproximou de grupos de intelectuais brasileiros compreendidos e sancionados por ela como modernos. Além dos já mencionados *Letras da Província* e *Tapejara*, dos quais era sócia-correspondente, destaque-se: a *Revista Sul*, de Florianópolis (entre 1948 e 1957), editada pelo Círculo de Arte Moderna conhecido como Grupo Sul, liderado por Salim Miguel e Eglê Malheiros, cujo conteúdo girava em torno de literatura e artes visuais e cênicas; a *Revista Jangada* (de Fortaleza), criada em 1949 pela Ala Feminina da *Casa de Juvenal Galeno*, que, sob a liderança de Henriqueta Galeno se dizia um centro irradiador da cultura cearense, para estímulo dos jovens e congregação da inteligência feminina, assumindo a finalidade de divulgar e promover a “literatura feminina”, junto com a memória histórica



do seu pai como “criador da poesia popular brasileira”. Segundo Souza (2014), esta líder se dedicava aos direitos de participação social da “mulher brasileira”, notabilizando-se como integrante do I Congresso Feminista, presidido por Berta Lutz, e autora do livro “Mulheres Admiráveis” (s.d.). A confraternização americana era lida em comum por esses variados grupos como um trabalho patriótico e de alcance sociopolítico da paz.

Os textos em poesia e em prosa que circularam no Brasil naquela década, mapeados até o momento (livros de poesia, artigos publicados em quatro periódicos e cartas enviadas para representantes desses grupos), são indicativos dos principais temas dos quais se ocupou, atravessados por escolhas estratégicas com relação a repertórios intelectuais, que operou entre o espanhol e o português, especialmente no sentido de buscar “traduzir a argentina” para brasileiros e vice-versa, incluindo aí repertórios ligados a outros países. As missivas remetidas aos pares brasileiros remetem a uma “conversa com um ausente” indicativa de fatores históricos e sociais implicados na destinação e na subscrição, que são próprios do funcionamento desse tipo de comunicação. Supondo projeções de imagem dos destinatários, segundo diversas modalidades (de gênero, distância, posição social, afeto, etc.) pelas especificidades de tratamento, linguagem, vocabulário e estética, trata-se de uma escrita alusiva de adaptações intra e inter-individuais diversas, já que as zonas de sombra e de luz não são as mesmas em função de cada destinatário⁴.

Perspectiva analítica

Fazendo um uso da perspectiva relacional do mundo social oferecida por Norbert Elias (1994, 1997) podemos definir que indivíduo e sociedade não são elementos que possam existir isoladamente: o indivíduo é formado por uma sociedade da qual não pode se desligar, mas existem uma série de interdependências com o coletivo, cujas trocas são constantes e de equilíbrio instável, conforme processos históricos específicos. Isso equivale a dizer que cada um é, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade e que as dimensões coletivas e individuais aparecem dispostas como em um movimento pendular ao longo do tempo e do espaço. Ao falar na obra de uma produtora cultural específica, não são apenas ações individuais que estão sendo consideradas, mas uma produção pautada por relações coletivas. Entende-se, desse modo, que as redes de sociabilidades criam interdependências recíprocas (atravessadas por relações de poder) entre os que as compõem e que fazem uso de suas posições no interior delas para aspirar reivindicações. Se processos históricos foram definidores das configurações sociais que ligavam indivíduo e sociedade na obra de Nélida Oviedo, podemos pensar suas apreciações e ações integrantes de uma figuração social americanista, na qual pesa as interdependências grupais e o seu papel ativo específico, formadas por conjuntos de *habitus* no plural (disposições corporificadas)⁵.

⁴ O que se lê nessas mensagens que não se pode ler em outro lugar? A epistolografia, além de indicativa de redes, sociabilidades e dinâmicas, permite confrontar os “pontos de vista” da relação epistolar, para tentar “compreender o que ali se diz [...] [e] entrever o que ali se lê” e captar os gestos, em sua diversidade, já que “O Gide que escreve à sua mãe não é exatamente o Gide que se corresponde com Paul Valéry” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 15-16).

⁵ Conforme Elias (1994), há três formas de coerção que afetam a construção das figurações sociais e dos seus respectivos *habitus*: a) a do meio sobre o indivíduo; b) a do indivíduo sobre o outro; c) a do indivíduo sobre ele mesmo. A partir daí, podemos pensar como uma figuração social transnacional “transformava” os *habitus* dos indivíduos que a integraram.



Tal produção sinaliza uma dimensão cívico-letrada e de crescente participação das mulheres de elites em ações caritativo-filantrópicas. Em diferentes países um movimento atraiu um número elevado de mulheres para atender em favor dos necessitados de toda ordem, mas que também serviu de porta de entrada na intervenção pública em assuntos como educação, artes, sufrágio, etc. É notável aí o peso de disposições sociais que eram atribuídas e mesmo cobradas dessas mulheres, indicadoras de pressões oriundas de uma economia emocional voltada para os outros, que integra um processo histórico amplo no qual práticas de caridade e filantropia passaram a ser definidoras da feminilidade no século XX (MARTINS, 2015, p. 21).

Se o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças culturalmente percebidas entre os sexos, estabelecendo um diálogo com Joan Scott (2001), pode-se pensar práticas sociais, pertencimentos, símbolos, etc., atribuídos às mulheres e aos homens (em categorias que variam historicamente), de acordo com seu potencial relacional mediante alteridades como classe, geração, etnia, religião, etc., como fundamental para desvendar formas de relações identitárias entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens do continente. Em primeiro lugar, a comunidade imaginada dos “americanistas” indica espaços remetentes e destinatários que conheciam diferentes graus de divisão do trabalho social: a presença de mulheres da elite nos quadros dirigentes de entidades culturais argentinas e toda uma linhagem de poetisas e periodistas atuantes na política, que representam uma “voltagem de autoridade ao alcance de agentes femininas” que fugia aos moldes de feitorias homólogas no Brasil (MICELI, 2018, p. 11). Outra questão é o papel do mecenato privado na conformação da inteligência argentina, marcada pelas iniciativas empreendidas por famílias e figurões do patriciado ou por magnatas da imprensa no campo de produção cultural, como a consagrada Victoria Ocampo.

O século XX, sobretudo a partir dos anos 1930, propiciou um contexto particular de circuitos internacionais, institucionais ou informais, promotores de trocas incentivadas pelos governos nacionais e pela Unesco. Segundo Trindade (2004), isso foi provocado por processos de intercâmbio voluntário ou forçado por razões políticas (caso dos exílios, por exemplo), em que se forjou um espaço de formulação de diagnósticos e prognósticos interamericanos. No estudo das relações culturais argentino-brasileiras, em particular, embora os Estados, em conformidade com aspectos políticos e econômicos, tenham assumido papel central no desenvolvimento da cooperação cultural, existiu um trânsito complexo entre essas sociedades, no qual vários grupos desempenharam atuação⁶. Entre os anos 1930 e 1960, difundir as “coisas brasileiras” em nível internacional fez parte da agenda dos projetos nacionalistas, que envolveram a criação de instituições para difusão cultural no exterior e a cooptação de intelectuais para sua promoção. Conferências e Institutos Interamericanos tiveram um “boom” em diversos países e diferentes projetos pautados num ideário continentalista (americanista) surgiram, promovendo a valorização das raízes culturais latino-americanas e de uma nova estética na

⁶ Entre os fatores que impulsionaram a aproximação do Brasil com os países da região a partir dos anos 1930, pode-se considerar a crise do liberalismo e do capitalismo, isto é uma cooperação para superação de dificuldades, quando a América Latina passou a reivindicar um modelo próprio de desenvolvimento, no qual Argentina e Brasil assumiram expectativas como lideranças no continente sul-americano, isso num contexto de emergência de uma concepção de diplomacia (desenvolvimentista), marcada por grande intervenção estatal, por uma política externa que agregou o tema cultural e relacionada ao que as “Nações Unidas” pregavam como estímulo ao conhecimento da história e da cultura dos países vizinhos e a boa convivência (SANTOS, 2009, p. 357).



qual a mestiçagem deixava de ser símbolo de inferioridade racial. A criação e a reverberação dessas imagens envolveu tensões intra-elites, enquanto grupos locais disputaram para “traduzir” o Brasil e a Argentina (suas “etnologias”) um para o outro, com disputas sobre o papel atribuído à influência estadunidense na formulação das identidades, sobre a peronização e desperonização do povo, sobre o papel das mulheres no desenvolvimento das nações, etc. Dialogando novamente com Joan Scott (2001), há que se considerar aí toda uma exigência de assimilação, que então se baseava num compromisso com uma “universalidade, a base de uma cidadania nacional, [que] exigia conformidade a certos padrões normativos — de razão, responsabilidade, decoro público e comportamento privado”, ao adotar hábitos e representações para ser reconhecida como sujeito, para se tornar *présentable* (própria para ser vista), para poder ser representada nesses embates (SCOTT, 2001, p. 371).

Entre pautas específicas dos grupos, sobretudo nos casos de *Tapejara* e de *Letras da Província*, delineou-se um diálogo em torno do que na Argentina ficou conhecido como uma postura “anti-intelectualista”, que buscava se aproximar do popular, via anedotas, linguagem coloquial e “universidade da vida”. Esse tema guardava proximidades com um modelo de “intelectual nacional e popular”, reclamado por agentes que se diziam avessos aos “intelectuais de gabinete”. O país atravessava um período de intensos debates públicos em torno dos jogos peronistas e antiperonistas⁷. A palavra “interamericano” remetia àquilo que era comum a vários Estados do continente, mas a centralidade do Estado em fazer valer essas premissas variava na opinião dos grupos. A partir de 1955, no imediato pós-peronismo, marcado por ampla produção de ensaios de interpretação sobre o fenômeno, “o que fazer com o povo peronista” se tornou uma pergunta constitutiva “dos sistemas de questões e diferenças de opinião construídos pelos participantes dos debates sobre o peronismo após a Revolução Libertadora” (NEIBURG, 1993, p. 24). O tema da reconstrução nacional e da integração da massa que perdeu seu líder era reconhecido como um problema político e intelectual: “cada intérprete concebia um lugar para si mesmo na sociedade argentina da pós-revolução e formulava uma representação sobre sua própria identidade, imaginando algum tipo de relação com o povo peronista” (NEIBURG, 1993, p. 44). Nesse sentido, como as figuras procuraram fazer de sua “capacidade de interpretar o povo” um aspecto de sua sociodicéia, isto é, uma forma de construir sua própria identidade como intelectuais, produzindo uma imagem do mundo social e, ao mesmo tempo, um lugar para si mesmos nele:

Por muito tempo, interpretar o peronismo foi uma tema tão central nas lutas intelectuais argentinas que, para ser ouvido, qualquer indivíduo interessado em falar sobre a realidade social e cultural do país tinha de participar do debate sobre as origens e natureza do peronismo. No cenário dessas batalhas, constituíram-se as figuras intelectuais que têm ocupado o campo da produção cultural do país nos

⁷ “As interpretações do peronismo formuladas por escritores, ensaístas, liberais ou nacionalistas, teóricos das novas vanguardas políticas e estéticas, sociólogos e historiadores requeriam propostas de reorganização da sociedade e se faziam acompanhar por verdadeiros projetos de nação [...] Um dos exemplos era a relação entre os livros (símbolos da cultura e dos intelectuais) e as alpargatas (calçado tradicional dos trabalhadores) para demonstrar a adesão ou rejeição do peronismo [...] [em frases como:] Alpargatas si! Libros, no! sente-se o tom antiintelectualista que traduzia conflitos e lutas no interior do campo intelectual” (NEIBURG, 1993, p. 52).



últimos anos. Nesse mesmo cenário, o próprio peronismo foi construído (NEIBURG, 1993, p. 15)

A expansão do que autores como Jauretche e Ramón Doll denominavam como características de uma “tradição literária argentina” como sendo a propensão para a simplicidade, a preferência pela linguagem de conversação, ligada à emoção encontrava uma “brasileiridade” celebrada que possibilitava mecanismos de atualização e ressignificação desses repertórios cruzados a fim de fortalecê-los, inclusive os emblemas das nacionalidades. No CCEC, representações literárias de inspiração romântica indianista se alimentavam de leituras de Euclides da Cunha, Facundo Sarmiento e Martín Fierro que indicam um contexto de novas facetas na recepção e uso desses textos “fundadores” e da memória dos pampas que não podem ser lidos indistintos como simples continuidade da literatura do século XIX. Nossa hipótese é que essas pautas possibilitaram que a autora em questão se erguesse como partícipe de uma nova geração conhecedora da cultura do seu país e de outros países, que expressavam o desejo de construir um sistema policêntrico de literatura e de saberes humanos e sociais⁸. Muitas vezes isso se expressava na ideia da “Redescoberta do interior” de ambos os países no que eles tinham em comum. Ao mesmo tempo que a categoria “província” designava uma divisão territorial na Argentina, e adquiria uma dimensão simbólica própria no Brasil, onde a “província” não existia mais como divisão territorial desde o Império, mas continuava a ser revisitada. Vicente (2007) nos ajuda a pensar nisso a partir do que percebeu nas cartas de Gilberto Freyre e Manuel Bandeira:

[...] questão que parece ser produtiva no contexto das cartas é a “província”. Mas não se trata do sentido pejorativo normalmente atribuído à mesma, “em tom de queixa ou autocensura” [...] os termos província e provinciano surgem destacando de modo positivo o veio comunicativo de natureza memorialística, de profunda relação com o lugar, procurando, paradoxalmente, dar um sentido para as contradições entre questões regionais e universais, entre modernidade e tradição, entre localismo e cosmopolitismo, temas que circulavam amplamente no contexto [...] Porém, tal como as cartas de Gilberto Freyre e Manuel Bandeira, há uma tensão evidente entre província e capital [...] ser provinciano é questionar frontalmente os valores e as formas produzidas pelas metrópoles, numa época de profundas transformações (VICENTE, 2007, p. 31).

De acordo com Vicente (2007) intelectuais se diziam provincianos afirmando o espaço das cartas como um substituto efetivo da conversa, enriquecendo-o de expressões “abrasileiradas” ligadas às qualidades orais e de sociabilidades que, na época, serviam de base para criar imagens do Brasil (e no caso dos autores aqui enfocados, também da Argentina e de seus laços recíprocos). A leitura de uma província como expressão de regionalismos e de nostalgias das “origens” era assumida como valor transnacional que acolhia questionamentos acerca dos limites do moderno e das discontinuidades impostas pela modernidade, dos modelos de democracia dos países do Velho

⁸ Na atuação de intelectuais agrupados em “rodas” ramificadas pelo interior e exterior de suas respectivas “províncias”, destaca-se o papel mediador desempenhado pelo *proselitismo regionalista* na socialização e na definição de políticas públicas, de modo que elas só podem ser compreendidas quando situadas no quadro das práticas de sociabilidade, circulação e consagração, com seus foros de enunciação e redes de convergência próprios. Como fenômeno de linguagem e categorias classificatórias, a região figura simultaneamente como instância de mediação com a nação, como arma utilizada nas disputas internas ao seu próprio estado e também com as outras unidades políticas (NEDEL, 2005, p. 3).



Mundo, por exemplo, cujas catástrofes serviam de propósito para o engajamento de se fazer escolhas próprias para os países americanos que os desviassem das aporias do individualismo. Essas trocas, portanto, foram atravessadas pela defesa de uma reaproximação com a história autêntica, no sentido de um mundo encantado em que se toma contato com uma dimensão original de tempo, para além da ideia de um processo cronológico: daí a evocação constante da experiência poética da infância e de um “despertar de energias criadoras, um como grito de atávica autoconsciência”: como se “integrado na magia ecológica que o circunda, sente o habitante do Novo Mundo o incomparável da natureza americana, o soberbo das suas tradições e passado de glória das civilizações pré-colombianas, a própria identificação fraternal pelo comum lastro ameríndio” (MICHAELE, 1950, p. 1).

Em seus textos, Nélide Oviedo suscitava entusiasmo em torno de leituras acerca da “cordialidade” numa chave de estreitamento do vínculo afetivo e comprometido entre as pessoas por índices de familiaridade e do universo da cultura oral. A atração por uma linguagem que imitava um “jeito provinciano de conversar”, ainda que nas relações internacionais e em meios acadêmicos, reverberava uma vertente de interpretação do “homem cordial”, como positivo, construtor de laços coletivos e de matéria para uma produção que reclamava a tarefa de “respirar a América” em temas e formas. “Ao criticarem os valores cosmopolitas, como o racionalismo, o individualismo e o tecnicismo da sociedade burguesa, mostram que estavam acompanhados por um amplo espectro de pensadores e artistas de linhagem romântica com variáveis conservadoras e de esquerda” (VICENTE, 2007, p. 23), que puderam ser amarradas com as disposições do chamado “maternalismo público” do Pós-Segunda Guerra Mundial.

Tal circulação registrou uma semântica formada por conteúdos propostos por pessoas que delas se nutriam em meio a lutas de representação. De acordo com Carlos Altamirano (2010), a imaginação social e política que emergiu nos novecentos, por parte de nossas elites, esteve marcada por uma forte ensaística de autointerpretação e autodefinição, relacionada ao próprio processo de construção da ordem política em países “recém-independentes”. Justo por isso, o intercâmbio intelectual foi estimulante para produzir ressignificações e atualizações de repertórios tradicionais e para reconversões sociais no seio da competição entre frações das elites, conforme as mudanças políticas e sociais daquele momento. Tratava-se de um contexto de preocupação com os horrores da guerra e também de demarcação de patrimônios históricos e artísticos, no seio dos quais à institucionalização da sociologia científica se fez sentir de forma crescente, via circulação universitária, de associações profissionais, editoras e revistas em que:

Arranjos regionais intra-elites e das diferentes formações [...] ligadas a fatores culturais locais (museus, academias, associações ou faculdades isoladas preexistentes à formação das instituições) [...] podem ser significativos para explicar a dinâmica regional das ciências sociais e as relações hierárquicas entre as disciplinas” (TRINDADE, 2004, p. 152).

Esses problemas integram a dimensão da veiculação autorizada de apreciações: para periódicos do Brasil, Nélide escreveu sobre escritores e escritoras mexicanos, argentinos, uruguaios e hispanos, também fez traduções em espanhol ou castelhano de poemas originários da língua portuguesa. Na Argentina, mantinha colunas a respeito de “Libros de América”, com leituras críticas a respeito “de la moderna narración brasileña”:



Brasil, tierra que ya ha dado notables novelistas, está dando um crecido número de cuentistas, género difícil y muy gustado a la vez, signo de la época dinámica en que se vive. El cuento sistesis de la novela, cuenta entre los modernos escritores brasileños, un lugar de privilegio. Uno de los nuevos libros de cuentos que nos llega es “Velhice e outros contos”. Su autor Salim Miguel es un joven y ya destacado escritor miembro del Circulo de Arte Moderno de Florianópolis y colaborador de “Sul”, una revista que agrupa a los modernos valores del Brasil. [...] em todos y cada um de sus cuentos, flota una poesia de emoción y de tiempo [...] (OVIEDO, 1952, p. irreg.).

Atente-se às palavras veiculadas sobre ela na *Revista Sul* (Florianópolis):

O Correio trouxe-me de Rosário, Argentina, com cordial dedicatória da autora, AIRE DE PALOMAS, poemas de Nélide Aurora Oviedo [...] são páginas simples e suaves, de beleza natural, sem arroubos nem desvarios ferozes. Em meio a tanto cabotinismo literário, a esse carnaval de letras da geração coca-cola, é agradável encontrar-se um livro sincero. A poetisa pertence a um ciclo eclético de poetas que não entraram no “cordão” dos intangíveis. A autora procura transmitir uma mensagem de beleza [...] sem extravasar em xaradismos nublados de palavras bonitas (REVISTA SUL, n. 13, p. 8)

Exercia-se então atos mediadores: frente aos iniciados, o uso de uma linguagem popular fundada na experiência de vida, frente ao público leitor mais amplo, gestos de explicar (prerrogativa dos iniciados), num contexto no qual boa parte das elites brasileiras e argentinas se colocavam como responsáveis pela educação e mesmo condução das massas, depositando esperanças no papel transformador das mídias. E “aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, ‘outro produto’: um bem cultural singular” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18).

Considerações finais

As dinâmicas de construção e inserção das ideias americanistas, considerando seus bastidores societários e políticos e as autoimagens das elites nativas, sinalizam o que Miceli (2018) chamou de “Sonhos”, que tiveram fluxos combinados ou concorrentes e que apresentam convergências relevantes nos países latino-americanos, que se defrontavam com o dilema de conquistar o desenvolvimento econômico e cultural ou perder a oportunidade de alcançar um destino histórico próprio. Nesse sentido, a obra de Nélide Oviedo atesta preocupações com o “amanhã” da Argentina e dos países que a cercam, que foram dependentes de projetos tensionados, que muitas vezes não resultaram numa resposta definitiva, mas repletas de ambiguidades longe de um desfecho unilateral.

Reunir e investigar a obra de uma produtora específica, conforme as condições sociais de produção e de inserção da sua obra na Argentina e no Brasil implicará lidar com percursos poéticos e críticos, de mediação e de redes, que dependiam da portabilidade e da ativação de patrimônios de disposições que atravessaram a sua produção e a produção com a qual ela dialogou. O uso das categorias assumia significados culturais e sociais mais amplos em cada lugar, por exemplo, quando entrava em jogo o fortalecimento da presença de mulheres escritoras no cânone, via a categoria de província.



Mediante as disposições que eram valorizadas (e “transferíveis”) nos espaços de laços que a fizeram se unir com pessoas de diferentes países, ela se colocou como intelectual voltada a reescrever a nação. As práticas e os circuitos transnacionais de autores e ideias nos quais se envolveu mobilizaram: a) uma história da arte moderna e uma memória histórica literária mediadas por americanismos em voga na primeira metade do século XX, que foram usadas para pensar os países americanos, especialmente os vizinhos Brasil e Argentina; b) uma luta pela centralidade das mulheres na figuração interamericana; c) uma rede intelectual e algumas agendas político-culturais partilhadas intra e inter grupos americanos, atreladas aos problemas concernentes as suas respectivas configurações e ao fenômeno das transferências culturais.

Essas ideias partiam da mente de pessoas de “carne e osso”, cujas experiências e engajamentos modificavam o tecido das mobilizações de linguagens e vocabulários científicos, políticos, artísticos, etc., disponíveis em cada contexto sociocultural. A economia do que entrava e do que saía nessas trocas simbólicas pode servir de porta de entrada para investigar circuitos culturais, cujo pertencimento se fazia não só pela presença física, mas, sobretudo, epistolar. Esses circuitos reuniram autoras, ideias e obras num feixe específico de vocações e interações (sob terminologias como a de “americanista” e “provinciana”), na medida em que se deu sua participação neles, mas esta era apenas parte das suas disposições variadas e múltiplas. Justo por isso, detalhes “exteriores” ao espaço-tempo dessas vocações de cooperação, do ponto de vista das trajetórias, poderão iluminar mais perguntas a respeito do processo de internacionalização dessas elites. Este envolve recursos econômicos, sociais e culturais que se podia fazer valer nos usos de heranças e competências linguísticas (e outras) valorizadas durante os processos de “saída de um universo cultural e entrada no outro”, que reforçavam e/ou modificavam posições preexistentes (CANÊDO, GARCIA, etc., 2004, p. 15-16).

Nélida Oviedo encontrou oportunidades no espaço interamericano de *mobilização* coletiva, de intelectuais que tinham diversas finalidades ao se organizarem. Tal entendimento exige um esforço de situar que disposições eram válidas e valorizadas na formulação, circulação e transmissão não só de bens culturais, como de atributos pessoais, em cadeias de interdependência locais, nacionais, transnacionais, etc. Os móveis de aproximação com o intercâmbio brevemente explorados aqui, indicam tomadas de posição sobre as “mulheres ilustres” (especialmente as escritoras) na América e sobre a província, mobilizadas com interlocutores brasileiros, que não partilhavam das mesmas divisões geopolíticas e sociais internas, mas que faziam usos das categorias. Repertórios de disposições foram definidores dos conteúdos atribuídos tanto à “cultura americana”, quanto aos seus intérpretes, cujos investimentos, dialogando com Zorek (2019), podem ser vistos como apostas num “tempo que ainda não veio”, de modo que sua identidade intelectual pode se constituir também em função de um “futuro da América”, que estava sendo em parte construído graças a essas ações. O prosseguimento da pesquisa depende da compreensão histórica da gênese dessas figurações e apostará em atentar de forma mais detalhada para a poesia na sua dimensão de registro espaço-temporal.

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina: lós avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010.



ALMEIDA, A.; CANÊDO, L.; etc. (Org). *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1994.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Zahar: Rio de Janeiro, 1997.

GUEBERT, Caroline A. *Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX)*. Curitiba, 2018. 300 p. Dissertação (Mestrado em História). UFPR.

GOMES, A. C.; HANSEN, P. S (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. São Paulo: Edusp, 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A Feminilização da filantropia. *Gênero*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-28, 2015.

MICELI, Sergio. *Sonhos da Periferia: inteligência argentina e mecenato*. São Paulo: Todavia, 2018.

MINHAS FÉRIAS e dois livros. *Revista Sul*, Florianópolis, n. 13, 1951.

MORELI, Silvana. *Cartas Provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. Tese (Doutorado em Letras) – São Paulo: USP, 2007.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. São Paulo: Edusp, 1993.

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História). UnB.

NÉLIDA AURORA Oviedo. Carta para Faris Michael, Rosario, 26 jan. 1951.

NÉLIDA AURORA Oviedo. Etnologia argentina. *Tapejara*, Ponta Grossa, n. 13, 1954.

NÉLIDA AURORA Oviedo. Poetisas y escritoras argentinas. *Tapejara*, Ponta Grossa, n. 14, 1954.

NÉLIDA AURORA Oviedo. Velhice e outros contos, de Salim Miguel. *Helvecia*, Rosário, 1952.

SANTOS, Raquel Paz. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. *Estudos Históricos*, n. 44, vol. 22, p. 355-375, jul-dez. 2009.

SOUZA, Ivoneuma Silva de. Henriqueta Galeno e a ala feminina da Casa de Juvenal Galeno: uma luta pela conquista do direito social das mulheres. *Themis*, Ceará, v. 12, p. 185-209, 2014.



SCOTT, Joan. La Querelle des femmes no final do século XX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 2, p. 367-388, 2001.

TRINDADE, Hélió. Institucionalização e Internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão. In: ALMEIDA, A.; CANÊDO, L.; etc. (Org). *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ZOREK, Bruno. *O Futuro de São Paulo na década de 1950*. Campinas, 2019. 208 p. Tese (Doutorado em História). UNICAMP.

Poetics and Inter-American Relations from the work of Nélide Aurora Oviedo (Argentina-Brazil, 1950-1960)

Abstract: This work emerged from a doctoral research project in the area of History, which focuses on cultural dialogue practices that mobilized individuals, associations and literary and political repertoires known as “americanists”, in a particular context of establishment of state-owned, para-state and private initiatives, that combined national developmentalism and international integration politics. The object is part of the production of Nelida Aurora Oviedo, an Argentine who became a critic, poet and cultural mediator, who published texts in several Brazilian cultural periodicals, such as *Revista Sul* (Florianópolis-SC), *Revista Jangada* (Fortaleza, CE), *Tapejara* (Ponta Grossa-PR) and *Letras da Província* (Rio de Janeiro-RJ). From these texts and the interlocutions that gave rise to them, temporally situated between the early 1950s and the early 1960s, we sought to problematize some sociocultural conditions of production and insertion of this writer in Argentina and Brazil, according to provisions that were activated and reconverted in the americanist circuits that she integrated in different social configurations (interrelated). Considering the symbolic dimension of social life and the struggles in which Nelida Oviedo was involved, we analyzed practices of exchange, translation and dissemination, as well as networks of interdependence that were established. Certain gender conformations crossed the dynamics of creation, circulation and social insertion/reconversion of authors, in the middle of the Peronist crisis (Argentina) and of the Redemocratization (Brazil) in the mid twentieth century. Such texts, from poetry to literary criticism, serve as clues to a horizon of collective expectations, of which she was part, which was associated with a certain “inter-american” intellectual identity, forged at historical processes.

Keywords: Inter-american Relations. Literature and Politics. Nélide Aurora Oviedo. Argentina-Brazil. Periodicals.



“MAMÃE ME PROTEGE MAS NÃO EXAGERA”: HUMOR, RELAÇÕES DE GÊNERO E MASCULINIDADE NA COLUNA THE SUPERMÃE DA REVISTA CLAUDIA (1970-1985)

Cintia Lima Crescêncio¹

Resumo: Ziraldo é um dos principais cartunistas do Brasil. Sua trajetória se confunde com a história do humor gráfico brasileiro. Com passagens pela imprensa alternativa, pela grande imprensa e com ampla experiência na publicação de livros, Ziraldo é lembrado como valoroso gênio do nosso humor. Apontado como um dos perseguidores do feminismo nos anos 1970, através de seu trabalho no *O Pasquim*, o cartunista contribuiu por mais de uma década com a revista *Claudia*, marco do mercado editorial nacional que se dedicava às donas de casa das camadas médias. Em sua coluna *The SuperMãe*, que estreou em março de 1970 na revista, foram apresentados os personagens que habitariam as páginas de *Claudia* por 15 anos. D. Clotildes e Carlinhos, seu filho, protagonizam histórias em que carinho, zelo e proteção são os super poderes da “super mãe”. Explorando as categorias de humor e relações de gênero, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre os modelos de masculinidade acionados por Ziraldo em sua coluna *The SuperMãe*, da revista *Claudia*.

Palavras-chave: Humor. Relações de Gênero. Masculinidade.

Considerações iniciais

A história do humor gráfico no Brasil é uma história de homens e, também, uma história de homens que fazem humor sobre mulheres, especialmente sobre feministas. De piadas produzidas e publicadas nas primeiras décadas do século XX, quando as sufragistas tinham sua “natureza” e feminilidade atacadas por um humor derrisório, a charges e cartuns publicados no jornal alternativo *O Pasquim* dos anos 1960, quando a “patota” lamentava satiricamente os efeitos do feminismo sobre as mulheres, o humor gráfico no Brasil construiu-se como masculino, machista e antifeminista. Perfeitamente adequado às teorias do humor que operam a partir da violência, do ridículo e da humilhação, como explorado por Quentin Skinner (2002) e Henri Bergson (1978), esse modelo de humor fez escola na imprensa brasileira e as mulheres nunca deixaram de ser seu alvo.

Um olhar sobre enciclopédias e antologias de humor da segunda metade do século XX, por exemplo, demonstra não apenas o silenciamento da produção de cartunistas mulheres, como também uma nítida preferência por representações de mulheres nuas. Na história do humor gráfico brasileiro, as mulheres são reduzidas a um corpo a ser consumido (CRESCÊNCIO, 2018). Rachel Soihet (2005) argumenta que *O Pasquim*, considerado por muitos a publicação mais importante do humor brasileiro (GOODWIN, 2011), foi responsável por produzir uma espécie de violência simbólica contra as mulheres através dos seus usos e abusos do humor e do riso. No jornal, Ziraldo, Millôr e Jaguar destacaram-se na construção de personagens mulheres nuas e burras. Mesmo Henfil, considerado anos depois um importante aliado das lutas das mulheres, produziu textos, charges e cartuns que hoje servem para relativizar sua simpatia com o feminismo (SOIHET, 2005). No mesmo enalço, a grande imprensa do período produzia um humor semelhante ao humor dos “libertários”, embora com ares

¹ Doutora em História e professora do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História, Mulheres e Feminismo – HIMUFE. E-mail: cintia.crescencio@ufms.br.



mais discretos. *F. de São Paulo*, *Revista Veja* e *Claudia* são exemplos de jornais/revistas que cultivaram suas colunas de humor, muitas vezes comandadas pelos mesmos cartunistas que se tornaram famosos por seu trabalho na imprensa alternativa. As mulheres, especialmente as feministas, no entanto, não eram o objeto exclusivo de humor e é sobre isso que este texto se dedica uma vez que, os mesmos cartunistas que elegiam as mulheres como alvo do humor, falavam abundantemente sobre homens. Pensando gênero como categoria relacional, que demanda uma reflexão sobre mulheres e homens, esse “falar” permite uma reflexão interessante sobre os modelos de masculinidade.

Tendo esse contexto em mente, o objetivo do presente texto é discutir, a partir da produção humorística de Ziraldo na revista *Claudia*, o humor, as relações de gênero e os modelos de masculinidade acionados na coluna *The SuperMãe*. Ziraldo é um dos principais cartunistas do Brasil e sua trajetória se confunde com a história do humor gráfico brasileiro. Apontado como um dos perseguidores do feminismo nos anos 1970, o cartunista contribuiu por mais de uma década com a revista *Claudia*, marco do mercado editorial nacional que se dedicava às donas de casa das camadas médias. Em sua coluna *The SuperMãe*, que estreou em março de 1970 na revista, foram apresentados os personagens que habitariam as páginas de *Claudia* por 15 anos. D. Clotildes e Carlinhos, seu filho, protagonizam histórias em que carinho, zelo e proteção são os super poderes da “super mãe”. Apesar do protagonismo de D. Clotildes e do foco na questão da maternidade, pretendo lançar atenção à construção da masculinidade protagonizada por Carlinhos.

Ziraldo na revista *Claudia*

Entre 1970 e 1985 o cartunista Ziraldo ocupou a coluna de humor da revista *Claudia* com a personagem *The SuperMãe*, que dava nome a coluna. Publicada anteriormente no *Jornal do Brasil*, *The SuperMãe* foi uma heroína cujos super poderes eram, em realidade, o zelo e a proteção dedicados ao filho, Carlinhos, um homem adulto. A publicação da coluna em *Claudia*, revista dedicada às mulheres de classe média e donas de casa, é elemento a ser considerado, uma vez que a personagem D. Clotildes via-se entre páginas com receitas de bolo, com instruções de como organizar um bom jantar, propagandas de alimentos para deixar as crianças e o marido mais fortes, mas também entre os textos da escrita feminista da coluna assinada por Carmen da Silva, *A Arte de Ser Mulher*, publicada entre 1963 e 1979 (DUARTE, 2007). Já a partir do final da década de 1980 é possível apontar a revista alinhada a um discurso antifeminista (MELLO, 2019). *Claudia*, portanto, mostra-se como veículo heterogêneo que se permitia afetar por diferentes discursos que circulavam na segunda metade do século XX, notadamente os discursos feministas, seja para apropriar-se deles ou para rejeitá-los. Curiosamente, *The SuperMãe* foi publicada na “fase feminista” de *Claudia*, muito embora o cartunista Ziraldo seja um reconhecido e, até mesmo, orgulhoso, antifeminista. Tais desencontros servem para reforçar a pluralidade de discursos que circulavam na revista em diferentes tempos.

The SuperMãe ainda não foi alvo direto de pesquisa, apesar de sua riqueza documental, mas a coluna, quando lembrada, tem em D. Clotildes a estrela principal. Soraia Carolina de Mello afirma que “Supermãe é uma personagem de Ziraldo [...] Se tratava de uma mãe coruja bastante ‘quadrada’, sufocadora e estereotipada interagindo com um filho adulto que vivia os dilemas entre querer ser ‘prafrentex’ e não abrir mão dos mimos que sua mãe lhe oferecia” (MELLO, 2016, p. 98). Já Ana



Paula Oliveira Barros aponta que em *The SuperMãe* “... Ziraldo ironiza o sentimento possessivo, o zelo absoluto e os apelos melodramáticos das mães em geral” (BARROS, 2017, p. 131). Em termos de gênero, portanto, é a maternidade como estereótipo que emerge como elemento marcante da coluna de Ziraldo. Entretanto, este texto, esforço inicial de reflexão sobre *The SuperMãe*, apresenta outras possibilidades de análise. Embora a ideia de mãe coruja e possessiva de D. Clotildes seja, de fato, característica marcante da coluna, ela não é a única. Cada ataque de ciúmes, tentativa de domínio, enunciação do complexo de Jocasta de *SuperMãe*, é acompanhado de dispositivos de construção da masculinidade de Carlinhos.

Para esse texto foram alvo de pesquisa as edições da revista *Claudia* presentes no Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas². O Núcleo, apesar de não ter a coleção completa de *Claudia*, conta com uma coleção bastante extensa que permite a elaboração de reflexões baseadas em amostragens significativas. Dos 182 números publicados durante o tempo de atuação de Ziraldo na revista, o Núcleo conta com 132 revistas, sendo que 4 delas estão incompletas. De acordo com o levantamento das revistas, é possível afirmar que *The SuperMãe* estreou em *Claudia* em março de 1970, número 102, e teve seu último número publicado em maio de 1985, número 284, totalizando 182 quadrinhos publicados em 15 anos³. É válido lembrar que a coluna foi publicada anos antes no *Jornal do Brasil* e que, eventualmente, já em *Claudia*, algumas colunas se repetem. Quando de seu encerramento, *The SuperMãe* foi substituída pela coluna *Radical Chic*, de autoria de Miguel Paiva. No Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro há 128 revistas completas que foram consultadas e todos os números contam com a coluna de Ziraldo, logo foram 128 colunas consultadas, como demonstram os gráficos 1 e 2 da sequência.

² Agradeço ao trabalho de Gabrieli Donda Grigolin e Isabela Regagnan, estudantes do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, que contribuíram com a digitalização e sistematização dos documentos utilizados neste texto.

³ Em 1981 a editora abril lançou livro que comemorava 10 anos da coluna *The SuperMãe* (PINTO, 1981).

Gráfico 1

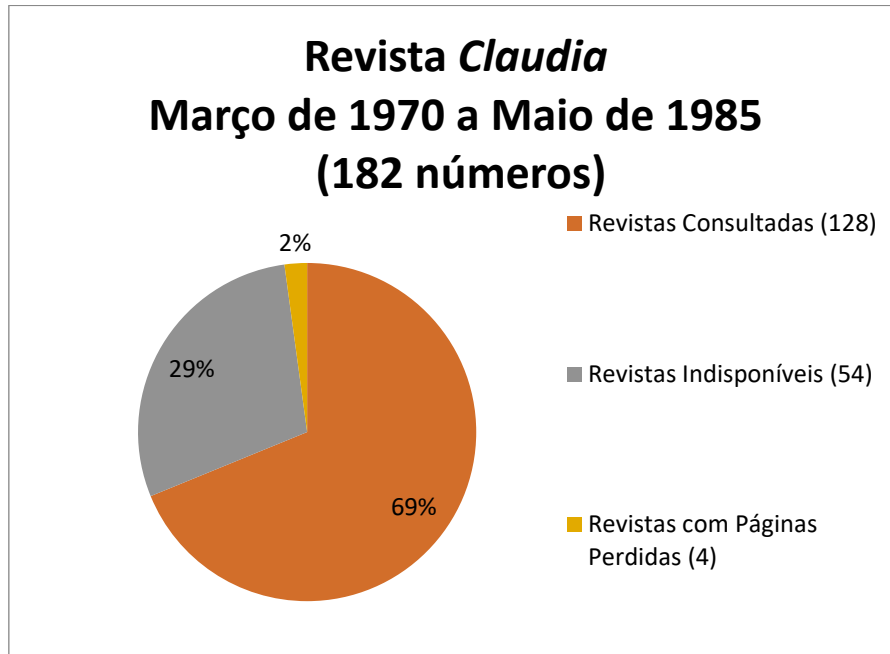
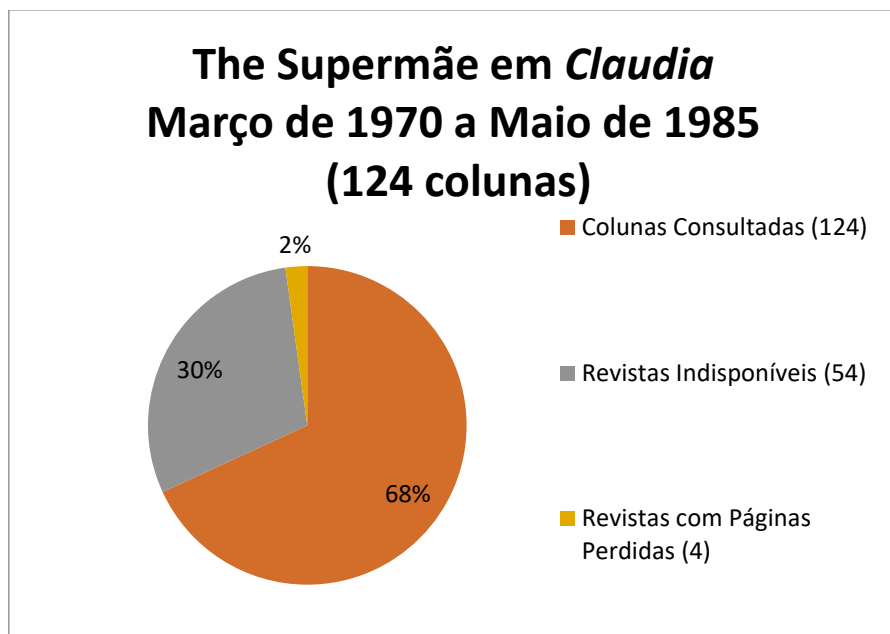


Gráfico 2



O início e o fim da coluna The SuperMãe são controversos e diferentes bibliografias propõem variadas datas. No entanto, esta pesquisa, a partir do acervo citado, sugere que Ziraldo estreou em *Claudia* em março de 1972, no número 102, na medida que o quadrinho publicado apresenta D. Clotildes e a coluna: “SuperMãe estará todos os meses nas páginas de **Claudia**. Aqui contaremos todas suas aventuras (dela e do Carlinhos, seu dileto filho). Vocês vão se divertir com as histórias da



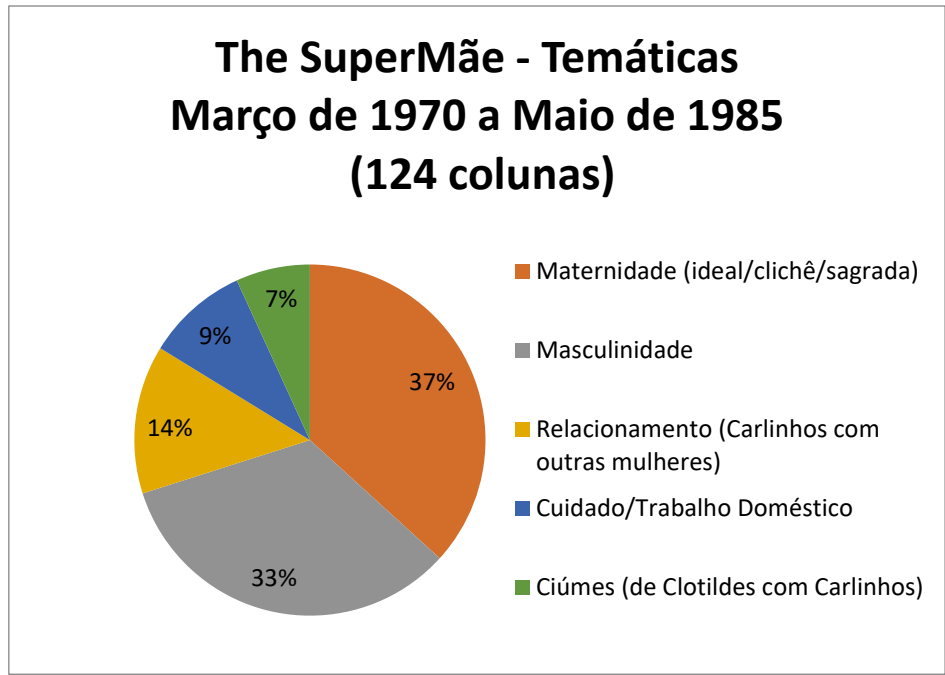
SuperMãe [...] (ZIRALDO, 1970, p. 107). Os números 100 e 101 da revista não contavam com a coluna. Por sua vez, em maio de 1985, no número 284, foi publicada a última The SuperMãe que comemorava o dia das mães.

A masculinidade em The SuperMãe

Os estudos sobre gênero e humor frequentemente dedicam-se a refletir sobre as representações das mulheres e, via de regra, deparam-se com representações estereotipadas que, analisadas sob o ponto de vista de gênero, demonstram o machismo ou o antifeminismo dos quadrinhos e do humor gráfico. Selma Regina Nunes Oliveira (2007) aponta a sexualização do corpo das mulheres nos quadrinhos norte-americanos. Thaís Manalla e Marilda Queluz (2018) destacam a tradição do humor gráfico em representar mulheres como tiranas e mandonas. O lugar dos homens, contudo, ainda não está muito claro. Pesquisas sobre heróis de histórias em quadrinhos e personagens homens do humor gráfico são comuns, mas geralmente focalizam aspectos históricos que desconsideram questões de masculinidade. Os homens eram grande número no humor gráfico brasileiro, inclusive no humor gráfico feminista publicado em periódicos também feministas do Brasil (CRESCÊNCIO, 2017), mas ao terem como alvo as mulheres os homens também falavam de si. E é isso que Ziraldo, com The SuperMãe, fez.

É possível perceber que em termos de número a construção da masculinidade era frequente nas histórias protagonizadas por D. Clotildes. Sua maternidade exagerada e estereotipada é, de fato, impossível de não ser vista, mas a construção da masculinidade de Carlinhos, seu filho, merece destaque. Entendendo gênero como “[...] um conjunto de perguntas sobre como a diferença sexual está sendo definida e tentando ser entendida” (SCOTT, 2013, p. 161), é importante pensar na construção dos modelos de masculinidade que são acionados a partir dos melodramas de D. Clotildes. Sua maternidade não é solitária e deslocada da figura do filho, homem adulto e mimado que, ao mesmo tempo que deseja ser independente, também cultiva a maternidade idealizada de sua mãe. Parece nítido que discutir maternidade, tarefa historicamente construída e atribuída às mulheres, inclui uma discussão sobre masculinidade no caso de documentos que representam a relação entre mães e filhos homens. Em The SuperMãe essa nitidez é, também, numérica, já que a temática é recorrente e não pode ser negada, como demonstra o gráfico 3 da sequência.

Gráfico 3



É válido reforçar que as temáticas atravessam-se e que quadrinhos que tematizam maternidade, por exemplo, também pautam representações sobre masculinidade ou ciúmes. O levantamento feito para este texto, contudo, quantificou as temáticas a partir dos temas que ocupam as camadas mais visíveis, o que permite identificar que se 37% (43 ocorrências) das colunas The SuperMãe são sobre maternidade, 33% (39 ocorrências) são sobre masculinidade. Relacionamento, cuidado/trabalho doméstico e ciúmes são os temas que mais se destacam depois de maternidade e masculinidade, com 14% (16 ocorrências), 9% (11 ocorrências) e 7% (8 ocorrências) respectivamente. Temas como feminismo e solidão não aparecem no gráfico por serem em menor número, 3 e 4 ocorrências respectivamente. As fontes, portanto, indicam a coluna de humor de *Claudia* como meio privilegiado de discutir maternidade, mas também masculinidade.

Imagem 1



ZIRALDO. Revista *Claudia*. Ano IX. Nº 102. Março, 1970, p. 108.

Enquanto D. Clotildes afirma-se como modelo de mãe ideal, Carlinhos, sempre chamado no diminutivo, afirma-se como exemplar de masculinidade. Em sua estreia, Ziraldo dá o tom. Carlinhos, nos braços da SuperMãe, pede proteção, mas também que a mãe não exagere. Filho de D. Clotildes, Carlinhos é, também, filho da crise de masculinidade que entre os séculos XIX e XX protagonizou altos e baixos (BADINTER, 1985). É importante notar que Carlinhos não reúne em si todas as masculinidades possíveis. A masculinidade do homem nordestino debatida por Durval Muniz de Albuquerque Junior (2003) não é a mesma do homem negro e escravizado no Brasil dos séculos XVI-XIX (FREIRE & AMANTINO, 2013). Carlinhos é o homem de classe média, carioca, super protegido que goza de todos os privilégios da branquitude, do acesso à instrução e dos cuidados maternos. A coluna de Ziraldo informa-nos sobre a maternidade obcecada, mas também da vida fácil de Carlinhos cujo desafio único é livrar-se do amor da mãe.

Imagem 2



ZIRALDO. Revista *Claudia*. Ano IX. Nº 112. Janeiro, 1971, p. 154.

Dividido entre o amor pela mãe e seu desejo de proteção, Carlinhos cogita que a morte de uma mãe pode significar, exatamente, a defesa da sua própria existência como indivíduo. Sufocado e desejoso da atenção materna, o filho de D. Clotildes oscila entre a necessidade de libertar-se de sua “algoz”, seja através de sua sonhada morte, da terapia, de um padrasto ou de um casamento para si, e a busca constante pelo seu cuidado e atenção. Não são raras as aparições de Carlinhos regredindo no tempo e tornando-se uma criança ou mesmo um bebê diante dos olhos de SuperMãe.

Imagem 3



ZIRALDO. Revista *Claudia*. Ano XI. Nº128. Maio, 1972, p. 128.

Ao mesmo tempo, Ziraldo aciona com frequência os estereótipos de masculinidade que formam o imaginário do que é ser homem. Carlinhos é um “garanhão”, foge do casamento e gosta de aproveitar a vida. O amor pelo futebol e por carros marcam sua existência e são atravessados pelo cuidado da mãe e pelo seu amor por D. Clotildes.

Imagem 4



ZIRALDO. Revista *Claudia*. Ano XII. Nº 143. Setembro, 1973, p. 202.

Em pleno estádio de futebol, o auto-falante chama o senhor Carlinhos Barreto, pois sua mãe está na entrada. O que pode ser entendido como exemplo de cuidados maternos sem limites tem seu contraponto na cena em que Carlinhos está escolhendo um carro esporte. O vendedor mostra-se animado com o cliente típico, solteiro, homem e jovem e ao final é surpreendido pela preocupação do filho de D. Clotildes. Ele quer um carro com assento atrás e espaçoso, porque “[...] mamãe é um pouco gordinha [...]” (ZIRALDO, 1974, p. 162).



Imagem 5



ZIRALDO. Revista *Claudia*. Ano XIII. Nº 151. Abril, 1974, p. 162.

O século XX ficou marcado pela confusão das fronteiras de gênero, diante da mudança do papel das mulheres na sociedade brasileira e a horizontalização das relações entre homens e mulheres (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013). A segunda metade do século XX, com o fortalecimento dos movimentos feministas e o questionamento dos papéis de gênero, inclusive, entre os grupos de esquerda, demonstram a instabilidade das relações de gênero. A urbanização e a modernização trazem desafios às mulheres, mas também permitem o crescimento de oportunidades para elas. Preocupação e insegurança do homem insinuam crises de masculinidade seguidas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013). Essa mudança, no entanto, não significa a perda absoluta de privilégios dos homens (MONTEIRO, 2013). Tal contexto fica ainda mais evidente nos esforços de Ziraldo de reforçar a masculinidade de Carlinhos. Masculinidade que se afirma na centralidade do pênis e do desempenho sexual. D. Clotildes, mãe zelosa, não protege apenas o filho, mas também seu papel sexual.

Imagem 6



ZIRALDO. Revista *Claudia*. Ano XV. Nº 172. Janeiro, 1976, p. 122.

Como guardião da masculinidade em crise dos anos 1970, SuperMãe leva gemada ao filho cansado de tantos encontros amorosos com mulheres variadas. D. Clotildes é, concomitantemente, a ameaça e a forma de conservação dos modelos de masculinidade colocados em risco pelas mudanças em curso no século XX. Carlinhos, o personagem homem de *The SuperMãe*, oscila e informa-nos sobre a instabilidade da masculinidade, sempre ameaçada e sempre cultivada.

Considerações finais

A história do humor gráfico no Brasil é marcada pelo protagonismo de homens e mesmo diante de um olhar de gênero, as pesquisas recaem sobre as representações sobre as mulheres. Feias, autoritárias, objetos sexuais, históricas, as mulheres estereotipadas ocupam vasto campo de pesquisa. Essas construções não são, porém, solitárias, e costumam estar acompanhadas da construção de modelos de masculinidade.

A coluna *The SuperMãe*, de autoria de Ziraldo, publicada entre 1970 e 1985 na revista *Claudia*, é exemplo perfeito da importância de se pensar gênero como categoria de análise relacional. Se D. Clotildes encarna o ideal da mãe coruja, Carlinhos, seu filho, assume o papel do homem que lida não apenas com a maternidade sufocante, mas também com os desafios da masculinidade da segunda metade do século XX. Entre o desejo de independência e a vontade de ser uma eterna criança, Carlinhos fala-nos das masculinidades (im)possíveis no traço humorado de Ziraldo.

A coluna *The SuperMãe* demonstra, tanto em termos de número quanto em termos de temáticas, como a representação da maternidade está intrinsecamente associada à construção de modelos de masculinidade protagonizados por um filho dividido e fraturado pela instabilidade da masculinidade. Este texto, como primeira aproximação com as fontes citadas, sugere a importância de debates que levem em consideração as categorias de humor e relações de gênero, tanto no que se refere a estudos que centrem sua atenção no humor feminista e de mulheres, como na construção das



masculinidades, uma vez que o humor brasileiro, cuja historiografia não nega, foi construído no masculino.

Fontes

Revista *Claudia*. Ano IX, Nº 102. Março, 1970.

Revista *Claudia*. Ano IX, Nº 112. Janeiro, 1971.

Revista *Claudia*. Ano XI, Nº128. Maio, 1972.

Revista *Claudia*. Ano XII, Nº 143. Setembro, 1973.

Revista *Claudia*. Ano XIII, Nº 151. Abril, 1974.

Revista *Claudia*. Ano XV, Nº 172. Janeiro, 1976.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Ana Paula Oliveira. *Homens e Mulheres produtores de HQ: discursos sobre o corpo e a sexualidade da mulher na Indústria Cultural*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, linha de pesquisa em Cultura, Identidades e Patrimônio (UFS). São Cristovão, 2017.

BERGSON, Henri. *O riso: Ensaio sobre o significado do cômico*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. As mulheres ou os silêncios do humor: uma análise da presença de mulheres no humor gráfico brasileiro (1968-2011). *Revista Ártemis*, vol. XXVI nº 1; p. 53-75. jul-dez, 2018.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Os homens no cartum: humor gráfico feminista e os problemas de gênero (1970-1980). In: BRITOD, L.; CRESCÊNCIO, C.; SILVA J. (org). *Histórias de Gênero*. São Paulo, Editora Verona: 2017. p. 152-176.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A escrita feminista de Carmen da Silva. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, p. 197-217, 2007.

FREIRE, Jonis e AMANTINO, Marcia. Ser homem... Ser Escravo. In: PRIORE, Mary Del (org). *História dos Homens no Brasil*. p. 15-48. São Paulo: Editora Unesp, 2013.



GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo”. In: LUSTOSA, Isabel (org). *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. p. 535-555. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MANALLA, Thaís; QUELUZ, Marilda. Dona Marcolina, uma megera indomada: representações e estereótipos de feminilidade nos quadrinhos de Alceu Chichorro. *Revista Ártemis*, vol. XXVI nº 1; p. 175-192. jul-dez, 2018.

MELLO, Soraia Carolina de. “Claudia nas décadas de 1970-1980 – Feminismo, antifeminismo e a superação de um suposto passado radical”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e51203, 2019.

MELLO, Soraia Carolina de. Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989). Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2016.

MONTEIRO, Marko. Masculinidades em Revista: 1960-1990. In: PRIORI, Mary del; AMANTINO, Marcia. (org.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. Mulher ao Quadrado. As representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895- 1990). Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

PINTO, Ziraldo Alves. *The Supermãe*. São Paulo: Abril, 1981.

SCOTT, Joan. Entrevista. *Mandrágora*, v.19. n. 19, p. 161-164, 2013.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

SOIHET, Raquel. . Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, vol. 13, n. 3: p. 591-611, setembro-dezembro, 2005.

“Mommy, protect me but doesn’t overdo it”: humor, gender relations and masculinity in Claudia Magazines column The SuperMother (1970-1985)

Abstract: Ziraldo is one of the most important cartoonists in Brazil. His career gets mixed up with the history of Brazilian graphic humor. With passages in the underground press, the mainstream press and extensive experience in book publishing, Ziraldo is remembered as a brave genius of our humor. Appointed as one of the pursuers of the feminism in the 1970s, through his work at *O Pasquim*, Ziraldo contributed for over a decade to *Claudia* magazine, a landmark in the national publishing market dedicated to middle-class housewives. In his column The SuperMother, which premiered in march 1970 in the magazine, were presented the characters who would inhabit *Claudia*’s pages for 15 years. D. Clotildes and Carlinhos, her son, star in stories where affection, zeal and protection are the super powers of the “super mother”. Exploring categories such as humor and gender relations, the objective of this paper is to reflect about the models of masculinity triggered by Ziraldo in his column The SuperMother, by *Claudia* magazine.

Keywords: Humor. Gender Relations. Masculinity.



“O LAR IDEAL”: AMBIGUIDADES DE UMA MULHER ADVENTISTA NA VIDA POLÍTICA

Daniel Fernandes Teodoro¹
Lucas Almeida dos Santos²

Resumo: Em 1979, ano marco para o feminismo no Brasil e ainda durante o governo militar, a Revista Adventista, periódico oficial da Igreja Adventista do Sétimo Dia, iniciou a seção “Família/Lar Ideal”. Com intuito de abordar assuntos relacionados ao âmbito familiar e responder indagações de seu público, a seção se opôs claramente aos ideais de luta do movimento feminista. Nesse contexto político, toma posse no Senado Federal, Eunice Michiles, adventista do sétimo dia e primeira mulher a ocupar o cargo na República. Com isso, o presente trabalho busca explicitar as ambiguidades entre a narrativa adventista e a luta feminista por representatividade da mulher na vida pública, através da atuação política de Eunice Michiles e da análise na seção da Revista Adventista em 1979. Numa discussão teórica para compor a trajetória biográfica na vida pública da senadora, utilizou-se Barbosa (2006), Souza (2017) e Bresciani (1992). Por meio de Cruz (1982) e Sarti (2004), foi possível compreender o feminismo brasileiro nas décadas de 70 e 80. Por fim, identificou-se que, apesar das ambiguidades do imaginário adventista, reafirmador do ideal feminino restrito ao âmbito privado, Eunice Michiles fez parte da luta por representatividade na vida política e dos direitos em defesa da mulher no período militar.

Palavras-chave: Adventismo. Representatividade feminina. Eunice Michiles.

Introdução

O presente artigo propõe analisar o discurso sobre a imagem da mulher situado numa das seções da *Revista Adventista: O Lar Ideal*. Inaugurada em 1979 por Olga S. Streithorst, visava abordar assuntos relacionados à família e servir como um manual mensal de orientação às mulheres adventistas. Nesse sentido, buscou-se demarcar o silêncio no que tange a expressão autêntica da mulher nas fontes oficiais da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) e estabelecer relações entre as recomendações da revista, em 1979, com as ações efetuadas por Eunice Michiles no âmbito político durante a ditadura civil-militar.

De que modo e até que ponto o conservantismo da IASD foi inibido na figura de Eunice Michiles para tornar-se possível sua ascensão singular ao Senado Federal durante a ditadura? Para responder essa questão, o presente artigo utilizou os métodos da História Social a fim de compreender os documentos adventistas no que se referem às mulheres, analisar seus discursos e como a figura política de Eunice Michiles coube ao pretensioso sistema de governo da época.

Segundo Perrot (2017), o racionalismo do século XIX procurou definir estritamente o lugar de cada sexo levando tal segregação ao seu ponto mais alto. A casa às mulheres, e a política, o apanágio dos homens. Dessa maneira, o surgimento da IASD no século XIX exprime as mesmas concepções segregacionistas da época em relação a mulher. Além disso, Perrot (2017) demarca o monopólio dos homens tanto na representatividade política, quanto na escrita histórica. Os

¹ Aluno de Licenciatura em História, UNASP-EC, Engenheiro Coelho, Brasil. E-mail: danielfernandes.df48@gmail.com.

² Aluno de Licenciatura em História, UNASP-EC, Engenheiro Coelho, Brasil. E-mail: lucasalmeida3001@gmail.com.



documentos e os livros sobre as mulheres adventistas são descrições masculinas sobre o feminino. Logo, o que há é uma história dos maridos sobre suas respectivas esposas (PERROT, 2007).

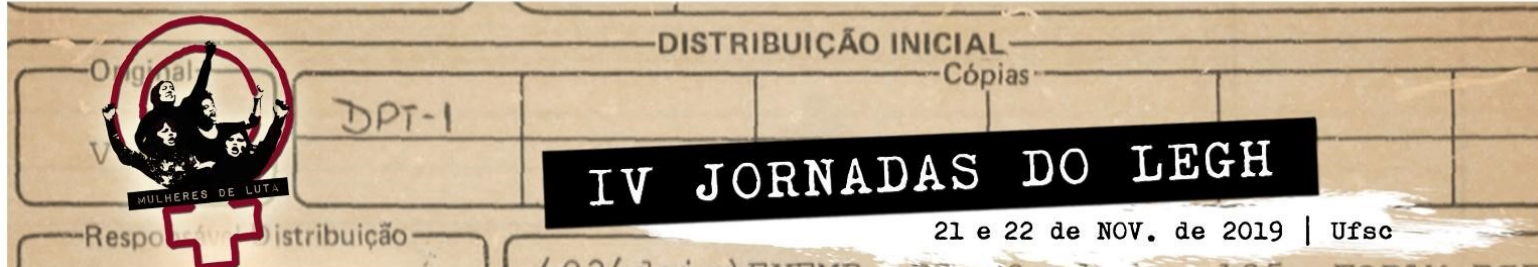
Conforme Bresciane (1992), a exclusão feminina da política se fundamenta em concepções burguesas que remontam ao século XVII e XVIII. Uma sociedade civil formada por todos que, ao mesmo tempo, coexistia com uma sociedade política formada por alguns. Nesse raciocínio, os homens eram responsáveis pela representação feminina na esfera pública. Embora o presente artigo discorra sobre a perspectiva da História Social no recorte de apenas um ano dentro da República Brasileira no século XX, é de suma importância retomar o conceito de longa duração. O tempo recortado não pode ser desmembrado da existência milenar do cristianismo, onde permanecem velhos hábitos de pensar, quadros resistentes, duros de morrer, como é o caso da exclusão feminina dentro da concepção fundamentalista (BRAUDEL, 1992). Assim, o modelo cristão deixou pouco ou nenhum espaço para possibilidade da emancipação feminina e de sua representação política (BRESCIANE, 1992).

O silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu mutismo nas esferas políticas para perpetuar suas funções na vida reclusa (PERROT, 2017). Nesse sentido, ao conceituar o fundamentalismo evangélico, Eliane Moura da Silva (2006) colocou que a família tende a ser categorizada como um lugar privilegiado para a educação e transmissão de valores religiosos de uma geração para outra. Posta como um microcosmos, pai, mãe e filhos efetuam ações representativas entre a humanidade e a divindade. Desse modo, qualquer mudança social, econômica, política ou cultural que ocorrer no modelo tradicional familiar são vistos como ameaçadores aos fundamentos religiosos. É neste ponto em que, segundo Sandra Duarte de Souza (2017), a literatura evangélica direcionada ao público feminino apresenta um caráter normativo em relação à conduta, aconselhando as mulheres a silenciarem-se.

É necessário destacar que o ano de 1979, cujo presente artigo se propõe a trabalhar, se enquadra no auge do movimento feminista no Brasil e no mundo (CRUZ, 1982; SARTI, 2004). Portanto, a análise da seção *O Lar Ideal* buscou compreender como a IASD tentou preservar os ideais cristãos da nova moralidade emergente a partir da “revolução sexual” ocorrida no Brasil entre as décadas de 60 e 70 (PRIORI, 2014).

Segundo Rezende (2013), dentro da conjuntura política estabelecida a partir do golpe em 1964, os militares utilizaram de todos os mecanismos possíveis para que a pretenciosa repressão fosse legitimada. Em sua argumentação, os militares enfrentaram dois desafios. O primeiro foi constituir elementos que certificassem, de imediato, que aquele movimento era legítimo. E o segundo foi caracterizado pelo empenho do grupo de poder em suceder o processo da construção de legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais. Sob esse ângulo de análise, a abertura política que ocorreu nos períodos de Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) se valeram da figura conservadora de Eunice Michiles e do momento favorável ao feminismo para legitimar seus poderes.

Para compor a respectiva análise, discorreu-se sobre três repartições elucidativas. A primeira buscou explicitar como as fontes adventistas efetuaram um silenciamento sobre a identidade feminina. Posteriormente, o artigo se propõe a analisar os aconselhamentos da *Revista Adventista* numa época de efervescência feminista no Brasil. Por fim, se expõe a personalidade ambígua da



primeira senadora do país. Sendo mulher e adventista do sétimo dia, favoreceu tanto a estratégia do governo dos militares quanto a luta dos movimentos feministas por representatividade política.

As fontes adventistas e o silenciamento da mulher

Em 2020 será lançada a nova versão da *Encyclopedia of Seventh-day Adventists* (ESDA), cuja última edição é de 1996 (NEUFELD, 1996). Ao longo do período de sua reescrita (2015-2019), percebeu-se que as fontes eclesiais não retratam a mulher. Quando citada, sua imagem é carregada de estereótipos. Uma história sempre contada a partir da ótica do marido, o que retira a individualidade da mulher inferiorizando-a ao poder do homem. Como coloca Beauvoir (2009, p. 10): “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Só há possibilidade de existir “outro” se, primeiramente, houver “eu”. Nesse sentido, a mulher é delimitada como o segundo sexo, inferior e sempre dependente, o outro.

O *Yearbook* é um documento oficial da IASD, onde anualmente publicam-se os locais e as funções dos seus respectivos ministros, administradores e missionários ao redor do mundo. Contudo, ao se referir às mulheres o documento se reportava ao sobrenome dos respectivos seus maridos. Jessie Viola Rowley (1894-1962), por exemplo, foi uma das pioneiras responsáveis pela obra médico-missionária realizada na região Norte do Brasil. Casou-se com Leo Blair Halliwell (1891-1967) e recebeu seu sobrenome (HALLIWELL, 1959). No entanto, o *Yearbook* (1947, p. 156, *grifo nosso*) descreveu: “Operates on the first thousand miles of the Amazon River and its tributaries. L. B. Halliwell in charge, Mrs. L. B. Halliwell, nurse.”³ Seu nome é categorizado como *Sra Leo Blair Halliwell* e, nesse caso, o documento subjuga sua identidade a do esposo (PERROT, 2005).

Em janeiro de 1928, a *The Advent Sabbath Review and Herald*, um dos principais periódicos adventistas nos EUA, citou alguns pontos missionários no Brasil: “Mr. and Mrs. Hans Mayr, of the Brazil, Training School, to the Lower Amazon Mission, Brazil”⁴ (MEYERS, 1928, p. 5, *grifo nosso*). Hans Mayr (1905-2004) e Johanna Luisa Braüer Mayr (1903-1983) foram missionários que contribuíram para difusão da fé adventista ao longo do rio Amazonas no Norte do Brasil (LESSA, 2016). Da mesma forma, a identidade da missionária é fundida ao do marido ao chamá-la de “Sra Hans Mayr”. Segundo Perrot (2005), esse é o fenômeno do “amor fusional”. A mulher é uma com o homem e sua individualidade condiciona-se a dele. Consequentemente, é justificada a posse do masculino sobre o feminino.

Moysés Salim Nigri (1914-2010) foi o primeiro brasileiro a ocupar a vice-presidência na sede da IASD mundial. Casou-se com Maria Alida Miss Baar (1904-1995) e, sobre sua família, declarou: “Alida e meus filhos *não me deram muito trabalho*. Foram mãos cooperadoras, especialmente minha esposa que, depois de casada, jamais trabalhou de forma remunerada. *Vivíamos unicamente com o que eu ganhava*” (NIGRI, 2014, p. 80, *grifo nosso*). Sua fala implícita a lógica de uma família patriarcal, na qual o homem detém a posse dos filhos e da mulher, visto que não lhe deram muito trabalho. Nesse raciocínio, Sonila Michiles⁵ relatou:

³ Operam nas primeiras mil milhas do rio Amazonas e seus afluentes. L. B. Halliwell no comando, Sra. L. B. Halliwell, enfermeira.

⁴ Sr. e Sra. Hans Mayr, da Escola de Treinamento Brasil, para a Missão Baixa Amazônia, Brasil.

⁵ A família Michiles foi uma das primeiras a se converter à fé adventista na cidade de Maués-AM.



Papai já havia lido bastante a sua Bíblia e não era mais um católico convicto. [...] Com essa atitude, mamãe sentia-se muito desprestigiada diante dos amigos e parentes, *mas ordens são ordens...* [...] ‘De janeiro em diante não se guarda mais o domingo nesta casa, mas sim o sábado [...]’ Minha mãe discordava terminantemente, *mas não ousava falar e muito menos contestar* (STREITHORST, 1979a, p. 59, *grifo nosso*).

Esse calar feminino reprimi a fala daquelas que conservam grande liberdade de expressão e, conseqüentemente, inibe a escrita de sua respectiva história (PERROT, 2017). Além disso, Maria Alida Miss Baar Nigri, teóloga, professora de história, poliglota, preceptora e bibliotecária, abandonou sua carreira para viver em função de seu esposo (NIGRI, 2014). Noutras palavras, o que ocorre entre as mulheres adventistas é uma história em detrimento dos que mais importam.

O lugar da mulher adventista é estritamente demarcado “nas profissões de enfermeira, de assistente social ou de professora primária. Crianças, idosos, doentes e pobres constituem os interlocutores privilegiados de uma mulher dedicada às tarefas caritativas e de socorro [...] organizadas no trabalho social” (PERROT, 2005, p. 252).

Ao comentar sobre a experiência de sua esposa, Nigri (2014, p. 69) descreveu:

Com a experiência que Alida ganhou ao trabalhar com crianças no Nordeste, foi possível organizar o evangelismo infantil na Igreja Central Paulistana. [...] Sob a influência de um casal de missionários norte-americanos, pastor Don e Dorothy Christmas, liderou o evangelismo infantil no território da Divisão Sul-Americana, auxiliada pelas irmãs Dilza Garcia e Neide Campolongo.

Nigri (2014) demarca o cuidado infantil como função essencialmente feminina ao citar quatro mulheres e um homem. Se atentamente lido, as citações do *Yearbook* (1947) também refletem o estereótipo do “trabalho feminino” associando-o quase sempre aos cuidados sociais da enfermagem.

Mulher, sua presença pública é uma ofensa à ordem social e, por isso, deve-se reprimi-la para não cativar homens ao pecado. Seu corpo é, por sua própria existência, um perigo (PERROT, 2007). Num romance cristão “não queríamos ficar longe um do outro, mas a reputação de Maria Alida estava em jogo”, disse Nigri (2014, p. 43) em relação a sua futura esposa. Diferentemente, a reputação masculina não é posta em xeque, visto que os locais públicos são normais aos homens. Portanto, a fiscalização sobre o corpo feminino afeta diretamente a escrita histórica sobre aquelas que não podem aparecer de modo algum, senão caladas e submissas (PERROT, 2017).

A IASD perpetua a secular tradição da mulher vinculada ao ambiente privado da vida familiar. Embora seja permitido às mulheres atuarem profissionalmente, não devem se esquivar de suas obrigações familiares para manutenção do ideal bíblico. Do contrário, estariam contrariando uma função outorgada pelo próprio Deus (SOARES; SILVA; CAMPOS, 2014; SILVA, 2006).

“O Lar Ideal” em 1979

Em diversos países ocidentais, o ativismo feminino emergente nos anos de 1960 são caracterizados distintamente da maioria dos movimentos feministas do final do século XIX e início do XX. De caráter emancipatório e igualitarista, eram um tanto quanto atrelados à religiosidade protestante da época. Lutavam pela igualdade nos direitos civis entre ambos os sexos, pelo acesso



universal das mulheres à educação e, principalmente, pelo direito feminino ao voto (CRUZ, 1982; MEIRA, 2016).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) surgiram mudanças socioeconômicas conflitantes com as sociedades capitalistas e os moldes estabelecidos de uma mulher unicamente feita ao seio do lar familiar. Conseqüentemente, modulou-se um plano de fundo para emergência de um novo feminismo. Na década de 60 em diante o *Women's Liberation Movement* reivindicou não apenas pelo igualitarismo civil, mas pela representatividade feminina em sua própria luta (CRUZ, 1982).

Apesar do progressismo europeu e norte-americano, os movimentos de emancipação feminina no Brasil eclodiram de maneira distinta devido ao seu contexto político. Por ocasião do golpe civil-militar em 1964, o país adentrou num sistema de controle e repressão individual que afetou diversas classes dentro da sociedade. Como antítese, surgiram movimentos sociais, cuja essência principal era lutar pelas liberdades democráticas. Durante os anos de 1970, emergiram o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Dessa maneira,

[...] embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias (SARTI, 2004, p. 36).

A própria mobilização política para a conquista da anistia foi iniciada por uma mulher, Therezinha de Godoy Zerbini. Em 1975, junto de outras senhoras, fundaram em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia (GASPARI, 2016). Após contestações e repressões, o governo de Geisel efetuou uma abertura controlada para simular democracia num efeito zigue-zague. Com isso, à meia noite do dia 31 de dezembro de 1978, o AI-5 foi extinto. Mas em contrapartida, criou-se diversas medidas autoritárias que poderiam ser acionadas pelo Executivo sem nenhum consenso do Legislativo. Através disso, seria possível ao presidente decretar estado de sítio, nomear governadores e praticar censura (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

A fim de legitimar uma pretensa legalidade governamental, João Figueiredo tomou a bandeira da anistia dos movimentos sociais e a concedeu, proporcionando relativa liberdade ao país em 1979 (REZENDE, 2013; SCHWARCZ; STARLING, 2018). Apesar das pretensões militares, houve espaço para o desenvolvimento de novas utopias, sendo possível classificar “o ano de 1979 um marco para o feminismo no Brasil” (CRUZ, 1982, p. 57). Através da anistia, possibilitou-se o retorno das exiladas no início da década de 1980. Isso contribuiu para o fortalecimento do feminismo brasileiro, visto que trouxeram consigo uma enorme bagagem feminista da Europa (SARTI, 2004).

Em 1979, chegou ao Senado a primeira mulher na História do Brasil, Eunice Michiles (BARBOSA, 2006). Sendo mulher e adventista, o momento era oportuno para ressignificar a narrativa feminina dentro da história do adventismo. Entretanto, em janeiro de 1979, sob os encargos de Olga S. Streithorst a *Revista Adventista* criou a seção intitulada “Família/Lar Ideal”. A proposta girava em torno de abordar assuntos relacionados ao âmbito familiar e responder indagações aos



leitores (STREITHORST, 1979b). Na perspectiva de Sandra D. Souza (2017), se objetivou apresentar normas bíblicas em relação à conduta feminina em tempos de ataque ao *lar ideal*.

“Quanto deve ganhar mensalmente um rapaz, para ter condições de casar-se?”, perguntou a intitulada “moça curiosa” (STREITHORST, 1979c, p. 11). Num estigma de dependência, a resposta da autora corroborou padrões burgueses sobre o gênero feminino (BRESCIANE, 1992).

Depende do nível de vida a que ambos estão acostumados a levar em seu lar paterno. Se a moça, ao casar, notar que em seu novo lar não pode alimentar-se, vestir-se, calçar-se como dantes e nem ter o mesmo status que desfrutava anteriormente, ela vai sentir-se frustrada [...] Antes de pensar em casar-se, o rapaz e a moça devem fazer um orçamento para ver se o salário *dele* é suficiente para arcar com as responsabilidades de *chefe-de-família* (STREITHORST, 1979c, p. 11, *grifo nosso*).

Percebe-se não apenas o padrão de dependência única da figura masculina num casamento, mas a divisão de classes que fomenta o sexismo social. Além disso, a resposta não apenas demarca o lugar da mulher, como classifica o padrão do que é “ser homem” (PERROT, 2017).

Em maio de 1979, a seção fez menções diretas ao *Women’s Liberation Movement*. Dentro do subtítulo “opinião da mulher cristã”, Simone de Beauvoir foi apontada como responsável pela difusão de ideologias contrárias às diretrizes cristãs. Além disso, criticou-se também Betty Friedman, “a qual [...] não aceita o cristianismo” (STREITHORST, 1979d, p. 40). O argumento da autora é envolvido pela benção da maternidade e o louvor que a mulher cristã deve expressar ao desempenhar seu papel no lar. Perpetuando o velho conceito, “a sombra de um grande homem existe uma grande mulher” (STREITHORST, 1979d, p. 40). Nessa ideia, uma mãe escreveu à seção:

Sinto-me culpada de impaciência com os meus filhos. Quando chego do trabalho, à noite, a empregada me conta das mil e uma travessuras que as minhas três crianças de 2, 3 e 5 anos praticam durante o dia. Como resultado, castigo-as de imediato. Sei que isto não está certo. Peça sua orientação (STREITHORST, 1979d, p. 41).

O modelo tradicional familiar tende a culpar a figura feminina pelas irreverências infantis dos filhos. Mesmo que não haja imposições físicas às ditas obrigações, o próprio universo feminino se culpa inconscientemente por não cumprir as devidas funções no lar (SILVA, 2006). Em resposta:

Como você me pede orientação, transmito-lhe a orientação de Deus. Peça sua demissão do trabalho e fique em seu lar zelando dele e educando seus filhos. Dedique tempo também ao seu esposo. Pela sua cartinha notei que a subsistência do seu lar não depende do seu salário. Por que trocar as alegrias do convívio com seus pimpolhos pelos parques cruzeiros que resultam desfavoráveis para a formação de uma vida equilibrada e saudável? Pare, medite e decida o melhor em favor deles (STREITHORST, 1979d, p. 41).

O discurso religioso sacraliza a família, legitima a validade do conselho e propõe o retraimento feminino em função do masculino como solução para inibir culpas (SILVA, 2006). A delimitação das funções dentro do lar propõe que haja mulheres-guardas, ou seja, aquelas que sacrificam seus sonhos a fim de defender a família (PERROT, 2017).



Entre os anos de 1960 e 70 eclodiu a “revolução sexual” responsável por reconfigurar a moralidade brasileira. Com a invenção da pílula anticoncepcional os jovens poderiam experimentar tudo que desejassem (PRIORI, 2014). Com isso: “A juventude adventista está em perigo iminente de deixar-se envolver pelos costumes e práticas mundanos atuais que se chamam de Nova Moralidade” (STREITHORST, 1979e, p. 9). “No namoro, a quem cabe a conquista – à moça ou ao rapaz?”. Tradicionalmente ao homem e “se os rapazes não-adventistas pensam assim, quanto mais nós!” (STREITHORST, 1979e, p. 9-10). Com isso, se permite o secularismo favorável ao masculino, mas, “os nossos leitores já devem ter notado que somos adepta do que Deus disse, das coisas naturais. Por conseguinte, desaconselho a “pílula” porque causa graves prejuízos à saúde da mulher que faz uso dela” (STREITHORST, 1979g, p. 16). Diferentemente, a mulher deve cobrir seu corpo conforme os códigos estritos propostos e o secularismo da pílula tende a prejudicá-la (PERROT, 2017; PERROT, 2007).

“Haveria algum problema de eu me casar com um rapaz que tem nível de estudo inferior ao meu? Eu já tenho faculdade e ele há muito tempo terminou o ginásio apenas” (STREITHORST, 1979f, p. 41). Uma questão um tanto curiosa, onde se percebe que o nível educacional da mulher é elevado em detrimento ao do homem. Porém, “via de regra, todas as discrepâncias produzem problemas. A moça sempre deveria ter o mesmo nível de estudo que o rapaz *ou um pouco menor*. [...] A meu ver, não vale a pena tentar” (STREITHORST, 1979f, p. 41, *grifo nosso*). Segundo Silva (2006), esse fenômeno de aconselhamento ocorre pela interpretação literal de passagens bíblicas que favorecem representações hierárquicas dentro das relações.

Ao tratar sobre o tema da alimentação, a autora argumentou que “toda mulher, com raras exceções, está muito interessada em coletar receitas culinárias [...] que agradem ao paladar do esposo” (STREITHORST, 1979h, p. 15). Além disso, “às mães compete [...] tomar a iniciativa de iniciar uma reforma alimentar que garanta a toda a família uma saúde melhor [...]” (STREITHORST, 1979h, p. 16). Como Soares, Silva e Campos (2014) observaram na *Revista Vida e Saúde* entre 1940-45, a *Revista Adventista* em 1979 também perpetua a ideia de que a mulher é a principal responsável pela administração e pelo preparo da alimentação familiar.

Ambiguidades de uma mulher adventista na vida política

Filha de um casal pastoral, Eunice Michiles nasceu na cidade de São Paulo, em 1929. Quando criança estudou no Colégio Adventista Brasileiro (CAB), atual Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-SP), onde realizou o curso de magistério e adquiriu noções básicas sobre enfermagem. Lá, conheceu Darcy Augusto Michiles, filho do então prefeito da cidade de Maués, com quem se casou em 1950 (BARBOSA, 2006).

Em 1963, a pedido de seu esposo, Eunice concorreu a vaga de vereadora na Câmara Municipal de Maués. Contudo, por conta do golpe militar em 1964, o voto popular foi anulado. Como não era de sua vontade entrar para política interpretou o fato mais como alívio do que perseguição. “Cheguei a pedir que votassem em outro. Minha vida era a escola, as ações sociais” (BARBOSA, 2006, p. 91). Entretanto, a coibição ocorreu por seu esposo pertencer ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A dedicação humanitária que Eunice realizava na cidade de Maués era considerada a sustentação política de seu esposo. Sabendo disso, o governo invalidou a candidatura de Eunice acusando-a de



peculato. Consequentemente, houve justificativas para perseguir e denegrir a imagem da família Michiles (BARBOSA, 2006).

Demarcados os limites para uma mulher adventista, Eunice interiorizou a educação conservadora recebida no CAB e optou pelos trabalhos sociais (PERROT, 2005). Contudo, em 1973, após atuar socialmente entre mulheres e crianças, repensou seus conceitos em relação à política e, mesmo tendo sido prejudicada pela Ação Renovadora Nacional (ARENA), decidiu se filiar ao respectivo partido. Sob a argumentação de que optar pela oposição “exigiria, necessariamente, o combate ao sistema, roubando tempo de envolvimento com questões sociais” candidatou-se à deputada estadual do Amazonas pela ARENA (BARBOSA, 2006, p. 108). De modo ambíguo, ainda carregava conceitos de passividade, mesmo na atuação política. Por conta disso, seu próprio partido tentou silenciá-la várias vezes, o que não foi suficiente para evitar sua vitória em 1974 (BARBOSA, 2006).

Como deputada estadual, Eunice motivou a participação feminina na política através do Movimento de Vivência e atuação de Lideranças. “O objetivo era mostrar como a mulher não só estava apta para exercer a função política, como nunca perderia sua doçura, a feminilidade. Um dos riscos era que a mulher, para ser aceita, adotasse posturas mais masculinizadas” (BARBOSA, 2006, p. 113). Além disso, contrariando a visão religiosa de sua própria denominação, Eunice defendeu o planejamento familiar através da distribuição pública de contraceptivos e pílulas anticoncepcionais (BARBOSA, 2006; STREITHORST, 1979g).

Segundo Sarti (2004), um dos fatores contributivos para eclosão do feminismo brasileiro nessa época, foi a declaração do Ano Internacional da Mulher, feito pela ONU em 1975. Nesse contexto, a reação da maioria entre aqueles que compunham o governo dos militares era de estancar as reivindicações sociais forjando uma suposta democracia que somente o regime em vigor teria capacidade de conduzir (REZENDE, 2013). Seguindo essa lógica, em 1978, a ARENA sugeriu que Eunice se candidatasse para o Senado Federal. Contudo, o partido objetivava utilizar a figura feminina de modo ambíguo para angariar votos e conter a oposição. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) havia lançado uma mulher evangélica como candidata, Maria Júlia Rodrigues. Logo, a ARENA necessitava do carisma de Eunice para somar votos em função dos militares (BARBOSA, 2006).

Na época, o partido que somasse o maior número de votos vencia, mesmo que o candidato da chapa derrotada obtivesse mais votos individualmente. Dessa forma, em 15 de novembro de 1978, João Bosco de Lima foi eleito senador pela ARENA com 71110 votos. Eunice, por sua vez, ficou como suplente com 32819 votos e Fábio Pereira de Lucena Bittencourt, do MDB, perdeu com 79181 votos. Ou seja, João Bosco foi eleito como senador graças aos votos somados pela legenda de Eunice (BARBOSA, 2006). Contudo, a ambiguidade conservadora de Eunice coube perfeitamente às decisões militares:

A disputa era muito acirrada, muito próxima e ninguém sabia quem ganharia. Então os membros da ARENA pensaram: – Mulher e evangélica? Dona Eunice é claro! Eu não queria, pois como deputada estadual minha reeleição era quase certa. Mas o partido foi me mostrando que se caso eu não aceitasse, nós perderíamos a eleição, eu era a única com o mesmo perfil político da candidata do partido da oposição. Então eu aceitei, me joguei na campanha mesmo sabendo que não ganharia essa



eleição, mas pensei que com isso ao menos conseguiria realizar um sonho que era ser secretária de assistência social (SOUZA, M., 2017, p. 57).

A pretensa legitimidade da ditadura usou a ambiguidade de uma mulher adventista para perpetuar a suposta democracia. Todavia, alguns meses depois, João Bosco foi internado por causa de um derrame cerebral e, após nove dias em coma, faleceu. Com isso, no dia 31 de maio de 1979, Eunice Michiles tornou-se a primeira senadora do Brasil, o que não estava planejado pelos militares (BARBOSA, 2006).

A estratégia política de abertura manipulada pelos governantes possibilitou a representatividade feminina na política, mesmo carregada de pretensões (CRUZ, 1982). Dentro do Senado, Eunice pleiteou por diversas causas em favor da mulher. Em 1980, apresentou um Projeto de Lei que anulava a “lei da virgindade”, cuja legitimidade pautava-se na anulação do casamento se, no período de dez dias, o homem descobrisse que a mulher não era virgem. A lei tornava-se mais inconcebível quando, para se provar a virgindade feminina, o único meio determinado era a palavra masculina justificada pela força legal (BARBOSA, 2006).

Embora Eunice tenha debatido leis que legitimavam o preconceito de gênero, planejamento familiar, creches, violência, aborto, pílula e virgindade, defendeu o que classificava como “feminismo sadio” (BARBOSA, 2006, p. 153).

Se ser feminista é defender os direitos da mulher, lutar pela sua valorização, para que ela alcance seu espaço na sociedade, então eu sou. Mas se o movimento é do tipo “lutar contra o homem”, querendo suplantá-lo ou prejudicá-lo, então não me filio. A mulher precisa de espaços, de ação, de colaboração. Precisa se somar ao homem e não tomar o seu lugar (BARBOSA, 2006, p. 152).

Em 1980, quando questionada sobre os movimentos feministas da década, respondeu:

Esses movimentos tiveram o mérito de levantar o problema, e não poderíamos esquecer que graças a eles é a mulher foi adquirindo, aos poucos, os direitos que hoje tem no mundo inteiro. Embora muitas mulheres tenham suportado os rótulos da sociedade e tenham, inclusive, recebido pechas desagradáveis, elas realmente seguraram uma bandeira e a barra não deve ter sido fácil [...]. Então acredito que esses movimentos, ressalvados aqueles de conotação exacerbada, realmente contribuíram com a situação que já conquistamos hoje (BARBOSA, 2006, p. 152-153).

A atuação ambígua que Eunice exerceu na vida política fez com que as próprias feministas criticassem seu modelo de luta (BARBOSA, 2006). Porém, ao mesmo tempo em que contrariava as concepções adventistas sobre a mulher, também revelava um conservadorismo agradável aos militares, os quais argumentavam num discurso legitimador, defender e proteger a família (REZENDE, 2013). A ambiguidade de Eunice resultava de sua formação de vida e sua posterior inserção política. Sendo mulher adventista, interiorizou seu lugar de atuação demarcada pela instituição, isto é, os cuidados sociais e a educação. Contudo, esse foi o principal motivo que a levou para luta. Segundo Perrot (2005), as mulheres inserem-se na vida pública após lutarem na reclusão das ações sociais ocultas.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Conclusão

Possuindo um século de existência no Brasil, a IASD perpetua uma história institucional que tende a excluir dos ambientes públicos a imagem ativa da mulher. Ao demarcar o lugar feminino, a memória adventista determinou que seus maridos escrevessem uma história no masculino. Reclusas em ambientes repetitivos e íntimos, têm as mulheres adventistas uma história? Enquanto a institucionalização masculina monopolizar a escrita e as posições de poder político, a identidade dos humildes dentro da IASD continuará sendo pisada. A fala das mulheres exprime liberdade de expressão que resgata a história dos subalternos. Quem seria capaz de descrever a privacidade adventista, senão aquelas que atuam publicamente embora ocultadas pela regra?

A democratização da memória adventista pode ressignificar a análise de suas fontes, quebrar os silenciamentos da mulher e, conseqüentemente, de todos os calados pela seleção da dita importância. Com isso, desmonta-se os padrões estritos do lugar feminino e compreende-se sua atuação pública em todos os níveis da sociedade adventista. Em 1979, o universo adventista foi influenciado pelas concepções religiosas do seu próprio tempo, o que lhe motivou a conter os ataques contra *O Lar Ideal*. Para isso, normatizou conselhos visando reforçar a subalternidade feminina no ambiente familiar. Entretanto, o presente artigo percebeu que essas representações perpetuaram estereótipos entre as próprias mulheres sobre si mesmas. Logo, a institucionalização dicotômica da realidade adventista necessita ser democratizada para que sua história seja realmente preservada.

Ao seguir os padrões seculares de exclusão da mulher difundida pela *Revista Adventista* em 1979, a figura evangélica que Eunice Michiles representava para a ditadura militar foi essencialmente favorável às ações pretensiosas dos governantes. Efetuaram um jogo entre feminismo, proteção à família, repressão e democracia, através das ações ambíguas da primeira senadora do Brasil. Contudo, a luta política pelas causas sociais que Eunice exerceu favoreceram a representatividade feminina, mesmo tendo sua personalidade usada pelos governantes para estancar movimentos sociais em função de uma suposta democracia. Para a mentalidade religiosa, as ações políticas de Eunice podem reconfigurar os padrões delimitados do lugar da mulher adventista. A ideia de que política não é assunto nem lugar para mulheres afeta a conceituação ampla de um sistema democrático e, de modo recíproco, a história das mulheres adventistas. Portanto, a representatividade da mulher na política é o princípio para que as próprias mulheres escrevam sua história.

Referências

BARBOSA, Henrienne. *Eunice Michiles: a primeira senadora do Brasil*. s/ed. São Paulo, SP: 2006.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.

BRESCIANE, Maria S. A mulher e o espaço público. In: BRESCIANE, Maria S.; SAMARA, Eni M.; LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. ANPUH/São Paulo: FAPESP, 1992.



CRUZ, Anette G. V. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1982, p. 33-57.

GASPARI, Élio. *A ditadura acabada*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2016.

HALLIWELL, Leo. *Light in the jungle*. 1 ed. New York, NY: David McKay Company, 1959.

LESSA, Rubens. *Construtores de esperança: na trilha dos pioneiros adventistas da Amazônia*. 1 ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2016.

MEIRA, Vanessa R. V. O impacto do cristianismo na primeira onda do feminismo. In: Congresso Internacional da Faculdades EST, 2016, São Leopoldo. *Anais [...]* São Leopoldo: EST, 2016. p. 419-428.

MEYERS, C. K. To the mission fields in 1927. *The Advent Sabbath Review and Herald*, v. 105, n. 3, p. 4-5, jan. 1928.

NEUFELD, Don F (Ogr.). *Seventh-day Adventist encyclopedia*. 2 ed. Hagerstown, MD: Review and Herald Publishing Association, 1996.

NIGRI, Moysés S. *Sem fronteiras*. 1 ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os silêncios da história*. 1. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. s/ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2017.

PRIORI, Mary D. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2 ed. São Paulo, SP: Planeta, 2014.

REZENDE, Maria J. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, mai-ago 2004.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVENTH-DAY ADVENTIST YEARBOOK. Washington, D.C.: United States: Review and Herald Publishing Association, 1947.



SILVA, Eliane M. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, Sandra Duarte de. *Gênero e Religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-27.

SOARES, Débora M.; SILVA, Liege O. L.; CAMPOS, Paulo F. S. Identidade de gênero: a representação da mulher na Revista Vida e Saúde a Segunda Guerra Mundial (1940-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, p. 142-160, jul. 2014.

SOUZA, Michelle R. *Eunice Michiles e a política: uma história para contar*. s/ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SOUZA, Sandra D. Representações de gênero na literatura evangélica. *Estudos de Religião*, v. 31, n. 3, p. 317-331, set.-dez. 2017.

STREITHORST, Olga S. “Que haja paz em cada lar!”. *Revista Adventista*. v. 74, n. 1, p. 43-44, jan. 1979b.

STREITHORST, Olga S. Alimentação-saúde-destino. *Revista Adventista*. v. 74, n. 10, p. 15-16, out. 1979h.

STREITHORST, Olga S. Ano internacional da criança no contexto da vida familiar-I. *Revista Adventista*. v. 74, n. 8, p. 40-41, ago. 1979f.

STREITHORST, Olga S. Ano internacional da criança no contexto da vida familiar-II. *Revista Adventista*. v. 74, n. 9, p. 15-16, set. 1979g.

STREITHORST, Olga S. Como “manobrar” seus pais. *Revista Adventista*. v. 74, n. 4, p. 10-11, abr. 1979c.

STREITHORST, Olga S. Do namoro ao casamento. *Revista Adventista*. v. 74, n. 6, p. 9-10, jun. 1979e.

STREITHORST, Olga S. *Leo Halliwell na Amazônia*. 1 ed. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1979a.

STREITHORST, Olga S. Women’s Lib. *Revista Adventista*. v. 74, n. 5, p. 40-41, mai. 1979d.

“The Ideal Home”: ambiguities of an adventist woman in political life

Abstract: In 1979, a milestone for feminism in Brazil and during military rule, an Adventist Magazine, an official journal of the Adventist Church of the Day, began the “Ideal Family / Home” section. In order to address family-related issues and answer questions from its audience, the section clearly opposed the ideals of struggle of the feminist movement. In this political context, takes possession office in the Federal Senate, Eunice Michiles, first-day Adventist and first woman to hold office in the Republic. Thus, the present work explicit search the ambiguity between the Adventist narrative and the feminist struggle for women’s representativeness in public life, through Eunice Michiles practice of politics and analysis in the Adventist Magazine section in 1979. In a theoretical discussion to compose a biographical trajectory in the senator’s public life, used by Barbosa (2006),



Souza (2017) and Bresciani (1992). Through Cruz (1982) and Sarti (2004), it was possible to understand Brazilian feminism in the 70's and 80's. Finally, it was identified that, despite the ambiguities of the Adventist imagination, reaffirming the female ideal restricted to the private, Eunice Michiles was part of the struggle for representativeness in political life and women's rights of defense in the military period.

Keywords: Adventism. Female representativeness. Eunice Michiles.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

**LEOLINDA DALTRO: “SANTA AUREOLADA” À MULHER DO DIABO”,
MEMÓRIAS DE UMA “MISSÃO MAIS QUE ESPINHOSA!”**Elaine Cristina Florz¹

Resumo: As mulheres brasileiras do século XIX foram consideradas frágeis e insuficientes para exercer cargos que não fosse exclusivos à plena dedicação ao lar. É nesse contexto que, Leolinda de Figueiredo Daltro, uma jovem professora, decidiu sair da cidade do Rio de Janeiro rumo a uma missão em direção aos sertões de Goiás. Sua ambição era de catequizar indígenas através da educação laica. Leolinda passou a ser alvo de diversas críticas por deixar seu marido e seus filhos(as) na capital para poder seguir com seu objetivo em auxílio aos indígenas. Daltro pretendia alcançar objetivos até então não alcançados por uma mulher brasileira. A partir do momento em que Leolinda se identifica como oprimida pelas questões de gênero, passa a agir por meio do campo político e do ensino a fim de contornar a situação.

A viagem de Leolinda resultou na obra denominada *Da catechese dos índios no Brasil: Notícias e documentos para a História (1896-1911)*, que comporta uma diversidade de documentos que variam entre afeições e críticas referentes à Leolinda. Através dele é possível identificar aspectos extremamente relevantes para analisar a trajetória de Daltro por intermédio do campo da História das emoções.

Palavras-chave: Leolinda de Figueiredo Daltro. Gênero. História das emoções.

Introdução

No decorrer do século XIX, uma jovem professora, casada e com cinco filhos decide sair da cidade do Rio de Janeiro rumo a uma missão em direção aos sertões de Goiás. Sua ideia era de catequizar indígenas através da educação laica. Tal empreitada resultou em uma obra denominada *Da catechese dos índios no Brasil: Notícias e documentos para a História (1896-1911)*, publicada mais de vinte anos após o seu retorno ao Rio de Janeiro. Suas experiências e envolvimento com elites do período fizeram com que sentisse medo, temesse a vida. Qual destino tal viagem deu para a vida da professora? Qual foi o motivo de seu sofrimento?

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da professora Leolinda de Figueiredo Daltro através do livro publicado, nele há uma diversidade de documentos que variam entre cartas, abaixo assinados, recortes de jornais, entre outros. Por meio deles é possível identificar a opinião pública sobre Daltro, que exemplificam o pensamento machista e patriarcal entre meados do século XIX e XX.

Considera-se aqui, como parte essencial para a elaboração deste trabalho o prefácio da obra denominado *Explicação Necessária*. Através dele Leolinda expõe por meio das palavras as suas emoções. Nesse sentido, analisaremos até que ponto os sentimentos de Leolinda a influenciaram a tomar decisões que a tornaram uma mulher a frente do seu tempo.

¹ Acadêmica do Curso de História na UNESPAR. E-mail: elainecristinaflorz@gmail.com.



A trajetória

Leolinda Figueiredo Daltro nasceu em 1858, originária de Najé, cidade de Cachoeirinha, no Recôncavo Baiano. Sua mãe era Maria Alexandrina de Jesus e seu pai Capitão Luiz Antonio de Figueiredo, ambos faleceram durante sua infância a deixando órfã. Leolinda cresceu aos cuidados da avó e devido ao fato de ser filha de um ex-combatente da Guerra do Paraguai, pode inserir-se no Colégio das Orfãs do SS. Sagrado Coração de Jesus, na capital da Bahia, uma vez foram ofertadas vagas às filhas dos soldados com a finalidade de ampará-las (ROCHA, 2016).

De acordo com Cunha (2014), tal colégio foi a primeira instituição fundada para amparar meninas órfãs. A conduta de colégios como esse, administrados por irmãs Ursulinas, priorizava formar meninas e moças por um processo educacional de disciplinamento, as tornando capazes de viverem autonomamente em seus futuros cumprindo os códigos morais da sociedade do período.

A educação até então era destinada ao masculino, foi somente a partir do século XIX que a educação feminina no Brasil passou a ser refletida, dentro do contexto moderno influenciado pelo contato com países europeus. Conforme Manoel (2008) ao mesmo tempo que almejavam o moderno, temiam a modernidade. Nesse sentido, as famílias de elite estimavam uma educação feminina que contemplasse o mundo privado das mulheres, “não se tratava [...] de uma educação profissionalizante, mas de uma educação voltada para o polimento sociocultural das mulheres” (MANOEL, 2008, p. 25). A educação do período era voltado à famílias abastadas financeiramente, o que não era o caso da família de Leolinda, levando em consideração ao cargo exercido pelo seu pai no exército, que poderia ser razoável, mas nada comparado com as elites da época. É muito provável que devido ao conservadorismo e a condição financeira, mulheres como Leolinda fossem impedidas de estudar. Podemos considerar as crianças acolhidas pelas irmãs Ursulinas como exceção, já que, os acontecimentos de suas vidas as levaram à essa conjuntura.

Leolinda atuava como professora desde de 1873. Provavelmente sua formação se deu no momento em que houve uma tendência à denominada “feminização do magistério”. Segundo Guacira Lopes Louro (1997), as atividades docentes eram predominantemente exercidas por homens, já que o desígnio das mulheres era condicionado aos afazeres domésticos e maternos. A abertura de novos espaços de trabalho em cargos masculinos na área industrial e urbana com melhores condições salariais, causaram deficiência de docentes no ambiente escolar, diante da alta demanda de alunos(as).

A maneira de suprir tais demandas seria inserir a mulher no campo de atuação. O consentimento da sociedade perante à essa nova função feminina se justificou pela perspectiva de que todas as mulheres seriam “naturais educadoras”, pelo fato de serem predestinadas a serem mães. A atuação como professoras era visto como “extensão da maternidade”. Apesar de receberem diversas críticas da sociedade, já que determinavam os cérebros femininos como “pouco desenvolvidos”, com o passar do tempo passaram a serem vistas como necessárias, ao passo que possuíam a delicadeza das mães que contribuiriam para a formação de bons cidadãos, indispensáveis para a formação da almejada sociedade moderna. (LOURO, 1997, p. 450).

O primeiro casamento de Daltro formalizou-se quando tinha 15 anos de idade. O relacionamento com Gustavo Pereira de Figueiredo, resultou no nascimento de dois filhos: Alcina e Alfredo. Em pouco tempo de relacionamento, Leolinda ficou viúva. Em 1887, mudou-se para o Rio de Janeiro com Appolonio de Castilho Daltro, com o qual casou-se e teve mais três filhos: Oscar,



Leobino e Aurea. Cunha (2014) relata que Appolonio foi funcionário da Fazenda da Província da Bahia, em Salvador, quando foi transferido para o Rio de Janeiro, conseqüentemente, levou a família consigo.

A atuação de Daltro como professora primária na Bahia possibilitou a sua transferência para a cidade do Rio. A metodologia e as disciplinas diferenciadas ministradas por ela como arte, ginástica e profissões, foram admiradas e incluídas no ensino carioca (ROCHA, 2016).

A decisão

Sua atuação como professora expandiu ainda mais quando se relacionou com a causa indígena. Leolinda se interessou no assunto ao ler matérias publicadas em jornais que noticiavam sobre a presença de um grupo de indígenas na área urbana do Rio de Janeiro, os quais estavam em busca dos seus reservados direitos humanos e agrários, principalmente para a inserção de um(a) professor(a) nas tribos para a formação de uma escola.

Ao visitar os indígenas, Leolinda se comprometeu à auxiliá-los baseada pela política positivista e comovida pelos debates indígenas durante o período republicano. A causa foi abraçada com a intenção de educar e civilizar a população indígena dos sertões de Goiás através da catequese laica.

A proposta da professora não foi bem aceita pelo governo, que hesitou em ceder recursos para a viagem, alegando falta de verba. A colaboração de amigos(as) de Leolinda foram fundamentais para que a viagem se realizasse. Por meio deles(as) e de políticos, obteve apoio financeiro e moral, além de registros de cartas de recomendações que foram utilizadas ao longo do trajeto como facilitador para obter assistência e acolhida para pernoites. Ao juntar dinheiro suficiente para partir, Leolinda seguiu para viagem com os indígenas na companhia de seu filho mais velho Alfredo Napoleão de Figueiredo.

Críticas e ressalvas

A decisão de Leolinda sobre sua partida para Goiás, causou uma diversidade de opiniões, variantes entre total apoio e desagrado vindo de pessoas muito próximas como parentes e amigos(as), como até mesmo de pessoas distantes, entre admiradores ou leitores dos jornais que repudiavam a ideia.

As críticas e ressalvas se voltaram à Leolinda, especificamente por ser mulher. Esperava-se que as mulheres exercessem suas obrigações da vida cotidiana, como mães e esposas, as educadoras das gerações do futuro. Aos homens concernia a função de sustentar a casa por meio do trabalho externo.

O ato de viajar, assim como outras funções exercidas em sociedade, era destinado aos homens, uma vez que, os perigos e incertezas durante os trechos das viagens que demandam enormes distâncias, não competiam às mulheres do século XIX, especificamente, por serem consideradas frágeis e afetivas. É a partir daqui que se iniciam os processos de rompimento entre o que esperavam de Leolinda como mulher, mãe e professora, “dando-nos a todos um exemplo de coragem rara no sexo fragil [...] que se destacou dos moldes communs.” (Gazeta de Noticias, 1896 apud DALTRO, 1920, p. 21).



Nota-se que as controvérsias em relação a ida de Leolinda aos sertões, descritas por homens, não só traziam em sua narrativa os possíveis contratempos e perigos da viagem, como também consideravam e reafirmavam o quão polêmico era “que dentre tantos homens interessados pelo progresso de nossa cara patria, só vós, uma mulher, surgistes para tentar a grande obra da educação dos índios, affrontando corajosamente, todas as contingencias do vosso sexo [...]” (CHAVES, 1898, apud DALTRO, 1920, p. 167).

O pensamento do século XIX defendia que as diferenças intelectuais entre os sexos feminino e masculino pela justificativa do meio biológico, o homem era identificado como superior e mulher como inferior. Nas palavras de Scott (2002, p. 26, apud KARAWEJCYK, 2014): “Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social.”

Ao reforçar esse estereótipo, o trecho a seguir afirma que ao ser mãe, Leolinda teria forças para realizar todos os sacrifícios: “Isto é difícil para um homem, quanto mais para uma mulher! Mas, a mulher é mãe, e ser mãe é a concretização de todas as virtudes e sacrifícios.” (VAZ, 1897, apud DALTRO, 1920, p. 81). Segundo Telles (1997), esse discurso de que a “natureza feminina,” ligada à delicadeza e ao maternal, passaram a ser formuladas a partir do século XVIII, e foram utilizadas como prerrogativas masculinas, para englobar às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição. (TELLES, 1997, p. 403).

Trabalhar como professora parecia ser aceitável para a sociedade carioca, desde que Leolinda continuasse a cuidar dos seus afazeres familiares, principalmente cuidando dos(as) filhos(as), esperam da mulher comportamentos ligados a feminilidade. Daltro resistiu as críticas e estava realmente decidida a partir para Goiás, mesmo que precisasse levar os(as) filhos(as) consigo, para bem ou para o mal, conforme dito na carta da sua amiga, exposta abaixo:

D. Leolinda

Que saudades tenho tido de minha boa amiga! Que pena me causa o seu destino e seu martyrio! Fui hontem ao senador Quintino procurar noticias suas e [...] contou-me que vendo que tudo era baldado, ameaçou de entregar-lhe sua filhinha e que você com a maior calma respondeu-lhe que a levaria consigo para os sertões, para a vida ou para a morte, [...] O Alfredo foi bem culpado nisso, a meu vêr elle é um filho máu, porque se elle não se animasse a acompanhá-la, você não se animaria a ir sosinha no meio desses horrendos animaes. [...] Magdalena de Noronha (1897 apud DALTRO, 1920, p. 93-95).

A amiga culpa o filho Alfredo por tê-la acompanhado na viagem, uma vez que, de acordo com o compreendido pela sociedade patriarcal, o filho mais velho deveria reger a casa enquanto o pai não estivesse presente. Ao contrário, Alfredo apoiou a mãe.

Em relação ao marido de Daltro, Elaine Rocha (2013) aponta que o mesmo sentiu-se desrespeitado com a viagem e a decisão da professora. Para D’Incao (1997), os homens do século XX eram bastante dependentes da imagem feminina para consolidar determinado status em meio a sociedade. O pensamento condizia com a frase de Perrot: “homem publico é uma honra, mulher publica é uma vergonha. (2007, p. 136).



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Casar-se era considerado uma realização pessoal. De acordo com Castelo Branco (1996), “o modelo a ser seguido era o da ‘Sagrada Família’, no qual Maria assumia o papel de esposa e mãe dedicada e preocupada com o filho” (CASTELO BRANCO, 1996, p. 127).

Segundo Louro, havia uma grande incompatibilidade entre trabalho feminino e casamento, da qual poderia gerar a renúncia. Ainda assim, o que determinou a separação do casal, foi Leolinda encontrar seus filhos Oscar e Leobino trabalhando em comércios por ordem de seu marido (CUNHA, 2014), logo após o retorno de uma de suas viagens. O fato a fez transferir seus filhos de colégio para a cidade de São Paulo, acolhidos por Horace Lane.

Em uma das cartas recebidas por seus filhos, é perceptível que os mesmos apoiavam a viagem de mãe e almejavam estar com ela. A afirmação abaixo de que Leobino estaria muito chorão, pode estar relacionado com as saudades da mãe:

Minha querida mamãe

Tenho tantas saudades da senhora! [...] Quando é que a senhora volta? Quantos dias de viagem? Escreva-nos assim que chegar na aldeia; como nós desejamos ir também, a senhora virá nos buscar em Dezembro? Vem? [...] Mamãe, volte breve. São horas da aula. Eu estou muito adiantado, mas Leobino está muito vadio, e muito chorão. Deite a abençoção a seus queridos filhos Oscar e Leobino (1897 apud DALTRO, 1920, p. 101-102)

O retorno ao Rio de Janeiro

Após quatro anos intensos de viagens, Leolinda retornou ao Rio de Janeiro em 1900. Ela visava a nomeação oficial como Catequista Leiga ou como Diretora dos Índios, cargo que nunca foi ocupado por uma mulher. A fim de alcançá-lo, Daltro utilizou diversas estratégias, uma das principais foi o uso variado dos jornais, através da imprensa Leolinda tentou convencer tanto a sociedade quanto os políticos de que sua empreitada era de fato necessária. Daltro passou então a remodelar seus interesses e “seu nome ressurgiria [...] nas páginas dos noticiários, em defesa de uma outra causa: o feminismo” (ROCHA, 2002, p. 4 apud KARAWJCZYK, 2014).

A iniciativa de Daltro se deu por meio da Junta Feminil pró-Hermes, em apoio à candidatura de Hermes, Leolinda e outras mulheres buscavam conquistar direitos e emancipação. A associação foi renomeada como Partido Republicano Feminino (PRF), e tinha como objetivo buscar o apoio das mulheres na sua luta contra o Estado patriarcal e reconhecer as mulheres como cidadãs com direito de voto e de serem votadas.

Em busca de visibilidade, Leolinda ainda seguiu ocupando espaços que mulheres de gerações anteriores jamais poderiam ter ocupado. Através da fundação do jornal A Política em 1910, promoveu o PRF, seus ideais indígenas e apoiou os direitos femininos.

A militância do grupo PRF passou a ser igualado com o das sufragistas inglesas, á medida em que a denominaram Daltro como Miss Pankhurst brasileira. O movimento de Daltro era ironizado, sendo considerado “ridículo e excessivo.” (KARAWJCZYK, 2014, p. 81). Ao perceber o poder da mídia na vida cotidiana, Daltro age na mesma linha de raciocínio, fundando outro jornal: A Tribuna, em 1916, a fim de divulgar as ideias do partido.



Leolinda empenhou-se incansavelmente pela campanha pelo voto feminino, lançando sua candidatura diversas vezes pela cidade do Rio de Janeiro, a intendente do Rio de Janeiro em 1919, em 1924, e depois a deputada estadual, em 1934, sem conseguir se eleger aos cargos. É provável que a sua visão estereotipada de Miss Pankhurst brasileira tenha a prejudicado a eleger-se, já que marcava Leolinda como enérgica.

Sentimentos deixados através das páginas

Escrita e saber também estavam vinculados ao poder e a dominação masculina, mas isso não significava que as mulheres não escrevessem, seja por meio de pseudônimos masculinos ou até mesmo pelo o que Lygia Telles denomina por “cadernos-goiabada”, fazendo referência aos diários que retratavam os sentimentos do dia a dia, assim como os cadernos de receitas, que são considerados pela autora como os primeiros passos à carreira das letras femininas (TELLES, 1997, p. 409).

é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada a família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente contar sua vida. Correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado [...]. (PERROT, 2013, p. 28).

Para Perrot, o Movimento Feminista que desenvolveu-se no século XX, teve fortes influências para incentivar a escrita feminina, que buscava emancipação, seja por meio de livros ou matérias de jornalísticas. Podemos afirmar que Leolinda foi uma dessas mulheres inspiradas pelo feminismo à enfrentar a hostilidade do meio intelectual.

É muito provável que Leolinda tenha se motivado a publicar o livro *Da catechese dos índios no Brasil: Notícias e documentos para a História (1896-1911)* com base nas “literaturas de viagens”, muito comuns no período, que tinham como função testemunhar o encontro com culturas e mundos diferentes à do(a) viajante. Essas recordações não só comprovavam as viagens por meio dos relatórios, como também auxiliavam para a ampliação da ciência, da literatura e as políticas externas. (TELLES, 2011)

O texto que inicia a obra é a *Explicação Necessária*, selecionada para ser trabalhada neste trabalho especialmente por ser a única parte do livro em que Leolinda escreve brevemente sobre suas vivências e justifica o objetivo do seu livro. Nas palavras de Stadniky (2007, p. 2), “escrever, entre outras coisas, é uma busca de liberdade, um exercício de poder simbólico, uma re-invenção do mundo, uma exploração do sentido da vida.”

Narrar a própria experiência vivida autoriza expressar ao mundo o ponto de vista particular. A escrita sobre si permite ao/á autor(a) recapitular “o espaço e o tempo, contribuindo para a elaboração de uma história individual e coletiva.” Permite reconstruir o passado através das memórias marcadas por momentos felizes ou dolorosos, constituindo uma escrita marcada por um “tom intimista, confessional, refletindo conflitos íntimos, esperanças desfeitas e sonhos violentados”. (STADNIKY, 2007).

A argumentação de Leolinda sobre a publicação do livro reflete o seu objetivo em registrar uma “história franca e verdadeira” sobre sua atuação com os indígenas, que teria a relevância de “um



tesouro de verdades”, já que seriam documentos “fidedignos, revelando o suficiente para o Juízo da História”. (DALTRO, 1920, p. XX).

As palavras de Daltro contidas nesse prefácio aparecem carregadas de sentimentos e através delas podemos analisar até que ponto as tensões e conflitos vivenciados ao longo de sua vida, conforme descrito no primeiro capítulo, impactaram o seu emocional. “Essa ação da história nos sujeitos é também emocional e não apenas racional, a forma como um evento afeta a pessoa a move e isso não pode ser desconsiderado.” (CAPDEVILA, L.; LANGUE, F, 2014 apud ESTACHESKI, 2018).

Para Farge (2011) a História deve considerar e escutar as falas, apreende-las e refleti-las, já que, é a partir delas que podemos dar luz as subjetividades do indivíduo. “A dor significa, e a maneira como a sociedade a capta ou a recusa é extremamente importante.” (FARGE, 2011, p. 19). A escrita sobre si torna-se fundamental ao fornecer elementos que ecoam emoções.

Iniciaremos a reflexão através da justificativa de Daltro em seleção a escolha dos documentos inclusos no livro. Segundo Daltro, as documentações foram anexados sem comentários e sem notas explicativas devido a necessidade de publicar o livro de maneira rápida, devido ao seu estado de saúde debilitado, nas palavras de Daltro: “doe-me a idéia de que os meus patrícios e a posterioridade guardem de mim uma lembrança falsa, uma memória de ridículo, com que, ainda depois de morta, possa magoar meus filhos.” (DALTRO, 1920).

As palavras de Leolinda ecoam sede de fazer justiça, a fim de combater “a memória de ridículo”, que segundo ela foram dissipada tanto pelos frades “causadores dos maiores horrores e crimes” (DALTRO, 1920, p. XVII), quanto pela imprensa: “que me procuraram ferir e aniquillar!” (DALTRO, 1920, p. XVIII).

A relação conflituosa com os frades, influenciou a opinião social sobre Leolinda. A “memória de ridículo” pode estar ligada aos insultos citados no relato de um viajante comercial:

Ella tem sido pelos despeitados do convento acoimada de herege, de judia errante, de mulher do diabo, de filha de Satanás, de escommungada, de louca evadida do hospício, de pé de pato, de capa verde, do Diabo, emfim; entretanto, ella não se atemorisa, não desiste do seu intento. (SILVA, 1897 apud DALTRO, 1920, p. 112)

O fato de Leolinda ser mulher por si só criava implicações, uma vez que os frades consideravam as mulheres como descendentes de Eva, conseqüentemente, acreditavam que carregavam o pecado em seus corpos. A crença se tornava mais acentuada na medida em que Leolinda confrontava o poder dos padres, não ocupando o lugar esperado por uma mulher, tornando-se assim fácil alvo de cruéis críticas que abalavam Daltro.

Leolinda frisa o motivo pelo qual publicou seu livro 20 anos após a sua viagem:

[...] nesse livro, eu teria tambem de narrar os crimes, as ciladas e as torpezas de que foram capazes os meus perseguidores, e com isso assularia ainda mais os meus ferozes inimigos, do que resultaria, pelo menos, ser eu alvejada, em caminho, por algum tiro casual... (DALTRO, 1920, p. XIX)

Tais crimes e ciladas se referem aos acontecimento vivenciados no decorrer de sua viagem rumo a Goiás. A professora passou a temer a vida “julgando ver em cada homem, no movimento que



fazia o arvoredo, no pio das aves, o assassino que lhe seguia os passos (DALTRO, 1920, p. 251). Chegou inclusive a arrancar com uma tesoura, os dentes de ouro que tinha, após saber que este seria um dos sinais que a identificavam pelos sertões.

Durante os trechos, a professora passou a mudar constantemente de trajes e de nome, chegando a se vestir como homem, tentando iludir os prováveis assassinos que a seguiam. “Semi nua, com o vestido de brim está aos farrapos, pes inchados e sangrando pela pedra do caminho disse-me que só esperava desse arrojo, a morte, a todo instante, ou pelo cano de uma espingarda ou pela bocca de uma onça ou jacaré” (DALTRO, 1920, p. 239-240).

A indumentária é considerada simbólica, definindo nossas identidades, seja de classes ou gênero. (SANTOS, 1997). Por meio dela Leolinda tende a romper com o modelo estipulados para o sexo feminino, utilizando calças, camisas e chapéus, a fim de sentir-se segura, uma vez que, a roupa é um definidor sexual, essa estratégia estética a poderia livrar de possíveis ciladas.

Para Santos (1997), o vestuário distinguia comportamentos masculinos e femininos, nesse sentido, encontrar um homem viajante seria natural aos olhos dos homens que pretendiam perseguir Daltro, mas ao vestir-se como mulher, a faria ser identificada rapidamente. Nas palavras de Santos: “modos de homem” – circunscritos ao “jeito, artes e comedimentos próprios de homens bem educados”, e “modas de mulher” expressando a imagem da feminilidade – estabelecia imagens e projeções de comportamentos para todos os indivíduos.” (SANTOS, 1997, p. 148).

O propagar das notícias de suas dificuldades teriam se espalhado ao ponto de influenciarem o imaginário popular sobre a sua pessoa a ponto de dizer-se que Leolinda era amaldiçoada, pois todo dinheiro que lhe caía nas mãos viravam folhas secas, submetendo Leolinda a vender suas vestimentas, suas produções de flores de papel, costuras, entre outros objetos para sustentar-se. Uma vez que as doenças os alcançavam e obrigavam Leolinda a agir como enfermeira, arrendando altos custos.

Mesmo assim, alguns relatos consideram Leolinda como “possuidora de um poder sobrenatural que a protege e a desvia dos perigos em que por vezes se tem achado”, fazendo com que mesmo diante de tamanhas dificuldades, permanecesse com o rosto sereno (DALTRO, 1920, p. 139). Daltro afirmava aos seus admiradores: “Depois de ter caminhado e soffrido tanto, não recuarei! Venço ou morro!!! (ROCHA apud DALTRO, 1920, p. 265).

Enquanto alguns curvavam-se afirmando que D. Leolinda Daltro era uma “santa aureolada” por todas as virtudes humanas (DALTRO, 1920, p. 147), outros afirmavam que Leolinda era a enviada como “anti-cristo”, conforme citavam os escritos bíblicos. (DALTRO, 1920 p. 149-150) Para Rocha (2013), essa concepção se afirmou como um presságio devido à notoriedade da passagem do cometa Biela, que propiciou ao campo fértil das superstições dos sertanejos, a concepção de que o Apocalipse do fim do mundo decorreria em seguida ao fenômeno.

Grigório (2012) nos aponta que em defesa às acusações de Daltro, os frades passaram a enviar suas perspectivas da ação indígena exercida por Daltro através do jornal Gazeta de Belém. Para os frades, nunca houve tentativa de assassinato, uma vez que, inclusive, acolheram seu filho Alfredo durante o período em que estava enfermo. Rebateram também os boatos de que eram contra o ensino escolar aos indígenas, mas sim contra as ideias protestantes manifestadas pela professora, influenciadas por sua amizade com o reverendo William Cook. Para frei Gil, o sentimento de



ingratidão de Leolinda, frente ao auxílio dos frades, afirmava que Daltro pretendia apenas culpabilizá-los “pelo fracasso de sua missão.”

Diante de tais acontecimentos Leolinda afirma:

[...] resolvi prudentemente calar-me e sofrer resignadamente toda a campanha de ridículo que até hoje sofro, e aguardar o momento oportuno em que a verdade se fizesse luz e pudesse a minha palavra ser ouvida e acatada. (DALTRO, 1920)

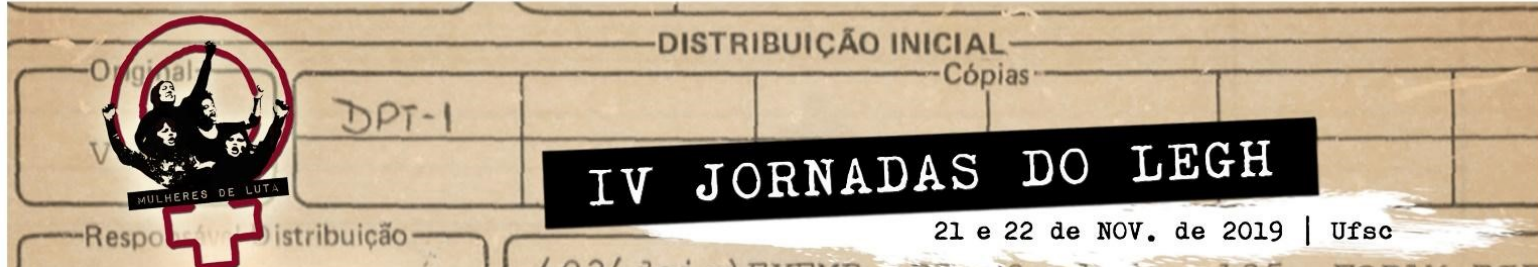
A narrativa de Leolinda continua, frisando que reservou maior parte da sua vida participando de uma “luta desigual travada contra o inexpressivo e frio olhar do indiferentismo, no ataque agressivo da crítica soez, que fere sem exame as reputações mais sólidas [...] (DALTRO, 1920, p. XIX)”. Pressuponho que esse relato advém devido a negativa à presença da professora durante os debates com os integrantes do IHGB, em função da criação do Instituto de Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais (SPIITN). Em uma das atas das reuniões presente na obra de Daltro há a afirmação de que a professora não pode presenciar os debates referentes à causa indígena “por l’ho prohibir o seu sexo, como foi alegado” (ALBUQUERQUE, 1910 apud DALTRO, 1920, p. 631-632), sendo obrigada a acompanhar as declarações em uma sala separada, “sob o pretexto de ser mulher.”

“Digiri-me [...] a todos os poderes da Republica, suppondo nelles encontrar apoio á causa santa que eu desinteressada e gratuitamente defendia, pedindo, implorando mesmo, protecção para os pobres brasileiros, donos expoliados deste paiz, e a resposta era, quasi sempre, o desprezo, a chocota, o riso imbecil dos nullos, dos inuteis e (porque não dizel-o) dos invejosos?” (DALTRO, 1920)

A resistência e a chacota masculina ao ouvirem mulheres ou a vê-las em cargos de poder pode ser denominado atualmente como misoginia. A “masculinidade hegemônica” afetou muitas mulheres nesse contexto do século XIX, por meio da dinâmica cultural que sustentava a posição de liderança dos homens na vida social. (BENFATTI, 2015).

Leolinda conta que as perseguições foram além, vindo inclusive dos poderes públicos, que segundo ela, deixaram-a viver: “toda a vida de martyrio e horror; a minha falta de recursos, que, por castigo pelos meios feitos, me despojaram mesmo dos direitos que me assistiam em lei.” (DALTRO, 1920, p. XXIII) Ao empregar a palavra castigo para justificar a falta dos pagamentos que não recebeu enquanto professora, compreendemos que Daltro tinha consciência de que suas atitudes foram consideradas como singulares para o seu tempo, dessa forma, acreditava que ao deixa-la sem dinheiro, não buscaria enfrentar os ideais políticos. Ainda assim Leolinda mostrou-se determinada: “Passei dias horriveis, passei miserias, quasi morremos todos de fome; lancei mão de todos os recursos que a intelligencia humana em taes apuros pode suggerir para não succumbirmos á mingua. Mas não esmoreci um só dia sequer” (DALTRO, 1920, p. XXIV). A frustração aparece nas falas de Leolinda justamente por afirmar que não desistiu do seu intento e mesmo assim, por condições que não pode controlar, foi impedida de efetivar seus planos.

Partindo do princípio levantado por bell hooks (2019) de que mulheres tornam-se feministas, a hipótese que levanto é que tais sentimentos que desenvolveram-se devido á episódios traumáticos, mobilizaram Leolinda à recorrer em busca de seus objetivos através do Movimento Feminista. Ao



atuar como professora e ter mais mobilidade em sociedade, talvez inicialmente Daltro não percebesse que gênero poderia vir a tornar um empecilho na sua almejada carreira, uma vez que encontrava-se em sua zona de conforto. Ao bater de frente com pessoas influentes da elite brasileira, passa a ser sufocada com o medo “de um tiro casual”, sentindo aos poucos o impacto que vinha ser uma “mulher de idéas livres e adiantadas” (FURTADO, 1899, p. 253 apud DALTRO, 1920) em meados do século XIX e XX. Sua percepção de mundo passa a se moldar.

Podemos reforçar essa perspectiva por meio de um comunicado publicado por Leolinda no *Jornal do Brasil* no ano de 1910, em nome da Junta Feminil. Ao apontar que as mulheres são vítimas dos maus governos, Leolinda descreve por entrelinhas a experiência da própria vida, aliás, os impedimentos que não á fizeram alcançar seus desejos advinham de políticos. Com o apoio feminino Leolinda poderia votar em candidatos que favorecessem seus ideais, ou até mesmo candidatar-se, como o fez.

“Minhas illustres patricias! – A mulher, concisa dos seus deveres e destino da Sociedade, não deve continuar a conservar- se inactiva em meio da formidavel luta travada para a escolha do futuro Presidente da República.

A simples consideração de que é ella quem forma o caracter dos filhos e quem estimula o esposo na pratica dos deveres cívicos, bem mostra o quanto della dependem a moralidade e boa gestão dos negócios publicos.

Portanto, a mulher como primeira e principal factora do elementos a quem mais diretamente estão ligados os destinos da Patria, não deve conservar-se indifferente ao pleito que presentemente está [...] a alma nacional.

Nós, as mulheres somos sempre as grandes victimas dos maus governos, porquanto os onerosos sacrificios impostos aos nossos paes, filhos e esposos redundam sempre na miseria e na degradação dos lares.

Preciso e patriótico é, pois, que nos manifestemos sobre a escolha de um dos dous candidatos que tão legitimamente disputam o cargo supremo magistrado da nação [...]” (*Jornal do Brasil*, 19 de Janeiro de 1910).

Conforme Karawejczyk (2014) as manifestações de Leolinda e a sua inserção no Movimento Feminista foram mal compreendidos na época. A população tratava Daltro por meio da chacota, nas palavras de Karawejczyk (2014, p. 81):

O riso e a zombaria há muito eram utilizados pelos que desejavam descaracterizar a emancipação feminina, tal como aponta Rachel Soihet (2005, p. 592): “a utilização da zombaria, ridicularizando-se as mulheres, como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos constitui-se em algo habitual, perdendo-se na sua longa, duração”. Em 1931, esse fato foi comentado pela própria Leolinda em uma outra entrevista concedida por ela na qual desabafa: “o senhor não sabe quanto fui ridicularizada porque simplesmente, só porque me bati por uma aspiração ainda deslocada no tempo em que levantei o estandarte do Feminismo no Brasil” (*A Batalha* (RJ), 02 abr. 1931, p. 1).

A dedicatória do livro de Daltro é dedicada aos(ás) seus(suas) filhos(as): “Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea, aos quaes julgo deixar a minha gloria symbolizada numa corôa de espinhos.” (DALTRO, 1920). A página seguinte é reservada especialmente para Alfredo, o filho mais velho.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

A homenagem aos filhos(as) dizem muito sobre amor de mãe, aliás, conforme os relatos acima, podemos considerar que suas ações não se deram somente em prol da causa indígena e feminina, mas também à seus(suas) filhos(as), almejando à eles(as) estabilidade. Os sofrimentos já citados anteriormente se ampliam à Leolinda, ao ver que possivelmente desapontou e prejudicou seu filho por uma causa que não foi valorizada e nem reconhecida no período como Daltro desejaria.

Rocha (2016), nos informa por meio da entrevista com o neto de Leolinda, o Sr. Othon de Castilho Daltro, que Daltro teria perdido um dos seus filhos antes do mesmo completar um ano de idade. O filho denominado Manoel, teria sido vítima de uma súbita febre, que decorreu de uma das epidemias que circulavam a região do Rio de Janeiro.

Leolinda demonstrou muito amor aos seus(suas) filhos(as), chegando inclusive a considerar os indígenas como parte de sua família. É provável que ao não citar a morte do filho Manoel, Leolinda reprimisse sua dor. Na perspectiva de Orlandi (2015), há um sentido no silêncio. Pode ser que a dor da morte tenha causado silenciamento. O próprio apego aos filhos pode representar essa dor, o exeso de cuidado ao mostrar-se aflita em prol de notícias dos filhos na sua viagem revela o medo de outras possíveis perdas.

O desejado reconhecimento de Daltro deu-se somente no século XXI, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Por meio do Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro, algumas mulheres são honradas e reconhecidas anualmente por suas ações em defesa às mulheres e as questões de gênero (CUNHA, 2014).

Considerações finais

Buscou-se através deste trabalho, demonstrar que as emoções sentidas ao longo da trajetória de Leolinda Daltro, a mobilizaram a transformar sua realidade. Através dos documentos presente na sua obra *Da catechese dos índios no Brasil: Notícias e documentos para a História (1896-1911)*, foi possível realizar considerações sobre o cotidiano e os padrões patriarcais estipulados para a mulher do século XIX e XX na cidade do Rio de Janeiro.

A professora, ao sair do óbvio, não seguindo à risca os determinados comportamentos, passou a ser aclamada e ao mesmo tempo julgada. Os impedimentos causados pelo gênero, as opiniões contrárias à sua personalidade e aos seus ideais evocaram sentimentos diversos em Leolinda, e a motivaram a buscar mudanças no âmbito político para que os direitos femininos fossem ampliados.

“Apesar de todas as suas lutas e posicionamentos, Leolinda não procurou revolucionar o papel da mulher na sociedade, mas, sim reformar o papel dela, integrá-la de forma mais justa e igualitária na sociedade brasileira e, através da educação, buscou dar oportunidades para as mulheres integrarem-se à vida pública. Mais do que uma revolução nos costumes, ela procurou reformar as leis para que a brasileira pudesse atuar de forma equivalente à dos homens, com as mesmas oportunidades e direitos.” Kara

A viagem por ela realizada, exerceu papel central, além de possibilitar conhecer realidades e sensações diferentes, despertou o conhecimento de si mesma, a realidade da mulher oprimida em que se incluía.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Quem viaja larga muita coisa na estrada. Além do que larga na partida, larga na travessia. À medida que caminha, despoja-se. Quanto mais descortina o novo, desconhecido, exótico ou surpreendente, mais liberta-se de si, do seu passado, do seu modo de ser, hábitos, vícios, convicções, certeza. Pode abrir-se cada vez mais para o desconhecido, à medida que mergulha no desconhecido. No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer: caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar. (IANNI, 2000, p. 30 apud DUARTE; MUZART, 2009, p. 1006).

Referências

BENFATTI, F. Identidade de gênero: a masculinidade hegemônica em Tropic of Capricorn. *Albuquerque* – revista de história. v. 7, n. 14, 2015.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais – A condição feminina em Teresina na Primeira República*. 01. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CUNHA, P. M. *Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920)*; 2014. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

DUARTE, Constância L; MUZART, Zahidé L. *Artigos Temáticos século XIX: Quando as mulheres viajam*. 2009.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. História das emoções: percepções a partir da obra de Capdevila e Langue. *Projeto história*. Revista do programa de estudos pós-graduados de história, v. 63, p. 396-402, 2018.

FARGE, Arlete. *Lugares para a História*. Autentica editora, 2011.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. *A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910)*. Programa de Pós-Graduação em História Social (Dissertação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.uft.edu.br/neai/file/diss_patricia_costa.pdf

Hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KARAWJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo -pátrio- de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS. Impresso), v. 40, p. 64-84, 2014.

LOURO, Guacira L. Mulheres nas salas de aula. In: Mary del Priore (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997.

MANOEL, I. A. *Igreja e educação feminina do conservadorismo (1859-1919)*. 2. ed. Maringá: Editora da UEM, 2008.

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. In: *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ROCHA, E. P. Vida de Professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. *Mundos do trabalho*, v. 8, p. 29-47, 2016.

ROCHA, E. P. Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher. Notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-97). *Outros Tempos*, v. 10, p. 146-172, 2013.

SANTOS, J. T. Incorrigíveis, afeminados, desenfreitados: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia (USP)*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 145-182, 1997.

STADNIKY, H. P. Watakushi no Kiroko: memória e construção da narrativa histórica nas fronteiras dos estudos literários e de gênero. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

TELLES, Norma A. Duas mil léguas pelos sertões e Duas mil léguas pela cidade. *Labrys* 19, Brasília/Quebec/Paris, 27 jul. 2011. Disponível em:
http://www.normatelles.com.br/duas_mil_leguas_pelos_sertoos.html

TELLES, Norma A. Escritoras, escritas, escrituras. In: Mary Del Priori (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, v. p. 401-442.

Leolinda Daltro: “saint splendid” to “devil’s woman”, memories of: a “most thorny mission!”

Abstract: In the nineteenth century, women in Brazil were considered fragile and inadequate for any roles outside the full dedication towards the household. It was in such an environment that Leolinda de Figueiredo Daltro, a young teacher, decided to leave the city of Rio de Janeiro on a quest, towards the outback of Goiás. His ambition was to offer the indigenous a lay teaching. Leolinda was severely criticized for leaving her husband and children in the capital in order to follow her goal of aiding the indigenous peoples. Daltro intended to achieve goals that had not yet been achieved by any Brazilian woman. From the moment Leolinda understands she is being oppressed by issues of gender, she begins to take action in the fields of politics and education to manage the situation. Leolinda’s journey resulted in the book *Da catechese dos índios no Brasil: Notícias e documentos para a História (1896-1911)*, which comprises several documents that contain both compliments and criticism towards Leolinda. It helps us identify extremely relevant aspects for analyzing Daltro’s journey via the History of Emotions.

Keywords: Leolinda de Figueiredo Daltro. Gender. History of Emotions.



POSSIBILIDADES ENTRE FOTOJORNALISMO E FEMINISMO DESDE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Elaine Schmitt¹
Cristina Scheibe Wolff²

Resumo: Este artigo reflete sobre as divergências impressas na construção do olhar fotojornalístico atravessado pela lógica cultural normativa e binária, que se divide entre masculino e feminino. Mas haveria alguma diferença, de fato, no modo de fotografar? A partir de produções fotojornalísticas de Rosa Gauditano e Evandro Teixeira, realizadas durante a ditadura militar brasileira de 1964, e de depoimentos de outras fotojornalistas brasileiras – tanto do mesmo período quanto contemporâneas –, provocamos uma releitura interdisciplinar sobre a possibilidade de tal divisão em cotejamento com os textos de Veiga (2012), Hall (2006), Alvarez (2016), além de outros e outras. Os resultados preliminares revelam a existência de um elemento possivelmente transformador no processo de produção de mulheres fotojornalistas brasileiras: a influência dos movimentos feministas e a defesa radical de uma posição de sujeitos no mundo.

Palavras-chave: Gênero. Fotojornalismo. Feminismo. Rosa Gauditano. Ditadura militar.

Introdução

Seria o feminismo, compreendido em sua pluralidade, um ideal transformador de relações de poder e de produções profissionais? A questão serve como horizonte para este artigo, que tem como objetivo refletir sobre as possíveis construções de um “olhar gendrado” do fotojornalismo brasileiro em uma análise preliminar das imagens produzidas por Rosa Gauditano e, de forma introdutória e em menor escala, das de Evandro Teixeira. Propormos, também, um diálogo a partir dos relatos de experiência de outras fotojornalistas nacionais, – que foram expostos no curta-metragem universitário intitulado “Olhar Feminino, uma construção masculina”, produzido em parceria com a Associação Brasileira de Televisão universitária e com TV Futura, em 2017 – e de depoimentos de profissionais que compõem o livro “MULHERES Fotógrafas – Anos 80”, lançado pela Funarte em 1989. A proposta de interlocução nos ajuda a tensionar discursos que ora confluem ora desassocia-se de um binarismo de gênero na produção visual.

No que diz respeito aos limites temporais e metodológicos, partimos de um contexto político-social denso como foi o período da ditadura militar brasileira, iniciada com golpe militar de 1964, dando foco especial para o processo político criativo de produção fotojornalística de Rosa Gauditano. A possibilidade de encontrar traços subjetivos que causaram efeito, produzindo determinados sentidos sobre a prática (fotografar) e o resultado (a imagem) da fotojornalista, em consonância com os possíveis engajamentos políticos do período, nos oferece a possibilidade de conhecer os elementos que constituíram o espírito do fotojornalístico feito por mulheres daquele momento. Momento esse, em que o Brasil vivia o colapso da democracia, vendo-se como palco de censuras, torturas, e também revoltas e resistências, que fizeram ascender significados e interpretações muito importantes para a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, mestra em jornalismo. E-mail: elaine.schmitt@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: cristina.wolff@ufsc.br



história do país, da fotografia e do fotojornalismo nacional. É o caso de Nair Benedicto (SP), Maria Eneida Serrano Levitan (SP), Jacqueline Joner (RS), Cyntia Graybill (RJ), Vilma Slomp (PR), Stefania Brill (SP), Adelina Faria (PR), Maureen Bisilliat, Lily Sverner (SP), Ana Regina Nogueira (BH), Dulce Soares (RJ), Elisa Ramos (SP), Glória Ferreira (Chilena exilada), Lúcia Villar Guanaes (SP), Márcia Ramalho (RS), Soso Parma (SP) Vera Sayão (RJ), Camilla Butcher (SP), Isabel Garcia (RJ), Cláudia Jaguaribe (RJ), Mazda Perez (SP), Avani Stein (RS), Vania Toledo (MG), Cláudia Ferreira (RJ), Rosa Gauditano (SP), e tantas possíveis outras que ainda serão mapeadas.

Para endossar o debate, acionamos a perspectiva histórica de análise de gênero, aqui compreendida como categoria relacional e também constructo histórico cultural (BUTLER, 1990), que surge de um longo apagamento de enfrentamentos, como das diversas contribuições e experiências³ femininas contidas na história do fotojornalismo de modo global. Criticamente, discutimos o fato de muitas profissionais, como as acima citadas, terem construído suas trajetórias em meio aos diversos obstáculos relacionados à cultura masculinizada das áreas de jornalismo e da comunicação, ao mesmo tempo que estavam expostas à ascensão dos ideais emancipatórios provenientes, por exemplo, dos movimentos feministas e outros que estavam emergindo na época.

Assim, pensamos na importância do campo de história das mulheres como um estudo dinâmico e de grande validade na política da produção de conhecimento (SCOTT, 1992, p.77), que percebe o sujeito da história não mais como universal, mas constituído por subjetividades múltiplas. Essa premissa teórica, inevitavelmente política e crítica, implica no questionamento das bases conceituais e dos supostos epistemológicos, uma vez que se entende à substância da história existente para além de uma categoria de gênero socialmente construída.

Na tentativa de aproximar os diferentes elementos que estão elencados à produção fotojornalista feminina brasileira, como a discriminação sofrida por muitas mulheres, discutimos, a seguir, a prática (foto)jornalística através de uma perspectiva de gênero.

Uma reflexão histórica sobre gênero e (foto)jornalismo brasileiro

Estudar o jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero contribui para identificação de desigualdades socialmente construídas, possibilitando a compreensão crítica do passado por meio da análise de um marcador social distinto e da sua tão aguardada superação. Com isso, percebemos a potencialidade que a biografia e a produção de Rosa Gauditano suscita no aprofundamento desse debate, ao mostrar como a vida de muitas mulheres pode estar relacionada a processos, forças e movimentos que agenciam profundas transformações de estrutura cultural social.

Se pensarmos nas definições de parâmetros da profissão de jornalista que surgiram no século XX, momento em que estruturou-se enquanto lugar de fala reconhecido, vemos ainda a constituição de empresas com significativa autonomia em relação ao poder político (BARBOSA, 2011, p.19). Processo este que, aos poucos, modificou-se. Em termos nacionais, a primeira metade do século revelou alterações principalmente em grandes centros e capitais, locais onde os avanços tecnológicos rapidamente estabeleceram novas formas de produção.

³ Scott (1992) já havia nos alertado sobre a importância da categoria “experiência” como construção cultural e não apenas como falta de mediação e autenticidade.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Com a industrialização, o lucro tornou-se a prioridade do jornalismo e trouxe novas características, como a especialização e a divisão de trabalho no interior das oficinas. Nesse contexto, a profissão consolidou-se como um processo atravessado por influências e transformações técnicas e sociais, assim como instrumento de poder que desenvolveu métodos de produção, distribuição e gerenciamento de preço, mercadoria e público de modo específico (LUCA, 2011). Uma prática que, como outras operações, é carregada de historicidade. E apesar das mudanças que transformaram elementos estruturantes da profissão, houve poucos avanços no que diz respeito à inserção e atribuição de cargos às mulheres jornalistas, que continuam, até hoje, na disputa por equidade dentro deste espaço masculino e hierarquizado a partir das estereótipias de gênero que é o jornalismo (PONTES, 2017). A prática jornalística, portanto, carrega sentidos constituídos por determinados sujeitos em um mundo cujo poder está centrado em uma lógica patriarcal, que reproduz as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres.

Revisar a história e problematizar “verdades”, nesse sentido, torna-se uma potente ferramenta, tanto para reprodução, quanto para a transformação social, conforme aponta Biroli (2009, p. 271-272), a “mídia pode ser pensada como esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de gênero”.

Dentro dessa organização empresarial que, para além de interesses e jogos políticos, distribui tarefas de acordo com o gênero, vemos o setor fotojornalismo como um espaço inteiramente passível de análise. Mas, primeiro, vamos nos ater a algumas considerações sobre fotojornalismo brasileiro, enquanto prática social e política, feito, também, por mulheres.

No que tange à participação feminina na fotografia, o trabalho de Hermínia de Melo Nogueira Borges foi pioneiro, de acordo com Magalhães *et al* (1989). Quando começou, em 1920, Hermínia, que também estudou desenho, pintura e música, buscava produzir imagens com qualidade de tons, luminosidade, sombra, equilíbrio e composição rigorosos. Já na década de 1960 e 70, com o aparecimento da revista *Realidade*, o trabalho de Maureen Bissiliat e Cláudia Andujar começam a ganhar destaque na área do fotojornalismo, (MAGALHÃES *et al*, 1989). Nesse mesmo momento, Nair Benedicto, já formada em Rádio e Televisão pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), realizava trabalhos como freelancer no *Jornal da Tarde*, junto com Cláudia Ferreira, fotógrafa e historiadora que se dedicaria, mais adiante, à cobertura dos grandes eventos feministas. E ao citar algumas das grandes figuras deste cenário, interessa-nos pensar, também, como o aparecimento destas mulheres e a busca pela por uma “estética feminina” no meio da fotografia noticiosa contrapôs a contínua produção masculina de imagens, sobre as quais projetavam temores e fantasias à cerca do corpo e da libido femininos, conforme aponta Heloisa Buarque de Hollanda, na apresentação do fotolivro *Mulheres e Movimentos*, que apresenta a produção fotográfica de Cláudia Ferreira durante os anos 1980 e 90, lançado, em 2005, pela editora Aeroplano:

Lançando mão do “direito de interpretar”, conquista razoavelmente recente das mulheres, Claudia [Ferreira] sai à procura do que seria uma estética feminista. Seu foco se faz a partir de um olhar não ideológico sobre as mulheres; um olhar, se possível, até mesmo não cultural. Suas fotos registram não apenas figuras femininas, mas uma visão de mundo e o desenho de uma nova sociedade. Suas fotos registram, sobretudo, relações. Relações das mulheres com a sociedade, relações entre as

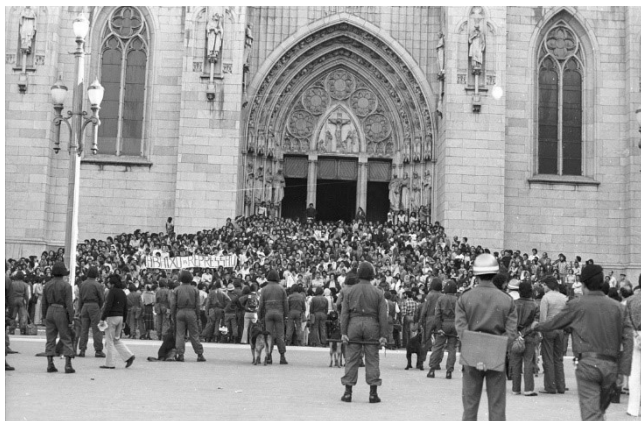
próprias mulheres. Registram a afirmação de novas políticas estéticas. (HOLLANDA, 2005)

Um fotojornalismo possível e desejado baseia-se na relevância social e política, na pauta, nas escolhas técnicas e no posicionamento da repórter, com suas tomadas, planos, etc. Oliveira e Vicentini (2009), afirmam que a contribuição da fotografia ao jornalismo concede maior veracidade e facilita a compreensão dos fatos. Dessa forma, a figura de repórter fotográfico teria, como função social, a tarefa de transmitir conhecimento e provocar, afetar, a partir da imagem – o que reflete, também, suas intenções e até sua personalidade. Em concordância, Jorge Pedro Sousa (2002, p. 7) define o fotojornalismo como atividade cuja função primária é informar. O termo, afirma, “pode abranger quer as fotografias de notícias, quer as fotografias dos grandes projectos documentais, passando pelas ilustrações fotográficas e pelos *features* (as fotografias intemporais de situações peculiares com que o fotógrafo depara), entre outras”.

Podemos perceber, portanto, como, dentro do fotojornalismo, existem categorias que qualificam determinadas imagens em detrimento de outras. A fotografia documental, por exemplo, é uma ramificação do fotojornalismo que contempla fotos de fenômenos estruturais e temáticas sociais por meio de uma abordagem não efêmera, e com tempo de produção e edição maior. Esta definição indica também que o objetivo deste tipo de fotografia é realizar registros que sejam entendidos como documentos de uma realidade, dada em um tempo e espaço determinados.

Um exemplo desse tipo de fotografia é de autoria de Rosa Gauditano, feita, em 1978, durante a manifestação do Movimento Custo de Vida (figura 1), também conhecido como Movimento Contra a Carestia que se somou a diversas outras manifestações realizadas no ABC Paulista, São Paulo, durante a ditadura militar. Além desta, a imagem de uma greve na fábrica da Volkswagen (figura 2), de 1979, em São Bernardo do Campo, revela o momento de confronto entre operários e policiais.

Figuras 1 e 2: Manifestação do Movimento Custo de Vida, fotografada por Rosa Gauditano em 1978; Greve na fábrica da Volkswagen, fotografada por Rosa Gauditano em 1979



Fonte: Revista Zum (2018)⁴

⁴ Disponível em <https://revistazum.com.br/radar/rosa-gauditano-greves-abc/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

Uma terceira imagem selecionada, traz o registro do Ato Público (figura 3) do grupo S.O.S Mulher, que aconteceu em 1981, na Praça da Sé. O grupo, fundado em São Paulo, em 1980, tinha por objetivo lutar contra a violência masculina, principalmente por meio da construção de entidades de atendimento às vítimas. Além do atendimento, contava com o trabalho de psicólogas e advogadas feministas, o grupo promovia grupos de reflexão sobre violência e divulgação sobre o tema (GROSSI, 1994).

Figura 3: Ato Público do Grupo SOS Mulher na Praça da Sé, fotografada por Rosa Gauditano em 1981

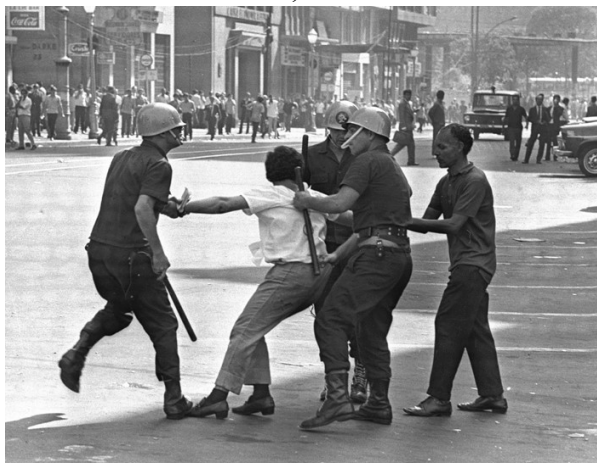


Fonte: Revista Zum (2018)⁵

Outro exemplo de imagem selecionado para esta breve análise, que nos ajuda a refletir sobre possíveis definições do fotojornalismo, bem como da divisão gendrada do olhar, foi feita por Evandro Teixeira. O fotojornalista do *Jornal do Brasil* que, como correspondente, também driblou militares chilenos durante o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, em 1973. A imagem abaixo, de 1968, retrata a repressão do Movimento Estudantil do Rio de Janeiro, que teve estudantes perseguidos e assassinados (figura 4).

⁵ Disponível em <https://revistazum.com.br/radar/rosa-gauditano-greves-abc/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

Figura 4: Repressão do Movimento Estudantil do Rio de Janeiro, fotografada por Evandro Teixeira, em 1968.



Fonte: Blog do Mário Guimarães⁶

Na sequência, imagens da cavalaria que se dirigia até a Igreja Candelária, onde estava sendo rezada a missa de 7º dia do estudante Edson Luís, morto em 28 de março (5 e 6). Evandro, de acordo com Boni (2015, p.82), foi o único a fotografar o golpe dos bastidores, o que explica os enquadramentos “privilegiados” que conseguia, aliada à sua técnica profissional: “É dele a fotografia que praticamente simbolizou e condenou o golpe militar, tomada no interior do Forte de Copacabana, onde entrou acompanhado de seu amigo, o Capitão Lemos, na noite do golpe”. As imagens feitas por Evandro revelam a posição do fotojornalista que algumas vezes enquadrava cenas públicas do alto, como fez, em outra ocasião, da janela da própria sede do jornal.

Figura 6: Cavalaria em frente à Igreja Candelária, onde estava sendo rezada a missa de 7º dia do estudante Edson Luís; Cavalaria se dirige à Igreja Candelária, fotografadas por Evandro Teixeira, em 1968.



Fonte: Blog do Mário Guimarães⁷

⁶ Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2013/07/02/1968-pelas-lentes-de-evandro-teixeira/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

⁷ Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2013/07/02/1968-pelas-lentes-de-evandro-teixeira/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.



Pensar a censura sofrida pela imprensa durante o período faz perceber um fato interessante: como os textos eram, frequentemente, mais censurados do que as fotografias, uma vez que escapava aos censores a interpretação das imagens. Grande parte das fotografias produzidas na época eram fortes e, mesmo assim, passavam pelo crivo da censura, conforme relata Nair Benedicto em entrevista:

Eu me lembro de uma fotografia que mostrava, em primeira página, o Congresso Nacional totalmente vazio, com a legenda do que seria uma importante discussão. A gente sabia que era uma discussão porque estava escrito que se tratava de uma discussão, mas a fotografia denunciava a ausência total dos congressistas. Um plenário praticamente vazio não dizia nada para os censores e eles liberaram a publicação da fotografia. Então, as fotografias passavam com mais facilidades que os textos pelos censores, porque eu acho que eles não sabiam ver a informação na imagem, (BONI, 2015, p. 106)⁸.

Sabemos que o debate sobre o status documental da fotografia acontece desde o início do pensamento fotográfico. É evidente que tal perspectiva resulta de uma produção por aparato técnico e, por isso, demanda a necessidade de relativizar fronteiras, gerando novas possibilidades de leitura, função e significação. É sobre este aspecto, de documentação e subjetivação, que vamos nos ater na sequência, principalmente no que diz respeito às mulheres do setor.

Rosa Gauditano e a influência feminista na produção de mulheres fotojornalistas

Em um tempo cujo equipamento fotográfico precisava ser contrabandeado para o país e cujas manifestações de rua não carregavam as mesmas performances que vemos hoje, Rosa Gauditano começava, em 1977, a trabalhar como freelancer para a imprensa alternativa, representada por jornais como *O Movimento* e *Em Tempo*. Nascida em 1955, em São Paulo, foi no *Versus* que se estabeleceu como fotojornalista e, rapidamente, passou para o cargo de editora de fotografia. O processo de produção autônomo era semelhante ao de outras/os fotojornalistas desse tipo de imprensa, o que permitia planejar sua própria pauta, escolher o que e como fotografar, revelar e editar. No início da década de 1980, depois de deixar a editoria, Rosa passou a fazer trabalhos como freelancer para a grande imprensa, chegando a ser contratada pela *Folha de São Paulo* e revista *Veja*. Esse mesmo período marcou a profissionalização do fotojornalismo brasileiro, no qual Rosa participou ativamente, seja através do sindicato ou organização de classe. Garantias de copyright e a criação de uma tabela de preços, por exemplo, foram conquistas adquiridas em meio as reivindicações históricas da época.

Além da cobertura de manifestações e atos contra a perda de direitos e a truculência do regime ditatorial, a década de 1970 também levou Rosa Gauditano a produzir imagens de outras realidades sociais. O registro de grupos minoritários e excluídos, como das séries “Lésbicas”, na qual retratou parte da história das lésbicas paulistanas; “Prostitutas”, de 1976, que foi pautada pela revista *Veja*; “Crianças em São Paulo”, fotografada, em 1975, no bairro Rio Pequeno – RJ; e os diversos registros de genocídio de indígenas por todo o território brasileiro, são exemplos de sujeitos e histórias que

⁸ *Idem*.



sobressaíam aos olhos da fotógrafa: “Meus temas eram assuntos que ninguém dava muita bola: pobres, crianças abandonadas, negros, Diretas Já”, (GAUDITANO, 2018)⁹.

Suas fotografias retratam cenas onde operários e estudantes negros/os e mulheres de diversas classes estavam travando lutas políticas, enfrentando forças repressoras e sofrendo violências fatais. A pluralidade de sujeitos e a escolha por um ponto de vista “do povo” é muito presente na sua produção – seja pela distância que a fotojornalista decide enquadrar, sempre muito próxima, ou pelo destaque que dá ao lado “menos poderoso”. São estas escolhas, quase subjetivas para um/a fotojornalista que está trabalhando durante um conflito, que supõem sentidos legíveis na fotografia já editada e impressa de um acontecimento.

A proximidade, seja da multidão das manifestações ou no registro de pequenos grupos, foi uma estética bastante utilizada por Rosa Gauditano. De acordo com Zerwese, Gauditano (2018)¹⁰, a escolha da fotógrafa revela um engajamento tanto com relação ao evento quanto com as pessoas fotografadas. A partir disso, questionamos: o engajamento, enquanto motor produtivo, pode ser entendido como um elemento constitutivo do olhar de Rosa e de outras mulheres do período? Até que ponto ele oferece sentidos para a fotografia? Quais forças externas, presentes naquele momento, foram constituintes dessas produções?

Para Márcia Folleto, fotógrafa do jornal *O Globo* com mais de 20 anos de carreira, ganhadora do Prêmio Finep de Fotografia em 1995 e do prêmio Rei da Espanha em 2016, isso tem a ver com um repertório que, no caso da mulher, poderia ser encarado como de uma vida de “luta maior”, que, talvez, “nos dê mais força nesse momento de construir essa imagem. Se um homem tivesse essa luta, [de] mais dificuldade, talvez pudesse ter construído esse olhar também, com mais força. Isso não quer dizer que um homem não tem, dá pra entender? Só tô tentando encontrar uma diferença”¹¹.

Afirmar que existam diferenças no resultado de fotografias feitas por homens e mulheres pode parecer taxativo se desconsiderarmos quais condições profissionais eram, e ainda são, oferecidas para sua produção. Essa soma de fatores, configura dificuldades na inserção e produção feminina no fotojornalismo, conforme relata Barros (1989), que teve sua primeira experiência profissional, em um jornal do interior na década de 1970, onde precisou, muito jovem, disputar espaço:

[...] eu, a máquina e a ânsia de um *click*, mas apenas para dizer que, lá, quando acontecia um assunto fotográfico, vinha sempre acompanhado das clássicas escusas, ‘Filhinha, tem sangue, não é pra você’, ‘Filhinha, essa não, é barra pesada’ etc. e muitas *et ceteras*. Senti que eu deveria fotografar apenas aniversário de crianças e festas nupciais, (BARROS, 1989, p. 57).

Referindo-se à sua própria experiência como jornalista, Márcia Folleto, que integra a equipe do jornal *O Globo* desde 1991, por exemplo, conta que, ainda em 2017, apenas quatro mulheres

⁹ GAUDITANO, Rosa. “Tenho uma parte da história do Brasil nos meus arquivos”, conta a fotógrafa Rosa Gauditano. RFI, 2018. Entrevista concedida à Patrícia Moribe, disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180822-tenho-uma-parte-da-historia-do-brasil-nos-meus-arquivos-conta-fotografa-rosa-gaudita>. Acessada em 29 de janeiro de 2019.

¹⁰ ZERWEZ, Erika.; GAUDITANO, Rosa. *As fotografias de Rosa Gauditano e as greves do ABC no final dos anos 1970*, Revista Zum, 2018. Disponível em: <https://revistazum.com.br/radar/rosa-gauditano-greves-abc/>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

¹¹ Entrevista concedida por FOLLETO, Márcia. Produtora: Camilla Shaw. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp4 (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKQTckeFZ8Y>. Acessado em 04 de novembro de 2019.



faziam parte de um ambiente de trabalho com 23 pessoas, o que reflete a contínua baixa inserção de mulheres nesta esfera. E para aquelas que conquistaram a inserção, fala-se sobre um “tempo” de adaptação para um ofício que é, “masculino”:

Demorou algum tempo, mas eu passei a ser considerada capaz de fazer qualquer trabalho. E fazer qualquer trabalho, significa fazer trabalho de homem, que eles entendem como de homem. E é uma luta diária, porque como você é mulher e tá fazendo a mesma coisa que eles, homens? Você tem que ser muito melhor pra você poder ser considerada igual¹².

Marizilda Cruppe, fotojornalista independente e co-fundadora do coletivo *EVE*, com mais de 15 anos de carreira, reconhece que, passada a época em que se negava mais fortemente a presença das mulheres nas redações por serem consideradas frágeis, as estruturas da divisão do trabalho continuam a alimentar papéis estabelecidos que acarretam na restrição de oportunidades e de ascensão profissional delas. Nesse sentido, percebemos o fotojornalismo feito por mulheres como um campo profissional que exige confronto, ocupação de espaços e busca por reconhecimento, conforme relata Valda Nogueira:

Eu acho que é uma questão estrutural. Assim, existe um grupo de pessoas que gerencia essas oportunidades que esses fotógrafos vão ter. Então se não temos mulheres editoras, mulheres curadoras, mulheres dirigindo as galerias, essas fotógrafas também não vão chegar lá. Então eu acho que, não que a gente tenha que tem apenas mais fotógrafas, mas no ambiente fotográfico como um todo, as mulheres têm que ocupar todos os espaços¹³.

Para Valda Nogueira, fotodocumentarista independente, a estrutura apresenta problemas que precisam ser superados:

Eu acho que as mulheres, elas tendem a olhar as questões femininas com mais aproximação. O exercício da empatia nesses casos é feito com, com muita força porque a gente sabe as questões que as mulheres passam, então muitas dessas experiências vividas pela pessoa fotografada, pela mulher fotografada, são vividas por nós também¹⁴.

A ordem da experiência, mais uma vez, surge como instrumento vivo de memória coletiva, identificação e, conforme as jornalistas Valda Nogueira e Bárbara Lopes, “uma preocupação maior com a questão feminina”. Junto à potência da experiência, a oportunidade de tornar pública e real a trajetória de mulheres socialmente estigmatizadas, dando-lhes o poder da narrativa, é parte dos objetivos da história das mulheres: “Acho que isso tem a ver com bagagem pessoal, tem a ver com

¹² Entrevista concedida por FOLLETO, Márcia. Produtora: Camilla Shaw. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp4 (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKQTckeFZ8Y>. Acessado em 04 de novembro de 2019.

¹³ Entrevista concedida por CRUPPE, Marizilda. Produtora: Camilla Shaw. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp4 (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKQTckeFZ8Y>. Acessado em 04 de novembro de 2019.

¹⁴ Entrevista concedida por Nogueira, Valda.. Produtora: Camilla Shaw. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp4 (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKQTckeFZ8Y>. Acessado em 04 de novembro de 2019.



vivência. Tem a ver com o que a gente carrega, porque a gente não fotografa com o nosso gênero, a gente fotografa com a carga que a gente tem pra vida”¹⁵.

“A carga que a gente tem pra vida”, conforme relato da fotojornalista do jornal *O Globo*, Bárbara Lopes, surge como marcador cultural que produz diferenças na forma subjetiva de produzir e de compreender-se como fotojornalista na sociedade brasileira da segunda metade do século XX, conforme aponta Joana Maria Pedro:

[...] isso não significa considerar que só por serem mulheres ou homens possuem maneiras diversas de lembrar. O que se está entendendo é que, nas relações de gênero vigentes, [mulheres] ocupam funções e têm tarefas diferentes, e isso configura uma outra forma de narrar suas trajetórias. Considerando que nas narrativas as pessoas se constituem como gênero, o tempo, a relação e o lugar definem o que pode ser dito e o que continua escondido, o que vai ser destacado ou minimizado. (PEDRO, 2017, p. 1).

Partindo do entendimento dos feminismos como campos discursivos de ação¹⁶, Alvarez (2016) percebe os campos feministas como uma espécie de malha, um emaranhado de interlocuções que, além de condutoras de processos culturais, são culturalmente constituídas por interações comunicativas e formam comunidades discursivas, envolvidas na enunciação de novos códigos culturais e políticos, sempre em disputa por representações dominantes. Dessa forma, o feminismo atua como produtor de discursos alternativos ao hegemônico e de dominação masculina, criando condições para outra interpretação do mundo na qual as mulheres são compreendidas como sujeitas de transformação, de potência criativa e de autonomia. Do discurso para a imagem, que é também compreendido como uma forma de narrar o mundo, vemos no relato de Marizilda Cruppe as aproximações de uma luta por sua liberdade profissional com os ideais feministas:

Assim, eu não sou uma teórica do feminismo, mas se ser feminista é, sabe, lutar contra a invisibilidade das mulheres, lutar pelo espaço das mulheres e por igualdade de todo tipo, sabe? Eu quero ganhar o mesmo que os homens ganham, eu quero tá nos mesmos lugares que os homens estão, eu não quero ser invisível pela minha condição de mulher, não quero que minha capacidade seja questionada por eu ser mulher. Então, assim, se ser feminista é militar nesses campos, eu acho que eu sou feminista, sabe?¹⁷

Vemos, então, de modo preliminar, como os fluxos que resultam das interações dinâmicas entre o campo feminista e os campos de poder nos quais se inserem em determinada conjuntura histórica, podem permitir, facilitar ou incentivar certas expressões, discursos e práticas, tais como a da inclusão e participação feminina na produção fotojornalística.

¹⁵ Entrevista concedida por NOGUEIRA, Valda. Produtora: Camilla Shaw. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp4 (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKQTckeFZ8Y>. Acessado em 04 de novembro de 2019.

¹⁶Sônia Alvarez (2016) embasa sua definição de “campos discursivos de ação” na literatura brasileira sobre os campos ético-políticos e na teoria dos campos, encontrada principalmente na obra de Pierre Bourdieu.

¹⁷ Entrevista concedida por CRUPPE, Marizilda.. Produtora: Camilla Shaw. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp4 (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKQTckeFZ8Y>. Acessado em 04 de novembro de 2019.



Considerações finais e futuras

Quando Hall (1992-2006) enumerou os proponentes das rupturas no discurso do conhecimento moderno que gerou o marco da modernidade tardia, o feminismo foi interpretado tanto como uma crítica teórica quanto como um novo movimento social, juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais, ambientalistas, antibelicistas e as lutas pelos direitos civis dos anos 1960. Sobre esse período, em que surge também a política da identidade¹⁸, Hall descreve uma nova fase do feminismo (o que é comumente chamado de feminismo de segunda onda) em que houve maior descentramento do sujeito cartesiano e sociológico racionalista.

Dentre suas características, o autor aponta a abertura da esfera familiar, sexual, trabalhista, principalmente para mulheres brancas, além dos questionamentos sobre a divisão doméstica e do cuidado com as crianças como principais. A ênfase na necessidade de refletir sobre o modo como somos formados e produzidos como sujeitos generificados, também esteve presente, (HALL, 2006, p. 28).

E a partir de tais contribuições, nos cabe perguntar: o que nos “dizem” as fotografias de Rosa Gauditano? De que forma poderia haver relação entre o momento histórico sob o qual fez registros importantes sobre a história da sociedade brasileira, e da expansão do movimento feminista, que aos poucos servia de motivo para mulheres realizarem reuniões em suas próprias casas e começassem a criar sua própria imprensa alternativa?¹⁹

Magalhães, *et al*, traz contribuições importantes para esta reflexão, mas alerta sobre a escolha por não polemizar a “célebre discussão” sobre a especificidade do olhar feminino na fotografia:

Preferimos ver as imagens através de um olho que se dá a ‘falar’ e que se lança, mediatizado pela sua câmera, a captar seres, fatos e incidentes do cotidiano. O que está em jogo, para nós, não é o estabelecimento de uma estética feminina na fotografia como uma determinada forma de ser. Ficam como enigma a razão e a finalidade desse olhar. Dessa forma o olho que olha se recobre de seu próprio sentido num corpo que pensa, sente e se emociona como qualquer outro corpo, (MAGALHÃES, *et al*. 1989, s. número).

De volta à produção fotojornalística explorada neste artigo, vemos diversos pontos de vista de uma mesma série de eventos históricos, geradores de muitas memórias visuais à cerca da violência, da tirania, da crença no perigo vermelho e das resistências e lutas diárias contra o poder militar. Dessa forma, pensamos que o trabalho de mulheres no fotojornalismo, durante a ditadura militar, colaborou

¹⁸ Por política identitária, queremos dizer políticas relacionadas às ações afirmativas, que ofereceram novas teorias sobre as relações entre indivíduos, grupos, direitos políticos e responsabilidades sociais. Dentre os objetivos, baseados no liberalismo, esteve a possibilidade de tratar indivíduos como iguais. Para saber mais sobre este debate, sugerimos a leitura de: SCOTT, Joan W.. “*O enigma da igualdade*”. Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol.13, n.1, pp.11-30. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002> Acessado em 16 de abril de 2019.

¹⁹ Para saber mais, buscar por: WOITOWICZ, Karina Janz; POPADIUK, Barbara. Diálogos entre jornais alternativos e lutas sociais: Retrato dos temas predominantes na imprensa feminista brasileira (anos 1970-80). In: XXI Seminário de Inverno De Estudos em Comunicação, 2018, Ponta Grossa. Anais XXI Seminário de Inverno De Estudos em Comunicação. Ponta Grossa: UEPG, 2018. v. 21. p. 25-34. Disponível em: https://www2.uepg.br/ppgjor/wp-content/uploads/sites/26/2019/07/NOVA-VERSAO-ISBN_SEMINARIO-DE-INVERNO.pdf Acessado em 04 de novembro de 2019.



para ampliar as possibilidades de linguagens e expressões, mas que não são adversas ao universo masculino.

A tradução destes discursos, performances e subjetividades colabora para o rompimento de a longa desigualdade existente nos veículos de comunicação brasileiros, que ainda hoje insistem em manter o quadro funcional majoritariamente masculino. Ou seja, continuamos a ter uma perspectiva de notícias, e também de fotojornalismo, unilateral. De acordo com a constatação feita pela iniciativa *online* chamada *Women Photograph* (WP), em 2018, a representatividade de mulheres na edição das melhores imagens de agências de notícias foi inferior a 10%. Já em alguns dos jornais globalmente influentes, o *The New York Times* publicou 17% de material produzido por mulheres, enquanto o *Le Monde* publicou 6 entre 78 imagens²⁰. De acordo com Claassen e Ferreira (2018), apenas duas mulheres, dos 55 anos de sua existência (1956 – 2018), foram ganhadoras do Prêmio Esso de Jornalismo na categoria Fotografia.

Destacar a falta de acesso às mulheres, e de outros grupos estigmatizados e marginalizados como o LGBTQI+ ou de afrodescendentes, revela como a profissão fotojornalista, um ofício que ajuda a construir a realidade e cristalizar determinados acontecimentos a partir da promoção de determinadas imagens, segue refletindo os enquadramentos de uma pequena parcela sociedade, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

Quanto às preocupações teóricas do feminismo, localizar a maneira pela qual certas estruturas são perpetuadas com vantagem para os homens ajuda a elucidar uma realidade na qual mulheres sofrem injustiça social sistêmica. A análise feminista, nesse sentido, pode proporcionar uma visão mais autônoma das relações de poder, que nos provoca a ver tanto violências sofridas quanto resistências criadas por um grupo de trabalhadoras que tanto perpetrou e contribuiu para a construção história oferecida pelo fotojornalismo brasileiro de 1970 e 80.

Fontes

MAGALHÃES, Angela; *et al.* *MULHERES Fotógrafas – Anos 80*. Ministério da Cultura, FUNARTE. Rio de Janeiro: 1989.

SHAW, Camilla. *Olhar Feminino, uma construção masculina*. Associação Brasileira de Televisão Universitária e TV Futura. São Paulo: 2017.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP: Núcleo de Estudos Pagu, n. 43, janeiro-junho de 2014, p. 13-56.

BARROS, Mercedes. In: MAGALHÃES, Angela; *et al.* *MULHERES Fotógrafas – Anos 80*. Ministério da Cultura, FUNARTE. Rio de Janeiro: 1989.

²⁰ Os dados foram retirados do Jornal El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/31/opinion/1546266865_425649.html . Acessado em 26 de abril de 2019.



BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 34, p. 269-299, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34.pdf>>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003. (Original publicado em 1990)

CLAASSEN, Isabela V.; FERREIRA, Soraya. Mulheres no Fotojornalismo Brasileiro: Da quase invisibilidade nas premiações às reações nos movimentos de fotógrafas. INTERCOM Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Congresso brasileiro da Comunicação. Região Sudeste, Belo Horizonte (MG). Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-1418-1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

CUPELLO, América. In: MAGALHÃES, Angela; *et al.* *MULHERES Fotógrafas – Anos 80*. Ministério da Cultura, FUNARTE. Rio de Janeiro: 1989.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

GROSSI, Miriam P. “Velhas e Novas Violências Contra A Mulher: 15 Anos de Lutas e Estudos Feministas”. *Revista Estudos Feministas*, v. esp., p. 473-484, 1994.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

HALL, Stuart. Globalização. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006, p. 67-76.

OLIVEIRA, E. M. de, VICENTINI, A. *Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o digital*. São Paulo: Cengage, 2009.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

PONTES, Felipe S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1310/925>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto, 2002. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.



VEIGA, Marcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. Estudos de Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 490- 505, jul-dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490/23361>>. Acessado em 29 de janeiro de 2019.

Possibilities between photojournalism and feminism since Brazilian military dictatorship

Abstract: This article reflects about the divergences printed in the construction of photojournalistic view crossed by the normative and binary cultural logic, which is divided between masculine and feminine. But would there really be any difference in the mode of photography? From photojournalistic productions by Rosa Gauditano and Evandro Teixeira, made during the Brazilian military dictatorship of 1964, and testimonials from other Brazilian photojournalists – both of the same period and contemporary –, we provoke an interdisciplinary rereading about the possibility of such a division with the texts of Veiga (2012), Hall (2006), Alvarez (2016), among others. Preliminary results reveal the existence of a possibly transformative element in the production process of Brazilian photojournalists: the influence of feminist movements and the radical defense of a subject position in the world.

Keywords: Gender. Photojournalism. Feminism. Gauditan Rose. Military dictatorship.



NEOBARROCO, DITADURA E O QUE NOS DIZEM AS MENINAS, DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Elton da Silva Rodrigues¹

Resumo: No início da década de 1970, Lygia Fagundes Telles publicou seu terceiro romance, *As meninas* (1973), marcado pelo foco narrativo cambiante e pela diversidade das vozes o narram. Ao entrelaçar essas vozes no decorrer da narrativa, a autora capta a atmosfera de um Brasil que vivenciava o auge da ditadura por meio de uma escrita de alta complexidade, que possibilita ao leitor vislumbrar os conflitos da juventude durante o regime militar. Contudo, sem simplesmente focar nos efeitos da ditadura no cotidiano das narradoras, a leitura do romance vai além e nos permite visualizar a pluralidade e a coexistência de diferentes ideias em um período autoritário e repressivo, que impunha o silêncio a diversas vozes. As protagonistas, Ana Clara Conceição, Lia de Melo Schultz e Lorena Vaz Lemes, nos apresentam suas diferentes vivências, que vão desde a questão da sexualidade feminina e o consumo de drogas ao engajamento e à militância contra a ditadura. A fim de driblar a censura, Lygia Fagundes Telles adotou diferentes estratégias narrativas, como a alternância de foco narrativo e uma linguagem metafórica, ricamente adornada em alguns pontos, que permitiram a publicação do livro sem grandes complicações. Além dessas estratégias, o romance apresenta uma série de características que fazem parte daquilo que se tem percebido como um “gosto” ou “estilo” neobarroco (CALABRASE, 1988), como a polifonia, a intertextualidade, uma linguagem erótica, ornamentada e ambígua. O presente trabalho, portanto, tem como objetivo observar os traços neobarrocos que o romance apresenta e o que as vozes das meninas dizem sobre a ditadura, considerando o seu contexto de publicação, a fim de perceber como, em seus discursos, elas denunciam e/ou enfrentam o regime ditatorial.

Palavras-chave: Neobarroco. Ditadura. Literatura Brasileira. Lygia Fagundes Telles.

I²

As diversas discussões sobre o barroco e a possível existência de um “*continuum* barroco” na América Latina, ou de um barroco trans-histórico, culminaram na criação do termo *neobarroco*. Em seu ensaio “O barroco e o neobarroco” (1979), Severo Sarduy elege a extrema artificialização presente em textos latino-americanos da segunda metade do século XX como a característica que assinala, nesses textos, a instância do barroco. A artificialização, conforme o autor, pode ser dividida em três mecanismos: a substituição, a proliferação e a condensação. Sarduy (1979) também destaca que a paródia, recursos como intertextualidade e intratextualidade, a polifonia, a carnavalização e o erotismo fazem parte da estética neobarroca.

O neobarroco, contudo, não se limitaria a um retorno ao barroco, entendido como uma produção estética de um período histórico específico, mas, sim, uma volta a um sistema específico de organização cultural, com estratégias próprias de representação, cuja estetização da realidade produz representações em que o ornamento parece substituir a coerência intrínseca dos signos (SCHØLLHAMMER, 2007). A ornamentação excessiva (extrema artificialização) seria, portanto, a principal característica de uma “sintaxe estética” que retorna no neobarroco: um sistema caracterizado

¹ Graduado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: eltonrodriguesdsr@gmail.com

² O presente trabalho contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



por sua heterogeneidade e obscuridade, sua tendência à instabilidade, sua rejeição do normativo e pelo impulso alegórico.

O crítico italiano Omar Calabrese, em seu livro *A idade neobarroca* (1988), percebe o neobarroco como um “ar do tempo”, ou “gosto”, presente em muitos fenômenos culturais, que vão de certas formas da arte visuais, da filosofia e da literatura até produções da cultura de massa. Do ponto de vista sócio-histórico, a “era neobarroca” pode ser explicada através da chamada “dimensão fractal”, isto é, corpos que possuem uma forma irregular e que não se explicam pela geometria euclidiana, mas que decorrem de certa “regularidade”. A produção cultural do nosso tempo, para o crítico italiano, obedece a modelos fractais, expressos por padrões de produção e recepção que assumem uma série de conceitos ou ideias, como o ritmo e a repetição, o limite e o excesso, entre outros.

A relação entre as produções artísticas e as teorias científicas, entretanto, já se fazia presente nos ensaios teóricos de Severo Sarduy. Em “O cenário do ambíguo — Traços barrocos da prosa moderna”, Schøllhammer (2007) aborda o paralelismo realizado por Severo Sarduy entre expressões históricas das ciências e manifestações artísticas da mesma época, ou ainda, a influência mútua entre ciência e arte, denominada pelo escritor cubano como a “recaída”. A partir das discussões sobre “recaída”, Schøllhammer (2007) destaca a influência da imagem heliocêntrica e da elipse no barroco, o que resultaria em sua característica instabilidade: o descentramento causado pela perda da terra como centro cósmico e pela falta de uma regularidade circular do universo “dilui e multiplica o centro original, criando uma forte ambivalência entre o visível e o invisível, o explícito e o implícito ou entre a clareza e a escuridão.” (SCHØLLHAMMER, 2007, p. 58). Diferentemente do barroco, contudo, o neobarroco seria efeito de outra instabilidade, agora causada pela perda da confiança kantiana e newtoniana em um universo estável, expressando a problematização de um “ser contínuo” no tempo, que se manifesta em obras não centradas.

Essa descentralização das narrativas, como Calabrese (1988) discutirá posteriormente em seu livro, possibilita, no plano do receptor, uma nova experiência. No campo da obra, contudo, há a possibilidade de uma multiplicidade que regimes totalitários, como as ditaduras e seus respectivos discursos autoritários, procuram negar. No Brasil, o regime ditatorial fez com que os intelectuais da época tivessem que repensar em estratégias para não apenas denunciar o autoritarismo e a repressão vivenciada, mas também para conseguir publicar seus livros (no caso dos literatos).

II

Em 1964 foi instaurado o regime militar no Brasil com a justificativa de “impedir o comunismo” e conter a força da esquerda. A mesma justificativa fundamentou os diversos golpes que ocorreram na América Latina, que, ainda que tenham sido diferentes entre si, possuíam como aspectos comuns a “dissolução das instituições representativas, falências ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais, militarização da vida política e social em geral.” (COGGIOLA, 2001, p. 11). Desse contexto, nasceram romances que, além de denunciar as medidas autoritárias das ditaduras, dialogavam esteticamente com outros textos produzidos na América Latina, ou seja, possuem traços neobarrocos.



As meninas, terceiro romance de Lygia Fagundes Telles, foi publicado originalmente em 1973, no auge da ditadura militar no Brasil. Por meio do entrelaçamento das vozes do romance, a autora captou a atmosfera da época, demonstrando os efeitos do regime e das transformações sociais e morais da época no cotidiano de suas personagens. Com quase cinco anos de diferença entre o lançamento do livro e o decreto do Ato Institucional Nº 5, o romance surpreende por trazer uma cena de tortura, dentro de um panfleto, e ainda assim não ter sido censurado. Constituído por diferentes vozes, *As meninas* surgiu num contexto em que a articulação do capitalismo brasileiro com o mercado mundial trouxe uma série de implicações para o processo cultural, dentre elas, um *boom* da ficção, um perceptível aumento no mercado editorial e a exigência de uma série de redefinições para a intelectualidade (HOLLANDA; GONÇALVES, 2005).

O romance, narrado pelas três protagonistas e um narrador-observador que não interfere, apresenta, em linhas gerais, a vida de Lorena, Lia e Ana Clara, três jovens universitárias que vivem num pensionato de freiras em um momento conturbado pelas transformações políticas, sociais, morais e culturais. A primeira voz que se manifesta no romance é a de Lorena, jovem sensível e pertencente a uma classe social abastada; posteriormente, aparece Lia, chamada afetivamente de Lião, que está envolvida na luta armada contra o regime ditatorial. Por fim, a última protagonista, Ana Clara, por vezes chamada de Ana “Turva”, a mais bonita, mais liberada e também mais problemática das jovens, sonha em ascender na sociedade por meio do casamento, mas é dependente de drogas e apaixonada por um traficante. Muito diferentes umas das outras, mas também muito próximas, as três personagens apresentam, a partir do seu próprio ponto de vista, suas emoções, alegrias e angústias, e com isso refletem problemas cruciais do período ditatorial.

Para a crítica Regina Dalcastagnè (1996, p. 123), o romance de Lygia Fagundes Telles pode ser entendido

como um grande diálogo com a história e a sociedade brasileira. Afinal, Lia, Ana Clara e Lorena são reflexos conturbados dessa mesma sociedade. Não porque a autora pretendesse com elas criar arquétipos — da juventude engajada, alienada ou desbundada —, mas porque essa era a escrita possível naquele momento, essa a matéria fornecida pelos tempos. Enquanto diálogo, *As meninas* é um romance inconcluso, pronto a expandir seus limites, a integrar em si mais e mais possibilidades, enriquecendo seu próprio conjunto e a prosa de ficção como um todo.

Desse modo, o objetivo deste trabalho, considerando a relação forma/conteúdo do romance e o seu contexto de publicação, é analisar os traços neobarrocos nos discursos das personagens-narradoras do romance, observando de que modo eles denunciam e/ou enfrentam o regime ditatorial.

III

Em “The stage of the vision”, primeiro capítulo de *The madness of vision: on baroque aesthetics*, Christine Buci-Glucksmann (2013) afirma que a visão, na estética barroca, torna-se repetição de uma profusão ordenada, metáfora de um universo representável e, ainda, um inventário de múltiplos. A visão, conforme a autora, é o senso da pluralidade, profusão e diferenças, ainda que ela também seja o “olho da desilusão”, ou seja, um lugar de armadilhas e ilusão.



Em *As meninas*, não há um único narrador que centralize os discursos. Não há, portanto, um único ponto de vista que oferece uma visão direcionada. Ao contrário, o romance é constituído, principalmente, por três vozes que o narram, por três pontos de vista muito diferentes, além de um narrador neutro e as demais personagens. É justamente essa multiplicidade de vozes que dá um caráter ambíguo às falas das meninas e a realidade dos acontecimentos.

Esse caráter ambíguo, principalmente no discurso de Lorena, é um dos traços neobarrocos que se pode observar no romance. Longe de dizer verdades taxativas, a narração de Lorena Vaz Lemes é repleta de floreios e memórias que podem ser verdadeiras ou não. Uma cena que aparece com frequência em suas memórias é a morte de seu irmão, Rômulo, atingido por seu gêmeo, Remo.

Houve retrato? Não, não houve. Mas todo jornal tem seu desenhista e esse caprichou na composição da cena em traços veementes: a mãe está sentada no chão com Rômulo no colo, uma das mãos sustentando-lhe o tronco, a outra escondendo a ferida. Está desganhada e em prantos mas no seu sofrimento há qualquer coisa da inexorável calma de quem chegou ao último degrau e sabe que daí por diante nada de pior poderá lhe acontecer. O desenhista é elogiado, não foi ocasional a relação do seu desenho com a Virgem amparando o Filho Morto. Giovanni Bellini. Museu de Milão. (TELLES, 2009, p. 113)

Contudo, a tragédia familiar que persegue Lorena e a faz divagar, repensar e reconstruir diversas vezes a cena pode ser fruto de sua imaginação. No décimo capítulo, quando Lia visita a mãe de Lorena, a outra personagem-narradora indaga a “mãezinha”, como ela carinhosamente se refere à mãe de Lorena, qual dos irmãos está em uma fotografia na sala de estar. A mãe, surpresa, afirma que não pode ser outro irmão a não ser Remo, já que Rômulo havia morrido ainda bebê.

— Aquela arvorezinha de retratos, o menino é Rômulo ou Remo?

— Remo. Rômulo não podia estar ali.

— Não?

— Morreu nenenzinho, querida.

— Nenenzinho?

— Não tinha nem um mês, não chegou nem a isso. O médico disse que ele não tinha viabilidade. Um sopro no coração.

Levantei-me com uma vontade maluca de puxar aqueles panos, arrancar tudo e fazer entrar a luz do dia. Mas ainda era dia?

— Um momento: o Remo deu um tiro nele enquanto brincavam, não foi isso? Um tiro no peito, teria uns doze anos, não foi isso que aconteceu? Milhares de vezes Lorena contou essa história com detalhes, ele era alourado. Vestia uma camisa vermelha, vocês moravam na fazenda.

Ela está sorrindo dolorida, olhando o teto.

— Minha pobre filhinha. Nem conheceu o irmão, é a caçula. Era menininha ainda quando começou a inventar isso, primeiro só aos empregados que vinham me perguntar, eu nem negava, disfarçava, que mal tinha? Continuou falando, na escola, nas festas, o caso começou a ficar mais sério, oh Deus, o mal-estar que eu sentia quando queriam saber se. . . Não queria que pensassem que ela estivesse mentindo, foi sempre uma criança tão verdadeira. Os médicos nos acalmaram, que não tinha essa gravidade, ia passar com o tempo, imaginação infantil rica demais, quem sabe na adolescência? Não passou. Roberto foi sempre tão confiante, tão seguro, me tranquilizava, não é nada. (TELLES, 2009, p. 240-241)



Essa dúvida perseguirá Lia de Melo Schultz até o fim do romance. Esse ponto, contudo não é o único que revela o caráter ambíguo do discurso de Lorena. O seu relacionamento com M. N., um médico casado por quem ela é apaixonada, pode ser tão real quanto fruto de sua imaginação aguda. A contradição entre os discursos de Lorena e sua mãe, contudo, é um dos pontos fortes do romance, pois como não se tem um único ponto de vista, os fatos ambíguos e as diversas vozes alimentam a narrativa.

Com relação à presença dessas vozes, outro ponto que se destaca no romance é o seu caráter polifônico. Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2008) define a polifonia como “a multiplicidade de vozes plenivalentes e imiscíveis” (p. 4), que expressam diferentes pontos de vista acerca de um mesmo assunto. Conforme Paulo Bezerra (2006), em seu ensaio “Dialogismo e polifonia em *Esau e Jacó*”, no romance polifônico

as personagens participam da história, interagem com o autor, que é um regente, não interfere nas vozes nem as controla, deixa que elas se cruzem e interajam, que participem do diálogo em pé de igualdade, contanto que permaneçam imiscíveis; cada personagem mantém a sua individualidade marcada pelo papel que desempenha. (BEZERRA, 2006, p. 47)

Essas características advêm da observação de Bezerra (2006) da polifonia do dialogismo no penúltimo romance de Machado de Assim em relação à análise de Bakhtin (2008) da obra de Dostoiévski. A mobilização de recursos estilísticos para a formação de discursos constituídos por diferentes vozes em uma relação equipolente, isto é, mantém uma relação de absoluta igualdade como participantes de um grande diálogo inconcluso (BAKHTIN, 2008).

Cada fala no romance é muito característica da protagonista que está narrando: enquanto a fala de Lorena varia de um apelo ao erótico a uma demonstração de fé, a voz de Lia reflete a necessidade de ser forte e dura. A de Ana Clara, por sua vez, apresenta-se confusa, diluída, como se a narração da personagem acompanhasse o efeito das drogas em seu organismo. Em uma de suas memórias da infância, Ana Clara lembra da situação precária em que vivia com a mãe:

As baratas cascudas eram pretas e se agachavam como a gente se agacha pra passar pelo vão. Inteligentes essas baratas mas eu era mais inteligente ainda e como conhecia seus truques foi fácil agarrar a mãe delas pelas asas e abrir a panela e jogar ela lá dentro. Tome agora sua sopa com a baratona eu disse chorando de medo enquanto ele sacudia minha mãe pelos cabelos e ia me sacudir também bêbado de não poder parar em pé. (TELLES, 2009, p. 42)

O discurso de Ana Clara evidencia a imagem de um Brasil que a ditadura civil-militar procurava abafar: um país repleto de desigualdade, onde milhares não tinham o que comer ou onde dormir. As partes de Ana Clara são as mais convulsivas do romance. A personagem, longe de se engajar pelo fim da ditadura, sonha em enriquecer às custas de um casamento arranjado com um homem que não ama. Enquanto isso, usa diversos tipos de drogas para se ver livre dos traumas da infância.

Lia de Melo Schultz, por sua vez, é a voz mais crítica com relação à sociedade. Filha de baiana com alemão, ela luta pela democracia no país, tendo como principais referências a figura de Karl



Marx e Che Guevara. Não diferente das outras meninas, Lia também tem um parceiro, que se encontra preso no início do livro e só é liberto pelo final. Em seu discurso, pode-se observar a condenação da classe burguesa e a falta de ação popular, como no trecho a seguir:

E estamos morrendo. Dessa ou de outra maneira não estamos morrendo? Nunca o povo esteve tão longe de nós, não quer nem saber. E se souber ainda fica com raiva, o povo tem medo, ah!, como o povo tem medo. A burguesia aí toda esplendorosa. Nunca os ricos foram tão ricos, podem fazer as casas com maçanetas de ouro, não só talheres, mas as maçanetas das portas. (TELLES, 2009, p. 19)

Crítica ferrenha da sociedade capitalista e militante engajada, Lia traz uma série de relatos sobre os presos políticos e as torturas. É durante os períodos em que ela assume a narração que Lygia Fagundes Telles expõe explicitamente o autoritarismo do regime ditatorial. Além disso, a personagem descreve a si mesma como “barroca” e, que vê na figura de madre Alix a “união de gelo e fogo”.

Além da ambiguidade, o discurso de Lorena possui grande teor erótico. Apesar de ser virgem e fiel católica, a imaginação dessa personagem é repleta de imagens com teor sexual, desde a figura do pêssigo, que remete a um seio, aos indícios de que ela já havia se masturbado. Lorena também é capaz de associar imagens aparentemente contraditórias, como a figura de Jimi Hendrix e Jesus Cristo, além de tocar em certos pontos da ditadura. No trecho, pode-se observar o erotismo de Lorena em um discurso carregado de tensão sexual, ainda que oculta. Como se sentisse um remorso, o enunciado volta-se à imagem de Cristo e do deus cristão:

Sento na borda da banheiro e junto o indicador ao polegar formando um anel para que o jorro de água passe no meio. Com o polegar e o indicador, dois dedos importantíssimos, M. N. desabotoará o sutiã que não uso por absoluta desnecessidade mas que nessa hora é necessário. Ana Clara contou que o alemão estraçalhou sua blusa, o tal alemão maravilhoso, o primeiro homem, primeiro amor, primeiro tudo, mas a respiração de M. N. mal vai se alterar... (TELLES, 2009, p. 193)

O erotismo também é uma característica do neobarroco. Conforme Sarduy (1979, p. 177), “o erotismo apresenta-se como a ruptura total do nível denotativo, direto e natural da linguagem — somático —, como a perversão que implica toda metáfora, toda figura.” Na fala de Lorena, percebe-se que a linguagem não está a nível denotativo, uma vez que o indicador e o polegar, juntos, formariam uma cavidade (vagina) a ser penetrada pelo jorro de água (pênis). O discurso do Lorena, repleto de metáforas, sinestésias, símiles, evidencia o desperdício e explicita o prazer.

Na leitura dos trechos acima, percebe-se o caráter polifônico do romance por conta da imiscibilidade das vozes. Essa imiscibilidade consiste na contraposição entre os discursos e os pontos de vistas das personagens, o estilo de linguagem de cada uma das narradoras e na ambiguidade na transição entre as narrações. A combinação de três vozes plenas e imiscíveis em constante interação, seja nos diálogos, seja nos monólogos, dão a ver as crises do patriarcalismo e do autoritarismo.

Outro aspecto das narrativas neobarrocas que pode ser observado nos discursos das meninas é o dialogismo. O termo, conforme concebeu Bakhtin (2008), refere-se a um complexo de conceituações imbricadas que confere o lugar central das relações sociais à interação verbal. Como



Paulo Bezerra assinala (2006, p. 42) “o processo dialógico é uma luta entre consciências, entre indivíduos, na qual a palavra do outro abre uma fissura na consciência do ouvinte, penetra nela, entra em interação com ela e deixa aí sua marca indelével.” Dessa forma, é a partir da interação verbal que ocorrem as relações sociais, e estas são sempre marcadas por uma voz do outro que nos antecede e que nos procederá.

As relações dialógicas de *As meninas*, percebidas entre os discursos protagonistas, podem ser relacionadas à dobra barroca da qual fala Gilles Deleuze. As falas das meninas e o caráter dialógico que elas apresentam, fazem ressoar vozes que se desdobram, que se relacionam e se conflitam. O filósofo francês afirma que “A série infinita das curvaturas ou inflexões é o mundo, e o mundo inteiro está incluído na alma sob um ponto de vista.” (DELEUZE, 2012, p. 48). Os acontecimentos acontecem na narrativa, mas cada uma das personagens os percebe diferentemente, uma vez que o ponto de vista é móvel e cada consciência ocupa individualmente um ponto de vista. Além disso, em suas narrações, cada uma das narradoras faz ressoar as vozes de suas companheiras, tanto no monólogo interior quanto nos diálogos.

O caráter dialógico do romance revela também outro traço característico de narrativas neobarrocas: o espaço a intertextualidade. Sarduy (1979) divide a intertextualidade em dois tipos: a citação, que seria “a incorporação de um texto estrangeiro ao texto, sua *collage* ou superposição à superfície do mesmo, forma elementar do diálogo, sem que por isso nenhum de seus elementos se modifique, sem que sua voz se altere.” (SARDUY, 1979, p. 171, grifos do autor); e a reminiscência, isto é, a “forma mediata de incorporação em que o texto estrangeiro se funde com o primeiro, indistinguível, sem implantar suas marcas...” (SARDUY, 1979, p. 171). A diferença entre ambos, portanto, é que a citação é superposta e não modifica os elementos do texto, enquanto a reminiscência tinge as redes do texto receptor e modifica “sua geologia”. O romance de Lygia Fagundes Telles é repleto de intertextualidade, desde o título, *As meninas*, que dialoga com o livro *As meninas exemplares*, de Condessa de Ségur, a um poema de Hilda Hilst, escritos de santa Teresa d’Ávila, o quadro “Pietà”, de Giovanni Bellini, a música de Jimmi Hendrix e, talvez, aquilo que seja mais interessante considerando o contexto histórico, a carta de um torturado.³

Ali interrogaram-me durante vinte e cinco horas enquanto gritavam, Traidor da pátria, traidor! Nada me foi dado para comer ou beber durante esse tempo. Carregaram-me em seguida para a chamada capela: a câmara de torturas. Iniciou-se ali um cerimonial frequentemente repetido e que durava de três a seis horas cada sessão. Primeiro me perguntaram se eu pertencia a algum grupo político. Neguei. Enrolaram então alguns fio em redor dos meus dedos, iniciando-se a rotura elétrica: deram-me choques inicialmente fracos que foram se tornando cada vez mais fortes. Depois, obrigaram-me a tirar a roupa, fiquei nu e desprotegido. Primeiro me bateram com as mãos e em seguida com cassetetes, principalmente nas mãos... (TELLES, 2009, p. 148, grifos da autora)

Pode-se apontar ainda a presença da substituição, um dos mecanismos pela qual se manifesta a artificialização. Na substituição, “o significante é escamoteado e substituído por outro” (SARDUY,

³ Em seu artigo “Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964”, Flamarion Maués (2011) aborda o fato de que a carta havia sido recebida pela própria Lygia Fagundes Telles que, mesmo sabendo dos riscos, a autora decidiu publicar inseri-la em seu romance.



1979, p. 168). Desse modo, a palavra não remete ao seu uso literal, mas é compreendida somente dentro de um contexto porque o seu significante foi alterado. Há na narração da Lorena uma ocorrência desse mecanismo acontece de forma interessante: as vítimas da ditadura não são nomeadas, tornam-se letras “de um bordado”, e apenas uma leitura atenta consegue perceber a denúncia às medidas autoritárias e desumanas que eram cometidas.

Umhas crianças, *A, B, H, M, O...* Tão raro o *X*. Em declínio, o *Z*, rei desmemoriado, o irmão gêmeo *S* com a astúcia de um usurpador. Ponho o dedo em cima do *F* desventrado que Irmã Bula bordou, as letras também levam facas no ventre, tiros no peito, socos, agulhadas, coices — também são atiradas ao mar, aos abismos, às latas de lixo, aos esgotos, falsificadas e decompostas, torturadas e encarceradas... (TELLES, 2009, p. 70)

Como se pode perceber, o relato acima vai revelando uma série de violências contra os presos e torturados pelo regime militar. De facas no ventre ao encarceramento, das agulhadas ao desaparecimento de corpos “atirados ao mar”. Assim, observa-se que o recurso da substituição é utilizado a fim de esconder o que seria evidente (uma crítica à ditadura) e permite que o livro circule e leve à população informações sobre o que estava acontecendo.

Outro aspecto que pode ser observado é a organização da narrativa a partir de um policentrismo (CALABRESE, 1988). O romance de Lygia Fagundes Telles, longe de ser constituído por uma centralidade, possui três narradores que, apesar de suas diferenças, são amigas. Os três focos narrativas são constituídos, por sua vez, por vozes próprias, vozes que não se excluem, mas que se chocam e coexistem. Esse policentrismo da narrativa desestabiliza a ideia de um discurso único e excludente. Calabrese (1988) aponta que “todos os poderes totalitários — sobretudo no capitalismo — tendiam para a construção de uma «sociedade unidimensional» e também um «pensamento unidimensional»” (CALABRESE, 1988, p. 139). Como contraposição a essa “sociedade unidimensional” o autor menciona a “catástrofe libertadora” e as “múltiplas dimensões de consciência crítica.” Percebe-se, portanto, a correlação não entre os discursos totalitários e centralizadores que, baseados em uma “unificação”, ou uma única dimensão, excluem a diversidade.

Em oposição à centralização de um discurso autoritário e excludente, o romance é repleto de vozes diversas com opiniões contrárias, vozes essas com um viés ideológico próprio que constituem um universo onde a pluralidade é possível. Por fim, é interessante destacar que a possibilidade de discursos contrários e diferentes convivendo permitem vislumbrar, no romance, uma ideia de democracia em um período onde a voz do outro era silenciada. Por isso tudo o que o Brasil já vivenciou e por aquilo que a onda neoliberal presente no mundo nos dias atuais é que se faz importante ouvir o que dizem *As meninas*.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *The madness of vision: on baroque aesthetics*. Tradução de Dorothy Z. Baker. Athens: Ohio Universty Press, 2013.



CALABRESE, Omar. *A idade neobarroca*. Tradução de Carmen de Carvalho e Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988.

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Tradução de Luiz B. L. Orlando. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. A ficção da realidade brasileira. In: NOVAES, Adauto (org.). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: editora Senac Rio, 2005. p. 97-159.

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964. *Cadernos Cedem da UNESP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-59, 2011.

SARDUY, Severo. O barroco e o neobarroco. In: MORENO, Cesar Fernandez. (org.). *América latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 161-178.

SCHÖLLHAMMER, Karl Erik. O cenário ambíguo — traços barrocos da prosa moderna. In: SCHÖLLHAMMER, Karl Erik. *Além do visível: o olhar da literatura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 55-77.

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Neobaroque, dictatorship and what tell us *As meninas*, by Lygia Fagundes Telles

Abstract: In the early 1970s, Lygia Fagundes Telles published her third novel, *As meninas* (1973), marked by the changing narrative focus and the diversity of voices narrating it. By intertwining these voices throughout the narrative, the author captures the atmosphere of a Brazil that was experiencing the height of dictatorship through highly complex writing, which enables the reader to glimpse the conflicts of youth during the military regime. However, without simply focusing on the effects of dictatorship on the narrators' daily life, reading the novel goes beyond and allows us to visualize the plurality and coexistence of different ideas in an authoritarian and repressive period, which imposed silence on several voices. The protagonists, Ana Clara Conceição, Lia de Melo Schultz and Lorena Vaz Lemes, present us their different experiences, ranging from the issue of female sexuality and drug use to the engagement and militancy against the dictatorship. In order to circumvent censorship, Lygia Fagundes Telles adopted different narrative strategies, such as alternating narrative focus and a metaphorically richly adorned language, which allowed the book to be published without major complications. In addition to these strategies, the novel presents a series of characteristics that are part of what has been perceived as a neo-baroque "taste" or "style" (CALABRASE, 1988), such as polyphony, intertextuality, an erotic, ornate and ambiguous language. The present work, therefore, aims to observe the neo-Baroque features that the novel presents and what the girls' voices say about the dictatorship, considering its context of publication, in order to understand how, in their speeches, they denounce and / or face the dictatorial regime.

Keywords: Neobaroque. Dictatorship. Brazilian literature. Lygia Fagundes Telles.



FOTOGRAFIA E FADAS: O CASO DAS FADAS DE COTTINGLEY

Everson Antunes Costa¹

Resumo: Neste estudo, tenho como objetivo principal pesquisar o caso das fadas de Cottingley; quando entre os anos de 1917 e 1920, duas jovens mulheres do Reino Unido produziram uma série de fotos em que contracenavam com seres que supostamente seriam fadas. Na época, muitas pessoas acreditaram nas fotografias – principalmente aquelas que eram envolvidas com sociedades espiritualistas como a Teosófica – entre elas o conhecido criador de Sherlock Holmes, Sir Arthur Conan Doyle. Ele escreveu o livro sobre o episódio: *The Coming of Fairies* em 1922, que serviu como uma das fontes para esse trabalho, bem como as cinco fotografias das meninas Elsie Wright e Francis Griffiths. As fontes foram analisadas na perspectiva das Teorias da Imagem, em que utilizo os autores Walter Benjamin, Marie-Jose Mondzain e André Rouillé e também na perspectiva das relações de gênero e seus efeitos sobre a sociedade Teosófica e as fotografias.

Palavras-chave: Fotografia. Fadas. Imagem. Veracidade.

Com o advento da fotografia, na primeira metade do século XIX, os artistas, pintores e escultores, perderam muito do seu *status* de fixadores e reprodutores da memória histórica. Como documento, a fotografia – e hoje outras tecnologias de captura de imagens – tem um diferencial de nos trazer um momento iluminado do passado e não uma representação interpretativa, tal como não só os artistas, mas os documentos e arquivos nos fazem. Segundo Walter Benjamin: “pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam ao olho” (BENJAMIN, 1993, p. 18). E, com ajuda das tecnologias de comunicação em massa, essas imagens “capturadas” se tornaram principais meios de fixação de uma memória coletiva; tal como a escritora Susan Sontag afirma: “ser educado por fotos não é o mesmo que ser educado por imagens mais antigas, mais artesanais” (SONTAG, 2004, p. 8). A memória visual de cada um de nós pode se dissipar ao longo dos anos, as fotografias ajudam a conservá-las.

O próprio estudo da física óptica compreende a relação entre a luz refletida no fundo da caixa escura – que vai imprimir/desenhar/revelar essa imagem em sais de prata sobre uma película – como um processo de fixação de um momento “verdadeiro” que ficou no passado. O historiador da fotografia, André Rouillé, afirmou: “a fotografia associa essa mecanização da mimese com um outro acionador da exatidão e da verdade: o registro químico das aparências” (ROUILLÉ, 2009, p. 63). A partir disso, muita gente conceituou a fotografia como uma transfiguração fiel e transparente da realidade. Um momento congelado no tempo.

Como Delacroix, citado pela própria Sontag em seu livro *Sobre Fotografia*:

Em 1850, Delacroix anotou em seu Diário o sucesso de certas “experiências em fotografia”, feitas em Cambridge, onde astrônomos fotografavam o Sol e a Lua e haviam conseguido obter uma cópia da estrela Vega do tamanho da cabeça de um alfinete. Acrescentou a seguinte observação “curiosa”: “Uma vez que a luz da estrela daguerreotipada levou vinte anos para atravessar o espaço que a separa da Terra, em consequência, o raio fixado na chapa partiu da esfera celeste muito tempo antes de

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. eversondurden@gmail.com.



Daguerre ter descoberto o processo por meio do qual acabamos de adquirir controle sobre essa luz” (SONTAG, 2004, p. 88).

Se pensarmos nos conceitos sobre o tempo surgidos apenas no século XX, com Einstein, essa ideia de “momento congelado no tempo” não seria pura metáfora poética; se o que vemos quando olhamos para um relógio seria apenas o reflexo da luz que projeta sua imagem em nossas retinas, então, se viajássemos na velocidade da luz, veríamos sempre a mesma imagem do relógio, com os ponteiros parados naquele instante. Assim, sem termos que chegar a velocidade da luz, as fotos capturariam esses instantes através do próprio reflexo registrado na foto, fixando uma suposta realidade que existiu naquele momento passado. Essa compreensão da exatidão da imagem fotográfica em relação a realidade correspondida, elevou a fotografia a *status* de um documento histórico ao estilo positivista, tal como apontado por Sontag: “Uma foto equivale a uma prova incontestável que alguma coisa aconteceu” (SONTAG, 2004, p. 12).

Durante boa parte do século XIX e XX, essa ideia da fotografia como fiel a realidade foi comum – embora não uma unanimidade. Os artistas impressionistas tentaram demonstrar que nem a fotografia deixa de ser apenas uma “impressão” da realidade. Esta poderia ser manipulada, experimentada e modificada, conforme a mente por trás.

Até mesmo as imagens cotidianas de nossa contemporaneidade “moderna”, que registramos através de nossos celulares, pretendidas espontâneas, não escapam de uma intenção. Uma intenção de espontaneidade.

No entanto, as possibilidades técnicas não se limitavam a mera recordação histórica. A manipulação da fotografia, fabricando uma segunda imagem – uma imagem de laboratório – abriu um leque à imaginação humana. A técnica abria a possibilidade de criar uma realidade nova e fantástica. Efeitos como sobreposição de imagens, desenhos inseridos direto no negativo e uso de ferramentas simples como tesoura e cola, criavam imagens insólitas que muitos artistas (e oportunistas) aproveitaram para iludir pessoas que encaravam a fotografia como retrato do real. O exemplo mais conhecido dessa técnica bem aproveitada são os filmes do ilusionista George Méliès².

A fotografia pode até provar que algo aconteceu, mas esse algo pode ter sido uma fraude.

As fadas de Cottingley

Um caso bastante singular de imagens manipuladas, e que só foi revelado 60 anos depois, é o das fadas de Cottingley. Em 1917, as duas primas, Elsie Wright de 16 anos, e Frances Griffiths com nove anos, afirmaram aos pais de Elsie que haviam visto fadas no jardim da propriedade da família, na aldeia de Cottingley, em Yorkshire, norte da Inglaterra. Para provar as meninas pegaram a câmera do pai e tiraram duas fotos, uma mostra Frances diante de quatro fadas que parecem dançar apesar da imagem estática (**Figura 1**), a segunda tem Elsie sentada num campo gramado e um suposto gnomo parece caminhar em direção a ela (**Figura 2**).

² MÉLIÈS, George. *193 films in chronological order*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Q7rnuXD1KU&list=PLHQODI6AgbeTpT4B0Og6F_yAXM6jAO-rq. Acesso em 8. Jan. 2019.

Figura 1 – Frances Griffiths com fadas. Foto tirada em 1917, publicada pela primeira vez em 1920 pela The Strand Magazine. Autora Elsie Wright (1901–1988)



Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/File:Cottingley_Fairies_1.jpg.

Figura 2 – Elsie Wright e um gnomo caminhando. Foto tirada em 1917. publicada pela primeira vez em 1920 Autora Frances Griffiths (1908-1986)



Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:CottingleyFairies3.jpg>.

O pai de Elsie não acreditou nas imagens, mas a mãe sim, e três anos depois ela participou de uma reunião da Sociedade Teosófica e mostrou as duas fotos. As imagens chamaram atenção e a partir dali elas ganharam público e causaram bastante interesse geral. Edward Gardner, líder dessa sociedade, foi o primeiro a pedir um exame de autenticidade nas fotos. Os negativos originais foram enviados para um especialista que assegurou que as fotos não foram adulteradas. Pelo menos não em laboratório.

Foi pedido para as meninas tirarem mais fotos com outro equipamento. Elas insistiram que as fadas não iriam se mostrar enquanto outras pessoas estivessem por perto. Quando deixadas a sós, as meninas tiram outras três fotos com as fadas.

Uma mostra Frances de perfil com uma fada alada perto do nariz (**figura 3**), outra mostra uma fada pairando em um galho e oferecendo a Elsie uma flor (**figura 4**). A quinta e última foto tirada pelas primas, não aparece nenhum humano, apenas várias fadas tomando banho de sol em meio a flores (**figura 5**).

Figura 3 – Frances Griffiths com uma fada. Foto tirada em 1920, pela The Strand Magazine. Autora Elsie Wright.



Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:CottingleyFairies2.jpg>

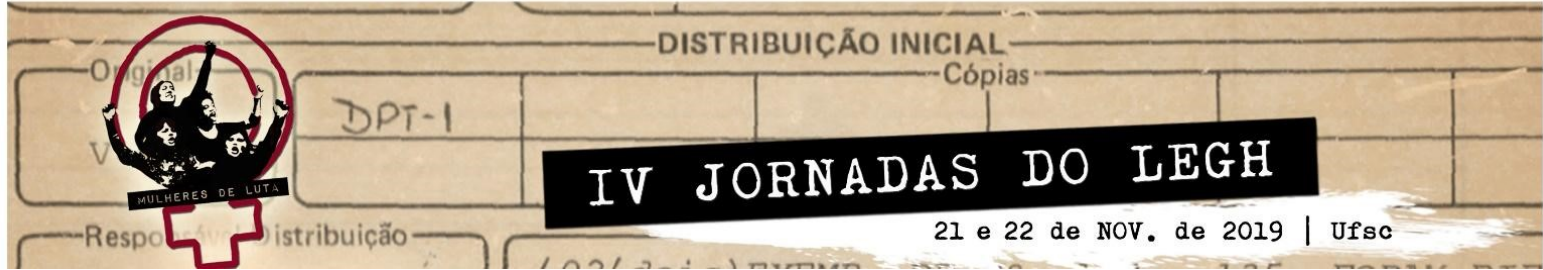


Figura 4 – Fada oferecendo flores para Elsie Foto tirada e 1920. Autora Frances Griffiths



Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/File:CottingleyFairies4.jpg>

Figura 5 – Fadas tomando banho de sol. Foto tirada em 1920. Autora: Frances Griffiths e Elsie Wrighth.



Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Cottingley-sunbath.jpg>

As imagens chamaram a atenção do escritor Sir Arthur Conan Doyle³, famoso por ter criado o detetive analítico e cientificista Sherlock Holmes. Doyle era um espiritualista e, coincidentemente,

³ O tio de Conan Doyle, Richard Doyle, era ilustrador, um dos temas mais recorrentes nos seus trabalhos era a representação artísticas de fadas.



na época recebeu uma encomenda para escrever um artigo sobre fadas e se interessou pelas fotos das meninas. Ele acabou escrevendo o artigo e pediu as imagens para ilustrá-lo. O artigo virou o livro *O Mistério das Fadas (The Coming of Fairies)*, publicado em 1922, que faz um estudo detalhado sobre o caso das meninas e suas fotos.

Pouco tempo depois, a empolgação com as fotos esfriou, Elsie e Frances cresceram, se casaram e se mudaram; mas mantiveram a história como verdadeira. Houve, claro, muitos que não acreditaram nas fotos, mesmo que análises técnicas não tenham descoberto vestígios de adulterações. O pai de Elsie – que custou a acreditar na filha, ao contrário da mãe – alegou que tinha vasculhado os aposentos das jovens em busca de qualquer prova que elas haviam fraudado as fotos de alguma forma, sem achar nada.

Somente em 1983, as duas, então na casa dos 70 anos, confessaram que era tudo falso. As fadas eram simples recortes de papelão fixados com alfinetes e fitas, as imagens foram montadas a partir de ilustrações de um antigo livro infantil (**Figura 6**). Elas alegaram terem mantido a história para não envergonhar tantas pessoas importantes que acreditaram nelas, como Conan Doyle. Frances se justifica no depoimento: “As pessoas queriam acreditar!”⁴

Figura 6 – Montagem das Fadas de Cottingley e ilustrações do livro *Princess Mary's Gift Book* Autor desconhecido

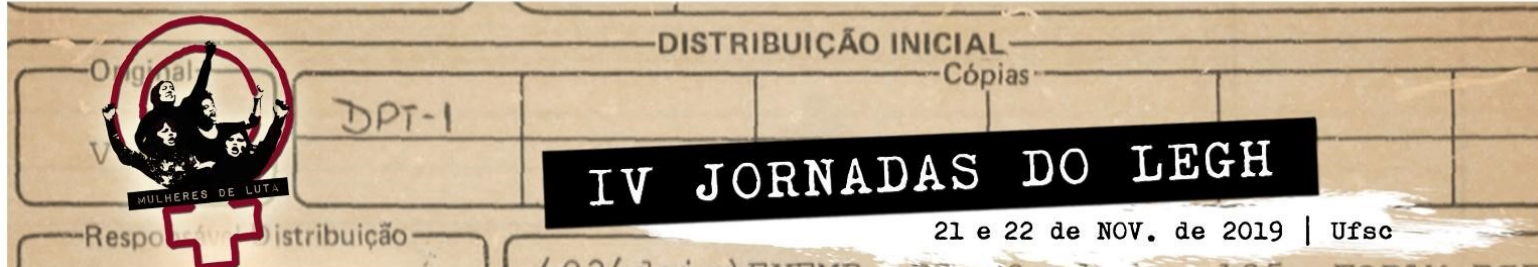


Disponível em Cottingley Fairies 1.jpg and Princess Mary's Gift Book page 104

Elsie, a mais velha, negou todas as fotos e a existência das fadas; mas a mais nova, Frances, em seu livro de memórias, manteve afirmando que realmente viu as fadas, e que se as primeiras fotos eram falsas para fazerem as pessoas acreditarem nela, mas a última foto – das fadas tomando banho de sol, justamente a única foto sem humanos e que a luz torna os papéis das fadas desenhadas quase transparentes, dando uma aparência diáfana – manteve como sendo verdadeira.

Interessante ressaltar que as qualidades técnicas apresentadas pelo trabalho das meninas foram transformadas em um produto advindo do sobrenatural. As manipulações realizadas não eram condizentes com o estatuto social ocupado pelas meninas. As manifestações a favor da suposta “realidade” das imagens “estão intimamente ligadas às questões sociais, e Cottingley é uma evidência da necessária interrelação social e cultural” (OWEN, 1994, p. 50). O caso das fadas “oferece um vislumbre fugaz do mundo interior de duas meninas da classe trabalhadora do início do século XX, e a maneira pela qual as realizações fantasiosas da infância foram apropriadas e reformuladas por um pequeno grupo de homens da classe média” (OWEN, 1994, p. 50) (tradução livre). Assim, entendo

⁴ ARTHUR C Clarke's world of strange powers – fairies, phantoms and fantastic photographs. *Fadas de Cottingley – Confissão*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Tx8yD_cymKA Acesso em 18 nov. 2019.



que as relações de poder são uma parte crucial deste caso, em que as questões sociais e de gênero constituem uma de suas tensões, principalmente por “mexer” com uma sociedade pautada na credibilidade da ciência, que nesse momento é masculina.

Não há como negar a qualidade artística e cenográfica das cenas montada pelas jovens. Não há recortes grosseiros, os alfinetes estão bem escondidos, as imagens estão focadas (na foto das fadas no banho de sol, o fundo brilhante está desfocado; o que pode ter sido um erro que acabou contribuindo para o realismo fantasmático da cena). Elsie Wrigth teve experiência trabalhando num estúdio fotográfico antes e o pai já possuía um estúdio próprio para revelação. Porém, a capacidade técnica das duas jovens era desacreditada devido a sua posição social: mulheres e jovens. O fato de terem pouca idade as fez serem classificadas como “inocentes”, e essa seria a justificativa do porquê de somente elas avistarem as criaturas fantásticas e nunca os adultos. Houve outros supostos avistamentos de fadas, mas Doyle descartou como falsos. Nas fotos de Cottingley ele diz não ter encontrado nenhum indício de falsificação:

Edward [Gardner, líder da Sociedade Teosófica] pegou o negativo e levou para um especialista em fotografia que conhecia um falso de uma só vez. Cético como era antes de testá-lo, depois ele ofereceu 100 libras por ele. Ele o declarou absolutamente genuíno e uma fotografia perfeitamente notável. (DOYLE, 2014, p. 14). (tradução livre).

Interessante que eles procuram evidências de manipulação apenas no trabalho de laboratório, o que realmente não houve, mas pouco parecem desconfiar que elas pudessem ter montado o cenário diante das câmeras. Como já dito anteriormente, o próprio pai não achou evidências materiais de construção das fadas. Elas teriam planejado o truque tão bem a ponto de destruírem as fadas de papelão?

Para o olhar contemporâneo, educado dentro dessa sociedade mediada por imagens, desde cedo aprendendo a diferenciar ficção de documento, os desenhos bidimensionais das fadas – além das próprias jovens parecendo posar nas fotos – são facilmente distinguíveis. A falta de experiência visual fotográfica (que treinaria o olhar), associado à busca de confirmar cientificamente os mistérios da vida, da morte e do sobrenatural, levou estas pessoas da época a darem as fotografias *status* de prova documental. Segundo Michael Terwey, diretor do museu Nacional de Ciência e Mídia da Inglaterra, onde a câmera que fotografou as fadas está exposta: “A própria ideia de que esses seres haviam sido capturados por uma câmera deu um ar de credibilidade científica” (BARNETT, 2017). O caso de Cottingley continua a gozar de seu status na Inglaterra, faz parte do imaginário popular e às vezes volta a cena como possibilidade de comprovar a existência do sobrenatural, e por isso, ocupa um lugar certo nos “mistérios inexplicáveis”.

As lendas das fadas já povoavam os escritos dos folcloristas vitorianos no século XIX. “O advento da modernidade fez que antigas crenças fossem describidilizadas e taxadas de “superstição”, ou ‘bruxaria’; enquanto o espiritualismo, com base científica, era uma resposta as dúvidas acerca da fé cristã em um mundo sobrenatural. Por outro lado, a desumanização vivida em eventos de genocídios em massa no início do século XX – como a primeira guerra mundial – potencializaram a busca por explicações espirituais e realidades mágicas. A prova científica, dentro dos paradigmas



objetivos que eram comuns a época, era discursivamente utilizada para validar estas crenças. Assim foi com as fotografias das duas garotas.

O interessante é como na memória da jovem Frances Griffiths, então com nove anos, aquilo ficou firmado como realidade. Tal como no do velho e experiente Arthur Conan Doyle, com 61 na época. Ambos morreram acreditando na realidade fantástica das fadas. Frances acreditando na própria história, e Doyle nas fotografias que ela apresentou.

Referências

ARTHUR C Clarke's world of strange powers – fairies, phantoms and fantastic photographs. *Fadas de Cottingley – Confissão*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Tx8yD_cymKA Acesso em 18 nov. 2019

BARNETT, David. Why do so many people still believe in the Cottingley Fairies? *The Telegraph*. 17 julho 2017. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/photography/what-to-see/cottingley-village-thrall-fairies-tale/> Acesso em 18 nov. 2019

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 253p. (Obras escolhidas; 1).

COMO duas meninas enganaram autor de Sherlock Holmes – e o mundo – com fotos de fadas. *BBC Brasil*. 17 setembro 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41248183> Acesso em 18 nov. 2019.

DOYLE, Arthur Conan. *The coming of fairies*. 1922. Projeto Gutenberg. Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/47506/47506-h/47506-h.htm> Acesso em 18 nov. 2019

LAMONT, Peter. *Crenças extraordinárias: Uma abordagem histórica de um problema psicológico*. São Paulo: Ed UNESP, 2017. 446 p.

MAUD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Revista Tempo. Rio de Janeiro 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf Acesso em 18 nov. 2019.

MÉLIES, George. *Chegada do trem a estação Ciotat*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VScyygFlqg8> Acesso em 18. nov. 2019.

OWEN, Alex. *Borderland Forms: Arthur Conan Doyle, Albion's Daughters, and the Politics of the Cottingley Fairies*, *History Workshop Journal*, Volume 38, Issue 1, AUTUMN 1994, Pages 48–85, Disponível em <https://www.scholars.northwestern.edu/en/publications/borderland-forms-arthur-conan-doyle-albions-daughters-and-the-pol> Acesso em 18 nov. 2019

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2009.

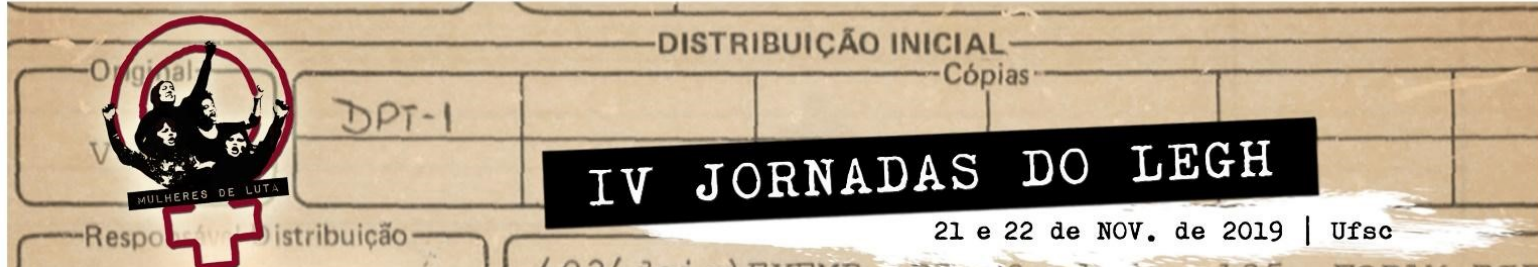
SONTAG, Susan. *Sobre a fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Fairies and photographs: The Cottingley's fairies case

Abstract: In this study, my main objective is to research the case of Cottingley fairies; when between 1917 and 1920, two young women from the United Kingdom produced a series of photos in which they played with beings supposed to be faeries. At the time, many people believed in the photographs – especially those that were involved in spiritualist societies like Theosophical – among them Sherlock Holmes's well-known creator, Sir Arthur Conan Doyle. He wrote the book about the episode: *The Coming of Fairies* in 1922, which served as one of the sources for this work, as well as the five photographs of girls Elsie Wright and Francis Griffiths. The sources were analyzed from the perspective of Image Theories, in which I use the authors Walter Benjamin, Marie-Jose Mondzain and André Rouillé and also from the perspective of gender relations and their effects on Theosophical society and the photographs.

Keywords: Photograph; fairies; image; truth



VOGUING: LINGUAGEM E POTENCIALIDADES

Henrique Cintra Santos¹

Resumo: A cultura dos *Ballrooms* surge nos anos 1970 em Nova York e após alcance *mainstream* no início dos anos 1990, volta a observar cobertura midiática nos últimos anos. Trata-se de uma cultura LGBTQI+ de competição e performance em que novas possibilidades de identificação de gênero e sexualidade são forjadas e a aliança entre indivíduos em estruturas de apoio social e pessoal são constitutivas de suas atividades (LAWRENCE, 2011). Tais práticas têm sido projetadas dentro de processos de transnacionalização, sendo o Brasil um dos principais expoentes no exterior. A linguagem sustenta um papel crucial no grupo no que concerne as competições, as performances e a (re)construção de identidades. Percebe-se em sua constituição um tratamento discursivo que visa ressignificar as injúrias as quais são direcionadas a tais indivíduos na sociedade hegemônica. É no tratamento linguístico engajado pelos grupos que é evidenciada a linguagem não apenas como forma de violência, mas também de sobrevivência. Ou seja, assim como a violência é promovida pela linguagem, é exatamente na arbitrariedade linguística que há a possibilidade de subversão. Deve-se, no entanto, refletir se tal (re)apropriação linguística por esses grupos resulta em um ato de abalo às amarras da hegemonia ou se reconfirma a eficácia injuriosa (BUTLER, 1997). Além das potencialidades a priori subversivas da linguagem, é também nela que os processos de transnacionalização (CAPONE, 2004) dessa cultura se veem submetidos a certas amarras. Segundo Venuti (1998), como em toda tradução há domesticação, tem-se jogos de poder que perpassam esse processo. É no almejo por validação dos grupos de *Ballrooms* estrangeiros por parte dos estadunidenses em que o trato linguístico se encontra atrelado. Assim, observa-se uma limitação das possibilidades de subverter e de forjar identidades conformes às necessidades locais. É no estudo do evento *Vogue Fever* de Belo Horizonte que se darão as discussões neste trabalho.

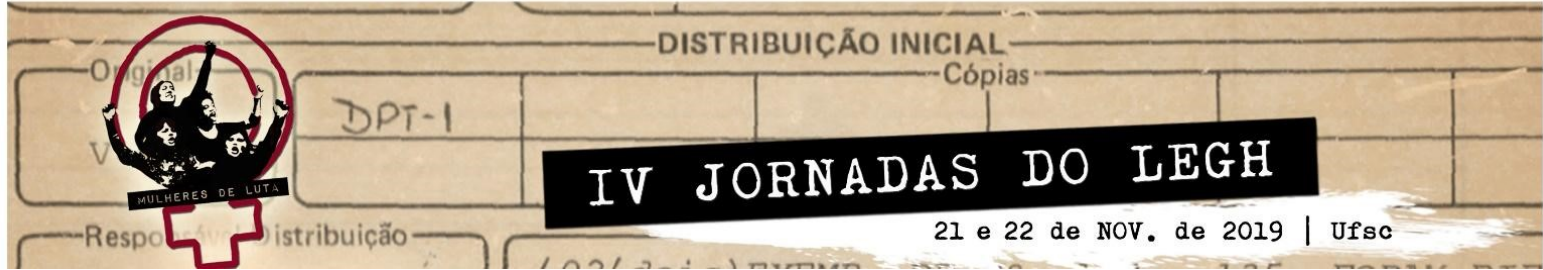
Palavras-chave: Linguística. Gênero. Performance.

Introdução

Drucker (2017) ao refletir sobre a conjuntura em que os corpos LGBTQI+ se encontram hoje sublinha para a necessidade de observar as lutas desses indivíduos situadas dentro do neoliberalismo. Essa ortodoxia neoliberal transpassa o Estado e impõe uma lógica de mercado em que o capitalismo “tende a absolutizar o mercado, até convertê-lo em meio, em método e fim de todo comportamento humano racional (WOLKMER, 2006, p. 116). É dentro de uma conjuntura como tal que os sujeitos LGBTQI+ não apenas se engajam em suas lutas por direitos, mas em que seu corpo e sua potencialidade de existência, vivência e resistência são possibilitados ou não.

O autoritarismo do Estado brasileiro, como aponta Chauí (2007) não se dá apenas em sua execução governamental e política, mas é intrínseca à própria constituição desse Estado. Ao perceber o autoritarismo que engloba as bases políticas, executivas, judiciárias, legislativas, entre outras, na sociedade, aponta-se para a natureza frágil da democracia e suas instituições no país, as quais apresentam as lacunas convenientes para que se tenha a reprodução social predatória do capitalismo (IRINEU, 2014), a qual é adotada pelo Estado e intensificada pela guinada neoliberal.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: henriquecintra@outlook.com.



O neoliberalismo, ao contrário do que se usualmente atesta sobre uma suposta adoção recente do Estado, incursiona-se dentro da política Brasileira, mesmo que de maneira tardia em relação aos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, desde meados da década de 1990 como resposta às crises econômicas do período da pós-redemocratização e o acusamento de uma estafa do “Estado Desenvolvimentista Brasileiro” (SOARES, 1995, p. 176). Não se pretende estender a discussão, mas deve-se apontar que tal guinada neoliberal, a qual nunca se cessou, teve sua contrapartida com as políticas adotadas pelo Planalto na primeira década do novo milênio, principalmente no que concerne os engajamentos por um estado de bem-estar social, o qual, mesmo que de forma muitas vezes limitada², promoveu concessões de direitos à muitos sujeitos LGBTQI+.

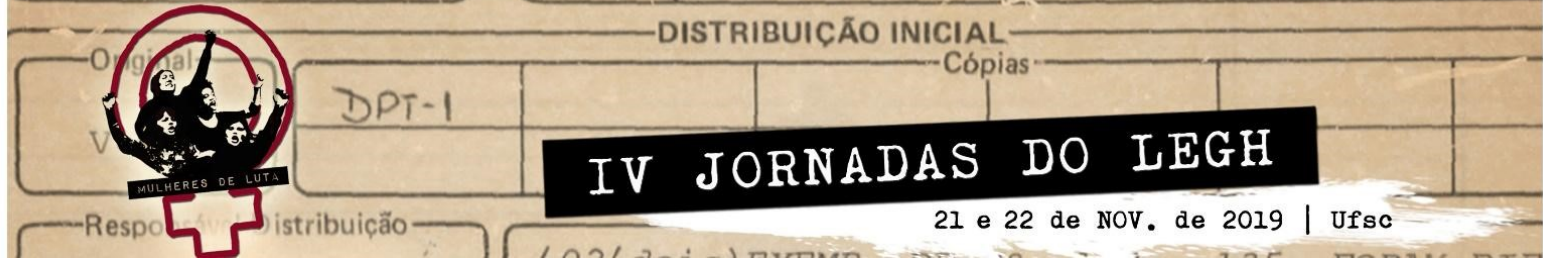
No entanto, da mesma forma como o neoliberalismo adentra efetivamente a política estatal no país a partir dos anos 1990 devido, como delinea Soares (1995), principalmente as condições de crise econômica e o apontamento culpabilizante ao Estado desenvolvimentista, nota-se hoje a volta de uma intensificação neoliberal no país, materializada a partir do processo de impeachment em 2016 e reiterada discursivamente como norte político e econômico com as eleições de 2018. Tal guinada, não de forma arbitrária, encontra-se também atrelada à crise econômica observada desde meados de 2014 e a manifestação discursiva da sociedade e de partidos políticos que aponta para o Estado interventor e engajado na garantia do bem-estar social como o principal emanante da crise, colocando o neoliberalismo como a suposta solução para tal cenário.

Ao resgatar-se a reflexão de Drucker (2017) pela atenção ao contexto neoliberal em que os indivíduos LGBTQI+ vivem e engajam suas lutas, deve-se indagar em que conjuntura se colocam, então, tais indivíduos em um Estado que se visa como transformador neoliberal no país. Percebe-se que a incompatibilidade do neoliberalismo com os direitos humanos, por diversas razões³, é sempre visualizada quando se capta a ascensão e cooptação do Estado pelo neoliberalismo. Tal relação não se dá de forma arbitrária ou apenas crítica, mas sim porque se constata que de um Estado que se coloca como autoritário em sua constituição, ao cooptar-se junto ao neoliberalismo e a intensificação de uma lógica mercadológica, resulta-se, então, na escolha pelos corpos que são aptos ao mercado e aqueles que não são, os quais, conseqüentemente, se enxergam cada vez mais marginalizados via o próprio Estado. Ou seja, há dentro dessa matriz não apenas a exclusão social e violenta a partir da compulsória heteronormatividade, mas também a marginalização que emana (e sempre emanou) do própria Estado, mas agora de forma intensificada e cada vez mais atrelada àquilo que se dá como proveitoso ou não ao mercado.

Drucker (2017) aponta que dentro desse contexto em que o LGBTQI+ se vê segregado entre os corpos que se colocam aptos ao mercado e aqueles que são descartadas, os espaços *queer* aparecem como um lócus onde a possibilidade de lidar com os impactos do neoliberalismo (mas não só imanescentes deste) se faz possível. Seria um processo de forma análoga ao que Becker (2008) sublinhou ao apontar para uma proeminente (re)organização em grupos por aqueles que se enxergam marginalizados, em diversos níveis, formando uma “cultura desviante”, ou seja, “um conjunto de

² Diz-se limitada já que as concessões de direito pelo Estado à indivíduos LGBTQI+ não foram realizadas de forma unidirecional já que as disputas entre esses grupos e o Estado significaram sempre uma negociação em que ambos lados deviam ceder, o que configura um custo aos grupos LGBTQI+ pelas conquistas alcançadas. Para melhor discussão sobre essa dinâmica, cf. Fagnani (2011) e Irineu (2014).

³ Cf. Bedin (1994)



perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve ligar com ele – e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas”. (p. 48).

É na adoção da cultura dos *Ballrooms*, então, que se observa uma ferramenta pela qual corpos dissidentes de gênero e/ou sexualidade, representados pela sigla LGBTQI+, localizam uma estrutura de agrupamento, lazer, apoio social, amizade, de expressão de identidades, entre outros. No entanto, por ser uma cultura proveniente do meio LGBTQI+ estadunidense, está de forma intensa entrelaçada às lógicas neoliberais, principalmente as que correspondem o contínuo expansionismo cultural imperialista estadunidense. É no trato linguístico e nas amarras que são projetadas nele em que se escancaram tais relações. A ilustração da discussão pretendida se dá a partir da observação do evento *Vogue Fever* realizado na cidade de Belo Horizonte anualmente, mas focalizado aqui especialmente na edição de 2016.

A cultura dos *Ballrooms*

Entende-se por *Ballrooms* o nome dado a uma cultura formada na cidade de Nova York a partir dos anos 1970 cujas práticas estão atreladas não apenas à uma organização performática e de competição, mas também à alianças baseadas na promoção de uma estrutura de apoio social e pessoal para indivíduos LGBTQI+ que, em sua grande parte, se encontram marginalizados e, muitas vezes, excluídos materialmente da sociedade e de suas famílias biológicas. No Brasil, o nome ostensivamente utilizado para essa cultura é o *voguing*.

Lawrence (2011) aponta que essa cultura tem suas origens nos bailes *drags* na cidade de Nova York, datando já na década de 1920. Tais bailes se tornaram bastante populares na cidade já na primeira metade do século XX e com exponencial intensificação no período pós-guerra e, evidentemente, nas transformações sociais e culturais dos anos 1960. A estratificação racial, no entanto, era bastante presente nesses bailes *drags* e se tornou uma característica insuportável por parte dos participantes negros, já que estes se viam submetidos à necessidade de se “branquear”, ou seja, realizar a infame prática do *passing*, caso almejassem competir de forma “igualitária” com os competidores brancos e, talvez, terem a possibilidade de obterem troféus em alguma das categorias. A insatisfação crescente dessa parcela marginalizada dentro desses eventos os levou a retornarem para a sua localidade periférica na cidade de Nova York, em especial o bairro do *Harlem*, e a promoverem seus próprios bailes organizados pelos e para os próprios participantes negros (e posteriormente os latinos). Esses eventos deram de forma gradual o que hoje é assinalado como a cultura dos *Ballrooms* e tal (re)organização expressa o que Cohen (1996) assinala como a tendência entre grupos marginalizados em criarem espaços onde seja possível explorar algum grau de independência e, conseqüentemente, de expressão de suas identidades.

Se Becker (2008) e Cohen (1996) sublinham essa tendência de organização dos indivíduos marginalizados em espaços de independência ou culturas *desviantes*, deve-se realçar a natureza da marginalização desses indivíduos que formaram a cultura dos *Ballrooms*. Para além da marginalização que estavam submetidos em relação a sociedade hegemônica, há uma marginalização que ocorre em nível micro e engloba a estratificação e as relações de poder existentes no interior da própria comunidade LGBTQI+. Mesmo se tratando de um grupo em que a marginalização de gênero e sexualidade apontam para um ponto reconhecível comum, tal grupo se vê estratificado sob os



preconceitos de classe, raça, entre outros. Dessa forma, tem-se subgrupos marginalizados dentro de grupos já marginalizados em relação à sociedade hegemônica. Tais dinâmicas estão atreladas a própria história da constituição do movimento LGBTQI+ estadunidense e as suas dificuldades de abranger as necessidades sociais e pessoais para além dos seus participantes brancos, como atesta Armstrong (2002). É nesse contexto de múltiplas estratificações e interseccionalidades no que concerne a marginalização que se dá a formação da cultura dos *Ballrooms*.

Para compreender efetivamente o que compreende a cultura dos *Ballrooms*, deve-se citar, segundo a etnografia feita por Bailey (2013) na cidade de Detroit, que há três elementos principais que estruturam essa cultura: o sistema de gênero, a estrutura de parentesco e apoio social (as *Houses*) e os eventos de competição (*balls*) onde acontece uma série de performances ritualizadas. De forma detalhada, tem-se:

1) *Houses*: seriam espécies de alianças desenvolvidas entre os membros dos *Ballrooms* a fim de acolher tais indivíduos marginalizados socialmente. Sendo assim, as *Houses* ocupam não apenas esse papel de aliança entre os membros dessa comunidade, como também funcionam como uma espécie de “time” no qual seus membros devem competir nas diversas categorias de competição e performance nos *balls* realizados. Quanto mais ganham prêmios nos *balls*, mais reconhecidas se tornam dentro dessa cultura. Exemplos de *Houses* consideradas lendárias dentro da cultura dos *Ballrooms*: *House of Xtravaganza*, *House of LaBeija*, etc.

2) Sistema de gênero: as possibilidades de gênero nos *Ballrooms* são em maior número e pretendem englobar aquilo que socialmente seria lido como desviante e, portanto, inserido em processos de marginalização. Nos *Ballrooms* de Detroit, segundo a classificação proposta por Bailey (2013), por exemplo, há seis categorias possíveis de identificação as quais estão atreladas àquilo que se faz durante as competições. Tem-se, então, uma *construção* dessas categorias e uma *confirmação* da identificação a partir daquilo que é produzido dentro das performances observadas nos *balls* e suas respectivas competições. Vê-se, assim, que esse sistema de gênero extrapola aquele encontrado de forma binária dentro da sociedade heteronormativa e é, em última instância, edificado e confirmado dentro das performances competitivas do grupo. Os *Ballrooms*, então, apresentam um sistema de gênero predeterminado cujas categorias são forjadas, moldadas e confirmadas (ou não) pela própria comunidade. Ou seja, apesar de propor uma desnaturalização de uma ordem compulsória binária heteronormativa, na “cultura dos *Ballrooms*, as categorias excluem e delimitam, assim como o fazem na sociedade como um todo” (Bailey, 2013). Esses limites subversivos da cultura dos *Ballrooms* também já foram ponto de análise da Butler (1993) a partir do documentário *Paris is Burning* (Livingston, 1990)

3) *Balls*: eventos de competições cujas práticas e performances são ostensivamente ritualizadas e envolvem dança, moda e a edificação de um sistema de gênero próprio. Alguns exemplos de nomes de categorias que podem ocorrer nos *Balls*: *voguing*, *runaway*, *vogue femme*, etc.

Os *Ballrooms* e a linguagem injuriosa

Além dessas três categorias reiteradas na exposição pela etnografia de Bailey (Ibid.), o engajamento linguístico dentro dessa comunidade aparece como um pilar importante na manutenção das dinâmicas que englobam essa cultura *desviante*, ainda que seja um ponto comumente pouco



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

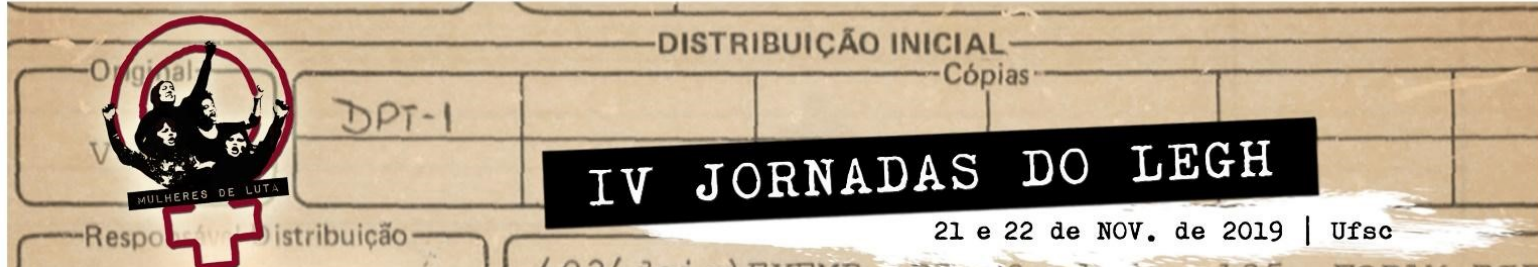
explorado sobre os *Ballrooms*. Observa-se que há uma tendência nesses grupos em se adotar as expressões que na sociedade hegemônica são direcionados a esses indivíduos de forma pejorativa para, então, almejar ressignificar tais expressões, projetando-as para um novo campo semântico. Termos como *cunt*, *pussy* e *bitch* são apontados por Bailey (Ibid.) como termos os quais dentro de um uso hegemônico são usualmente direcionados a tais grupos a fim de marginalizá-los. Porém, tais expressões passam a ser ostensivamente utilizadas dentro das práticas dos *Ballrooms* em seus empreendimentos de competição e performance. Assim, se um membro se direciona ao outro com o dizer *feeling cunt*, algo que para os falantes da língua inglesa externos a tal cultura resultaria em um efeito semântico pejorativo, dentro dos *Ballrooms* esse pronunciamento adentra um campo semântico elogioso geralmente evocado quando alguém realiza uma boa performance dentro das competições.

McBeth (2001) observa que tal engajamento linguístico é comum dentro de grupos LGBTQI+ e o denomina de *gaylect*, ou seja, um dialeto próprio desses grupos. Para Bailey (2013), esse *gaylect* vai além de apenas um dialeto e é lido como uma forma de resistência desse grupo para com a opressão generalizada em que tais indivíduos se encontram subjugados. Para Preti (1984) a existência de *signos de grupo* se faz presente como forma de uma projeção autoafirmativa e/ou um mecanismo de defesa, como também de agressão, em relação a outros grupos sociais, principalmente os detentores de posições sociais hegemônicas.

O que se observa, então, é um engajamento discursivo por parte dos participantes dos *Ballrooms* onde há uma possibilidade de desconstruir as intenções sociais prévias que interpelam a historicidade semântica de um termo e projetá-las para um novo campo discursivo no qual o teor injurioso é minado a fim de promover um novo efeito semântico para determinada expressão. Tal processo está intimamente ligado ao fato de que na constituição do sujeito, a sua interpelação não se vê atrelada apenas àquilo que é proferido em direção a si de forma positiva, mas também a injúria, calúnia, ofensa, etc. No entanto, observa-se que ao mesmo tempo que interpela o sujeito, a injúria também pode abrir um espaço para um outro (contra)discurso, um que desestabiliza o efeito injurioso, podendo subvertê-lo.

Como observa Butler (1997) a linguagem não é apenas um aparato descritivo da violência, mas é a própria violência. Assim, o engajamento linguístico de um determinado grupo, principalmente marginalizados, o que é aqui o caso observado com os *Ballrooms*, pode ter uma potencialidade subversiva linguística e, conseqüentemente, social desses indivíduos. Vê-se, assim, que “sobrevivência linguística’ implica que um certo tipo de sobrevivência acontece através da linguagem” (p. 4, tradução própria⁴). Como exemplo, evoca-se aqui o termo *queer* que era até certo momento utilizado de forma exclusiva a interpelar sujeitos em uma vivência marginalizada, principalmente aqueles lidos socialmente como dissidentes de gênero e/ou sexualidade. A partir de um empreendimento cujo cerne recai na desestabilização do efeito semântico comum e o lançamento de uma nova pragmática para a expressão, atestou-se um novo uso para o termo *queer*, o qual foi adotado pela comunidade LGBTQI+ e até mesmo faz parte da sigla que designa essa comunidade hoje. É claro que o estudo da ressignificação bem-sucedida de um termo como esse deve levar em conta diversos fatores influenciadores, como por exemplo o papel da mídia, da adesão popular (ou

⁴ “Linguistic survival” implies that a certain kind of surviving takes place in language. [...]”



não), entre outros. Mas o termo *queer* recai como exemplo cabível ao almejar apontar para a possibilidade de subversão dos efeitos injuriosos de determinadas expressões.

A capacidade, então, dos engajamentos subversivos no que concerne a linguagem serem bem-sucedidos ou não consiste em uma suposição bastante complexa de se atestar seus efeitos possíveis. A resignificação de um termo está atrelada não apenas a relações de poder no nível macro, mas em relações de poder que perpassam de forma interna o próprio grupo. Assim, mesmo entre aqueles cuja intenção subversiva se faz presente, ou seja, os marginalizados, as relações internas grupais de poder se fazem presentes. Tais relações de poder entre um mesmo grupo e as potencialidades subversivas pela linguagem são observadas no processo de transnacionalização da cultura dos *Ballrooms*.

A transnacionalização dos *Ballrooms* e as disputas

Após uma atenção midiática no início dos anos 1990 com o documentário *Paris is Burning* dirigido por Livingston e o sucesso da música e videoclipe *Vogue* da cantora Madonna (canção que se inspirou nos movimentos de dança *voguing*, um dos símbolos da cultura dos *Ballrooms*), essa cultura voltou a receber certa atenção *mainstream* atualmente, principalmente através da série *Pose* (2018) que retrata essa cultura nos anos 1980 e a relação que teve com a epidemia da AIDS (relação essa bastante relevante até hoje vide a importância dessa cultura nas campanhas de prevenção ao HIV).

Atualmente essa cultura se encontra em processo de transnacionalização, tendo o Brasil como principal expoente na América Latina. Junto ao processo de transnacionalização, percebe-se o engajamento tradutório que visa instalar essa cultura em novas localidades, em especial o Brasil. No entanto, como atesta Venutti (1998), toda tradução passa por processos de domesticação os quais estão atrelados a relações de poder. No caso aqui observado, ao refletir sobre a disseminação da cultura dos *Ballrooms* em outros locais que não os Estados Unidos, há uma projeção de amarras por parte dos *Ballrooms* estadunidenses em direção aos locais onde tal cultura vem se instalando e desenvolvendo.

Uma das características principais que envolvem o processo de transnacionalização dos *Ballrooms* é a disseminação de um sentimento de almejo pelo reconhecimento de uma cena de *Ballrooms* no exterior diante das *Houses* estadunidenses. Dessa forma, as *Houses* brasileiras ambicionam o reconhecimento por parte das *Houses* norte-americanas. Durante o evento mais importante da cena dos *Ballrooms* brasileira, o *Vogue Fever*, na edição 2016 na cidade de Belo Horizonte, segundo Santos (2018) um convidado estadunidense ao falar sobre as diferenças entre os *Ballrooms* estadunidenses e o brasileiro, apontou que as *Houses* desenvolvidas em território brasileiro, caso viajassem até os EUA, não seriam reconhecidas como verdadeiras *Houses*. Caso almejam, então, serem reconhecidos, os brasileiros devem estar cientes de que ao saírem do Brasil “devem reconhecer seu lugar perante a cena de Nova York” (p. 89). Vê-se, dessa forma, a projeção de uma clara diferenciação promulgada por tais discursos que observam os *Ballrooms* brasileiros como sendo diferentes daqueles observados em Nova York, os quais detêm, então, uma certa *originalidade* do que se entende por *Ballrooms* ou não e, portanto, possuem *a priori* um respaldo para delegar ou não reconhecimento dessas novas *Houses*. É nesse almejo por reconhecimento na



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

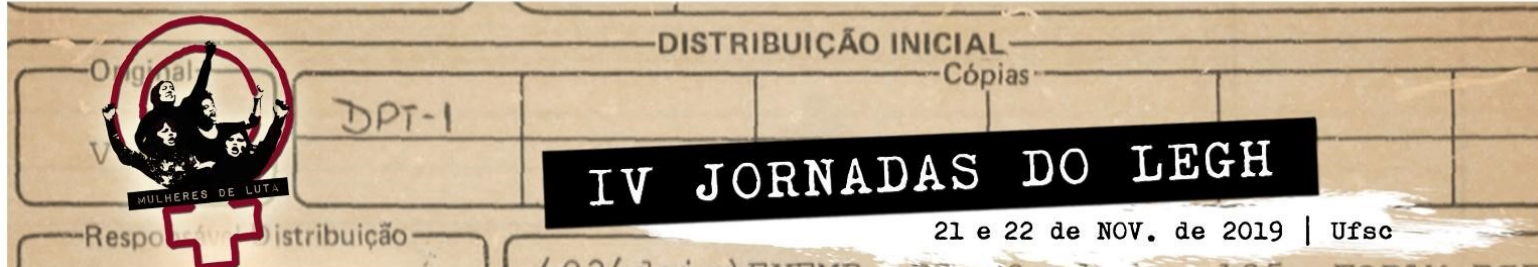
manutenção e aproximação daquilo que seria visto como “original” em que a linguagem toma papel protagonista.

Na cultura dos Ballrooms no mundo todo se vê que as categorias de competição dos balls (como *Runaway*, *Vogue Femme*, *Butch Queens Up In Drag*, entre outras), dos elementos constitutivos dessa cultura (*Houses*, *Kiki House*, *007*, *Ball*, etc.), dos movimentos de dança (*dip*, *turn*, etc.), entre outras nomeações seguem aquilo que é promulgado pelos *Ballrooms* dos Estados Unidos. No evento *Vogue Fever*, assim relatado por Santos (2018), percebe-se que todas as nomeações utilizadas foram mantidas no original em inglês como se observa nos *Ballrooms* estadunidenses, mesmo que parte esmagadora dos ali presentes fosse de falantes nativos do português. O busílico é que a cultura dos *Ballrooms* se promove sob o discurso de um espaço que lida com as necessidades de indivíduos marginalizados na sociedade hegemônica, um espaço em que podem forjar identidades a fim de responder às necessidades do grupo. É claro que, apesar de ser uma cultura majoritariamente LGBTQI+ e terem na identidade de gênero e sexualidade o ponto de convergência entre todos os grupos, não se pode preconceber que as necessidades dos membros dos *Ballrooms* brasileiros sejam exatamente os mesmos dos estadunidenses. De forma ainda mais radical, é impossível conceber que as vivências LGBTQI+ de indivíduos da periferia do Rio de Janeiro sejam as mesmas de um grupo do interior de Santa Catarina. O que se pretende apontar aqui é que se os *Ballrooms* se propõem como um espaço que atenda as necessidades identitárias específicas de seus membros, como então lidar com o fato de que as vivências pessoais e coletivas desses membros brasileiros serem diversas dos estadunidenses, mas ainda assim estarem subjugadas a (re)promover as práticas e nomeações forjadas pelos membros estadunidenses a fim de alcançarem uma suporta *originalidade*?

Como Butler (1997) atesta, existe a violência na linguagem e não apenas uma descrição do ato violento. Há a sobrevivência linguística que é possível exatamente pelo estado não natural do efeito injurioso que só se faz possível pela incessante repetição, a qual inaugura também a possibilidade de subversão. Como então os membros dos *Ballrooms* brasileiros podem promover uma sobrevivência linguística se ficam amarrados na adoção das expressões forjadas pelos estadunidenses? Qual é o efeito semântico e, por conseguinte, a violência promovida por um termo como *cunt* em relação a um indivíduo brasileiro falante nativo do português? Qual é a sua sobrevivência linguística promovida pela adoção do termo *cunt* nas práticas do *Ballrooms* entre *Houses* da periferia paulistana? E os termos injuriosos destinados aos membros brasileiros dentro de sua vivência local?

Em sua descrição sobre o evento *Vogue Fever*, Santos (2018) aponta para a resposta de uma participante durante as entrevistas ao se posicionar quanto a necessidade ou não dos *Ballrooms* brasileiros criarem suas próprias expressões linguísticas:

“Nossa, pelo amor de Deus, não, a gente não pode inventar as nossas próprias expressões. A gente já abraçamos tudo né? [...] Eu não acho que precisa existir essa necessidade de tradução [...] E assim, se a gente for traduzir tudo, eu acho que vai perder o significado. Tanto que, por exemplo, aquilo de você ler um livro em português, mas você quer realmente entrar na raiz dele e ler o original, sabe? [...]” (p. 117)



Vê-se, portanto, a clara atribuição à manutenção das expressões no inglês como a chave para a aproximação do *original*. Se, então, “entrar na raiz” de um texto significa o ler em sua língua de escrita, a manutenção dos termos em inglês nos *Ballrooms* possibilitaria atingir esse *status* “original” para aquilo que os brasileiros fazem dentro da cultura dos *Ballrooms* no país. A assimilação do controle linguístico junto às amarras promovidas pelos estadunidenses fica bastante explícita.

Considerações finais

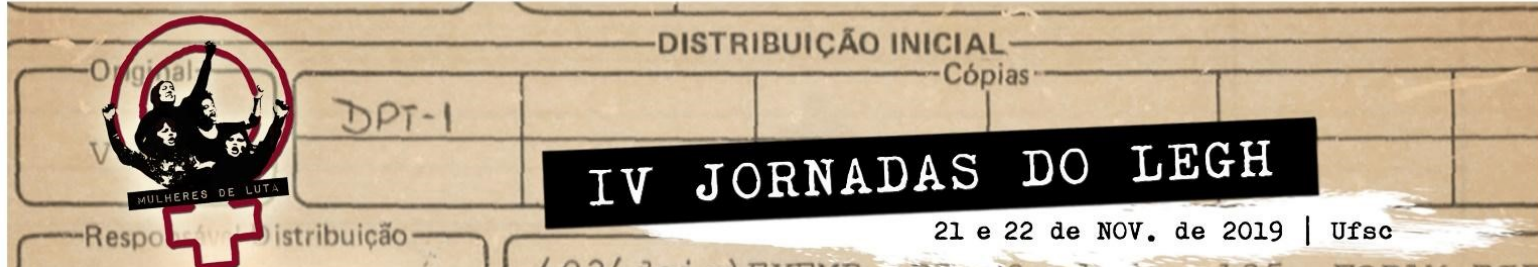
Ao se considerar, então, os *Ballrooms* como uma resposta não apenas à marginalização promovida pela heteronormatividade compulsória da sociedade hegemônica, mas também às intensificações excludentes em curso a partir de um Estado neoliberal, esperava-se que ao observar a transferência dessa cultura para outros locais em um processo de transnacionalização, houvesse a preocupação de que esses grupos passassem também a lidar com as especificidades locais dos indivíduos.

A linguagem nos *Ballrooms* toma um papel paradoxal em que de um lado atesta para um empreendimento subversivo nos *Ballrooms* em que as injúrias direcionadas aos seus membros dentro da sociedade heteronormativa são submetidas a processos de ressignificação e subversão do seu campo semântico injurioso. Por outro lado, essa linguagem é também atrelada a amarras limitantes dentro da própria cultura dos *Ballrooms*, o que aponta para relações de poder que se estabelecem na transnacionalização dessa cultura.

No entanto, como observa Ianni (2000), “a realidade é que sempre há mudança e transfiguração. Nada permanece original, intocável, primordial. Tudo se modifica, afina e desafina na travessia.” (p. 107). Esse parece ser também o caso dos *Ballrooms* já que apesar da manutenção linguística restritiva nos *Ballrooms* brasileiros, durante o mesmo evento em que uma das participantes defendeu em sua entrevista a não necessidade de expressões próprias do contexto brasileiro, como observado em Santos (2018), no decorrer das competições do *ball* a expressão em português “vai, viado” foi entonada repetidamente e de forma espontânea. Tem-se, então, uma injúria direcionada e esses indivíduos na sociedade sendo (re)apropriada como algo positivo durante as performances, o que atesta que um empreendimento linguístico local já está se materializando e aponta para uma limitação das potencialidades repressoras e prescritivas que acompanham a transnacionalização dessa cultura.

Observa-se na cultura dos *Ballrooms* a linguagem como um campo em que questões sobre gênero, sexualidade e resistência LGBTQI+ são observadas, mas em que também as inconsistências, paradoxos e conflitos internos são evidenciados. De qualquer forma, deve-se frisar que ao observar tais relações de poder, amarra e controle dentro da cultura dos *Ballrooms*

a crítica [...] deve se situar dentro do contexto de vidas na forma como são vividas e deve ser guiada pela questão de o que maximiza a possibilidade de uma vida suportável, o que minimiza a possibilidade de uma vida insuportável ou, de fato, uma morte social e literal. (Butler, 2004)



Referências

ARMSTRONG, E. A. *Forging Gay Identities: Organizing Sexuality in San Francisco, 1950 – 1994*. Chicago: The University Of Chicago. 2002.

BAILEY, M.M. *Butch Queens Up in Pumps: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit*. Michigan: The University Of Michigan Press, 2013.

BECKER, S. H. *Outsider: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p

BEDIN, G. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 189, 1994.

BUTLER, J. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso em duas falas*. São Paulo: Moderna. 2007.

COHEN, C.J. *Contested Membership: Black Gay Studies and the Politics of AIDS*.

DRUCKER, P. A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*, Campinas, nº 10, p. 197-217, 2017.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *Texto para discussão*. IE/Unicamp, Campinas, n. 192, jun. 2011.

IANNI, O. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Civilização Brasileira, 2000.

IRINEU, B. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, cn. 34, v. 12, 2014, p. 155-178.

LAWRENCE, T. *Voguing and the Ballroom Scene of New York, 1989-92*. New York, Soul Jazz Books, 2011.

MCBETH, M. The Queen's English: A Queery Into Contrastive Rhetoric. In: PANETTA, C. *Contrastive Rhetoric Revisited and Redefined*. Mahwah, NJ: Lawrence Earlbaum Associates, 2001.

PRETI, D. *A gíria e outros temas*. São Paulo: Edusp, 1984.

SANTOS, H. C. *A transnacionalização da cultura dos Ballrooms*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.



SOARES, L. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 451, 1995.

VENUTI, L. *Escândalos da Tradução*. Edusc, 1998.

WOLKMER, A. Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade. *Revista Sequência*, no 53, p. 113-128, dez. 2006.

Voguing: Language and Potentialities

Abstract: Ballroom culture emerged in the 1970s in New York, and after mainstream outreach in the early 1990s, has re-seen media coverage in recent years. It is a LGBTQ+ culture of competition and performance in which new possibilities for gender identification and sexuality are forged and the alliance between individuals in social and personal support structures is constitutive of their activities (LAWRENCE, 2011). Such practices have been projected within transnationalization processes, being Brazil one of the main exponents abroad. Language supports a crucial role in the group regarding competitions, performances and (re)construction of identities. It is perceived in its constitution a discursive treatment that aims to resignify the injuries which are directed to such individuals in hegemonic society. It is in the linguistic treatment engaged by these groups that language is evidenced not only as a form of violence, but also of survival. That is, just as violence is promoted by language, it is exactly in linguistic arbitrariness that there is the possibility of subversion. It must, however, be considered whether such linguistic (re)appropriation by these groups results in an act of mining the hegemony's bounds or (re)confirming the injurious efficacy (BUTLER, 1997). In addition to the supposed subversive potentialities of language, it is also in it that the processes of transnationalization (CAPONE, 2004) of this culture are subject to certain control. According to Venuti (1998), as in every translation there is domestication, there are power disputes that permeate the process. It is with the goal of validation of foreign groups of Ballrooms by the Americans in which the linguistic treatment is linked. Thus, there is a limitation of the possibilities of subverting and forging identities that conform to local needs. It is in the study of the *Vogue Fever* event in Belo Horizonte that the discussions will take place in this work.

Keywords: Linguistic. Gender. Performance.



IMAGENS DE PAZ E LIBERDADE NOS IMPRESSOS DE MULHERES (1974-1979)

Isabela Marques Fuchs¹

Resumo: Este trabalho diz respeito a um excerto de minha pesquisa de doutoramento. Pretendo apresentar as representações femininas atreladas aos conceitos de paz e liberdade divulgadas em periódicos e cartazes entre os anos de 1974 e 1979, e como se articulou imageticamente as questões de democracia e direitos humanos reivindicadas por estas mulheres em conjunto com questões particulares (aborto, prisões arbitrárias de mulheres militantes, lutas populares por creches e direitos das donas de casa). A partir do pressuposto didiuberiano de que diante da imagem estamos diante do tempo, e de que as imagens não refletem uma determinada cultura, visto que são partes constituintes dela e, ainda, do próprio contexto histórico, este trabalho pretende apresentar a articulação entre memória, imagem, história das mulheres e história política no Brasil durante a vigência da ditadura Geisel. As imagens aqui apresentadas não serão tratadas enquanto ilustrações ou apêndices historiográficas, mas sim enquanto documentos e rastros que venham propiciar novos horizontes interpretativos sobre as realidades culturais e políticas da época, assim como suas circunstâncias.

Palavras-chave: História da Imagem. Memória Gráfica. Representação de mulheres. Ditadura Geisel.

Introdução

A história das lutas de mulheres pela democracia e direitos humanos no Brasil dos anos 1970, assim como várias outras histórias, pode ser contadas através de imagens. A imagem, afinal, é um fenômeno que combina tanto receptores quanto produtores em uma operação dinâmica que extrapola o ato de contemplação. Ela estabelece relações com quem a observa, indo além do que ela mostra. Relações ímpares, pessoais, mas que também podem se amarrar em uma experiência coletiva, do campo afetivo e da memória.

Podemos pensar que “são só imagens”, que são inofensivas, que não atingem o mundo material, que são só desenhos. Podemos pensar de outra forma também: imagens são eficientes em sua transmissão de saberes e “nos entrelaçamentos ou mesmo na situação de saberes transmitidos e deslocados, de não-saberes produzidos e modificados” (DIDI-HUBERMAN, 1990, p. 25). Deste modo, imagens são discursos que produzem novos discursos.

Neste artigo pretendo extrair tanto os sentidos estéticos quanto históricos destas imagens não enquanto reflexos instantâneos de suas correspondentes práticas militantes, mas enquanto elementos integrantes das reivindicações capitaneadas por mulheres deste tempo. Deste modo, saliento que as imagens são dispostas aqui de acordo com uma agenda cultural e política de quando foram produzidas. De todo modo, isso não significa necessariamente enquadrar e limitar as imagens enquanto sintomas das ações políticas do momento em que foram criadas.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC). Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná (2018). Bacharel em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2015). E-mail: isa.fuchs@gmail.com.



Vislumbrar estas imagens é, de certo modo, uma experiência anacrônica. Assumo, portanto, que o anacronismo no ofício da prática historiográfica pode deixar de ser um equívoco metodológico. Ao trabalhar com imagens, penso que isso se torna inevitável. O tempo passado se reconfigura no momento de se observar uma imagem, ao mesmo tempo em que o futuro também, visto que a imagem terá uma vida mais longa do que de quem a produziu e também de quem a observou. É o que Didi-Huberman quer dizer ao apontar que a imagem é a “malícia da história” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 131). Ela desmonta a linearidade temporal, bagunçando-a, sobrepondo-a.

Representações de mulheres ao longo dos tempos, imagens ao longo dos tempos. Mulheres fizeram – e fazem – imagens. Em muitos casos, elas estão dentro do espaço limitado da moldura, ou até mesmo no espaço de idealização de quem a materializou. Neste artigo abordo duas imagens principais, que sintetizam os debates das quais elas são integrantes. Por imagens de paz, trago o cartaz comemorativo do Ano Internacional da Mulher do ano de 1975, produzido pelo Movimento Feminino Pela Anistia. Por imagens de liberdade, apresento uma ilustração presente no Círculo de Mulheres Brasileiras.

As imagens da ditadura militar brasileira são muitas. Propagandas e comunicações que exaltavam o “Brasil grande”, a “pátria livre”, fotografias das grandes marchas e manifestações nas capitais, os retratos dos ditadores, os cartazes de procurados pelo aparato militar. Foram longos vinte e um anos de recrudescimento. O recorte temporal aqui proposto é inscrito enquanto o da ditadura de Ernesto Geisel. Foi logo após o período de Médici, marcado enquanto o mais hediondo da trajetória ditatorial. Os “anos de chumbo” foram enfim encerrados, dando início a um período estabelecido enquanto de distensão e linha leve. De todo modo, ainda se vivia em uma ditadura.

Geisel continuava na diretriz instaurada em 1964, considerava a tortura e a caçada aos “subversivos perigosos” necessária (Jornal do Brasil, 10 mai. 2018). Em contrapartida, a classe média e os setores médios começavam a se mobilizar e a encabeçar movimentações à favor dos direitos humanos. Foi um tempo de agitação política em que as mulheres brasileiras foram protagonistas das principais manifestações pelo retorno das atividades democráticas e pelo reestabelecimento dos direitos humanos no Brasil. Elas eram exiladas, militantes, esposas, mães, irmãs e donas de casa. Pediam anistia, melhores condições de vida e de trabalho, a soltura de presos políticos e, simultaneamente, não perdiam de vista as questões de reprodução, maternidade compulsória e a condição do trabalho feminino fora de casa.

Em suas lutas, estas mulheres dispuseram de materiais gráficos para sua comunicação com a comunidade civil.

A paz do Movimento Feminino Pela Anistia: seu cartaz

Uma das entidades que mais produziu impressos certamente foi o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Criado em 1975, o MFPA é estabelecido enquanto a primeira organização oficial em defesa da anistia. Embora outros grupos tenham lutado pelas liberdades democráticas, em sua maioria eles foram permanecidos na ilegalidade ou na clandestinidade, não abordando de maneira pública a proposta da anistia. Therezinha Zerbini (1928-2015) foi a grande porta-voz do grupo. Mulher de classe média alta, advogada, havia sido indiciada em um inquérito policial militar e presa

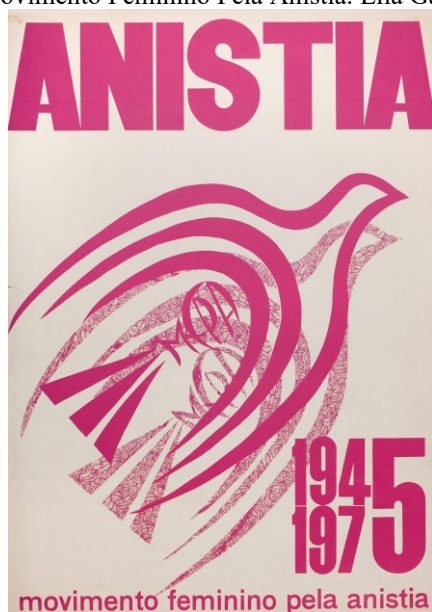


em 1970 na sede da Operação Bandeirante. Juntaram-se a ela outras mulheres que haviam vivenciado a situação dos presos políticos.

Os conceitos emanados pelo MFPA são de uma “união da nação”, “responsabilidades de cidadãs”, “finalidades de paz” e “aspirações de paz e justiça”. Não se utilizava léxico revolucionário algum para suportar as pautas pela anistia. O objetivo do grupo não era uma revolução, mas sim um novo pacto social. A questão da anistia é movimentada pelo MFPA constantemente através de um discurso que apela às emoções. Solidariedade, amor, justiça, união, paz. As ações do MFPA são legitimadas a partir destas emoções juntamente com as que remetem à família, aos sentimentos mais íntimos de quem é irmã, filha ou mãe.

O ano de formação do MFPA e, portanto, da chamariz da politização desta rede de sentimentos, é o mesmo da “crise dos desaparecidos”. Sem o corpo dos seus familiares havia a ausência do ritual do luto. Restava a dor, a negação da despedida, um luto interrompido, uma tristeza sem nome. Sentimentos aterradores, em contraste com os sentimentos leves e pacíficos promulgados pelo MFPA. Este foi também o Ano Internacional da Mulher conclamado pela ONU, que deu origem a um congresso específico sobre a mulher. Mesmo com movimentações positivas à temática proposta, os Estados Unidos propuseram que o congresso não fosse limitado às mulheres, mas que fosse neutro. Em sua visão, um congresso composto unicamente por mulheres não seria levado à sério (New York Times. 10 mar. 1974). O lema do Ano Internacional da Mulher não incluía um vocabulário correspondente a uma luta de mulheres. Ele dizia “igualdade, liberdade e paz”. E a conclamação deste lema foi de encontro às pautas do MFPA. A paz, por exemplo, foi materializada em uma série de materiais gráficos que comemoravam 1975 (FIGURA 1):

Figura 1: Cartaz do Movimento Feminino Pela Anistia. Lila Galvão Figueiredo. 1975.



Acervo CIM-SP.

A artista plástica Lila Galvão Figueiredo foi responsável pela criação do logotipo do MFPA, que deveria circular por todos os materiais gráficos do grupo, como papel timbrado para comunicações oficiais ou cartas. Ele foi enfim reaproveitado para a realização de um dos primeiros



cartazes do MFPA. Ao centro está a sigla do Movimento Feminino Pela Anistia que incorpora as formas curvilíneas da ave.

Diferente das formas distorcidas utilizadas na sigla, as famílias tipográficas utilizadas no cartaz são inspiradas nos modelos da tipografia modernista, derivada do Estilo Internacional, que corresponde a um funcionalismo que segue o ideal de máxima legibilidade (GRUSZYNSKI, 2000, p.58). São três: uma para “anistia”, outra para os anos de 1945 e 1975, e outra para a escrita do movimento feminino pela anistia. Aproveitando-se do recurso tipográfico, Lila Figueiredo fez um jogo com os anos de 1945 e 1975.

Esse jogo de números não foi à toa. Therezinha havia comentado que o MFPA tinha como inspiração outros movimentos da história republicana brasileira, como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderado por Bertha Lutz na década de 1920, a participação de Alice Tibiriçá na anistia aos constitucionalistas paulistas na década de 1930 e a Campanha Feminina pela Pacificação da Família Brasileira em 1945. Em 1945 havia o discurso proeminente de uma “pacificação da família brasileira”, uma união nacional que tivesse laços tão estreitos quanto os familiares. Em muito, quem criou esse mote foi justamente o Comitê de Mulheres Pró-Anistia, que conclamava as mulheres à participação política.

Voltando ao cartaz, mesmo que ele não contenha uma mulher como figura central, há um símbolo marcante: o uso do cor-de-rosa. Quartos, roupas e brinquedos de menina são cor-de-rosa desde meados do século XX², marcando um estereótipo de gênero que antecede diversas práticas sociais dos sujeitos. O uso do cor-de-rosa ajuda a reafirmar a ideia de uma pacificidade feminina proposta pelo Manifesto de 1975 do Movimento Feminino pela Anistia. Ou também podem fazer um uso político dessa cor na forma do que Luc Capdevila chama de “jogos de gênero”: estratégias de ação propostas por mulheres em um contexto autoritário em que elas brincam com os papéis entendidos enquanto femininos. Assim, são dribladas situações possivelmente perigosas em contextos de repressão na forma de uma dramatização (CAPDEVILLA, 2001, p.104).

O rosa, cor calma, “de menina”, das bonecas, dos fogõezinhos e panelinhas que acompanham as meninas desde a mais tenra idade, torna-se aqui um posicionamento. As mulheres, as integrantes do MFPA, saídas da classe média e do espaço da doçura compulsória da maternidade e domesticidade, estavam se posicionando enquanto sujeitas políticas com direito ao espaço público de reivindicação, comum aos seus maridos. Usavam a feminilidade como um paradoxo, afinal “ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece uma antítese da feminilidade” (PERROT, 2013, p.153).

Ao contrário do MFPA, a ONU não utilizou-se de um recurso visual instigador de um determinado tipo de feminilidade. A sua marca, também um pombo, era de outra cor (FIGURA 2):

² Nem sempre foi assim. Na década de 1920 a roupa para bebês meninos era rosa. Ver em: Baby’s Clothes. Disponível em: <<http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,737019,00.html>>. Acesso em: 6 nov. 2019.



Figura 2: Botton do Ano Internacional da Mulher da ONU. 1975.



Fonte: Centre of Democracy. Adelaide, Australia.

Valerie Pettis, designer gráfica novaiorquina, desenhou esta marca para ser utilizada em posters, banners, postais e diversos materiais gráficos relacionados ao Ano Internacional da Mulher (The Calgary Herald. 10 mai. 1974.). Camisetas e bandanas das participantes do Congresso eram estampadas com esta marca. O MFPA adotou um símbolo semelhante, mas ambos tem suas diferenças. A marca da ONU tem suas formas geometrizadas: as suas retrizes são ilustradas em retângulos, formando um símbolo de igual (=). Sua cabeça, por outro lado, conta com formas mais circulares. Ao contrário do pombo do MFPA, este está estático; não parece que está alçando vôo. Ele conta, em seu centro, o símbolo de vênus, utilizado para a representação do sexo feminino nas ciências da natureza, no centro do pássaro. Este símbolo está alocado ao centro do pombo de forma semelhante a como o logotipo do MFPA está localizado ao centro dele. Porém, na marca da ONU, além deste símbolo ao centro do pombo, tem o de igualdade ao seu fim. Como diz seu lema: igualdade, liberdade e paz. Igualdade na forma do símbolo matemático; liberdade para as mulheres; paz no formato do pombo.

O pombo enquanto símbolo não era novidade para quem estava acostumada com as vivências do catolicismo. Também não o era para quem já compartilhava do repertório imagético do Partido Comunista³. Um outro exemplo: uma das grandes memórias coletivas⁴ do ocidente do século XX é a Guerra do Vietnã. Iniciada em meados da década de 1950, o movimento contrário à guerra contou com o engajamento e a participação dos jovens de classe média que criaram um repertório visual materializado em uma série de fotografias: os seus bottons, cartazes, fotografias e os dedos indicadores e médios formando um dos mais famosos símbolos pacifistas do ocidente. Ao mesmo

³ De acordo com Enid Backes, ex-filiada do MFPA do Rio Grande do Sul, “a pomba da paz era o partidão, e a pomba sempre foi um símbolo que o partidão usou muito, o Pablo Picasso, esse pessoal todo, depois o Neruda então todos esses comunistas históricos do proletariado era a pomba da paz” (VARGAS, 2010)

⁴ Por “memória coletiva” entende-se o conceito de Pierre Nora de “memória coletiva” que, em suas palavras, é “a memória, ou o conjunto de memórias, mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado”. (NORA, 1978. p. 398).



tempo em que as suas opiniões contra a guerra eram projetadas ao espaço público, seus pensamentos mesclavam-se em signos da cultura pop, do hippie e das lutas pelos direitos civis dos Estados Unidos. Em contraponto às imagens de sofrimento limítrofe das fotografias da guerra do Vietnã, nos Estados Unidos circulavam imagens pela paz. Flores, os “dedos”, o símbolo da campanha pelo desarmamento nuclear e, claro, o pombo:

Figura 4: Poster “Fight Pollution, not Wars” da Universidade de Berkeley. 1972.



Fonte: San Jose State University Library

A partir do cartaz de Lila Figueiredo podemos além de ponderar sobre os planos de ação do MFPA, verificar a trajetória de uma determinada entidade simbólica e, deste modo, vislumbrar o entrelaçamento da visualidade do MFPA com a sua atuação política. O símbolo utilizado pelo MFPA é, afinal, uma imagem coletiva:

As imagens coletivas surgidas nas culturas históricas, incluindo-se a que pertencemos, proveem de uma antiga genealogia de interpretação do ser. Se as confundimos com as técnicas e os meios com os quais as invocamos na atualidade, se suprime uma distinção que ocupa um papel primordial na história das imagens [...] assim parece urgente plantear-se a questão do fundamento antropológico das imagens a partir da perspectiva do enfoque humano do artefato técnico (BELTING, Hans. *Antropologia da Imagem*. Portugal: KKYM, 2014, p. 25.)

Este pombinho, um símbolo tão recorrente, apresenta novas formas de ressignificação e em como as imagens podem ser recicladas. E um destes contextos de re- simbolização é justamente no contexto do Ano Internacional da Mulher.

Fica evidente com os relatos e documentos do MFPA quem seria a responsável pela “pacificação da família brasileira”: a mulher bem comportada, defensora do lar e da família, que age por impulso e amor, contrária a conflitos e violência. Ela que acalma todos os conflitos dentro de seu lar, cuida da casa e faz comida para seu marido e seus filhos é também a pacificadora de todos os



impasses da grande família nacional. A mulher enquanto um símbolo da paz. A mulher guardiã da paz enquanto uma representação.

A liberdade do Círculo de Mulheres Brasileiras: sua ilustração

Homens, mulheres e crianças recorreram ao exílio já em 1964, com a intenção de preservar a sua vida, fugir de perseguições, acompanhar familiares, entre outras possibilidades. Denise Rollemberg ressalta que muitas das pessoas que recorreram a fuga de seu país eram de uma classe média mais escolarizada e familiarizada com as movimentações sociais do pré-golpe (ROLLEMBERG, 2007). Ou seja, não foi um fenômeno exatamente de massa, embora que diversos trabalhadores e operários ligados às lutas protagonizadas por João Goulart e as greves de Osasco e Contagem do final dos anos 1960 tenham recorrido ao exílio.

O exílio significou em muito uma espécie de pessimismo que fundia-se ao medo. Decepção com as circunstâncias que o cercam juntamente com as inquietações de sair de seu país de origem. Abandonar família, amigos, lugares e seu próprio idioma. Por outro lado, o exílio tornou-se uma possibilidade para novos encontros e novas realidades, que suscitaram em trocas entre mulheres, contato e deslumbramento com a teoria feminista.

O exílio francês foi um destes espaços de encontros e afetos. Mulheres exiladas em Paris formaram o Círculo de Mulheres Brasileiras. A história deste grupo, na realidade, começou no exílio chileno. Zuleika Alambert, militante política desde a década de 1940 e primeira mulher brasileira a se tornar membra do Comitê Central do PCB, exilou-se no Chile no ano de 1970. Foi neste país onde Zuleika criou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, com 250 filiadas e ampla participação política, com passeatas e a realização de seminários. Em 1973, com o golpe chileno, ela partiu para Paris, onde criou o Círculo de Mulheres Brasileiras. Foi na França onde Zuleika voltou seu olhar de forma mais próxima às lutas das mulheres (ALAMBERT, 1980, p.62).

A chamada “questão da mulher” era trazida ao exílio através do PCB não apenas na França, mas também na Bélgica, com o Grupo de Mulheres, na Suécia com a Associação de Mulheres Democráticas de Lund e na Itália com a Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. No Chile e na França o PCB encarregou Zuleika Alambert de organizar e conscientizar as mulheres, mas sem o enaltecimento de uma questão denominada feminista para ser discutida entre as membras. A própria Alambert entendia o feminismo enquanto uma pregação da ideologia burguesa e não se intitulava enquanto uma feminista, mas enquanto uma marxista que tinha como objeto de pesquisa e curiosidade a mulher (ALAMBERT in ABREU, 2010, p. 29)⁵.

⁵ Destaco de forma breve esta colocação de Zuleika Alambert, principalmente porque várias outras mulheres militantes compartilhavam de mesmo posicionamento. Sugerir que a libertação feminina ocorreria juntamente com uma revolução socialista não significa necessariamente deslegitimar as lutas das mulheres ou qualquer luta de cunho identitário. Significa que a condição de subalternização das mulheres é uma das várias formas de manifestação da estrutura de classes da sociedade capitalista. Dentro da abordagem metodológica do materialismo histórico elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, a luta de classes seria o motor da história (Ver em: MARX, 2011; ENGELS, 2011). Este seria então o caminho para se obter a eliminação de formas de exploração e opressão na sociedade capitalista. Alambert, assim como tantas outras mulheres de seu tempo, aproximavam-se da vertente marxista do movimento feminista. Foi consolidado na historiografia feminista brasileira que o feminismo e temáticas LGBT eram tratados pelas organizações de esquerda enquanto “devios pequeno-burgueses” que fariam com que a luta pelo socialismo e pela ditadura militar fossem dissipadas

As motivações para entrar no Círculo eram diversas. Obrigação partidária, interesse pelo feminismo francês e pela agitação cultural parisiense, separações amorosas no exílio ou discutir a condição feminina dentro de uma perspectiva socialista. Era um espaço de socialização, de encontrar outras brasileiras que passaram por experiências semelhantes e de acolhimento. O ativismo político outrora realizado no Brasil por estas mulheres eram distintos. Nem todas eram militantes, por exemplo. Algumas eram orientadas por um feminismo de vertente mais marxista, que debatiam as questões das lutas das mulheres trabalhadoras e que a equivalência entre homens e mulheres somente se daria através de uma revolução anticapitalista. Outras eram mais conectadas às pautas da liberdade sexual e da vida contracultural. Discutiam sobre o corpo, a sexualidade, o amor livre e as experiências de vida de cada membra (SOIHET, 2013, p. 180).

O Círculo produziu boletins, propagandas, panfletos feministas, divulgou e promoveu atividades artísticas, cedeu às brasileiras exiladas um espaço de conforto e afeto, com assistência referente a saúde reprodutiva e abriu espaço para a discussão de questões feministas às pessoas exiladas. Tornou-se um espaço reconhecido e ganhou legitimidade pelas exiladas e pelo movimento feminista francês (FIGURA 5):

Figura 5: Femmes: unissons nous!. S/A. 1976-1979.



Fonte: Círculo de Mulheres Brasileiras. Publicações. vol. V.

Esta ilustração está presente em uma página do boletim do Círculo de Mulheres Brasileiras com um texto em tom de manifesto:

O lugar das mulheres na sociedade brasileira não se distancia muito do papel doméstico, da devoção à família, da submissão ao homem. Seu acesso ao mercado de trabalho é limitado pelo subemprego, falta de creches públicas, os salários extras e o trabalho insalubre dado principalmente às mulheres. No crescimento das lutas contra a ditadura militar instalada em 64, as mulheres serão parte integrante da luta

(Ver em: PINTO, 2003, p. 45). Este posicionamento, muitas vezes, ignora as lutas de feministas revolucionárias e feministas comunistas que alinhavam a opressão das mulheres juntamente com a opressão de classe.)



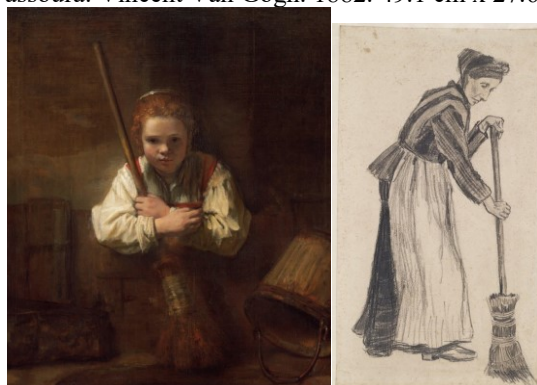
revolucionária. Atingidas pela onda de repressão, então, as mulheres que serão presas e presas sofrerão, além da tortura “habitual” – choques elétricos, espancamentos gerais, “pau de arara” – todo tipo de torturas morais e sexuais. E como uma mulher que se “mete na política” (especialmente na política, um assunto de homens) só pode ser comparada a uma prostituta – por razão de uma visão global da mulher enquanto objeto e o preconceito manipulado pelas classes dominantes de que o melhor lugar para uma mulher é ficar em casa, trancada em casa – as presas políticas serão tratadas como putas (sic). A violação à dignidade humana excede qualquer limite: chutes na barriga de mulheres grávidas, acusações violentas durante interrogatórios, a introdução na vagina de objetos e pequenos animais (baratas e ratos), estupro, e outros excessos. Como parte do movimento de mulheres que surgiu no Brasil a partir de 75 e continua em seu ímpeto, nós, mulheres brasileiras, denunciamos: – a constante repressão sofrida pelo povo brasileiro – as torturas físicas, psicológicas e sexuais infligidas aos presos políticos e, em particular, às mulheres presas. LIBERDADE PARA TODOS OS PRISIONEIRO POLÍTIOS BRASILEIROS. APOIO A LUTA DAS MULHERES BRASILEIRAS (Círculo de Mulheres Brasileiras. Publicações. vol. V. p. 77).

As mulheres com suas vassouras são a ilustração do que seria o lugar da mulher: da domesticidade, mas também da política. Em ambos os casos elas estão encarceradas. De todo modo, a luta pela emancipação da mulher é equivalente a da libertação de todos os brasileiros. Cristina Wolff e Joana Maria Pedro deram um título a esta imagem: “prisão das vassouras” (PEDRO; WOLFF, 2007, p. 67). Semelhante a grade de uma prisão, estas mulheres estão segurando cabos de vassoura, item doméstico dos mais utilizados para limpar a casa. Nove mulheres iguais. Mesma expressão, mesmos cabelos, o mesmo olhar. Elas seguram suas vassouras de tal forma que compõem uma grade de cárcere. Elas estão juntas nesta condição, mas ainda precisam se aproximar. “Vamos nos unir”, elas dizem em francês. Unindo-se, eventualmente estas vassouras não formam mais uma grade.

Ao longo da história da arte ocidental, várias mulheres foram representadas com vassouras na mão. Rembrandt van Rijn em 1651 concluiu a sua pintura de uma pequena menina segurando uma vassoura entre baldes e outros utensílios domésticos. Vincent van Gogh, mais de dois séculos depois, desenhou no papel uma senhora varrendo a sua casa (FIGURA 6):



Figura 6: À esquerda: A Girl with a Broom. Rembrandt van Rjin. 1651. 107.3 x 91.4 cm. óleo em tela. À direita: Mulher com uma vassoura. Vincent Van Gogh. 1882. 49.1 cm x 27.6 cm. lápis em papel.



Fonte: National Gallery de Washington/ Museu Van Gogh.

Rembrandt e Van Gogh trouxeram mulheres com vassouras em suas mãos. Um pintou uma menina, outro uma mulher adulta. Ambos representaram a mulher no espaço doméstico: um na Holanda do século XVII, outro em mesmo país no final do XIX. Distante no tempo e no espaço, em meados do século XX a mulher continuava a ser representada com uma vassoura ligada ao seu corpo e ao seu espaço. Teresa de Lauretis ao desenvolver sua tese sobre tecnologias de gênero demarca a influência da cultura midiática (anúncios, peças publicitárias, cinema, capas de revista) na construção de representações de gênero. Imagens enquanto um eficiente instrumento pedagógico de formação e produção de subjetividades, que não se descolam da construção subjetiva do gênero (LAURETIS, 1994).

É a mulher enquanto a sua própria condição de reprodução, como um objeto, assim como a suas vassouras. Como se este instrumento doméstico e a mulher constituíssem uma relação inseparável, como uma extensão de seus corpos. As obras dos pintores holandeses mostram fórmulas de estilo de vida e valores consagrados pelo tempo. A menina que desde cedo tem que ajudar a sua mãe em casa, a dona de casa cansada.

Ao mesmo tempo em que falam sobre a compulsoriedade da domesticidade das mulheres de classe média, as nove mulheres da ilustração também falam das grades das prisões brasileiras, com presas políticas e violentadas pela ditadura aqui estabelecida. Mostra também que não é apenas uma, mas várias mulheres atrás dessa grade, mostrando que a prisão feminina no contexto da ditadura e o exílio tornaram-se um espaço de união e sororidade. O nomadismo circunstancial exigia destas mulheres estratégias de inserção e de sentimento de pertencimento (MORANA, 2012, p. 314). Este sentimento é um dos grandes propulsores de laços de solidariedade, de ações coletivas de contrapoder, resistência e luta por cidadania. Foram mulheres que criaram imagens de mulheres nas mesmas circunstâncias em que elas se encontravam no exílio europeu. Travaram discussões sobre democracia, direitos básicos, corpo feminino e, claro, sobre liberdade e autonomia das mulheres.

Últimas palavras

Duas imagens, dois estereótipos e duas lutas. A pacificação e a feminilidade de um lado, a rebelião e a transgressão de outro. São imagens que não somente desmontam uma possível linearidade temporal, mas marcam, paradoxalmente, aspectos de seu tempo. Ambas estão inseridas no contexto



da resistência contra as atrocidades de uma ditadura militar. São retratos de relações, lutas e reivindicações, todas elas encabeçadas por mulheres. As emoções apeladas por elas são destoantes, apesar de ainda conectadas com a doçura do espaço doméstico; o cor-de-rosa do quarto da menina, a vassoura na sala da dona de casa. Não é só isso, todavia: são também conectadas com o espaço da porta de casa para fora, o da política e das relações sociais. Imagens que falam de domesticidades e da situação de presas políticas, da necessidade de uma anistia, de um reestabelecimento das atividades democráticas.

O cor-de-rosa e as presas, grosso modo, reivindicavam a mesma causa: paz e liberdade.

Referências

ABREU, Maria Luisa Gonçalves Abreu. *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

ALEMBERT, Zuleika. Depoimento, dezembro de 1978. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org). *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Baby's Clothes. Disponível em:

<<http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,737019,00.html>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BELTING, Hans. *Antropologia da Imagem*. Portugal: KKYM, 2014.

CAPDEVILA, Luc. *Resistance civile et jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine), Deuxième Guerre Mondiale/anées 1970-1980, Annales de Bretagne et des Pays de L'Quest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tomo 108, n. 2, 2001.

Círculo de Mulheres Brasileiras. *Publicações*. vol. V.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant l'image: Question posée aux fins d'histoire de l'art*. Paris: Minuit, 1990.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

Dove symbol for women. *The Calgary Herald*. 10 mai. 1974.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2011.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. *Design gráfico: do invisível ao ilegível*. Rio de Janeiro: 2AB. 2000.

JORNAL DO BRASIL, 10 mai. 2018.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.



MORAÑA, Mabel. El afecto em la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel (org.). *El lenguaje de las emociones*. Madrid: Iberoamerican, 2012.

NORA, Pierre. Mémoire collective. In.: LE GOFF, Jacques. *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia . Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

U.N. wants it to be more than a 'ladies meeting'. *New York Times*. 10 mar. 1974.

VARGAS, Mariluci Cardoso. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: A trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2010.

Images of peace and freedom on women's movement prints (1974-1979)

Abstract: This article concerns an excerpt of my doctorate research. I intend to present the feminine representations connected to the concepts of peace and freedom disclosed in magazines and posters between the years of 1974 and 1979, and how it articulated imagetically the matters of democracy and human rights reinvindicated by these women along with particular matters (such as abortion, arbitrary prisons of militant women, popular struggles for childcare and houseworkers rights). From the didihubermanian assumption that in front of the image we are in front of time, and that images doesn't reflect a certain culture, since that they are constituents part of it and, therefore, of the historical context its own, this article intends to show the articulation between memory, image, women's history and history of politics in Brazil during the Geisel dictatorship. The images presented here will not be treated as illustrations or historiographical appendices, but as documents and trails that brings new interpretative horizons about cultural and political realities of the time, as their circumstances.

Keywords: History of Image. Graphic Memory. Women's Representation. Geisel Dictatorship.



MARIBLANCA SABAS ALOMÁ: PROTAGONISTA Y VOZ DEL FEMINISMO CUBANO

Ivette Sonora Soto¹

Resumen: Mariblanca Sabas Alomá se inscribe dentro del movimiento por el sufragio y el feminismo, lideradas por las mujeres cubanas en búsqueda de su participación en el debate político y de las corrientes filosóficas contemporáneas de entonces. En este trabajo se realiza un acercamiento a la obra analítica de esta periodista activa dentro de las filas del feminismo, defendió desde los periódicos y las revistas *Carteles*, *Social*, la posición y las luchas de las mujeres cubanas en la búsqueda de su reconocimiento y aceptación social como ciudadanas dentro de la República, en su batalla contra la discriminación. Escribió contra todo aquello que estigmatizara esta presencia significativa de las mujeres dentro de la sociedad.

Palabras claves: Feminismo. Periodismo feminista. Movimiento feminista.

¿Medios de comunicación feministas?

Cuando se piensa en el feminismo en Cuba, es imprescindible hablar de la militancia de Mariblanca Sabas Alomá, periodista y escritora santiaguera que convirtió la prensa en tribuna conscientemente feminista. Aun cuando se ha escrito sobre ella; todavía queda mucho por decir; valorar profundamente su papel dentro de este y su contribución a la cultura feminista como alternativa a la cultura femenina tradicional². Mariblanca Sabas utilizaría para ello el medio de comunicación más eficaz en ese momento que estuvo a su alcance, la prensa escrita. Buscaba que las mujeres receptoras se constituyeran en sujetos activos capaces de resignificar los mensajes que recibían y no como sujetos pasivos que se dejan manipular e influir por los mensajes bombardeados por los medios; intentó generar modelos diferentes y electivos que sirvieran para la creación de un nuevo universo cultural femenino.

Colaboró en la amplia gama de revistas y periódicos existentes en el periodo, los cuales generaban múltiples discursos que contribuían a la consolidación del arquetipo femenino; aquellos valores, actitudes y conductas resumidas en las imágenes proyectadas, las cuales servirían como referentes al ser y el actuar de las mujeres. Estos constantes mensajes impedían cualesquiera cuestionamientos sobre los roles tradicionales; por el contrario, la cantidad de información que aparecían en sus páginas sobredimensionaban las asignaciones de género, dándoles valor de emocionantes, interesantes e importantes para normativizar esos modos de realización establecidos por la sociedad.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil. Este trabajo fue realizado con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001). Email. ivettesotocuba@gmail.com

² Entendida esta como la visión del mundo, actitudes, valores, conductas, prácticas sociales de las mujeres que les permiten relacionarse entre ellas y con ellas mismas, con los hombres; estas les proporcionan coherencia y significación a sus vidas dentro de la sociedad, elevándolos a rango de lo “natural” que recuerdan cuál es el papel femenino. Lo cual envuelve las diferentes maneras en que las mujeres llevan su existencia, sus realizaciones personales y profesionales, además de las prácticas cotidianas domésticas, maternas y cuidadoras; en fin, como entretejen sus sueños y utopías con las prácticas cotidianas y las asignaciones de género.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Como periodista estaba consciente de que los medios de comunicación constituían los “espacios simbólicos”, como bien plantean Raymundo Mier y Mabel Piccini, donde se traman exhaustivamente las señas de identidad femenina (Apud. Mercedes CHARLES, 1991, 5). Sobre todo, porque los dueños y las direcciones de los medios ocupados eran hombres y por tal razón van a transmitir sus valores machistas y van a ocuparse poco o nada de la problemática femenina. La prensa se instituiría en el espejo donde las propuestas difundidas les servían a las mujeres como pautas de reconocimientos; así como definir sueños y realizaciones, entretejidas en una red de informaciones múltiples y diversas que solo se visualizan a través del consumo: la moda, el gusto por el lujo, por los productos diversos tanto de la cosmética, como la referida al ajuar de casas, el guardarropa según la temporada, las cuestiones del corazón, entre otros aspectos como las maneras de interpelación que establecía el ser y el deber ser femenino, además del camino a seguir para alcanzarlo a través de las pautas de ser buenas esposas, madres e hijas. Se debe tener en cuenta y no olvidar que la publicidad utiliza a la mujer como imagen subliminal por excelencia; y esta es usada no solo para anunciar artículos para ella, sino para hombres y para el resto de la familia. (Guadalupe LÓPEZ GARCÍA, 1991, p. 6).

Mariblanca Sabas intentó instaurar un contra discurso y apostó por un periodismo feminista, si se entiende como lo define, Isabel Inclán:

[...] es una forma de hacer periodismo en donde las mujeres son objeto y sujeto de estudio, analizan y cuestionan su condición femenina desde una perspectiva histórico-feminista y donde se ponen en evidencia diversas formas de organización de las mujeres (sin distingo de clases) que buscan mejores condiciones de vida, un reconocimiento y un trato como seres humanos, es decir que no exista discriminación ni opresión por el hecho de pertenecer a uno u otro sexo.

[...] pretende cambiar la condición de la mujer, romper con los roles establecidos, socializar el trabajo doméstico y la educación de la infancia, elementos que han encadenado a la mujer impidiéndole su desarrollo e inclusión en la vida pública y política de la sociedad (Apud. LÓPEZ GARCÍA, 1991, p. 6-7).

Guadalupe López (1991, p. 7) aclara que el periodismo feminista no se refiere solamente al realizado por las autoproclamadas feministas, pues este abarcaría también al periodismo realizado por mujeres comprometidas con ellas mismas y con las demás, aun cuando desconozcan la historia del feminismo³.

La vinculación al feminismo y pensarse la situación de las mujeres, le facilitó “crear una “crónica para las mujeres”, según Loló de la Torriente (1985, p. 157), totalmente “nueva y original, ajena a los recetarios de cocina y atenciones domésticas, en la que cuajaría su estilo, su peculiar manera, demagógica y panfletaria, de defender los derechos civiles”. La sociedad demandaba el conocimiento sobre la situación de las mujeres debido a la actividad de las sufragistas, la lucha por el voto femenino, la participación de grandes núcleos de mujeres en los trabajos de industrias y comercios; y Mariblanca Sabas, lograba visibilizar ese amplio espectro de participación. Su papel fue tan notorio que Lolo de la Torriente (1985, p.157-158), describiría lo que esta feminista conseguiría con su narrativa

³ Eso me hace repensar la revista *Mujeres*, órgano de la Federación de las Mujeres Cubanas (FMC).



Cada semana *Carteles* publicaba artículos que trataban los problemas de millares de mujeres, trabajadoras, campesinos, niños u oprimidos de la raza negra. Alcanzó una popularidad como jamás había tenido, en Cuba, mujer alguna hasta el grado de que una compañía fosforera adquiriera los derechos para publicar su retrato en las cajitas de cerillas. Esta publicidad completó su récord de la mujer más conocida de Cuba, y ella misma se ufana de la admiración explosiva que despertaba en los guajiros, que, al reconocerla como pasajera del tren central, durante la campaña presidencial del general Machado, decía: “Ahí viene la tora de *Carteles*.”

A través de su escrita, perseguía crear una cultura femenina que permitiera visualizar los elementos de la situación subordinada de las mujeres. Rompió con las reglas establecidas en los medios. Aprovechó todos los espacios periodísticos donde colaboró para impugnar y ejercer una crítica enérgica contra aquellos criterios y prejuicios que confinaban las mujeres al hogar y alejado de los asuntos políticos bajo el pretexto de disociar la armonía de la familia y el hogar. Refutar para vencer apatías, evidenciar el desconocimiento de la propia problemática de las mujeres que no era visible por ser “lo natural”. Impugnó la dualidad de espacios como aquel establecido que el hombre se ha hecho de la calle y la mujer dentro de la casa, lo cual mantenía la subordinación y la incultura de las mujeres como base de la felicidad matrimonial; así como la atención y educación de los hijos e hijas debía ser el centro de actividades y toda su vida en general.

Mariblanca Sabas, en nombre de todas las feministas habla de destruir ese concepto falso y arbitrario de la función social de la mujer. Considera que la mujer que no está educada ni entrenada para ejercitar ciertos derechos elementales como el sufragio, en principio no puede establecer un hogar de bases sólidas y perdurables. Y se pregunta, “¿cómo va a forjar *ciudadanos* quien vive, siente y piensa como si en lugar de compañera del hombre fuese su esclava, su juguete, su inferior? ¿Qué puede saber lo que es, lo que significa *un hijo* quien ve en el matrimonio una puerta adorada abierta sobre su porvenir económico, y no un simple *medio de ejecución* de los altos, de los nobles, de los inmortales *finés genésicos* de la especie?” (Mariblanca SABAS ALOMÁ, 2003, p. 86). También cuestionará la opción del matrimonio como forma de realización personal y económica de las mujeres en la sociedad, que la ubicaba en una posición de inferioridad además de impedirle reclamar el derecho a escoger.

Su carácter y escritura caracterizada por un estilo directo y certero, le permitió luchar contra las reglas establecidas dentro de la prensa periódica en el periodo e imponer sus criterios, así lo declara en una entrevista, “Diálogo para el recuerdo”, publicada en *Romances*:

Las mujeres periodistas afrontábamos en épocas anteriores al Triunfo de la Revolución, innumerables dificultades. Por regla general, se nos pagaba menos, aunque trabajásemos más. Se cebaban en nosotras las damas aburguesadas, los explotadores de todo tipo, la clerigalla, la misma gente de órganos de prensa retrógrados y serviles, pero existían muchos compañeros de sólido prestigio que nos secundaron y nos apoyaron. Además, siempre, sin exageración alguna, nos estimulaban y nos respetaban. Periodismo femenino es sinónimo de periodismo combativo (María del Carme MESTAS, 2011).

Ese periodismo combativo lo demuestran los títulos recogidos en las revistas *Carteles*, *Social* y *Bohemia*: “Palabras que asustan”, “Feminismo revolucionario”, “Los hijos ilegítimos”, “La libertad



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

de amar en la Rusia soviética”, “Palabras que asustan”, entre otros que fueron seleccionados de las dos primeras revistas en el libro, *Feminismo: Cuestiones sociales. Crítica literaria*, publicado en 1930. Estos artículos problematizaron y pusieron sobre la arena pública las cuestiones de los derechos y libertades políticas, sociales y civiles de las mujeres y su igualdad con respecto al hombre, priorizándolas en su análisis por ser vitales para el feminismo cubano, presentándolo al desnudo, para esclarecer las causas que lo provoca. Aun cuando no pudo mantener una revista o periódico netamente feminista, si convirtió su espacio en las diferentes publicaciones⁴ en las que colaboró, en una tribuna feminista; por lo cual se le adjudicó el epíteto de, “Campeona del feminismo”.

La periodista y política del feminismo cubano

Hablar hoy, de Mariblanca Sabas Alomá⁵, es pagar una deuda con su obra, su labor revolucionaria desde el feminismo y política. Como feminista militante se mantuvo ligada a la todo lo relacionado con la defensa y reivindicaciones de las mujeres hasta el mismo día de su muerte. Nació en un hogar de tradición independentista y patriótica,

Junto a María Villar Buceta, en la mesa de los minoristas, sólo se sentaba, con regularidad, una mujer: Mariblanca Sabas Alomá. Había llegado a la Habana procedente de su provincia oriental. Era hija de un médico rural que había practicado una ciencia abnegada y provechosa. La madre era una campesina robusta, noble, luchadora y llena de bondad. Pertenecía a la generación heroica de nuestras mambisas que bordaban banderas, trasladaban rifles y a la manigua llegaban con armas y comida pero, además, con su fe. Prolífica, doña Belén Alomá había dado varios hijos al ilustre médico, manteniendo íntegras sus fuerzas físicas y morales para resistir, en la viudez pobre y sin abrigo, la ardua tarea de ofrecer a sus hijos alimento y educación. Muy joven, Mariblanca comenzó a trabajar para ayudar a su madre y hermanos menores y muy pronto, hostigada por el clero al que había señalado sus lacras, abandonó la provincia para buscar en la capital campo para sus empeños, más seguridad y un porvenir mejor. Era 1920. (TORRIENTE, 1985, p. 155-156).

Su labor fundamental fue periodística, a la cual llegó desde muy joven en su ciudad natal. Según plantea, Cira Romero, “La propia escritora aseguró que su entrada al periodismo ocurrió cuando se inició en tal desempeño en las páginas de *El Cubano Libre*, donde se celebraban tertulias informales a las que asistían, entre otros, los dominicanos Federico y Francisco Henríquez y Carvajal, Pedro y Max Henríquez Ureña y Fabio Fiallo, y el cubano Emilio Bacardí, entre otros intelectuales. También colaboró en *Diario de Cuba*, *Orto* y *El Sol*. Asimismo en este periodo incursionó en la poesía, que la llevó a ganar dos medallas de oro en los Juegos Florales de 1919, también fue recogida en la importante antología realizada en 1937, por Juan Ramón Jiménez⁶, *La poesía en Cuba en 1936*,

⁴ Colaboró en los periódicos: *Diario de Cuba*, *El Cubano Libre*, *La Independencia*, *El País*, *Diario de la Marina*, *Información*, *El Sol*, *El Heraldo de Cuba*, *El Heraldo*, *Excelsior*, *El Mundo*, *Pueblo*. En las revistas: *Astral*, *Ellas*, *Castalia*, *Orto*, *Avance*, *Atuei*, *Carteles*, *Social*, *Bohemia*, *Grafos*, *Fragua*, *Actualidades*, entre otras. También artículos suyos fueron recogidos en periódicos de otros países como en España; el 23 de marzo de 1929, salía publicado en *La Esfera*, su texto, “La mujer de solar”.

⁵ Nació el 10 de febrero de 1901 en Santiago de Cuba y muere en La Habana el 18 de abril de 1983.

⁶ También fue amiga de Gabriela Mistral, Lolo Rodríguez de Tió, entre otras descollantes figuras del parnaso literario.



la cual seguiría cultivando a lo largo de su vida, pues aparecerá en muchas de las revistas y periódicos que se publicarían a lo largo del país; escribió además novelas, ensayos y crítica literaria. Es tan fuerte su inquietud periodística que la llevaría a fundar la revista *Astral*⁷, todo parece indicar de vida efímera⁸.

Sus inicios estuvieron definidos por el autodidactismo, lecturas en desorden y no poseer estudios superiores, pero también poseía sensibilidad artística, gusto por las letras y un don de panfletista que cultivaría por mucho tiempo. Cuando se instaló en La Habana llegó con una carpeta de escritora que guardaba muy poco, algún que otro folleto que escribió contra el clero y unos cuantos poemas, pero sobre todo llevaba un carácter de infatigable acción y un sentido de percepción agudísimo que le permitía, con extraordinaria agilidad, cambiar el rumbo, de su nave según los oleajes del bravo mar en que le tocaría navegar. La intrepidez, las audacias impetuosas de su escritura, estarían controladas por un timón que nunca la abandonaría y la llevaría siempre a puerto seguro. Este mando era su propio carácter, que la dirigía y gobernaba, frío y sordo a su apasionado corazón, de manera práctica. (TORRIENTE, 1985, p. 156-158).

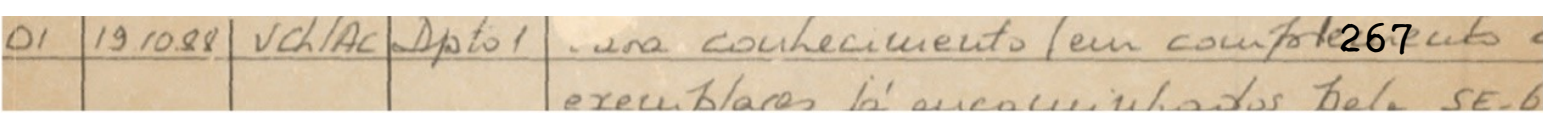
Trabajó arduamente, escribía, dictaba conferencias, concurría a cuantas reuniones y mítines les convocaban, animaba con su presencia actos sociales o políticos era necesaria su presencia. Sus preocupaciones fueron exteriorizadas además de la prensa y, a través de la correspondencia con diferentes figuras de la política y la intelectualidad cubana y extranjera.

Su feminismo estará marcado por el amor a Cuba, además de la lucha por las reivindicaciones sociales y ciudadanas de las cubanas. Cuando se muda para La Habana enriquecerá sus relaciones con los jóvenes como ella, comprometidos con su patria, su tiempo, quienes combatirían la corrupción y la injerencia estadounidense. Protagonizaría junto a Rubén Martínez Villena y Julio Antonio Mella la fundación del Movimiento Veteranos y Patriotas, suscribió y formó parte del Grupo Minorista e integró además la Liga Antiimperialista y la Liga Anticlerical. Participó también en la constitución de la Universidad Popular José Martí junto a Julio Antonio Mella. Promocionó la obra martiana como único paradigma ideal de la política cubana de raigambre nacionalista; criticó fuertemente a todos aquellos que se escudaban en la simbología martiana para legitimar el latrocinio y la politiquería barata.

Esa confianza que tenía Enrique José Varona en la juventud cubana se hace patente en otras misivas enviadas a esta mujer que solo le interesaba ver la patria en manos de los cubanos. La situación de las mujeres será otra preocupación de su hacer ciudadano y por ella colabora arduamente en la organización del Primer Congreso Nacional Femenino a celebrarse en abril de 1923, este evento le brindaba la oportunidad de exponer sus preocupaciones sociales y políticas. Su labor de divulgación fue intensa y así lo registra en otra carta, Enrique José Varona cuando le dice: “[...] Recibí su carta del día 3, y por ello veo que no descansa en su labor de propaganda” (Archivo Literario del Instituto de Literatura y Lingüística de La Habana. Fondo Personal de Mariblanca Sabas Alomá). También

⁷ Esta tendría una salida quincenal y dirigida por Mariblanca Sabas, reconocida como propagandista del nacionalismo cubano y la divisa sería “Patria, Ciencia y Arte”. Fondo personal de la autora.

⁸ En la Biblioteca Nacional José Martí solo pude revisar el número dos de julio de 1922. En este aparece como colaboradores: Max Henríquez Ureña, Fabio Fiallo, Federico Henríquez Carvajal, entre otras personalidades.





participó como delegada, representando a las santiagueras. Igualmente participaría en los posteriores congresos que se realizaron en 1925 y 1939.

Mariblanca Sabas sí, no excluiría en su escritura el malestar de ninguna mujer ya fuera de clase o de raza. Al sentir el dolor de la hermana negra asumiría con total abnegación la defensa de la mujer obrera, de la mujer negra; tal es el caso del artículo publicado en la revista *Carteles*, en enero de 1929, “La mujer de solar”⁹, donde ataca la proyección del Representante por Oriente, Luis Felipe Salazar durante el periodo de Sesiones de la Convención Constituyente de 1928¹⁰, quien esgrime entre los argumentos para negarle el voto a las mujeres, no solo la capacidad intelectual porque existe una mayoría analfabeta sino también el racismo al proclamar que las mujeres decentes no querrían codearse con las mujeres de solar en los colegios electorales a la hora de ejercer dicho derecho (Diario de Sesiones de la Convención Constituyente, 1928, p. 13).

Ante este desatino, Mariblanca Sabas, (SABAS ALOMÁ, 2003, p. 82) acusa a este de racista, lo interpela y le aclara que bajo ese término no podía englobar a las mujeres de una sola raza; pues una mujer de solar no siempre es de color y mucho menos todas las negras son de solar, lo cual denotaba su propósito de doble discriminación hacia las mujeres. Y le aclara con agudeza que estas mujeres son las que tienen más derechos por cuanto son las que llevan sobre sus hombros grandes injusticias que tienen que reparar, y mucho más las satisfacciones por las exclusiones que soportaban; pues, las blancas pobres no las padecían de las mismas formas.

Escribiría varios artículos donde realizaría un agudo análisis de la situación social y las condiciones de vida y trabajo en las que se desenvuelven las obreras y empleadas, tales como: “Salarios mínimos y jornadas máximas”, “Bestias de cargas”, entre otros. Sin embargo, no hizo trato con el proletariado, no aceptaba que la causa de las mujeres fuera subsumida por las demandas de este movimiento, pues dentro de las demandas de este movimiento las de las féminas quedaban en un plano subalterno. Sin auto declararse feminista socialista percibe que más allá de la explotación económica como opresión estaban las sexuales y materiales, pues se mantenía la supremacía de la masculinidad y con ello la discriminación de la mujer por ser mujer. Por eso las alienta a que encuentren su propia liberación sin esperar de la tutela de los hombres sean, burgués u obrero: “Blanca o negra: mujer de solar: tu liberación está en tus propias manos. No esperes nada de nadie. Incorpórate por tu propio esfuerzo. Levántate y anda. El odio, a veces, puede tanto como el amor” (SABAS ALOMÁ, 2003, p. 85).

A pesar de sus vínculos con los sectores de izquierdas Mariblanca Sabas no se adscribió al sector comunista ni más radical del momento contra Gerardo Machado. Podría quizás explicarlo un poco Loló de la Torriente (p. 158) que le criticó mantenerse en los estrechos límites del panfleto o las lisonjas como periodista, cuando decidió trabajar en otros periódicos para realizar crítica de arte o seguir profundizando en la situación femenina ya no lo haría con su estilo inflamado e impetuoso.

La muerte del estudiante Rafael Trejo implicó el desbordamiento revolucionario y ya una declaración abierta de oposición a Gerardo Machado. Las feministas lo patentizarían con no dejar la muerte impune de este y convertirlo en tea incendiaria, en símbolo de lucha, y por eso organizarían

⁹ Fue de los artículos recogidos en su libro *Feminismo...haremos los comentarios de este texto y otros, a partir del publicado nuevamente en el 2003 por la Editorial Oriente en Santiago de Cuba.*

¹⁰ Realizada con el objetivo de prorrogar en el poder a Gerardo Machado.



un homenaje que se extendería a todo el país. Las feministas¹¹ elegirían aquellas que integraría el comité para efectuar los honores a Rafael Trejo. Fueron seleccionadas, Sarah Méndez Capote¹², Cándita Gómez de Bandujo¹³ y Teté Casuso¹⁴. Cuando Loló de la Torriente propone a la popular redactora de *Carteles* para que integre dicho grupo, la escritora Ofelia Rodríguez Acosta¹⁵, indignada se opone y argumenta: “Me opongo a que ingrese en el Comité, por cuestión de principios y antagonismos ideológicos con la Srta. Sabas Alomá, pues en el periódico *El País* del día 12 de octubre ella ha declarado que es machadista liberal, y liberal, declaraciones que aunque no iban calzadas con su firma ella no ha desmentido en ningún momento” (Pablo de la TORRIENTE, 2009, p. 92-93); esto implicó que se retirara dicha propuesta. Loló de la Torriente (1985, p. 158) sabía que era causa perdida su defensa, pues conocía de su adicción al régimen a tal punto que ella ocupaba un alto puesto de “información y prensa” en las oficinas del Palacio Presidencial.

La situación de Cuba había caído en una total crisis ya el tirano no podía mantenerse en el gobierno. Mariblanca a la expectativa no sabía qué hacer, no se decidía, su razonamiento era de orden familiar, decía que su puesto era el sostén de su numerosa familia. Su posición determinó el rechazo de intelectuales y revolucionarios. Ella criticaría posteriormente la actividad antimachadista de las feministas, según cuenta Loló de la Torriente (1985, p. 159), esta postura definitivamente la ponía al lado del “Asno con garras”¹⁶.

El dictador saldría huyendo y comenzaría para el país una gran inestabilidad política, donde Estados Unidos haría de todo para mantener su influencia a través de la política de buena vecindad, vendría la sucesión de gobiernos provisionales hasta 1940 que se elige el primer gobierno “democrático” bajo una Constitución que solo fue posible en papel. En este periodo, dónde estaría Mariblanca Sabas cuando muchos pro machadistas fueron presos, y otros ajusticiados. En julio de 1933, partiría para Estados Unidos para representar a la mujer cubana en el Congreso Femenino de Chicago (*Bohemia*, La Habana, julio 16 de 1933, p. 11). Apostaría por Grau San Martín, quizás porque entre las leyes propuestas por el gobierno de los Cien días, estaba el sufragio femenino.

Al darse cuenta de la represión que sufren los estudiantes durante el gobierno tiránico de Mendieta Caffery y Batista; por fin se quita la venda de los ojos y conjuntamente con esa toma de conciencia se separa de *Carteles*, estaba de nuevo al lado de la justicia:

[...] pero de ambas cosas me releva la realidad asombrosa del salvaje atropello cometido por una soldadesca indisciplinada, ebria de sangre, contra el cívico y digno comendado del Instituto Provincial de La Habana, que en su jornada heroica de la tarde de ayer señaló para la Historia, como muy bien ha dicho Pablo de la Torriente,

¹¹ Asistirían a casa de Loló de la Torriente, Flora Díaz Parrado y Ofelia Rodríguez Acosta, no asistiría Ofelia Domínguez, citada también para elegir al comité gestor de dicho homenaje, se exigía además de tener cultura, ser esencialmente, contraria a la situación actual y a su jefe máximo, Gerardo Machado, según cuenta Pablo de la Torriente.

¹² Hija de un general de la guerra de independencia.

¹³ Nieta del Generalísimo Máximo Gómez.

¹⁴ Simultáneamente normalista y universitaria, muy relacionada con Pablo de la Torriente, herido en la protesta donde fue muerto el estudiante Trejo.

¹⁵ Escribió cuentos, ensayos crónicas y novelas, entre ellas, *La vida manda*, que alzó un revuelo en el momento de ser publicada, por considerarla inmoral. Mariblanca escribiría una crónica titulada, “La vida manda, novela de una mujer”, recogida en su libro *Feminismo...*

¹⁶ La posición había sido siempre tan aguerrida que Forment, la sitúa de luchadora antimachadista. (Carlos E. FORMENT ROVIRA, 2016, p. 488). Cira Romero asumiría este criterio tomado de las Crónicas ... de Carlos E. Forment, *Ob. cit.*



el 3 de mayo como el 30 de septiembre de una nueva etapa de la revolución. A mi presencia, pues me encontraba entre los estudiantes en el medio de la calle, frente a la puerta principal del Instituto, se desarrolló la escena inolvidable que todavía me tiene encendida de indignación; yo vi cuando varios soldados, deshonrando su uniforme, deshonrando la Institución Armada que como a víboras los cobija en su seno, en la esquina de San José y Zulueta echaron rodilla a tierra y **DISPARARON CONTRA LA MULTITUD**. Miente cobardemente quien afirme lo contrario. La soldadesca disparó **CONTRA LA MASA**. Yo vi la mano destrozada del adolescente Anaya; el cuerpo herido de muerte del joven revolucionario Antonio González, **YO LO PRESENCIÉ [...]**. Vi, en fin, a las tres de las tres de la tarde del día 3 de mayo de 1934, instaurada en Cuba, nuevamente, específicamente, abiertamente, la dictadura de cuartel (SABAS ALOMÁ, 1934, p. 50).

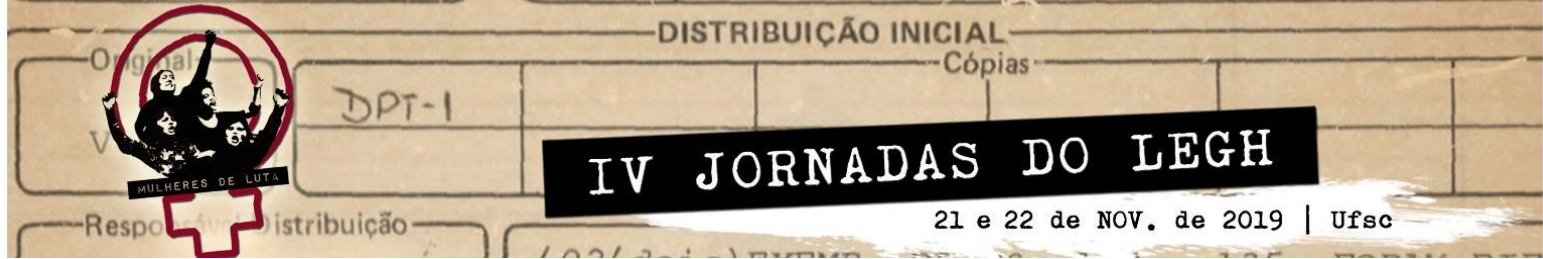
Luego integraría las filas del Partido Revolucionario Cubano (A), haría un recorrido en 1934 hasta llegar a Santiago de Cuba, para unir a los auténticos para que Grau San Martín volviera al poder, en el mitin realizado el 23 de junio hablaría a favor de las mujeres y su contribución a la revolución, debido a su activismo político sufrió cárcel. En 1939 trabajaría en la radio, dirigiría un noticiero dentro de Cadena Azul (Josefa BRACERO TORRES, 2010). Su labor periodística se conjugó con la política pues llegaría a ocupar de 1948 a 1952 el cargo más alto logrado por una mujer que fue el de Ministro sin cartera¹⁷. Aún queda mucho por investigar sobre esta mujer que tuvo larga vida.

Voz representativa del feminismo cubano: Mariblanca Sabas Alomá

La necesidad de ser reconocidas como ciudadanas dentro de una República que las había excluido de facto llevó a que a principios del siglo veinte, en Cuba se desarrollara un movimiento feminista imponente en el país, digo en el país porque lograron movilizar a muchas mujeres en las convocatorias de los tres congresos realizados, incluso cuando se revisa los expedientes de los diferentes partidos y asociaciones feministas en el Archivo Nacional se encuentra un voluminosa correspondencia de muchos lugares del país dirigidas a estas. El feminismo cubano a la larga demostraba la modernidad en la sociedad cubana a pesar de la crisis social y política imperante. Las mujeres de estos movimientos luchaban por reformas legales como el derecho al voto, y la mejora en las leyes concernientes al matrimonio, la propiedad, el divorcio, y los derechos laborales. Este feminismo se erigirá como discurso de resistencia contra el patriarcado, ante los patrones de conducta y arquetipos establecidos. Lograría crear espacios desde donde cuestionar los mecanismos de poder.

Rastrear la problemática feminista en el período e indagar en sus estrategias y planteamientos, se hace ineludible revisar sus textos en las revistas y periódicos donde colaboró de manera ininterrumpida. Con la claridad de su discurso busca la comprensión del público, pero también confrontarlo y hacerles partícipe y actor de un cambio social como alternativa de solución a estas problemáticas. Su papel dentro de la prensa es crear un estado de opinión a favor del feminismo y la problemática de las mujeres y de los obreros. Escribió y arremetió contra todo aquello que estigmatizara la presencia significativa y revolucionaria de las mujeres dentro de la sociedad y por

¹⁷ Archivo Literario. Instituto de Literatura y Lingüística. Fondo personal de Mariblanca Sabas Alomá. Allí encontré un acta de su desempeño como Ministra sin Cartera.



eso defendió al feminismo como camino a seguir y aglutinador de las mujeres en su desarrollo y emancipación tanto económica como legal.

Culpaba entre otros aspectos las diferencias de clases, la subordinación de la mujer al marido por la dependencia económica, pues consideraba que sólo el trabajo, la independencia económica le daría a las mujeres derechos, libertad e igualdad, por tanto no puede estar de acuerdo con el doctor José Alberni Yance¹⁸ con el Proyecto de Ley que establece el salario mínimo para la mujer, consideraba que debe establecerse para todos los trabajadores sin distinción de sexo, porque además de ser una enorme injusticia, favorecía una infame explotación contra las mujeres, pues juzga que éstas tienen los mismos derechos de ser remunerada de acuerdo al valor de su desempeño laboral que el hombre (SABAS ALOMÁ, 2003, p. 208-213).

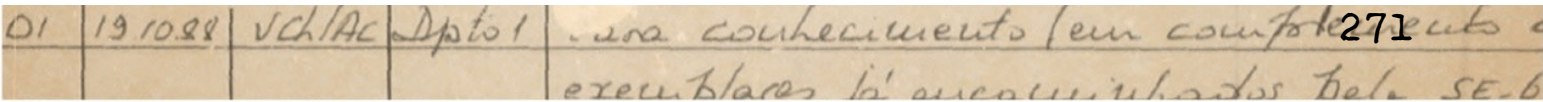
En los artículos, “Palabras que asustan”, “Feminismo Revolucionario”, “Feminismo contra garzonismo”, analiza el papel del feminismo en Cuba, lo define y sobre todo realiza una defensa certera sobre la necesidad de la existencia del movimiento como única posibilidad de que los derechos de la mujer pudieran ser reivindicados. Siempre vio en este la fuerza de unión entre las mujeres en su lucha a favor de sus demandas y derechos, “Feminismo es el supremo y alto esfuerzo que realizamos las mujeres por la emancipación moral, legal y social de la compañera del hombre, redimiéndola de su condición de esclava, para elevarla a la categoría de persona consciente. Feminismo es, pues, esencialmente, liberación. Hasta ahora hemos sido las mujeres el lastre de la civilización” (p. 55).

En mi opinión su pensamiento analítico y profundo le facilitó encontrar en el feminismo la existencia de las clases; por ser este la armazón de carácter legal, moral, político y económico que organiza las luchas por las reivindicaciones y teoriza sobre las mujeres; pero que también, atañe a los hombres y al grupo LGTEBI. Con claridad meridiana expone por un lado que los problemas de las mujeres obreras no eran ni es, el mismo de las mujeres de la alta y media burguesía. Llega a la conclusión, que cuando se trata de la lucha de clases, esta concierne tanto a las obreras como los obreros; asimismo aclara que estas luchas no entran en contraposición con el desarrollo del movimiento feminista. Para reafirmar esta idea explica que el Feminismo no era una reacción contra los hombres, porque reconocía que también ellos eran explotados, refiriéndose a los obreros, campesinos y negros, dando crédito de este modo a la necesaria lucha de clases contra la explotación del trabajador y la trabajadora; pues consideraba que estas luchas equiparaban a hombres y mujeres en igualdad de reivindicaciones políticas y sociales; al respecto plantea:

Fórmula viable: contra los hombres, cuando los hombres son los amos. Junto a los hombres, cuando los hombres son, como nosotras esclavos que luchan por conquistar su independencia. Contra los hombres, si los hombres, a título de tales, pretenden la pervivencia de un *hembrismo* alcobero, puramente sexual, tarado de morbosismos, humillantes y estéril. Junto a los hombres, si los hombres, penetrados de la dolorosa realidad de la explotación del trabajo, se yerguen contra sus explotadores abriendo a puño limpio el camino hacia el “futuro sin geografías” profetizado por Lenin. (p. 59-60).

Al mismo tiempo, apuesta para que las obreras aseguraren que sus intereses sean viables, le propone crear un sector propio dentro de ese gran frente de acción conjuntamente con los hombres

¹⁸ Representante a la Cámara por la Provincia de Oriente.





trabajadores, que incorporarse a las filas del feminismo, pues este solo se limitaba la lucha por la obtención de los derechos civiles, legales y políticos, que aún los hombres niegan a la mujer (p. 60) y no tenían dentro de sus agendas los intereses de las mujeres trabajadoras.

Mariblanca Sabas, conoce de los prejuicios con los cuales son rechazadas las feministas y por eso, intenta desde su ejemplo como feminista que este no invalida la performatividad femenina que era lo reclamado dentro de la sociedad machista cubana y conservadora, “[...] Yo, por mi parte, he tratado de demostrar con mi propio ejemplo que una mujer puede pensar, y, sobre todo, actuar como miembro integrante del conglomerado social, sin que pierda por ello los atributos genuinos y verdaderos de su feminidad” (p. 86).

Mariblanca Sabas apostó por el periodismo feminista porque sabía que desde esas filas podría aportar su grano de arena en el cambio de la cultura femenina, sabía que esta era una fuerza importante porque puso a un número considerable de mujeres en contacto con los problemas nacionales, sociales y políticas en medio de una República en crisis y subordinada a intereses estadounidenses. Para ella, como bien dice Isabel Inclán, el periodismo feminismo no era solo crear espacios para hablar de y para las mujeres, sino también hacer una nueva forma de ejercer el periodismo con base en una relación entre los sexos y, por ende, en una nueva forma de concebir el mundo. (Apud. LÓPEZ GARCÍA, 1991, p. 7).

A manera de conclusiones

Sus artículos recogerán fielmente una etapa de la historia de las mujeres. Para conocer qué pasa con el feminismo y con las mujeres en sentido general hay que consultar sus trabajos. Realizó un profundo y vivo análisis social, puso al descubierto toda la corrupción de la politiquería, la situación social y económica de las clases más pobres y trabajadoras. Pone a las mujeres en el centro mismo de su pluma para desmontar las condicionantes económicas y sociales y políticas que impiden a las mujeres cubanas validar su carácter ciudadano y responsable ante la Nación. Sus textos constituyen una fuente obligada para aquellos estudiosos de la vida republicana, no sólo de aquellas/os como yo que estudian el feminismo y las actuaciones de las mujeres en la sociedad sino todo aquellos estudiosos de esa etapa.

Referencias

BRACERO TORRES, Josefa (2010). Eduardo Robreño, radialista y cubano por los 4 costados”. 10 de noviembre. Disponible en el sitio <http://www.radiocubana.cu/index.php/historia-de-la-radio-cubana/32-memoria-radial-cubana/2076-eduardo-robreno-radialista-y-cubano-por-los-4-costados>

CHARLES, Mercedes (1991). Mujeres y medios de comunicación: lagunas e interrogantes. *FEM*, México. Año 15, No. 102, junio, p. 4-7. Disponible en: https://archivos-feministas.cieg.unam.mx/ejemplares/fem/Anio_15_no_102_junio_1991.pdf. Acceso 15 de septiembre de 2019.

DIARIO DE SESIONES DE LA CONVENCIÓN CONSTITUYENTE (1928). Sesión Décima Ordinaria. La Habana, Vol.1, No. 10, 10 de mayo.



FORMENT ROVIRA, Carlos E (2005). *Crónicas de Santiago de Cuba*. Santiago de Cuba, Editorial Oriente.

LÓPEZ GARCÍA, Guadalupe (1991): Medios de comunicación y feminismo en el Distrito Federal. *FEM*, México, Año 15, No. 107, noviembre, p. 4-7. Disponible en https://archivos-feministas.cieg.unam.mx/ejemplares/fem/Anio_15_no_107_Noviembre_1991.pdf Acceso 20 de octubre de 2019.

MESTAS, María del Carmen (2011). Razones de una vida. Disponible en el sitio <http://www.cubaliteraria.cu/articulo.php?idarticulo=12697&idseccion=25>. Acceso, 13 de mayo de 2019

ROMERO, Cira (2014). *Oriente*, “Revista Gráfica Semanal”. *La Jiribilla. Revista de Cultura Cubana*. La Habana, Año XII, No. 676, 26 de abril al 2 de mayo. Disponible en el sitio <http://www.lajiribilla.cu/articulo/7564/oriente-revista-grafica-semanal>. Acceso 18 de noviembre de 2019.

SABAS ALOMÁ, Mariblanca (1934). La soldadesca dispara, mueren estudiantes, pero la revolución no muere. In: *Bohemia*, La Habana, Año 26, Vol. XXVI, No. 16, 13 de mayo.

SABAS ALOMÁ, Mariblanca (2003). *Feminismo. Cuestiones Sociales y Crítica literaria*. Santiago de Cuba. Editorial Oriente, 2003, p. 208-213.

TORRIENTE BRAU, Pablo (2009). Las mujeres contra Machado. In: *Testimonios y reportajes*. Prólogo de Ricardo Hernández Otero. La Habana, Centro Cultural Pablo de la Torriente Brau.

TORRIENTE, Loló de la (1985): *Testimonio desde dentro*. Ciudad de La Habana, Editorial Letras Cubanas.

Archivos

Archivo Literario. Instituto de Literatura y Lingüística. Fondo personal de Mariblanca Sabas Alomá.

Mariblanca Sabas Alomá: protagonist and voice of Cuban feminism

Abstract: Mariblanca Sabas Alomá is part of the movement for suffrage and feminism, led by Cuban women in search of their participation in the political debate and contemporary philosophical currents of the time. In this work an approach is made to the analytical work of this active journalist within the ranks of this active journalist within the ranks of feminism, defended from the newspapers and magazines Posters, Social, the position and struggles of Cuban women in the search for recognition and acceptance social as citizens within the Republic, in their battle against discrimination. He wrote against everything that stigmatized this significant presence of women within society.

Keywords: Feminism. Feminist journalism. Feminist movement.



A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REVISITANDO A PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA (PCSC 2014)

Jaqueline Pelozato¹

Resumo: Este trabalho se refere a uma pesquisa em andamento e tem por objetivo investigar a relação entre Ensino de História e cidadania a partir da perspectiva de gênero na sala de aula. A concepção de cidadania que será analisada é a que é defendida na Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), entendendo este documento como um dos suportes norteadores para as ações dos professores/as de História. Assim, a investigação pretende compreender como os/as professores (as), da rede pública estadual de Santa Catarina percebem e desenvolvem essas questões de gênero na sua sala de aula, também investigando o quanto conhecem acerca da legislação que garante o direito à diversidade e a diferença na escola. Também proponho perceber como os/as alunos/as percebem as questões de gênero no contexto escolar em que estão inseridos. Partindo do pressuposto de que a escola é um lugar plural onde podemos construir, desconstruir, repensar padrões e desnaturalizá-los, principalmente para criar um espaço de respeito ao outro e consequentemente cidadania, refletir a partir da perspectiva de gênero, no Ensino de História, se faz necessário, porque a escola não é um espaço neutro, pois vivemos em uma sociedade, levamos visões de mundo próprias para dentro da sala de aula e essas visões se transformam e nos transformam.

Palavras-chave: Ensino de História. Gênero. Cidadania.

Introdução

Há algum tempo tenho de trabalhar e pesquisar relações de gênero na sala de aula pois, como professora de História há 7 anos tenho me deparado com vários/as alunos/as que sofrem com piadinhas, com uma espécie de isolamento pelo fato de não serem aceitos em alguns grupos por serem “diferentes”, ou até mesmo ouvirem xingamentos estereotipados², podendo gerar inclusive agressões físicas. Esta pesquisa me afeta diretamente, pois muitas vezes não soube como agir e nem como tratar assuntos referentes a sexualidade em sala de aula. Percebo que não estou sozinha nestas angústias, como bem colocou Fernando Seffner (2011, p. 562):

As ansiedades que levam professores a buscar formação dizem muito de suas dificuldades em abordar esses temas que invadiram os ambientes escolares nos últimos anos. Muito se cobra da escola quanto a uma adequada condução das questões de gênero e sexualidade, mas em outros fóruns (família, religião, televisão, partidos políticos, poder judiciário etc.) esses temas são tratados segundo outros critérios, o que por vezes coloca professores em uma difícil situação. É bastante frequente que líderes políticos, religiosos, comunidades inteiras, cobrem da escola e dos professores modos ‘adequados’ de lidar com temas de gênero e sexualidade.

¹ Licenciada em História pela Faculdades Integradas Facvest e Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduada em Ensino Integrado de Filosofia, Geografia, História e Sociologia e Especialista em Linguagens e Educação a Distância e Mestranda do ProfHistória pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jaquelinepelozato@hotmail.com

² Por exemplo: “o seu viadinho cale a boca”, este exemplo eu presenciei numa das minhas aulas como professora do ensino básico.



Nesse sentido, falar sobre as questões de gênero na sala de aula é um desafio para os/as professores/as, já que, quando chega à escola esse desafio, o/a professor/a precisa abordar essas relações e as deve fazer com critérios científicos³ adequados à escola. Em particular no ensino de História, perceber como os professores abordam questões de gênero em suas aulas de História e como os alunos entendem essas questões é uma preocupação, mas também uma forma de compartilhar e contribuir com alternativas para a construção da cidadania a partir da perspectiva de gênero na sala de aula.

A questão da construção da cidadania perpassa a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), que é um documento que orienta o ofício do/a professor/a e busca viabilizar uma educação para a diversidade, como está colocada no seu capítulo primeiro, que tem como tema “A diversidade como princípio formador”. Neste sentido, compreende-se que a Educação Básica é um direito conquistado ao longo do tempo, assim como o direito à diversidade. No documento, a diversidade é entendida:

[...] como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. Essas relações socioculturais constituem os sujeitos históricos, nas organizações de suas vidas sociais e políticas, nas suas relações com o ambiente e com outros grupos, na produção e reprodução de suas existências. (SANTA CATARINA, 2014, p. 54).

O que nos interessa neste documento é a defesa das diferenças, principalmente em relação às identidades de gênero e orientação sexual. Neste ponto, pensar as relações de gênero e discuti-las em sala de aula se faz necessário já que a escola não é neutra, os alunos, assim como os professores, vivem em uma sociedade e trazem suas experiências e visões de mundo próprias, que se mesclam na escola.

Essas visões muitas vezes podem ser diferenciadas, de estranhamento, estereotipadas, preconceituosas, que podem a partir da sala de aula tornar-se possibilidade do exercício da cidadania, no sentido de desconstruir preconceitos, estereótipos, já que os Estudos de Gênero “[...] serviram para problematizar papéis, expectativas e normas hegemônicas tidas como naturais, [...]”. (PEREIRA, 2018, p. 346). Um exemplo dessas problematizações é que

[...] a violência que recai sobre as mulheres cishéterossexuais possui uma conotação diferenciada daquela dirigida a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Enquanto para essas mulheres a dominação ou a submissão parecem as palavras ideais para ilustrar o tipo de violação a que estão acometidas, a abjeção, a

³ Critérios científicos aqui compreende-se o que se produziu ao longo dos anos com relação aos Estudos de Gênero, diferenciando-se do ponto de vista religioso.



patologização e o ódio parecem ilustrar com mais fidelidade a expressão de violência sofrida por LGBT no seu cotidiano. (PEREIRA, 2018, p. 346-347)

Nesse sentido os Estudo de Gênero vem contribuir para compreender como a violência está inserida também no âmbito escolar e que a urgência em tratar das relações de gênero na sala de aula, principalmente para que os/as alunos/as encontrem um ambiente acolhedor dessa diversidade, um ambiente onde se possa conviver com respeito e equidade.

Assim, para esta pesquisa, consideramos a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014)⁴ a referência política para a construção cidadã, na medida que propõe a formação integral das pessoas, em sua totalidade abarcando o aspecto subjetivo, emocional, a diversidade sexual, com o intuito de promover visibilidade às várias vozes (várias existências) que ecoam na sala de aula. Para isso, se faz necessário discutir as representações e relações de gênero, construir outros discursos percebendo a pluralidade destas relações. Assim, temos um documento que orienta principalmente os/as professores/as e vários outros agentes, que podem, ou não, utilizar estas orientações. Como nos ensina Kátia Maria Abud (2007, p. 107):

Quando se toma conhecimento de novos documentos curriculares e de textos legais que pretendem reformar a educação básica, interferindo diretamente no processo de ensino e aprendizagem, a primeira atitude é de discuti-los como se as publicações já fossem suficientes para que as mudanças se fizessem sentir na organização escolar. Sabe-se, contudo, que o que ocorre é um movimento diferente, que leva em conta os sujeitos escolares (alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos) e a cultura escolar. [...] tais agentes que, se não impedem que as propostas se efetivem de modo absoluto, as transformam e lhes dão novas características.

Por isso, não basta apenas o documento para garantir que o respeito às identidades de gênero na sala de aula se efetivem, mas sim as atitudes de todos os seus agentes. Assim a pesquisa que proponho pretende compreender como os/as professores/as, percebem o conceito de cidadania e a diversidade de gênero na Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) no planejamento das suas aulas e como os alunos compreendem a diversidade de gênero no contexto escolar.

O conceito de cidadania perpassa o trabalho dos professores em sala de aula no sentido de sugerir que trabalhem na perspectiva da diversidade como princípio formativo, o que inclui a diversidade sexual e de gênero. No trabalho de Selva Guimarães, a noção de cidadania está ligada à formação de professores e aos currículos de história para a educação básica e que são os professores de história que precisam empreender a desconstrução dos estereótipos, das imagens negativas construídas no Brasil sobre negros e indígenas. (GUIMARÃES, 2016, p. 79). Acrescento sobre as mulheres, homossexuais, transexuais, bissexuais, lésbicas e intersexuais.

O respeito á diversidade, principalmente a diversidade de gênero, na Proposta Curricular é entendido como princípio formador. E é neste ponto que pensar as relações de gênero e discutir essas relações em sala de aula se faz necessário. Necessário, principalmente porque a escola não é neutra,

⁴ A Proposta Curricular de SC (2014) juntamente com a Base Nacional Curricular são os documentos referência para a orientação dos/as professores/as. Por ainda ser referência para o Currículo Catarinense tomarei a Proposta Curricular de SC (2014) como documento que embasa os estudos da diversidade na sala de aula, principalmente dos estudos de Gênero que é o foco desse trabalho.



os alunos assim como os professores, vivem em uma sociedade, trazem das suas experiências visões de mundo próprias, suas subjetividades, afetos, emoções que se mesclam na escola.

Sobre o conceito de Gênero, Joana Maria Pedro(2005, p. 78) nos ajuda a entender por que a utilização dessa categoria é importante para compreendermos as diversas orientações e identidades sexuais. Assim

“[...] era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura. O uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.”(PEDRO, 2005, p. 78)

Nesse sentido, não falar nos estudos de Gênero na sala de aula, ou não utilizá-los como ferramenta para compreensão e interpretação da realidade é não possibilitar um olhar diverso, um olhar democrático para questões da vida do ser humano. É não levar em consideração todas as lutas empreendidas pelos movimentos sociais para a equidade e o respeito a diversidade de gênero.

Portanto, a escola é um espaço de construção da cidadania na medida que estamos presentes, no exercício de convivermos juntos. A instituição escolar nos permite todos os dias rever, reavaliar, reconectar-nos com os outros e reconhecer que há possibilidade de vivermos esta diversidade.

Percurso metodológico

A busca por entender como professores/as e alunos/as compreendem a dinâmica da sala de aula sobre os assuntos envolvendo questões da sexualidade a pesquisa começará nos meses de novembro e dezembro de 2019 com a primeira etapa exploratória, a partir de uma entrevista semiaberta com os/as professores/as e a aplicação de questionários com os seus respectivos alunos do 9º ano.

Os/as professores/as entrevistados/as são professores/as do 9º ano das escolas públicas estaduais dos municípios de Lages(3 escolas), Cerro Negro (1 escola), Anita Garibaldi(1 escola), todos municípios localizados na Serra catarinense. Escolhi esses municípios principalmente porque alguns/as professores/as moram em Lages, mas trabalham em Campo Belo, moram em Lages e trabalham em Cerro Negro, moram em Campo Belo e trabalham em Lages, enfim há um trânsito, um movimento de professores/as entre esses municípios.

As perguntas para os/as professores/as serão perguntas relacionadas ao seu dia a dia na escola, por exemplo, como compreendem as questões de gênero na sua sala de aula? Como trabalham? Quais materiais utilizam? Se para os/as professores/as abordar o tema da sexualidade pelo viés científico⁵ estimula a prática do sexo ou orienta para um exercício de cidadania e de respeito? Na sua sala de

⁵ Viés científico entende-se o que se produziu ao longo do tempo nos Estudos de Gênero.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

aula eles/as percebem as discriminações e violências contra LGBTI? Como elas acontecem? Estas perguntas serão feitas a partir de uma entrevista semiaberta.

As perguntas para os alunos são objetivas, tais como “Você sofreu algum tipo de discriminação por não corresponder ao estereótipo do que é “Ser Homem” e o que é “Ser Mulher”? Sim ou não; Você concorda que todos tem direito à educação independente de sua crença religiosa, gênero ou cor? Sim ou não; Você acredita que falar sobre feminilidades e masculinidades na sala de aula pode melhorar as relações entre os colegas? Sim ou não; Estudar as relações entre os gêneros na sala de aula pode contribuir para evitar as violências sofridas por mulheres e pela comunidade LGBTI? Sim ou não.

O questionário é muito limitado para compreendermos com riqueza de detalhes o que os/as alunos/as percebem sobre o estudo das relações de gênero na sala de aula, mas devido a quantidade de alunos/as 28 a 35 por sala de aula, optei pelo questionário semiaberto, mas mesmo com as limitações do questionário podemos ter uma noção de como eles/as percebem este assunto. Porém, o foco principal da pesquisa é compreender como os professores da educação básica do estado de Santa Catarina compreendem as relações de gênero no seu planejamento, na utilização de materiais didáticos que utiliza e como compreende a Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014 como orientadora para a construção da cidadania na sala de aula.

A segunda etapa são as análises dessas entrevistas e questionários, não para julgar, “apontar o dedo” para o que os/as professores/as fazem nas suas salas de aula, mas para compreender como os estudos de gênero tem o potencial de mobilizar tendo em vista a construção da cidadania.

Considerações finais

Este trabalho se refere a uma pesquisa em andamento que está nos seus contornos iniciais, e com todas as dificuldades iniciais, pois até a entrega desse texto as entrevistas e os questionários não foram aplicados, porém algumas considerações e reflexões podemos fazer, ainda com muitos limites, mas muito claro a necessidade das discussões sobre sexualidade/ diversidade na sala de aula.

Compreendendo a importância da legislação, nesse caso a Proposta Curricular de Santa Catarina(2014), que proporciona uma abertura para se compreender a diversidade como norteadora do trabalho do professor. E as angústias cotidianas são partes de uma preocupação em abordar o tema da diversidade sexual, em não silenciar esta discussão, pois a escola é um espaço de disputas, de construção e reconstrução de saberes, de vivências.

O tema da diversidade sexual é um tema sensível, difícil de ser abordado, pois a sala de aula é composta por várias compreensões de mundo, que alunos/as e professores/as, diretores/as, toda comunidade escolar trazem para esse espaço, porém falar deste tema com critérios científicos, separando-os de critérios religiosos, é levar em conta uma gama de pesquisadores/as que estudam a muito tempo esta temática, é compreender que o embate precisa ser no campo da reflexão, da formação e não na violência, na exclusão.

Percebemos também que a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) é uma referência política pois orienta o ofício do/a professor/a na sua sala de aula, e que este se apropria de várias formas do documento, uma vez que é direito de todos estarem na escola, os agentes desse espaço



precisam compreender que as relações humanas são construídas no cotidiano e que a escola precisa ser promotora dos direitos humanos e consequentemente promotora no exercício da cidadania.

Nesse sentido, compreender como os professores se apropriam da legislação, como trazem essa temática para o espaço escolar. As atitudes de todos os agentes escolares são essenciais para uma escola plural e acolhedora. E entender a importância da formação de professores de história para a desconstrução de estereótipos, principalmente estereótipos negativos sobre mulheres, homossexuais, transexuais, bissexuais, lésbicas e intersexuais, faz diferença em como esses professores abordam e desconstróem esses discursos.

Assim os estudos de Gênero propiciam para o professor subsídio para a construção da cidadania no espaço escolar na medida em que compreende que as relações humanas são múltiplas gerando assim um ambiente de respeito e de acolhimento.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) tem a diversidade como princípio formador, o que pressupõe uma porta aberta para as discussões sobre as relações de gênero no âmbito escolar, levando em conta aspectos subjetivos, emocionais, afetivos de alunos, professores, gestores, enfim toda a comunidade escolar.

Portanto, a escola é um lugar plural onde podemos construir, desconstruir, repensar padrões e desnaturalizá-los, principalmente para criar um espaço de respeito ao outro e consequentemente cidadania, refletir a partir da perspectiva de gênero, no Ensino de História, se faz necessário, porque a escola não é um espaço neutro, pois vivemos em uma sociedade, levamos visões de mundo próprias para dentro da sala de aula e essas visões se transformam e nos transformam.

Referências

ABUD, Kátia Maria. *A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula*. In: Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas/ Ana Maria F. C. Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello, Marcelo de Souza Magalhães, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad x: FAPERJ, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em 17/11/2019.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. *Conexões entre os movimentos feminista e LGBT no Brasil*. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia nº1, jan/jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-18>>. Acesso em 17/11/ 2019.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação [*Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*] [S.I.]:[S.n.],2014. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/Proposta_Curricular_final.pdf>. Acesso em 17/11/2019.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2), p. 561-588, maio-agosto/2011. Disponível em:



<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200017/19408>>. Acesso em 17/11/2019.

The building of citizenship in history education from the gender perspective: revisiting the Santa Catarina curriculum proposal (PCSC 2014)

Abstract: This paper refers to an ongoing research and aims to investigate the relationship between History Teaching and Citizenship, from the perspective of gender in the classroom. The concept of citizenship that will be analyzed is the one defended in the Curricular Proposal of Santa Catarina (2014), understanding this document as one of the guiding supports for the actions of the teachers of History. Thus, the research aims to understand how teachers from the Santa Catarina state public network perceive and develop these issues in the gender classroom in their classroom, also investigating how much they know about legislation guaranteeing the right to diversity and difference in school. I also propose to understand how students perceive the gender issues in the school context in which they are inserted. Assuming that the school is a plural place where we can build, deconstruct rethinking patterns and denaturalize them, especially to create a space of respect for others and consequently citizenship, reflecting from the perspective of gender, in the teaching of history, is necessary, because School is not a neutral space, because we live in a society, we bring our own worldviews into the classroom and these visions transform and transform us.

Keywords: History Teaching. Gender. Citizenship.



ENTRE O DIVINO E O FEMININO: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE AIMEE SEMPLE MCPHERSON (1890-1944)

Joana Gondim Garcia Skrusinski¹

Resumo: Entendo que a participação das mulheres nos acontecimentos históricos, não se restringiu somente a vida doméstica, diferentemente, elas dispunham de funções distintas na sociedade, apesar de seu papel fundamentar-se em grande medida nas atividades domésticas voltadas ao desenvolvido da educação dos filhos (as) e em grande medida nas obrigações religiosas como aponta Habner, “o universo feminino era para ser doméstico. Mesmo as mulheres das classes privilegiadas não podiam entrar no mundo “masculino” da política. Apesar de algumas mulheres certamente exercerem, por baixo dos panos influência sobre os homens que ocupavam cargos de relevo [...]. (HABNER, 2013, p. 47-48). Essa prática diferenciada pode ser encontrada nas atividades da canadense Aimee Semple McPherson, que no final do século XIX projeta a International Church of the Foursquare Gospel² em Los Angeles, com capacidade para mais de cinco mil pessoas, viaja o mundo levando o que chamou de “Evangelho da Salvação” dirigindo³ um carro ou pronunciando seus sermões na “mais poderosa estação de rádio KFSC de propriedade da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular” (HANGEN, 2002, p. 57), justifica uma singularidade em seus discursos religiosos, um caminho para compreender historicamente a aproximação entre o feminino e o divino presente em seus sermões, poesias e músicas/hinos e que de certa forma pode nos conduzir para responder nossa hipótese de que Aimee se utilizava de uma prática educativa baseada em um “imaginário de salvação” para a educação de seus fiéis.

Nessa direção, o presente projeto ainda em construção, caminha na direção de apresentar a trajetória intelectual de Aimee Semple McPherson objetivando compreender seu papel como produtora e difusora de um ensino cristão a partir de seus discursos, durante seu percurso como evangelista que percorrem o período de 1880 até 1944.

Palavras-chave: Aimee Semple McPherson. Feminino. Intelectual. Protestantismo. Religião.

Nunca pensei que fosse tão difícil falar de nós mesmas, escancarar os nossos medos e fragilidades, mostrar os nossos limites e fraquezas, mas ao mesmo tempo, revelar nossa capacidade incontestável de superar barreiras, romper paradigmas e continuar fortes, guerreiras e imbatíveis. (KAINGANG, 2013, p. 410)

É com o depoimento de Azelene Kaingang que encontro nos agentes femininos a possibilidade de contar uma história que por vezes foi negligenciada pelos (as) historiadores (as), talvez por se tratar de supostos “limites de fraqueza” como descreveu a indígena ou, pela capacidade extravagante e um tanto quanto incomum de atuar em público como mostrou a canadense Aimee Semple McPherson (1890-1944) que proponho uma reflexão acerca das ações religiosas da mulher como prática educativa em que a partir da dialética da História é possível encontrar relações com o tempo, os indivíduos e a sociedade. Uma tomada de consciência da construção histórica como apontou Le Goff (2013) ou uma prática social como descreveu Certeau (1998) em que o historiador deve se ater aos fatos e produzir leituras sobre eles.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: joana.gondim.garcia@gmail.com.

² Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular.

³ Ver: https://resources.foursquare.org/on_the_road_with_aimee_semple_mcpherson_part_1/



E entendendo que falar de “história não é nada fácil” (LE GOFF, 2013, p. 21), talvez por não encontrar nela uma linguagem e estrutura comum, mas sim, particularidades que devem ser pontuadas e aprofundadas que ao pesquisar figuras emblemáticas como Aimee Semple McPherson incide em uma história passada que vai muito além de uma história narrada, heroicizada ou de projeção inconsciente. Busco ao pesquisar essa personagem, produzir um conhecimento histórico relacionado a outras disciplinas, mas que também possa ser de interesse das mulheres tanto quanto dos homens.

Compreender a trajetória intelectual de Aimee Semple McPherson objetivando compreender seu papel como produtora e difusora de um ensino cristão a partir de seus discursos durante seu percurso como evangelista que percorrem o período de 1980 até 1944 e nessa direção, buscar entender como as mulheres protestantes efetivavam suas ações educativas religiosas em períodos que o púlpito não era lugar para elas.

Para isso, cabe apresentar a personagem que fora registrada como “Aimee Elizabeth Kennedy em 9 de outubro de 1890 em Ingersoll, Ontário, Canadá”⁴ (McPHERSON, s/d, p. 609-610) recebe desde de muito cedo uma formação aos moldes cristão dada por seus pais, James e Minnie Kennedy. Seu envolvimento em atividades religiosas se deu principalmente por conta do pertencimento de sua mãe ao “Exército da Salvação”⁵, uma denominação cristã protestante⁶ que objetivava a manutenção da família através de seus programas, cursos, seminários e reforço escolar. O desejo em construir uma igreja que abrigasse um grande número de pessoas e a intenção de estar à frente do púlpito ou talvez, de ser tornar uma “mulher pública” (PERROT, 1998) com a direção dos sermões⁷ em resposta ao que classificava como sendo um “chamado” ou “convocação” para propagar a doutrina cristã a partir do novo testamento presente na Bíblia, deixa exposta sua disposição para a realização do trabalho religioso e o sonho de sair pelo mundo levando seus discursos evangelísticos sobre a volta de Jesus, experiências estas que estão relatadas no livro *This is That: The experiences sermons and writings of Aimee Semple McPherson*⁸.

Nesta direção, o espaço público não só para Aimee, mas para as mulheres nunca se mostrou como uma possibilidade, mas uma conquista a ser buscada por elas. As diferentes formas de participação das mulheres nesses espaços foram se consolidando, possibilitando a abertura e a construção da opinião pública. A mulher se apresentou ao longo da história se compondo e recompondo dentro de uma linha que separa o público e o privado, e os espaços deixados pelas guerras abriram brecha para sua atuação. No espaço do trabalho, a atuação da mulher não é novidade pois sempre esteve na ação, mas uma ação não remunerada, pois a dificuldade foi com relação ao salário, pois “as mulheres não podiam receber dinheiro” (PERROT, 1998, p. 99), visão modificada com o crescimento da industrialização em que a mão de obra feminina se fez necessária equiparada e

⁴ Livre tradução: “Aimee Elizabeth Kennedy on October 9, 1890, near Ingersoll, Ontario, Canada” (McPHERSON, s/d, p. 610).

⁵ Uma importante denominação cristã protestante de caridade no mundo, com data de fundação de 1865 por William Booth, um metodista. (Ver: Observatório transdisciplinar das religiões em Recife – http://www.unicap.br/observatorio2/?page_id=175)

⁶ Segundo Bisset (1971, p.9), o protestantismo se tornou uma oposição ao catolicismo, onde podemos acrescentar um caráter ou um “sabor de protesto” e/ou contestação em resposta as inquietações divinas.

⁷ Termo atribuído aos discursos pastorais.

⁸ Isso é o que é: As experiências, sermões e escritos de Aimee Semple McPherson. Livro que não traz a data de sua publicação, mas que remontam relatos entre os anos de 1915 a 1919.



imposta a figura dos subalternos⁹. Já na educação, o caráter religioso protestante que por vezes mostrou maior aceitação a participação e instrução das mulheres em países como a Inglaterra, deu abertura para exercerem o poder e se mostrar um pouco mais aberto nas igrejas luteranas e calvinistas que enxergavam na figura feminina uma espécie de “agentes secretos de transmissão religiosa” (PERROT, 1998, p. 110) por estabelecerem um papel educativo nos locais por onde circulavam, o que demonstra a importância delas para essas congregações nesses espaços de sociabilidade.

A figura pública que Aimee é observada no vídeo *Los Angeles Greets Aimee McPherson Aka Aimee Macpherson Sic (0)*¹⁰, em que uma multidão em Los Angeles aguarda os cumprimentos de Aimee na chegada de uma viagem. A mesma, se apresenta na parte de traz de um vagão muito bem trajada, recebe flores e com um ar muito amistoso acena ao público presente e se retira na sequência. Na observação do vídeo o perfil popular dessa personagem fica evidenciado pela postura, palavras proferidas ao público que a aguardava, bem como, o agito da multidão ao perceber sua presença. Entretanto, o que o vídeo não expõe são as dificuldades que muitas vezes era enfrentada pelas mulheres ao se tornarem *personas* públicas. No caso dessa personagem, os relatos de possíveis dificuldades estariam no fato de ter dois filhos e estar em seu segundo casamento. Dificuldades em conciliar as “funções maternas” e os ideais evangelistas¹¹, o que lhe acarretava atritos familiares principalmente com sua mãe que por vezes também eram expostos em manchetes dos jornais da época, como a encontrada no jornal *The Chicago Tribune and the Paris*: “Senhora McPherson agora tem ruptura com sua mãe”¹² (27 de julho de 1927, p. 9).

Apesar de toda essa postura pública de Aimee parecer surpreendente pelo período, outras mulheres à antecederam em ações religiosas muito parecidas como que ela desempenhou, mulheres como: Phoeber Palmer (1807-1874), Hannah Tatum Whitall Smith (1832-1911) Jennie Fowler Willing (1834-1916), Amanda Berry Smith (1837-1915). Talvez, a diferença a princípio seja pela magnitude dos projetos alcançados por Aimee (elaboração de uma denominação religiosa, construção de um prédio para os cultos religiosos, rádio cristã, revista de cunho religioso, viagens intercontinentais, entre outras).

Sem dúvidas, parece haver uma relação entre a imagem pública feminina à um “fortalecimento” do espaço da mulher e um “poder” alcançado por ela. Ainda que Michelle Perrot, diga que as mulheres não possuem poder, mas sim poderes que se destrincham no privado, familiar e também no social. Para ela, as mulheres são “forças civilizadoras” (2017, p. 178) já, para Mary Wollstonecraft, “agente moral” (2015, p. 78) reforçada na dimensão da vida privada, onde o matriarcado se encontra no centro do debate do século XIX nas fronteiras entre o público e o privado e ao papel da mulher está a piedade e a doçura, e no doméstico, estaria a esposa e mãe.

⁹ Ver: SPIVAK, Gayatri Charkravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa, André Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r4mY0XPZgAM>.

¹¹ Podemos chamar de objetivos de um/uma evangelista, uma pessoa designada a realizar atividades que anteriormente foram desenvolvidas por Jesus e que estão descritas no novo testamento. Destaca-se os: sermões ou pregações sobre o evangelho, uma espécie de convencimento a partir da Bíblia, orações, cura aos doentes, ajuda aos necessitados, entre outras atividades.

¹² “Mrs. McPherson now has rupture with her mother”.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

As mulheres do povo têm outros poderes, principalmente médicos, religiosos e mesmo culturais. Seu papel na primeira educação dos filhos, aí incluía a iniciação das letras, [...]. A mãe é o ponto geométrico desses cultos diversos que acabam por criar uma saturação insuportável, e alimentam o velho medo que os homens sentem das mulheres, e particularmente pela potência materna. (PERROT, 2017, p. 190)

Dentro do processo formativo religioso, modelos de uma pedagogia alternativa recebidas e também desenvolvidas por religiosas podem ser pensadas como práticas e representações que projetam um perfil feminino. Ao receber uma educação familiar, bem como uma educação escolar com raízes metodistas como foi o caso de Aimee, se projeta uma educação modelada ao imaginário do casamento, ao ensinamento do agradar, da polidez, elegância, ternura, fraqueza e a busca constante pela purificação. Pontos esses, que Mary Wollstonecraft (2015) aponta como próprio de uma natureza feminina educada a partir da doçura, mas que de certa forma destoam da reportagem destacada no trecho anterior por fugir do estereótipo religioso posto a figura de fala doce, santificada, casta e do lar.

Aimee optou por destoar, e assim, a possibilidade de se pensar em uma biografada que constrói e desconstrói sua imagem de ícone ao mesmo passo que “rompe com o relato clássico e consegue captar a persistência de um gesto [...], associar elementos que de início parecem discrepantes, juntando-os em fases muito diferentes de sua vida” (DOSSE, 2015, p. 319-320) se coloca dentro de um sentido muito sutil e perigoso do *Desafio Biográfico* como disse François Dosse.

Tarefa simples todos sabem que não é, até porque sua escrita remonta um domínio grande da língua inglesa, bem como, um conhecimento dos termos religiosos utilizado no protestantismo em que se deve extrair o verdadeiro sentido dado a cada palavra, cada gesto, imagem e compreender a linguagem própria e específica posta em cada contexto. Talvez essa seja realmente o grande desafio de se fazer história, entender como uma pessoa se apropriou de um pensamento e fez dele um projeto social/religioso/educativo é ir em busca de suas estratégias discursivas de quem escreveu a história, da formação, a historicidade ligada a intencionalidade política, a cultura própria de um tempo e espaço, pensando no presente a partir de documentos produzidos no passado, respondendo constantemente aos questionamentos: O que o (a) autor (a) pretendia dizer com dizer com essa palavra? Qual era o seu projeto e o que pretendia com ele? Quais os procedimentos mobilizados para essa escrita e quais seus efeitos?

Neste caminho analítico, refletir sobre os propósitos de um ensino baseado em uma doutrina protestante desenvolvida por uma mulher é consideravelmente importante, tendo em vista os escassos ou quase imperceptíveis números de trabalhos que envolvem a mulher e as práticas educativas religiosas. Fato esse muito estabelecido na História das Mulheres¹³, que encontram na religião um caminho de possibilidade para sua entrada na esfera pública. Essa presença feminina no campo religioso revela diferenciações sexuais e possibilita um entrecruzamento entre a figura feminina e as ações religiosas constituídas majoritariamente por homens nesses espaços. No contraponto, a visibilidade da mulher nos espaços públicos religiosos se dá muitas vezes por seu papel educativo o

¹³ Estabeleço aqui um lugar único e muito particular para a História das Mulheres, em que opto pelo destaque do termo. Segundo Perrot (2016), o advento desse termo se deu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos por volta dos anos de 1960 em que estavam imbricados os acontecimentos científicos, políticos e sociais.



que revela Elizete da Silva em seu artigo, *As mulheres protestantes*. A autora relata, que no século XVIII a instituição metodista tinha como objetivo “exercitar a disciplina cristã e a devoção de práticas religiosas sistemáticas, visando à santificação dos fiéis e o conhecimento bíblico estendido a camada de trabalhadores” (2017, p. 179), sua missão era alcançar os analfabetos que das classes populares da Inglaterra.

Portanto, a relação entre mulher e religião, privado e público permeará esse trabalho, pois a História das Mulheres comumente se entrelaçou com sua vida no lar, as obrigações religiosas, a sexualidade, os (des) amores e não menos importante, seus sentimentos e “o plano dos seus sonhos” (PERROT, 2017, p. 177). Assim, buscar as conexões estabelecidas entre a figura de uma intelectual feminina e as propostas educativas religiosas protestantes é de certa forma compreender como a igreja ou a religião foi de diferentes maneiras utilizada como uma chancela para a entrada das mulheres nos espaços públicos. E refletir sobre as ações educativas de Aimee Semple McPherson possibilitará compreender uma prática educativa a serviço da fé que até os dias de hoje modificam as culturas, moldam os corpos e as mentes promovendo modos de vidas muito particularizados.

Guacira Lopes Louro (2014) diz que os espaços escolares se utilizavam de símbolos e códigos (crucifixos, santas, etc.) para pontuar o que era possível, permitido ou não as crianças, para que desta forma pudessem produzir um sentido a esses sujeitos. “Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituam suas identidades ‘escolarizadas’”. (2014, p. 65)

E é nessa direção que trago um levantamento sobre a igreja projetada por Aimee, que alcançou o número superior a 68 mil instituições espalhadas por mais de 150 países¹⁴ e mais de 1.700 delas estão só nos Estados Unidos da América. A Angelus Temple em Los Angeles, criada em primeiro de janeiro de 1923¹⁵ (McPHERSON, s/d, 609-610) deu origem a International Church of the Foursquare Gospel¹⁶ e a proporção que essa denominação religiosa alcançou é de certa forma imprescindível para entender o projeto educativo efetivado a partir de uma mulher, atuação que até pouco tempo atrás era efetivamente masculinizada, mesmo ainda nos dias de hoje é muito comum em denominações religiosas como no caso da Igreja Universal do Reino de Deus e na Congregação Cristã não se ter mulheres dirigindo as pregações.

No caminho de tantas questões que essa pesquisa aponta, o encontro de uma verdade não é o foco, mas sim a proposição de conhecimentos históricos que responda aos questionamentos do presente a partir do olhar sobre Aimee Semple McPherson que teve sua trajetória permeada por uma educação cristã protestante e uma projeção diferenciada em sua “carreira religiosa” a partir das dos cultos em que mesclava música, dança e teatro, orações de “cura” e não menos importante, foi responsável pela criação de uma denominação religiosa e a construção de um templo religioso para

¹⁴ Dado encontrado no endereço <http://www.portalieqbrasil.com.br/materias/5> (em: 27/03/2019)

¹⁵ Em alguns documentos como o Modern Religio- Healing encontramos a data de fundação da igreja é de 1922 (PUTNAM, 1924, p. 160), assim como em Bezerra (2017, p. 26) e Cox (1969, p.13), mas o que ocorre com relação a esse conflito de datas é a partir da visão que Aimee teve do evangelho quadrangular no congresso em Oakland que ministrava (COX, 1969, p.13), por volta de julho de 1922. O que nos parece é que durante esse período foi destinado a organização do Angelus Templo para inaugurar no dia 1 de janeiro de 1923.

¹⁶ Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular.



mais de cinco mil pessoas com uma escola para pastores e uma estação de rádio, a KFSC, além de produzir diversos materiais impressos¹⁷. Remetendo há um apontamento de Certeau em que diz, que a história é uma fabricação do historiador, uma prática “moldada e esculpida” (2003, p. 170) requer um olhar atento e refinado para a análise das fontes como material específico de um campo, o conhecimento histórico estabelece um posicionamento e um ideal para a reflexão epistemológica e está sempre ligado a uma época. Dessa forma, não pode ser tratado como um conhecimento único, mas

uma série de posições sucessivamente ocupadas [...], um certo estado do espaço de possíveis, em função da posição mais ou menos singular que ocupa, e que ele avalia diferentemente conforme as disposições que deve a sua origem social, [...] posições e disposições nas quais essa constatação se apoia, direi apenas que se nota uma correspondência extraordinária entre a hierarquia de posições (a do gênero, e no seu interior, a de maneiras) e a hierarquia das origens sociais, logo, de disposições associadas. (BOURDIEU, 1996, p. 73-74)

A condição histórica que possibilitará compreender a partir da trajetória de Aimee Semple McPherson, como mulheres protestantes efetivavam suas ações educativas religiosas, requer uma análise da evolução de seu percurso dentro do campo, entendendo as relações estabelecidas com ele e que por vezes se conecta com outros agentes sociais que pressupõe um “capital herdado e *habitus* ligado ao social” (BRITO, 2017, p.355) que está atrelado a constituição do indivíduo.

Como apontado anteriormente, o conhecimento histórico não oferece uma única verdade, mas disponibiliza um olhar diferenciado sobre o objeto a partir dos questionamentos dirigidos a ele/ela e as suas fontes. Desta forma, será possível um “descortinar” de uma pequena parte da história em busca de caminhos possíveis, proposições, diálogos e “flagrantes” como coloca Farge (2009). Nesta direção, a proposta dessa pesquisa reside tão somente na interpretação das ações educativas da personagem, de forma complementar, pretende identificar como circulava o conhecimento religioso produzido por ela em busca traçar a formação de suas redes de sociabilidade, compreender a dinâmica de projeção e circulação nos espaços em que se configuravam essas relações e discutir as práticas e representações impostas no papel educativo/formativo da mulher no campo religioso protestante, bem como, trazer as possíveis conexões com outras agentes de transmissão de cultura.

Ainda no caminho e na busca por compreender as práticas e representações impostas ao papel educativo da mulher no campo religioso protestante, Chartier coloca que a perspectiva da História Cultural centrada nas práticas culturais como produções de significados estabelece um “pensar de outro modo a leitura das sociedades, esforçando-se por penetrar no labirinto das tensões que as constituem a partir do ponto de vista particular, a trajetória de uma vida, ou de um grupo específico” (2002, p.77) estabelecendo uma compreensão profunda sobre as correlações, articulações, expressões repetidas e/ou indicações de distribuição de uma prática que produz significados.

Outro ponto a ser analisado, é com relação a utilização dos espaços religiosos para a formação de redes de sociabilidades em que se faz necessário construir as formações, entender as dinâmicas de projeção e de circulação de Aimee nos espaços religiosos em que construiu redes de relacionamento, laços de amizade e adquiriu conhecimento. Por conseguinte, Jean-François Sirinelli (2003) nos

¹⁷ Ver tabela 7 em anexo.



ajudará com o conceito de redes de sociabilidade, compreendido como uma relação constituinte de laços ideológicos ou afetivos de grupos, sejam eles constituintes de intelectuais ou pessoas que estão envolvidas no processo de projeção e afirmação do (a) personagem. Esse conceito, é indispensável para pensar as conexões estabelecidas por Aimee Semple McPherson ao longo de sua trajetória como religiosa e as interações com os grupos sociais para quem se dirige.

Desta forma, problematizando e articulando com as fontes, o trabalho realizado pelo (a) historiado (ra) “serve como um observatório social” (FARGE, 2009, p. 91) para a reconstrução dos acontecimentos obscurecidos em que as fontes utilizadas para essa análise serão todas de autoria de Aimee Semple McPherson, uma delas é o livro *Foursquare hymnal* 4¹⁸ (s/d), uma produção musical que privilegiou diferentes compositores, mas, para a pesquisa será utilizada somente as músicas de sua autoria. Outro documento é o livro *The iron furnace*¹⁹ (s/d), uma ópera e o livro *Divine Healing Sermons*²⁰ (s/d), outros materiais biográficos materiais impressos na língua inglesa e que não possuem tradução para o português. Os materiais encontrados nos periódicos²¹ entre os anos de 1926 a 1937, outros materiais diversificados como fotos, revistas, vídeos, jornais e livros

Com toda essa diversidade de fontes, faz-se necessário primeiramente realizar uma seleção e ordenação desses materiais como a disposta nos anexos para que se possa perceber as estruturas entre eles, pois “o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e ação posto em pedaços” (FARGE, 2011, p. 71). Assim, construir uma ponte entre o objeto de estudo e o campo da História da Educação no qual esta pesquisa se insere, entendendo que o papel do (a) historiador (a) é de produzir conhecimentos a partir de uma memória, uma representação do passado em que é reconhecido o ficcional e ao mesmo tempo o real na confrontação desses materiais, lança uma inquietação que acredito que somente ao final dessa pesquisa poderá ser finalizada completamente: Qual (quais) seria (m) a (s) contribuição (ões) da análise das ações religiosas protestantes de Aimee Semple McPherson (discursos/sermões/hinos/músicas/óperas) para a História da Educação?

Para se alcançar a compreensão de um projeto educativo, suas intenções e sensações, não se pode desprender do Contextualismo Linguístico, da Ciência Política, Linguística e História do Pensamento ligado à Filosofia da linguagem como ferramenta de grande interesse de análise para o campo da História da Educação, como uma preocupação de buscar a força locucionária presente nos materiais produzidos por Aimee, ou seja, a intencionalidade da autora, trazendo as conexões argumentativas interpretativas, as razões e as interlocuções a partir da linguagem, apresentando a relação da frase posta em um contexto e a necessidade de recuperar a ideias do autor. Para refletir sobre isso, Pocock (2013) ajuda a entender os “jogos de linguagem”, o caráter locucionário e de descrição posto nos discursos performáticos ou não, que tem como base o convencimento em que os discursos educativos carregam um caráter performático que se mesclam ao político.

Segundo o autor, o historiador da linguagem política necessita descortinar uma linguagem própria, descobrir as questões latentes do texto entendendo que ele é uma produção, uma “criação e difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites

¹⁸ Hinário quadrangular impresso.

¹⁹ A fornalha de ferro.

²⁰ Sermões de cura divina.

²¹ Ver tabela disponibilizada em anexo separado.



intelectuais” (POCOCK, 2003). É nesse sentido, que deve ser tencionado os interesses articulados a esse discurso ao se tornar público²², conhecendo e entendendo o grupo de interlocutores, articuladores e quais os objetivos na produção e circulação desse discurso. Para tal, é necessário lançar mão de algumas questões para o aprofundar esse assunto: Que jogo está sendo praticado por Aimee? Qual o período está ocorrendo o jogo? Quem participou desse jogo junto com ela? Como se jogava ou como se fazia para jogar esse jogo? Qual o comportamento dos jogadores (as)? Qual a transformação na prática produzida pelos discursos de Aimee?

Nesta direção, a História dos Conceitos e a História dos Intelectuais estão extremamente interligados. A História dos Intelectuais é a própria história “encarnada” dos agentes sociais construída entre a intercessão do campo da Sociologia e da História. Por vezes, o conceito de intelectual se mostra naturalizado por conta de sua polissemia e plasticidade, mas ao se “investir na problematização das teorias sociais que abordam as práticas sociais dos intelectuais como problema de investigação” (VIEIRA, 2008) se tem um investimento no campo da História da Educação a partir de seu campo polissêmico para evitar a naturalização de determinados conceitos.

Contudo, o conceito de intelectual se apresenta dentro de uma disputa de poder que se alarga a partir de seu engajamento. A aproximação desse conceito as ações de Aimee Semple McPherson ficam mais afinadas aos estudos de Sowell (2011) que ajuda a perceber a relação do intelectual a suas ações no contexto político, econômico, educacional e nas relações sociais. Ao olhar para o intelectual pela via da disseminação de uma informação ou de um projeto de auto representação é positivada em defesa de sua condição das vozes autorizadas de sua vida pública, pois são formadores de opinião e se tornam “celebridades” (2011, p. 451). Por isso, apresentam uma “inclinação ou um talento” (2011, p. 455) para se tornar um intelectual público em defesa de si, com um discurso de autopromoção. Por esse ângulo, a utilização do conceito intelectual, seja ele orgânico como Gramsci (1997) coloca, produtor e mediador cultural como Bourdieu (2007) propõe, ou provocador de ideias como indicado por Sowell (2011), a utilização desse conceito incide sobre mensurar o impacto de suas ideias sobre o social, as consequências que o seu papel estabelece ou estabeleceu. Para muito além de entender quem é um (a) intelectual, é necessário pensar sobre sua contribuição e a produção de suas ideias, pensar em seus interesses e principalmente, no impacto social que suas ideias produziram.

Portanto, outro ponto importante a ser destacado, é com relação a hipótese dessa pesquisa que acredita que Aimee Semple McPherson se utilizava intelectualmente de uma prática educativa baseada em um “imaginário²³ de salvação” anteriormente apreendido por outras mulheres religiosas para a educação de seus fiéis²⁴. De forma um pouco mais ampliada e estruturada, a propagação de seu projeto se deu não só na construção de um templo religioso, mas de todo um projeto educativo denominacional fundamentado em códigos e símbolos próprios elaborados por ela, com características que objetivavam angariar “membros” ou “féis” e ao mesmo tempo, educar.

²² Para o autor, a “história é um tempo público” (2013, p. 127).

²³ Ver artigo: MIGUEL, Luiz Felipe. Em torno do mito político. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300005. (acesso em: 05/06/2019).

²⁴ Termo utilizado para o público ao qual ela direcionava suas palestras ou “sermos” como ela mesma denominava. É um termo bastante proferido no meio protestante.



Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BENCOSTA, Marcus Levy Albino. *“Ide por todo o mundo”*: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892. Campinas: FAPESP, 1996.
- BOISSET, Jean. *História do protestantismo*. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo; Difusão Européia de Livros, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: São Paulo, 1996.
- BRITTO, Angela Xavier de. Trajetória. In: Afrânio Mendes Catani [et al.] (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: autêntica, 2017, p. 354-356.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forence, 2017.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. Tradução Luzimara Curcino. São Paulo: UNESP, 2007.
- COX, Dr. Raymond L. *O evangelho quadrangular: A visão de Aimee Semple McPherson*. São Paulo: Quadrangular, s/d.
- DEL PRIORE, Mary. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia. In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola – CEDHAL – CEHILA, 1993. p. 171-189.
- FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- HABNER, June E. *Mulheres da elite*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 43-64.
- KAINGÁNG, Azelene. *Depoimento de uma militante*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 410-422.



LE GOFF, Jacques. *História e memória/Jacques Le Goff*: tradução Bernardo Leitão...[et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: RJ, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão Religiosa na Esfera Familiar*. Campinas: Ed. Autores Associados/ANPOCS, 1996.

McPHERSON, Aimee Semple. *Divine healing sermons (1890-1944)*: Scholar select (s/d).

McPHERSON, Aimee Semple. *Foursquare hymnal*: standard song of evangelismo. (s/d).

McPHERSON, Aimee Semple. *The Collected Sermon sand Writings of Aimee Semple McPherson*. V. 2. s/d.

McPHERSON, Aimee Semple. *The Collected Sermon sand Writings of Aimee Semple McPherson*. V. 3. s/d.

McPHERSON, Aimee Semple. *The Collected Sermon sand Writings of Aimee Semple McPherson*. V. 4. s/d.

McPHERSON, Aimee Semple. *The iron furnace*. (s/d).

McPHERSON, Aimee Semple. *A história de uma vida*. Tradução e adaptação de Nara Bopnilha S. de Nardo e Revisão de Márcia Helena A. Marques. New York, 1991.

McPHERSON, Aimee Semple. *The Collected Sermons and Writings of Aimee Semple McPherson*. V. 1. s/d.

McPHERSON, Aimee Semple; HARROLD, Douglas. *This Is that: Personal Experiences, Sermons and Writings of Aimee Semple McPherson*. Columbia, 2019.

PERROT, Michelle. *As mulheres, o poder e a história*. In: DEL PRIORE, Mary. Os excluídos da história: operárias, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz & Terra, 2017, p. 177-196.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução; Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2016.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz & Terra, 2017, p. 177-196.

REIS, José Carlos. *História e teoria; historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. FGV Editora, 2003, p. 147-177.



ROSA, Júlio o. *O evangelho quadrangular no Brasil: Fundação e expansão da cruzada nacional de evangelização*. Belo Horizonte: Betânia, 1977.

RÜSEN, Jörn. Tarefa e função da história. In: *Razão histórica – Teorias da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília; UnB, 2001, p. 25-51.

SILVA, Elizete. As mulheres protestantes; educação e sociabilidades. *Revista Brasileira de História da Educação*. ANPUH, ano VII, n. 21, p. 161-190, Jan/Abr 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-270.

SKINNER, Quentin. O significado e compreensão na história das ideias. In: DIFEL, Algés. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*. 2005, p. 81-126.

SOWELL, Thomas. *Os intelectuais e a sociedade*. São Paulo: É realizações, 2011.

SYNAN, Vinson. *Vozes do Pentecoste: Relatos de vidas tocadas pelo Espírito Santo*. São Paulo: Editora Vida, 2012.

VICENT, Gérard. Os Católicos: o imaginário e o pecado. In: *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*. Tradução de Denise Bottamann; Dorothee de Brunchard. São Paulo: Companhia das Letras, v.5, 2009, p. 366-397.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 8, n. 16, jan./abr., 2008, p. 63-85. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres: O primeiro grito feminista*. Tradução Andreia Reis do Carmo. São Paulo: 2015.

Between the Divine and the female: Aimee Semple McPherson's intellectual path (1890-1944)

Abstract: I understand that the participation of women in historical events was not restricted to domestic life; on the contrary, they had different functions in society, although their role was based to a large extent on domestic activities aimed at the development of child rearing.) and to a large extent in religious obligations as Habner points out, “the female universe was to be domestic. Even women of the privileged classes could not enter the “masculine” world of politics. Although some women undoubtedly exert influence, underneath the cloth, on men who held high positions [...]. (HABNER, 2013, p.47-48). This distinctive practice can be found in the activities of Canadian Aimee Semple McPherson, who in the late nineteenth century designs the International Church of the Foursquare Gospel in Los Angeles, which seats over 5,000 people, travels the world carrying what she called “Gospel of Salvation “driving a car or delivering his sermons on” the most powerful KFSC radio station owned by the International Church of the Foursquare Gospel “(HANGEN, 2002, p. 57) justifies a uniqueness in his religious discourses, a way to understand historically the rapprochement between the feminine and the divine present in his sermons, poetry and songs / hymns and that in



some ways may lead us to answer our hypothesis that Aimee used an educational practice based on an “imaginary of salvation” for the education of their faithful.

In this direction, the present project, still under construction, goes towards presenting the intellectual trajectory of Aimee Semple McPherson aiming to understand her role as a producer and diffuser of a Christian teaching from her discourses, during her journey as an evangelist who go through the period. 1980 to 1944.

Keywords: Aimee Semple McPherson. Feminine. Intellectual. Protestantism. Religion.



PARA ALÉM DA COLONIALIDADE ACADÊMICA: RELAÇÕES UNIVERSIDADE-SOCIEDADE E O ATIVISMO INTELECTUAL DE DJAMILA RIBEIRO

Jocieli Decol¹

Resumo: É preciso transcender o ambiente engessado da academia e olhar para novas formas de compreender os distintos conhecimentos e as relações que podemos estabelecer entre eles. Percebemos na trajetória da ativista intelectual Djamila Ribeiro a tentativa de aproximação entre reflexões teóricas e a realidade de grupos marginalizados. Assim, através de publicações acessíveis e debate pelas redes sociais, a autora tem contribuído para a decolonização do conhecimento e a ascensão de epistemologias silenciadas, além de provocar reflexões acerca da distante relação entre academia e sociedade no Brasil. Para compreender essa dinâmica, a pergunta que guiará a pesquisa é “como o ativismo intelectual de Djamila Ribeiro tensiona as relações entre universidade e sociedade no Brasil?”. O estudo é dividido em três seções. Na primeira seção, apresentamos como a epistemologia dominante ocidental se constrói sob um pensamento abissal, o qual sufoca diferentes saberes causando o epistemicídio. Na segunda seção, analisamos o caráter produtivista das universidades, que visualiza o conhecimento como mercadoria, levando ao adoecimento do espaço acadêmico e ao afastamento da universidade da realidade social da maioria da população. Na terceira seção, apontamos o ativismo intelectual de Djamila Ribeiro como um exemplo de transgressão da lógica produtivista acadêmica através da aplicação empírica do conceito de práxis de Paulo Freire.

Palavras-chave: Universidade. Colonialidade. Epistemicídio. Feminismo negro. Djamila Ribeiro.

Introdução

Um dos principais objetivos das epistemologias do Sul é denunciar o eurocentrismo e o epistemicídio que vem sendo causado pela ideia ocidental dominante de ciência. Através dessa denúncia e do reconhecimento de epistemologias distintas das de matriz ocidental, podemos então legitimar aqueles (as) que sempre estiveram “do outro lado da linha” (DE SOUZA SANTOS, 2009). Por meio de um olhar centrado nesse objetivo, a proposta deste trabalho é analisar as relações entre sociedade-universidade, visando projetar possíveis caminhos para transcendermos o ambiente engessado que compõe grande parte da academia brasileira rumo a uma interação mais enriquecedora com a sociedade e a pluralização de saberes. O ambiente acadêmico (instituições públicas ou privadas, destinadas, essencialmente à produção científica) pressionado pela globalização neoliberal tende a tratar o conhecimento como mercadoria, além de não estabelecer diálogo com outras formas de saber que ultrapassam os muros acadêmicos, ‘encastelando-se’. A lógica produtivista baseada na extensão do lattes dos(as) pesquisadores brasileiros tem levado ao adoecimento dos que se mantêm nesse ambiente, e vem abrindo espaço para críticas a ideia que construímos de ciência e universidade. É preciso transcender o ambiente engessado da academia e olhar para novas formas de compreender os distintos conhecimentos e as relações que podemos estabelecer entre eles. Percebemos, na

¹ Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Epistemologias do Sul pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui interesse nas áreas de: Epistemologias Feministas, Gênero e Movimentos Feministas, Pós-Colonialismo, decolonialidade, Epistemologias do Sul e Educação. E-mail: jocidecol08@gmail.com.



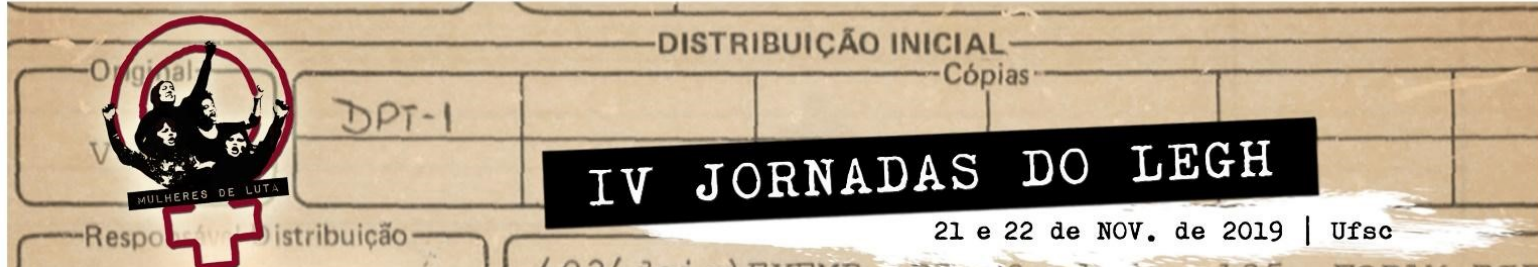
trajetória da ativista intelectual Djamila Ribeiro a tentativa de aproximação entre reflexões teóricas e a realidade de grupos marginalizados. Por meio de publicações acessíveis ao público em geral, com uma linguagem clara e simples, Djamila trata de temas urgentes à realidade brasileira, como o racismo, machismo e a interconexão entre ambos exposta pelo feminismo negro. Estabelecendo uma ponte entre militância e academia e com grande atuação na internet, a autora tem contribuído para a decolonização do conhecimento e a ascensão de epistemologias silenciadas. Além de provocar reflexões acerca da distante relação entre academia e sociedade no Brasil.

Para compreender essa dinâmica, a pergunta que guiará a pesquisa é “Como o ativismo intelectual de Djamila Ribeiro tensiona as relações entre universidade e sociedade no Brasil?”. O estudo é dividido em três seções. Na primeira seção, apresentamos como a epistemologia dominante ocidental se constrói sob um pensamento abissal, o qual sufoca diferentes saberes causando o epistemicídio. Na segunda seção, analisamos o caráter produtivista das universidades, que visualiza o conhecimento como mercadoria, levando ao adoecimento do espaço acadêmico e a uma relação de afastamento da universidade-sociedade. Na terceira seção, apontamos o ativismo intelectual de Djamila Ribeiro como um exemplo de transgressão da lógica produtivista acadêmica através da aplicação empírica do conceito de práxis de Paulo Freire.

“Do outro lado da linha” também há saberes: expandindo nossa compreensão sobre conhecimento

Todas as práticas sociais produzem e reproduzem conhecimento e, assim, constroem-se epistemologias, ou seja, as noções sobre as condições e a validade do que é produzido como conhecimento (DE SOUZA SANTOS; MENEZES, 2009). É por meio do conhecimento que a sociedade se estrutura, se transforma, evolui. No entanto, através da supressão e silenciamento de formas de saber que não se encaixam no padrão epistemológico hegemônico, se estabelecem hierarquias, injustiças e exploração. Segundo Boaventura de Souza Santos (2009), o pensamento moderno ocidental se caracteriza como sendo um pensamento abissal, ou seja, um sistema que divide o mundo entre os saberes visíveis, que estão “deste lado da linha” e os invisíveis, que estão “do outro lado da linha”. O principal aspecto deste sistema é a impossibilidade dos dois lados da linha estarem no mesmo espaço. Isso ocorre, pois “o universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (DE SOUZA SANTOS, 2009, p. 23). Essa arquitetura abissal provoca, o ‘epistemicídio’, ou seja, o extermínio de saberes locais que não se encaixam no padrão ocidental dominante, o qual, em busca da consolidação de seu poder mundial, subalterniza, desqualifica e suprime o diferente sob o pretexto de uma “missão civilizatória” (DE SOUZA SANTOS, 1995; 2009). Sueli Carneiro incorpora ao conceito de Epistemicídio de Boaventura a questão da racialidade². Para a autora, o epistemicídio é mais do que a subjugação e o apagamento dos saberes

² “Da análise das conseqüências da operação dessas duas tecnologias de poder [*dispositivo e Biopoder, de Foucault*] emerge o que denominamos dispositivo de racialidade/biopoder, que busca sintetizar tanto os procedimentos disciplinares do dispositivo que sujeitam as racialidades, quanto os processos de vitalismo e morte, nos quais as racialidades se encontram inseridas. Do interior dessa unidade analítica conformada pelo dispositivo de racialidade/biopoder, destacamos o epistemicídio [...] que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder.” (p. 10)



de povos subalternizados, é “um processo persistente de produção da indigência cultural” desses povos. Esse processo ocorre:

pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Segundo a autora, tal contexto favorece mecanismos de manutenção de privilégios e hierarquias e promove a internalização de noções de inferioridade e superioridade, que contribuem para a reprodução do racismo na sociedade brasileira. Sueli Carneiro nomeia esta configuração de Dispositivo Racialidade/Biopoder, no qual o epistemicídio é elemento constitutivo, constituindo “um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações” (p. 97). Assim, a noção de superioridade ocidental imposta pelo colonialismo tem classificado outros conhecimentos e pessoas como inferiores, e por meio desse processo o racismo se estabelece “como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (GONZALEZ, 1988, p. 71).

O epistemicídio, como nos falam Boaventura e Sueli Carneiro, está estreitamente ligado a mais uma das facetas do colonialismo: a colonialidade do saber. A ciência se constrói enquanto campo detentor de maior autoridade cognitiva, por meio do silenciamento de muitas outras formas de saber, que colocadas “do outro lado da linha” passaram a ser deslegitimadas e subalternizadas. O processo de colonização dos povos “bárbaros” e “selvagens” se estrutura pela instauração de um colonialismo também epistemológico, que perdura até a atualidade. Através da consolidação do colonialismo epistemológico, apenas o que se produz no “mundo civilizado” é visto como válido, como conhecimento de fato, enquanto as produções dos demais cantos do mundo passaram então a ser taxadas de mitos, ideologias, crenças (são selvagens, não é mesmo?). Deste modo, além da profunda herança de desigualdade deixada pelo colonialismo, “há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (LANDER, 2005, p. 3). Para romper com essa realidade surge o movimento epistemologias do Sul, trazendo reflexões sobre como entendemos, construímos e avaliamos o saber, ou melhor, os saberes, chamando atenção para a riqueza dos conhecimentos “do outro lado da linha”, os conhecimentos periféricos, subalternizados.

O enquadramento a “este lado da linha” limita possibilidades, criações, interpretações de mundo, sufoca subjetividades, e assim, impede a construção de alternativas mais eficazes para a solução dos nossos problemas diários enquanto humanidade. A percepção da realidade e a configuração de conhecimento de pessoas da periferia são interpretadas pela maioria dos cientistas de uma maneira equivocada (VALLA, 1996), uma vez que, o analisam a partir dessa ótica abissal de enquadramento e não da diversidade, assim, a riqueza e a singularidade dessas construções são



descartadas ao invés de compreendidas. A validação desses conhecimentos pode contribuir para o melhoramento das condições sociais da população periférica, uma vez que é uma construção a partir daqueles (as) que vivenciam essa realidade. O primeiro passo necessário para rompermos com essa lógica abissal, é o entendimento de que não existe uma única e exclusiva forma de saber, cada sociedade interpreta, constrói e avalia de uma maneira o conhecimento. Devemos, portanto, compreender cada um a partir do seu espaço/local de construção. Quando reconhecemos a incompletude do conhecimento que construímos e a riqueza do compartilhamento de saberes estaremos construindo pontes para um futuro menos injusto e mais inclusivo.

O adoecimento da universidade brasileira: colonialidade acadêmica, lógica produtivista e afastamento da realidade social

O lugar mais privilegiado para a construção e validação do conhecimento é a academia, ou seja, instituições públicas ou privadas, destinadas, essencialmente à produção científica. Nesse ambiente estruturou-se uma maneira de pensar e ensinar em que muitas vezes o conhecimento é tratado como mercadoria, a qual mantém-se nas mãos das classes mais abastadas (que mais facilmente acessam esses espaços) e dificilmente chega às populações periféricas. Segundo Boaventura de Souza Santos (2004), o conhecimento produzido no âmbito das universidades caracterizou-se, ao longo do século XX, como um saber disciplinar e distanciado das dinâmicas sociais que impactam a vida da maioria das pessoas. Essa descontextualização afasta a universidade da população, abrindo espaço para críticas e o questionamento de sua hegemonia. Já no século XXI, ressalta o autor, vem ocorrendo um processo de globalização neoliberal nesse setor. Ou seja, há uma valorização do capitalismo educacional, em que articula-se uma pressão pelo desinvestimento na educação pública em detrimento da mercantilização/privatização das universidades. Essa pressão pela privatização e pelo produtivismo “visa reduzir a responsabilidade social da universidade à sua capacidade de produzir conhecimento economicamente útil” (p. 31), provocando o esvaziamento de seus objetivos de cunho humanista e cultural, direcionando-as, essencialmente, aos interesses do mercado (DE SOUZA SANTOS, 2004).

Essa conjuntura favorece a manutenção de um colonialismo acadêmico, ou seja, a reprodução de conhecimentos advindos do centro hegemônico, deslocado de nossas plurais realidades enquanto localidades periféricas. Estes conhecimentos, por sua vez, são majoritariamente construídos por homens brancos, heterossexuais e de classe alta, o que reflete o poder patriarcal que percorre e sustenta a noção hegemônica de ciência e universidade e exclui a validade de saberes que não se adequam a sua noção de legitimidade. O racismo e a colonialidade são latentes no ambiente acadêmico, e uma ao passo em que se nega “outros epistêmicos, nega-se-lhes espaço para que tomem consciência de si, para resistência, para suas próprias subjetividades, acionalidades, emocionalidades e reatividades – para suas ontologias libertárias” (FERNANDES et al, 2017, p. 6).

No ambiente acadêmico brasileiro presenciamos a valorização do produtivismo em detrimento da interação e aplicação social do que ali se constrói. Esse contexto estabelece um ambiente de alta competição por publicações em revistas conceituadas e preenchimento do lattes³. O conceito de

³ O Curriculum Lattes é considerado um padrão nacional no registro do percurso acadêmico de estudantes e pesquisadores/as do Brasil. Atualmente é adotado pela maioria das universidades e instituições de pesquisa do país.



produtivismo diz respeito a uma “doutrina que considera a produção máxima o fim único da evolução social” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2014). No contexto universitário define-se pela “forma de avaliação centrada na quantidade pura e simples de produções/publicações, em geral pouco lidas ou que não têm maior importância científica, e que serve de parâmetro básico para as mais diversas formas de progressão na carreira acadêmica” (XAVIER;GODOI, 2012, p. 456). Esse ambiente em que muito se produz, mas pouco do que é produzido possui realmente um valor social aplicável gera o que Eunice Trein e José Rodrigues chamam de o ‘Mal estar na academia’, que

é resultado de dois movimentos opostos e, nesse sentido, inconciliáveis. De um lado, o desejo de produzir um conhecimento vivo, consistente e transformador da realidade, um conhecimento que necessariamente seria desvelador das relações estabelecidas e, portanto, transformador e até mesmo subversivo. De outro lado, a busca pelo reconhecimento da sociedade (burguesa), da comunidade científica, inclusive das entidades estatais de fomento à pesquisa, nos conduz a práticas cada vez mais condizentes, conformados às formas, aos objetivos e às finalidades postos pela força social hegemônica. (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 787).

Esse ambiente de mal estar traz “a produtividade, a competência, a autonomia, a competitividade como palavras de ordem no mercado de saberes, gerando isolamento, fragmentação e tédio no cotidiano das práticas acadêmicas” (DA ROCHA;ROCHA, 2004, p. 13). A constante pressão por resultados e a individualização cada vez maior das atividades de pesquisa têm provocado o adoecimento dos/as pesquisadores/as, uma vez que suas rotinas se resumem à busca constante por acumular artigos e publicações, orientar cada vez mais alunos/as, ser citado/a em outras pesquisas, etc. esvaziando o próprio sentido da produção do conhecimento (DA ROCHA; ROCHA, 2004). Segunda a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2018) há uma crise acadêmica global, que tem se intensificado no século XXI, no qual “o neoliberalismo e suas crises exacerbam os problemas de um campo historicamente peculiar”(PINHEIRO-MACHADO, 2018). Os dados apresentados pela autora apontam que cerca de metade dos/das estudantes de pós-graduação no Brasil e no mundo apresentam algum sintoma de sofrimento mental, como stress, ansiedade e depressão. Entre as variáveis que conduzem à esse contexto estão o aumento da carga de trabalho ao passo em que diminuem as oportunidades e também o imaginário de um ambiente acadêmico glamuroso e flexível que contrasta com uma realidade precária (PINHEIRO-MACHADO, 2018).

A realidade descrita nos parágrafos acima é cada vez mais gritante, o que nos faz refletir sobre a necessidade de transformarmos o ambiente acadêmico no Brasil e sua relação com a sociedade. Para isso, é preciso por fim no histórico de exclusão de grupos e saberes marginalizados nesse espaço e promover maior interação entre ciência e sociedade, desenvolvendo, para tanto, uma “reforma criativa, democrática e emancipatória da universidade pública” (DE SOUZA SANTOS, 2004, p. 38). Um passo necessário para isso foi o estabelecimento das ações afirmativas no Brasil, em particular a Lei de Cotas do ensino superior nº 12.711, sancionada em 2012⁴, a qual tem possibilitado a inclusão

⁴ A lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Em seu artigo terceiro, estabelece que: “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Um passo pequeno, mas



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

de grupos historicamente excluídos do ambiente acadêmico brasileiro, suscitando a democratização desse espaço. Segundo Nilma Gomes (2019)⁵, tais avanços têm re-educado a universidade pública frente às questões raciais que estruturam o país e proporcionado a experiência mais radical neste ambiente nos últimos anos. Para além das ações afirmativas, precisamos também incorporar e validar conhecimentos que circulam fora dos muros das universidades, e assim, redefinir também o próprio papel desta instituição frente a resolução de problemas sociais (DE SOUZA SANTOS, 2004), democratizando e complexificando suas produções e relações em conjunto com a população. Esta tarefa nos faz lembrar do conceito de práxis trabalhado por Paulo Freire e do quão urgente torna-se seu resgate e sua efetiva aplicação.

Através dos escritos de Paulo Freire podemos compreender a práxis como a interconexão entre teorias construídas por meio da abstração intelectual e sua aplicação prática, na realidade social. A práxis constitui-se, portanto, como a combinação entre a reflexão (teoria) e a ação (prática), que juntas levariam à transformação social (FREIRE, 1987). Nas palavras de Freire, a práxis é uma “teoria do fazer”, a qual consiste de reflexões e atitudes voltadas para a transformação do mundo (FREIRE, 1987). Um exemplo de práxis que pretendemos ressaltar nesse estudo é o ativismo da intelectual brasileira Djamila Ribeiro. Djamila tem conseguido ser uma ponte de contato e trocas entre o conhecimento construído na academia e aqueles produzidos fora dela, em movimentos sociais, vivências, lutas. Sendo assim, ultrapassa a barreira do engessamento acadêmico e da “ditadura lattes” e promove a interação de diferentes saberes, ressaltando a importância da aplicação social do que se constrói nas universidades. Através do seu ativismo intelectual tem colocado em ação o conceito de práxis elaborado por Freire, ou seja, a promoção da reflexão em conjunto com a ação, a interconexão entre teorias, construídas por meio da abstração intelectual, e sua aplicação prática, na realidade social. É a singularidade de Djamila Ribeiro enquanto ativista intelectual que procuramos abordar na próxima sessão.

O ativismo intelectual de Djamila Ribeiro e a urgência do feminismo negro

Djamila Taís Ribeiro dos Santos nasceu em São Paulo no ano de 1980, teve seu primeiro contato com a militância ainda quando criança, devido à influência de seu pai, um militante da causa comunista. Inclusive, o nome da autora, que significa beleza em swahili (língua africana) foi escolhida por ele. Aos 19 anos, Djamila entra em contato com o movimento feminista por meio da ONG Casa da Cultura da Mulher Negra, e a partir de então tem se dedicado a estudar e compartilhar conhecimentos, principalmente sobre feminismo, feminismo negro, racismo, e a intersecção entre gênero, raça e classe. Em sua trajetória acadêmica graduou-se em filosofia e possui mestrado em filosofia política, no entanto, seu reconhecimento surge especialmente devido à sua atuação fora das universidades. Foi através da internet, redes sociais e blogs que a autora passou a expressar suas ideias levando milhares de pessoas a refletir sobre as estruturas sociais que constroem a vida das

necessário frente à profunda desigualdade racial que estrutura a sociedade brasileira. Mais informações disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html>

⁵ Informação verbal. Nota extraída da aula magna intitulada “O papel da Universidade na superação do racismo” proferida por Nilma Gomes na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 5 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/nilma-lino-gomes-e-o-papel-da-universidade-na-superacao-do-racismo/>



mulheres, sobretudo das mulheres negras e pobres. Djamila escreve para a Carta Capital, a Revista Azmina, o Blogueiras Negras e mais recentemente para a Folha de São Paulo e possui constante atuação nas redes sociais e também fora delas. Djamila (2016) ressaltava a importância da internet e das redes sociais como um espaço em que as mulheres negras podem existir, compartilhar conhecimentos e articular lutas. Deste modo, por meio de uma linguagem acessível e sem o uso de “academicismos”, a “militante do feminismo negro, tornou-se a principal voz do movimento na televisão, nas universidades e, principalmente, nas redes sociais” (GELEDÉS, 2017). Segundo Djamila (2016), é através de espaços como a internet que discussões importantes como a questão do racismo chegam a pessoas em que por outro meio não chegariam. A própria Djamila argumenta que muitos dos textos que compõem suas pesquisas ela os encontrou através de grupos de discussão nas redes sociais, e que essa interação é extremamente relevante para a expansão do debate e da mobilização sobre assuntos de grande relevância social como o feminismo, por exemplo (RIBEIRO, 2016).

Dentre os principais trabalhos de Djamila foi a organização da coleção “Feminismos Plurais” e a publicação do livro “Quem tem medo do feminismo negro?”. A coleção “Feminismos Plurais” apresenta uma compilação de estudos de mulheres negras e indígenas e homens negros de diversos cantos do Brasil. Essas/es autoras/es escrevem acerca da diversidade de perspectivas que compõem os feminismos, enfatizando a agência de grupos historicamente subalternizados com o intuito de romper com a narrativa dominante. A coleção objetiva “trazer ao grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível” (RIBEIRO, 2017, p. 13). Sua obra para a coleção, intitulada “O que é lugar de fala?”, aborda principalmente a urgência de estudarmos o feminismo negro e ouvirmos o que essas vozes constantemente silenciadas têm a nos dizer e nos ensinar, ressaltando as implicações do lugar de fala de cada um (a) de nós. Djamila enfatiza, em um primeiro momento, como as produções de muitas feministas negras unem avanço intelectual e prática política, ou seja, além de pensarem teoricamente também são militantes, contribuindo duplamente para a mudança social. Na busca pela decolonização do conhecimento, Djamila apresenta ideias de várias autoras que lutam pela igualdade de gênero e pelo fim do racismo e demais estruturas opressoras de nossa sociedade. Dentre elas estão Sojourner Truth, bell hooks, Audre Lorde, Giovana Xavier, Lélia Gonzalez, Linda Alcoff, entre outras, que “mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistência” (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Djamila, assim como muitas das autoras citadas, critica o universalismo por vezes pretendido pelo movimento feminista hegemônico, o qual invisibiliza e exclui muitas vozes e resistências que não seguem o padrão branco/hétero/de classe alta/ocidental. As realidades distintas como as que vivem mulheres negras e periféricas têm sido marginalizadas dentro do próprio movimento feminista no decorrer da história e ao mesmo não são contempladas dentro da lógica masculinista que prevalece no movimento negro. As feministas negras, pontua Djamila Ribeiro, “surgem para fazer essa crítica também a esses movimentos e perceber que nós, mulheres e negras, não podemos escolher contra qual opressão lutar (RIBEIRO, 2016, entrevista à TV Brasil).

Sem levar em consideração fatores como classe social, sexualidade, raça, entre outros, o feminismo hegemônico/ocidental não é capaz de compreender a realidade das mulheres que não se encaixam no padrão dominante. Assim, as mulheres periféricas, mulheres negras, indígenas, entre



outras, são marginalizadas dentro do próprio movimento. bell hooks (2015) enfatiza que “o racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais” (hooks, 2015, p. 195) e que “a recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e às atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe” (hooks, 2015, p. 195). Esse contexto excludente grita no simbólico discurso de Sojourner Truth, de 1851, em que ela pergunta “e não sou eu uma mulher?”:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Em resposta a essa estrutura opressora, se articula o feminismo negro, o qual procura trazer ao protagonismo àquelas historicamente silenciadas: as mulheres negras, “não somente em termos de produção e análise, mas no sentido de privilegiar o lugar que a mulher negra ocupa na estrutura social” (RIBEIRO, 2014). Para isso, uma das principais reflexões do movimento se constrói em torno do conceito de interseccionalidade. O termo, desenvolvido inicialmente por Kimberlé Crenshaw chama atenção para as múltiplas opressões que certos grupos sofrem, ou seja

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sobre o conceito de lugar de fala, que dá nome ao livro de Djamila, a autora ressalta que não há um consentimento sobre como surgiu esse termo ou quem o criou, mas acredita-se que tenha surgido a partir das discussões da teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*), teoria racial crítica e estudos sobre diversidade e decolonialidade. Djamila enfatiza que é preciso demarcar o lugar de fala para “entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 60). Pensar no lugar de fala, portanto, é entender que a posição que ocupamos na sociedade faz com que tenhamos experiências e perspectivas distintas. Deste modo, não há espaço para um discurso universal, precisamos promover “a multiplicidade de vozes” para “quebrar com o discurso autorizado e único” (ibidem). É necessário ouvir as vozes daqueles historicamente oprimidos, pois estes, “além de serem discursos contra hegemônicos importantes, são



lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (ibidem, p. 75). Na medida em que reconhecemos nosso lugar de fala, ou seja, que entendemos que nossa condição social, nossa raça, nosso gênero e outras identidades que nos formam enquanto sujeitos interferem em como enxergamos a realidade e como a sociedade nos vê, compreendemos que existem falas privilegiadas (homens, brancos, heteronormativos, ricos) e outras marginalizadas (mulheres, negras, pobres) e que precisamos romper com essa narrativa opressora.

Considerações finais

Para a construção de uma relação mais próxima e entre sociedade-universidade precisamos transcender a colonialidade acadêmica e seu engessamento, repensar nossa noção de ciência eurocentrada, branca e patriarcal e assim, legitimar saberes outros, periféricos, locais, possibilitando novos diálogos, alternativas, pontes para um horizonte mais plural e democrático. Nesse sentido, a práxis freiriana faz-se urgente, não apenas como objeto de estudo, mas como ferramenta empírica com potencial transformador. O ativismo intelectual de Djamila Ribeiro foi demonstrado como exemplo de utilização desta ferramenta. Em um ambiente em que o reconhecimento intelectual advém de publicações em revistas internacionais conceituadas e a obtenção de um lattes extenso, em sentido oposto, Djamila faz questão de estreitar os laços e o diálogo com a população, tornando-se um exemplo da transcendência do ambiente acadêmico e do que chamo aqui de ativismo intelectual, que consiste em ações geradas a partir da pesquisa e construídas com a sociedade, destinadas a transformações locais, por meio da práxis. Como diz a própria Djamila “Toda vez que alguém me questionar sobre o lattes, vou responder que parte da minha produção está na rua. Fico feliz” (RIBEIRO, 2017, Perfil do Facebook).

Referências

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. f. Tese (Doutorado em Educação: Filosofia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 340, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

DA ROCHA, Marisa Lopes; ROCHA, Décio. *Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação*. 2004.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Cortez, 2004.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições, 2009.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. Afrontamento, 1995.



DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições, 2009.

DICIONÁRIO INFORMAL. Produtivismo, 2014. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/produtivismo/> Acesso em: Junho de 2018

FERNANDES, Estevão Rafael et al. *Colonialismo, Saberes e Fronteiras epistêmicas: algumas hipóteses à guisa de provocação (ou "algumas provocações à guisa de hipótese")*. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 80-86, jun. 2018. ISSN 2316-4123. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/4573>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

GELEDÉS. *Por que todos amam Djamilia?* Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-todos-amam-djamila/> Acesso em: Maio de 2018.

GODOI, C. K.; XAVIER, W. G. *O produtivismo e suas anomalias*. Cadernos EBAPE. BR 10 (2), 456-465. 2012.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 193-210, 2015.

JUNIOR, Gentil Cutrim Serra; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. *A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais*. Revista Katálysis, v. 16, n. 2, p. 205-213, 2013.

LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismos y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas, 2000.

OLIVEIRA, Ana Flávia. *Djamila Ribeiro, a voz da consciência negra feminina no Brasil*. Revista Vice, 2016. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/bmgkvd/entrevista-djamila-ribeiro-2016 Acesso em: Maio de 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Depressão e sofrimento na pós-graduação: frescura catártica ou saúde pública?*, 2018. Disponível em: <http://rosanapinheiromachado.com.br/pt/depressao-e-sofrimento-na-pos-graduacao-frescura-catartica-ou-saude-publica/> Acesso em: Jun. 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Feminismo negro: violências históricas e simbólicas*. Geledes, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-violencias-historicas-e-simbolicas/> Acesso em: Julho de 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.



TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, 2011.

TRUTH, Sojourner. *E não sou eu uma mulher?*, 1851. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em: Junho de 2018.

TV BRASIL – DEBATES BRASILIANAS. Balanço dos movimentos sociais em 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PWr0dCWkawk> Acesso em: Julho de 2018.

VALLA, Victor Vincent. A crise de Interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação & Realidade*, v. 21, n. 2, jul./dez. 1996.

Beyond academic coloniality: university-society relations and Djamila Ribeiro intellectual activism

Abstract: It is necessary to transcend the plastered environment of the academy and look for new ways to understand different knowledge and relationships that we can establish between them. We perceive in the trajectory of the intellectual activist Djamila Ribeiro the attempt of approximation between theoretical reflections and the reality of marginalized groups. Thus, through accessible publications and debate by social networks, the author has contributed to the decolonization of knowledge and the rise of silenced epistemologies, besides provoking reflections about the distant relationship between academia and society in Brazil. To understand this dynamic, the question that will guide the research is “how does Djamila Ribeiro's intellectual activism tense the relations between university and society in Brazil?”. The study is divided into three sections. In the first section, we present how Western dominant epistemology is built on abyssal thinking, which stifles different knowledge causing epistemicide. In the second section, we analyze the productivist character of universities, which view knowledge as a commodity, leading to the sickening of the academic space and the removal of the university from the social reality of the majority of the population. In the third section, we point to Djamila Ribeiro's intellectual activism as an example of transgression of academic productivist logic through the empirical application of Paulo Freire's concept of praxis.

Keywords: University. Coloniality. Epistemicide. Black feminism. Djamila Ribeiro.



GÊNERO E ENSINO: PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES NO PARANÁ (1970-1980)

Jorge Luiz Zaluski¹

Resumo: Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB 1971) as escolas de todo o país tiveram que desenvolver o ensino voltado para a formação para o trabalho. No processo de implementação dessa proposta, cada Estado ficou encarregado de desenvolver o currículo para melhor atender os objetivos apontados na LDB de 1971. No Paraná, o Serviço de Orientação Pedagógica foi um setor desenvolvido com o objetivo de identificar possíveis aptidões profissionais e encaminhar os/as adolescentes para a formação que melhor correspondesse aos interesses de cada estudante. Entretanto, a orientação pedagógica se manteve firme as distinções e desigualdades de gênero, de forma a fortalecer modelos e atividades convencionais de gênero. Diante dessa breve identificação, como um estudo de caso, o objetivo deste texto consiste em analisar os exames de aptidão da Escola Tiradentes, localizada em Curitiba-PR, dos quais foram desenvolvidos para os/as estudantes de 5ª a 8ª séries ao longo das décadas de 1970 e 1980. Acredita-se que por meio da análise desses documentos é possível compreender as intencionalidades do ensino desenvolvido e parte das concepções sobre a infância e adolescência da época.

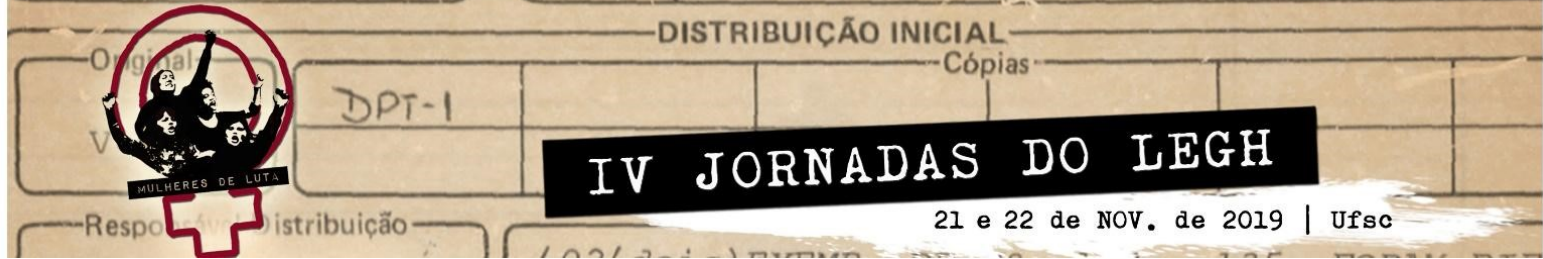
Palavras-chave: Adolescentes. Ensino. Gênero. Saúde. Trabalho.

As ações que procederam à ditadura civil militar brasileira instaurada em 1964, contribuíram para marcar profundas transformações sociais. É constante a investigação sobre temas recorrentes do período, como a censura, prisões políticas, torturas, do autoritarismo de um modo geral, que assolou o país diante da ausência de democracia expressa nas violações de direitos cometidas por militares e civis que apoiaram o golpe. Não distante dessa realidade, o ensino escolar também foi alvo de intervenções.

No campo econômico, a configuração tomada pelo projeto desenvolvimentista contribuiu para as propostas do que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, vivenciado no início da década de 1970. Para Telma Faltz Valério (2012), as modificações sociais provocadas pelo plano de desenvolvimento contribuiu para que fossem pensadas propostas para o ensino escolar de todo o país. No bojo dessa formação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB DE 1971), tornou o ensino técnico como compulsório. Essa legislação expressa um duplo interesse. O primeiro, da necessidade da formação de mão de obra qualificada para atender as demandas de mercado. Já a segunda, pauta-se aos interesses ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG) voltado ao Serviço de Segurança Nacional que visavam garantir o combate a qualquer manifestação considerada contrária aos interesses do governo ditatorial.

É importante ressaltar que mercado de trabalho e o autoritarismo não foram às únicas pautas que integraram as propostas educacionais. Promulgada a LDB de 1971, cada estado ficou responsável em elaborar sua proposta curricular. Diante disso, este texto tem como objetivo refletir sobre parte do processo de implementação e cumprimento dessa legislação no Paraná entre os anos de 1971-1984, e, como estudo de caso, tendo como foco de observação ações desenvolvidas junto ao Complexo

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, PPGH-UDES, Florianópolis, Brasil. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC. E-mail: jorgezaluski@hotmail.com.



Estadual do Paraná, busca-se perceber como as distinções de gênero foram utilizadas para o planejamento curricular paranaense e a construção de expectativas profissionais para o futuro dos/as adolescentes do estado.

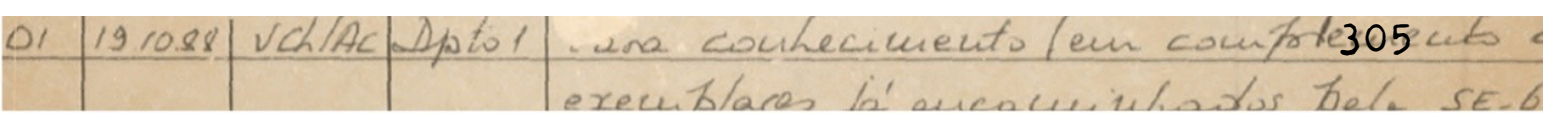
Para isso, foi selecionado como documentação histórica a LDB de 1971, o currículo desenvolvido pelo estado e relatórios anuais referentes ao acompanhamento das atividades desenvolvidas e resultado de aprovação ou reprovação de estudantes. As fontes foram encontradas no Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná, em funcionamento junto ao Colégio Estadual do Paraná (CEP) e, no Colégio Tiradentes, ambos localizados em Curitiba.

Os aportes teóricos do feminismo negro sobre a interseccionalidade, integram os encaminhamentos metodológicos para esta investigação. Entre as autoras, Angela Davis (2016), kimberlé Crenshaw (2004) e Carla Akotirene (2018), apresentam consistentes reflexões que contribuem para perceber como diferentes intersecções são utilizadas para a construção da legislação e de propostas educacionais. Akotirene, informa também as noções conceituais do que define como cisheteropatriarcado. Para a autora, existe a reprodução de um modelo de feminilidade e masculinidade socialmente aceita e que são reproduzidas e reforçadas de diferentes modos nos mais distintos contextos históricos (AKOTIRENE, 2018). Através dessa observação torna-se necessário perceber como e quais marcadores sociais contribuíram para a configuração do ensino escolar paranaense.

Criado em 1846, com a denominação inicial de Locêo de Coritiba, configurou-se como uma das instituições de ensino mais importantes do estado. Ao longo do tempo teve várias modificações e nomenclaturas. Na década de 1940, junto a reforma em sua estrutura física passou a ser chamado de Colégio Estadual do Paraná (CEP), e mantém essa denominação até o presente. Em diferentes contextos foi apontado como instituição de referência para o ensino. Na década de 1970, posterior a promulgação da LDB de 1971, os registros produzidos pelo setor pedagógico, direção e secretaria, informam que existiu grande interesse por parte da equipe da instituição em garantir o cumprimento da legislação e manter a qualidade do ensino ofertado.

As reconfigurações do ensino exigidas pela LDB de 1971 vieram ao encontro de parte das propostas do CEP, que já ofertava cursos técnicos para a formação do que até então era definido como colegial. Estabelecido o ensino de segundo grau em 1971, a instituição teve que realizar novas adaptações para atender as exigências da legislação, sobretudo para acatar o público que desejava frequentar aquele estabelecimento de ensino. Diante dessa demanda, o documento “Plano Curricular”, desenvolvido pelo CEP, demonstra que a partir do Decreto nº 1358, de 23 de dezembro de 1975, ficou autorizado o funcionamento do Complexo Escolar Estadual do Paraná. Através desse documento o complexo de ensino compunha o conjunto de seis escolas que ofertariam o ensino de 1ª a 6ª séries, mais o CEP, que passou a ofertar o ensino de 7ª e 8ª séries e a formação de segundo grau (PARANÁ, 1975).

A LDB de 1971 foi a primeira legislação que apresentou a divisão de estudantes entre “crianças, pré-adolescentes e adolescentes”. Feita essa conjuntura é possível perceber parte das concepções sobre infância e juventude da época. Tendo o ensino fundamental estruturado para atender estudantes dos 7 aos 10 anos, afastar-se do período correspondente a infância seria uma transição para assumir outros compromissos, entre eles o trabalho. Nessa etapa, conforme a LDB de





1971, foi “instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade” (BRASIL, 1971). Ou seja, quando matriculados/as de 5ª a 8ª séries, deveriam receber uma educação que deveria consistir em desenvolver nos/as estudantes a aptidão e interesse para assumir alguma atividade profissional voltada aos cursos técnicos disponibilizados por cada instituição de ensino.

O Complexo Escolar Estadual do Paraná buscou seguir as recomendações da LDB de 1971, seja na composição curricular como na distribuição do modelo serial com base na idade e a formação para o trabalho. Entretanto, a faixa etária pensada para a suposta “aptidão ao trabalho” não foi a única marcação utilizada para a organização do ensino ofertado. Ao analisar os relatórios anuais é possível perceber que as marcações de gênero também foram utilizadas para a composição das turmas e a distribuição por todo o complexo de ensino.

Com a organização sustentada com base nas diferenças de gênero já estabelecidas socialmente, entre a 1ª e 4ª séries os/as estudantes frequentavam a mesma turma. Na transição para a “pré-adolescência” foram separados/as por turmas e período. Os estudantes meninos estudavam no período da manhã, já as meninas frequentavam o período da tarde. Logo, gênero e idade integram parte das marcações utilizadas para a organização e desenvolvimento das propostas desenvolvidas pelo complexo de ensino. Diante dessa configuração, quais as expectativas construídas para o futuro dos/as estudantes? É possível afirmar que orientação pedagógica desenvolvida pela “sondagem de aptidão” exerceu influências nas escolhas profissionais dos/as estudantes? Talvez nem todas as questões levantadas possam ser respondidas, mas essas reflexões são fundamentais para pensarmos sobre a configuração do ensino no contexto observado.

A construção de “aptidões”: distinções generificadas

Para Alicia Mariani L. L. da Silva (2012), desde o final do século XIX a orientação pedagógica assumiu um novo compromisso. Parte desse processo ocorreu em decorrência do desenvolvimento industrial, e em consequência, tendo os EUA como um dos percussores, segundo a autora, “surgiu o Serviço de Orientação Profissional que orientava estudantes a uma escolha profissional que fosse mais compatível com as suas preferências e personalidades” (SILVA, 2012, p. 37).

Nesse sentido, a formação escolar voltou-se para as exigências das relações de trabalho. Em distintos contextos, o serviço de orientação integrou o cotidiano escolar de modo a garantir que os/as estudantes (prioritariamente os meninos/homens) assumissem uma atividade profissional. Gradativamente esse modelo passou a ser incorporado nas escolas brasileiras. Quando promulgada a LDB de 1971, o Serviço de Orientação Profissional já era obrigatório em todas as escolas, e além de reforçar sua obrigatoriedade, estabeleceu que era necessário tomar as decisões em conjunto com “professores, a família e a comunidade”.

No Paraná, o serviço de orientação já vinha sendo desenvolvido. Entretanto, em 1975, o “Serviço de Orientação Vocacional” é reformulado de modo a ter um papel mais ativo e atender as propostas do ensino profissional. Com base nos relatórios anuais, é possível perceber que o uso de entrevista junto aos estudantes foi um dos caminhos utilizados para identificar a aptidão profissional. Conforme o documento, “Antecipação de Iniciação Profissional”, afirmando que “o questionário tem



por objetivo conhecer você e seus interesses, para melhor ajuda-lo. RESPONDA-O COM A MAIOR SINCERIDADE”, com a finalidade de identificar:

- 1 – Quais as profissões que você conhece? (Através de experiências, leituras, televisão, cinema, por informações ou outros.)
- 2 – Em qual ou quais profissões você possui alguma experiência?
- 3 – Cite as profissões de: Seu pai; Sua mãe; Seus parentes (alguns); Seus vizinhos (mais próximos).
- 4 – Enumere em ordem de preferência, as profissões que você gostaria de exercer: 1, 2, 3.
- 5 – Que razões o levam para essas preferências? 1, 2, 3 (PARANÁ, 1980).

O documento foi emitido pela Secretária de Educação do Estado e encaminhado para as instituições de ensino. Anexado junto aos relatórios, integra parte dos procedimentos adotados para a “sondagem de aptidão” das turmas do período da manhã, (meninos) da Escola Tiradentes, uma das instituições que integra o Complexo Educacional, e corresponde a 5ª série do ano de 1980. Como um formulário que buscava a “Antecipação de Iniciação Profissional”, suas perguntas estão direcionadas a um público que esta saindo da infância. Ao interrogar se já possui experiência profissional posiciona-se ao seu público ao menos de duas formas. A primeira, de legitimar o uso exploratório do trabalho infantojuvenil diante da naturalização em “possuir experiência”. O segundo, com estreitas relações com o primeiro, de que os estudantes do ensino público são em sua maioria pobre, e a formação escolar para fins profissionais irá contribuir para as relações estabelecidas por meio do trabalho.

Eduardo Silveira Netto Nunes (2018), ao analisar os Congressos Panamericanos del Niño (CPNs), realizados na América Latina na primeira metade do século XX, identificou que existiram importantes discussões para que o trabalho infantojuvenil fosse repensado. No Brasil, foram tomadas importantes decisões, principalmente a partir da criação do Código de Menores, de 1927. Que mesmo proporcionando um novo olhar sobre a população infantojuvenil, pouco avançou em impedir o uso exploratório desses grupos. Segundo o autor,

A idade mínima para o início regular das atividades laborais foi compreendida entre os 12 e 14 anos nos países da América Latina, o que expressava o compartilhamento de um ideário, construído também com a colaboração dos CPNs, indicando a compreensão de que haveria etapas apropriadas para que cada sujeito infantojuvenil desenvolvesse esta ou aquela idade, sendo a instrução primária um pré-requisito para emprego de crianças com 12 anos (NUNES, 2018, p. 329).

Diante desses apontamentos, é possível perceber as concepções sobre infância e juventude das décadas de 1970-1980, ainda compartilhavam de um ideal que legitimava o acesso desses grupos ao trabalho. Mesmo diante de profundas discussões que visavam afastar principalmente a infância do exercício exploratório da mão de obra, o documento observado nos apresenta indícios de que a população infantojuvenil era utilizada nas relações de trabalho, e que o ensino escolar com formação primária já os autorizaria a assumir uma atividade funcional. Conforme Nunes, “a regulamentação do trabalho infantil procurava criar parâmetros que de algum modo permitiram que o mesmo continuasse a ocorrer” (NUNES, 2018, p. 329).



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Nesse sentido, mesmo que tenha existido uma pretensa proteção para com a infância até a conclusão do ensino primário, a educação escolar ofertada atribuída legitimidade de que entrar para a “pré-adolescência” correspondia no momento da vida em que era necessário tomar decisões para o futuro profissional, mas acima de tudo, garantir de que entrariam no mercado de trabalho.

O documento nos informa também que mesmo que os estudantes não tivessem nenhuma experiência com alguma forma de trabalho, poderiam informar alguma profissão da qual viram na televisão ou cinema, por exemplo, e despertaram interesse. Os colocando como possíveis consumidores de diferentes tipos de meios de informação e de que poderiam interessar por diferentes profissões acionadas por esses meios. Ou então, como indica o questionário, de que os estudantes poderiam assumir uma profissão das quais estava com maior proximidade correspondente ao grupo do qual matinha convívio.

Esse questionário foi respondido por estudantes da 5ª e 6ª série. Como resultado do levantamento, com o total de 32 respostas, A Tabela 01 nos informa que foi obtivo em uma das turmas da 5ª série o seguinte levantamento.

5ª série (Turma 01)		
Interesses	Atividades profissionais	Quantidade
A – Ao ar livre	Jogador de futebol	03
	Agricultor	01
	Topógrafo	01
B – Mecânico	Motorista	03
	Engenheiro Mecânico	02
	Piloto de avião	03
	Sapateiro	01
C- Cálculos	-	-
D – Científicos	Médico	04
	Engenheiro	03
	Engenheiro eletrônico	02
	Veterinário	01
	Astrônomo	01
E – Persuasivos	-	-
F – Artísticos	-	-
G – Literários	-	-
H – Musicais	-	-
I – Serviço Social	Enfermagem	01
	Dentista	01
	Auxiliar de farmácia	01
	Psicólogo	01
	Advogado	01
	Policial	01
J – Escritório	Auxiliar de escritório	01

Fonte: ZALUSKI, 2019 [elaborado pelo autor].

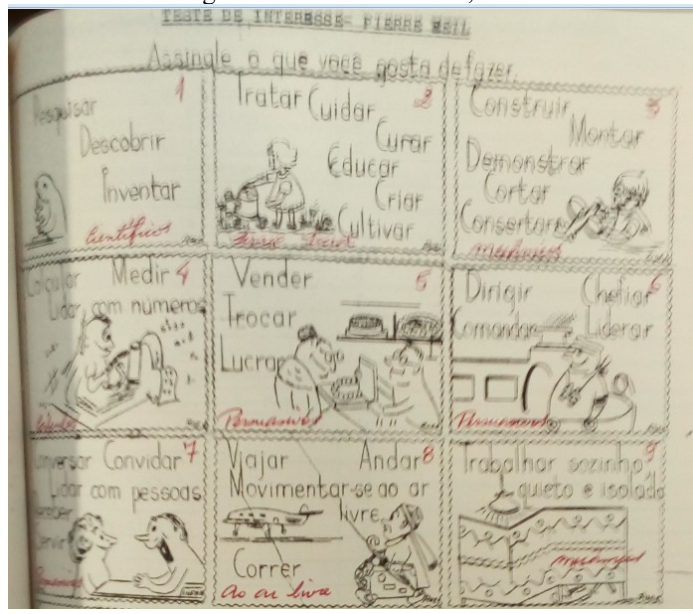
O levantamento de dados realizado pela Orientação Pedagógica buscou identificar quais os interesses profissionais para o desenvolvimento de possíveis disciplinas e/ou cursos de segundo grau com formação técnica. Em trabalhos futuros pretende-se aprofundar a análise desses dados e

relacioná-los junto a outras informações existentes no relatório. Cabe nesse momento destacar que a tabela nos indica que as escolhas mantiveram-se com maior concentração nas áreas da engenharia e saúde, mas que também existiu o interesse por uma variedade de profissões. Entretanto, a ausência de atividades nas áreas das artes e literatura aponta de que essas escolhas passaram por uma construção generificada entorno das profissões, competindo o exercício de atividades convencionais para o gênero masculino.

Diante das perguntas levantadas e da forma pela qual o relatório está organizado, é impossível afirmar se a lista corresponde a informação apresentada pelos estudantes, ou se trata de uma análise das profissões dos responsáveis, parentes ou vizinhos feita pela equipe de orientação. Entretanto, o mesmo relatório informa que além do levantamento de informações, existiu a apresentação de várias profissões e de alguns cursos técnicos que poderiam auxiliar no sucesso profissional. Como forma de documentar esse processo, junto a listagem de cursos foi anexado pequenos guias profissionais predominando a engenharia elétrica.

O mesmo relatório nos indica outras formas de identificação dos interesses profissionais. Para a 7ª série, por exemplo, os estudantes não deveriam informar uma profissão, mas algo que supostamente gostassem fazer. Para isso foi utilizado um quadro ilustrativo dividido por grandes áreas profissionais. A imagem abaixo apresenta parte desse quadro. Vejamos a seguir:

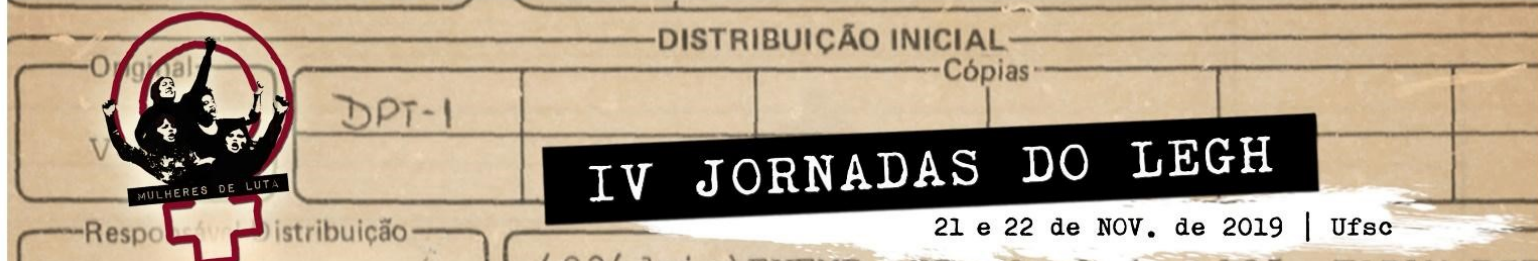
Imagem 01: Relatório Anual, 1980.



Arquivo: Colégio Tiradentes.

Com caráter ilustrativo, a decisão dos estudantes deveria consistir em elencar algo que gostam de fazer e que foi direcionado como comportamento desejado para assumir uma atividade profissional. O quadro possui a divisão em 18 situações diferenciadas que buscam sustentar a relação entre gosto e profissão. Para este texto, os nove grupos selecionados para esta observação informam que os estudantes deveriam optar em,

- “1- Pesquisar, descobrir e inventar; 2 – Tratar, cuidar, curar, educar, criar e cultivar;
- 3 – Construir, montar, desmontar, cortar, consertar; 4 – Calcular, medir, lidar com



números; 5 – Vender, trocar, lucrar; 6 – Dirigir, chefiar, comandar, liderar; 7 – Conversar, convidar, lidar com pessoas, receber; 8 – Viajar, andar, movimentar-se ao ar livre, 9 – Trabalhar sozinho, quieto e isolado” (PARANÁ, 1980)

Ao comparar as ilustrações correspondentes com as atividades, é evidente que mais uma vez as distinções de gênero foram utilizadas como baliza para a projeção do futuro dos estudantes. A predominância de ilustrações que caracterizam o gênero masculino em cargos de chefia, liderança, pesquisa, assim como da liberdade em frequentar outros espaços, como em períodos de viagem, além de reforçar a posição dos homens sobre as mulheres, abre espaço para um rol de possibilidades. Pois, “tratar, cuidar, curar, educar, criar e cultivar”, correspondente ao item 2, é o único conjunto de atividades que possui a ilustração de uma mulher.

Essa delimitação posiciona-se como um reforço das distinções de gênero já naturalizadas socialmente projetando ideais de ser homem e mulher. Logo, a “sondagem de aptidão” consistiu como um processo para direcionar os estudantes meninos para ocuparem espaços que melhor pudessem usufruir de seus privilégios. Já para as estudantes meninas, esse conjunto de “escolhas” aponta as atividades que tratam de cuidar do outro, em que as meninas (futuras mulheres) devem estar dispostas a cumprir um “dever social” para o outro, principalmente para a maternidade simplesmente por serem mulheres. Tal como nos indica Elisabeth Badinter ao questionar sobre a construção do mito do amor materno. Conforme a autora, ao longo do tempo, distintos discursos contribuíram para delinear um modelo de ser mulher. Como um determinismo biológico, naturalizou-se a maternidade sendo apontada como obrigação, como uma forma de completar-se como mulher. Por serem mulheres, essas obrigações foram estendidas as mais diversas atividades laborais, uma espécie de função por estarem sempre a disposição para cuidar e educar (BADINTER, 1980).

Soma-se a essas observações outras evidências de que o modelo de ensino foi estruturado com base nas distinções de gênero, e, sem questionar as diferenças naturalizadas, manteve-se firme no reforço das desigualdades de gênero. No relatório de 1982, referente ao período da tarde, turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries de meninas, o documento apresenta que as estudantes do gênero feminino tiveram um atendimento diferenciado. O trabalho desenvolvido pela equipe de Orientação Pedagógica dedicou-se para identificar problemas com as estudantes. Parte desses problemas consistia no desenvolvimento da aprendizagem, como dificuldade na leitura, escrita, cálculo, dentre outros. Outra parte consistiu em uma sondagem no comportamento das estudantes, buscando identificar se conversavam mais que o permitido em sala e/ou se tinham atitudes que pudessem ser consideradas como “mau comportamento”.

Junto a essa investigação sobre o cotidiano das estudantes, o relatório informa que existiu uma grande preocupação em identificar possíveis problemas de saúde. Conforme tabela organizada posterior ao levantamento de informações, foi identificado um total de 18 “problemas de saúde” diferentes nas estudantes matriculadas de 5ª a 7ª série daquele ano. Conforme a imagem 02,

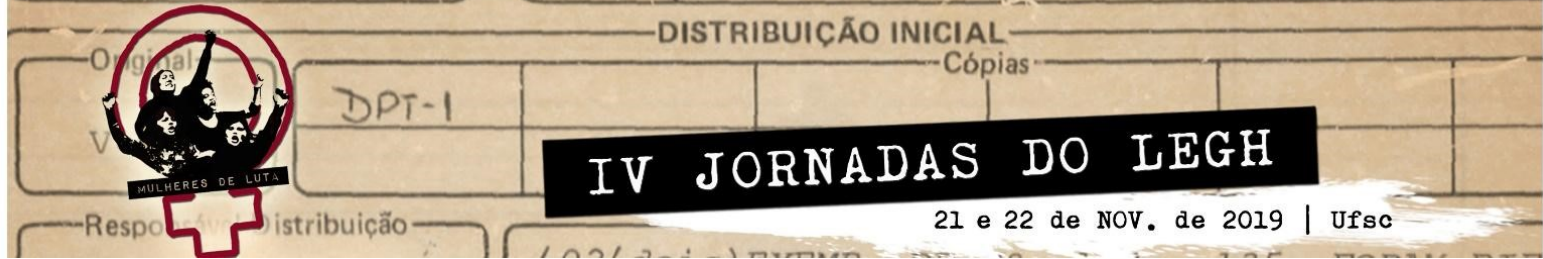


Imagem 02: Problemas de Saúde.

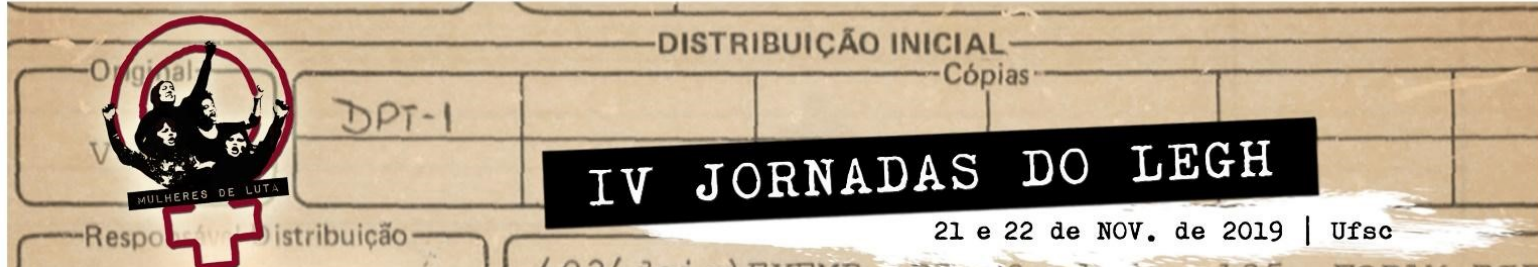
PROBLEMAS DE SAÚDE																
	5/5	5/6	5/7	5/8	T	6/5	6/6	6/7	6/8	T	7/5	7/6	7/7	7/8	T	TOTAL G.
ERGIA							22			01						01
EMIA											29					01
EA												03			01	01
EDIÇÃO		10			01			25	01		01				01	09
CIÇA	14	04									05					01
CONQUITTE	23				01			15	01	22			26	26	03	05
ILUNA														21	02	02
RAÇÃO			21		01						05			24		03
INVULSÃO								17	25	02			17		01	03
SRITMIA								17	01							01
XACUECA														12	01	01
EVOSA		04			01		22			01				24	01	03
UROLOGICO													24		01	01
RALISIA			15		01											01
OB. MOTOR				14	01									24		02
UMATISMO							23			01						01
UEAT. ARGUE							03						08		01	01
SÃO	07	04	06	02	04	24	03	09			05	07	01	08	24	06

(PARANÁ, 1982)

Através dessa listagem é possível identificar que a legitimidade dessa organização esta pautada no saber pedagógico junto aos discursos médicos. Ambos buscaram investigar sobre a saúde das estudantes de modo a unificar a posição do Serviço de Orientação Pedagógica frente aos resultados obtidos. A relação apresentada merece maior reflexão e será objeto de investigação em próximos trabalhos. Nesse momento, cabe destacar que a ação da orientação pedagógica frente à seleção das meninas para a obtenção dos dados.

Essa ação pode ser interpretada como uma materialização das práticas excludentes. Ao terem selecionado turmas que apenas estudantes meninas frequentavam, notamos parte de um processo em que o gênero feminino deve ser avaliado, vigiado, controlado e ter que provar suas capacidades físicas e mentais. Diferente dos meninos, que existiu um grande incentivo para ingressarem em cursos de formação técnica e assumirem uma atividade profissional, as meninas passaram por um longo processo de provação de que eram capazes de continuar com os estudos. Contudo, por tratar de um relatório para orientação profissional, a existência dos “problemas de saúde” como pauta do serviço pedagógico, indica que as estudantes do gênero feminino deveriam provar suas capacidades intelectuais e de saúde para darem continuidade aos estudos, e, se obterem sucesso, assumir uma atividade profissional.

Para tanto, diante das fontes observadas, o Serviço de Orientação Vocacional parece mais ter desenvolvido uma forma de legitimar e reforçar as distinções e desigualdades de gênero, que, por meio de uma proposta que projetou expectativas convencionais para o futuro dos/as estudantes, e que deveria prevalecer os ideais de masculinidade e feminilidade compartilhados. Ou seja, o gênero foi um dos marcadores utilizados para o desenvolvimento tanto da proposta de ensino como da projeção profissional. Nesse ensejo, as delimitações em torno da faixa etária mantiveram-se como forma de autorizar a ação pedagógica sobre um corpo generificado e que transitava da infância para a adolescência rumo ao mercado de trabalho.



Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. O trabalho infantil em debate na América Latina: primeira metade do século XX :ARENDA, Sílvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKY, Susana (orgs.). *Infâncias e juventudes no Século XX: Histórias Latino-Americanas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018. p. 309-334.

SILVA, Alicia Mariani L. L. Orientar, Cooperar ou Cooptar? Serviço de Orientação no Colégio Estadual do Paraná (1971-1975). In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. *Educação na ditadura civil-militar: políticas ideárias e práticas (Paraná 1964-1985)*. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 37-50.

VALÉRIO, Telma Faltz. Ideologia Política na Ditadura civil-militar e o Ensino Secundário de Segundo Grau a partir da Lei 5.692/71. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. *Educação na ditadura civil-militar: políticas ideárias e práticas (Paraná 1964-1985)*. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 51-65.

Gender and education: educational proposals for adolescents in Paraná during the 1970-1980

Abstract: With the enactment of the Education Guidelines and Bases Law No. 5,692 of August 11, 1971 (LDB 1971) schools across the country had to develop education focused on job training. In the process of implementing this proposal, each State was charged with developing the curriculum to better meet the objectives set out in the 1971 LDB. In Paraná, the Pedagogical Guidance Service was a sector developed with the aim of identifying possible professional skills and referring the adolescents to the formation that best corresponded to the interests of each student. However, the pedagogical orientation has held firm to gender distinctions and inequalities in order to strengthen conventional gender models and activities. Given this brief identification, as a case study, the purpose of this text is to analyze the aptitude exams of Tiradentes School, located in Curitiba-PR, which were developed for students from 5th to 8th grades throughout the decade 1970-1980. It is believed that through the analysis of these documents it is possible to understand the intentionalities of the developed teaching and part of the conceptions about childhood and adolescence of the time.

Keywords: Teenagers. Teaching. Genre. Cheers. Job.



DEVE OU NÃO A MULHER TRABALHAR? CLARICE LISPECTOR EM ENTREVISTA PARA A REVISTA A ÉPOCA (1941)

Kaoana Sopelsa¹

Resumo: O governo centralista e autoritário do Estado Novo trouxe para a imprensa brasileira o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, com responsabilidades como o controle e a censura de conteúdos. A fonte utilizada é parte da compilação realizada por Aparecida Maria Nunes intitulada Clarice na cabeceira: jornalismo (2012), que traz uma publicação de Clarice Lispector para a revista *A Época*, pertencente ao corpo discente da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, curso que Clarice fazia parte. Observando o contexto global de sua atualidade – lê-se Primeira e Segunda Guerra Mundial –, é possível observar como Clarice utiliza desse momento de incentivo ao trabalho feminino “fora do lar” para corroborar em favor da luta pelo direito feminino ao trabalho remunerado. A análise dessa fonte midiática, através da História das Mulheres e da História da Imprensa, revela a articulação da escrita e das entrevistas de Clarice para um desfecho favorável aos Direitos Femininos, mas também indica como o pensamento patriarcal, moralista e ditatorial incentivado pelo governo varguista se fazia presente na sociedade. Assim, no início da carreira, ainda que Clarice trabalhasse para o DIP, encontrava meios de colocar-se a favor da luta feminina, mesmo em momentos de censura e controle estatais sobre a imprensa brasileira.

Palavras-chave: Direitos Femininos. Estado Novo. DIP.

Introdução

O seguinte trabalho apresenta um recorte da proposta que está sendo desenvolvida para a tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, com orientação do professor Doutor Losandro Antônio Tedeschi e, portanto, parte do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (Cátedra UNESCO) e financiamento de bolsa de doutoramento pela CAPES.

Na busca pela visibilidade da escrita lispectoriana de cunho jornalístico, pouco difundida pelas pesquisas históricas, este trabalho é focado em um dos primeiros artigos publicados por Clarice Lispector, intitulado “Deve a mulher trabalhar?”² (1941), na revista *A Época* (1906-1960) – pertencente ao corpo discente da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde Clarice foi discente –. A Análise do Discurso foucaultiana, unida com a História das Mulheres e da Imprensa permitem que a pesquisa teça relações entre o contexto histórico (inter)nacional, a biografia da família Lispector até o ano de 1941, os dispositivos³ do discurso patriarcal brasileiro e a escrita de autoria

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), membro do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/FGD/Cátedra UNESCO) e bolsista CAPES. kaoanasopelsa@hotmail.com.

² O artigo faz parte da compilação organizada e apresentada por Aparecida Maria Nunes Clarice na cabeceira: jornalismo (2012), pela editora Rocco. A autora, com formação em Letras, recentemente publicou um artigo, no periódico *Caderno Espaço Feminino*, intitulado “Falas entrecruzadas, o viés feminista na produção midiática de Clarice Lispector”, onde analisa o artigo utilizado aqui como fonte, em junção com outras publicações de Clarice. Entretanto, a busca por pesquisas históricas similares não apresentou outras produções.

³ um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).



feminina, sendo as informações significativas para informar brevemente sobre o cenário mundial e sua influência sobre o Brasil, assim como o elucidando o posicionamento e a forma de escrita adotada pela autora.

O artigo escrito por Clarice, enquanto estudante de direito, demonstra a preocupação da autora sobre o Direito Feminino ao trabalho, por entender que contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se fazia favorável à temática, mesmo o governo ditatorial do Estado Novo (1937-1945) mostrando-se conservador. É relevante enfatizar que a história da família Lispector, todos imigrantes, vivendo no Brasil em condições limitadas, esclarece a motivação de escrita do artigo. As entrevistas que realizou com outros discentes de direito, todavia, revelaram discursos que servem de indicativo sobre o posicionamento da sociedade brasileira do período, frente ao trabalho remunerado, quando realizado por mulheres, e a naturalização/normatização do gênero feminino.

Para quem conhece Clarice enquanto romancista, escritora de contos ou crônicas; ou esposa de diplomata; ou ainda moradora do Leme (bairro de elite), no Rio de Janeiro; o trabalho faz mais do que analisar um discurso, abordando problemas enfrentados na Ucrânia que resultaram em imigrações – ainda que de forma breve –, história de mulheres (Clarice, Tania e Elisa) no Brasil da primeira metade do século XX, a estratégia para suprir a mão de obra masculina em tempos de guerra e um retrato do país em tempos de ditadura.

Metodologia

A adoção da Análise do Discurso Francesa, de Michel Foucault, se justifica pelo entendimento de que o funcionamento discursivo perpassa a linguagem, alcançando o social, o corpo, a moral, as instituições, passando por interdições que, segundo a definição do autor:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. [...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisso não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2011, p. 9-10).

Tendo a condição de imigrante e a história da família Lispector, assim como a ditadura do Estado Novo influenciado o contexto histórico vivido por Clarice, os discursos trazidos em seu artigo – seja o dela própria, seja das pessoas que entrevistou – são mais bem compreendidos por esta metodologia, em aliança com a História da Imprensa, utilizada como dispositivo de poder pelo governo varguista, através da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O DIP foi utilizado, como elucida Lenharo (1986) para censurar e controlar as manifestações dentro do governo, que dizia agir em nome da moral e da virtude cívica, impondo um pensamento conservador, através da “[...] propaganda e da educação [como] instrumento de adaptação do homem à nova realidade político-social” (p. 17), cabendo, portanto, seu enquadramento enquanto dispositivo disciplinador funções sociais dos universos femininos e masculinos como distintos entre si, pensando



no casamento como instituição auxiliadora do Estado e da Igreja, ou seja, onde a conduta a ser adotada pelas mulheres definia-se pelo matrimônio, trabalho doméstico e maternidade.

O viés empregado pela História das mulheres, nas palavras de Michelle Perrot (2017), apresenta “Um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana, sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos” (p. 180). Essa presença real que relata mulheres ocupando espaços e transbordando os limites patriarcais elitistas que as definiram, por muito tempo na História, enquanto submissas, possibilitam um contraponto enriquecido com o uso concomitante da categoria gênero.

A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta o conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades (COLLING, 2015, p. 28).

Enquanto as delimitações patriarcais se apoiam na natureza biológica dos corpos para legitimar a discriminação sofrida pelas mulheres, a breve História das Mulheres, das filhas de Pedro Lispector – especialmente de Clarice, auxiliam nesse reescrever histórico, objetivo em comum com a categoria gênero. É delas que se escreve, na sequência.

Referências históricas e biográficas

No final do século XIX, assistiu-se no Brasil à instauração do regime republicano, ao surto da industrialização e à imigração, trazendo como consequência a urbanização ao país. Como analisa Albuquerque Júnior (2013), a República colocou-se a partir da insatisfação com o Império brasileiro, na figura de um imperador senil, sem energia, desvirilizado. A figura republicana, inspirada no positivismo e na noção de mulher sofredora, cuidadora e do amor preocupou os homens brasileiros.

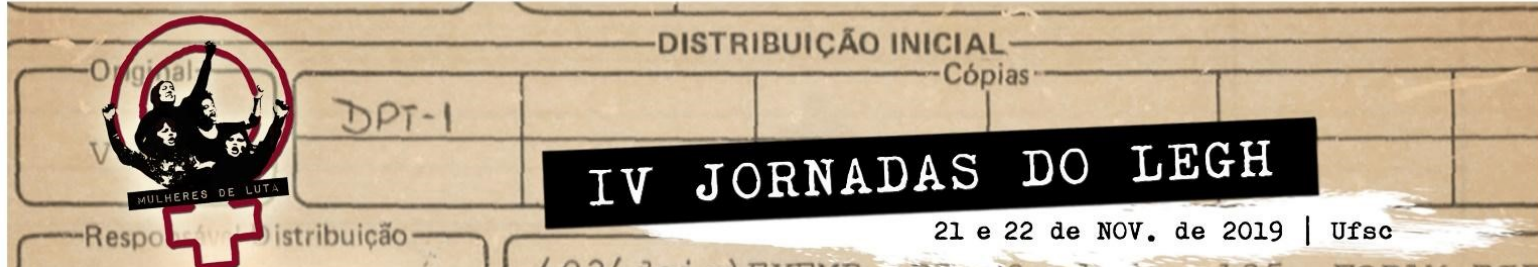
Dessa forma, o “tom másculo” do primeiro período republicano se colocou “sob o domínio dos militares”, com atuação de pessoas que pertenciam à antiga política imperial, em que: “Nem todo progresso [uma das palavras mantidas desde a Proclamação da República em nossa bandeira] seria benéfico, era preciso conciliá-lo com as melhores de nossas tradições”. Viu-se o “medo de uma alteração de poder entre homens e mulheres” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 95).

Concomitantemente, no início do século XX, a família Lispector⁴, de raízes russas, ucranianas e judaicas – como define Nádia Batella Gotlib (2014) –, iniciou o processo forçado de migração⁵, fugindo de perseguições antissemitas, decorrentes da Guerra Civil Russa (1918-1923⁶). Passaram, os

⁴ A maior parte das informações biográficas sobre Clarice Lispector e sua família foram retiradas da obra Clarice: uma vida que se conta, de Natália B. Gotlib. Ver mais em GOTLIB, N. B. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

⁵ As chegadas de imigrantes no Brasil ultrapassaram 386 mil pessoas, no período entreguerras. Ver mais em FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

⁶ Conflito armado ocorrido depois da dissolução do Império Russo, entre o governo bolchevique, ex-generais czaristas, anarquistas, republicanos liberais, nacionalistas, separatistas e estrangeiros, todos desejosos pela implementação de seu



cinco integrantes (pai, mãe e as três filhas) pela Moldávia, Romênia, Hungria até a Alemanha – entre assalto e porões transformados em abrigo (*pogroms*), quando embarcaram em um navio que os levou a Maceió (1922), primeira residência brasileira, onde abasileiraram seus nomes, por proteção, e onde se inicia a difícil adaptação. Em pouco tempo, mudaram-se para Recife (1925) e residem no Bairro da Boa Vista – tradicionalmente habitado por judeus –, mas a condição miserável pouco se transformou.

Elisa, por ser a filha mais velha do casal, tinha lembranças mais vívidas sobre os acontecimentos relatados. Em vida, desenvolveu dez livros, somando 40 anos como literata. Suas obras apresentaram cunho autobiográfico, relatando muitos agouros sofridos por sua família. Dentre eles, figura-se a situação discriminatória e violenta, em decorrência da perseguição antissemita; e a condição econômica de insuficiência frente as necessidades básicas de sobrevivência (HENRIQUE; ARRUDA, 2013).

Pedro Lispector trabalhava como mascate, enquanto Mania, sua esposa, sofria de degenerescência do sistema neurológico – devido a um trauma ocorrido em uma ofensiva bolchevique –, perdendo gradativamente os movimentos. Foi Elisa, a filha mais velha, quem assumiu o trabalho doméstico, o cuidado com as irmãs menores e com a mãe adoentada, que faleceu em 1930, aos 41 anos. Sua formação pela Escola Normal – escola que instruía, com grade curricular distinta, homens e mulheres para serem professores – possibilitou o trabalho remunerado lecionando em Recife, durante alguns anos (HENRIQUE; ARRUDA, 2013).

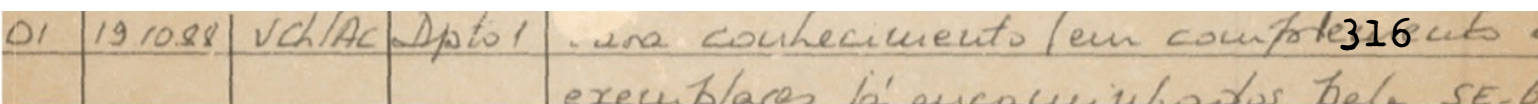
A partir de 1930, o Brasil foi envolvido no fim da República Oligárquica, o que se seguiu com a deposição do presidente Washington Luís e posse de Getúlio Vargas (1930-1945) como chefe do Governo Provisório, juntamente a medidas como a dissolução do Congresso Nacional. Vargas iniciou sua visão autoritária e oportunista de governo. O Ministério do Trabalho foi criado e foram promulgados o voto secreto e do voto feminino e, aos poucos, foi reconhecido como “pai dos pobres”.

Entretanto, o acesso à cidadania feminina não significava, na prática, maiores mudanças em prol da emancipação. Raquel Discini de Campos (2009), ao analisar a imprensa paulista do período, observa que:

em razão da emergência da ditadura do Estado Novo, símbolo maior do que significava a modernização conservadora em curso. Ao mesmo tempo, a moralidade sexual das mulheres e a harmonia familiar, que estavam supostamente fora de ordem nos anos de 1920, em fins da década de 1930 já não assustava tanto – quem sabe porque parte das famílias estivesse realmente normalizada, quem sabe porque o imaginário sobre a sexualidade feminina, as modas ou sobre a infância estivesse efetivamente se transformando. (DE CAMPOS, 2009, p. 26)

O discurso patriarcal, onde Vargas ocupava o papel de liderança, nas palavras de Lenharo (1986), “O chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional (p. 46), utilizava a família como dispositivo disciplinador, promovendo a união entre os cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo que pretendia manter os privilégios de gênero existentes. Mas, como

sistema. Ver mais em: HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.





IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

aponta Albuquerque Júnior (2013), havia argumentos para o convencimento dessa hierarquia. Em exemplo, a afirmação de que a mulher “não teria preparo emocional para exercer a vida pública”, portanto, o “sentimentalismo” feminino “era desejável na vida política do país desde que fosse exercido de forma indireta, atenuado pelo senso de realidade do homem” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 94). Desta forma, a sugestão emancipatória mantinha-se sob controle, ainda que com a aparência de progresso para o gênero feminino.

A história das irmãs Lispector aponta oportunidades de estudo público para meninas e mulheres, seja a nível de educação básica ou profissional. Ainda assim, Pedro Lispector preocupava-se com as condições de vida da família. Em busca de melhores oportunidades, decidiu mudar-se com as filhas para o Rio de Janeiro (1935), na capital brasileira – poupando-as, ainda que em desconhecimento, da expulsão antisemita que ocorreu no colégio onde estudavam. Na cidade, após algumas dificuldades para conseguirem emprego, a primogênita Elisa – última integrante da família a chegar, devido ao trabalho em Recife – entrou no funcionalismo público federal, atuando em nível internacional, e colaborou em periódicos brasileiros (HENRIQUE; ARRUDA, 2013).

Mas os ânimos mostraram-se acirrados. Movimentos como a Ação Integralista, de cunho fascista, e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda, nasceram no período, seguido de novas eleições, que elegeram Vargas como presidente. Em pouco tempo, apareceu a União Nacional dos Estudantes e o Congresso foi reaberto, para logo ser fechado novamente – e a situação agravou-se com a extinção dos partidos políticos.

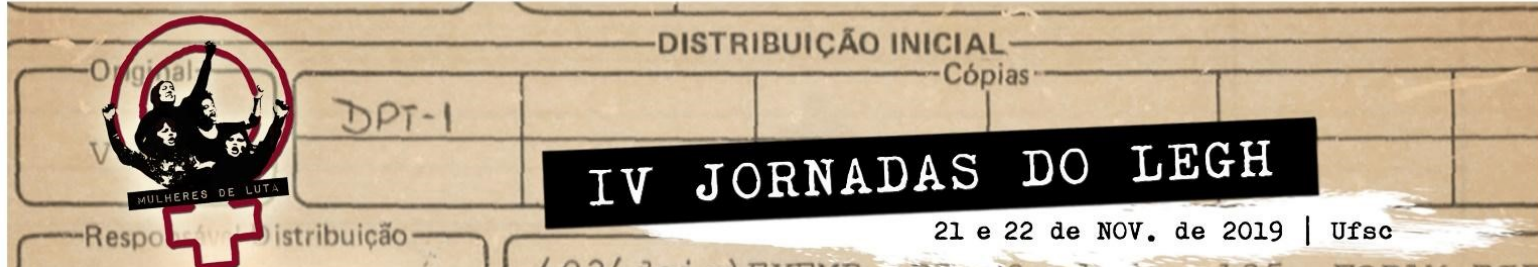
A ditadura do Estado Novo (1937-1945) foi instaurada através de um golpe civil de apoio militar que não apresentou mobilizações, pela ação contra os comunistas e contenção do movimento popular, que agradou a elite brasileira. Além disso, grande parte dessa elite mostrou-se satisfeita com as propostas de incentivo ao crescimento da indústria nacional e de substituições de importações. Vargas como promulgou uma nova Constituição, inspirada em ideais nazifascistas e regulou a expulsão de estrangeiros através de um decreto, evidenciando o antisemitismo presente no país, que acumulava a presença do movimento Integralista, liderado pelo escritor Plínio Salgado, cujos membros ficaram conhecidos como “espancadores de judeus”.

No Rio de Janeiro, em 1937, Clarice disputou – e conseguiu – vaga para o concorrido curso preparatório para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, acumulando aos estudos o trabalho com aulas particulares de português e matemática. Logo, em 1939, tornou-se discente do Curso de Direito na Universidade do Brasil (UFRJ)⁷, trabalhando durante três meses como secretária, depois por pouco tempo em um laboratório. Por fim, passou a traduzir textos científicos para revistas.

Pedro Lispector apresentou problemas de saúde, e precisou de uma cirurgia de extração da vesícula biliar, falecendo em 1940, com 55 anos, em ocorrência de complicações pós-cirúrgicas.

⁷ A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO funciona em um edifício histórico no Centro do Rio de Janeiro. Depois da Independência do Brasil, o prédio passou a abrigar o Senado Imperial, cujas salas testemunharam importantes episódios da história nacional como, por exemplo, a assinatura da Lei Áurea em 1888. Com a Proclamação da República, o prédio continuou a sediar o Senado Federal até 1924.

No dia 12 de maio de 1920 ocorreu a fusão de duas Faculdades, criadas em 1891. Surge, então, o nome FACULDADE NACIONAL DE DIREITO, por ocasião da criação da primeira Universidade brasileira, a Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Fonte: < <http://www.direito.ufrj.br/index.php/corpo-discente/2-sobre>>. Acesso em: 02/10/2019.



Tania, já casada, acolheu as irmãs em seu pequeno apartamento, destinando a Clarice o quarto da empregada, e a Elisa, a sala.

Sobre Tania, encontram-se menos informações do que sobre Elisa, cujas obras vêm sendo retomadas em estudos acadêmicos voltados para literatura e biografia. Apesar do site Correio⁸ do Instituto Moreira Salles, informar que Tania foi funcionária pública, os anos (início e fim) de sua atuação profissional não são mencionados, ainda que o casamento (1938) e o nascimento da filha Márcia (1940) sejam datados. Todavia, Tania, utilizando o sobrenome do também judeu marido – Kaufmann, publicou cinco obras, durante sua vida, com estreia em 1975.

As irmãs compartilharam mais do que a filiação, a história imigrante e a condição econômica precária, mas essas interdições trazem sentido a escrita do artigo de Clarice. Todas trabalharam em cargos governamentais, e todas se aventuraram na escrita. Clarice e Elisa foram colaboradoras da imprensa brasileira e tiveram seu tempo ensinando crianças, ainda que as aulas particulares de Clarice pareçam ínfimas frente ao lecionar de Elisa.

Essa História das Mulheres que trabalharam faz parte de Clarice.

Clarice na/e a História da Imprensa

A falta de identificação de Clarice com o Direito, somada ao desejo de escrever a levou, em 1940, ao escritório de Lourival Fontes, então Ministro de Propaganda e responsável pela direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Obtendo sucesso com a empreitada, iniciou o trabalho como redatora na Agência Nacional, sendo logo transferida para o jornal *A Noite*, como repórter, podendo ser considerada uma das precursoras femininas no cargo, a nível nacional (GOTLIB, 2013, p. 169-170).

O governo ditatorial de Vargas mostrou grande interesse pela imprensa brasileira, promovendo sua modernização, com a instalação de uma fábrica de papel de imprensa, no Paraná e realizando a distribuição da produção impressa, através dos Correios. Em contraponto, a censura fez-se presente, punindo quem ousasse transpor os limites da escrita, com publicações consideradas impróprias.

A outra face da repressão mostrou-se através de benefícios aos jornalistas “sensíveis às necessidades do executivo”, cuja escrita demonstrasse preocupação com “a paz, a ordem e a segurança pública” (DE LUCA, 2015, p. 171-172). Ao distribuir dinheiro oficial para a imprensa e cargos públicos aos jornalistas, Vargas encontrou um meio de “cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder” (DE LUCA, 2015, p. 172), em tempos onde os jornais serviam como publicidade para a escrita literária, também beneficiada financeiramente pelo ditador.

Nesse contexto, Clarice esteve vinculada ao governo e, ao mesmo tempo, mostrou-se “engajada com projetos acadêmicos”, como membro do “Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – Caco – um dos redutos antifascistas de então” (GOTLIB, 2013), por exemplo. Apesar de soar como contradição o vínculo de Clarice com o Caco e com o emprego público, nomes reconhecidos da literatura brasileira figuraram entre os membros do Centro Acadêmico, desde a sua fundação, em 1916, e sua história mostra uma crescente representatividade nacional – o que pode ter sido a

⁸ Endereço eletrônico, com o perfil de Tania Kaufmann. Disponível em: <<https://correioims.com.br/perfil/tania-kaufmann/>>. Acesso em: 01/10/2019.



motivação da participação de Clarice que, ainda na condição de imigrante russa/judia, procurou posicionar-se de forma estratégica em sua escrita. Nas palavras de Nunes:

[...] havia nela o entusiasmo e uma temática recorrente: os conflitos das relações afetivas entre casais. “Triunfo”, publicado na revista Pan, e “Eu e Jimmy”, na revista Vamos Ler!, ambos em 1940, antecipam a presença de protagonistas decididas, colocando em xeque, às vezes de forma bem-humorada, a crítica em relação à subserviência da mulher no amor (NUNES, 2019, p. 171).

Essa subserviência da mulher no amor, a qual Nunes se refere, tem relação direta com a autoridade patriarcal presente no país, que naturalizava e distinguiu homens e mulheres através do ponto de vista biológico – o que não fazia sentido, para Clarice, que chegou ao ponto de insistir, quando ainda residia em Recife, para que um professor lhe explicasse a diferença entre os homens e as mulheres (GOTLIB, 2013).

Cursando o 3º ano de Direito em 1941, Clarice foi redatora da revista acadêmica *A Época*⁹ (1906-1960), onde publicou dois artigos: “Observações sobre o Fundamento do Direito de Punir” e “Deve a mulher trabalhar?”. É sobre o segundo a análise a seguir.

Com base no que Clarice chama de “Grande Guerra” – o que não deixa claro se a referência é para a Primeira (1914-1918) ou para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – ela reflete sobre as atividades femininas, com perguntas como “Deve ou não dele ela estender suas atividades pelos vários setores sociais? Deve, ou não, voltar suas vistas também para fora do lar?”. A autora afirma que “Num momento de crise, haviam apelado para seu auxílio. Sua reação surpreendeu o mundo e, sobretudo, a ela mesma, provando-lhe qualquer coisa de absolutamente novo: a mulher também ‘pode’” (LISPECTOR, 2012, p. 71).

Essa exposição midiática intenciona enaltecer o desempenho feminino no trabalho remunerado, ao mesmo tempo que defende o direito ao seu exercício. A escrita estratégica utilizada por Clarice perpassa a argumentação sobre o recrutamento do trabalho feminino durante as Guerras Mundiais, aproveitando a abertura internacional para tratar da temática, em meio à censura brasileira.

De acordo com Maisa dos Santos Tuasca (2019), o recrutamento feminino para o trabalho fabril aconteceu em ambas as guerras – deixando aberta a dúvida sobre a intenção de referência de Clarice. A Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial, produziu os cartazes de recrutamento feminino para o trabalho em fábricas de munição, na agricultura e enfermagem, por exemplo.

Tuasca (2019) apresenta ainda um cartaz produzido pelo artista russo Aleksandr Ródtchenko, onde uma mulher – aparentemente do proletariado, com o cabelo envolto em um lenço – branda: “Livros! De todos os ramos do conhecimento” (p. 43), feito durante o período entreguerras. Em outro cartaz russo analisado pela autora, cuja autoria permanece desconhecida, têm-se o retrato da mulher fabril durante Revolução Russa (1917), ocorrida durante a Primeira Guerra Mundial – é significativo mencionar que a revolução está diretamente relacionada com a tomada de poder bolchevique do território russo, responsável pela imigração forçada da família Lispector –, se assemelha ao de Ródtchenko. Na revolução, as mulheres operárias reivindicaram, entre outras coisas, o exercício de

⁹ A revista *A Época* circula de 1906 a 1960 e é distribuída em todas as escolas de Direito do país, divulgando artigos assinados por nomes representativos da intelectualidade da Faculdade Nacional (NUNES, 2019, p. 150).



profissões restritas aos homens. Suas conquistas resultaram em um batalhão soviético feminino de franco-atiradoras que lutaram contra as tropas nazistas (Idem).

A frase que Clarice utiliza, de que a mulher também pode, traz à memória os cartazes de recrutamento feminino feitos pelos Estados Unidos da América, afim de suprir a mão de obra masculina ocupada com a guerra – o que não significa que o trabalho feminino não tenha sido empregado na Segunda Guerra Mundial, como demonstra o caso russo e o atendimento das enfermeiras nos campos de batalha, por exemplo.

Entretanto, a grande maioria dos cartazes estadunidenses datam de 1942 em diante, ou seja, pelo menos um ano depois da publicação de Clarice. O cartaz intitulado *She's WOW – Woman Ordnance Worker* (ela é mulher operária), de Adolph Treidler, semelhante em vários aspectos ao produzido por J. Howard Miller, em 1943, com a fala *We Can Do It!* (Nós podemos fazer isso) – onde a proximidade com a frase empregada por Clarice se visualiza.

No artigo, Clarice afirmou que “as legislações mais adiantadas abrem um capítulo regulador de suas atividades”, lê-se o trabalho feminino remunerado, defendendo sua posição e incentivando pensamentos semelhantes. Na sequência, realizou a “enquete” – as aspas constam na fonte – entre os estudantes de direito, definidos por Clarice como membros de “Uma Faculdade de Direito, onde se aprende a aceitar a evolução e consolidá-la em leis” (LISPECTOR, 2012, p. 72), demonstrando não só a expectativa sobre a consolidação e aceitação da posição em defesa dos direitos femininos, mas caracterizando posicionamentos destoantes como atrasados.

As respostas, entretanto, aproximaram-se da proposta patriarcal varguista, difundida, entre outros dispositivos, pela Imprensa. Uma das entrevistadas responde que “Seu papel [da mulher], no lar, é bastante absorvente e sério para que ela procure além dele, outro campo de atividade” (LISPECTOR, 2012, p. 72). A aluna, mesmo estando no processo de desenvolvimento para a atuação profissional, não almejava pô-la em prática.

Um aluno, em contraponto, “considera que a mulher nasceu para se dedicar exclusivamente ao lar, à família”. Frente a resposta, Clarice o desestabiliza, perguntando se ele nota alguma diferença no nível intelectual entre os colegas masculinos e femininos. O entrevistado, ainda que relutante, responde que não. Portanto, apesar da presença universitária das mulheres, não se esperava delas o exercício profissional, ainda que o desempenho acadêmico estivesse equivalente ao masculino – desbancando o argumento patriarcal sobre a inferioridade intelectual feminina.

As respostas seguintes elencam o trabalho feminino somente em casos de necessidade econômica, mesmo que a mulher apresente condições de competir e de superar os homens (p. 73); ou preocupam-se com a “feminilidade” da mulher que trabalha, considerando adequado seu exercício profissional quando adequado à “natureza feminina”, usando o exemplo das professoras, mas acrescentando que o vínculo empregatício deve ser rompido com a vinda dos filhos.

O discurso predominante, ainda que entre jovens acadêmicos, não destoou do conservadorismo governamental, que naturalizava como destino feminino o casamento, onde as mulheres atuavam como esposas e mães, independente de sua formação acadêmica. As distinções entre homens e mulheres hierarquizaram a sociedade, através de outros dispositivos, como a legislação.



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

A continuidade da tutela dos homens sobre as mulheres fica exemplificada quando se verifica a longevidade do Código Civil de 1916, que vigorou até o ano de 1943. O Código legalizava o trabalho das mulheres desde que elas obtivessem a permissão do cônjuge para exercer qualquer ofício fora de casa. Ao mesmo tempo, prescrevia que as casadas tomassem o sobrenome do marido, além de somente poder aceitar herança, ou abrir conta bancária, com sua autorização (DE CAMPOS, 2009, p. 119-120).

Limites traçados através do discurso machista legitimavam o domínio masculino sobre várias atividades femininas, como elucida a citação acima. Nesse raciocínio, as mulheres se casavam e permaneciam dedicadas ao lar ou atuavam em profissões consideradas como extensão do lar, como “secretárias, professoras, enfermeiras, donas de lojas de artigos femininos, decoradoras, costureiras, cabeleireira, manicure, pedicura, etc.” (PUGA, 2015, p. 645).

A construção patriarcal que distinguia e separava homens e mulheres em relação ao trabalho, nas palavras de Vera Lúcia Puga (2015), chamada “divisão sexual do trabalho reservou para os homens uma esfera produtiva e valorizada pela sociedade enquanto às mulheres coube outra esfera: a reprodutiva” (PUGA, 2015, p. 644), elucidando o discurso presente no artigo.

Entretanto, como ressalta Puga (2015), escravas e mulheres brancas pobres sempre precisaram lutar por sua sobrevivência, ainda que, para isso, somassem as responsabilidades domésticas e maternas. Evidencia-se, portanto, o contraste entre a condição econômica dos alunos entrevistados que, ao considerarem o trabalho feminino remunerado como opção para aumento de renda, ignoravam seu entorno, onde o exercício desse trabalho era irremediável – que se aproxima da história de Clarice e de suas irmãs.

O discurso elitista e patriarcal sobre o trabalho produtivo e remunerado levava em consideração como esse encargo representava a utilidade do homem na produção social, enaltecendo sua autoridade. Ao fazer dele um cidadão útil, trazia também reconhecimento pessoal por sua contribuição. Portanto, a divisão sexual do trabalho, observada discursivamente, serve como dispositivo de poder para consolidar a autoridade patriarcal, extrapolando o ambiente familiar.

É preciso escrever uma história que, de acordo com Perrot (2005), desconstrua o estereótipo do gênero feminino, ou seja, que demonstre como “a maternidade não constitui sua imutável missão”. Para tanto, a narrativa histórica precisa buscar “escritas femininas [...] que permitem acompanhar seu surgimento como sujeitos”, revelando as “tensões cotidianas” e os “jogos de poder” contidos nas relações entre os gêneros, além de observar que o conceito de mulher é construído e pensado com finalidades predeterminadas, a partir, por exemplo, dos “sistemas educativos, seus princípios e práticas” (p. 502).

Considerações finais

Quando se escreve sobre um autor, alguns problemas são apresentados. Junto com seu nome, vem sua história e sua obra. Não se trabalha mais este autor como uma pessoa comum, mas se atribui ao mesmo uma relação de apropriação, uma posição, determinados conceitos e contextos. Suas práticas discursivas são ligadas ao seu nome, à sua escrita esperando certa regularidade, certa demonstração de si mesmo, como uma classificação que supõe relação entre o que o autor produziu, e talvez até um padrão para a autoria. É como se se esperasse apenas uma forma de discurso, singular.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Entretanto, todo discurso está sujeito aos aplausos ou às punições. O texto é carregado de riscos. É o que ocorre quando se assina um pensamento. Nesse sentido, a busca pela produção midiática de Clarice apresenta um posicionamento referente ao seu histórico, seja enquanto mulher, seja enquanto imigrante russa/judia. A defesa pelos direitos femininos se mostra em sua escrita da mesma forma como o exercício do trabalho remunerado e da educação, para ela e para as irmãs.

O estudo, a capacitação e o trabalho produtivo feminino são temas recorrentes abordados por Clarice em sua produção jornalística, mesmo quando contratada para escrever de forma aproximada à *Imprensa Feminina*, onde o destino da mulher deveria ser o casamento. Clarice demonstrou driblar as exigências que se colocaram entre sua forma de pensar e sua escrita, mesmo que o enfrentamento direito não tenha sido o caminho por ela percorrido.

Ainda que empregada pelo DIP em meio a censura institucional, seu vínculo com o Caco e o artigo que analisamos não se tornaram obstáculo para crescimento profissional. Em um dos primeiros contos publicados de Clarice, pela revista *Vamos Ler!* em 1940, nomeado “Eu e Jimmy”, seu tom desafiador já se faz presente:

Jimmy, pálido e desfeito, mandou-me para o diabo, a mim e às minhas teorias. Gritei-lhe nervosa, que não eram minhas essas maluquices e que, na verdade, só podiam ter nascido de uma cabeça despenteada e comprida. Ele gritou-me, mais alto ainda, que eu não entendera nada do que então me explicara com tanta bondade: que tudo comigo era tempo perdido. Era demais. Exigi uma nova explicação. Ele mandou-me de novo ao inferno.

Saí confusa. Em comemoração, tive uma forte dor de cabeça. De uns restinhos de civilização, surgiu-me o remorso.

Minha vó, uma velhinha amável e lúcida, a quem contei o caso, inclinou a cabecinha branca e explicou-me que os homens costumam construir teorias para si e outras para as mulheres. Mas, acrescentou depois de uma pausa e um suspiro, esquecem-nas exatamente no momento de agir... Retruquei a vovó que eu, que aplicava com êxito a lei das contradições de Hegel, não entendera palavra do que ela disse. Ela riu e explicou-me bem-humorada:

- Minha querida, os homens são uns animais (LISPECTOR, 2012, p. 37-38).

Clarice já demonstra a defesa da intelectualidade feminina, com histórias onde protagonistas se impunham e tinham ciência sobre o machismo, e sobre os privilégios masculinos resultantes dele.

Apesar da imposição patriarcal de limitar e naturalizar o trabalho doméstico e a educação dos filhos como funções femininas, caracterizando-as, ainda por cima, de forma pejorativa, secundária, a escrita feminina trouxe a visibilidade que tornou possível transcender essa visão unilateral, hierárquica e desigual da sociedade. O acesso às informações, relatos, testemunhos e reflexões femininas permite que seja realizado um contraponto com as determinações masculinas, insistentes em legitimar “a sujeição das mulheres a seu corpo e a seu sexo” (PERROT, 2005, p. 501), como expõe o conto supracitado.

Os jogos de poder presentes entre os gêneros binários foram transformando a almejada emancipação feminina na sobrecarga. O acesso aos estudos e ao trabalho remunerado em cargos antes considerados masculinos, revelaram condições já vividas pelas mulheres menos afortunadas, com duplas e triplas jornadas de trabalho. A sobrecarga enfrentada é fruto da naturalização discursiva, que define como obrigação feminina o trabalho doméstico, a educação dos filhos e o cuidado dos idosos



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

ou doentes. Em decorrência disso, a permanência nos empregos enfrenta dificuldades, pelas exigências sociais que permanecem machistas, cobrando das mulheres que se ausentem do trabalho remunerado para o cumprimento de funções que deveriam ser compartilhadas.

Nesse exercício de “não se intimidar”, de escrever o que achar necessário, como Nunes (2019) afirma que Clarice fez, a História das Mulheres e as desigualdades que a categoria gênero vem sendo construídas, combatendo o apagamento, a invisibilidade e a naturalização por tanto tempo promovidos por um discurso machista e elitista, que se diz defensor da família e dos bons costumes, como na ditadura varguista, mas que atua em prol de benefício próprio, revelando seu oportunismo, seu desejo de conservar – e até resgatar – privilégios, fechando os olhos para experiências que não sejam a sua própria.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino: invenção do “falo”*: uma história do gênero masculino. (1920 – 1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

COLLING, A. M. e TEDESCHI, L. A. (org.) *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DE CAMPOS, R. D. de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)*: educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DE LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In. DE LUCA, T. R.; MARTINS, T. L. (dir.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015 (p. 149-175).

Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Disponível em: <<http://www.direito.ufrj.br/index.php/corpo-discente/2-sobre>>. Acesso em 02/10/2019.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2011.

FOUCAULT, M. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

GOTLIB, N. B. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GOTLIB, N. B. *Clarice fotobiografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

HENRIQUE, J. K. B.; ARRUDA, T. N. *O exílio de Elisa*: a produção literária da primogênita Lispector. XIII Congresso Internacional da ABRALIC: Internacionalização do Regional: Campina Grande, PB, 2013.



HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LISPECTOR, C. *Clarice na cabeceira: jornalismo*. In: NUNES, A. M. (Org.). *Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

NUNES, A. M. *Falas entrecruzadas, o viés feminista na produção midiática de Clarice Lispector*. Caderno Espaço Feminino: Revistas femininas em debate (Brasil e Portugal no século XX). Uberlândia, MG, v.32, n.1, jan/jun. 2019. p. 149-174. Disponível em: <seer.ufu.br/index.php/neguem>. Acesso em: 01/09/2019.

NUNES, A. M. Clarice Lispector jornalista feminina. In LISPECTOR, C. *Correio Feminino*. NUNES. A. M. (org). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, M. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PUGA, V. L. Trabalho feminino / profissões femininas. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Org.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2015. p. 644-647.

SILVA, L. A. *A epistolografia das irmãs Lispector: nos intermúndios literários de Clarice*. Dissertação (mestrado) UFU, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/11908/1/EpistolografiaIrmãsLispector.pdf>>. Acesso em: 01/09/2019.

Tania Kaufmann. Disponível em: <<https://correioims.com.br/perfil/tania-kaufmann/>>. Acesso em: 01/10/2019.

TUASCA, M dos S. *A representação feminina nos cartazes de propaganda política veiculados durante a primeira e segunda guerra mundial*. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

Should the woman work or not? Clarice Lispector in interview for the magazine A Época (1941)

Abstract: The centralist and authoritarian government called Estado Novo brought to the Brazilian press the Department of Press and Advertising (DIP) in 1939, with responsibilities such as control and censorship of subjects. The source used here is part of the compilation made by Aparecida Maria Nunes entitled *Clarice at the Bedside: Journalism* (2012), which brings a publication of Clarice Lispector to the magazine *A Época*, belonging to the student body of the Law Faculty from the University of Brazil, a course that Clarice was part of. Observing the global context of her contemporaneity – First and Second World War-, it is possible to observe how Clarice uses this moment of encouragement to women's outside work, to corroborate in favor of the struggle for female right to paid work. The analysis of this media source, through the History of women and the History of the press, reveals the articulation of Clarice's writing and interviews for a favorable outcome to



women's rights, but also indicates how patriarchal, moralistic and Dictatorship encouraged by the Vargas government was present in society. Thus, at the beginning of the career, even though Clarice worked for the DIP, she found ways to put herself in favor of the female struggle, even in moments of censorship and state control over the Brazilian press.

Keywords: Women's rights. Estado Novo. Dip.

DI	19/10/88	VCH/AC	Dpto 1	...ora conhecimentos (em computadores) e exemplares já encaminhados pelo SE-6
----	----------	--------	--------	--



RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS: MARCAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA DITADURA EM TESTEMUNHOS DE MULHERES¹

Lara Lucena Zacchi²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as retomadas e ressignificações de memórias de mulheres sobre as violências de gênero do período da ditadura civil-militar brasileira vivenciadas por elas entre 1968 e 1980. Também, pretende-se aqui estabelecer um paralelo entre as lutas e as conquistas feministas desencadeadas nas últimas décadas com a retomada dessas memórias no tempo presente. As memórias analisadas estão vinculadas ao capítulo 10 do Relatório da Comissão da Verdade, intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” (2014), importante fonte histórica para o entendimento da ditadura brasileira. Através da metodologia da História Oral, dos estudos de gênero e da História das mulheres, este trabalho propõe compreender o modo como esses testemunhos demonstraram tentativas de construção de memórias individuais e coletivas de mulheres acerca das violências de gênero que marcaram a repressão ditatorial, traduzindo-se em formas de lutas e resistências no presente. Ressalta-se que os mecanismos sistematizados de repressão da ditadura foram estabelecidos pelas relações de gênero e deixaram marcas nas memórias de todo um coletivo social. Nesse sentido, o passado recente da ditadura brasileira continua reverberando suas consequências nas subjetividades de mulheres no tempo presente. Inseridas nessa perspectiva, as retomadas e publicizações dessas memórias emergem diante da necessidade de denúncia dos modos como essas experiências de violência política afetaram – e afetam – as relações sociais, políticas e culturais, deixando marcas nos corpos e almas dessas mulheres até os dias de hoje. Por fim, destaca-se que muitas dessas mulheres que vivenciaram distintas torturas enquanto presas políticas só reivindicaram o aspecto de gênero presente nas violências atualmente. Portanto, o entendimento da retomada dessas memórias é também relevante para a compreensão da influência das lutas feministas e resistências de mulheres no decorrer da história brasileira, bem como confrontar as contínuas opressões de gênero dos dias atuais.

Palavras-chave: Violência de gênero. Memórias de mulheres. Ditadura civil-militar brasileira.

Na esperança de poder apaziguar as dores de minha alma e unindo-me a todos aqueles que em todos os tempos e lugares de nosso velho planeta vivenciaram as experiências dolorosas da crueldade humana, começo este relato. Embora enriquecida por tantas experiências de solidariedade naqueles meses de prisão, sentia-me aniquilada. Saí de lá não como heroína, não como vencedora, mas destroçada em seu orgulho, em sua dignidade, em sua honra. (CNV, 2014, p. 415)

O testemunho que inicia esta discussão refere-se ao relato de uma mulher que, sob anonimato, narrou parte de sua vivência passada confessando as *dores* que carrega, até hoje, em sua *alma*. As

¹ O presente trabalho é fruto das discussões desencadeadas no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Violências de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira”, para a obtenção do título de bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2019. Ver as discussões na íntegra em: (ZACCHI, Lara, 2019).

² Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), bolsista CAPES. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Laboratório de Ensino de História (LEH/UDESC) e realiza estudos acerca dos seguintes temas: estudos de gênero, ditaduras no Cone Sul, movimentos feministas e LGBT, relações entre História e memória. e-mail: laralucenaz1@gmail.com.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

vivências em questão dizem respeito às experiências desta mulher enquanto presa política do período da ditadura brasileira, as quais foram marcadas por diferentes formas e usos da violência. É a partir deste enfoque, então, que o presente trabalho se desenvolve, pretendendo analisar parte da experiência da violência de gênero³ do período ditatorial brasileiro a partir de memórias de mulheres que foram presas neste contexto ditatorial, que sobreviveram à repressão e que foram capazes de lembrar seus traumas, sendo capazes de ressignificar suas memórias no presente. As memórias aqui analisadas referem-se ao recorte temporal que compreendeu o período de 1968 e 1980, o qual foi marcado pela intensa repressão, perseguição e violência por parte do aparato militar. Essas memórias estão vinculadas ao Capítulo 10 do relatório final da Comissão da Verdade (CNV, 2014), intitulado “Violência Sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, relevante fonte histórica para o entendimento do contexto da ditadura.

A discussão aqui levantada considera os estudos de gênero, bem como os aportes teórico-metodológicos da História Oral e da História do Tempo Presente como base para a compreensão dos modos como essas mulheres testemunharam suas experiências traumáticas no presente, possibilitando a análise das relações de gênero presentes em suas memórias. Nesse sentido, a História Oral contribui para o estudo da história das mulheres e dos estudos de gênero, na medida em que apresenta a possibilidade dessas mulheres falarem por e sobre si, sendo capaz de representar histórias de mulheres dissidentes “que têm em comum a possibilidade de manifestar-se publicamente, pela história oral, contra toda forma de opressão, de indiferença e de esquecimento” (ROVAI, 2017, p. 7). A História do Tempo Presente, por sua vez, possibilita a compreensão das diversas continuidades e rupturas acerca do passado recente da ditadura no atual contexto brasileiro, entendendo os processos históricos e suas reminiscências no presente e auxiliando também na compreensão dos aspectos referente às relações entre memória e História.

O entendimento dos estudos de gênero faz-se central para a discussão proposta principalmente por auxiliar na construção da análise das fontes escolhidas, sendo o fio que conduz os seus rumos. Nesse sentido, a obra de Joan Scott (1995) é relevante no processo de reflexão sobre os aspectos que definem esse conceito, sobretudo a possibilidade de analisar o gênero como uma construção social produzida e determinada aos corpos e subjetividades dos indivíduos (SCOTT, 1995). Investigar, então, as fontes aqui pensadas pela perspectiva de gênero, possibilita a problematização de distintas questões, tais como: a maneira como o Estado, e, conseqüentemente, a instituição militar e civil utilizou-se das identidades e construções sociais misóginas para fundamentar seus abusos; as formas de humilhações sofridas por estas mulheres por serem mulheres, havendo violações aos seus corpos e suas subjetividades.

³ É necessário esclarecer que a intenção em investigar a relação entre gênero e memória leva em conta as diferentes subjetividades e singularidades das sujeitas históricas imbricadas em cada testemunho a ser analisado. Ainda que neste trabalho a escolha tenha caído sobre o gênero enquanto principal categoria de análise, importa enfatizar a impossibilidade de desassociar as relações de gênero com as de sexo, classe e raça, por exemplo, visto que as relações de poder entre os sujeitos se estabelecem não somente a partir das relações de gênero, mas a partir das relações entre gênero, sexo, raça e classe, por exemplo.



Marcas da ditadura brasileira: entre memórias e esquecimentos

Durante o período da ditadura brasileira, o Estado ocultou as diversas violências que cometeu⁴, também tentando instituir o esquecimento e a impunidade pelos seus crimes, ao mesmo tempo em que forjou memórias. Assim, os setores e organizações estatais esforçavam-se em delinear, então, o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido. Esse movimento também ocorreu no período pós-ditadura. Mariana Joffily (2018) afirma que a memória social da ditadura – sobretudo a partir do período de “abertura política” e redemocratização – foi também construída por sujeitos de setores liberais da sociedade, os quais contribuíram, inclusive, na organização do golpe e do aparato ditatorial e que continuaram ocupando espaço na política, por exemplo (JOFFILY, 2018).

Então, no caso brasileiro, temos a presença de políticas de esquecimento (MICHEL, 2010), as quais, iniciadas ainda no período da ditadura, produzem situações nas quais o direito à memória é negado (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, apresento a Lei nº 6.683 da Anistia brasileira (BRASIL, 1979) de 28 de agosto de 1979 como uma destas políticas de esquecimento. Esta, não ocorreu de forma “ampla, geral e irrestrita”⁵ e anistiou, por sua vez, diversos algozes que cometeram crimes de lesa humanidade. A impunidade frente aos crimes e violações aos direitos humanos cometidos no período demonstram um “esquecimento por decreto ou pacto de silêncio” (FERREIRA, 2011, p. 113) presentes na lei da Anistia brasileira. Da mesma forma, a ausência de um julgamento e culpabilização dos agentes da ditadura fez com que a memória não se ordenasse mais pelo testemunho (FERREIRA, 2011). Essa negligência estatal perante às memórias das violências cometidas na ditadura também ajudou na construção de uma opinião equivocada em parte da esfera pública. A Justiça de Transição brasileira, então, foi pouco efetiva, tendo um caráter tardio (FERNANDES, 2015, p. 737) e acarretando em uma sociedade caracterizada pela presença de impunidades frente aos diversos crimes e violações provenientes do Estado e de parte da sociedade civil, por exemplo.

Em contrapartida, cabe destacar também a criação de políticas de memória que possibilitam a investigação de traumas nacionais, coletivos e individuais sobre a ditadura. Trabalhos de memória, como os testemunhos apresentados nesta discussão contribuem sobremaneira para tensionar esquecimentos sobre os crimes da ditadura. Essas políticas de memória abriram espaço para que as mulheres pudessem publicizar suas experiências, por exemplo. Inserida nessa perspectiva, a criação e a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁶ surgiu também como uma maneira de trabalhar essas memórias traumáticas, (re)construindo narrativas, tornando-as públicas e capazes de modificar o entendimento sobre o passado histórico. Ampliada em comissões estaduais, municipais, e

⁴ É importante aqui ressaltar que a violência estatal não se restringiu somente ao período ditatorial brasileiro para parte da sociedade civil. A população indígena, negra e pobre brasileira, por exemplo, vivenciou distintas violências mesmo em regimes democráticos. Não obstante ao fato de atualmente o Estado continuar displicente com uma parcela da população, o presente trabalho perspectiva a legitimação do Estado no período ditatorial, a partir de leis que não somente apoiaram, mas avalizaram esses tipos de condutas durante a ditadura.

⁵ Os movimentos de luta pela anistia durante a ditadura civil-militar reivindicavam este lema, a exemplo do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), ou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

⁶ A Lei nº 12.528, sancionada em 18 de novembro de 2011 também pela presidenta vigente Dilma Rousseff, ao promulgar a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2011), atuou como uma política de memória. Esta Comissão foi criada com o intuito de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período [...] [de setembro de 1946 a setembro de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011).



institucionais, a CNV trabalhou em diversos estados do país⁷, definindo treze grupos de trabalho (GT's) divididos em temáticas previamente definidas.

Importa aqui destacar o grupo de trabalho voltado às relações de gênero e a ditadura, que pretendeu visibilizar o sofrimento de mulheres envolvidas em organizações e movimentos sociais de resistência ao regime, na luta armada, na clandestinidade, assim como daquelas que tiveram parentes, familiares e companheiros mortos, desaparecidos e perseguidos pela exceção. Assim, a CNV propôs, ao desenvolver este grupo de trabalho, incorporar transversalmente as relações de gênero em seu informe final, destacando-as como práticas que demarcaram e sistematizaram a repressão ditatorial (MEZAROBBA, 2013). Como consequência do trabalho deste GT⁸, destaco a presença do capítulo 10 do relatório final da CNV – analisado aqui enquanto fonte – o qual abordou as torturas envolvendo mulheres, homens, crianças e adolescentes a partir do viés de gênero. A categoria de gênero, surgida como “tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres” (PEDRO, 2005, p. 79), encontra-se, neste relatório, reivindicada como uma forma dessas mulheres denunciarem as desigualdades de gênero do período da ditadura, reivindicando-as enquanto uma vivência que singularizou a experiência de mulheres no cárcere político. E, combatendo, assim, a perpetuação dessas violências no presente.

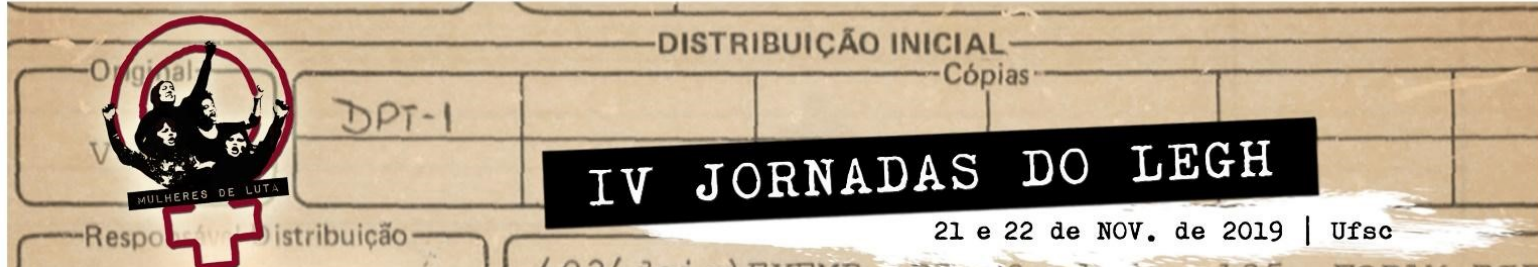
Coletividade, identidade e relações de gênero como aspectos da memória

A ditadura brasileira violentou, sequestrou, torturou e assassinou pessoas diversas, fossem elas mulheres ou homens: operárias/os, camponesas/os, indígenas, militantes políticos, homossexuais, lésbicas, entre outras. Os estudos, iniciativas e práticas sociais, com o passar dos anos, tensionaram o esquecimento sobre o período através de diferentes políticas e retomadas de memórias sobre as violências e crimes em questão. Também inseridos nessa perspectiva, os testemunhos daquelas e daqueles que vivenciaram os crimes da ditadura tornaram-se uma dessas estratégias de tensionar esquecimentos e ressignificar memórias.

Na medida em que testemunhos evocam uma determinada memória de uma experiência passada no presente, têm a capacidade de constituírem-se enquanto um dos pilares estruturantes da História do Tempo Presente. A construção da memória coletiva, por exemplo, se estabelece também a partir dos testemunhos. Assim, é importante ressaltar que a construção e retomada da memória é desdobrada a partir de diversas singularidades. Essas singularidades também dizem respeito às relações sociais de gênero, raça e classe, por exemplo, na medida em que atravessam as experiências vividas pelos sujeitos ao longo do tempo. Outrossim, Alejandra Oberti (2010), ao defender que o gênero estabelece uma relação subjetiva com a memória, assume que os testemunhos, ainda que advindos das mesmas pessoas, nunca se repetem: eles vivem em uma constante adaptação às relações socioculturais, de tempo e de espaço nos quais seus sujeitos se inserem.

⁷ Cabe aqui destacar a atuação da Comissão de Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (CMV-UFSC), criada em 2014, por exemplo. Como resultado de suas atividades, publicou um relatório final em 2017, vinculado ao site “Acervo Memória e Direitos Humanos” da UFSC. Disponível em: <<https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br>>.

⁸ O Grupo de Trabalho “Gênero e Ditadura”, coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro, realizou suas investigações em acervos, tais quais: Fundação Patrícia Galvão, Zuzu Angel e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Também, instituiu parceria com o escritório da ONU Mulheres. Ver mais em: (MEZAROBBA, 2013).



Em sentido próximo a Oberti (2010), Joana Maria Pedro (2017) retoma o conceito de “memória gendrada” utilizado por Judith Butler (2003), ao refletir sobre as interações sociais capazes de influenciar nos acessos às memórias. Essa perspectiva demonstra que as relações de gênero que perpassam as relações sociais também agem como formas de modificar a maneira como cada sujeito/a narra sua trajetória (PEDRO, 2017). Ainda, ao reiterar sobre a natureza social da memória, Padrós (2001) ressalta seu caráter identitário, no que diz respeito a sua capacidade em tornar-se parte da identificação cultural, histórica ou política de determinada sociedade, possuindo, assim, a capacidade de construção de uma determinada memória coletiva.

A memória, mesmo que individual, é composta pelo coletivo – a partir de experiências, vivências, identidades, aspectos socioculturais por exemplo – assim como, em um movimento simultâneo, seu sentido compõe o coletivo (HALBWACHS, 1990). Está relacionada diretamente com a identidade coletiva de um grupo que compartilha vivências em comum – ainda que estas estejam passíveis ao esquecimento (HALBWACHS, 1990). Dessa forma, as memórias individuais ganham sentido na medida em que tornam-se coletivas, possibilitando construções de identidades e reconhecimentos de toda uma determinada parcela social. Também neste entendimento, ela é constituída através de diversas intervenções sociais, culturais, nacionais, estruturais e conjunturais, definindo parte da identidade de cada sujeito e de coletivos sociais. Assim, ao considerar o caráter seletivo e mutável da memória, as memórias coletivas e individuais encontram-se em constante conciliação e diálogo (POLLACK, 1989, p. 3).

A partir destas reflexões, torna-se relevante pensar nas “memórias gendradas” de mulheres aqui analisadas, possibilitando o entendimento dessas memórias como capazes de gerar reconhecimento e delinear uma determinada memória coletiva de mulheres acerca das violências de gênero vivenciadas na experiência da ditadura brasileira.

Memórias ressignificadas sobre a violência de gênero nos testemunhos de mulheres

Ao considerar que a “experiência da tortura moldou formas de entendimento e elaboração discursiva sobre a realidade que se tornou parte fundamental da subjetivização e da reflexão política da militância das esquerdas” (TELES, 2011, p. 283), propõe-se um trabalho de memória que perspetive as diversas violências vividas pelas mulheres: físicas, psicológicas, morais e sexuais. Para tanto, essas experiências são caracterizadas enquanto aspectos constituintes de uma memória coletiva dessas mulheres, na medida que possibilitam a percepção de um passado recente também a partir das relações de gênero (OBERTI, 2010). As vivências traumáticas aqui analisadas, mesmo que representem memórias *sensíveis* e dolorosas nas vidas de mulheres que foram capazes de retomá-las, são vistas por elas como uma arma de luta no presente, conforme podemos observar no relato de Maria Amélia de Almeida Teles:

Numa dessas sessões, [...] eu amarrada na cadeira do dragão, ele [torturador] se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. (CNV, 2014, p. 407)



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Maria Amélia de Almeida Teles, ao narrar sobre as experiências que vivenciou quando presa em 1972 a partir da Operação Bandeirantes (Oban), sinaliza a presença de desigualdades e preconceitos de gênero nas torturas que sofreu. Destaca para a utilização da violência moral, da violência sexual e da violência relacionada à questão maternal como aspectos constituintes e singulares das experiências de distintas mulheres. Este relato, assim como outros que apontarei neste trabalho, nos faz refletir sobre as formas que fundamentaram e sistematizaram as relações de poder do período ditatorial brasileiro, também apoiadas nas relações de desigualdade entre os gêneros.

O cunho misógino e preconceituoso que caracterizou as torturas vivenciadas pelas presas políticas foi estruturado nas construções socioculturais de gênero atribuídas a masculinidade e a feminilidade. Nesta perspectiva, alinho-me a Lourdes Maria Bandeira (2014) que entende que este “tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas” (p. 452). Complemento, ainda, que essas violências podem ser interpretadas como tentativas de afirmação do poder e da dominação masculina sobre a mulher, assim como da dominação do Estado sobre as militantes políticas. Nestas violências estariam também imbricadas concepções como a “hegemonia do poder masculino”, a “condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero” e a “reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis atribuídos por meio da construção social da violência” (BANDEIRA, 2014, p. 454).

A partir das memórias de mulheres que vivenciaram as violências enquanto presas políticas, também torna-se possível compreender as formas como as engrenagens hegemônicas estatais do período ditatorial estruturaram-se. As memórias dessas mulheres, quando trabalhadas e discutidas, auxiliam na percepção da violência como um elemento próprio que define os mecanismos de terror do Estado brasileiro, expondo que esses foram baseados nas relações de gênero. A respeito desses métodos é evidente a complexidade do aparato repressor que desenvolveu práticas sistematizadas pautadas em agressões brutais, ameaças psicológicas e morais, assim como nas violências sexuais.

O caráter das torturas de cunho sexuais vivenciadas por presas políticas foi embasado em diversos aspectos constituintes das relações de poder entre os gêneros. Nesse sentido, a ex-presas política Maria Aparecida Costa, ao testemunhar sobre as violências sexuais que sofreu entre os anos de 1969 e 1970, relatou sua percepção sobre o assunto:

Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “*por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?*” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. (CNV, 2014, p. 404)

Essas violências de gênero foram também proferidas com o intuito de depreciar e desmoralizar a própria condição dessas sujeitas como mulheres, baseadas na afirmação de masculinidades, em detrimento de feminilidades. Assim, as violências de gênero atuaram não somente baseadas em sentimentos de poder, como também de retaliação, raiva e aversão por parte de seus torturadores, fosse por sua existência como mulher, fosse por sua atuação política como militante e resistente ao sistema vigente.

Passados anos dessas experiências traumáticas, essas mulheres sinalizam, ao rememorar suas histórias, as relações de gênero estabelecidas em suas vivências enquanto presas políticas. Ainda,



importa destacar que algumas dessas mulheres só entenderam essa característica, assim como sentiram-se aptas a falar sobre essas práticas, anos mais tarde. Nesse sentido, Cristina Scheibe Wolff (2015) aponta para a dificuldade de denúncia dos estupros cometidos a essas mulheres como formas de torturas, principalmente dada a inserção destas sujeitas na cultura latino-americana e no mundo ocidental das décadas finais do século XX, tempo histórico no qual o machismo e o conservadorismo também faziam-se presentes.

Considero que as lutas feministas e as lutas de mulheres desencadeadas ao longo dos anos que sucederam o período ditatorial trouxeram ao debate público pautas relacionadas às distintas opressões sofridas pelas mulheres, como as violências de gênero, por exemplo. Em sequência, então, percebo que essas lutas também influenciaram no trabalho de reivindicações testemunhais de mulheres. Assim, retomo uma discussão também levantada por Mariana Joffily (2016): a percepção tardia de algumas mulheres com relação a categorização das violências de gênero sofridas por elas e, conseqüentemente, a resignificação de suas memórias.

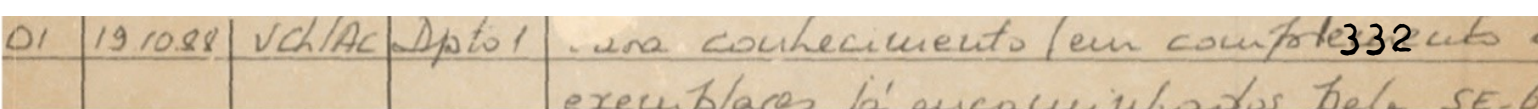
Algumas mulheres, ao longo de momentos pós-repressão, relativizaram as violências de gênero sofridas, como demonstra Ieda Akselrud, ao atentar para sua percepção *a posteriori* deste aspecto:

[...] Eu sofri abuso sexual dentro do banheiro. Todo mundo já sabe. Eu posso contar essa história porque há depoimentos e depoimentos. Mas eu levei muito tempo para me tocar que aquilo era abuso sexual, sabe por quê? Eu minimizava aquele episódio porque, afinal, não era pau de arara, não era choque e não era cadeira do dragão. É muito louco isso! É muito louco! (CNV, 2014, p. 418-419)

Diante das múltiplas torturas em que encontravam-se suscetíveis e vulneráveis, em determinadas circunstâncias as presas políticas *minimizaram* as torturas sexuais – de acordo com o que Ieda relata. Fosse por compará-las com outras torturas que pensavam, à época, ser piores, ou, ainda, pela dificuldade de lidar com as permanências dessas experiências em suas memórias. Associo, então, que as violências sexuais eram naturalizadas por parte da sociedade (JOFFILY, 2016). Também, a não-percepção destas desigualdades de gênero era fruto do contexto em que viviam, no qual o feminismo ainda encontrava-se em emergência, e, ainda, discussões sobre violência de gênero, violência contra a mulher e violência sexual ainda não tinham tomado as devidas proporções no debate público. Em seguida, Ieda continua refletindo sobre essa questão:

[...] Eu minimizava. Me lembro até que o Paulo de Tarso Vannuchi [...] escreveu para mim na prisão e disse que estava fazendo uma denúncia da tentativa de estupro. Eu falei: “Ah! Esquece isso!”. Porque para mim aquilo não tinha importância. [...] É uma bobagem, mas eu levei muito tempo... Porque para mim era o seguinte: “Ainda bem que eu não fui para a cadeira do dragão, ainda bem que eu não fui para o pau de arara” (CNV, 2014, p. 419)

Ieda associa sua possibilidade individual de tornar públicas as violências que viveu com o fato de outras mulheres terem feito isso, gerando reconhecimento. Ela chama atenção aqui, portanto, para a importância da construção de uma memória coletiva de mulheres, capazes de gerar pertencimento e incentivar as inúmeras denúncias cometidas no período. Essas mulheres – a exemplo de Ieda – ao narrarem suas histórias posteriormente, percebem o quão essas violências foram subjugadas por seus





algozes e, por consequência, também por elas. O ato de narrar e ressignificar essas histórias torna-se bastante delicado, pois, ao perceberem essas violências sexuais e de gênero, precisam revivê-las e lidarem com esse aspecto do passado traumático, em alguns casos antes não considerado. Essas percepções atuam, então, como traumas *a posteriori*. Nesse sentido, Ana de Miranda Batista, presa pela última vez em 1970, relata:

[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual]. Porque eu achava que violência sexual era assim: estupro direto, violência direta [...] Tem tanta gente que sofreu né? Companheiras que foram tão violentadas, então eu não sofri. Mas, não é bem assim [...]. Eu fui estuprada com um cassetete no 1 Distrito. (CNV, 2014, p. 418)

Como visto no depoimento de Ana Batista, a partir do momento em que não percebiam o cunho sexual dessas violências, as relativizavam, identificando-as anos depois. Assim, em casos como estes, tornava-se difícil o “reconhecimento da especificidade e da autonomia da violência sexual como um delito” (JOFFILY, 2016, p. 167). Entendo, então, que algumas dessas mulheres só puderam compreender os aspectos sexuais e de gênero dessas violências a partir da consciência, das lutas e reivindicações feministas realizadas durante os anos que sucederam suas torturas. Nessa perspectiva, Nessa perspectiva,

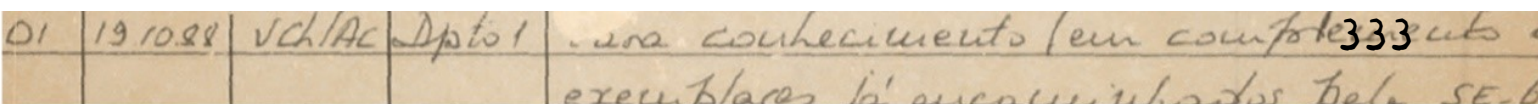
[...] os avanços conquistados nas últimas três décadas abriram a oportunidade de ressignificar o caráter íntimo, privado e pessoal da experiência traumática da violência sexual e inscrevê-lo em uma esfera política e coletiva (JOFFILY, 2016, p. 172).

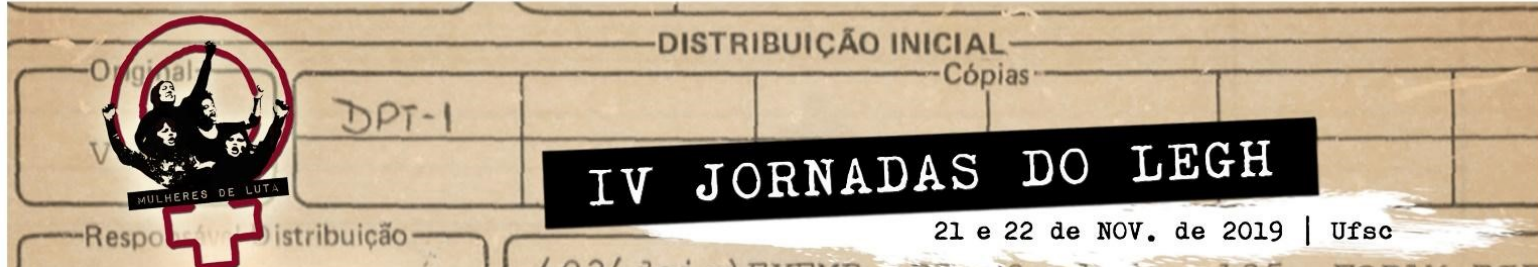
Assim, tornou-se possível desassociar o caráter privado dessas violências sexuais, denunciando-as e tornando-as públicas. Mesmo que *a posteriori*, as discussões e iniciativas públicas e jurídicas acerca das distintas violências contra a mulher auxiliaram neste processo de reconhecimento. Nesta perspectiva, insiro os exemplos da criação da Lei Maria da Penha⁹, em 2006, das criações de delegacias da mulher, assim como a inserção da concepção pela ONU de que as violências de gênero praticadas no período devem ser consideradas como “crimes contra a humanidade” (CNV, 2014). A importância desses testemunhos, então, também se dá para a recomendação da justiça em punir como singulares os crimes baseados em violências sexuais e de gênero. A categorização desses crimes torna-se extremamente importante, principalmente em um país com altos índices de feminicídio¹⁰.

Compartilho, então, do pressuposto levantado por Janaina Teles (2011), de que o testemunho é um caminho imprescindível para a “constituição de novas identidades em situações pós-traumas sociais” (TELES, 2011, p. 61). Também, considero a relevância da publicização das experiências de tortura vividas por ex-presas políticas da ditadura, visto que essas memórias tentaram ser esquecidas

⁹ Lei número 11.340, a qual criou “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

¹⁰ Em 2016 o Brasil ocupava o quinto lugar no ranking mundial de países com mais casos de feminicídio, segundo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).





ou remodeladas por parte da sociedade. A retomada dessas narrativas se torna fundamental, então, no processo de elaboração e redenção dos traumas sociais (KEHL, 2010) reminiscentes do passado.

Considerações finais

Os mecanismos sistematizados de repressão da ditadura deixaram marcas nas memórias de todo um coletivo social. Nesse sentido, o passado recente da ditadura brasileira continua reverberando suas consequências no tempo presente e levantando debates, também na tentativa de responder demandas cívicas pelo desejo de reparação, reestruturação e justiça aos crimes e violações aos direitos humanos cometidos na conjuntura vigente (SARLO, 2007). Dessa forma, as memórias aqui analisadas demonstram parte desse passado, denunciando crimes vivenciados por mulheres no cárcere político, pautados pelas violências de gênero como mecanismo de coerção, as quais foram sistematizadas a partir das violências sexuais, físicas, psicológicas e morais.

A retomada e ressignificação das distintas memórias sobre essas violências buscam a compreensão das relações intrínsecas ao presente a partir do entendimento das rupturas e continuidades com o passado traumático. Nesse sentido, a retomada de memórias de mulheres emerge diante da necessidade de entendimento das formas como essas experiências traumáticas afetaram no passado e afetam, na atualidade, as relações sociais, políticas e culturais. Essa retomada possibilita, assim, formas presentes e futuras de resistências, ao considerar que o espaço de experiências vividas delimita o horizonte de expectativas futuras (KOSELLECK, 2014).

Considera-se, também, a necessidade de que estes testemunhos sobre as violências de gênero da ditadura atinjam alcance público, social e político. Não somente enquanto formas de efetivar denúncias e buscar alguma forma de reparação, mas como formas de produzir identidades coletivas capazes de tensionar os esquecimentos e resistir às constantes opressões de gênero. Assim, a rememoração, através dos testemunhos, tornou-se uma maneira dessas mulheres atuarem sobre e ressignificarem o presente. Não somente por demonstrarem suas tantas resistências no passado ditatorial, como também produzindo resistências à contínua sociedade misógina. Aquelas que seguem nessa luta constante pelo trabalho de memória e denúncia das violências vividas continuam resistindo. Porém, compreende-se o silêncio daquelas que optam pela quietude, muitas vezes acarretados pelos traumas vividos. De ambas maneiras, essas vidas continuam atuando como resistências: são existências políticas. Suas vidas importam, suas trajetórias importam e precisam ser narradas.

Fonte

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, Comissão Nacional da Verdade. Recurso Eletrônico, 976p., Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relatório%20cnv%20volume_1_digital.pdf>.

Referências

ASSMAN, Aleida. To Remember or to Forget: Which Way Out of a Shared History of Violence?. In.: ASSMAN, Aleida et al (eds). *Memory and Political Change*. Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2012, p. 53-71.



BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008

BRASIL. Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm

FERNANDES, Pádua. Justiça de transição e o fundamento nos direitos humanos: perplexidades do relatório da Comissão Nacional da Verdade brasileira. In.: AKAMINE, Oswaldo; KASHIURA, Celso; MELO, Tarso de. *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 717-745.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora: revista de arte mídia e política*, v. 10, p. 102-115, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500/3477>

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, 1990.

JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras latino-americanas: quem quer saber?. *SUR 24*, v. 13, n. 24, p. 165-176, 2016.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204>

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no cone sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, 2010a. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1861>

JOFFILY, Olívia Rangel. Corpo como campo de batalha. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010b, p. 225-245.

KEHL, Maria Rita. Tortura e Trauma Social. In.: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que restou da ditadura: a Excessão brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 123-132.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2014.



MEZAROBBA, Glenda. Apresentação Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero. Brasília, 2013.

Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento?. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, p. 14-26, 2010. Disponível em:

<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 21/04/2019.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 13-30.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Letras*, Rio Grande do Sul, n. 22, p. 79-95, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/%20article/view/11826>.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). *História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 33-55.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero da pesquisa histórica, *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

POLLACK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*. São Paulo: FAPESP, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TELES, Janaina de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 975-989, 2015.

ZACCHI, Lara Lucena. Violências de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DI 19/10/88 VCH/AC Dpt 01 ... 336



Ressignifying memories: marks of gender violence in dictatorship in women's testimonials

Abstract: This work aims to analyze the resumption and resignification of women's memories on gender violence of the Brazilian civil-military dictatorship period, experienced by them between 1968 and 1980. Also, it intendeds to establish a parallel between the struggles and the feminist achievements unleashed in the recent decades by the resumption of these memories in the present tense. The memories analyzed are linked to Chapter 10 of the Brazilian Truth Commission Report, entitled "Sexual Violence, Gender Violence, and Violence against Children and Adolescents" (2014), an important historical source for understanding the local dictatorship. Through the methodology of Oral History, gender studies and Women's History, this work proposes to understand how these testimonies demonstrated attempts to construct women's individual and collective memories about the gender violence that marked the dictatorial repression, translating them to struggles and resistance in the present. It is noteworthy that the systematic mechanisms of repression of dictatorship were established by gender relations and left marks in the memories of a whole social collective. In this sense, the recent past of the Brazilian dictatorship continues to reverberate its consequences on the subjectivities of women in the present time. Inserted in this perspective, the resumption and publicization of these memories emerge in the face of the need to denounce the ways in which these experiences of political violence affected – and affect – social, political and cultural relations, leaving marks on the bodies and souls of these women to this day. Finally, it is remarked that many of these women who experienced different tortures as political prisoners only started to claim the gender aspect of the violence nowadays. Therefore, understanding the resumption of these memories is also relevant for understanding the influence of feminist struggles and women's resistance throughout Brazilian history, as well as confronting the ongoing gender oppressions of the present day.

Keywords: Gender violence. Memories of women. Brazilian civil-military dictatorship.

D1 19/10/88 VCH/AC Dpt 01 ... 337



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

MULHERES SEM NOME: REFLEXÕES SOBRE INVISIBILIDADE E MULHERES INDÍGENAS EM FONTES ESCRITASLaura Oeste¹

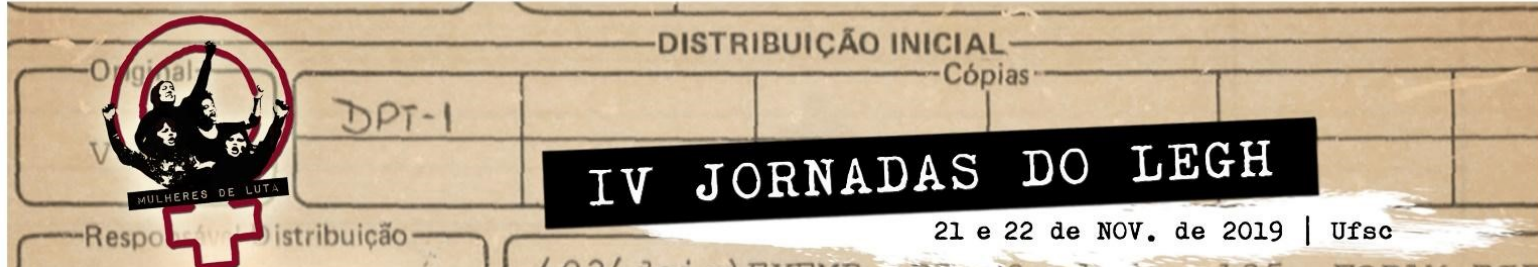
Resumo: A proposta da comunicação é abordar a invisibilidade da mulher indígena na documentação hispano americana produzida por agentes coloniais diversos ao longo do século XVIII. A intenção é analisar e refletir de forma crítica sobre a produção desses escritos e, a partir disso, apresentar alguns estudos de caso para a região fronteira do rio da Prata. O período do Setecentos caracterizou-se por profundas transformações sociais e econômicas que influenciaram as dinâmicas entre a coroa espanhola e as populações indígenas locais. Entre os objetivos, está trazer as experiências de algumas mulheres indígenas que, por motivos variados, transgrediram essa “barreira”, como também, pensar nas ausências, estereótipos e nomeações/categorias produzidas pelos sujeitos envolvidos sejam eles indígenas ou não. A eleição dos homens como interlocutores privilegiados pelos poderes coloniais é importante para compreender as ausências das indígenas, característica que funcionou dentro dos interesses da colonização e contribuiu para uma maior presença masculina nas fontes. Nos dedicaremos a documentação publicada no final do século XIX e início do XX organizada em diversas compilações que reuniram transcrições de fontes primárias na Argentina e no Brasil. Dentro da discussão proposta sobre invisibilidade das mulheres indígenas é necessário trabalhar com as formas de silenciamento presentes nessas fontes, principalmente, sobre as populações indígenas, sendo importante pensar desde sua produção e organização até as análises realizadas a partir desse corpo documental. Uma análise aprofundada dessas publicações é relevante, pois elas tiveram grande influência na produção historiográfica sobre os povos indígenas e, conseqüentemente, sobre as mulheres indígenas.

Palavras-chave: Mulheres. Indígenas. Invisibilidade. Silenciamento. Fontes escritas.

Na documentação apresentada é muito raro a mulher indígena ser apresentada pelo seu nome, ao contrário do que acontece com os homens. Frequentemente nos deparamos com muitas mulheres anônimas, o que dificulta abordagens biográficas e um acompanhamento mais detalhado das trajetórias, vivências e articulações dessas indígenas, já que as características das fontes tornam confusas suas identificações. Portanto, a partir dessas mulheres apresentadas “sem nome”, este artigo tem como objetivo refletir de forma crítica sobre as fontes escritas. Partiremos de um simples e importante questionamento: O que foi necessário para que nossos narradores falassem o nome das indígenas?

Para trabalhar com a invisibilidade e mulheres indígenas utilizaremos como fontes a documentação hispano americana produzida por agentes diversos ao longo do século XVIII e as coleções de fontes publicadas na metade do século XX, organizadas em diversas compilações que reuniram transcrições de documentos primários na Argentina e no Brasil. O objetivo é trabalhar com as formas de silenciamento presentes nessas fontes, principalmente, sobre as populações indígenas, sendo importante pensar desde sua produção e organização até as análises realizadas a partir desse corpo documental. Quando pensamos de forma problematizadora nessa documentação é importante entender suas formas, contexto e objetivos dos organizadores dessas coleções. Uma análise

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda do PPGH pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes. E-mail: lauraoste@gmail.com.



aprofundada dessas publicações é relevante, pois elas tiveram grande influência na produção historiográfica sobre os povos indígenas e, conseqüentemente, sobre as mulheres indígenas. A intenção é analisar e refletir de forma crítica sobre a produção desses escritos e, a partir disso, apresentar alguns estudos de caso para a região do rio da Prata², trazendo as experiências de algumas mulheres indígenas para pensar nas ausências, estereótipos e nomeações/categorias produzidas pelos sujeitos envolvidos sejam eles indígenas ou não.

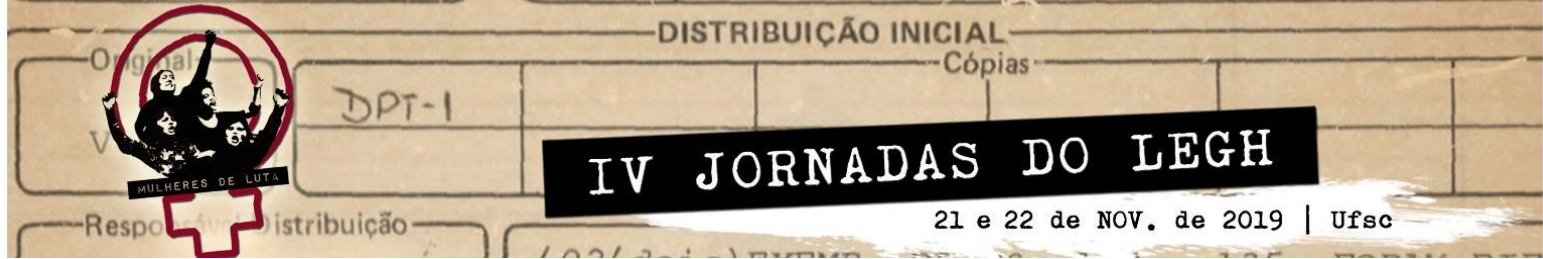
Reflexões sobre invisibilidade das mulheres e povos indígenas em coleções de documentos

Alguns trabalhos apontam obstáculos para identificar as indígenas ou mulheres na documentação escrita. Vitar (2015, p. 672) em sua pesquisa sobre as reduções na região do Chaco argentino, menciona que algumas fontes inicianas tendem a se referir às indígenas usando apenas palavras masculinas. Perspectiva também levantada por Scott (1992, p. 72-75), ao pensar sobre as poucas referências femininas na escrita que pode ter influência dos termos gramaticais do idioma utilizado. Ainda sobre as missões do Paraguai, outros autores colocam de forma mais categórica, onde as mulheres indígenas ocupariam um ‘não lugar’ não apenas na historiografia, mas também em outras áreas como sítios arqueológicos e museus. A produção escrita sobre esses lugares possui em sua maioria, atores masculinos, nem ao menos existindo a palavra “mulher” no texto (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019, p. 1-2).

Entender as motivações envolvidas para uma maior presença masculina nas fontes é pertinente para compreender as ausências das indígenas. A eleição dos homens como interlocutores privilegiados funcionou de forma deliberada pelos poderes coloniais e articulou-se dentro dos interesses da colonização. Segato (2005) faz uma colocação bastante importante que ajuda a compreender a pouca presença feminina na documentação: ‘[...] a colonização carrega consigo uma perda radical do poder político das mulheres, ali onde existia, enquanto os colonizadores negociaram com certas estruturas masculinas ou as inventaram, com o fim de conseguir aliados’ (SEGATO, 2005, p. 718). Nesse contexto, para refletir sobre a nomeação dos sujeitos, podemos entender esse comportamento como uma forma de poder, no qual o ato de nomear pode ser utilizado para não nomear (BOURDIEU, 1989). O que levanta algumas questões que podem ajudar a responder o porque das indígenas aparecerem de forma tão sucinta em fontes escritas.

Nesse contexto, surge a pergunta se é possível falar em silenciamento das mulheres indígenas sem falar do silenciamento dos povos indígenas? O silêncio e a invisibilidade estão muito presentes ao se pensar na história e vivências dos indígenas. Entender os grupos indígenas na condição de sujeitos proporcionou para a história novas interpretações, foi justamente a pouca importância sobre suas atuações, somada ao apagamento das identidades étnicas, que levaram a uma supervalorização dos colonizadores em narrativas construídas de forma eurocêntrica. A historiografia dos anos 60 e 70 criticou o heroísmo e desempenho dos europeus, mas manteve os indígenas como vítimas incapazes de reação. (ALMEIDA, 2017, p. 19). John Monteiro (1999, p. 237-241) aponta a importância da nova história indígena nos anos 1990 para repensar a invisibilidade dos povos indígenas. Durante muito tempo a historiografia tradicional e o ensino de história abordaram os indígenas como algo distante

² O território era formado pelas áreas interligadas entre o rio da Prata, a Banda Oriental (hoje atuais Uruguai e Rio Grande do Sul) e a região entre os rios Paraná e Uruguai.



no passado, presente apenas nos primeiros anos da colonização. As representações de um indígena “puro” ou assimilado também contribuíram para a invisibilidade, pois criaram critérios de indianidade aceitos ou rejeitados pela sociedade.

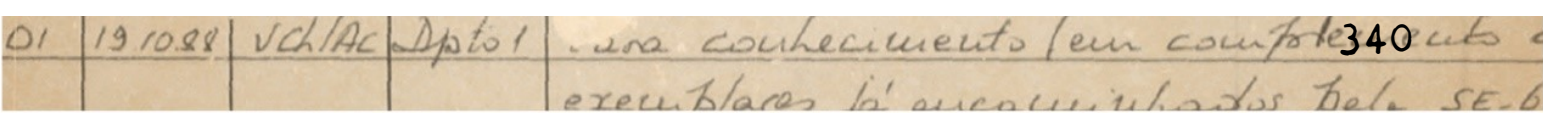
Dessa forma, a proposta desta parte do texto é abordar a documentação hispano americana produzida por agentes coloniais diversos ao longo do século XVIII, organizadas em publicações publicadas na metade do século XX em compilações que reuniram transcrições de fontes primárias na Argentina e no Brasil. O objetivo é analisar e refletir de forma crítica sobre a produção desses escritos e como eles influenciaram a produção historiográfica sobre os indígenas, em especial, as mulheres. Esse exercício é importante para uma abordagem mais aprofundada das fontes sendo também, uma forma de fazer uma reflexão que auxilie a pensar e observar as diversas vivências e agências indígenas em uma documentação que já foi utilizada de forma exaustiva em muitas pesquisas.

O século XVIII na região platina foi marcado por profundas transformações sociais e econômicas que influenciaram a dinâmica da coroa espanhola com as populações indígenas locais. A colonização desse espaço foi marcada por relações intensas entre os diferentes modos de interação de núcleos hispânicos e a sociedade que os circundava e, também, pelas querelas territoriais entre Portugal e Espanha. No século XIX surgem narrativas influenciadas pela formação dos Estados nacionais que levaram a uma concepção errada de continuidade entre colônia e república. Posteriormente a organização de alguns documentos desse período em coleções introduziu outros interesses territoriais para essa fronteira, assim como apresentou novas disputas e narrativas históricas.

Analisaremos as introduções escritas pelo compilador desses volumes, Jaime Cortesão. Chamada de Coleção de Angelis, foi publicada pela Biblioteca Nacional entre as décadas de 1950 e 1970³. Na época, Cortesão trabalhava como docente na escola de diplomacia no Instituto Rio Branco e seus posicionamentos políticos e historiográficos transpareciam em seus trabalhos e cursos. Ele acreditava em uma geografia somada a história onde o espaço assumia condições históricas e geopolíticas. O autor estava inserido nas representações políticas e disputas historiográficas das décadas de 1940 e 1950. Para ele a produção histórica sobre o Brasil estava profundamente interligada à do Prata (PEIXOTO, 2016, p. 60-66).

Seus posicionamentos ficam evidentes nos textos produzidos, onde menciona a importância dessa documentação na delimitação dos limites territoriais atuais: ‘Estamos certos de que os estudiosos das nações platinas, e em especial, das repúblicas Argentina e Paraguai serão gratos a esta resolução. Trata-se, aliás, dum documento de grande interesse geral [...]’ (CORTESÃO, 1952, p. 7). Cortesão ao longo dessas introduções dos tomos da coleção, situou e correlacionou geograficamente os locais presentes na documentação com os territórios atuais. Além de enfatizar que as ocupações portuguesas foram as primeiras a “descobrir” as regiões, ele defende uma visão positiva e branda das bandeiras. Segundo ele, os ‘bandeirantes eram capazes de atos de respeito e piedade religiosa com os

³A Coleção de Angelis está no acervo digital da Biblioteca Nacional disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em 18/11/2019.





jesuítas espanhóis e os seus templos' (CORTESÃO, 1952, p. 6). Aparentemente, ele também ignorou os efeitos das bandeiras nas populações indígenas⁴.

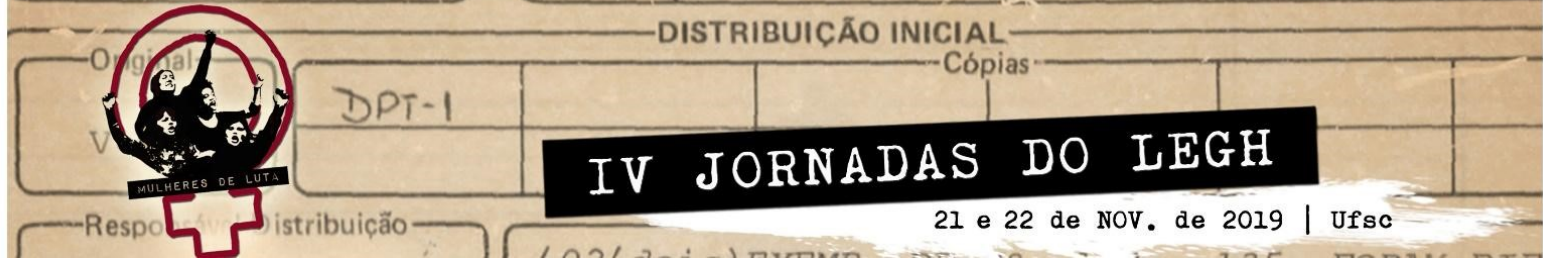
O autor menciona ao longo dessas apresentações, a formação 'social e cultural' do gaúcho para o Uruguai e Rio Grande do Sul, que teria como base a contribuição de portugueses, espanhóis e indígenas (CORTESÃO, 1952, 1954, p. 5). Enquanto Cortesão enfatiza constantemente a contribuição dessas fontes no entendimento tanto da formação dos territórios nacionais atuais, como das características culturais e sociais dessas nações, os indígenas parecem fazer parte apenas do passado, não existindo correlação com os povos da atualidade. Essa visão foi predominante durante muito tempo no Brasil, onde por meio de leis, políticas governamentais e do pensamento social sobre os indígenas foram marcados por uma narrativa de extinção e desaparecimento. Como mencionado anteriormente, esse posicionamento contribuiu para o silenciamento dos povos indígenas, assim como, para uma perspectiva que os enxergou como pertencentes apenas ao passado, principalmente aos anos iniciais da colonização (MONTEIRO, 1999, p. 237).

Além de corroborar com esse pensamento que valoriza a participação indígena apenas no início da colonização e em outros episódios esporádicos⁵, quando menciona os indígenas em seus textos, Cortesão os coloca como auxiliares de portugueses, espanhóis e jesuítas. Monteiro (1999, p. 238) menciona como essa visão e posicionamento historiográfico contribuiu para apresentar os povos indígenas como vítimas passivas, ocultando as variadas formas de posicionamento, negação e reelaboração de identidades e vivências dessas populações nos processos históricos. Nesse contexto, a resistência foi apresentada como uma simples reação à forças externas onde as dificuldades dos historiadores consistiram no próprio processo de seu trabalho. Nas etapas de identificar, documentar e interpretar os eventos e processos se recorriam à representações binárias como o 'índio resistente' ou 'colaborador' (MONTEIRO, 1999, p. 239-240). Essas colocações são interessantes não apenas para compreender um pouco sobre o posicionamento historiográfico de Cortesão, mas também, sobre como a invisibilidade desses povos se manteve nas análises, justamente, pela negação e falta de entendimento sobre a diversidade de ações.

Para Peixoto (2016), que trabalha com a historiografia produzida na primeira metade do século XX e seus desdobramentos políticos e historiográficos, Cortesão teve papel fundamental na produção histórica e geográfica revisionista do período que legitimava a participação de diplomatas na disseminação de uma visão identitária e espacial que promovia uma articulação entre as nações do Prata. O interesse do compilador na coleção estava em sua utilização nas discussões sobre os limites brasileiros. Ele também teceu críticas a outro organizador responsável por transcrever algumas dessas documentações em outra coleção anterior, Pedro de Angelis, que segundo ele, não era motivado pelo patriotismo e sim pelo soldo (PEIXOTO, 2016, p. 68-70).

⁴Visão não exatamente compartilhada pelo organizador do último tomo da coleção publicado após a morte de Cortesão. Na introdução escrita por Hélio Vianna em um texto bastante sucinto, quando comparado a seu predecessor, chama os bandeirantes de 'preadores de indígenas' (1966, p. 4). O autor termina a apresentação falando em um conhecimento 'melhor' do passado indígena, jesuíta e bandeirante demonstrando um posicionamento um pouco mais "crítico" e menos nacionalista que Cortesão (VIANNA, 1966, p. 5).

⁵ Monteiro (1999, p. 237) sublinha alguns desses episódios em que os indígenas são "destacados" como o auxílio aos luso brasileiros no combate com os holandeses, vítimas dos bandeirantes e protegidos do Rondon.



Sobre a escolha de quais documentos seriam pertinentes para a coleção, Cortesão se coloca de maneira isenta, creditando a seleção ao acaso (1952, p. 6). Contudo, em outro texto o autor menciona uma escolha mais “ativa”, chegando a republicar dentro das compilações fontes já impressas anteriormente ‘sempre que elas se nos afiguraram de valor fundamental’ (CORTESÃO, 1969, p. 8).

Mas onde ficam os indígenas no trabalho de Cortesão? E as mulheres? Longe de responder de forma “completa” essas perguntas, o objetivo é propor algumas reflexões que podem ajudar a compreender o silenciamento e invisibilidade das mulheres indígenas na documentação e, conseqüentemente, nas análises. Pensar sobre as territorialidades ameríndias na região e as disputas desses grupos com as coroas espanhola e portuguesa que avançavam nessas “fronteiras” e como essas questões eram tratadas historicamente pelo autor são uma forma de tentar elucidar esses questionamentos. Ele frequentemente chama os índios não aliados de ‘rebeldes’ em meio às disputas entre portugueses, espanhóis e jesuítas, como se eles não fizessem parte ativa nos conflitos pelo território, apenas participando como auxiliares (CORTESÃO, 1954, 1969). Essa ideia de “rebeldia” foi relacionada a uma forma rígida de resistência, vista como natural das populações indígenas e esvaziando o debate sobre as formas de atuação desses povos (MONTEIRO, 1999, p. 240).

Sobre as indígenas, não parece existir espaço para elas nesse jogo de territórios entre nações “emergentes”. Cortesão selecionou as fontes para a coleção a partir do seu interesse na formação territorial das nações do Prata, priorizando a documentação que condizia com a legitimação regional do local. Em seus textos, ele menciona a importância desses escritos para o interesse de questões públicas que, geralmente, não são fontes que apresentam a presença de mulheres de forma recorrente. A historiadora Reichel (2002, p. 141-150), ao se dedicar a análise da produção historiográfica sobre o período colonial e republicano para a região do Prata, comenta e relaciona a pouca visibilidade de pesquisas voltadas para a mulher com a valorização de trabalhos com temáticas mais “tradicionais” voltadas ao estudo dos espaços públicos. Pensar a organização dessas coleções ajuda a entender a pouca presença das mulheres tanto nas fontes, como nas pesquisas. Essas coleções influenciaram de forma incisiva a produção historiográfica sobre o período, refletindo sobre a escolha dos temas e a forma como os/as indígenas e demais sujeitos foram apresentados.

Mulheres com e sem nome

Esta parte do ensaio será dedicada a analisar a documentação organizada nas coleções apresentadas. A análise muda seu foco e se propõe a trabalhar com a pergunta realizada no início da escrita, o que foi necessário para que nossos narradores dissessem o nome dessas indígenas? A documentação presente na Coleção de Angelis é variada, porém apresenta um discurso relativamente homogêneo sobre a indígena, onde observa-se um diálogo com a Igreja moderna e sua visão de mulher pautada na ideia de culpabilidade. O controle sobre essas indígenas e de sua sexualidade era parte importante do projeto missionário. As fontes nos mostram uma participação diversificada das mulheres nas sociedades indígenas e colonial, relatando elas em funções essenciais como horticultoras, coletoras, ceramistas, educadoras, integrantes de espaços de decisão, lideranças espirituais, entre outras (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019, p. 2-3).



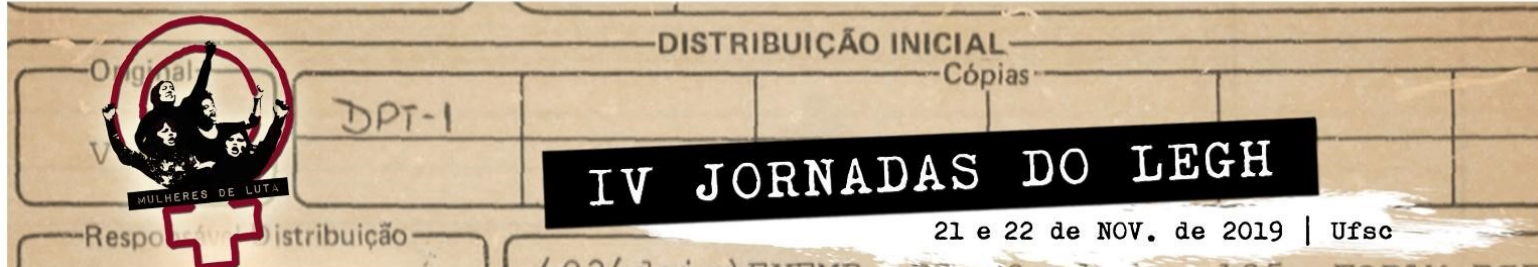
Em algumas fontes, as indígenas receberam bastante destaque em comparação às outras narradas de forma anônima, como o caso de Felicitas. O relato de Nusdorffer ocorreu entre os anos de 1750 e 1756, durante as demarcações do Tratado de Madri (1750)⁶, no qual o jesuíta foi encarregado da evacuação das reduções que seriam entregues aos portugueses. A índia é apresentada de forma bastante biográfica pelo inaciano:

[...] Felicitas pues fue una India del pueblo de la Cruz, à la qual, viniendo yo à las Doctrinas ei Año 1717 hallè Viuda yà de mucho tiempo y vieja, siempre de buena y exemplar vida, assistente todos los dias en la Iglesia à Missa y Rosário, frequentando los SS. Sacramentos de Confession y Comunion, especialmente en las fiestas de la Virgen, cuya congregante era; muy amante de los PP.” con los quales tenia particular confianza recurriendo en todo à ellos como à sus Maestros y PP.” Espirituales. para mostrar este su amor con ellos todos los Viernes dei a.º sin falta avia de ir à pescar, sin ser mandada y traer para los PP.es algunos pexecillos Especiales q se hallan en el Uruguay, à cuya orilla occidental esta el pueblo, por aquellos parajes, siendo ella aun muchacha mudose su pueblo del Mborore ai puesto adonde aora está, por las Correrias de los Mamalucos del Brasil; muriò ella de mas de 90 años de edad [...] (NUSDORFFER, 1754, p. 262).

A profecia e Felicitas fazem parte da análise de várias pesquisas. Sobre o relato e seu contexto, Ribeiro (2018, p. 148) aborda a construção temporal contida na fala da indígena para compreender as noções de tempo elaboradas pelos guaranis dentro das missões. O autor menciona ela como uma possível testemunha de acontecimentos importantes para os indígenas, desde o início da evangelização dos jesuítas no Uruguai, como também do trauma das perseguições dos bandeirantes no Tape e da vitória indígena na batalha de Mbororé (1641). A década de 1730, período no qual a indígena produz seu relato, foi igualmente conturbado. As populações missioneiras enfrentaram crises de varíola, a guerra contra portugueses na Colônia de Sacramento, uma forte seca que resultou em problemas nas plantações e fome seguidos de ataques de povos inimigos. Esses eventos provocaram uma redução populacional nas missões, levando Nusdorffer a relacioná-los a parte da profecia de Felicitas que mencionava uma grande mortandade (RIBEIRO, 2018, p. 148-152).

A forma narrativa elaborada pela indígena possivelmente foi pautada em uma noção cíclica de tempo com base na repetição dos fatos. Esses acontecimentos eram ordenados pela sua identificação, semelhança e classificação de modo comparativo, sendo estruturados em uma lógica de equilíbrio e perturbação. Felicitas, detentora de uma extensa e rica memória, entendia esses eventos catastróficos dentro dessa lógica, talvez enxergando no momento de crise o início de uma desordem já esperada (RIBEIRO, 2018, p. 152). Em suma, a concepção de tempo era entendida a partir da ideia de um período de equilíbrio encerrado pela perturbação e suas sucessivas repetições. Esse entendimento possui uma formulação semelhante ao mito de origem elaborado pelos indígenas sobre seus antepassados nos territórios missioneiros. Segundo essa narrativa, o tempo de paz e estabilidade

⁶ O tratado estabelecia a permuta entre territórios da Espanha e Portugal, entre eles as missões orientais que passariam para domínios portugueses. O episódio causou conflitos e grande resistência por parte dos indígenas, especialmente guaranis (RIBEIRO, 2018, p. 147-148).



dos indígenas cristianizados pelos jesuítas foi interrompido pela guerra trazida pelos bandeirantes⁷. Nesse contexto, Felicitas formulava suas previsões a partir de categorias concretas e comparativas, observando acontecimentos passados para realizar projeções futuras (RIBEIRO, 2018, p. 153-166).

A pesquisa supracitada, ajuda a compreender como a indígena concebeu seu prognóstico e como ele se encaixava dentro do pensamento das populações indígenas missionárias. Mas ainda fica o questionamento do porque ela se destacou tanto diante dos padres? No documento escrito pela inaciano, o prognóstico da indígena pareceu impressionar seus interlocutores. Chamada de ‘Mbabuçu oicone’ que significava, segundo relata o jesuíta, ‘un trabajo grande, una mortandad grande espera à las Doctrinas nuestras de suerte q puede parecer q totalmente se destruirian y se acabarian’ (NUSDORFFER, 1754, p. 262). A fala de Nusdorffer (1754, p. 261-263) demonstra um grande esforço em apresentar Felicitas como uma mulher devota e recatada, talvez como forma de legitimar sua narrativa profética sobre as reduções. O inaciano também faz uma relação de outros padres que conviveram e testemunharam as palavras e bom comportamento da indígena, já que ele, mesmo conhecendo ela de longa data, nunca havia ouvido o prognóstico.

Outras pesquisas que analisam representações sobre as mulheres indígenas em relatos inacianos, mencionam a importância em destacar o sucesso do projeto colonial sobre o comportamento dos indígenas, principalmente, em relação a poligamia e sexualidade. O tema central dessa documentação e também da ação missionária foi pautado na preocupação dos padres com o sistema de parentesco dos povos que viviam nas reduções. Nesses casos, é onde se concentram as numerosas informações das fontes sobre as indígenas (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019, p. 4).

Quando narram os casos de conversão e bom comportamento dentro dos preceitos cristãos, os jesuítas costumam apresentar de forma mais detalhada a mulher, falando seu nome, geralmente o cristão e não indígena, e suas qualidades consideradas devotas. Por outro lado, quando criticam seus hábitos e conduta, elas costumam figurar como anônimas. Como no caso do *pueblo* de San Javier, onde o padre narra suas dificuldades na conversão de alguns costumes, entre eles, das mulheres que atuavam como feiticeiras e agoureiras (ANÔNIMO, 1750, p. 19). Segue o trecho

[...] Hay algunas Agoreras. Una de estas, enferma gravemente, pidió ai Padre el Santo Bautismo; dixole, no creia que lo pidiese de corazon, y asi fue; porque despues se hizo llebar á casa de la Hechizera (solo finguen que hablan con el Demónio.) Acudió el Padre, haciendo la carga de su palabra, y què como se nabia hecho chupar? (ès medicina que usan dichas Hechizeras) à que respondió; Vine, por que alli no me cuidaban, y aqui, sin quererlo, me ha chupado la Hechizera. Replicòla el Padre: trata de cuidar de tu alma; que si nò, no he de bautizarte, y tu alma ira á arder en ei fuego, que no tiene fin; tu cuerpo lo comeran en ei campo los Caranchos, (ave voraz) y los Tigres. Hizose volver a la casa de donde vino, à donde volvio el Padre de ay á algunos dias, para oautizarla, si estubiese dispuesta; y preguntandola si queria de corazon dexar sus costumbres y bautizarse? respondió, que si, y que a noche antecedente no pudo dormir, habiendola toda pasado llorando, ai conciderar, decia, que si no me bautizar, he de ir à arder ai fuego que no tiene fin; lo que, certificado

⁷ O mito fundacional explica que Deus criou a terra e a entregou aos indígenas, após Deus teria enviado os jesuítas para ensinarem aos indígenas como serem cristãos. O mito funcionava em uma lógica construída no ‘antes e depois’, importante para a noção de experiência de tempo dessas populações (RIBEIRO, 2018, p. 154).



con el dicho de sus companeras, bautizada, murio á los dos dias con mucha paz (ANÔNIMO, 1750, p. 19).

O relato do padre anônimo mostra um final considerado, por ele, como adequado para uma mulher não devota, articulando uma narração com base na ideia do exemplo, comum em textos produzidos por religiosos⁸. Ela sequer é chamada de índia, as duas mulheres que fazem parte da narrativa são resumidas a ‘feiticeiras’. Ao longo desse documento, diversos homens são tratados pelo seu nome e as mulheres ou são mencionadas apenas pela etnia, ou adjetivadas como no recorte acima. Destacamos essa parte de forma mais completa, para permitir uma visão comparativa com o caso de Felicitas. São situações muito diferentes e, basicamente não comparáveis, mas que mostram o quanto as indígenas foram apresentadas dentro de conotações bem específicas para o período. Enquanto a primeira era ‘siempre de buena y exemplar vida’ (NUSDORFFER, 1754, p. 262), as outras mulheres parecem não ser confiáveis em sua fé cristã e nem para “falar com o demônio”.

Os religiosos possuíam objetivos específicos ao escrever e isso refletiu diretamente nas mulheres⁹. Algumas pesquisas abordam como essa questão influenciou a forma na qual os indígenas foram apresentados e “organizados” a partir de concepções e categorias coloniais. Ao analisar crônicas jesuíticas e etnografias estatais dos séculos XVI a XVIII, Wilde (2011) propõe que esses documentos produziam ficções para “ordenar” e homogeneizar os indígenas. Nas narrativas, eles foram classificados em duas categorias de oposição, de indígenas reduzidos ou de infiéis, que não abarcavam a complexidade de relações sociais e culturais dessas populações. Essas descrições procuravam criar uma rígida diferença entre a vida nas reduções e os espaços circundantes, criando ficções que promoviam ao mesmo tempo “ordem” e “desordem” com base na homogeneização étnica e linguística.

Em específico para as mulheres, os textos escritos pelos jesuítas também apresentavam uma tentativa de dualidade, semelhante a observada nos relatos de Felicitas e das indígenas curandeiras. Fleck (2006, p. 617-634) em sua pesquisa ao longo do século XVII, demonstra como a documentação inaciana construiu narrativas com base em estereótipos e contradições, classificando as mulheres entre “auxiliares do demônio” e ao mesmo tempo como exemplares cristãs. Essas imagens foram se transformando ao longo do projeto colonial, onde as associações às bruxas e demônios perdem espaço para os casos de relatos edificantes.

Em linhas gerais, podemos afirmar que os agentes coloniais utilizavam-se da escrita e de outros dispositivos de poder para observar e construir as realidades ameríndias dentro de suas concepções sociais, políticas e culturais. Bourdieu (BOURDIEU, 1989, p. 146) menciona em seu trabalho a força simbólica de nomear, identificar e categorizar os indivíduos, chamado de poder

⁸ Quando nos dedicamos às fontes religiosas e analisamos as falas dos jesuítas, em geral, elas são pautadas pela moral cristã, recorrendo à Bíblia, à Igreja e à literatura piedosa como bons exemplos de conduta. Eles construíram suas narrativas a partir do modelo de “bom exemplo” e, em muitos momentos, as indígenas aparecem nessas fontes a partir da comparação com outras mulheres ou homens. Para um aprofundamento da discussão ver o trabalho de CLISSA, Karina. La Oratoria Sagrada y la Imagen Ideal de la infancia. in: *Folia Historica del Nordeste*. nº 27, Septiembre-Diciembre, 2016. IIGHI-IH-CONICET/UNNE. p. 75-92.

⁹ Entre esses objetivos, podemos citar a sua alocação no trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho, a educação dos filhos, família, práticas matrimoniais, poligamia e adultério. Esses critérios dialogavam com as teorias sociais do século XVIII que valorizavam as questões relativas ao papel da mulher na socialização e transmissão de valores morais e familiares (GÓMEZ, 2012, p. 31).



simbólico, podendo ser também utilizado para o não nomear. Essa imposição possuía o respaldo do coletivo, do consenso e do senso comum de sua época, sendo esse “representante” possuidor do monopólio desse poder simbólico e agindo por meio de um ponto de vista autorizado e legítimo de porta-voz. Assim, podiam ser produzidas dentro de perspectivas particulares nomeações de si mesmos e de outros que poderiam abarcar sobrenomes, insultos, acusações entre outros (BOURDIEU, 1989, p. 146). Essa chave de interpretação é interessante para refletir nas fontes produzidas pelos inicianos sobre as mulheres e também na posterior organização dessa documentação.

Considerações finais

Esta escrita nasceu a partir de um questionamento realizado durante a leitura e análise de fontes para abordar as mulheres indígenas na região do Prata. A pergunta do porque a maioria das indígenas presentes na pesquisa não tem seus nomes mencionados, diferente dos homens, se tornou uma direção importante para o texto. Longe de responder essa indagação, a proposta foi pautada em pensar nos variados “filtros” que se somaram, influenciando no silenciamento dos e das indígenas. Entendemos que o exercício de ponderar a organização dessas fontes, além de apenas analisá-las em si, constitui uma forma de complementar as pesquisas já existentes, propondo outras camadas de interpretações que ajudem a questionar o silenciamento e invisibilidade, como também enriquecer as análises sobre os povos e mulheres indígenas.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

ANÔNIMO. Notícia sobre a redução de San Xavier de índios Mocobi, :na jurisdição de Santa Fé. p. 16-23, 1750. in: Manuscritos da Coleção de Angelis. *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos: (1750-1802)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

BAPTISTA, Jean Tiago; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: Patrimônio Silenciado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56150, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CORTESÃO, Jaime. Introdução. In: Manuscritos da Coleção de Angelis. *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos: (1750-1802)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

CORTESÃO, Jaime. Introdução. In: Manuscritos da Coleção de Angelis. *Jesuitas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1952.



CORTESÃO, Jaime. Introdução. In: Manuscritos da Coleção de Angelis. *Tratado de Madri: antecedentes – Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1954.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De mancebas auxiliares do demônio a devotas congregantes: mulheres e condutas em transformação (reduções jesuítico guaranis, séc. XVII). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 617-634, set-dez. 2006.

GÓMEZ, Mariana Daniela. Bestias de carga, amazonas y libertinas sexuales. Imágenes sobre las mujeres indígenas del gran chaco. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia M. (orgs.) *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para “Fazendo o Gênero 9” e para a “27º Reunião Brasileira de Antropologia”*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012. p. 28-49.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: Adauto Novaes (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NUSDORFFER, Bernardo. De la relacion de lo sucedido en estas doctrinas, Tercera parte, 1754, p. 245-282. In: Manuscritos da Coleção de Angelis. *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos: (1750-1802)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

PEIXOTO, Renato Amado. Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 22, p. 59-78, dez. 2016.

REICHEL, Heloísa J. La Mujer Rioplatense en la visión de los viajeros: un sujeto de la historia. In: *Historia de las Mujeres en America Latina*. Juan Andreo, Sara Beatriz Guardia (org.) Centro de estudios la mujer en la historia de América Latina, CEHMAL; MURCIA: Departamento de historia Moderna, Contemporanea y de América, Universidad de Murcia, España, 2002. p.141-150.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. Mbabuçú Oiconê: a profecia de Felicitas, tempo e história nas reduções do Paraguai. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, v. 10, n. 19, jan.-jun. 2018.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Trad. de Rose Barboza. *E-cadernos ces*, 18, Universidade De Coimbra, 2012. p. 106-131.

VIANNA, Hélio. Introdução (1966). In: Manuscritos da Coleção de Angelis. *Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Manuscritos da Coleção de Angelis IV: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras e Publicações. 1970.

VITAR, Beatriz. Hilar, teñir y tejer. El trabajo femenino en las misiones jesuíticas del Chaco (siglo XVIII). *Anuario de Estudios Americanos*, 72, 2, Sevilla, p. 661-692, jul.-dic. 2015.



WILDE, Guillermo. De las crónicas jesuíticas a las “etnografías estatales”: realidades y ficciones del orden misional en las fronteras ibéricas, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/62238>.

Women unnamed: reflections on invisibility and indigenous women in written documentation

Abstract: The purpose of this speech is to reflect about the invisibility of indigenous women in Spanish documentation produced in the 18th century. This research will analyze written documentation and reflect critically on the production and organization of these writings from some case studies for the River Plate region. The period was characterized by social and economic transformations in the region that influenced the dynamics between the Spanish and the indigenous populations. In the context, men were elected as privileged interlocutors by the colonizers, an important aspect to understand a greater male presence in historical sources. This text intends to approach experiences of some indigenous women who transgressed this “social barrier”, as well as speculate about the invisibility, stereotypes and categories produced. For this is necessary to work with the forms of historical silencing, especially on indigenous populations, reflecting on their production, organization and the historiographic analyzes written from these documents.

Keywords: Women. Indigenous. Invisibility. Historical silencing. Written documentation.



MARCOS IDENTITÁRIOS E O CONCEITO DE “MULHER” NO PROJETO EDITORIAL DE BRASIL FEMININO

Linaia de Vargas Palacio¹

Resumo: Na década de 1930 a revista *Brasil Feminino* registrou, pela autoria das escritoras que nela contribuíram, concepções e ideias de um grupo de mulheres da elite do Brasil. Os temas variavam entre aqueles referentes à esfera pública e os referentes à esfera privada de nossa sociedade. Neste trabalho será analisada como a identidade dessas mulheres ficou assinalada nesses escritos no que se refere a suas concepções do conceito de “mulher”. Para esse enfoque, será considerada uma perspectiva interseccional em que classe e raça (aqui entendida pela abordagem crítica do conceito de branquitude) compõem o estudo.

Palavras-chave: Imprensa. Mulheres. Branquitude. Imprensa feminista.

Introdução

No ano de 1932, mais precisamente no mês de Fevereiro de 1932, surgiu na cidade do Rio de Janeiro um tipo de proposta editorial um tanto diferente do que costumava circular pelo país no início do século XX. A grande imprensa brasileira constituía-se como um ambiente predominantemente ocupado por homens. Tradicionalmente na mídia impressa, até as colunas e magazines destinadas a mulheres possuíam, em muitos dos casos, autoria de homens. No entanto, a publicação que este estudo investiga é uma revista mensal que se organizou no sentido contrário. Intitulada *Brasil Feminino*, a magazine circulou entre os anos de 1932 e 1937² em território nacional. Essa revista pode ser dividida em duas diferentes fases de publicações. Uma em que não possuía vinculação política formal e outra, a partir de 1937, em que recebia patrocínio e operava como veículo de propaganda da Ação Integralista Brasileira (AIB). Nesse artigo, o enfoque de análise ocorrerá na primeira fase de *Brasil Feminino*. Ocorre que, a partir de sua inauguração e também durante um longo período, a chamada da revista reivindicava o importante pioneirismo de ser a “única do gênero em toda a América do Sul [feita] da mulher, pela mulher, para a mulher”³, ou seja, era pela primeira vez inteiramente produzida por mulheres.

A responsável editorial pelo projeto foi uma jornalista chamada Iveta Ribeiro e as edições lançadas por ela eram bastante densas, variando entre quarenta e sessenta páginas mensais. Em termos gerais, organizava-se a partir de um formato bastante tradicional de imprensa voltada para mulheres, em que a maior parte do conteúdo tratava dos cuidados do lar e dos assuntos da vida privada. Para Tania de Luca, essa seria uma abordagem de “imprensa feminina”, aquela dos temas perenes, que explora a moda, beleza, cuidados com o lar e família e acaba tornando-se um tipo de jornalismo com abordagem circular [...] (LUCA, 2013, p. 448). No entanto, essas questões não encerram sua

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). E-mail: linaia.palacio@gmail.com.

² Embora a única biografia de Iveta Ribeiro faça menção a continuidade da revista até o ano de 1939, é pouco provável que as publicações tenham seguido ou retornado depois que a então patrocinadora AIB entrou para a ilegalidade, ainda em 1937. Sobre a biografia de Iveta, ver: VASCONCELLOS, Eliane; FLORES, Hilda A. H. Iveta Ribeiro. In: MUZART, Zahid L. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*: Antologia. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. Vol. 3.

³ Informação reiterada em todas as edições disponíveis para consulta, referenciadas nessa pesquisa.



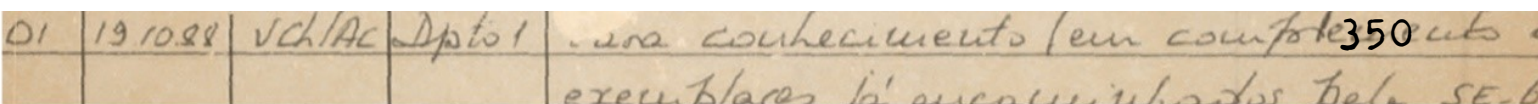
abrangência, pois há também um outro direcionamento do conteúdo. Outro direcionamento que permite que a classifiquemos como imprensa feminista. Em primeiro lugar porque o feminismo aparece sendo reivindicado em diversos momentos desde o plano de ação, até o título ou conteúdo dos textos. E depois, porque se trata de um projeto de divulgação do trabalho de mulheres. Na mesma obra citada anteriormente, Tania de Luca igualmente dá uma definição para o que compreende por imprensa feminista. Segundo a autora, esse seria um tipo de publicação atrelada a assuntos diferentes, como a luta pelo direito à educação, ao exercício profissional e ao voto (LUCA, 2013). Pautas que também se confirmam quando analisamos o conteúdo de *Brasil Feminino*.

Ao executar um estudo mais atento do que suas colunistas publicavam, essa diferenciação se mostra complexa ou mais borrada do que se poderia esperar. A linha entre imprensa feminina e feminista se confunde. Seus diálogos são estabelecidos com a mulher do lar, mas não com todas as mulheres. Enquanto celebram e publicam suas realizações, demandam mais participação no espaço público. Seu feminismo, denominado no plano de ação da revista como Feminismo Racional, estabelece limites de atuação. Assim, o objetivo deste artigo será analisar textos publicados pelas autoras que contribuíam para a revista, com especial foco nas categorias concernentes a questões feministas e raciais, investigando-os a partir de uma perspectiva interseccional. O propósito da análise é compreender de que maneiras aparecem em seus discursos esses marcos identitários e como eles se relacionam com seu entendimento da categoria “mulher”.

O Feminismo Racional de Brasil Feminino

Para pensar sobre a categoria feminismo nos escritos de *Brasil Feminino*, foi possível encontrar muitos textos em que o conteúdo o mencionava, explicava ou teorizava. Mas antes, é importante considerar o quanto uma revista de mulheres da elite carioca se declarar feminista reiteradas vezes num momento histórico de extremo conservadorismo acrescentava riscos para a atividade, embora um feminismo bem adequado pudesse encontrar apoio até mesmo nos discursos da política institucional à época⁴. De qualquer forma, ideias sobre a inferioridade das mulheres eram veiculadas em âmbitos jurídicos, científicos, religiosos e culturais e se configuravam como empecilho para a concretização de garantias básicas de autonomia. Não só as feministas, mas as mulheres intelectualizadas, representadas como pessoas feias, desajustadas, “excessivamente” dedicadas à carreira ou aos assuntos da política institucional significavam uma ameaça à ordem “natural” da sociedade. Suas existências eram indistintamente atreladas ao fracasso no projeto pessoal de felicidade. Além de artigos na imprensa, havia uma longa trajetória de publicação de charges e letras de músicas reforçando que o papel da mulher ideal, correta e respeitável estaria ligado à família. Enquanto, por outro lado, desmoralizavam qualquer projeção de independência e realização que as mulheres pudessem vislumbrar para além dessas possibilidades. Isso significava, em termos gerais, uma censura pautada em violências simbólicas e materiais que visava impedir que mulheres, mesmo as mais privilegiadas, pudessem projetar para si mesmas realidades em que não estariam reproduzindo

⁴ Não só o presidente Getúlio Vargas enviou uma representante do governo para participar do Segundo Congresso Internacional Feminista (ocorrido ainda no ano de 1931), como recebeu jovens delegadas do congresso, deixando-se fotografar com elas. Sobre o movimento, chegou a declarar que o feminismo seria acolhido com simpatia por continuar integrado à tradição da família (Marques, 2016, p. 36).





um trabalho exclusivo extremamente especializado de cuidado do lar e criação da prole. Ao mesmo tempo, desqualificava aquelas que, por necessidade, ocupavam postos de trabalho, reforçando a ideia de que esse espaço pertencia à esfera da masculinidade.

Brasil Feminino era composta por um conjunto bastante coeso de mulheres, em grande maioria brancas, da elite carioca. Suas páginas eram sempre assinadas, demarcavam suas autorias. Seus nomes eram conhecidos e alguns permanecem famosos até os dias atuais. Assim, compondo o grupo que compunham e representando as famílias que representavam, muitas delas casadas com personagens importantes da vida pública do Rio de Janeiro ou mesmo do Brasil, não é de se estranhar que tivessem uma inclinação conservadora no momento de declararem seu entendimento sobre a atuação feminista. Havia, em seus campos de atuação, conjunturas familiares, políticas e sociais de privilégios a serem preservados. Seus projetos coletivos de emancipação possuíam, portanto, limitações referentes a seus lugares sociais. Essa postura obviamente não diz respeito nem a todas as militantes da época, nem a todas as mulheres da elite, mas ganha sentido na medida em que posicionamos essas pessoas dentro de seus contextos e particularidades. Na edição de inauguração de *Brasil Feminino*, Iveta Ribeiro tenta explicar um pouco do que se constitui seu projeto de divulgação da cultura, inteligência e solidariedade das mulheres brasileiras. Para ela, era chegado o tempo de ostentar a capacidade e energia da mulher, suas aptidões mentais, mas lutando “ao lado do homem em todos os ramos de actividades modernas; caminhando com elle, a par e passo, em demanda do progresso moral e material da pátria” (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 3). Para que suas intenções não fossem mal interpretadas, reforçava a necessidade de se manter ao lado dos homens, sem incitar conflitos. Logo depois, encerra o mesmo texto fazendo as ponderações necessárias à compreensão de que tipo de feminismo ela está construindo. Cito mais uma vez:

[...] fazei da nossa revista um pavilhão de espirito, de graça e de superioridade, não como órgão agressivo de um feminismo combativo e intransigente, creador de ridiculos justificados e de antipathias derrotistas, mas como luminosa e amiga demonstração de Egualdade, de Liberdade e de Fraternidade (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 3).

Ao reivindicar os ideais que remetem à Revolução Francesa, Iveta insere seu feminismo no campo das disputas por direitos civis e o faz remetendo à herança de feministas europeias. Ao destacar sua postura amigável, se distancia do feminismo combativo e faz menção ao processo civilizacional do continente europeu, referência de civilidade e modernidade para o Brasil. Nos estudos de Míriam Moreira Leite é possível compreender a que feminismo combativo ela se refere. Já na década de 1920 as disputas discursivas em torno do conceito de feminismo renderam debates em colunas de revistas. Se, por um lado, a *Revista Feminina* declarava não apoiar um feminismo revolucionário que negasse a ideia de Deus ou a destruição da família. De outro, militantes operárias, socialistas e anarquistas contrapunham reivindicando medidas mais abrangentes do que a agenda das mulheres da elite permitia à época (LEITE, 1984, p. 41-43).

Como é possível associar, essa necessidade de diferenciação e as disputas discursivas em torno do feminismo não se encerraram na década anterior. Os textos de BF perpetuaram distanciamento tanto em relação aos discursos antifeministas que povoavam a opinião pública, quanto aos discursos feministas que eram considerados excessivamente radicais. Raquel Soihet também



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

explica como a imprensa feminista lidava com ponderações, apontando que uma das preocupações à época era que o movimento não ganhasse ainda mais opositores (SOHIET b, 2013, p. 233).

Em outra coluna, intitulada *O feminismo que eu amo* e assinado por Albertina Silveira, o texto fala mais daquilo que seu feminismo nega do que o afirma. A motivação do texto é uma senhora “da alta sociedade americana” que estranha que nos salões do Brasil as vestimentas de homens e mulheres fossem tão diferentes:

Sou de opinião que a mulher deva simplificar os seus vestidos; mas o nosso feminismo aqui neste amado Brasil, graças a Deus, nunca poderá perder sua personalidade: – a arte, a poesia, a delicadeza de suas rendas e de todo um conjunto que é próprio da mulher e que lhe dá, aos olhos do homem, a beleza espiritual (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 4).

Albertina dá seguimento a seus posicionamentos quando afirma que “O feminismo que eu amo é a mulher intelectualmente preparada para colaborar junto ao homem e nunca independente dele”. Insiste que as mulheres que trabalham “porque a sorte não sorri a todos”, o façam sem perder a “delicadeza do nosso vestir” porque é isso que os homens procuram. (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 4). Notadamente, sua postura dá indícios de que o progresso das mulheres pautado por esse projeto editorial tem uma forte relação com o pertencimento aos modelos de família burguesa do momento. O trabalho destina-se àquelas que precisam, o vestir carece de delicadeza, o feminismo é composto daquilo que o homem vê de belo. E muitos outros exemplos são dados nesse sentido.

Já na segunda edição, na coluna *De Início*, Iveta continua reiterando seus propósitos enquanto editora, pois ainda se trata de um momento de afirmação da revista e do lugar que quer ocupar. Depois de referir-se às contribuições patrióticas a que a revista se propõe, explica:

Será esse um ideal feminista? Sim! Porém um feminismo quem em vez de tira(?) á mulher as prerrogativas naturais do sexo e afasta-la do lar, que deve ser sempre o seu posto sagrado, a oriente dentro de seus direitos, e sem violências, nem arrogâncias (?) lhe dê maior liberdade de acção, melhor compreensão de seus deveres humanos e o brilho pleno de seu espirito educado, culto, superior (BRASIL FEMININO, Ed 02. p. 5).

Aqui, percebe-se novamente o duplo movimento de, concomitantemente enunciar aquilo para que seu feminismo se dispõe e negar posições que possam dificultar seus objetivos editoriais ou ameaçar seu lugar social. O feminismo proposto por essas mulheres não está questionando as estruturas que mantêm seus papéis de gênero, mas empreendendo mudanças no sentido de alcançar mais conquistas. Enquanto *Brasil Feminino* serve para demonstrar o valor e as “aptidões mentaes” das mulheres, também insiste que a luta por esse reconhecimento ocorra em cooperação com os homens, contribuindo para o projeto de pátria e modernidade em que se encaixam.

Mas nem só de garantir a manutenção de papéis vive o discurso feminista registrado na magazine. Na página 36 da primeira edição, a coluna denominada *Feminismo* já demonstra preocupações distintas em relação ao tema. Isolina Backer de Segadas Vianna faz questão de assinar



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

a o texto como médica membro da Comissão Fiscal da Aliança Nacional de Mulheres⁵. Desde o início do texto, conclama as mulheres a despertarem, abrirem os olhos, estabelecendo uma relação muito direta com as necessidades patrióticas, com um ideal de cidadania ativo que aponta novos objetivos para a subjetividade feminina: “Já não és mais somente a machina sublime da reprodução; já não és mais somente um anjo de pureza; já não és mais somente a fada omnipresente nos arranjos do lar. A Patria quer que sejas tudo isto e muito mais ainda – ó mulher do meu Brasil!” (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 36).

É notório que as mulheres que estão reivindicando uma postura feminista na revista, organizam o seu discurso no sentido de acrescentar conquistas a um roteiro social já conhecido. Não colocam em xeque seu entendimento do papel que ocupam, nem questionam a maternidade e o casamento, já que demandam mais autorização, mais espaço para trabalho, somando a isso a administração do lar, sem relativizações. No entanto, suas demandas não se encerram aí. Isolina também apela para o sentido dos deveres diante de uma cidadania almejada, em construção. Mais espaço no mercado de trabalho, direito ao voto, participação ativa na vida pública implicam também nos deveres dessa cidadania do novo modelo de governo que se delineava. Ela explica: “Ouve. O Brasil quer agora produzir, trabalhar muito. E, appella para teu civismo nunca desmentido, desde Barbara Heliodora, Maria Quiteria, Annita Garibaldi até augusta princesa Izabel” (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 36).

Esse dever implicaria num sacrificio referenciado nessas antigas heroínas da história. A autora apela, em seu texto, para que tudo que a mulher consuma venha da indústria nacional, estabelecendo uma relação direta entre o consumo de produtos nacionais e os empregos gerados, a economia estimulada, muito de acordo com o discurso do governo Vargas, que buscava incentivar e organizar a produção industrial do Brasil, ainda incipiente. Percebemos que a autora é consciente da importância da participação das mulheres, principalmente do público alvo da revista nesse projeto político. Ela dialoga com pessoas referenciadas pelo espaço privado, pois não há uma interlocução estabelecida com as trabalhadoras nesse texto. É possível notar que o espaço editorial dá lugar a essa chamada de responsabilidade ativa e participante, um apelo ao civismo: “Sê o baluarte da Republica Nova” (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 36). A grandeza da pátria, o futuro e o progresso contam com uma participação das mulheres do lar que não é apagada ou ignorada. Essa perspectiva demonstra um ideal de feminismo que almeja mais participação ativa na vida pública e chama para as consequências dessa participação. E não apenas pelo texto de Isolina é possível perceber que o projeto da revista coincide, pelo menos em seus momentos iniciais, com as intenções do governo, pois há constante aparição da primeira dama Darcy Sarmanho Vargas, e das filhas do presidente da república, indicando essa afinção entre os projetos.

Também é importante notar que o feminismo que apela para o sentido de participação patriótica não o faz a partir de uma constituição estabelecida, de conceitos de cidadania bem referenciados, mas acontece ao mesmo tempo em que essas discussões estão a pleno vapor na esfera

⁵ Resultante de uma cisão ocorrida na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Aliança Nacional de Mulheres (ANM) militava por direitos civis das mulheres, como o sufrágio e teve como principal articuladora e presidente Natércia da Silveira. A organização teve um crescimento bastante rápido, chegando a contar, por volta de 1932, com cerca de três mil sócias.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

pública, numa tentativa de estabelecer, como bem cita Isolina, uma República Nova. Um novo código eleitoral, um novo código trabalhista, uma nova constituição estavam em discussão nesse momento. Então a exigência pela inclusão das mulheres a partir da igualdade jurídica se dava num território que não era só dominado por homens, mas estava prestes a se modificar. Como exemplo, temos um testemunho dessa mobilização dos direitos civis registrado no texto de Bertha Lutz, também da primeira edição. Embora a distribuição desse texto tenha ocorrido no mês de Fevereiro, concomitante à conquista, o sufrágio ainda permanecia como tema de debate no momento de sua publicação. Logo, coincidiram a publicação dos apelos feitos pela autora, com a conquista do direito a que ela se referia. Num artigo altamente informativo, Bertha anuncia às leitoras que o projeto de lei eleitoral que permite o direito de voto às mulheres, que possuem economia própria, foi apresentado ao público. Trata-se, naquele momento, de uma conquista importante para o civismo e progresso das mulheres no país. É possível notar que o argumento de Bertha se aproxima da linha argumentativa construída pelas feministas do norte global, com quem mantinha relações estreitas, fosse pelos estudos e viagens à Europa, ou pela aproximação com líderes feministas estadunidenses. Como referência desse norte global mencionado, usa a Finlândia e a Alemanha que, segundo ela, não elegeram, naquele momento, partidos extremistas (nem comunistas e nem fascistas) devido ao voto feminino, o que é condizente com essa postura estratégica, ponderada, que Soihet aponta. Por fim, chama aquelas que ainda não estariam contempladas pela lei, a se engajarem na luta pela expansão da conquista e às que o eram, que se conscientizassem para exercer o direito adquirido (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 39).

O que se pode apreender desses trechos selecionados, embora representem uma pequena parcela das publicações da revista, é que as autoras de *Brasil Feminino*, em grande medida se consideravam feministas. E disputavam também essa categoria, pregando um feminismo que consideravam “racional”, oposto ao radicalismo, que lutava pela emancipação “da mulher”, enquanto também contava com a manutenção da ordem social e apoio dos homens. Uma organização discursiva que embasava o progresso das mulheres de forma apaziguadora, dialogando com a política institucional e com os lugares de poder cimentados na sociedade brasileira da época.

A questão da branquitude

Foi possível notar, até o momento, que os textos analisados, ao tratarem de questões como a união e o progresso feminino, se referiram sempre ao público alvo da revista no singular, escrevendo para “a mulher”. No entanto, percebe-se também que foi estabelecido um afastamento em relação às feministas que, por exemplo, se manifestassem de forma mais radical. Da mesma maneira, havia um distanciamento, um tanto mais sutil, em relação às mulheres trabalhadoras. Mas não foram apenas essas as distinções que apareceram nos escritos. A questão da raça também atravessa o discurso dessas autoras, que não se denominam brancas, mas que em diversos momentos demarcam a questão da branquitude⁶ ao tratarem das pessoas negras enquanto *outras*, que ocupam lugares distintos dos seus.

⁶ Embora algumas das autoras referenciadas nesse trabalho utilizem uma variação do conceito enquanto “branquidade”, assim como algumas traduções o fazem, nesta escrita, me referirei ao termo enquanto branquitude, compreendendo que ambos os conceitos podem ser compreendidos como sinônimos, apontando uma postura crítica e que visa a problematização das questões raciais historicamente pautadas. Recorrendo ao conceito utilizado por Maria Aparecida Bento Bento, em seu texto referenciado na bibliografia desse trabalho.



Compreendendo as questões raciais como processos e não como situações dadas, considero importante mencionar que, na década de 1930, havia muitas tensões envolvidas na reestruturação do mundo do trabalho no país e as políticas institucionais escolhidas para gerenciar a situação foram extremamente racistas e segregacionistas. Como exemplo, temos o estímulo à imigração europeia para ocupar os postos de trabalho assalariado, em detrimento da população negra do país. Concomitante a isso, o momento de discussão e elaboração da nova constituição permitia a movimentos como a Frente Negra Brasileira que levassem suas reivindicações antirracistas para discussão no âmbito da política institucional. Ainda assim, o que se refletiu na postura da elite brasileira naquele momento pode-se definir como as marcas de uma “miragem de branquidade não-marcada”⁷. O que acarretou tantas consequências para a conjuntura social em que se insere quanto àquela explicitamente marcada. A marcação racial, mesmo que não consciente, aparece na perspectiva das autoras e parte da ideia de que elas representam “a mulher”, pautando a categoria de forma normativa, enquanto sustenta a miragem da neutralidade. Ruth Frankenberg explica:

A branquidade ou as pessoas brancas, sugiro, denominaram-se ao longo da história principalmente para dizer “não sou aquele Outro”. Com efeito, é pela mesma razão que até palavras como “humanidade” e “Homem” (com “h” maiúsculo) elidem-se muito facilmente na branquidade, com isso dando-lhe a aparência de não ter limites (FRANKENBERG, 2004, p. 312).

No caso dessa análise, é a categoria “mulher” na escrita dessas autoras brancas da elite brasileira que está em voga quando pensamos como se constituiu essa diferença pautada nas desigualdades do marcador social raça. Entretanto, felizmente para esse propósito, a edição de Maio de 1932 de *Brasil Feminino* foi temática e dedicou dezenove das suas cinquenta e cinco páginas a tratar da questão da abolição⁸ da escravidão. Os textos e imagens, que somam dezenas, se dividem entre aqueles voltados a homenagear a princesa Isabel e a lei Áurea e outros, de caráter literário, que narram histórias ficcionais de pessoas negras diante da questão da abolição. Importante dizer que esta foi a primeira vez que uma questão racial foi pautada no editorial.

Assim, o primeiro texto a ser analisado é de Iveta Ribeiro, a editora, que inicia sua homenagem à Isabel comentando sobre o fim da escravidão. A autora eleva Isabel ao posto de “superior a todas as mulheres da tua pátria, porque desceste os degraus do teu throno poderoso de Princeza da maior nação do mundo, para estender a mão caridosa e amiga aos mais humildes e desgraçados dos mortaes!” (BRASIL, FEMININO, Ed. 04, p. 3). A seguir, conceitua algumas das características, tanto físicas quanto da personalidade da princesa, que são próprias da feminilidade, dando pistas de como compreende a categoria mulher:

Gloria a ti, alma illuminada de bondade e de poesia, que encarcerada embora num fragil corpo de mulher que o destino expôz a todas as vaidades e a todos os orgulhos, não te deixaste prender nas rêdes subtis das fraquezas do mundo, nem na trama perigosa de paixões inferiores, para te elevares ás alturas maximas do respeito do teu

⁷ Essa expressão faz referência ao trabalho de Ruth Frankenberg, “A Miragem de Uma Branquidade Não-Marcada”, que será citada mais vezes ao longo desse trabalho e que serve como uma das bases argumentativas desse subcapítulo.

⁸ Nesse texto a abolição será referenciada apenas como um marco histórico e jurídico que torna ilegal a prática escravista no Brasil a partir da Lei Áurea, no ano de 1888.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

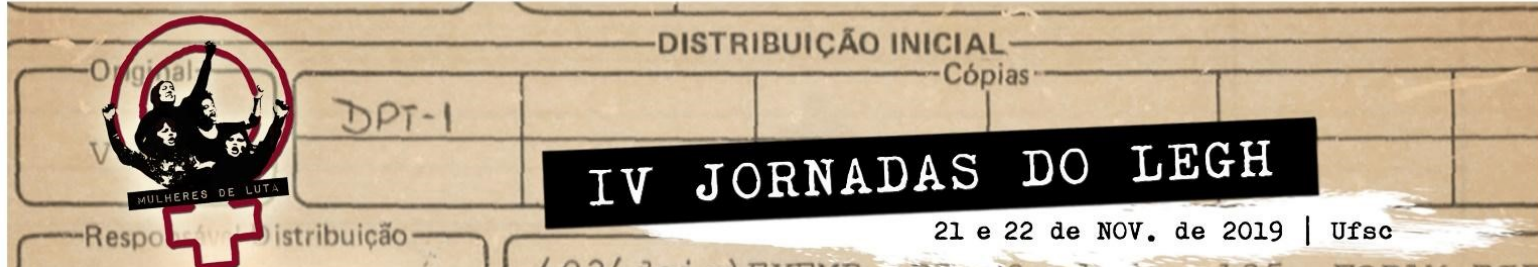
povo, pela doçura infinita e pelo infinito desprendimento do teu sentir nobilíssimo!
(BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 3).

A relação entre mulher, corpo (ou biologia) e fragilidade fica explícita nessa passagem do texto, que insinua o quanto todas essas especificidades femininas não impediram Isabel de exercer seus deveres como estadista, ocupando lugares de pertença do masculino. Já no terceiro parágrafo, o texto que usa como recurso um diálogo direto com a princesa, celebra a renúncia do trono, enquanto cita todas as benesses cedidas em nome de tal ato de nobreza: “[...] não trepidaste em dar fôrma a essa piedade por uma raça reduzida á maior das miserias” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 3). Para Iveta, o fim da escravidão é comemorado como um acontecimento de grandeza moral, mas também é colocado enquanto uma dádiva, uma graça concedida. Perspectiva que reforça estereótipos que vão contra toda a organização dos movimentos negros e abolicionistas, até das revoltas, amplamente estruturados no país desde o século anterior. Aqui, as pessoas que foram escravizadas são descritas como uma raça reduzida à miséria da escravidão. No trecho:

Gloria a ti, que em meio ao côro de bajulações que cercam todos os thronos da terra; [...], pudeste ouvir os gemidos de dôr, os lamentos de amargura, os gritos de miseria e de desespero dos que a sorte adversa e a inconsciencia dos ricos prendia ás miserias masmorras das senzalas, á humilhação do “tronco” e do chicote... á impiedade de corações endurecidos pela sêde da riqueza e pelo veneno da ignorancia! (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 3).

É possível notar que a responsabilização da escravidão fica a cargo dos ricos e poderosos e é classificada enquanto uma aberração social. No entanto, não há uma conexão entre a riqueza que lucra com a escravidão e aquela que sustenta os privilégios estruturais que propiciam a criação de uma revista como essa. Ou mesmo responsabilização diante dos quatro séculos de trabalho que sustentaram o país até poucos anos antes. Simultaneamente, é possível notar um reforço desse ideal de mulher que, mesmo sendo uma princesa, não coincidentemente branca, mesmo sendo protagonista de uma importante mudança social e econômica que mudaria os rumos constitucionais do Brasil, permanece repetidamente sendo classificada a partir de sua feminilidade como “[...] superior ás sugestões do mal, meiga, bondosa, compassiva – simples mulher, enfim, [...]” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 3).

O texto de Iveta é finalizado numa comparação de valores do patriotismo, em que soldados, poetas que cantam a pátria, estadistas, todos personificados no masculino, não chegaram a realizar um feito pelo país que se iguale a este, feminino, em que “[...] quizeste redimir escravos de uma raça que não era a tua, redimiste a Pátria do maior dos erros [...]” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 3). Talvez uma das questões mais presentes ao avaliarmos a raça do ponto de vista da branquitude seja essa em que a representação do Outro se constrói como ferido, a partir de corpos sofredores, enquanto a representação do Eu surge como mais sábia, mais consciente, mais civilizada, conseqüentemente mais branca. Assim, o Outro prejudicado é também retirado do contexto, tipificado ou tornado genérico, em vez de lhe ser permitido preservar sua particularidade (FRANKENBERG, 2004, p. 315). Dessa forma, também se reforça um discurso em que é a branquitude a responsável pela salvação. O escravizador transforma-se numa figura distante, masculina, apontada a partir de um distanciamento como “grandes proprietários e ricos”. Do outro lado da arena, no entanto, se encontra novamente a



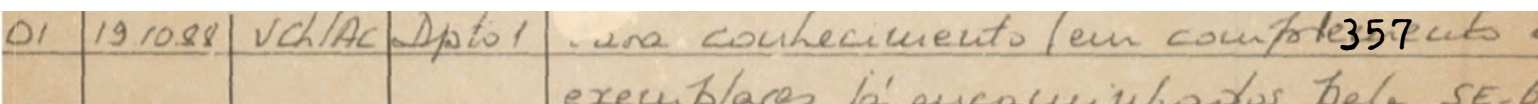
branquitude que personificada na princesa, é apontada como responsável pela libertação. Essa sim, uma imagem mais próxima das protagonistas de *Brasil Feminino*, enquanto mulher, branca, doce, bondosa e feminina, a salvadora, ou redentora, mas que liberta uma raça que nomeadamente não é a sua. A figura da princesa não apenas evoca ideais de feminilidade, instaurando-se como uma alternativa à narrativa predominantemente masculina da história e dos heróis da pátria, mas essa figura também carrega, de forma implícita, a questão racial ao se construir como redentora⁹, protagonizando uma luta amplamente organizada por outros sujeitos. As consequências de narrativas como essa não são simplesmente reforços positivos de uma identidade que buscava afirmação, mas possuem, estruturalmente, consequências materiais que promovem a manutenção de desigualdades. Como mostra Maria Aparecida Bento, o reforço da autoestima e do autoconceito dos grupos brancos do Brasil ocorrem em detrimento dos demais. Dessa forma, se ratifica um estado de supremacia econômica, política e social das pessoas brancas, em oposição a um reforço “extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” (BENTO, 2002, p. 1-2).

Como indiquei, exemplos do reforço salvacionista da identidade branca podem ser facilmente apreendidos nas demais publicações dessa edição. Da página 6 até a página 8, por exemplo, há uma grande matéria de autoria de Maria Eugenia Celso em que, logo no início, é comparada a princesa da imaginação popular com a figura “real” de Isabel: “Para nossas imaginações infantis, uma Princeza não podia deixar de ter um vestido de setim branco e a corôa de ouro, imprescindível insignia da sua realza, a brilhar-lhe entre as ondas dos negros ou loiros cabellos” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 6). A reportagem se constitui, na verdade, como um relato, uma crônica de memórias, que narra com detalhes o encontro que Maria Eugenia teve com a princesa em Paris, onde morou na infância. No trecho: “Todos os retratos que della nos haviam mostrado, representavam-na de grande decote, toilette de gala, rodeada de seus camareiros, moços fidalgos e damas de honor, em vistosa e festiva attitude. Uma princeza que se preza, não podia deixar de ser senão assim!...” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 6) é possível notar o quanto as construções erigidas desde a infância sobre a figura da princesa ainda possuíam sentido na data em que foi publicado o texto, mesmo muitos anos depois.

Num outro entrelaçamento entre feminilidade, branquitude e monarquia, destaco o texto intitulado *13 de Maio: Liberdade- Igualdade- Fraternidade*, escrito por Adelaide da Silva Cortes. A autora começa louvando a iniciativa de homenagear Isabel: “Gesto esse feliz, feminino entre os mais femininos, tal a sua subtil e sublime delicadeza”. Lembra as leitoras, então, consoladoramente, que os humildes não estão esquecidos. Para Adelaide, lembrar a memória de Isabel significa lembrar “o sofrimento, o sacrificio dos humildes, dos que nasceram de côr escura. E isso bem caro pagavam!”. Definindo as pessoas escravizadas como uma raça torturada, passa rapidamente à descrição de Isabel relacionando-a com esse grupo a quem não pertenciam (autora e princesa):

Essa magnanina senhora, que tem um altar no coração de cada brasileiro, orgulho de um povo, desceu os degrãos de seu throno, aproximou-se do infeliz escravo e

⁹ Apenas na página 11 dessa mesma edição há duas poesias dedicadas à Isabel que possuem o mesmo título: *Izabel, a Redemptora*, sendo uma dessas, de autoria de Adelaide de Castro Alves Guimarães, poetisa irmã do também poeta, de fama maior, Castro Alves.





IV JORNADAS DO LEGH

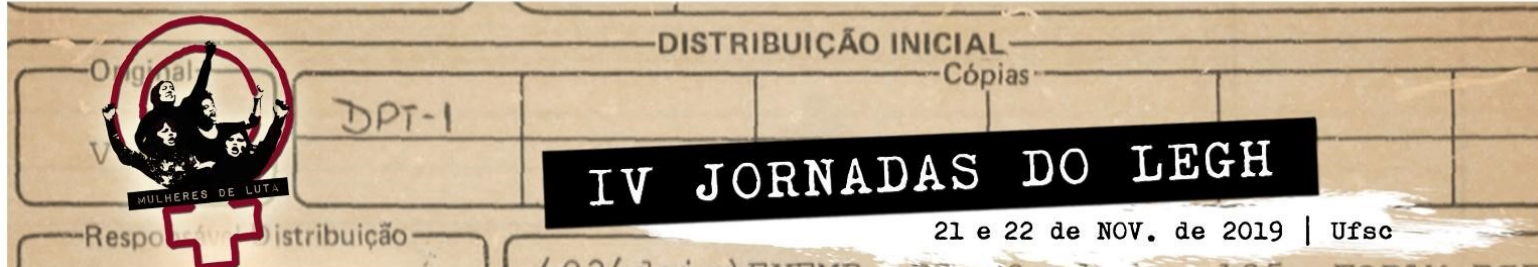
21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

procurou prescrutar-lhe o intimo, o amago. Assistiu a dedicação humilde, sem rancor, do negro forte, espadaúdo, que sabia ter nascido para servir o senhor branco. [...] O negro, inconsciente, ou impotente para vencer tão cruel destino, o negro de grande e doce coração amava o seu senhor como um cão a seu dono. Esta extraordinaria mulher ainda criança, leu nos melancolicos e submissos olhos do escravo a dôr pungente, a injustiça soffrida abnegadamente; viu que aquelle corpo de ebano possuia uma alma! Não eram animaes como os julgavam todos que os escravisavam! E as almas tinham sido formadas pelo Supremo Creador. [...] Oh! era preciso a todo transe, custasse o que custasse, livrar este bello paiz de luminosos dias, de prateadas e romanticas noites, de tão negra mancha (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 9-10).

Embora essa seja uma citação extensa, tornou-se impossível de ignorar. O texto explicita muito bem, quase que forma torturante, a construção da identidade branca em uma síntese racista explícita. As palavras de Adelaide se pretendem enquanto um reconhecimento das virtudes de Isabel, mas, nesse reconhecimento, o raciocínio racista que diferencia o Eu do Outro se revela a partir das características aviltantes escolhidas para descrever as pessoas que, na escravidão, eram vistas de forma tão passiva ao ponto de serem comparados a cães em amabilidade e falta de humanidade. Maria Aparecida Bento classifica esse tipo de postura como exclusão moral. Para ela, essa se constitui como uma posição em que o compromisso moral e a identificação psicológica com o Outro se ausentam na formação das identidades. Em maior ou menor medida, essa é uma reação que se expressa com todos os grupos fora de nosso universo moral, mas se asseveram em grupos negativamente estereotipados, por exemplo (BENTO, 2002). Por fim, a escolha narrativa de encerramento do texto vem através do reforço positivo das ações de Isabel, que abdica do trono e das benesses da monarquia, sacrificando privilégios em nome da missão de libertação de um povo.

A memória de Isabel é repetidamente exaltada como uma heroína do panteão do Brasil. Existe uma positividade em exaltar essa figura como uma referência feminina a disputar importância na memória política do país, quando os livros de história só lembravam dos vultos masculinos da pátria. Mas a maneira como a escravidão e as pessoas escravizadas são descritas implica em contradições porque ao mesmo tempo que conclama uma aceitação de seus direitos, se nega a encaixá-los na mesma categoria humana. É nítido o distanciamento que se estabelece, onde a pessoa escravizada é sempre pensada no masculino. Assim, o conceito de mulher que as autoras usam pra dialogar com suas leitoras não busca incluir a mulher negra e muito menos a mulher que passou pela escravização.

Nessa edição, nem todas as autoras se posicionam mesma maneira na revista, pois uma das colunistas, Mercedes Dantas, resolve tratar da questão da abolição sob outro viés, o da participação coletiva. Embora ela possua a postura mais crítica sobre a participação da monarquia brasileira no processo de abolição, ainda revela crença na atitude salvacionista daqueles que se encontravam em campanha abolicionista pelos escravizados e não conjuntamente a eles. Quando escolhe afirmar que “há vozes que levaram consciência de homens aos cativos” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 10-11), Mercedes corrobora o argumento de Célia de Azevedo no livro *Onda negra, medo branco*. Nessa obra, a autora faz um importante apanhado das discussões abolicionistas e imigrantistas que circularam pela sociedade brasileira desde o século XIX. E também mostra como os estudos sobre o fim da escravidão contribuíram, em alguma parcela, para um imaginário acerca das pessoas escravizadas descritas como vítimas passivas de suas condições. Segundo ela, essa foi uma



perspectiva muito influenciada pelas campanhas abolicionistas dos últimos anos do regime. Uma ideia que vem, principalmente, do apoio propagado por uma elite abolicionista nesses anos finais. Logicamente a cena abolicionista do país não se reduz a personagens brancos. Mas é bastante significativo que a elite brasileira, bem como seus representantes políticos fossem, no século XIX e início do XX, majoritariamente pessoas brancas. E, ao tratarmos de questões da branquitude, é muito relevante para a análise da identidade dessas mulheres do século XX que se leve em consideração a trajetória do pensamento formador da elite. Nele, as figuras protagonistas no fim da escravidão são pessoas brancas abolicionistas, uma verdadeira tradição do nosso pensamento político e sociológico¹⁰. Insistentemente referida como redentora, Isabel representa a expressão máxima de uma identidade que, não contente em se beneficiar da escravidão, ainda toma para si os louros de encerrá-la.

Conclusão

Foi possível notar, através da análise dos textos publicados na primeira fase de *Brasil Feminino*, que as autoras que escreviam na revista possuíam preocupação com a questão feminista. Nomeando o que compreendiam por Feminismo Racional, as autoras se afastavam de posturas antifeministas da mesma forma que se afastavam de um feminismo que consideravam radical. Como vimos, a ameaça aos lugares de poder já estruturados na sociedade brasileira da época ou mesmo aos papéis tradicionais da família não eram de interesse dessas mulheres, pertencentes à elite, que possuíam também seus próprios lugares de poder para preservar. Ao utilizarem a categoria “mulher” no singular, reforçavam a ideia de que escreviam para todas as mulheres de forma generalizada, mas uma análise mais apurada mostra que esse diálogo se aproximava das mulheres do lar e não das trabalhadoras. Das feministas ponderadas e não das radicais.

Além disso, uma edição especial comemorativa da abolição da escravidão permitiu que elas escrevessem também sobre a questão racial do país. Nesses textos, foi possível analisar como essas mulheres da elite, em sua maioria brancas, se posicionavam sobre a questão da escravidão mas, mais do que isso, sobre como percebiam a figura branca, representada pela princesa Isabel e as figuras das pessoas negras, representadas, em seus textos, pela “raça escravizada” no passado. Com uma análise crítica da branquitude, os textos puderam elucidar esse distanciamento do Eu com a imagem do Outro, em que ocorre o reforço da autoestima e do autoconceito dos grupos brancos do Brasil em detrimento dos demais.

Conclui-se que o apoio aos direitos civis das mulheres, à maior ocupação do espaço público e a causas abolicionistas estava presente no discurso dessas autoras, mas amplamente marcado pela posição de poder que essas mulheres ocupavam. A atuação e divulgação do trabalho de mulheres que ocorria em *Brasil Feminino* não podem ser analisados senão de forma vinculada às intersecções concernentes à identidade das pessoas que nela escreviam.

¹⁰ Uma ótima análise dessa tradição sociológica pode ser encontrada na obra de Alberto Guerreiro Ramos “Introdução crítica à sociologia brasileira”, em que o autor expõe como também em outras áreas das humanidades o pensamento racista se qualificou historicamente através de discursos científicos.



Fontes

Brasil Feminino, N. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08. Ano 1. Fev. – Dez. 1932, Rio de Janeiro.

Disponível em: sítio da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional:

<[Brasil Feminino, N. 09, 10, 11, 12, 21, 22, 15. Ano 2, Jan. – Dez. 1933, Rio de Janeiro. Disponível em: sítio da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional:](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160733&PagFis=38&Pesq=></p></div><div data-bbox=)

<[## Bibliografia](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=160733a&pesq=></p></div><div data-bbox=)

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58. Disponível em:

<<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>.

CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*. Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso>.

FRANKENBERG, Ruth. A Miragem de Uma Branquitude Não-Marcada. In: WARE, Vron (org.) *Branquitude. Identidade Branca e Multiculturalismo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, p.283-306.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LUCA, Tânia Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. Contexto, São Paulo: 2012.

MANCILHA, Virgínia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação feminina no movimento do Sigma (1932 – 1937). In:

GONÇALVEZ, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Org.). *Entre tipos e recortes: Histórias da imprensa integralista*. Sob Medida ed. 2011.

PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. 2016.



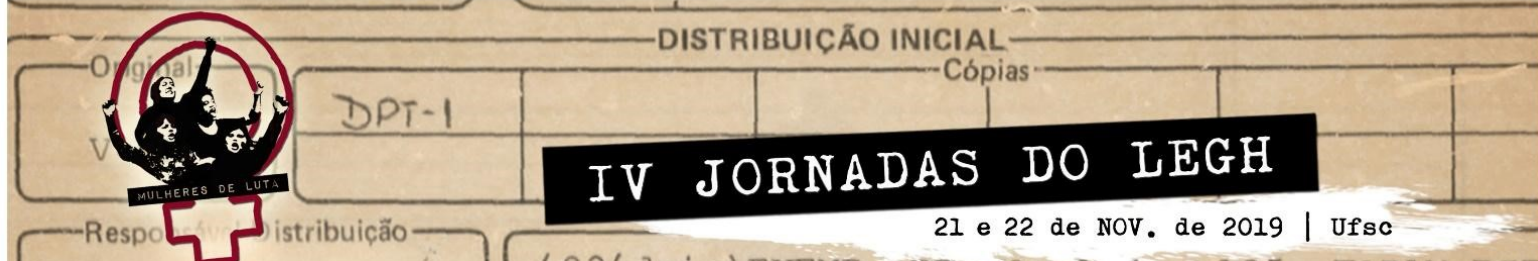
SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013(a).

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013(b), p. 218-237.

Identitary questions and the concept of “women” in the editorial project of Brasil Feminino magazine

Abstract: In 1930’s decade, the Brasil Feminino magazine registered, through the authorship of its writers, perceptions and ideas from a wealthy group of Brazilian women. Their themes of interest varied from those regarding to public and private social subjects in our country. This study aims to analyze how the identity of these women emerged in their writings, especially searching for what they considered and understood as a concept of “women”. For this purpose, an intersectional perspective was adopted in which class and race (as in whiteness critical studies) are part of the analysis.

Keywords: Press. Women. Whiteness. Feminist press.



MULHERES QUADRINISTAS BRASILEIRAS NO GÊNERO DE FANTASIA

Luana Balieiro Cosme¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal problematizar os apagamentos e silenciamentos das produções das mulheres nos quadrinhos brasileiros durante a década de 1990, dentro da categoria da produção direcionada ao público adulto e fantasia. Encontrei poucas mulheres no levantamento realizado na maioria dos números das revistas do gênero como *Brazilian Heavy Metal* e *Metal Pesado*, todas foram publicações em português. Nomes como: Cynthia Carvalho, Dadi, Cláudia Lévy, Claudia Braga, Telumi Helen, Eliane Bettocchi, Márcia Széliga, Patrícia Villalba e Anna Kelma Gallas são praticamente inexistentes nas antologias de quadrinhos, nas mídias especializadas, nos estudos acadêmicos e até mesmo nas memórias dos “leitores”. A partir desses nomes fiz uma discussão sobre os silêncios da história e o que eles nos dizem, tendo como referência *As mulheres, ou, os silêncios da história* de Michelle Perrot (2005) e *Silencing the past: Power and the production of history* de Michel-Rolph Trouillot (1995).

Palavras-chave: Quadrinhos. Silenciamentos. Mulheres. Metal Pesado.

A participação das mulheres quadrinistas se tornou “mais visível” no mercado, a partir dos anos 2000, devido a uma série de fatores, dentre eles, a própria popularização da internet e a consequente criação de uma rede de contatos e solidariedade entre as mulheres profissionais e as que acabavam de se iniciar na carreira. Elas puderam trocar entre si os trabalhos artísticos e os interesses em comum, assim como pautas por direitos que encontraram nos quadrinhos um grande veículo de divulgação. Desde então, a participação das autoras e artistas mulheres não é mais minimizada nem relegada a nichos de mercado. Mas para que estas mulheres, hoje, pudessem mostrar seu trabalho, houve outras que enfrentaram as limitações de gênero impostas pelo mercado e pelo público.

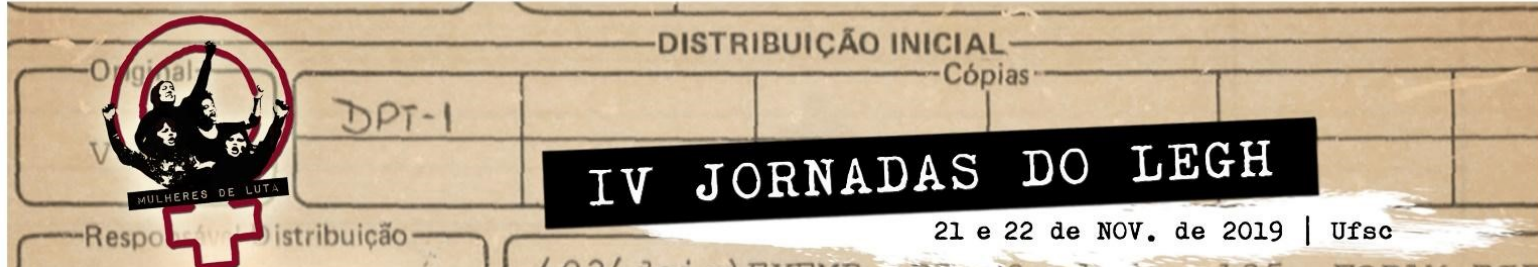
Desde nomes como Nair de Teffé (1886-1981), Pagu (Patrícia Rehder Galvão, 1910-1962)² e Yolanda Pongetti, as mulheres tiveram participação ao longo da história da arte sequencial e da produção de cartum no Brasil. No final da década de 1960 e início dos anos 1970, periódicos como *O Pasquim*, *O Bicho*, *O Estado de S. Paulo*, entre outros, tinham a colaboração de artistas como Hilde (Hilde Weber, 1913-1994 – Esta já publicava charges e ilustrações desde muito antes)³, Ciça (Cecília Vicente de Azevedo Alves Pinto, 1939), Mariza (Mariza Dias Costa, 1952-2019), Crau (Maria Cláudia França Nogueira, 1956) etc.⁴. Fora das grandes mídias jornalísticas, existiam outras inúmeras

¹ É historiadora mineira, doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestra em História Social e graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros e Pedagogia pela Unifran/Cruzeiro do Sul. Membro do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do grupo de pesquisa Gênero e Violência (GPEG). É coorganizadora do livro *Gênero, Insubmissão e Violência* (2016). Foi colaboradora do projeto Informática Básica para Mulheres – Ifmg Campus Montes Claros (2013-2017). Atualmente é bolsista Capes. E-mail: luanabalieiro@gmail.com.

² Sobre Pagu e suas tirinhas ver o trabalho de Natália Aparecida Da Silva Nogueira intitulado *Pagu: Política E Pioneirismo Nas Histórias Em Quadrinhos Nos Anos De 1930*, cf referências.

³ Cf. Biblioteca Nacional em *O Rio na Caricatura*: “Atualmente, uma caricaturista vem mantendo a flama da caricatura entre nós, especialmente a política, o que não deixa de ser incomum, por se tratar, justamente, de uma artista femininamente grácil, possuidora de traço personalíssimo, vigoroso, espontâneo e belo: a caricaturista Hilde, autora de páginas memoráveis aparecidas, inicialmente, em ‘Tribuna de Imprensa’ e colaborando hoje, no “Estado de S. Paulo””. (Biblioteca Nacional, 1965, p. 25)

⁴ Deixo claro que esta lista é incompleta, caso queira saber mais nomes ver *Lady’s Comics* (2015) e ver também Nogueira (2016).



mulheres, como Maria Aparecida (Cida) Godoy que se dedicou a roteirizar quadrinhos do gênero terror⁵.

Nos anos 1980, houve um aumento gradativo de mulheres no cenário de produção de quadrinhos. No período entre décadas 1980-1990, vários nomes já eram conhecidos, incluindo mulheres que trabalhavam tanto em gibis infantis quanto nas publicações direcionadas a adultos, mas, que ainda assim, eram numericamente desproporcionais à quantidade de homens trabalhando no mesmo setor/campo.

Nessa mesma época, temos, no Brasil, o crescimento de quadrinhos do gênero de fantasia e ficção-científica, crescimento que foi consolidado nos anos 1990, com o lançamento da edição brasileira da revista *Heavy Metal* que, por sua vez, era a versão estadunidense da francesa *Metal Hurlant*, criada em 1975, por Jean Giraud (conhecido como Moebius que, nessa época, já era sua assinatura), Phillipe Druillet, Jean-Pierre Dionnet e Bernard Farkas. Segundo Roberto Elísio Santos, a *Metal Hurlant* foi:

Editada até 1987, trazia em suas páginas quadrinhos autorais de fantasia e ficção científica. [...] tendo como protagonistas personagens sem o perfil do herói tradicional [...] havia edições em vários países europeus e nos Estados Unidos, onde recebeu o título *Heavy Metal*, que continua a ser publicado – e da influência que teve em artistas de vários países, a *Metal Hurlant* não conseguiu sobreviver aos anos 1980 [na França]. (Santos, 2011, p. 27).

A primeira edição brasileira saiu em 1995, com traduções das histórias da revista publicada nos EUA. Em 1996, saiu um único volume da *Brasilian Heavy Metal*⁶, revista com apenas autores brasileiros. Um ano depois, em 1997, é lançada a primeira edição da *Metal Pesado*. Ambas partilham da mesma estrutura: um compêndio de pequenas histórias em quadrinhos e ilustrações que tinham como temas ficção científica, fantasia, aventura, erotismo e algumas pinceladas de terror e surrealismo. Foi publicada pela editora Comix Club, tendo como editores Carlos Mann e Dario Chaves.

Na única edição da *Brasilian Heavy Metal* houve nove mulheres executando uma ou mais funções, conforme demonstra a tabela abaixo.

⁵ Cf. Lady's Comics. *Risca!* Belo Horizonte, volume 1, novembro de 2015. Ressalto que Maria Aparecida (Cida) Godoy merece estudos voltados para seu protagonismo em um gênero de hqs bastante restrito às mulheres.

⁶ Doravante, irei usar o termo *BHM*, para me referir à revista *Brasilian Heavy Metal*.

Tabela 1 – Mulheres que publicaram na revista *Brasilian Heavy Metal*

Nome	Funções	Título
Priscila Farias	Desenho	Hã?
Marisa Furtado	Roteiro e arte final	O susto
Márcia Rache	Co-roteiro	Sem título
Thaís Linhares	Desenho/arte	Sem título
Cynthia Carvalho ⁷	Criadora	Sem título HQ sem título, da série “Leão Negro”
Dadí	Desenho	Sem título
Simone Turini	Roteiro	Sem título
Natália Forcat	Sem informação	sem informação
Miriam Tomi	Letrista	sem informação

Fonte: (Mann; Chaves, 1996).

Para esse artigo, achei importante fazer uma tabela da *Brasilian Heavy Metal* que servisse de comparação com a *Metal Pesado* que teve sete edições regulares.⁸

Vários quadrinistas homens que publicaram na *BHM* irão se repetir nas edições da revista *Metal Pesado*. O mesmo não vai acontecer com as mulheres quadrinista/ilustradoras, exceto **Miriam Tomi**⁹ que executou a função de letrista em quatro edições. Isso é uma exceção, já que, por ser letrista, permitiu um período maior de colaboração com a revista. Tomi pertenceu à composição de colaboradores de ambas as publicações e de algumas edições de *HQ – Revista do Quadrinho Brasileiro (1998)*, do qual não tive contato com todos os volumes, percebi também que Dadí e Natália Forcat participaram de alguns volumes desta revista, porém em números diferentes.

Miriam Tomi é uma das mulheres que se constituiu no campo da produção de quadrinhos e foi contratada por pequenas, médias e grandes editoras do ramo. Além disso, ela é proprietária da empresa Lua Azul Estúdio Ltda., que está ativa desde 1998, e que presta serviços a outras editoras de quadrinhos.

⁷ Cynthia Carvalho é a criadora do *Leão Negro*. Hoje, existem várias edições próprias de histórias em quadrinhos do universo da *Ilha de Gardo*, publicando-as pela primeira vez em 1987 (tendo Ofeliano como desenhista) e em atividade até 2013 (publicação regular pela editora HQM). Ofeliano foi o primeiro desenhista dos roteiros de Cynthia, depois vieram outros como Danusko Campos. Porém, no índice de *BHM*, ela não foi creditada como criadora da história e dos personagens, apenas aparece o nome de Ofeliano. Na página 139 quando inicia sua história é que podemos ver seu nome creditado. No livro “Almanaque dos quadrinhos” diz que Eduardo Ofeliano, “ano mais tarde, viria a criar o Leão Negro, a única tira diária brasileira de aventura em quase vinte anos e muitos outros personagens”. (Patati e Braga, 2006, p. 203).

⁸ No ano de 1998, saíram dois volumes que eram compilações das revistas publicadas no ano anterior.

⁹ Ela assumiu algumas assinaturas como “Lilian Toshimi” ou “Miriam Tomi”. Seu nome completo é Lilian Toshimi Mitsunaga. Não encontrei informações sobre local e ano de nascimento. Ela também foi letrista da *BHM*, assim como na *Metal Pesado*, ela era letrista de algumas das histórias.



Tabela 2 – Mulheres que publicaram na revista *Metal Pesado* (sete edições)¹⁰

Nome	Funções	Título	Edição
Miriam Tomi	Letrista	Vários	2, 3, 4 e 5
Telumi Helen	Desenho	Drácula e outros vampiros	3
Eliane Bettocchi	Desenho/arte	Paleta	3
Cláudia Lévy	Roteiro e desenho	Galatéia	4
Márcia Széliga	Desenho/arte	Paleta e terceira capa	5 e Gibiteca Curitiba
Claudia Braga	Desenho e arte	Ciclo	6

Fonte: (Moya; Jotapê, 1997a); (Moya; Jotapê, 1997b); (Moya; Pacheco, 1997a); (Moya; Pacheco, 1997b); (Moya; Pacheco, 1997c); (Moya; Pacheco, 1997d); (Moya; Pacheco, 1997e).

Telumi Helen é uma artista da área cênica¹¹. “Formada em Educação Artística pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), com pós-graduação em Processo de Criação Artística com o Desenvolvimento para a Psicologia da Arte” (TELUMI, 2019). Ela “integrou o Centro de Pesquisa Teatral (CPT), coordenado pelo diretor Antunes Filho, entre os anos de 1987 e 1997” (TELUMI, 2019). E é com Antunes Filho que ela assina (exercendo a função de desenhista) a história em quadrinhos *Drácula e outros vampiros*,¹² veiculada na edição três da *Metal*.

Na mesma edição, tem a participação de **Eliane Bettocchi**¹³ que, atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Coordena o grupo de pesquisa Histórias Interativas: estudo e produção de ludonarrativas, o subprojeto na área de Artes do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID)-UFJF e o Laboratório Interdisciplinar de Linguagens para licenciaturas da UFJF. Atua como pesquisadora em grupo de pesquisa sobre poéticas centradas no corpo. Possui doutorado (2008) em *Design* pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Essas informações foram retiradas do Currículo Lattes (Godinho, 2018). Eliane também se dedicou à publicação na área de RPG. Por isso, a *Metal Pesado* a trouxe na seção *Paleta*, a qual também promovia artes, quadrinhos e ilustrações experimentais.

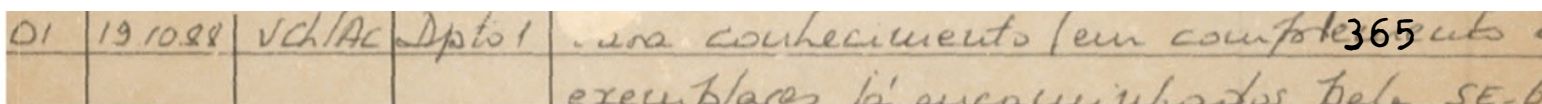
Cláudia (Marina) Lévy (1962-2013) foi uma quadrinista e roteirista de audiovisual. Produziu, na década de 1990, uma série de quadrinhos sobre ecologia, em formato de gibi, pela editora brasileira. Nos anos 2000, roteirizou a série de filmes *Tainá*, que ganhou prêmios no Brasil e nos

¹⁰ Como forma de entender a forma como se dava a publicação nesta Revista, aloquei quem fez ilustração no campo de desenhista (essas função, na maioria dos casos, é exercida pela mesma pessoa, sendo designada apenas como desenhista). Existia uma sessão fixa intitulada “Paleta” que tinha como foco a publicação de ilustrações e materiais artísticos experimentais. E, por pela proposta da revista, não é possível dividir o que é um quadrinho com formato padronizado e o que é uma ilustração. Até mesmo, não entendo as padronizações como limitações das funções de cada mulher citada, na verdade, segue a proposta de produção experimental.

¹¹ Não encontrei informações sobre local e ano de nascimento.

¹² A diagramação dessa história é de Eloyr Pacheco e a montagem de Eric Tosetti.

¹³ Nome completo: Eliane Bettocchi Godinho. Não encontrei informações sobre local e ano de nascimento.





Estados Unidos (AdoroCinema, 2001). Lévy também é a única quadrinista desta lista que tem um verbete na Enciclopédia dos Quadrinhos, conforme gráfico 1 (Goidanich; Kleinert, 2011).

Márcia Széliga nasceu em Ponta Grossa, Paraná, em 1963. Em 1974, mudou-se para Curitiba. De 1981 a 1984 estudou na Escola de Belas-Artes do Paraná, realizando diversas exposições pelo Brasil e Europa. Em 1989, viveu durante seis meses com os indígenas, quando esteve em Cuiabá, entre os Xavantes e, na floresta amazônica, com os Kanomaris (Moya; Pacheco, 1997d, p. 63). A quarta capa da edição da *Metal Pesado*: Edição Comemorativa, 15 anos, Gibiteca de Curitiba e a seção Paleta da número cinco também é sobre sua experiência com os indígenas. No mesmo ano, ela foi “pra Polônia para estudar desenho animado e dar o sopro de vida aos meus desenhos” (Márcia, 2019). Ao voltar ao Brasil, em 1992, dedicou-se ao campo de ilustração literária. No Jornal Bem Paraná, numa edição online de 2017, afirmam que ela é artista plástica, escritora e já ilustrou mais 100 títulos infantojuvenis (Bem Paraná, 2017).

Na sexta edição, há uma página intitulada *Ciclo* assinada por **Claudia Braga**. Esta é uma das mulheres colaboradoras de quem eu não encontrei absolutamente nada.¹⁴ Primeiramente, não consegui identificá-la. Perguntei a várias pessoas envolvidas na produção e publicação de quadrinhos. Procurei homônimas, porém sem sucesso. . Ninguém se lembra dela. Algumas pessoas me perguntaram se não era Cláudia Lévy, pois não se recordavam de nenhuma Claudia Braga (o nome consta sem o acento). De todas as mulheres que pesquisei, esta é a que me fez iniciar uma jornada em busca das quadrinistas que produziam, mas que não ganharam tanta visibilidade quanto os homens.

Colaboradoras: **Patrícia Villalba**,¹⁵ participou como tal de todas as sete edições da *Metal Pesado*. Nascida em São Paulo, é uma jornalista que atuou principalmente no *Estado de S. Paulo*, nos anos 1990 até atualmente. Como colunista, esteve nesse mesmo jornal até 2011. Contribuiu, na mesma época da *Metal Pesado*, com artigos que versavam sobre as publicações e novidades de HQs no Brasil(para o mesmo jornal). Em 1999, escreveu um roteiro de uma matéria que foi quadrinizada por Gabriel Bá e Fábio Moon para o *Zap!*, seção do *Estado de S. Paulo*. Publicou e publica em outros periódicos.

Anna Kelma Gallas¹⁶, nascida em Caxias, Maranhão, foi criada em Piauí. Colaborou nas edições finais da *Metal Pesado* e, no seu currículo lattes, consta que é mestra em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (2011-2013), formada em jornalismo, em 1993. Atualmente, é professora titular do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e faz parte do Grupo de Pesquisa *Sexualidades, Corpo e Gênero* – SEXGEN (Universidade Federal do Pará – UFPA), e o COMGENERO (Universidade Estadual do Piauí), “que desenvolve estudos acerca dos temas das culturas sexuais, das identidades homossexuais, da construção social do gênero, da diversidade sexual, entre outros.”¹⁷ (Gallas, 2019).

¹⁴ Apesar de que eu não tenho certeza se é uma mulher.

¹⁵ Não encontrei informações sobre ano de nascimento.

¹⁶ Nome completo: Ana Kelma Cunha Gallas. Não encontrei informações sobre ano de nascimento.

¹⁷ Em 2013, foi a terceira colocada no Prêmio Freitas Nobre, concedido pela INTERCOM. Cf. Gallas (2019).



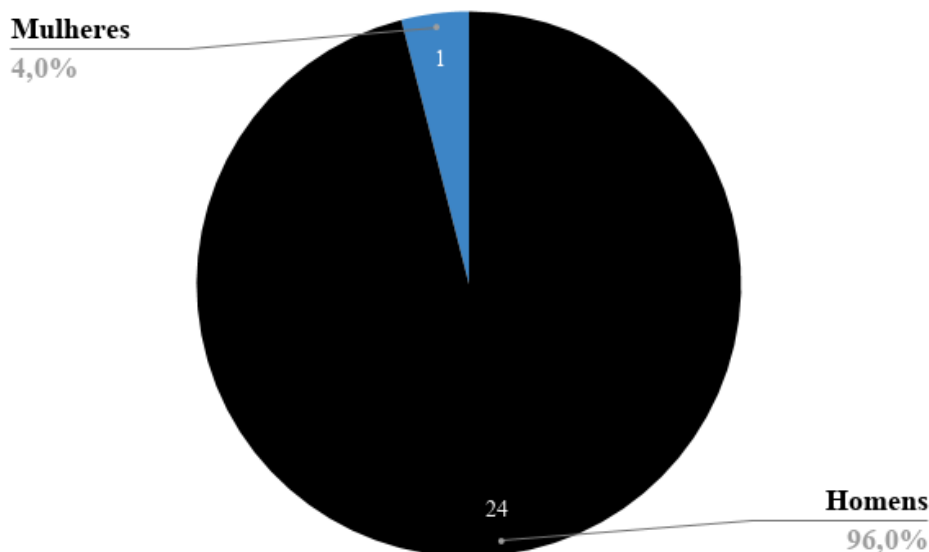
Considerações finais

A partir dos dados apresentados nas tabelas 1 e 2, podemos perceber que, em sete volumes da *Metal Pesado*, apenas seis mulheres exerceram alguma função relacionada à produção de histórias em quadrinhos. Apesar de ter duas colaboradoras regulares, neste trabalho não me dedico a problematizar as funções de cada uma, Patrícia e Ana Kelma, já que não possuo fontes suficientes e precisaria entrevistá-las ou procurar informações com os editores da revista.

Na *BHM*, mesmo que tenhamos uma assimetria entre homens e mulheres que publicaram, foram nove (09) quadrinistas (Priscila Farias, Marisa Furtado, Márcia Rache, Thaís Linhares, Cynthia Carvalho, Dadí, Simone Turini, Natália Forcat, Miriam Tomi)¹⁸ que executaram variadas funções em um único volume, isso um ano antes da *Metal*.

Nesse sentido, é possível perceber que duas revistas que tinham semelhanças nas temáticas e no projeto editorial publicaram trabalhos de mulheres, porém em proporções distintas. Quando me propus a verificar os nomes das/dos quadrinistas que apareceram nos índices na *Metal Pesado* no livro *Enciclopedia dos Quadrinhos* (Goidanich; Kleinert, 2011), apenas uma única mulher estava presente em um verbete dedicado a ela. Vejam o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Verbetes de quadrinistas que publicaram na *Metal Pesado* divididos por sexo que são mencionados na *Enciclopedia dos Quadrinhos* (Goidanich; Kleinert, 2011)



Fonte: Dados catalogados a partir de todos os índices dos sete volumes da *Metal Pesado* (Moya; Jotapê, 1997a); (Moya; Jotapê, 1997b); (Moya; Pacheco, 1997a); (Moya; Pacheco, 1997b); (Moya; Pacheco, 1997c); (Moya; Pacheco, 1997d); (Moya; Pacheco, 1997e.) cruzados com os verbetes da *Enciclopedia dos quadrinhos* (Goidanich; Kleinert, 2011).

Assim, Cláudia Lévy, única presente na *Enciclopedia* (2011) tem o seguinte texto:

Lévy, Cláudia
Brasil (?)

¹⁸ Em outro artigo irei trazer a *BHM* para ser discutida a partir dos mesmos dados apresentados aqui.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Na apresentação do álbum *Amazônia*, da série “Ecologia em Quadrinhos (Brasiliense, 1996), Cláudia Lévy faz a seguinte apresentação: “Quem? Eu? Bem, sou advogada graduada pelo Mackenzie e faço histórias em quadrinhos... Passei a desenhar profissionalmente para o jornal *A Gazeta* e depois para o *Diário Popular*, onde desenvolvi a tira humorística *Papaldo*. Criei novos personagens, entre eles o advogado de porta de cadeia, Dr. Palhares”. Nos álbuns *Amazônia* (já citado) e *Pantanal* (da mesma coleção), Cláudia uniu seu estilo simples e comunicativo com a necessidade de passar às crianças noções de conservação da natureza. Também colaborou para a revista *HQ Metal Pesado*. No cinema, Cláudia atuou como roteirista dos filmes *Tainá – uma aventura na Amazônia* (2001) e *Tainá 2* (2004). (Goidanich; Kleinert, 2011, p. 278-279).

Percebemos que apesar de ser um verbete relativamente “grande”, falta informações simples como ano de nascimento. No ano do lançamento da segunda versão, 2011, ela ainda estava viva, podendo ser inclusive consultada sobre esta informação. No ano da primeira reimpressão (2014), ela já havia falecido. Entendo que a *Enciclopedia dos Quadrinhos* (Goidanich; Kleinert, 2011) é um livro bastante consumidos por vários tipos de públicos, porém ainda não obtive resposta sobre as tiragens¹⁹.

Nesse sentido, entendo a importância de procurar construir as minibiografias que fiz anteriormente como referência para a minha proposta neste artigo, mesmo que pequenas devido ao espaço reservado para o artigo. Entendo que fiz um levantamento quantitativo e qualitativo das produções de mulheres comparadas às produções de homens para os números da *Metal Pesado*. Nesse sentido, eu utilizei os dados que geraram tabelas e gráficos e, em seguida, analisei cada um deles. Mas, antes, é importante esclarecer algumas questões. O quantitativo segue a proposta de tornar visível algumas alegações discursivas de que “não havia mulheres” na produção de conteúdo adulto, fantasia, etc., e que esse campo era dominado pelos homens.

Daí surgiu outro problema a ser pensado. A ausência de bibliografia acadêmica que versassem sobre o assunto e que não continuassem a apagá-las. Ao me debruçar sobre essa produção, tive um grande espanto ao ver, em algumas, a omissão de vários nomes. Para esse artigo, escolhi duas referências: a) *De Maria a Madalena*: representações femininas nas histórias em quadrinhos – tese (2014) de Ediliane De Oliveira Boff (2014) e b) *Mulher ao quadrado* (livro) de Selma Regina Nunes de Oliveira (2007).

Na seção intitulada *Quadrinhistas no Brasil* da tese de Ediliane De Oliveira Boff (2014), há um trecho que explica: “No que diz respeito à produção de quadrinhistas mulheres, no Brasil, encontramos grande dificuldade em visualizar artistas produzindo personagens femininas relativamente relevantes” (Boff, 2014, p. 218). É interessante questionar o que seria “personagens femininas relativamente relevantes”, bem como de que temporalidade a autora estaria falando. Nesse sentido, a afirmação torna-se incisiva sobre as produções de mulheres quadrinista brasileiras, podendo ser interpretada como um juízo de valor acerca desta produção, pois não há explicação dos parâmetros de avaliação do que seria esse conceito. É, inclusive, uma alegação recorrente de que mulheres não produziam material de qualidade e, por isso, elas não eram selecionadas para serem publicadas.

¹⁹ A primeira versão é de 1990. A segunda versão que consta com isbn 978-85-254-2451-8 conforme a editora possui 536 páginas e foi publicado em 2011, porém na consulta deste número/registo no site da Biblioteca Nacional, consta o mesmo ano, porém 468 páginas.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Mais adiante, a mesma autora afirma que “quando as mulheres começaram a entrar, de maneira consistente, na produção de quadrinhos de países como Estados Unidos, França [...] o Brasil apresentava uma significativa expressão no cenário dessas narrativas, com criações que discutiam o feminino, como a revista **Chiclete com Banana** e personagens como **Rê Bordosa**” (grifos da autora) (Boff, 2014, p. 215-19). Ela assinalou uma criação de personagem por um quadrinista homem, que no caso é Angeli. E, completou: “As mulheres autoras, no entanto, quase não fizeram parte desse começo” (Boff, 2014, p. 219). Conforme a própria autora cita, nas publicações de *Chiclete com Banana* houve duas mulheres, Mariza e Priscila Farias (Boff, 2014, p. 219)²⁰. *Chiclete com Banana* foi uma revista periódica que iniciou sua vinculação em 1985. Antes disso, já existiam outras publicações em que mulheres participavam ativamente. Para saber mais sobre o assunto, sugiro *Quem ri por último, ri melhor: Humor gráfico feminista* (2016) de Cíntia Lima Crescêncio²¹. E, afirmo que ao me debruçar sobre inúmeras coleções presentes em gibitecas ou compradas para acervo pessoal, eu encontrei quadrinistas que produziam em vários gêneros das histórias em quadrinhos. Sendo que as leituras de muitas enciclopédias, antologias e teses, bem como alegações discursivas, foram as motivações para que eu fizesse a escolha da publicação *Metal Pesado* em quanto fonte desta pesquisa.

Poderia me delongar sobre as quadrinistas e ilustradoras que publicavam antes da revista periódica *Chiclete com Banana*, porém o foco deste artigo é fazer uma catalogação das que publicaram na *Metal Pesado*, publicação do final da década de 1990, mas que foram compostas por conteúdo produzidos anteriormente às datas de vinculação, ou seja, antes de 1997.

Mesmo sendo uma quadrinista e roteirista de audiovisual com certo prestígio, foi difícil encontrar informações sobre Cláudia Lévy. Sobre as demais quadrinistas, foi preciso um trabalho de fôlego, bastante truncado em que fiz várias pesquisas online e visitei gibitecas à procura de materiais para além daqueles produzidos para a revista. Em inúmeros trabalhos acadêmicos, o discurso de que “não havia mulheres produzindo”, “que existiam apenas um número muito restrito” ou, que elas não criaram “personagens femininas relativamente relevantes” é bastante recorrente. Assim, temos a sensação de que “parece haver uma carência representativa.” (Boff, 2014, p. 219).

No livro intitulado *Mulher ao Quadrado* (2007) de Selma Regina Oliveira Nunes há uma sessão que chamada *Yes, nós temos quadrinhos*, apesar de citar publicações como *O Pasquim*, nada foi mencionado sobre os trabalhos de Ciça (Cecília Vicente de Azevedo Alves Pinto) e sobre outras que publicaram nesse periódico. O livro priorizou um conjunto de produções realizadas por homens, pois era o objetivo principal do mesmo, porém há omissões de produções de mulheres que estavam ativas no período em que ela se propõe a escrever. Reitero que havia mulheres que se dedicaram, na mesma época, à produção da arte sequencial ou cartum em *O Pasquim* e outras publicações. Não há menção de nenhuma quadrinista no tópico citado do livro (este é fruto da tese da mesma autora, à qual não tive acesso) sobre quadrinhos brasileiros.

²⁰ Porém, Boff afirmou que “Contudo, o diagnóstico de pouca participação feminina nos quadrinhos tem sido alterado nos últimos tempos, com o crescente aumento dessa produção no ambiente online e a organização de grupos de mulheres que pretendem discutir o feminino e os quadrinhos”. (Boff, 2014, p. 219). Nesta parte, ela elucidou sobre o *boom* de quadrinhos produzidos por mulheres nas últimas décadas.

²¹ Sobre as produções de mulheres quadrinistas na internet, existem inúmeras bibliografias, mas indico: MESSIAS, Carolina Ito. *Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

As duas publicações, tanto de Ediliane De Oliveira Boff (2014) quanto de Selma Regina Oliveira Nunes (2007) problematizaram questões relacionadas aos quadrinhos e as representações de mulheres na produção desta mídia, o que levemente toca nas demandas sobre os apagamentos.

Para provocar mais reflexões, deixo abaixo um quadrinho (figura 1) de uma quadrinista mineira chamada Aline Lemos (desalinhada) que tem se dedicado às questões de gênero, sexualidade e quadrinhos:

Figura 1: Tirinhas em vertical sobre mulheres quadrinistas e suas lutas por reconhecimento. Personagem Kabelluda de Aline Lemos (Desalinhada).



Fonte: (Lady's comics, 2015, p. 77) (Marino; Machado, 2019, n.p)

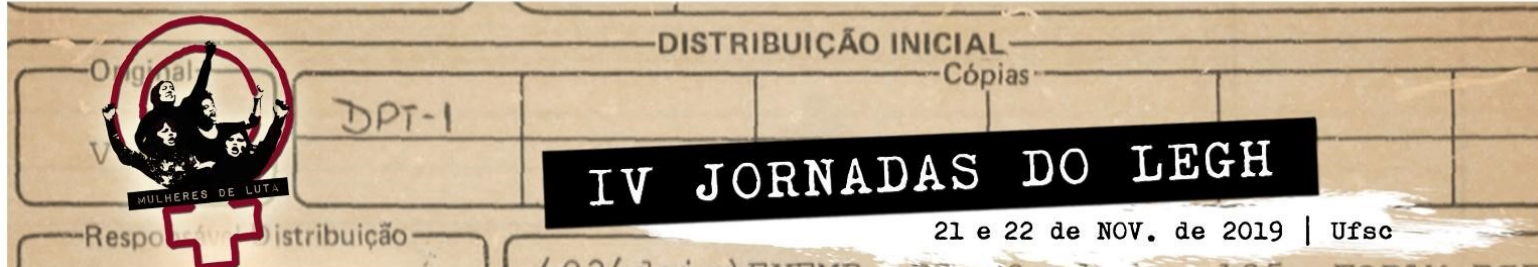
Referências

ADOROCINEMA. *Tainá – uma aventura na amazônia*. [201-]. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-44730/curiosidades/>. Acesso em: 28/05/2019.

BEM PARANÁ. Ilustradora Márcia Széliga participa do projeto Aventuras Literárias. 2017. <https://www.bemparana.com.br/noticia/ilustradora-marcia-szeliga-participa-do-projeto-aventuras-literarias>. Acesso em: 28/05/2019.

BIBLIOTECA NACIONAL. *O Rio na Caricatura*. Exposição organizada pela seção de Exposições da Biblioteca Nacional e patrocinada pelo Jornal do Brasil, como contribuição aos festejos do 4º centenário da cidade. [s.n.]: Rio de Janeiro, 1965, 61p.

BOFF, Ediliane de Oliveira. De Maria a Madalena: representações femininas nas histórias em quadrinhos. 2014. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.27.2014.tde-20052014-123753. Acesso em: 06/06/2019.



CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. *Quem ri por último, ri melhor*: Humor gráfico feminista (Cone Sul 1975-1988). Florianópolis, 2016. 316 p. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

GODINHO, Eliane Bettocchi. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784444E3>. Acesso em: 28 de Mai. 2019.

GALLAS, Ana Kelma Cunha. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília]. 2019. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4756194P8>. Acesso em: 28 de Mai. 2019.

GOIDANICH, Hiron & Kleinert, André. Enciclopédia dos Quadrinhos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

LADY'S COMICS. *Risca!* [s.n.]: Belo Horizonte, volume 1, novembro de 2015.

MANN, Carlos; CHAVES, Dario (eds.). *Brasilian Heavy Metal*. São Paulo: Comix Book Shop, 1996.

MÁRCIA SZÉLIGA. In: Global Editora. Disponível em: <https://globoeditora.com.br/autores/biografia/?id=629>. Acesso em: 28 de Mai. 2019.

MARINO, Daniela; Machado, Lulu. *Mulheres e Quadrinhos*. Florianópolis: Skript, 2019.

MESSIAS, Carolina Ito. *Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOYA, Álvaro de; JOTAPÊ (eds.). *Metal Pesado*. Ano 1, número 1. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997a. (Direção de Leão Azulay).

MOYA, Álvaro de; JOTAPÊ (eds.). *Metal Pesado*. Ano 1, número 2. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997b. (Direção de Leão Azulay).

MOYA, Álvaro de; PACHECO, Eloyr (eds.). *Metal Pesado*. Ano 1, número 3. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997a. (Direção de Leão Azulay).

MOYA, Álvaro de; PACHECO, Eloyr (eds.). *Metal Pesado*. Ano 1, número 4. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997b. (Direção de Leão Azulay).

MOYA, Álvaro de; PACHECO, Eloyr (eds.). *Metal Pesado*. Ano 1, número 5. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997c. (Direção de Leão Azulay).

MOYA, Álvaro de; PACHECO, Eloyr (eds.). *Metal Pesado*. Ano 1, número 6. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997d. (Direção de Leão Azulay).



MOYA, Álvaro de; PACHECO, Eloyr (eds.). *Metal Pesado: Edição Comemorativa*, 15 anos, Gibiteca de Curitiba. Ano 1, edição especial. São Paulo: Metal Pesado Editora e Distribuidora, 1997e. (Direção de Leão Azulay).

NOGUEIRA, Natania A. da Silva. A História Política Do Brasil Por Meio Da Charge (1950–1964). *Revista Temporis* [ação], v. 16, n. 2, p. 205-222, 2016.

NOGUEIRA, Natania Aparecida Da Silva. Pagu: Política E Pioneirismo Nas Histórias Em Quadrinhos Nos Anos De 1930. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502671728_ARQUIVO_PAGU_ANPUH_CO RRIGIDO.pdf. Acesso em: 28 de Mai. 2019.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. *Mulhera ao Quadrado - as representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

PATATI, Carlos e Braga, Flávio. *Almanaque dos Quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SANTOS, Roberto Elísio. A renovação das histórias em quadrinhos nas publicações alternativas brasileiras da década de 1980. *Comunicação & Inovação*, v. 12, n. 22, 2011.

TELUMI Hellen. In: SP Escola de Teatro. 2019. Disponível em: <http://www.spescoladeteatro.org.br/quemsomos/telumi-hellen/>. Acesso em: 28 de Mai. 2019.

Brazilian comic women in the fantasy genre

Abstract: This work has as main objective to problematize the erasures and silences of the productions of women in Brazilian comics during the 1990s, within the category of production directed to the adult public and fantasy. I found few women in the survey conducted in most issues of magazines such as Brazilian Heavy Metal and Metal Pesado, all were publications in Portuguese. Names like: Cynthia Carvalho, Dadí, Claudia Lévy, Claudia Braga, Telumi Helen, Eliane Bettocchi, Marcia Széliga, Patrícia Villalba and Anna Kelma Gallas are practically nonexistent in comic book anthologies, specialized media, academic studies, and even memories of readers. From these names I made a discussion about the silences of history and what they tell us, with reference to Women or the silences of history of Michelle Perrot (2005) and Silencing the Past: Power and the production of history of Michel Rolph Trouillot (1995).

Keywords: Comics. Silences. Women. Metal Pesado.



AS MILITÂNCIAS FEMINISTAS DAS MÃES DA PLATAFORMA CIENTISTA QUE VIROU MÃE: SUJEITOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Luana Borges Lemes¹

Resumo: As mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe narram em entrevistas suas vivências feministas na maternagem e no entorno social, em que reconhecem suas formas de militâncias, afetos e desafios decorrentes desse posicionamento político. As relações de Gênero encontram a História Oral neste trabalho para contar histórias de mulheres em diferentes realidades vividas pelo Feminismo Matricêntrico, conforme as mães da Cientista Que Virou Mãe. Objetiva-se analisar as narrativas de como elas se identificam feministas e como praticam suas militâncias. Nesse sentido, há uma nova geração que pode se tornar feminista a partir dessas mães? Elas respondem sobre essa possibilidade e ponderam perspectivas sobre redes e personas feministas que dialogam em movimentos sociais ratificando a necessidade de pensar e praticar a igualdade de gênero. Também, identificam suas motivações para se descobrirem feministas e as dificuldades da militância feminista para as mulheres mães. Tais reflexões contribuem para consolidar um importante debate na História das Mulheres e dos Feminismos, a fim de perceber na maternagem feminista um novo sentido de poder social transformador, bem como um campo de conhecimento e de militância em contínua construção.

Palavras-chave: Maternagem. Gênero. Feminismo. História oral.

A partir do posicionamento feminista, muitas mulheres contemporâneas estão promovendo novas reflexões e práticas em defesa da igualdade de gênero, como as cinco mães entrevistadas² para conceder as fontes desta pesquisa. Elas integram a plataforma Cientista Que Virou Mãe, a qual evidencia narrativas diversas a partir de mulheres mães de diferentes áreas do conhecimento para tratar de maternagem, infância, direitos humanos, feminismo e temas afins. Os seus posicionamentos na militância feminista são pensados por meio do conceito de Feminismo Matricêntrico, de Andrea O'Reilly (2016), que valoriza a maternagem como ferramenta política para reivindicar direitos e diferencia maternidade como instituição cultural e biológica, historicamente opressiva às mães, e a maternagem como vivências das mulheres mães, para abordar o fundamento do feminismo matricêntrico sobre as narrativas das entrevistadas nesta pesquisa.

Tal conceituação é profícua para observar como surge o vínculo entre a maternagem na identificação feminista e as contranarrativas de maternagem, conforme as entrevistadas da Cientista Que Virou Mãe narram nesta pesquisa. Assim, torna-se possível identificar o espaço de experiência político e social que cada uma dessas mães ocupa, permitindo investigar as alternativas e possibilidades da história do tempo presente junto as suas histórias imbricadas às relações de gênero e às formas de militância feminista materna.

A importância da maternidade também pode ser entendida como teoria interseccional no feminismo. Para Andrea O'Reilly, a opressão e a resistência das mulheres mães na sociedade são moldadas por suas identidades maternas, assim como a das mulheres negras moldam-se por suas

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: luborgeslemes@gmail.com

² As fontes desta pesquisa têm origem na dissertação de mestrado intitulada "Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe" (2018), orientada pela Prof^a. Dr^a Joana Maria Pedro, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As identidades das entrevistadas foram preservadas por meio de pseudônimos, a saber: Laura, Antônia, Daiana, Renata e Luiza.



identidades racializadas. A autora afirma que a maternidade deve ser entendida como uma posição de sujeito e teorizada em termos de interseccionalidade de opressão de gênero, para desconstruir a compreensão distorcida sobre isso: “o feminismo acadêmico confunde maternagem com maternidade e confunde o essencialismo de gênero com o feminismo matricêntrico” (O’REILLY, 2016, p. 971). Novos modelos para configurar o sujeito maternal surgem através dessa distinção conceitual, que valoriza a maternagem como reconhecimento das vivências maternas e a maternidade como parte constitutiva de suas identidades e subjetividades.

Segundo O’Reilly (2010), a partir dos anos de 1980, pesquisadores norte-americanos da área de estudos maternos passaram a investigar três temas interconectados. São eles: *motherhood*/maternidade como instituição em consonância com os valores patriarcais; *mothering* como experiência e *motherhood* como identidade e subjetividade. Em seguida, o termo *mothering*/maternagem foi adotado para o estudo das experiências vividas pelas mães em suas atividades de cuidado com os filhos (MENDONÇA, 2014, p. 26)

As novas práticas discursivas de maternagem são trabalhadas nesta pesquisa como o cerne da transformação política e social pretendida para as mães feministas, em que os relatos orais, muitas vezes, tornam-se histórias feministas, pois segundo Silvia Salvatici (2005, p. 29), “desde seus primórdios, a história oral e a história de mulheres têm mostrado significativas similitudes em propósitos e objetivos, bem como em campos de interesse”. Ao explorar tais espaços da memória, a autora observa que a pessoa entrevistada denota uma prática de reencontro consigo a partir da linguagem. Nesse aspecto, as entrevistadas relacionam suas novas práticas de maternagem ao feminismo que vivenciam, o que possibilita pensá-las como sujeitos potenciais de transformação social por meio de novas relações de gênero e novos modelos familiares, com valores que buscam a equidade de gênero e a valorização das crianças e das mulheres.

Torna-se relevante analisar como estas mulheres se identificam com o feminismo e como praticam suas militâncias feministas, questionando se há uma geração que pode se tornar feminista a partir da maternagem feminista. As mães entrevistadas nesta pesquisa responderam se acreditam nessa possibilidade. Laura respondeu: “eu acreditava, mas eu estou chocada com o retrocesso das coisas, com o avanço da onda fascista. A gente vive em uma bolha, não sei se isso que nos cerca representa a realidade e se a geração é feminista ou não”. Ela exclama que pretendia que fosse uma geração feminista, apesar de ainda não ser:

Acredito que estamos vivendo um momento do grito, conseguindo nos fazer ouvir [...] os crimes de feminicídios são extremamente violentos, a raiva com que alguns homens respondem nas redes e ao vivo. Mas a gente tem uma mudança de atitude em alguns pontos talvez por conscientização [...] estamos sendo combativas, está mais feio ser machista. Acho que a geração de adolescentes está mais atenta às questões de gênero, é muito bonito de ver. Espero que sim, mas sempre tenho muito medo por estarmos nos baseando pela nossa bolha.

A perspectiva ponderada sobre as vozes feministas que ecoam e dialogam em uma “bolha social” confortável pode formar uma unidade de luta pela igualdade de direitos de gênero. Renata relata a sensação de viver em uma bolha e analisa a proporção disso com uma ideia pessimista quanto



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

a possibilidade de existir uma geração feminista: “eu saio da minha bolha e vejo que ela é ínfima, é muito pequena. Então vejo que não temos massa crítica nesse sentido ainda. Pode ser que o jogo mude. [...] Estou há 17 anos nessa indústria vital e só vi o movimento crescer, então, alguma coisa certa estamos fazendo”. Renata duvida que seja suficiente o trabalho, mesmo diante de um feminismo que ela enxerga novamente exuberante no século XXI, como já foi na década de 1970: “tem muitas explicações que não necessariamente estão no feminismo, mas que afetam o feminismo e os direitos das mulheres, o recrudescimento da vida no trabalho, trabalhar mais horas por menos dinheiro, isso nos deixa pouco livres para a vida política e para o coletivismo”.

O modelo de vida na sociedade, muitas vezes, exige uma individualidade exacerbada para sobreviver, como destaca Renata. Tal sentimento pode ser associado ao tempo capitalista neoliberal referido por Lisa Baraitser (*apud* MARIA MENDONÇA, 2014) como um tempo baseado em eficiência, rapidez e produtividade econômica. Em contraposição, o tempo materno segundo Baraitser (*ibid.*) é “o tempo do cuidado prolongado e dedicado ao outro. Interrompido por intervalos frequentes, o tempo materno pode ser interpretado como ineficiente, lento e improdutivo, caso seja enquadrado nos parâmetros capitalistas” (MENDONÇA, 2014, p. 204).

Esse contexto revela alguns motivos que dificultam o engajamento político nas questões coletivas, como a militância feminista em ambientes públicos que pode se tornar difícil de conciliar para as mulheres mães tendo em vista suas práticas de maternagem, as tarefas domésticas e, muitas vezes, a carreira profissional. Apesar disso, o feminismo surge em minúcias do cotidiano e podem fazer do ambiente familiar um espaço para discussão política, como fazem as mães entrevistadas da Cientista Que Virou Mãe ao dialogar com seus filhos e suas filhas para desconstruir estereótipos de gênero e respeitar a diversidade.

O engajamento político das mães contribui para pensar como as “noções de feminilidade e masculinidade se imbricam com representações sobre política, em especial na medida em que papéis familiares femininos e masculinos são usados como referência para pensar a inserção de mulheres e homens na política” (RAMOS, 2015, p. 101). Nas relações de gênero em famílias, segundo Daniela Ramos, isso ocorre principalmente quando é construído o aprendizado de papéis excludentes, como o homem na política e a mulher distante do engajamento político.

Assim, entende-se que um feminismo com visão de futuro exige um esforço coletivo de ir “difundindo a mensagem do feminismo para que se renove o movimento e para que seja reiniciado com a premissa básica de que a política feminista é necessariamente radical. E como o radical se invisibiliza em nosso entorno, devemos expor o feminismo e torná-lo conhecido” (HOOKS, 2017, p. 144). A autora Bell Hooks expressa como radical o movimento que pretende acabar com opressões sexistas e se esforça para eliminar desigualdades de gênero, portanto, essa proposta por si é radical. Pensando na proporção do enfrentamento à cultura sexista, muitas mulheres feministas criam redes de fortalecimento também na Internet, como apresenta a Primavera das Mulheres tratada nesta pesquisa.

As redes motivam a entrevistada Daiana a pensar de forma otimista na possibilidade de haver uma geração que já pode “nascer” feminista: “tem uma abertura de espaço com perspectivas diferentes [...] mais lenta do que necessitamos, porque nunca tivemos tanta violência. O que ficava no privado agora é público e tem chance de ser superado. Então, acredito que as novas gerações virão



diferentes”. Ela se refere aos movimentos feministas que formam vozes plurais de combate às violências contra as mulheres e representam um fortalecimento do feminismo contemporâneo. A entrevistada Luiza também considera a existência de uma nova geração feminista:

[...] acho fundamental as redes sociais como têm sido usadas para que as minorias em geral passem a ter voz. Está sendo desnaturalizada a violência contra a mulher, assim como a violência obstétrica era tida como normal chegar no hospital e passar por intervenções. A violência matrimonial que a mulher tinha que atender ao marido e ao assédio sexual. Eu sou otimista, então, não sei se em uma geração mais feminista, mas em uma geração que vai desfrutar de um contexto em que as violências não vão ser mais enxergadas como naturais. [...] é o primeiro passo para que tenha essa virada e as mulheres sejam de fato respeitadas e as relações sejam mais igualitárias.

Na construção de uma geração que conquiste relações de gênero com direitos iguais, percebe-se a importância de acreditar nos princípios feministas, construindo valores de igualdade e respeito à diversidade desde a criação nas famílias, apesar das interferências do meio social. O potencial coletivo em disseminar ideais feministas em rede, como argumenta Ana Maria Veiga em sua pesquisa com brasileiras e argentinas, associa-se à conexão entre mulheres que formam movimentos para constituir uma rede relacional entre feministas.. A autora percebe “estratégias políticas que se estenderam em direção a um desejo de solidariedade e apoio entre as mulheres, independentemente da situação geopolítica de cada uma, e ainda de que maneira buscaram fazer este movimento” (VEIGA, 2009, p. 67).

A rede feminista se mostra presente nas novas práticas de maternagem que buscam estabelecer relações de gênero mais igualitárias para os filhos e as filhas das entrevistadas. As motivações para construir uma sociedade baseada nesses princípios encontram-se no entendimento das mulheres mães sobre suas militâncias feministas. As práticas de maternagem formam um novo sentido de poder social transformador, em virtude da motivação sobre a militância feminista, como afirma Antônia:

[...] a gente é militante desde a hora que acorda até quando vai dormir, quando anda na rua e um cara mexe com a gente na rua e a gente responde ou quando ajuda outra mulher quando está numa situação difícil. [...] a militância está na nossa vida porque somos mulheres. Você precisa fechar muito os olhos para o mundo para não ser feminista e você precisa cruzar os braços para não ser militante.

A posição política da entrevistada ao enfrentar desigualdades de gênero e sobre a atenção constante do estilo de vida, também exhibe as prerrogativas do feminismo na prática. A entrevistada Laura ratifica esse pensamento sobre o que é o feminismo conforme suas vivências: “é descoberta, posicionamento e segurança, porque não adianta você descobrir e não se posicionar. [...] você acordou, as situações começam a aparecer e o feminismo te mostra ‘isso não pode acontecer, isso tudo bem, isso eu preciso melhorar’. É uma postura de vida, é *full time!*”. Luiza também confere sentido à própria militância feminista:

[...] enquanto pesquisadora e cientista social todas as minhas pesquisas estão de alguma forma ligadas ao feminismo, sempre ligadas aos direitos das mulheres, relações mais igualitárias, de relação afetiva e questão do parto. Quando fiz a minha



tese a militância estava bem mais aparente e hoje ela já está um pouco mais seletiva, eu não saio em todas rodas de amigas “tu tens que ter um parto natural” [...] Minha militância não aparece em todas as relações, de falar sobre feminismo. Mas quem é próximo a mim sabe que trabalho em prol das mulheres, que eu quero que minhas filhas sejam mulheres autônomas.

Observam-se diferentes posicionamentos de militâncias feministas de acordo com as vivências das mães entrevistadas, em que há uma consonância de reivindicações e de posturas cotidianas em torno dos ideais feministas, mesmo em diferentes campos de atuação profissional e de condição pessoal. A conciliação entre militância e questões cotidianas correspondem a uma estrutura de rede feminista diversa, que pode ser coesa em muitos pontos, como aborda Ana Maria Veiga:

[...] a grande maioria fica de fora, atuando muitas vezes individualmente, onde seu campo de ação profissional permitir chegar. As redes feministas de relações não podem ser observadas como presenciais, elas são redes que arrisco chamar de pertencimento e atuação, amalgamadas pelo desejo de solidariedade e visibilidade. Do recorte temporal deste trabalho podemos perceber sincronia nas reivindicações, na formação de grupos de reflexão ou de discussão, no próprio feminismo como movimento e sobretudo nos resultados futuros que hoje aparecem nas sociedades e nas vidas de grande parte das mulheres da América Latina e do mundo, mesmo que não se dêem conta que as possibilidades do cotidiano dessas mulheres têm muito a ver com a luta das feministas que fizeram história naqueles pioneiros anos 1970 (VEIGA, 2009, p. 160-161).

As descontinuidades temporais e os amplos contextos culturais, como retrata Ana Maria Veiga, reúnem-se em pontos da rede feminista, como no combate às desigualdades de gênero, entre outras ações em defesa dos direitos das mulheres, que podem afetar muito mais do que o próprio campo de atuação de um tempo e um lugar. A autora menciona as opressões de gênero que persistiram após os regimes militares nos anos 1980 e por isso, “o movimento feminista passou a ser um esforço cotidiano, onde cada mulher tenta ampliar seus espaços de atuação e reconhecimento, dentro de uma sociedade que ainda precisa de ‘identidades’, com raras noções daquilo que constitui de fato igualdade” (VEIGA, 2009, p. 161). Ratificando a importância das ações cotidianas em dimensões da militância feminista, Bell Hooks cita:

Toda vez que qualquer mulher ou qualquer homem de qualquer idade trabalha para acabar com o sexismo, o movimento feminista avança. Isso não exige que nos unamos às organizações necessariamente; Podemos trabalhar em nome do feminismo de onde estamos. Podemos começar de nossa casa, de onde vivemos, nos treinando ou a nós mesmos e aos nossos entes queridos (HOOKS, 2017, p. 147).

Desde os pormenores das relações interpessoais, mas não menos fundamentais, até os ambientes públicos de coletivos feministas e os momentos em que o próprio pensamento feminista é repensado, pode representar a identificação com o feminismo. A conjuntura contínua e complexa permite que as mulheres criem redes feministas de apoio em torno do ideal político por equidade de gênero. Esse posicionamento pode se tornar uma identidade feminista a partir de valores de igualdade considerados irrevogáveis para uma transformação cultural, que exige esforço contínuo, como o fortalecimento entre mulheres mães.

DI 19/10/88 VCH/AC Dpt 01 ... sua conhecimentos (em computadores) 377
exemplares já encaminhados pelo SE-6



A entrevistada Luiza relata que ao se tornar mãe ela começou a se identificar com o feminismo. Ela conta que percebia o parto natural como um potencial fortalecedor para as mulheres, assim como ela realizou. Porém, no parto de sua primeira filha ocorreram diversas intervenções inesperadas por ela, como a episiotomia e a manobra de Kristeller para empurrar a barriga da gestante e forçar a saída do bebê. Segundo Luiza, em poucos minutos roubaram o seu protagonismo no parto:

Eu já estava no doutorado na época, roubaram o meu parto nos “45 do segundo tempo”, então, eu comecei na militância pela humanização do parto. Foi uma coisa que despertou muito forte, ao longo da minha vida tive uma autonomia, mas foi nesse momento que eu me dei conta de repensar relações, porque eu quero que a minha filha tenha direito de escolha [...] Numa perspectiva feminista comecei a questionar a violência doméstica, matrimonial e obstétrica. No próprio doutorado eu sofri uma violência porque cogitaram que eu não tirasse licença maternidade, embora fosse um direito meu, porque poderia prejudicar o programa. Eu comecei a brigar na associação nacional de pós-graduandos para dizer que eu estava sofrendo isso. No mundo do trabalho comecei a despertar e construir aos poucos essa emancipação, que é muito mais presente na minha vida sobre os direitos das mulheres depois que eu me tornei mãe e mãe de meninas.

O lugar social das mães acadêmicas provoca questionamentos sobre desigualdades de gênero e ratifica a importância do feminismo matricêntrico liderado por Andrea O’Reilly, que destaca, ironicamente, a existência de demandas ilimitadas e incompatíveis, de parte da academia e da ideologia da maternagem intensiva. Para a autora, as mães acadêmicas são pressionadas por demandas contraditórias e impossíveis de serem atendidas: “a maternagem sugere que as mães boas atuem como se estivessem livres das exigências do trabalho, mesmo quando são ocupadas pela vida profissional, enquanto a academia sugere que bons acadêmicos atuem como se estivessem livres do trabalho materno” (O’REILLY, 2016, p. 220).

Andrea O’Reilly relata dificuldades enfrentadas durante sua trajetória de pós-graduação, tais como momentos de estresse, sentimentos de culpa e de ansiedade, em virtude da discriminação que sofreu como mãe acadêmica. Apesar das dificuldades, conseguiu concluir seu doutorado. Essa conquista foi possível em função da bolsa de estudos, que quase foi cortada quando descobriram sua gravidez e do acesso à creche disponível para os filhos dos estudantes na sua universidade. A autora destaca que para as mães acadêmicas obterem sucesso, necessitam saber como reivindicar seus direitos e conseguir a cooperação de seus professores.

Atualmente, Andrea O’Reilly é professora titular e possibilita a inclusão das estudantes de pós-graduação e das professoras mães na comunidade acadêmica, pontuando a contínua luta por mudanças institucionais: “acredito que devemos orientar e defender as mães acadêmicas [...] ajudá-las a chegarem a um lugar mais justo e equitativo. Ao fazermos isso, os estudos de maternidade podem ser assegurados no campo do feminismo acadêmico” (O’REILLY, 2016, p. 222).

O posicionamento político capaz de promover transformações, principalmente devido às situações de vulnerabilidade na maternidade, segundo Andrea O’Reilly, encontra-se na capacidade de questionar as opressões às mães. Similarmente, a entrevistada Laura narra a própria vivência que gerou questionamentos e conduziu à identificação com o feminismo:



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Quando você passa por uma situação de vulnerabilidade muito explícita, você começa a se questionar sobre as coisas ‘por que que é assim? Mas tem que ser assim? Eu não aceito que seja assim, então como que eu posso mudar?’ Tinham algumas coisas que me incomodavam, mas eu não sabia como tornar isso uma ferramenta de problematização. Quando a minha filha nasceu, comecei a ler mais sobre o assunto. Decidi fazer outro doutorado, fui para a Ciência Sociais e Saúde, aí comecei a me identificar.

Além disso, o maior desafio relatado por Laura é o confronto diário às imposições culturais que oferecem respostas prontas ou condicionam a comportamentos padrões e exige, segundo ela, uma postura sempre alerta, o que a levou a questionar assuntos sobre maternagem, entre outras questões de gênero. Ela relata alguns de seus questionamentos: “Mas por que vai dormir em berço? Mas por que vai ter o parto no hospital? Mas por que mamadeira? Mas por que chupeta? Mas por que sexismo? É um processo contínuo, como vai questionar uma coisa e não outra?!”. A capacidade de questionar as práticas de maternagem junto ao feminismo como ferramenta de problematização das práticas tradicionais, como na narrativa de Laura, também aplica-se ao mercado publicitário para o público materno.

A análise comparativa entre anúncios publicitários de São Paulo e Toronto voltados às mulheres mães, realizada por Maria Collier de Mendonça, cita as estratégias dos anúncios publicitários que formulam mensagens sobre as dificuldades das mães para, em seguida, oferecer os produtos e serviços anunciados como soluções às mães. Embora a estratégia problema-solução seja usual na retórica publicitária, há anúncios que questionam “a autoconfiança e o saber materno. Seus títulos provocam desconfortos nas mães, que se sentem desinformadas, culpadas ou até inseguras. As campanhas publicitárias desabilitam os saberes e práticas maternos, desqualificando-os como inadequados ou insuficientes” (MENDONÇA, 2014, p. 285). Diante dessas provocações, os questionamentos das mães sobre o mercado são importantes, para avaliar práticas de maternagem baseadas em produtos de consumo e soluções padronizadas, tais como as imposições culturais indagadas por Laura.

Pensando nas descobertas feministas relatadas pelas entrevistadas, as suas motivações comuns destacam vivências que acionam observações e questionamentos sobre o entorno social, para elaborar soluções melhores acerca de uma formação cultural não sexista e não violenta às mulheres. A entrevistada Luiza considera essa transformação: “questionar o que é entregue como óbvio, a gente cresceu num contexto que supervaloriza o casamento para a vida toda. Quando eu virei mãe e comecei a questionar se não reproduzo essa expectativa nas minhas filhas, então, fica muito mais consciente”.

A postura questionadora pode ser relacionada ao contexto que Guacira Louro aborda sobre a disciplina teorizada por Foucault em *Vigiar e Punir*, que faz analogia a uma “fábrica” de indivíduos, como um poder que os manipula em um processo sutil e contínuo, atrás de leis e instituições. Por isso, a autora destaca a atenção a essa “fábrica social” das relações de poder para desconstruir o sexismo, que deve constar nas “práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’” (LOURO, 1997, p. 63).



Luiza relata essa tomada de consciência que produz indagações junto às questões de gênero, com reflexão sobre a própria inserção cultural que reproduz o machismo e confere um desafio contínuo de autotransformação para revisar os próprios preconceitos e buscar a coerência com seus valores feminista. Os questionamentos conformam um desenvolvimento do posicionamento político feminista.

Esse ‘afinamento’ da sensibilidade (para observar e questionar) talvez seja a conquista fundamental para a qual cada um/uma e todos/as precisaríamos nos voltar. Sensibilidade que supõe informação, conhecimento e também desejo e disposição política. As desigualdades só poderão ser percebidas — e desestabilizadas e subvertidas — na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução (LOURO, 1997, p. 121).

O patamar reflexivo de questionamentos é evidenciado nos relatos das mães entrevistadas por meio das novas práticas de maternagem que, muitas vezes, resultam em desconforto e exaustão por causa da militância feminista cotidiana. Porque, geralmente, as feministas seguem um contrafluxo cultural conservador em razão da busca por igualdade de gênero e liberdade de escolha. Entretanto, elas relatam que há um retorno gratificante do entorno social e das mulheres para o trabalho da Cientista Que Virou Mãe. Elas narram os desafios e os benefícios de assumir valores feministas em seus contextos de vivências, conforme Laura cita sobre o que as mulheres costumam falar a ela: “você me fez pensar sobre coisas que eu não pensava sobre mim”. Isso vale a minha vida. Todo mundo tem que ter um motivo, é o que me mantém. Aquelas que ainda não pensam por esse lado me detestam e me difamam. Com os homens então é um caos”. Ela acrescenta o seu lugar de fala, o feminismo como motivação para continuar quando desanima:

Eu posso parar, mas eu alcancei uma coisa que as pessoas em geral não têm, que é voz. Quando eu falo privilégio, eu falo de coisas ruins, não uso privilégio como sinônimo bom. [...] É um privilégio que eu tenho e preciso usar para defender alguém. Feminismo é isso, é senso de responsabilidade, não é só defesa pessoal dos meus direitos. [...] Ser feminista tem muito de não aceitar algumas coisas seja para mim ou para qualquer outra mulher. [...] eu enxergo machismo em tudo, porque o machismo está em tudo, então, o fato de você não ver significa que você ainda não viu.

Nessa narrativa de solidariedade que visa o coletivismo, o compartilhamento da voz alcançada por sua militância feminista retrata um poder de defender outras mulheres que pode ser pensado a partir da tomada de consciência feminista. Esta atitude torna-se essencial para a integração das mulheres na política feminista: “através da conscientização, as mulheres ganharam força para desafiar as forças patriarcais no emprego e em casa. [...] examinaram o pensamento sexista e criaram estratégias com as quais mudam atitudes e crenças através do do compromisso com a política feminista” (HOOKS, 2017, p. 30).

Para Bell Hooks, os grupos de conscientização feminista formavam um movimento espaço de transformação. Similarmente ocorre na Cientista Que Virou Mãe, entre outras ações de especialistas e de ativistas que formam redes de produção de conhecimento e de diálogos feministas. Na política que busca desfazer postos de hierarquia, como se refere a autora, as mulheres feministas atentam para



tornar democráticos os espaços de voz, como aborda a entrevistada Laura: “muita gente critica isso porque quando você dá voz a alguém você cala outra pessoa. Mas acho que calar alguém não seja sempre ruim, por exemplo, se tiver um cara racista eu vou calar ele sim, assim como se eu falar bobagem em um movimento de mulheres negras, eu vou me calar”. A sensibilidade questionadora do feminismo, portanto, desenvolve uma percepção da diversidade social, em que há privilégios que podem ser utilizados para o fortalecimento de questões coletivas de minorias sociais.

A perspectiva do feminismo interseccional abrange a diversidade social, como analisa a entrevistada Antônia: “existe um abismo entre as discussões feministas no Facebook e o que acontece na rua. Por isso acho que eu não teria como não ser interseccional. Uma mulher que mora na periferia que é pobre sofre níveis de opressão diferentes que eu”. Os aspectos coletivos encontram-se na noção plural sobre feminismo: “não existe um caminho único para o feminismo. As pessoas de distintas origens necessitam teorias feministas que se refiram diretamente a suas vidas” (HOOKS, 2017, p. 147).

Em vista da representatividade social no feminismo são reconhecidas e expostas as diferenças que, para Guacira Louro, foi uma iniciativa das mulheres negras e das mulheres lésbicas a partir do feminismo de terceira onda iniciado em 1980. Esse contexto desencadeou debates complexos, “acentuando a diversidade de histórias, de experiências e de reivindicações das muitas (e diferentes) mulheres. Mas o que estava centralmente implicado em todas essas discussões eram as relações de poder que ali se construía e se pretendiam fixar” (LOURO, 1997, p. 45).

Há uma profícua diferenciação realizada por Maria Amélia Teles sobre “movimento de mulheres”, que denota ações organizadas a fim de reivindicar direitos ou melhores condições de vida e de trabalho e “movimento feminista”, que se refere “às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história” (TELES, 1993, p. 12). Reconhecer as desigualdades para demarcar as diferenças em busca de igualdade, mostra que aderir ao movimento feminista torna-se uma postura “incômoda”.

Em parte dessa construção de sentido do movimento feminista que também participam as mulheres da Cientista Que Virou Mãe, também surge o incômodo ou o custo por tais militâncias, que é citado por elas. Laura relata que ser feminista traz sofrimento a ela, porque sua militância de reconhecer injustiças e violências a torna malquista por muitas pessoas: “isso é problemático, em muitos momentos me vejo sozinha, aí tenho que fazer uma escolha ou vou amenizar o tom para ter a companhia ou vou continuar a minha filosofia e coerência, embora corra o risco das pessoas se afastarem. Bom, eu já fiz a minha escolha”.

Semelhante a essa história, a entrevistada Antônia expressa a exaustão que seu posicionamento feminista gera. Quanto mais ela estuda e conversa sobre isso, mais percebe a estrutura dominante opressiva às mulheres: “é como tirar um véu da frente dos olhos, não é bonito o que a gente vê, quanto mais trabalho com isso mais casos horrendos chegam, mais denúncias horrendas, mais gente pedindo ajuda, então é pesado, não é tranquilo, não é lindo”. Apesar disso, há contrapesos de gratificações que motivam para que o feminismo continue conduzindo suas filosofias de vida: “por outro lado é lindo ver a rede de força e de amizade entre nós mulheres, saber que se eu tropeço eu tenho muitas mãos para me ajudar a levantar, isso é o alento que temos no feminismo. É a força e a



união que a gente sabe que tem e podemos contar”. Daiana cita que vivenciou a sororidade feminista na prática:

O feminismo me manteve na universidade, o discurso anti machista e a rede de mulheres. [...] No final de 2015 eu tive vários problemas e dividi com as meninas, recebi muito apoio psicológico e financeiro, elas se juntaram e pagaram fraldas para minha filha e o meu aluguel. Eu estava chateada porque não poderia ver meu filho que estava em São Paulo e elas pagaram minha passagem também. E tudo isso foi espontâneo depois do meu relato desabafando no grupo Mulheril do Facebook, sobre o problema do machismo com meu marido e da minha conta bloqueada. [...] a medida que eu vejo a relação na prática, quando cria uma rede tão forte de mulheres, então, agradeço e crio mais energia para trabalhar pelo empoderamento de todas as mulheres

As ações individuais e coletivas a partir dessa união conferem sentido ao feminismo como “movimento” e se aproxima da identificação criada por meio de redes de apoio entre mulheres. A organização feminista de ações conjuntas demonstram um potencial de transformação social: “o trabalho em grupo e o individual, a horizontalidade e as hierarquias, tudo isso deve ser levado em conta quando buscamos compreender as estratégias dessas atrizes (ou ‘atoras’) sociais e o posicionamento que encontramos em seus discursos” (VEIGA, 2009, p. 40). Discursos que, muitas vezes, tornam-se práticas e reconhecem uma identidade perdida ou afirmam um posicionamento político. A autora confirma nuances políticos que podem associar-se com a identificação das mulheres com o feminismo e a renovação de suas vidas a partir do movimento, como é relatado pelas entrevistadas da Cientista Que Virou Mãe. Exemplo disso encontra-se nas vivências de Renata, após o divórcio litigioso, a violência patrimonial e a entrega da guarda de seus filhos ao pai deles devido à posição econômica dele ser mais privilegiada do que a dela:

Fui para o apartamento novo sem os meninos e fiquei muito deprimida, eu não queria mais viver [...] Eu via muito pouco os meninos. Mas uma amiga me convidou para abrir uma ONG. [...] Fundamos em outubro de 2013 a Associação Artemis, que talvez seja onde definitivamente eu me afirmo como feminista, porque eu passo a ser presidente de uma organização em defesa dos direitos das mulheres, da erradicação da violência e promoção da autonomia. Aí fecha realmente o ciclo de violências todas que minha mãe sofreu, que eu sofri, que outras mulheres sofreram também. Foi um jeito de curar a minha dor, porque eu comecei a tirar o foco de mim e passei a perceber que o meu caso não é isolado, é um jeito sistêmico de violentar mulheres. [...] eu me fortaleci e fui tentar um outro jeito de viver.

No reconhecimento do próprio potencial de transformação através do auxílio a outras mulheres, o feminismo se mostra como uma renovação política que fortalece muitas mulheres. A “solidariedade política entre mulheres, expressada na sororidade, vai além do reconhecimento positivo das experiências das mulheres e da afinidade por sofrimentos comuns. A sororidade feminista está enraizada no compromisso compartilhado de lutar contra a injustiça” (HOOKS, 2017, p. 37). Segundo a autora, o combate ao sexismo e às violências de gênero através da sororidade é possível por meio da prática de reconhecer, na alteridade social, as diferenças de raça e de classe, que permitiu muitas feministas se disporem a utilizar os próprios privilégios para auxiliar grupos



subordinados de mulheres. Há um fortalecimento de mulheres feministas que também é percebido entre as mães entrevistadas da Cientista Que Virou Mãe. A entrevistada Laura responde como a plataforma contribui nesse aspecto:

A plataforma construiu em mim uma mulher feminista, como mãe talvez menos, porque eu já tinha em mim esses valores fortes como não violência, problematização, respeito, cuidar da criança com amor. Mas me construiu não foi a base da lapidação, foi a base da detonação, na interação com os leitores e leitoras. Não existe pedagogia melhor do que a troca. [...] Esse “Cientista” é uma cilada, é uma armadilha. Mostro que é legal ter evidências científicas para orientar ações, mas o seu empoderamento é mais importante do que a evidência científica.

O poder das vivências, conforme Laura, supera o do conhecimento científico sobre as questões de gênero que ela questiona e expõe na plataforma junto às outras mulheres, potencializando uma rede de fortalecimento em torno das vivências, muitas dessas referentes às novas práticas de maternagem que elas narram. Nessa realidade, Andrea O’Reilly contribui para pensar, que apesar do desaparecimento do tema maternidade no feminismo acadêmico do século XXI, há uma teoria feminista e um movimento próprio em formação, como o feminismo matricêntrico. Andrea O’Reilly defende que para conquistar direitos iguais entre homens e mulheres deve haver uma nova lógica social, que valorize o trabalho de cuidados tanto quanto o trabalho remunerado.

Nessa direção trabalham as mulheres da Cientista Que Virou Mãe ao produzirem conhecimentos que buscam fomentar uma reorganização das relações de poderes com os movimentos feministas protagonizados por mulheres mães. Apresentam-se novos sujeitos de transformação social por meio das mães as quais, muitas vezes, demonstram poder de agência política desenvolvido no vínculo entre a militância feminista e as vivências na maternagem.

Referências

HOOKS, Bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Trad. de Beatriz E. Agustí, Lina Tatiana L. Ruiz, Mayra S. Moreno, Maira P. Romo, Sara V. González. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

MENDONÇA, Maria Collier de. *A Maternidade na Publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica – PUC/SP, 2014.

O’REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice*. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

RAMOS, Daniela Peixoto. A família e a maternidade como referências para pensar a política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16. Brasília, jan.- abr. 2015.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.



TELES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970 – 1985)*. Dissertação de Mestrado em História na UFSC. Florianópolis/SC, 2009.

Feminist militances of mothers from Cientista Que Virou Mãe platform: subjects of social transformation

Abstract: The women of the Cientista Que Virou Mãe platform narrate in interviews their feminist experiences in mothering and the social environment. They recognize their forms of activism, affections and challenges arising from this political position. Gender relations find Oral History in this work to tell stories of women in different realities lived by Matricentric Feminism, according to the scientist mothers of platform. The objective is to analyze the narratives of how they identify themselves as feminists and how they practice their activism. In this sense, is there a new generation that can become feminist from these mothers? They respond to this possibility and ponder perspectives on feminist networks and personas that dialogue in social movements, ratifying the need to think and practice gender equality. Also, they identify their motivations for discovering feminists and the difficulties of feminist activism for women mothers. This reflections contribute to consolidate an important debate in the History of Women and Feminisms, in order to perceive in feminist mothering a new sense of transformative social power, as well as a field of knowledge and militancy in continuous construction.

Keywords: Mothering. Gender. Feminism. Oral history.



AMAR EM TEMPOS DE ÓDIO É UM ATO REVOLUCIONÁRIO: CASAIS MILITANTES NA DITADURA BRASILEIRA

Luísa Dornelles Briggmann¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a presença de casais militantes na resistência contra a ditadura brasileira, entre os anos de 1964 e 1985, buscando entender a complexidade dos afetos e das relações de poder e de gênero que os constituíam e rodeavam. Viviam-se tempos de revolução: nos costumes, nas sexualidades e nos relacionamentos. É neste período de efervescências, onde as jovens buscam a quebra de valores conjugais como a superioridade do marido sobre a mulher, e passavam a valorizar o matrimônio como um espaço amor, gratificação sexual e companheirismo, que estes casais ousaram resistir juntos a ditadura que assolava o país. Neste trabalho busca-se perceber o efeito de “ser casal” na militância: na divisão de tarefas, nas ações, na clandestinidade e na prisão. Assim como, através dos testemunhos orais, dos livros de memória e das autobiografias, observar o uso da emoção e do gênero nos discursos produzidos acerca destes casais.

Palavras-chave: Gênero. Casais militantes. Ditadura.

Em um bairro afastado, no aparelho de Devanir de Carvalho, *magros, pálidos, misturam-se os rostos, funda tristeza. Jamais desprender-se. Reabrir as pálpebras, olhar. Em cada toque, a paixão.* Apesar dos mortos, quedas, fraqueza física, a decisão irredutível, dormiram no colchão, mal alimentado, janelas dia e noite fechadas. No Brasil inteiro caçavam-os, boa parte dos dólares perdera-se ou estava inacessível, no exterior. Desapropriações rendiam pouco devido à vigilância dos bancos. *Ninavam-se, incrédulos, a reconhecer-se* (PATARRA, 1992, p. 390).

Neste trecho do livro de Judith Lieblich Patarra, a autora narra, de maneira romanceada, o reencontro de Iara Iavelberg com seu companheiro, Carlos Lamarca, em maio de 1970. Com uma escrita poética e repleta de detalhes, quase conseguimos sentir as emoções do reencontro do casal, em meio ao cenário de uma ditadura sanguinária e triste e em um período de duras baixas às organizações de esquerda. Iara e Lamarca foram um dos casais mais marcantes da resistência à ditadura brasileira. Suas histórias se transformaram em filmes, livros, minisséries e documentários².

O casal viveu um intenso romance durante o período mais radical da ditadura do país, enquanto estavam na clandestinidade e militavam na luta armada. Lamarca tinha acabado de desertar do 4º Regimento de Infantaria de Quintaúna, em Osasco, e entrado para a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), quando Iara o conheceu, em 1969 (CASSAL, 2001). Alex Barros de Cassal afirma que “sua relação se construiu em aparelhos, em meio ao silêncio e à angústia, à possibilidade de não voltar de uma ação. O medo montado nos ombros. A morte sempre presente e a felicidade de mais um dia roubado a ela misturavam-se em seu cotidiano” (CASSAL, 2001, p. 106).

Juntos, passaram por diversos aparelhos em diferentes cidades do Brasil, utilizaram uma infinidade de nomes e disfarces, fizeram treinamentos no Vale do Ribeira e optaram por ficar no país

¹Doutoranda em História pelo Departamento de História da Universidade Federal Santa Catarina. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. E-mail: luisa.briggmann@gmail.com

² Alguns exemplos de produções sobre o casal são: JOSÉ; MIRANDA, 2004, MACIEL, 2006, PATARRA, 1992, REZENDE, 1994 e PAMPLONA, 2014.



e resistir até o fim. O fim veio em agosto de 1971, quando Iara foi assassinada, na Bahia. Seu corpo ficou durante um mês em uma gaveta no IML de Salvador, visando ser usado como isca para atrair Lamarca (PAMPLONA, 2009).

Clara Charf e Carlos Marighella também ousaram viver intensamente as lógicas do amor e da guerra, que tão fortemente se opõem. E estes dois casais têm muitas coisas em comum: Clara e Iara eram judias, enfrentaram a família para entrar na militância e para se relacionar com Marighella e Lamarca³. Os casais eram formados por um homem dirigente e uma militante, o que, talvez por isso, tenham os tornado os casais mais conhecidos da guerrilha brasileira. Ambos já haviam tido outros relacionamentos (Iara, Lamarca e Marighella já haviam sido casados formalmente) e, pela situação imposta pela clandestinidade, eram “casados no amor”.⁴

Clara e Marighella se conheceram quando ela era taquígrafa da bancada comunista da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro e Marighella deputado, em 1948. Clara relata o primeiro contato dos dois: “Nos encontramos na porta do Partido Comunista (PC) no Rio de Janeiro. Ele me olhou e eu também. Depois me disseram que ele era o Carlos Marighella, então deputado do PC” (LEMOS, 2013, s/p). Clara afirma que viveram juntos poucos momentos como “pessoas comuns”, pois logo o PC foi considerado ilegal e eles passaram a viver na clandestinidade. Enfrentaram juntos duas ditaduras, a de Getúlio Vargas e a militar. Marighella foi morto em 1969, e Clara foi exilada para Cuba, onde viveu por aproximadamente uma década, voltando para o Brasil somente com a Lei da Anistia (LEMOS, 2013).

Assim como Lamarca e Iara, e Clara e Marighella, muitos foram os casais que se formaram durante a militância. Neste trabalho, portanto, buscarei, ainda que brevemente, analisar a presença de casais militantes na resistência contra a ditadura brasileira, entre os anos de 1964 e 1985, procurando entender também a complexidade dos afetos e das relações de poder e de gênero que as constituíam e rodeavam. Através de relatos e livros de memória e entrevistas⁵ procura-se perceber também o efeito de “ser casal” na militância: na divisão de tarefas, na clandestinidade e na prisão⁶.

Lucia Topolansky, militante uruguaia⁷ e companheira de José Mujica, afirmou que a solidão da clandestinidade “abria espaço” para estes afetos, que resultavam na formação de casais dentro das

³ Aqui, acredito ser pertinente ressaltar que Clara e Marighella ainda enfrentavam o preconceito racial por parte da família de Clara. Clara falou sobre isso em uma entrevista, em que afirma que o pai lhe dizia, ao saber do envolvimento com Marighella: “Minha filha, eu eduquei você, eu queria um neto, eu queria que você cassasse... E você vai e namora um preto, cristão e comunista”. Entrevista concedida ao programa “Provocações: com Clara Charf”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e_KG3PC64pI (Acesso: 11 de nov. 2018)

⁴ Expressão usada por Clara Charf na entrevista acima citada.

⁵ Aqui, me amparo em Ângela de Castro Gomes (2004) que afirma que: “[...] escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua’ verdade. Ou seja, toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’ (como a literatura tem designado), que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria. [...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (GOMES, 2004, p.14 – 15).

⁶ Esse trabalho faz parte de minha pesquisa de Doutorado, onde investigo casais militantes nas ditaduras do Cone Sul.

⁷ Durante este trabalho trarei também exemplos de falas e estudos sobre militantes de outros países do Cone Sul, pois acredito ser fundamental para um maior entendimento das relações afetivas no Brasil, entender, através de uma história cruzada, as outras ditaduras do Cone Sul, assim como perceber a existência dessas “parejas militantes” nos nossos países vizinhos. Me apoio em Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, que afirmam que: “não estamos pensando que os países do Cone Sul são entidades separadas, que podem ser analisadas como contextos diferenciados, e comparadas, mas



organizações (CAULA; SILVA, 2011). É o que também ressalta Erich Maria Remarque: “El ser humano en las trincheras se conoce desnudo. Y es ahí cuando lo quieres más. ¿Sabes por qué? Porque lo ves con todas sus virtudes y todos sus defectos; sin nada, sin maquillaje”⁸ (CAULA; SILVA, 2011, p. 102).

Alejandra Oberti (2015) recorda também que, devido as exigências do trabalho militante, a grande quantidade de tempo dedicadas as atividades políticas e os problemas de segurança na clandestinidade, o convívio destes jovens⁹ se restringia majoritariamente aos companheiros de organização, abandonando outros espaços afetivos. A vida anterior se dissociava e isto também acabou influenciando, de certa maneira, o modo como se formavam os casais. Suas sociabilidades acabavam restritas a estes espaços.

É o que afirma Alicia Sanguinetti:

Evidentemente la pareja era un compañero militante. O sea, no había posibilidad de otro tipo de pareja. Porque si empezabas a hacer una pareja con una persona que no era militante, o él se integraba a la organización o vos tenías que irte, porque no había posibilidad. No había términos médios¹⁰ (OBERTI, 2015, p. 157).

Isso é ressaltado também por Derlei Catarina de Luca, militante da Ação Popular, que afirmava que a alternativa era se relacionar com alguém da própria organização, cujo trabalho permitisse o contato mais ou menos frequente:

Separados namorados, casais, noivos, por uma definição política de trabalho, alguns estabeleciam novas relações afetivas com companheiros definidos para trabalhar no mesmo setor. A afetividade é psicologicamente importante na clandestinidade, quando se vive o perigo diário de ser preso e morto (LUCA, 2002, p. 36-37).

Aqui, se faz necessário, portanto, contextualizar as vivências destes casais em um período de agitação e mudanças sociais. Isabella Cosse (2008) nos recorda que nas décadas de 1960 e 1970, viviam-se tempos de muitas transformações e questionamentos, tanto na Europa e nos Estados Unidos da América, quanto na América Latina: uma nova forma de pensar as relações, os corpos e a sexualidade trazia revoluções para a vida de muitos jovens. Quebrando-se, assim, valores conjugais, como a superioridade do marido sobre a mulher, e valorizando-se o matrimônio como um espaço amor e gratificação sexual.

que as histórias vividas em cada um desses países [...] encontram-se emaranhadas com as histórias de outros lugares, tempos e pessoas. [...] Esta rede de relações, tanto da resistência como da repressão, envolveu os diversos países, implicando apoios múltiplos, resultados de um ambiente histórico que repercute não somente nas fronteiras como para além delas” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 41).

⁸ O ser humano nas trincheiras se conhece nu. É aí que você mais deseja. Você sabe por quê? Porque você o vê com todas as suas virtudes e todos os seus defeitos; sem nada, sem maquiagem.

⁹ Aqui me refiro a “jovens”, pois, conforme afirma Marcelo Ridenti, as organizações de esquerda brasileiras na ditadura militar eram formadas majoritariamente por jovens: Para ver mais sobre juventude na esquerda armada: “Nota-se que a maioria das organizações predominavam os jovens entre 22 e 25 anos, especialmente nos grupos armados” (RIDENTI, 1993, p. 118). Para mais discursões sobre juventude e militância nas organizações de esquerda revolucionária ver: (BRISTOT, 2018).

¹⁰ Evidentemente, “o casal” era um companheiro militante. Ou seja, não havia possibilidade de outro tipo de casal. Porque se você começou a “fazer um casal” com uma pessoa que não era militante, ou ele se juntou à organização ou você teve que sair, porque não havia possibilidade. Não havia meio termo.



Roselane Neckel (2004) afirma que, se nas décadas de 40 e 50, as mulheres brasileiras eram instruídas a suportar a insatisfação do casamento, porque a felicidade pessoal dava lugar à felicidade da família, nos anos 60 e 70, esse modelo de casamento é foi colocado em questão, pelas mudanças efetivas na situação das mulheres no país e pela ampliação da participação destas no mercado de trabalho. E reitera ainda que do aumento de casamento desfeitos nestes anos podemos inferir que “havia um maior número de desajustamentos conjugais, mas principalmente pode indicar um número menor de mulheres dispostas a aguentar com resignação a permanência de representações ‘ultrapassadas’ diante das novas propostas modernizadoras” (NECKEL, 2004, p.59), que vieram de encontro também com as ideias feministas que emergiam no Brasil durante a década de 1970.

É o que ressalta também Olivia Joffily (2005), ao afirmar que durante a ditadura, muitas mulheres rasgaram o contrato social, seja literalmente, no que se refere aos seus casamentos e em uma suposta submissão das mulheres perante seus maridos, seja afrontando os valores da sociedade, pelo desempenho de papéis sociais até então considerados masculinos, como a militância política. Estes questionamentos e rupturas, segundo Cosse (2008), aconteciam majoritariamente entre os jovens universitários.

Neste sentido, Cristina Scheibe Wolff afirma que, as décadas de 1960 e 1970 foram mesmo um momento de expansão das universidades brasileiras e, especialmente, de abertura dos estudos universitários às mulheres,

Importante lembrar ainda que cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil (WOLFF, 2010, p.146).

As mulheres também ocupam seus lugares na militância que se opunham à ditadura, o que, conforme Cristina Wolff e Vanderlei Machado (2014), constituiu um caminho importante para a participação das mulheres na política. Em nenhum outro momento da história do país tantas mulheres participaram de organizações de esquerda, com ênfase aqui para as organizações armadas.¹¹ É o que aponta Cristina Wolff:

(...) il n'y a jamais eu avant autant de femmes dans des organisations politiques de gauche qu'à cette période, en Amérique du Sud. Dans les partis communistes et socialistes traditionnels, par exemple, il y avait des femmes; elles représentaient toutefois moins de 10% des effectifs. Mais, dans les organisations armées de la nouvelle gauche du Cône Sud, la proportion de femmes était de 20 à 30% des militants chiffres provenant des données de la répression qui, en général, a sous-estimé le nombre de femmes engagées dans des rôles informels et d'appui. Ces organisations représentaient une chance pour de nombreuses femmes qui voulaient s'engager en politique, une occasion rare à cette époque-là (WOLFF, 2017, p. 90)¹².

¹¹ Para maiores informações e números da participação de mulheres, ver: RIDENTI (1990).

¹² [...] nunca houve antes tantas mulheres em organizações políticas de esquerda do que neste período, na América do Sul. Nos partidos comunistas e socialistas tradicionais, por exemplo, havia mulheres, mas estas eram menos de 10% dos militantes. Mas nas organizações armadas da nova esquerda do Cone Sul, a proporção de mulheres era entre 20 e 30 % dos militantes, números baseados nos dados da repressão que, como regra, subestimou o número de mulheres envolvidas



Dentro das universidades e das organizações, portanto, militância e relacionamentos baseados no amor e na autonomia se fundiam, ligadas por uma noção de companheirismo. Os jovens passaram a repudiar o matrimônio como um peso das “antigas instituições sociais”, buscando viver um relacionamento baseado na realização pessoal, que deveria ser autêntico, profundo e satisfatório sexualmente. A satisfação sexual passou a ser considerada um requisito essencial, não apenas para os homens, mas também para as mulheres, a qual unia-se a promoção do papel ativo dessas.¹³ Assim, o companheirismo significou-se como uma relação de solidariedade mútua, onde o casal formaria uma unidade, sem a inferioridade de nenhum dos integrantes (COSSE, 2008).

Essas ideias estavam intimamente ligadas, para as militantes¹⁴, à formação do “homem novo”¹⁵. Esta noção de pessoas com uma moral e ética de acordo com as intenções de uma nova sociedade idealizada não é exclusiva das lutas do século XX. É o que aponta Michel Löwy:

O sonho de todos os revolucionários, de Rousseau a Lenin foi modificar não só “o mundo”, mas também “o homem”: para eles, a revolução não era apenas uma transformação das estruturas sociais, das instituições, do regime, mas igualmente uma transformação profunda, radical [...] dos homens, da sua consciência, de seus costumes, valores e hábitos, das suas relações sociais. Uma revolução não será autêntica se não for capaz de criar esse “novo homem” (LÖWY, 1999, p. 41).

Che Guevara foi uma imagem muito representativa, para as militantes latino-americanas, deste novo homem. Diversas foram suas qualidades que o colocavam neste lugar e ele também muito escreveu sobre como este homem deveria ser. Em um de seus textos ele ressalta uma característica da subjetividade que neste projeto se faz importante: o amor. Ele diz: “Déjame decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario auténtico sin esta cualidad”¹⁶ (GUEVARA, 1986, s/p).

Era necessário, portanto, olhar a si mesma, as suas companheiras e a sociedade com compaixão e respeito, e carregar consigo o espírito do sacrifício, da entrega por um ideal, ser heroica, solidária, lutar contra o individualismo, ter humanidade e companheirismo (OBERTI, 2015). Estes são alguns dos aspectos esperados e exercitados pelas militantes das organizações de esquerda da época. Que eram colocados em prática não somente na sua militância em si, mas em suas vidas, que, como vimos, muitas vezes estavam intimamente relacionados.

Buscava-se, assim, um “novo homem”, e também uma nova forma de se relacionar. Clara Charf, em alguns depoimentos em que fala sobre o cotidiano com Marighella na clandestinidade faz questão de ressaltar que o marido dividia com ela as tarefas de casa, algo não esperado em “modelos

em papéis de apoio e informais. Estas organizações eram uma oportunidade para muitas mulheres de envolverem-se em política, uma oportunidade rara naqueles tempos.

¹³ Ver mais sobre revolução sexual na América Latina: PEDRO, 1992, WOITOWICKZ, 2010, PEDRO; WOITOWICKZ, 2010.

¹⁴ Procurarei utilizar o feminino para universalizar os sujeitos presentes neste projeto: tanto as pessoas que compunham as organizações de esquerda, visando potencializar a participação das mulheres na luta contra a ditadura, e das historiadoras e pesquisadoras, como um posicionamento político e militante.

¹⁵ Lidia S. Bristot traz interessantes questionamentos sobre o universal masculino deste “homem novo”, afirmando: “o homem novo é duas coisas, jovem e masculino”. (BRISTOT, 2018, p. 95)

¹⁶ Deixe-me dizer-lhe, com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar em um autêntico revolucionário sem essa qualidade.



de domesticidade feminina tradicional”¹⁷, onde as mulheres (e não os homens) deveriam exercer as atividades relacionadas a casa.

Clara afirma que Marighella não sabia passar roupas, por exemplo, mas que, então, ele ficava responsável por lavá-las e ela por passá-las. Mas que, por demorar muito tempo para exercer essa tarefa, Clara acabava por perder momentos de estudos para a militância, então Marighella lia para ela, quanto a companheira passava as roupas.¹⁸

Essa divisão de tarefas também foi ressaltada por Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, que era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao afirmar que alguns companheiros de aparelho “ajudavam” nas tarefas domésticas. “Ajudavam” pois nunca assumiam de fato o trabalho, com exceção de seu marido, César Augusto Teles que, quando estava em casa, dividia com ela “todas as tarefas o mais igualmente possível” (TELES, 2010, p. 285): “Lembro-me que quando ele ia lavar roupa no tanque, no quintal, tinha que colocar uma cortina para esconder sua cara, pois as vizinhas olhavam e censuravam a cena. Homem não tinha que ir para o tanque, pois a mulher dele passava a ser mal vista” (TELES, 2010, p. 285).

A partir de sua fala, podemos notar um certo contraste entre as ações dos militantes com o que era esperado para homens e mulheres na sociedade. Entretanto, Olívia Joffily (2005), ressalta que, “embora chamando-se entre si de “companheiros”, homens e mulheres tiveram dificuldades de viver esse companheirismo, defendido nos discursos e programas, que pregavam a igualdade de gênero” (JOFFILY, 2005, p. 111). Vera Silvia Magalhães, única mulher dirigente no Comitê Central da Dissidência da Guanabara, afirmou a respeito:

Para nós, mulheres, a militância era uma faca de dois gumes: era uma forma de afirmação social e era também uma vivência de confusão entre a recusa à dominação e o reconhecimento das diferenças. A tentativa de uma troca igual, quase sempre, dava uma troca desigual. Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo o que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles, homens, tivéssemos conseguido realizar o companheirismo e muitas frustrações tivessem se acumulado. Tentávamos uma forma de relação igualitária para já. Éramos jovens e, porque tínhamos tempo, tínhamos urgência (CARVALHO, 1998, p. 173).

Amelinha ressalta essa tentativa por parte de muitos homens e mulheres militantes de mudança nas relações de gênero, assim como o desejo de um companheirismo:

Constatamos que, na atividade clandestina, houve também avanços nas relações de gênero. Existiram ocasiões de ruptura da lógica patriarcal, até então aceita como natural de que aos homens cabe o espaço público e às mulheres, o espaço privado. Muitas vezes os homens eram obrigados a ficar em casa (ou em aparelhos), escondidos, devido à clandestinidade e às intensas perseguições, enquanto as

¹⁷ “Domesticidad femenina tradicional” é um termo utilizado por Isabella Cosse (2010) e por Alejandra Oberti (2015) para se referir aos papéis então atribuídos socialmente às mulheres, ligadas ao espaço privado, ao lar e a família.

¹⁸ Entre outras entrevistas em que Clara fala sobre isto estão: “Clara Charf – a companheira de Marighella”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-K7JrCCdeH0> (Acesso: 11 de nov. 2018) e na entrevista para Nina Lemos, da revista Trip: “Clara Charf: comunista, viveu duas ditaduras e ficou clandestina por quase 20 anos ao lado de Marighella.”, 2013. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/clara-charf> Acesso: 11 de nov. 2018.



mulheres, por passarem mais facilmente invisíveis, foram às ruas no preparo e no desencadeamento de ações políticas e militares (TELES, 2015, p. 1020).

Entretanto, fica bastante evidente que as mulheres ainda ficavam com maiores responsabilidades ligadas a casa¹⁹, principalmente quando se tratava dos filhos. Alejandra Oberti (2010) disserta sobre estas desigualdades entre o casal, ao trazer relatos de diversas militantes argentinas sobre situações e memórias vividas nas organizações, sobre a decisão dos casais de “crear la pareja militante, la familia militante, lo que significaba juntar o casar, tener chicos y criar a los hijos dentro de la militancia”²⁰ (OBERTI, 2010, p.20), para que estes sejam “os homens novos do amanhã”, e no que isso acabou por acarretar na vida e na militância destas mulheres.

A autora conclui que “madre em épocas de atividades intensas lava pañales, mientras su compañero se compromete cada vez más”²¹ (OBERTI, 2015, p. 164), pois a prioridade era os homens fazerem as tarefas das organizações, as tarefas “de rua”, enquanto as mulheres ficavam em casa com a comida e os filhos. Ser militante, e optar por ter companheiros e filhos, portanto, acabou por gerar, para muitas mulheres uma “superposición de actuaciones muchas veces incompatíveis”²² (OBERTI, 2015, p. 165), que lhes custou angustias, medos e solidão.

Mara Curtis Alvarenga, militante da VAR-Palmares, afirma que, com o aumento da repressão foi ficando mais difícil permanecer na militância junto com seus seis filhos, o que lhe causou um intenso medo em ter que deixá-los:

Eles queriam que eu devolvesse os meninos pra família: “Eu não quero. Só participo da guerrilha, da luta armada, com meus filhos do lado. Porque depois estou de um lado da trincheira, e eles, por influência da família, que não é de esquerda, vão ficar do outro. Eles vão comigo” (CARVALHO, 1998, p. 368).

E continua:

Eu não queria romper com a Organização. Eu queria que eles aceitassem a minha militância junto com os meus filhos. Eu achava que tinha que fazer a revolução junto com os seis filhos, porque eles tinham que estar do meu lado, vendo, lutando junto. A gente não separa o operário do filho dele pra poder fazer a revolução. A gente não separa a família, junta a família dentro de uma ideia só, e assim eles se tornam mais coesos, lutam juntos. Então eu queria isso, os filhos juntos comigo (CARVALHO, 1998, p. 370).

Mara e seus filhos foram separados, sem a vontade dela, que afirma que se desestruturou a partir de então (CARVALHO, 1998). Este medo da possibilidade da perda dos filhos, ou dos maridos, é constantemente ressaltada na fala das militantes, que conviviam fortemente com esse sentimento durante a clandestinidade e principalmente durante a prisão. A repressão utilizava-se frequentemente

¹⁹ Para leituras mais aprofundadas sobre o posicionamento da esquerda acerca do trabalho doméstico ver: GOLDAN, 2014, PEDRO; MELLO; OLIVEIRA, 2005, MELLO, 2011.

²⁰ criar o casal militante, a família militante, o que significava juntar-se ou casar, ter filhos e criar filhos dentro da militância.

²¹ mãe em tempos de atividades intensas lava fraldas, enquanto seu parceiro se compromete cada vez mais.

²²superposição de atuações muitas vezes incompatíveis.



dos laços afetivos socialmente estabelecidos e explorados, visando que isso abalasse as presas e que, assim, elas entregassem as informações desejadas.

Loreta Valadares, passou por esta experiência e revela que, para ela, a pior situação vivida na tortura foi ver seu marido ser torturado. Em seu livro ela expõe, escrevendo na terceira pessoa, seus temores:

[...] fazem uma roda em torno dela, todos gritando: “vamos acabar com essa puta!”. “Agora ela vai ver”. “Vou ver o que?“, pergunta ao coronel Góes que chega, mais agitado do que nunca. “Não está vendo o que está acontecendo? Eu lhe disse que mais cedo ou mais tarde isso ia acontecer. Chegou a hora”, brada satisfeito. “Nós pegamos o seu marido, pegamos o Melgaço. Agora vamos fazer o teste do amor, vamos ver se você aguenta ver a tortura dele”. Os militares estão em volta dela, parece um ninho de cobras – há vários outros IPMs, outros ainda chegam, excitados para participar de mais uma sessão de tortura. Ela sente-se gelar como se estivesse correndo pelas costas. [...] Então, vê sendo empurrado para o pátio, um homem alto e forte, mãos algemadas, coberto de sangue, mal se vê o rosto, andando com muita dificuldade, os pés presos por correntes, o corpo curvado o que faz a cabeça ficar baixa. Convencida de que não pode ser ele, e confundida pelo seu estado deplorável, a princípio não o reconhece mesmo. [...] Ela fixa mais a vista, o coração disparado, a boca seca de ansiedade, uma onda de medo querendo cobri-la “não, não pode ser, não é ele”, pensamento recôndito, tentativa de encobrir a amargura da verdade. [...] O coronel Goés, em sua empáfia de estar dirigindo uma operação de guerra, dá voz de comando: “Começa”. Vários militares cercam Carlos e começam a espanca-lo de forma brutal. Ela tenta correr em direção à roda de espancamento, elas a agarram [...]. Seguram-na com força na cadeira, para assistir à uma cena de quase linchamento. [...] Ela passa a sua pior noite na cadeia. Uma angústia muito grande, a alma dolorida, a mente conturbada, quase a impedem de raciocinar. O choro, muitas vezes contido até então, vem aos borbotões. As imagens da noite anterior passam em sua cabeça, como quadros de cinema em câmara lenta (VALADARES, 2005, p. 102-105).

É perceptível no relato de Loreta o sofrimento que passou ao ver seu companheiro sendo espancado. A dor física de Carlos parecia também ser sentida por ela, o que a desestabilizou de forma brutal. Entretanto, Loreta mantinha-se leal ao marido e, também por isso, firme no confronto com torturadores. Paradoxalmente, seus sentimentos por Carlos, podiam a deixar mais vulnerável na tortura, mas também a ajudavam a manter-se forte.

Na escrita sobre estas militantes, características como companheirismo, dedicação, lealdade e amor pelo povo e pelo marido são constantemente remetidas, e até mesmo esperadas, principalmente quando se trata de companheiras de líderes. E aqui temos duas questões interessantes: o valor destas militantes acabava por se mesclar a sua lealdade ao companheiro, e, muitas vezes, estas mulheres acabavam por ter suas trajetórias de lutas políticas invisibilizadas em prol do posto de “companheiras”, ou quando utilizado de modo difamatório pela mídia²³ ou pela repressão, de “amantes” de um militante.

²³ Em minha dissertação de mestrado trato sobre a presença dessas militantes na mídia. Ver mais em: BRIGGMANN, Luísa Dornelles. *Mulheres que foram à luta contra a ditadura nas páginas do jornal Correio do Povo (1968 – 1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.



Inês Maria Serpa Ramminger, militante da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul, ressalta essa titulação como um comportamento machista dos militantes dentro das organizações:

Convém destacar que a esquerda revolucionária, apesar de lutar pela construção de uma sociedade mais justa e solidária, por uma nova humanidade, reproduziu relações machistas com suas mulheres. Este machismo se expressa fortemente quando, nós mulheres, somos relegadas a segundo plano e passamos a ter apenas o papel de “companheiras” de fulano ou sicrano. Não fomos “companheiras” de fulano ou de sicrano, fomos protagonistas de uma história que ainda não foi bem contada (RAMMINGER, 2010, p. 142).

Clara e Iara, anteriormente citadas, ilustram bem esta situação. Ambas foram militantes muito influentes em suas organizações, ocupando cargos importantes, realizando diversas tarefas e atividades, mas, ao terem suas histórias rememoradas, logo são recordadas como “a viúva de Marighella” ou “a companheira de Carlos Lamarca”. Na mídia, a figura de Iara é constantemente trazida como “a amante de Lamarca”, como por exemplo, em todas as reportagens do mês de setembro de 1971, do periódico gaúcho *Correio do Povo*²⁴. É possível identificar, portanto, uma intencionalidade por parte do jornal no destaque dado a Iara apenas como “amante” do comandante, procurando posicioná-la como uma mulher promíscua, uma mulher que era amante de um homem, destacando o fato de que não eram casados. O que era também uma maneira de difamar as mulheres militantes.

A presença de casais que juntos militaram contra a ditadura brasileira, são, portanto, repletas de complexidades. E essas complexidades são ainda mais intensas se levarmos em conta a repressão destinada aos casais homossexuais. A ditadura brasileira era fortemente moralista e conservadora, pois em regimes baseados em projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos e de noções de moral²⁵ constituem-se a partir de uma visão unitária, não diversificada. Assim, quem esteve fora desse modelo conservador foi alvo de perseguições e teve suas práticas repreendidas.

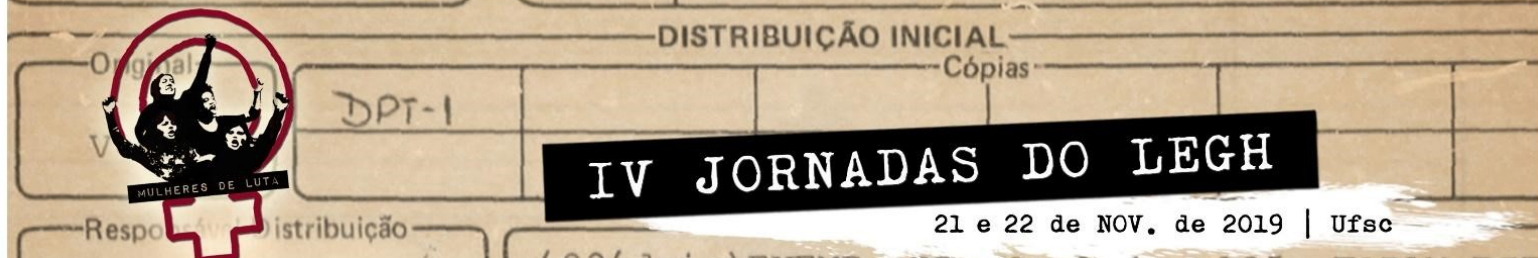
O discurso propagado pelo regime apresentava a homossexualidade como socialmente inaceitável e perigoso: “Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos ‘bons costumes’.” (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, s/p). Desta maneira, além de um discurso conservador e homofóbico, o Estado também foi responsável por perseguições e atos truculentos destinados a comunidade LGBTQI+²⁶.

²⁴ São elas: CORREIO DO POVO, 19/9/71 p. 1, CORREIO DO POVO, 21/9/71, p. 1; CORREIO DO POVO, 21/9/71, p. 10.

²⁵ Por moral, entendo “[...] igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pelo qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara” (FOUCAULT, 1984, p. 26).

²⁶ Ainda que incompleta, uma lista de violências e perseguições pode ser encontrada no relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” – Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo->

DI 19/10/88 VCH/AC Dpt 01 ... sua conhecimentos (em computadores) 393
exemplares já encaminhados pelo SE-6



É importante salientar que este discurso conservador e violento estava presente também dentro das organizações de esquerda. Porém,

é preciso ressaltar desde início, que não se pode colocar lado a lado como se equivalentes fossem, a violência de Estado com todo seu aparato de legitimidade e de repressão armada e a concepção atrasada de determinada parcela dos grupos de esquerda que reproduziram o preconceito diluído na sociedade brasileira. É preciso saber diferenciar essas duas formas de LGBTfobia vividas durante a ditadura, cada uma delas com um alcance e um sentido diferenciados em relação à outra (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, s/p).

De qualquer maneira, feita essa ressalva, é importante registrar a relutância da esquerda revolucionária em falar sobre corpo e sexualidade (GREEN, 2018). O debate sobre homossexualidade foi relativamente tardio nas organizações de esquerda no Brasil. É o que afirma Derlei: “[...] não se conversava sobre homossexualismo²⁷, não se conversava sobre aborto, essas discussões não existiam. Essas discussões começaram a existir depois de 1979” (LUCA, 2013, s/p). É o que fala também Jessie Jane, militante da Aliança Libertadora Nacional:

Nesse contexto, inclusive, essa questão não era absolutamente colocada, essas coisas de gênero, nem se falava, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês (GÓIS;QUADRAT, 2008, p.23).

Muitos militantes, portanto, tiveram de optar entre viver com plenitude sua sexualidade, ou “fazer a revolução”, já que “a grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas” (REIS, Apud SCHLATTER JUNIOR, p. 405). Herbert Daniel, que passou por diferentes grupos de resistência armada, relata que sua sexualidade teve de ser “esquecida” para que pudesse atuar politicamente no período:

Meus problemas “pequeno-burgueses” me preocupavam, como empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” a minha sexualidade (DANIEL, 1982, p. 96).

É preciso ressaltar, todavia, que foi justamente desse amplo campo de oposição à ditadura que, mesmo com tensões e diferenças, foi irradiada as alianças iniciais para a concretização de possibilidades de organização do movimento LGBTTQI+.

i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Ditadura-e-Homossexualidades-Iniciativas-da-Comissao-da-Verdade-do-Estado-de-Sao-Paulo-Rubens-Paiva.pdf Acesso: 27 ago 2019.

²⁷ Ressalto aqui o uso do termo “homossexualismo” como datado. Hoje, após intensa luta do movimento homossexual, já é amplamente reconhecido que o termo correto é homossexualidade, pois o sufixo “ismo” estaria ligado a um rol de doenças ou distúrbios.



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Acredito, portanto, que apresentar e (re)pensar, ainda que brevemente, as histórias vividas por casais militantes durante a ditadura, assim como buscar entender suas subjetividades e (re)significar suas memórias, contribui para a historiografia deste período da história do país, assim como para os estudos acerca das resistências à ditadura, pois, talvez o maior e mais revolucionário de seus feitos tenha sido aquele que ficou menos conhecido: terem ousado amar em tempos de ódio.

Referências

BRIGGMANN, Luísa Dornelles. *Mulheres que foram à luta contra a ditadura nas páginas do jornal Correio do Povo (1968 – 1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BRISTOT, Lidia Schneider. *Ser revolucionário ou revolucionária: discursos sobre a juventude na esquerda armada latino-americana (Brasil e Uruguai, 1959-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CASSAL, Alex Barros. Lamarca e Iara. *Cad AEL*, v.8, n.14/15, 2001. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2493/1903> . (Acesso: 11 de nov. 2018).

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. *Ana, la guerrillera: una historia de Lucía Topolansky*. Motevídeo: Diciones B, 2011.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. *Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*. Disponível em: http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Ditadura-e-Homossexualidades-Iniciativas-da-Comissao-da-Verdade-do-Estado-de-Sao-Paulo-Rubens-Paiva.pdf (Acesso: 27 ago. 2019)

COSSE, Isabela. *Del matrimonio a la pareja: continuidades y rupturas en el modelo conyugal en Buenos Aires (1960-1975)*, Anuario IEHS, núm. 23, 2008.

COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sessenta: una revolución discreta en Buenos Aires*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6. ed. 1984.

GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

GUEVARA, Ernesto Che. *El hombre nuevo*. Texto dirigido a Carlos Quijano, del semanário Marcha, Montivideo, marzo de 1965. Leopoldo Zea, Editor. Ideas em torno de Lationamérica. Vol. I. México: UNAM, 1986.

GÓIS, João Bosco Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. *Gênero*, v.8, n.2. Niterói, 2008.

GOLDAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e Revolução*: política familiar e vida social soviética, 1917 – 1936. 1ed – São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista*: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca*: o capitão da guerrilha, São Paulo: Ed. Global, 2004.

LEMOS, Nina. *Revista Trip*: “Clara Charf: comunista, viveu duas ditaduras e ficou clandestina por quase 20 anos ao lado de Marighella”, 2013. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/clara-charf> (Acesso: 11 de nov. 2018).

LÖWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão popular, 1999. p.41.

LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora Do Autor, 2002.

LUCA, Derlei Catarina de. *Entrevista a Sergio Luis Schlatter Junior*. Florianópolis, 2008. Acervo do LEGH/UFSC.

MACIEL, Antunes Wilma. *O Capitão Lamarca e a VPR*. São Paulo: Ed. Alameda Casa Editorial, 2006.

MELLO, Soraia Carolina de. *Discussões feministas na imprensa para mulheres*: revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

NECKEL, Roselane. *Publica vida íntima*: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, 2004.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 13-30.



OBERTI, Alejandra. *Las revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afectividad em los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

PAMPLONA, Mariana. *Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros*. 2009. 122 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PEDRO, Joana Maria. As novas feminilidades após a separação entre sexualidade e reprodução. In: IX Encontro Estadual de História, 2002, Florianópolis. *História: inclusões e exclusões*. Florianópolis, 1992. v. 01. p. 68-68.

PEDRO, Joana Maria; MELLO, Soraia Carolina de; OLIVEIRA, Veridian. *O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert*. Revista de História da Unisinos, São Leopoldo – RS, v. 9, p. 132-138, 2005.

PEDRO, Joana Maria; WOITOWICZ, Karina Janz. Mídia alternativa e construção de políticas identitárias: estratégias de resistência feminista na luta pelos direitos reprodutivos. In: Ariane Pereira; Iris Yae Tomita; Marcio Fernandes; Sonia Kurchaidt. (Org.). *Mídia, cidadania, manifestações culturais e questões de gênero*. Guarapuava: Unicentro, 2010, p. 59-80.

PEDRO, Joana Maria; Cristina Scheibe. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. 1ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, v. 1, p. 19-43.

RAMMINGER, Igeez M. S.. Na guerra com batom. IN: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória*. POA: Corag, 2010 – vol. 2.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 391 – 407.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol... In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2010.

VALADARES, Loreta. *Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa*. 2010. Tese



(Doutorado em Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.146.

WOLFF, Cristina Scheibe. « La jeune fille au regard clair ». Etre une femme dans la gauche armée du Cône Sud de l'Amérique dans les années 1970. In: Ludivine Bantigny; Fanny Bugnon; Fanny Gallot. (Org.). *Proletaires de tous les pays, qui lave vos chaussettes?*. 1ed. Rennes, França: PUR – Presses Universitaires de Rennes, 2017, v. 1, p. 87-96.

WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e Militância de Esquerda. In: Ana Lize Brancher; Reinaldo Lindolfo Lonh. (Org.). *Histórias na ditadura – Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

Filmes/vídeos

PAMPLONA, Mariana. *Em busca de Iara*, Brasil, 2014.

REZENDE, Sérgio. *Lamarca*, Brasil, 1994.

Provocações: com Clara Charf?. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=e_KG3PC64pI (Acesso: 11 de nov. 2018)

“Clara Charf – a companheira de Marighella”. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=-K7JrCCdeH0> Referências (Acesso: 11 de nov. 2018)

Loving in times of hate is a revolutionary act: militant couples in the dictatorship of Bbrazil

Abstract: This research aims to analyze the presence of militant couples in the resistance against the Brazilian dictatorship, between 1964 and 1985, trying to understand the complexity of emotions and the power and gender relations that surrounded and constituted them. These were times of revolution: in customs, sexualities, and relationships. It was time of effervescence, where young people sought to break marital values such as the restriction of women to the private space and the superiority of the husband over the woman, starting to value marriage as a space of love, sexual gratification and companionship, that those couples also dared to resist together the dictatorships that ravaged their country. This work, through oral testimonies, memory books and autobiographies, seek to realize the effect of “being a couple” in militancy: in the division of tasks, actions, clandestinity and in prison. We also would like to observe the use of emotions and gender in the discourses produced about those couples.

Keywords: Gender. Militant couples. Dictatorship.



ENTRE LUTAS, AFETOS E EMOÇÕES NO BRASIL: MOVIMENTOS DE LIBERAÇÃO HOMOSSEXUAL (1964-1985)¹

Luiz Augusto Possamai Borges²
Jair Zandoná³

Resumo: Considerar os afetos, as emoções e as lutas como partes intrínsecas e indissociáveis das e nas experiências de pessoas cujos corpos sejam considerados dissidentes potencializam as possibilidades de discussão e de reflexão sobretudo se considerarmos o período da ditadura civil-hetero-militar no Brasil (QUINALHA, 2018) como pauta. Este trabalho busca tomar os centros urbanos como espaços possíveis para desencadear complexidades, explorar subjetividades, repensar sociabilidades e produzir resistências múltiplas – a partir da análise de documentos e de entrevistas realizadas –, e que permitem alargar o olhar que se tem desse período e mobilizar vozes e experiências obliteradas desses corpos (FERNANDES, 2018; GREEN, 2018; MACRAE, 2018; TREVISAN, 1986). Os/as vários/as personagens e grupos organizados homossexuais, os quais passaram a estabelecer estratégias de resistência para garantirem suas existências durante a ditadura, começaram a lutar e a ocupar espaços – apesar das opressões –, mobilizados/as por diferentes demandas. Esses movimentos de liberação homossexual estabeleceram importantes alianças com outros grupos e movimentos sociais com o intuito de tencionar e reivindicar direitos (SIMONETTO, 2017). Nesse sentido, este artigo considera esses corpos, perpassados por afetos e emoções, como estruturantes de um movimento político de gênero e de sexualidades em várias cidades do Brasil e que irradiou para outros espaços e em diferentes regiões do país.

Palavras-chave: Movimento Homossexual. Feminismos. Interseccionalidade. Emoções. Afetos.

Introdução

Aos Adés Dúdús

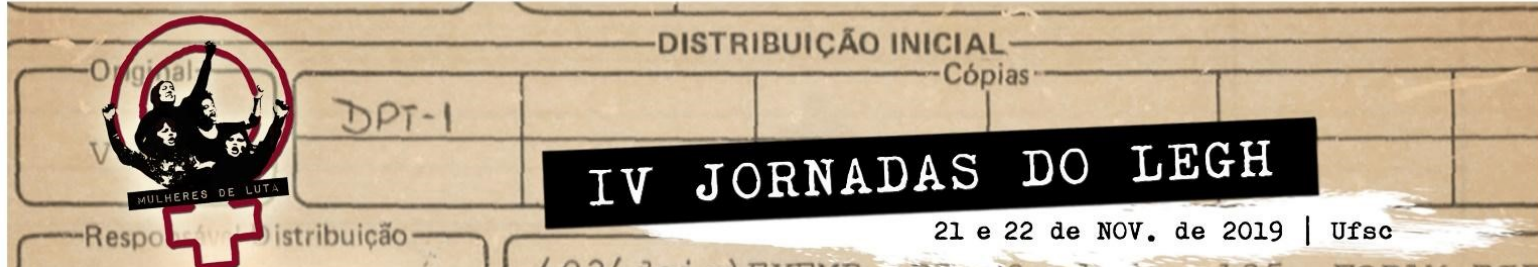
Minha luta não morre, cresce / Não morre o meu pensamento / Nem se acaba a esperança / AH! A esperança... // A esperança de poder te olhar / Te abraçar, te observar / De me sentir junto a ti // A esperança de ver o teu sorriso igual / O teu olhar igual / De sentir que tu és mim // Minha luta não morre, vinga / Para que um dia eu possa / Comer de ti, beber de ti / Misturar o meu sangue negro / Te sentir em mim // Minha luta não morre, vinga / Para que eu possa quebrar o muro / E ver teu negro sorriso / Teu negro olhar / Sentir o teu negro calor / Provar do teu negro suor, / Sentir que eu sou ti / E que tu és mim. (AEL/Unicamp)

O poema-epígrafe deste texto – aos Adés Dúdús – de autoria de um integrante do Grupo de Negros Homossexuais/BA sintetiza algumas de nossas reflexões sobre a luta do movimento

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Luiz Augusto Possamai Borges é graduando do curso de bacharelado e licenciatura em História pela UFSC. Integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), com bolsa PIBIC/CNPq. Se debruça nas áreas relacionadas aos estudos de gênero, feminismos interseccionais, homossexualidades e emoções nas ditaduras do Cone Sul. E-mail: luizaugustopossamai@hotmail.com.

³ Jair Zandoná é doutor e mestre em Literatura pela UFSC. É um dos editores da Revista Anuário de Literatura, editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do IEG/UFSC e do Núcleo Literatual. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado no LEGH/UFSC. E-mail: jzandona@gmail.com.

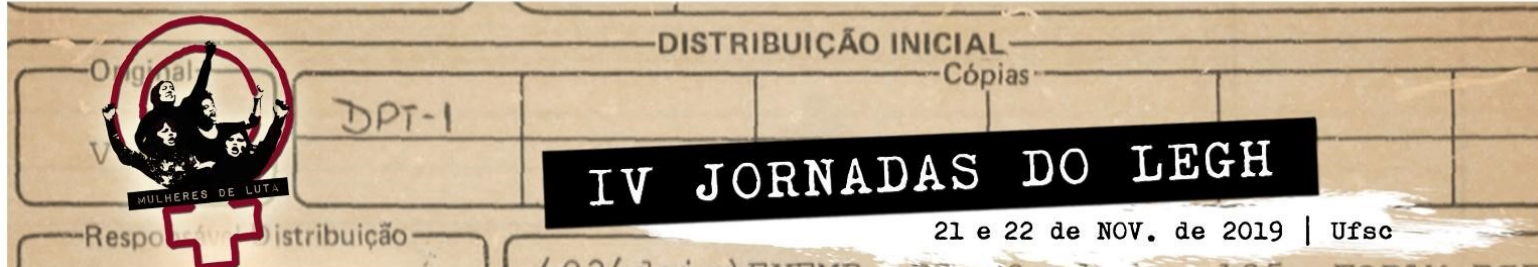


homossexual (MH) no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 e confluências com o feminista, negro, de mulheres, indígena, dos/as trabalhadores/as, entre outros, que foram se estabelecendo no período da ditadura civil-hetero-militar no Brasil. Nossa abordagem teórico-metodológica se estrutura pelos campos dos afetos, das emoções, das subjetividades e dos corpos, entendendo-os tanto como categorias fundamentais quanto percursos possíveis para entender a formação do Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual (MBLH), ao perceber como a ocupação e a subjetivação dos espaços pelas sexualidades dissidentes, corporificado em mulheres e homens homossexuais, de várias cidades do país se deu nesse período. Os versos da epígrafe são também versos-potência que, lidos perspectivamente, vibram a sua trajetória de lutas e de militância do Grupo Adé Dúdu. Fundado em Salvador em 1981, foi sendo construída através de, com e para a profusão de afetos necessários e desejosos de esperança, de dedicação, de querença, de amor, de carinho, de solidariedade; de emoções motivadoras de felicidade e anseios de, entre e para seus integrantes. Os afetos as emoções marcam a trajetória não apenas do movimento baiano, mas do MBLH de modo geral. O desejo de contribuir, de atuarem e de vivenciarem uma sociedade mais igualitária, mais justa, menos discriminatória, voltada a novas possibilidades de direitos, de cidadania, de vidas, a qual leve em conta as representatividades, as sociabilidades subjetividades plurais marcam os movimentos sociais e os corpos dissidentes engajados nessas mudanças nas várias localidades do Brasil desse momento. Daí porque são tão significativos os versos que compõem a estrofe: “Minha luta não morre, vinga / Para que um dia eu possa / Comer de ti, beber de ti / Misturar o meu sangue negro / Te sentir em mim” (AEL/Unicamp).

Na medida que, como pontua Guacira Lopes Louro (2016), os corpos são marcas de poder significados simbolicamente pela cultura e pelos sujeitos que dela constituem, sendo construídos historicamente, entendemos o corpo como mutável e performático (motivo pelo qual não pode/deve ser lido apenas pela lente biológica/médica), haja vista que as relações de poder constroem as fronteiras e os limites dos/nos corpos do que é entendido como inteligível, normal/saudável e o que é entendido como anormal/aberração⁴ (ZILI, 2018). A partir desse entendimento é que se constroem as barreiras, controles, vigilâncias no espaço (público/privado), nas sexualidades e nos gêneros (LOURO, 2016).

Nesse sentido, e considerando o período da ditadura civil-hetero-militar brasileira, é que compreendemos os sentidos políticos dos corpos dissidentes empenhados em desafiar, em desterritorializar, desestabilizar, romper e transgredir a moral e a ordem cristã, branca e heteropatriarcal pré-estabelecidas como norma, (des)construindo e ressignificando novas/outras identidades, representações e espaços. A identidade, como construção social e histórica, deixa marcas de gênero e de sexualidade nos corpos, os quais são significados pelo contexto e pelos signos de determinada cultura, motivo pelo qual não é homogênea, estática ou cartesiana, mas provisória e cambiável pelas redes de relações de poder que se formam (LOURO, 2016). Para compreender as dinâmicas de poder e as redes que se formam no MH brasileiro, e da identidade sexual como

⁴ Sobre isso, vale a pena assistir ao documentário dirigido e produzido pela cineasta Rita Moreira intitulado *Temporada de caça* lançado em 1988. O cenário é o centro de São Paulo, nas cenas iniciais, há o seguinte diálogo entre entrevistadora e entrevistado: “– Você tem ouvido falar nos noticiários, nos jornais, sobre assassinato de homossexuais? / – Tenho sim. / – E o que você pensa disso? / – Eu acho que tem mais que assassinar mesmo.” O documentário está disponível on-line em: https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g.



instrumento político, é pertinente levarmos em conta a expansão e circulação de movimentos homossexuais no mundo ocidental – considerando sua transnacionalidade e espacialização no nosso mundo extremamente globalizado (RAMALHO, 2002).

Novas cartografias: os projetos de urbanização, a(s) cidade(s) e conflitos sociais

Na virada da metade do século XX, como resultado da prosperidade econômica do pós-guerra, a economia brasileira encontrava-se em emergência, o que possibilitou o alargamento do mercado de consumo e possibilitou uma crescente classe média urbana. Nessa conjuntura, novas possibilidades de sociabilidades foram sendo produzidas para o público homossexual (GREEN, 2000), oportunizando uma “abertura de mercado” específica. Ainda no final dos anos 1950, há registros da existência de turmas ou grupos de amigos em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, a exemplo das turmas “Carimbos” e da “Intocáveis”, que, para se protegerem da vigilância conservadora, reuniam-se nas casas de seus participantes ou em lugares públicos, como praças, seja para socializar ou conhecer pessoas (PÉRET, 2012). Nesses encontros, discrição era regra, tanto para não chamar a atenção da vizinhança, quanto da polícia e sua prática higienista. Flávia Péret descreve que, quando se fazia pequenos *shows* ou performances nas casas, “os aplausos eram substituídos por estalos de dedo” (PÉRET, 2012, p. 16-17). Até então, estavam acostumados/as com a clandestinidade, posto que para viverem suas sexualidades e sociabilidades homófilas saíam somente à noite. Nesse sentido – e não por acaso –, é importante destacar que as diferentes homossexualidades resultam do e no processo de apropriação de lugares públicos como praças, ruas, parques, cafés e cinemas ao longo dessas décadas (PÉRET, 2012).

Ainda durante os anos 1950 e 60, podemos perceber que as grandes metrópoles brasileiras foram refúgio para muitos/as homossexuais, os/as quais fugiam da repressão moral da família e da sociedade conservadora e heteropatriarcal comuns às regiões interioranas – marcas ainda percebidas atualmente. São Paulo e Rio de Janeiro foram as duas capitais que mais atraíram camponeses, principalmente emigrantes do nordeste, em busca de emprego e de uma vida melhor no sudeste. Dessa geração, uma das figuras mais conhecidas foi o pernambucano Agildo Guimarães (PÉRET, 2012), fundador do jornal *O Snob* – em circulação de 1963 a 1969 –, que seguiu essa tendência para vivenciar sua sexualidade.

Já na cidade do Rio de Janeiro, foi fundado, em 13 de janeiro de 1961, o primeiro grupo de sociabilidade homossexual do Brasil chamado Turma OK. Foi criado com esse propósito, pois naquela época não havia estabelecimentos que atendessem um público exclusivamente homossexual, uma vez que muitos comerciantes receavam ser “mal falados” ou que espantasse a sua clientela heterossexual dominante (PÉRET, 2012). Segundo Carlos Miranda, um dos integrantes do Turma OK, Antônio Peres, fundador do grupo carioca, “costumava reunir no [seu] apartamento [...] todas as semanas um pequeno grupo de amigos para ouvir música, conversar, bebericar, porque não [tinham] [...] nem bares nem discotecas e daí surgiu a Turma OK” (GREEN, 2000, p. 259-260).

Nessa época, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, foram refúgios e redutos de sociabilidades e afetos dissidentes. Homossexuais de várias cidades do Brasil, vindos de um *ethos* rural, conservador e heteropatriarcal, vislumbravam a vida e as possibilidades da cidade grande como espaço mais liberal quanto à homossexualidade. Esse trânsito vai ao encontro das discussões de



Marcelo Augusto de Almeida Teixeira (2015, p. 36), para quem “o homossexual seria um migrante nato”. Nesse esteira, as migrações e os deslocamentos dos corpos dissidentes são tangidos por processos de subjetivação – como os afetos e os desejos – e de espacialização – como a reterritorialização e a desterritorialização do espaço materializada e desenhada pelos corpos – práticas e símbolos que (res)significam os corpos, as identidades, as sexualidades e os gêneros no tempo e no espaço (TEIXEIRA, 2015).

A difusão do Movimento Homossexual no Brasil: algumas (re)ações

As décadas de 1970 e 1980 marcam um período simbólico e histórico para vários corpos dissidentes e movimentos sociais como o negro, indígena, feminista e homossexual, que lutavam por espaços, afetos, emoções, cidadania e direitos de equidade em várias cidades do Brasil. Na capital paulista, em São Paulo, por exemplo, foi fundado em 1976 o primeiro grupo de reflexão sobre a homossexualidade no Brasil, a partir da iniciativa pioneira do ativista e jornalista João Silvério Trevisan – resultante de seu contato com movimentos de contracultura durante seu autoexílio nos Estados Unidos. Frequentado majoritariamente por homens, o grupo logo se dissolveu por conta de tensões entre os integrantes, como analisa Trevisan em *Devassos no Paraíso* (1986).

Em 1978, também na cidade de São Paulo, um grupo de artistas, intelectuais e profissionais liberais, logo após o lançamento do *Lampião*, decide exercer uma posição mais ativa quanto à condição marginal que, descontentes do discurso estigmatizado sobre a homossexualidade na grande mídia, levam a sua primeira reivindicação ao Sindicato dos Jornalistas para demonstrar a opressão e as relações de poder vivenciadas por eles (GREEN, 2015).

Nesse mesmo ano, os membros desse manifesto, decidem criar o primeiro MH organizado do Brasil, chamado inicialmente chamado de “Núcleo de Ação pelos Direitos do Homossexual” e, posteriormente, oficializado como “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”. Conforme indicam os documentos do histórico da organização, o Somos/SP “surgiu [...] à partir de uma idéia comum a várias pessoas, para possibilitar o encontro de homossexuais (homens e mulheres) fora dos costumeiros ambientes de badalação e de pegação. Com isto, procurávamos um conhecimento mútuo que fosse menos aleatório e a discussão da nossa sexualidade, de maneira franca e digna” (AEL/Unicamp). Vale pontuar que a escolha do nome “Somos” é especialmente significativo para o contexto repressivo da América Latina, porque retoma o periódico do movimento argentino Frente de Liberación Homossexual, que fazia críticas ao governo de Juan Domingo Perón (INSAUSTI, 2015).

Em julho de 1979 foi fundado, em São Paulo, o primeiro grupo com viés socialista no Brasil. Chamado de Facção Homossexual da Convergência Socialista (FHCS) e, conforme indica seu boletim nº 01, de abril de 1981, foi articulada através de um grupo de mulheres e homens homossexuais dentro da Convergência Socialista (CS) – grupo com viés socialista e trotskista, fundado em agosto de 1978 no Brasil. Numa perspectiva marxista, a FHCS tinha como propósito a luta pela causa homossexual de forma mais ativa e prática na rua. De acordo com esse documento inaugural, “com a formação desse grupo, a CS tornou-se a primeira organização política da América do Sul a adotar a luta homossexual não só na teoria de seu programa, mas também na prática” (BOLETIM DA FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CS, nº 01, 1981, AEL/Unicamp).



Sobre esse período, um dos integrantes do FHCS e também do grupo Somos/SP, James Naylor Green (2018a), conta que “[...] a Facção Homossexual da Convergência Socialista era basicamente [para] levantar uma questão[,] cobrar dessa corrente da esquerda uma posição correta sobre a questão [designada atualmente como] LGBT” (GREEN, 2018a). Green (2018a) também pontua que a CS, assim como a Liga Operária – movimento que antecede a CS –, foram brutalmente perseguidos pela ditadura civil-militar naquele momento. Suas palavras rememoram alguns aspectos do ocorrido que, segundo ele, o:

[...] comitê central foi todo preso, e quando eu cheguei tive que recuar um pouco, tomar precauções, e ele [referindo-se ao então namorado e igualmente integrante da FHCS] também, para não ter problemas. Porque no ano anterior militantes da Liga Operária foram presos e torturados, ainda em [19]77 houve tortura até [19]78. Então, a gente estava um pouco preocupado. Eu entrei no grupo em agosto ou setembro se não me engano, e a gente não tinha local para realizar os encontros e por isso as reuniões eram realizadas nas casas de pessoas. [...] E às vezes aconteciam na sala, com todo mundo sentado no chão, já que não tínhamos nosso espaço (GREEN, 2018a).

O relato de James Green (2018a) enfatiza os conflitos de espaços (entre público e privado) face à repressão, tendo o medo e a necessidade de precaução marcam e atravessam os afetos e as emoções – das experiências e memórias – e faziam parte da resistência dos grupos clandestinos de esquerda, mesmo quando já se estava no período de “abertura política” iniciada pelo governo ditatorial de Ernesto Geisel, em 1974. A repressão policial, dentro da lógica de Doutrina de Segurança Nacional, tinha plenos poderes de higienizar as ruas, não apenas caçando corpos ou mapeando e perseguindo movimentos de esquerdas e seus/suas integrantes, mas também negros/as, travestis e homossexuais, com o preceito de combater o comunismo e proteger a tradicional família brasileira da dissidência e da imoralidade.

Green (2018a), Fernandes (2018a), Trevisan (1986), Okita (2015), Quinalha (2018) e Pedro e Wolff (2010), centralizam em suas discussões o papel arbitrário, ditatorial, repressivo, moralista e machista que o Estado brasileiro atuava nesse momento. A luta e os conflitos de espaços, bem como as estratégias de resistência são notórios não apenas no Brasil, mas nos demais países vizinhos do Cone Sul. Nos anos 1960 e 1970, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai viveram em ditaduras inspiradas na Doutrina de Segurança Nacional, com o preceito de combater o comunismo (WOLFF, 2013). Conforme aponta a Cristina Scheibe Wolff (2013), muito embora o autoritarismo que se formou nesse período não era novo⁵, mobilizou reações e modos de contestações que possibilitaram redes de resistências e de solidariedades. Ainda segundo Wolff (2013), movimentos como o feminista, de mulheres, de esquerda, de organizações de direitos humanos, de igrejas ligadas a Teologia da Libertação se fizeram ativos e resistentes quanto ao poder hegemônico no Cone Sul. Pensando esses movimentos como transnacionais, marcados pelo conflito social e pela globalização, percebemos que a luta e a resistência eram importantes entre os países. Green (2018a) narra que a FHCS pertencia a esse caráter transnacional de resistência. Segundo o historiador, a FHCS

⁵ Com relação aos países mencionados, “com a exceção do Chile que tiveram décadas de regimes democráticos, as ditaduras não eram novidades para os países do Cone Sul” (WOLFF, 2013, p. 453).



foi fundada por 4 pessoas, entre as quais estava uma ativista mulher, a única, que tinha se exilado no Chile e ajudado a criar a Ação Libertadora Nacional, onde veio a romper com a luta armada. Para ele, a experiência de militância dessa ativista teve um papel ativo e decisivo para adesão de mulheres e homossexuais no FHCS.

Posteriormente, em 17 de maio de 1980, na cidade de São Paulo, foi fundado o grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista⁶ a partir de uma ideia conjunta de 10 integrantes do Somos/SP. Segundo Antônio Carlos Tosta – membro fundador do Outra Coisa – em documento da constituição do grupo, registra que a convergência socialista (CS) estava comprometendo a autonomia do Somos, haja vista que o documento interno da CS e que chega no Somos, orienta como alinhar o grupo paulista e demais movimentos organizados do Brasil de maneira a incentivar a adesão de homossexuais à CS e ao Partido dos Trabalhadores, “transformando-os em ‘caixa de ressonância’ de suas propostas político-partidárias” (OUTRA COISA, 1983, AEL/Unicamp).

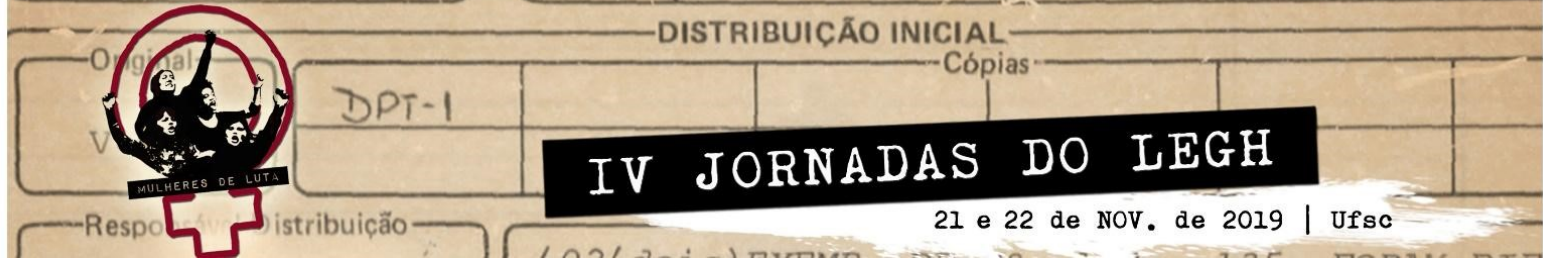
Assim como o grupo Outra Coisa/SP, que decidiu estabelecer uma maior autonomia do Somos/SP por questões internas específicas, o grupo Lésbico Feminista (LF) – com suas pautas e demandas próprias – também decide trilhar caminhos mais independentes no campo das lutas. No mesmo dia 17 de maio de 1980, é fundado na cidade de São Paulo o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). O GALF foi sucessor do LF, um subgrupo do grupo Somos/SP, criado em 1979, onde depois de um histórico de situações machistas e misóginas – dentro do grupo paulista – decidem criar um grupo autônomo para mulheres lésbicas (Cf. BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; IRÉ; SILVA; LENZI, 2019).

No dia 14 de março de 1981, foi fundado na cidade de Salvador, o Adé Dúdú – Grupo de Negros Homossexuais⁷, um dos primeiros grupos da categoria no país. Segundo a pesquisa realizada pelo movimento baiano, em novembro de 1981, o grupo foi fruto do pensamento, do contato, da discussão de várias pessoas para criar um espaço voltado especificamente para negros/as homossexuais, pensando em sua dupla discriminação em uma sociedade brasileira racista e heteropatriarcal. Segundo a carta de abertura do grupo, os principais objetivos do grupo eram:

a luta contra o racismo, contra o machismo, a eliminação do preconceito dirigido ao homossexual negro e o apoio a todos os oprimidos, ficando assim evidente a nossa intenção de, atacando o específico, lutar contra a opressão geral. O grupo se propõe a realizar atividades com os diversos setores que lutam contra a opressão, deixando claro a necessidade que temos de nos estruturarmos internamente e discutirmos a nossa questão entre homossexuais negros para assim podermos trabalhar em

⁶ O nome do grupo, de acordo com Antônio Carlos Tosta “[...] foi denominado inicialmente [de] Ação Homossexualista, inspirado no termo feminista, numa tentativa de marcar a diferença entre homossexuais preocupados com a questão específica da discriminação mas sem subordinarem-se a táticas, esquemas, ‘cartilhas’ e interesses de quaisquer organizações político-partidárias, ou seja, autônomos. Posteriormente foi acrescentado ao nome do grupo, ‘Outra Coisa’, nome fácil de lembrar, gostoso e irreverente, na opinião das que pessoas que adotaram, para identificar os militantes que tinham uma outra visão de movimento, diferentemente daquela do grupo que havia deixado”. (1983, AEL/Unicamp).

⁷ O nome Adé Dúdú – de acordo com a carta de abertura do grupo – é pela “busca de um nome que identificasse os nossos objetivos, resolvemos trazê-lo de um idioma africano, no sentido de melhor assumir nossa cultura e raízes e também afirmar a nossa homossexualidade. ADÉ DÚDU, homossexual negro em Yorubá. ADÉ DÚDU, somos nós.” (ADÉ DÚDÚ, 1981, AEL/Unicamp).



conjunto com outras pessoas e grupos de homossexuais, negros, mulheres, setores populares, etc. (ADÉ DÚDÚ, 1981, AEL/Unicamp)

Os laços de solidariedade, com o propósito de trabalharem em conjunto com outras pessoas e grupos, tal como indica o documento do Adé Dúdu, nos levam a pensar as alianças que se articulam e se conectam interseccionalmente, estabelecidos a partir da emergência dos conflitos sociais. Essas alianças também evidenciam as heterogeneidades entre as “comunidades de iguais”, ou seja, desses movimentos ou corpos marginalizados. Daí porque a importância dos encontros regionais e nacionais promovidos não apenas pelos grupos homossexuais, mas também os de mulheres, negro, sindicais etc., bem como outras manifestações públicas como a passeata contra Richetti realizada em 1980 em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.

Encontros nacionais e regionais: alguns apontamentos

A importância dos eventos nacionais e regionais aqui retomados vão ao encontro das ponderações de Claudia Nichnig em sua pesquisa sobre os encontros feministas. Para a historiadora, os eventos são “espaços de articulação de ideias e agendas, a proposta é pensar a partir das narrativas produzidas pelas feministas, como esses espaços foram úteis para conectar pessoas com ideias e bandeiras de lutas comuns, formando redes de saberes e de afeto” (NICHNIG, 2019, p. 363) – o que pode ser confirmado pela fala de Marisa Fernandes a seguir.

Nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, se realizava na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e no Teatro Ruth Escobar, na cidade de São Paulo, o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Junto ao I EBHO aconteceu, entre os dias 4 e 5, o I Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados (EGHO), momento no qual se realizou debates específicos sobre os rumos a serem trilhados e as dificuldades existentes nos/pelos movimentos homossexuais organizados brasileiros. Marisa Fernandes (2018), ativista lésbica do Somos/SP e GALF/SP, que participou da organização dos eventos, conta como foi a participação de mulheres lésbicas do Somos/SP no I EBHO e I EGHO. Em suas palavras:

As lésbicas deram a alma para organizar aquilo. Então nós já fomos num bloco de 20 mulheres, nós já sabíamos tudo sobre as decisões tomadas para essa, para aquela outra questão, essa a gente vai aprovar, essa nós vamos votar contra. Nós trouxemos uma banquinha de livros, de jornais, de revistas, tudo consignado. Quem escrevia livro, quem queria que vendesse, era naquele encontro. Era o primeiro encontro brasileiro, 200 viado e sapatão. Imagina, que lindo! vindo do Brasil todo, né? Era ali a hora de vender. Essas coisas não chegavam dos outros estados, né? (FERNANDES, 2018, p. 21).

Como aponta Fernandes, as integrantes do LF tiveram um papel central na organização dos eventos. Esses dois primeiros encontros marcam simbolicamente os corpos dissidentes vindos de várias partes do Brasil, assim como a própria história do MBLH. O I EBHO e I EGHO foram os primeiros espaços para discutir e (re)pensar a sexualidade, a resistência, os conflitos e a condição marginal – em sentido mais amplo –, tanto para homossexuais vindos/as de várias regiões do Brasil, como para a própria organização dos MHs organizados. Fernandes (2018) aponta para a importância da venda de publicações durante o encontro era central, haja vista em 1980 poucos eram os locais,



livrarias ou bancas que vendiam títulos com esses temas. Participaram do I EGHO os seguintes grupos organizados: AUÊ/RJ, Beijo Livre/DF, Eros/SP, GAAG/RJ, Libertos/Guarulhos-SP, Somos/RJ, Somos/SP e Somos/Sorocaba-SP (AEL/Unicamp). Segundo documento relativo ao I EGHO, durante os debates, os MHs que participaram do evento discutiram, sobretudo, acerca dos seguintes temas:

1. Importância da união com outros setores oprimidos como as mulheres e os negros;
 2. A possibilidade da realização de debates contra a discriminação ao homossexual nas escolas, sindicatos e demais entidades;
 3. Importância do gueto como mais um espaço de interação nas lutas contra a repressão, discriminação e a violência em geral contra nós, homossexuais;
 4. Procurar efetivar trabalhos conjuntos contra a repressão e discriminação, respeitando as diferenças dos grupos;
 5. Implementação dos grupos de estudos em cada grupo organizado;
 6. Realizar discussões entre homossexuais participantes ou não de grupos organizados a respeito de um temário comum.
- Finalizando, acreditamos ser importantes a realização de encontros regionais e nacional, a fim de que possamos juntos encontrar formas de acabar com todas as padronizações que buscam homogeneizar e massificar as idéias, os desejos, o corpo excluindo o prazer do espelho, o beijo ateu, os seios entre seios, os anseios da côr excluída. Transformar, formar e transformar criando outras formas de idealizar os sentimentos realizar e novamente desejar os novos seios, os beijos, os olhos... o novo... (AEL/Unicamp).

Considerando esses eixos temáticos, o encontro nacional teve como propósito debater temas chave, como a dupla discriminação, o gueto, a repressão, a discriminação, a sexualidade, o corpo, os afetos, os desejos, a identidade homossexual, a implementação de grupos de estudos nos MHs organizados, a possibilidade de realização de encontros regionais e nacionais para discutir a homossexualidade e o planejamento dos próximos passos do MBLH, que estavam se delineando nesse momento. As pautas desse encontro remetem à preocupação quanto à interseccionalidade das lutas, perpassadas pelos afetos – como união e solidariedade – entre o MH com outros grupos marginalizados – como as mulheres e os negros – o que confere ainda mais potência à epígrafe deste texto.

Segundo o jornal *Manifestação*, de ano 3, nº 5, em matéria feita em abril de 1980, compareceram cerca de 1000 homossexuais no I EBHO. O número foi uma vitória expressiva, afinal, o encontro foi realizado num feriado prolongado da Páscoa e a grande mídia boicotou e se recusou na divulgação do evento, com exceção da Rede Globo (MANIFESTAÇÃO, 1980, nº 5, AEL/Unicamp). Segundo a manchete do periódico, a emissora televisiva foi “apenas para ‘filmar os anormais’ e, como não podia de ser, Jacinto Figueira Júnior – o Homem do Sapato Branco – compareceu em busca de um ‘furo jornalístico’ para seu programa” (MANIFESTAÇÃO, 1980, nº 5, AEL/Unicamp).

Sobre essa notícia, vale lembrar que, de acordo com João Silvério Trevisan (1986), a década de 1970 foi marcada pelo início da espetacularização da homossexualidade no Brasil, na qual a mídia moralista e hegemônica, com o propósito de atender/formar o público – e o pensamento – heterossexual dominante, e, ao mesmo tempo, atendendo a agenda mundial de começar a mostrar representações da homossexualidade, desenham-na de forma caricata, normativa e/ou estigmatizada para produzir risos ou inflar o *modus vivendi* heteropatriarcal. O manifesto do I EBHO, os



organizadores do encontro ratificam a importância que esse evento representa(va) no campo da (r)ex(s)istências das vidas e afetos dissidentes:

COLEGAS. Está é a primeira vez que os homossexuais brasileiros se reúnem para discutir suas questões. Este encontro não é gratuito – ele é a expressão de anseios há muito tempo guardados dentro de nós. Ele é o fruto de longas discussões, que os primeiros grupos de libertação homossexual vem travando há quase três anos em nosso país. Ele representa o primeiro BASTA que nós, homossexuais brasileiros, damos contra a discriminação que nos é impingida por esta sociedade. Discriminação que atinge todos os aspectos de nossa vida: trabalho, política, religião, escola e família. As várias tendências de direita e de esquerda, que povoam a vida política brasileira, consideram-nos como “MINORIA”, juntamente com as mulheres, os negros, os índios. Uma maneira sutil de inferiorizar-nos e, de colocar a luta pelos nossos direitos como coisa secundária, que pode ser deixada para depois. Devemos deixar bem claro que este não é nosso pensamento. Para tanto, neste Primeiro Encontro, devemos, através da discussão e análise de nossas questões, extrair uma plataforma que nos una de norte a sul. Uma plataforma fundada em nosso tríplice direito: O LIVRE USO DE NOSSO CORPO, A LIVRE EXPRESSÃO DE NOSSA AFETIVIDADE E O DIREITO AO PRAZER. “NÓS ESTAMOS EM TODA PARTE” (AEL/Unicamp).

O texto sintetiza alguns dos significados decorrentes do I EBHO tanto no campo das resistências, mas também no das emoções, dos desejos, dos afetos para várias/os homossexuais do Brasil. Emoções – motivadas pelos anseios de lá estarem e de existirem –, afetos – como querença e solidariedade – e poder – como resistência e empoderamento – marcam e (res)significam o próprio evento, assim com os corpos dissidentes que estavam lá se fizeram presentes. Não por acaso reivindicavam – em letras garrafais – uma plataforma pautada em três direitos considerados fundamentais para o MH brasileiro: o empoderamento do corpo, dos afetos e do direito ao prazer.

No mesmo ano de 1980, no dia 6 de dezembro, se realizou o II EGHO no Teatro da Casa do Estudante Universitário, no Rio de Janeiro. Sendo um encontro rápido, começando as 9 horas e indo até as 15:20, o encontro contou com cerca de 80 pessoas (AEL/Unicamp). Segundo o documento do histórico do encontro, compareceram, por ordem de sorteio, os grupos:

BEIJO LIVRE (Brasília), OUTRA COISA (SP), TERCEIRO ATO (Belo Horizonte), GATHO (Olinda), AUÊ (Rio), EROS (SP), BANDO DE CÁ (Niterói), GOLS (ABC), LIBERTOS (Guarulhos), SOMOS (RJ), FACÇÃO DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (SP), GRUPO GAY DA BAHIA (SALVADOR), SOMOS (SP), TERRA MARIA OPÇÃO LÉSBICA (SP), ALEGRIA ALEGRIA (SP), GRUPO DE AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA (SP). Posteriormente, JORNAL LAMPIÃO (RJ), que não falou sobre seu grupo, mas se apresentou como tal (AEL/Unicamp).

É interessante pontuar que no intervalo de oito meses entre um evento e outro, de abril a dezembro de 1980, houve um aumento significativo de MHs que participaram do encontro nacional: de 8 grupos que estiveram no I EGHO, 16 integraram a segunda edição. Diferentemente do primeiro encontro, que contou com movimentos organizados situados no eixo Rio-São Paulo, com exceção do Beijo Livre/DF, participaram do segundo encontro grupos de outros estados brasileiros, como Minas



Gerais, Pernambuco e Bahia. Outro fato está na participação de grupos lésbicos organizados, como o Terra Maria Opção Lésbica/SP e GALF/SP, e que mobilizam outros debates no que tange às opressões específicas das mulheres lésbicas dentro e fora do MBLH. Essa expansão de grupos organizados demonstra o quão emergentes estavam as demandas e conflitos no período, tendo em vista a expansão para outros estados da federação. Quanto ao temário do II EGHO, foram discutidos:

1. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS: Esvaziamento, Atividades internas e externas, Trabalho conjunto entre bichas e lésbicas, Atuação no gueto, Clandestinidade.
2. AUTONOMIA DO MH: Minorias e poder, MH e outros movimentos sociais autônomos, MH e movimentos não-autônomos.
3. SEXUALIDADE: Bissexualismo, Coito anal, Masturbação, Pedofilia, Sadomasoquismo, Desinformação sexual, Prevenção às doenças venéreas, Política do corpo.
4. MH E REPRESSÃO: Repressão policial, Legislação, Terrorismo, Família, escola, igreja, etc.
5. A MULHER HOMOSSEXUAL: A mulher homossexual no MH e no MF, A educação diferenciada.
6. O NEGRO HOMOSSEXUAL: O homem negro homossexual, A mulher negra homossexual.
7. OS CONCEITOS DE HOMOSSEXUALISMO: O homossexualismo em geral, O homossexualismo masculino, O homossexualismo feminino (AEL/Unicamp).

Esses encontros foram espaços para debater sobre os corpos, as subjetividades e o poder das sexualidades e corpos dissidentes, resignificando e politizando as identidades homossexuais brasileiras. Ao cotejarmos os documentos citados neste texto, percebemos que houve o desejo que se considerasse interseccionalmente as lutas e as pautas – em sentido próximo ao proposto por Angela Davis (2018), para quem as solidariedades transnacionais são estratégias que pensam as lutas, as pautas específicas e as resistências marcadas pelas diversas formas de dissidências. Encontramos na materialidade desses documentos não apenas os registros e memórias das reuniões de planejamento, dos relatos, das correspondências, dos relatórios, dos convites, dos panfletos e dos cartazes de divulgação também indícios e marcas dos afetos, das emoções, das resistências e das lutas específicas – como as do movimento negro, indígena, de mulheres e feminista – que por vezes acentuam, ou atenuam ou reverberam as demandas e os conflitos vivenciados por vários/as participantes dos/nos eventos por serem negros/as, trabalhadores/as, mulheres homossexuais em uma sociedade brasileira racista, misógina e heteropatriarcal.

Além dos encontros nacionais já mencionados, houve entre os dias 14 e 15 de março de 1981 a I Conferência Nacional dos Homossexuais da CS, evento específico para homossexuais socialistas, para marcar os dois anos de fundação do grupo. Com a temática geral “Contra a repressão policial [,] contra a discriminação ao homossexual”, o evento contou com a participação de integrantes de vários estados brasileiros. Segundo seu boletim, houve um momento de fala específico para mulheres lésbicas, no qual puderam discutir suas especificidades e demandas (BOLETIM DA FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CS, nº 01, 1981) [AEL/Unicamp].

Com o feriado da Páscoa no dia 19 de abril de 1981, seguindo as deliberações do I EBHO sobre a realização de encontros regionais e nacionais – a fim de disseminar os ideais do MBLH em outras regiões do país –, os MHs organizados decidiram que a realização do II EBHO deveria ocorrer em encontros regionais pelo Brasil. Então, a cidade de Olinda/PE sediou, entre os dias 19 e 20 de abril de 1981, o I Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), em cujo



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

evento participaram os grupos: GATHO – Grupo de Atuação Homossexual/PE, Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, Nós também/PB e Dialogay/SE. O temário do evento foi diverso e, na oportunidade, discutiram questões sobre “o michê, o travesti, o sapatão, os enrustidos, o preconceito mútuo entre homem e mulher homossexuais, o homossexual negro, a misoginia, o sexismo” (AEL/Unicamp). Foi durante a realização do I EGHON que aconteceu a apresentação de solidariedade aos povos e culturas autóctones do Brasil. O documento resultante do evento e assinado pelos grupos participantes reforça o viés interseccional das lutas presente em seu manifesto:

Como oprimidos, todos nós, os índios, os homossexuais, os negros, as mulheres, os pobres, todos sofremos as mesmas injustiças, discriminações e violências de nossa sociedade racista, machista e autoritária. Só quando todos os oprimidos nos unirmos e lutarmos juntos é que conseguiremos ser respeitados como seres humanos dignos e com igualdade de direitos. [...] Por uma feliz coincidência, encerramos nosso Iº Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste exatamente no dia 29 de abril, Dia do Índio. Não Haveria portanto melhor ocasião para reunir nossas forças e conclamar todos os oprimidos, índios, negros, homossexuais, mulheres e pobres para trabalharmos juntos pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e pluralista (AEL/Unicamp).

Poucos dias depois, entre 25 e 26 de abril de 1981 foi realizado nas dependências do prédio das Ciências Sociais da USP/SP, o I Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados (EPGHO). Em documento sobre o evento, assinaram os presentes movimentos; “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, Coletivo Alegria Alegria, Grupo de Ação Lésbico Feminista e Facção Homossexual da Convergência Socialista” (AEL/Unicamp).

Além da participação em eventos específicos para homossexuais, os MHs organizados atuavam em outras frentes que estivessem dedicadas à luta e à resistência, em prol de construir uma luta mais abrangente, assim como feito pelo Adé Dúdu – Grupo de Negros Homossexuais/BA no I Encontro de Negros do Norte e Nordeste, realizado em setembro de 1981, em Recife/PE. Na ocasião, o grupo lançou seu manifesto aos/as demais integrantes do encontro, expondo sua dupla discriminação, por serem negros/as e homossexuais. Segundo o documento, o grupo era composto:

especificamente de negros homossexuais, [e] foi uma das maneiras que encontramos para dar nossa contribuição a essa luta, levando a questão do preconceito contra o homossexual entre os negros e o preconceito contra o negro entre os homossexuais e ao mesmo tempo dando nossa força na luta contra um inimigo (AEL/Unicamp).

O inimigo em comum é especificado no início desse mesmo documento. Os corpos negros – “vítimas da violência policial do machismo e racismo da sociedade brasileira” –, histórica e socialmente oprimidos e perseguidos, deveriam resistir e romper com as estruturas de poder e de dominação vigentes.

Afetos, emoções e solidariedades: algumas breves considerações finais

As iniciativas ocorridas durante as décadas de 1950 e 1960 no sentido de viabilizar espaços de sociabilidades, de emoções e de afetos dissidentes foram seminais para as ações de resistências que se intensificariam após o golpe de 1964. É sobretudo a partir de 1978, com a articulação e luta



do Somos/SP e os demais MBLHs, assim como com a realização de encontros nacionais e regionais (após 1980), que situamos no Brasil a mobilização de pessoas e seus corpos dissidentes – materializados em mulheres e homens de várias partes do país – e que começaram a se engajar e a lutar de forma organizada não somente por respeito e equidade de direitos numa sociedade brasileira homofóbica, conservadora e heteropatriarcal, mas também reivindicando visibilidade, pela possibilidade de ocuparem espaços públicos ou mesmo privados sem o receio de sofrerem represálias e violências.

Neste texto quisemos apresentar algumas trajetórias e narrativas seja por meio de documentos ou por entrevistas que fazem ecoar a força e do desejo de luta – Minha luta não morre, cresce / Não morre o meu pensamento / Nem se acaba a esperança / AH! A esperança... – e que também ocorreram de outras formas, como em boates e festas, tal qual descreve Marisa Fernandes (2018), pois era a única alternativa possível naquele momento para seus corpos dissidentes. Em suas palavras “os guetos eram os únicos lugares possíveis de existência, uma clandestinidade total [...]” (FERNANDES, 2018). Entretanto, mesmo com a repressão imposta pelos códigos morais, pela polícia higienista e pelos estabelecimentos heteropatriarcais dominantes, existiam lugares para vivenciar a união, a solidariedade, os afetos e as emoções, fosse nas reuniões e encontros promovidas pelos grupos – que poderiam acontecer na casa de um/a dos/as integrantes, seja em uma sede própria –, ou ainda na realização de cineclubes, na produção e publicação de periódicos, de coletâneas, de encontros de discussão, de passeatas e de manifestações públicas nas ruas, na troca de correspondências, entre tantas outras ações que marcam não a trajetória de um grupo específico, mas da rede de sociabilidades, afetos, de experiências. Essas iniciativas – não sem conflitos e adversidades – objetivam, como vimos argumentando, uma sociedade mais igualitária, justa e menos discriminatória, menos excludente, menos repressora...

Fontes

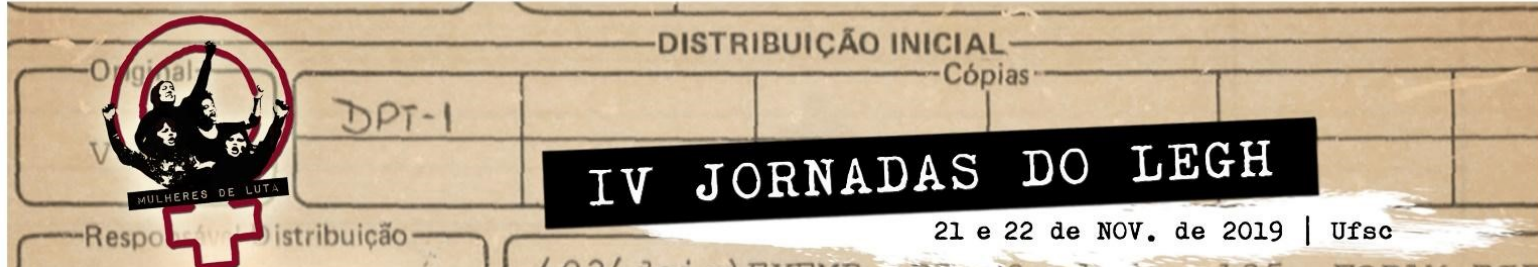
AEL/Unicamp. Pastas: “Atobá”, “Centro da Mulher Brasileira São Paulo”, “Coletivo Feminista Campinas”, “Darling”, “Gente Gay”, “Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF”, “Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo”, “Grupo Outra Coisa”, “Grupo Somos”, “João Antônio Mascarenhas”, “O Snob”, “Oito de março” e “Triângulo Rosa”.

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

GREEN, James Naylor. Entrevista concedida a Camila Diane Silva, Jeferson Ramos e Luiz Augusto Possamai Borges. Florianópolis, SC, Brasil, 28/08/2018a. Acervo do LEGH/UFSC.

Referências

BORGES, Luiz A. Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In.: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019, p. 209-232.



DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Trad. de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 63-78.

GREEN, James N. O grupo Somos, a esquerda e a resistência invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p.177-200.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

INSAUSTI, Santiago Joaquín. Los cuatrocientos homosexuales desaparecidos: memorias de la represión estatal a las sexualidades disidentes en Argentina. In.: D'ANTONIO, Débora. *Deseo y represión: sexualidad, género y Estado en la historia argentina reciente*. Imao Mundi: Buenos Aires, 2015, p. 63-83.

IRE, Binah; SILVA, Camila D.; LENZI, Maria H. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In.: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 185-208.

LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

NICHNIG, Claudia R. Criando laços, fazendo redes: os encontros e articulações a partir das narrativas de feministas brasileiras. In.: WOLFF, Cristina S. ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 362-383.

PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S.. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 15-38.



RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 526-555.

SIMONETTO, Patricio. Movimientos de liberación homosexual en América Latina. Aportes historiográficos desde una perspectiva comparada entre Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México (1967-1982). *Iberoamericana*, v. 17, n. 65, p. 157-177, 2017.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. “Metronormatividades” nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. *Áskesis, S/C*, v. 4, n. 1, p. 23-38, jan.-jun. 2015.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

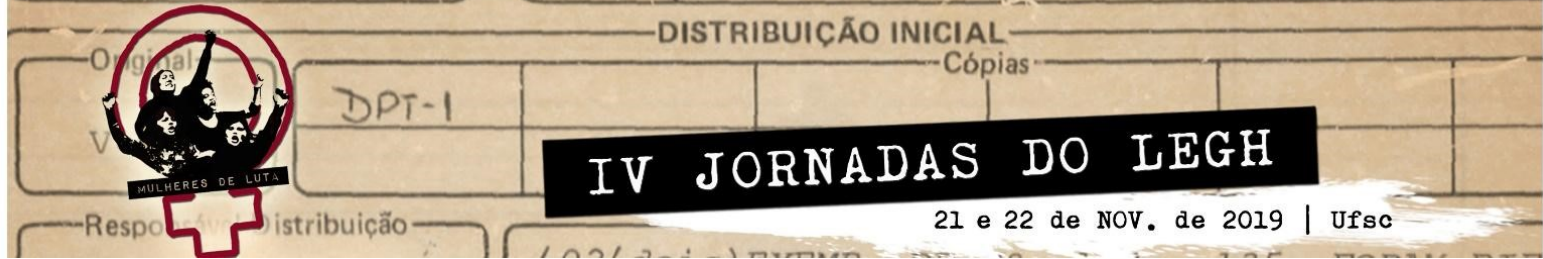
ZILLI, Bruno. *A perversão domesticada: BDSM e o consentimento sexual*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 451-471, jan.-jun. 2013.

Among struggles, affects and emotions in Brazil: homosexual liberation movements (1964-1985)

Abstract: Taking into account affections, emotions and struggles as intrinsic and inseparable parts of (and in) the experiences of people whose bodies are considered dissidents potentiate the possibilities for discussion and reflection especially if we consider the period of civil, heterosexual, military dictatorship in Brazil (QUINALHA, 2018) as an agenda. This oral work seeks to take urban centers as possible spaces to unleash complexities, explore subjectivities, rethink sociability and produce multiple resistances – through document analysis and interviews – and which allow us to broaden our view of this period in order to mobilize voices and obliterated experiences of these bodies (FERNANDES, 2018; GREEN, 2018; MACRAE, 2018; TREVISAN, 1986). The various organized homosexual characters and groups (which began to establish strategies of resistance to secure their existence during the dictatorship) began to fight and occupy spaces – despite oppressions – mobilized by different demands. These gay liberation movements established important alliances with other social groups and movements in order to claim rights (SIMONETTO, 2017). In this sense, this article considers these bodies, permeated by affections and emotions, as structuring of a political movement of gender and sexuality in various cities of Brazil and that radiated to other spaces and in different regions of the country.

Keywords: Homosexual liberation movements. Feminisms. Intersectionality. Emotions Affect.



ONDE RESIDE O PROBLEMA DO ABORTO?

Mateus Gustavo Coelho¹

Resumo: Segundo o artigo terceiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (1948). Já, nossa Constituição Federal, enquanto baseada na DUDH, em seu artigo quinto diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (1988). Assim, o direito à vida é uma garantia fundamental prevista em lei e, de forma estendida, é um direito inalienável garantido à toda a humanidade. É justamente no direito inalienável a vida que se encontram a maior parte dos debates em relação ao tema do aborto. Este debate abre lugar para duas concepções distintas, de um lado a posição “concepcionista”; de outro a “sencientista” ou “neurológica”. A questão do aborto vai muito além da discussão biológica em relação ao desenvolvimento humano, sendo abarcada por discussões de cunho moral e religioso e, é justamente na imbricação entre moralidade e religião que se encontram os argumentos mais ferrenhos contra a prática do aborto em qualquer circunstância. Mas além de ser problema de cunho biológico/filosófico/moral/religioso o aborto se constitui enquanto um problema de saúde, causando inúmeras consequências nas práticas sociais, visto que apenas em nosso país mais de um milhão de abortos são induzidos ao ano, sendo uma das principais causas de morte materna. Este trabalho pretende analisar a questão do aborto a partir de dois pontos: a visão ética proposta por Alcino Eduardo Bonella e enquanto problema de saúde pública a partir da leitura da antropóloga Débora Diniz. Em nosso país, uma crescente onda conservadora busca a criminalização de qualquer forma de aborto, indo além de um problema biológico/moral/religioso, constituindo-se enquanto uma questão relativa à manutenção do *status quo*.

Palavras-chave: Direitos humanos. Moralidade. Religião. Dominação masculina. Aborto.

Segundo o artigo terceiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (1948). Já, nossa Constituição Federal, enquanto baseada na DUDH em seu artigo quinto diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (1988). Assim, o direito à vida é uma garantia fundamental prevista em lei e, de forma estendida, é um direito inalienável garantido à toda a humanidade.

É justamente no direito inalienável a vida que se encontram a maior parte dos debates em relação ao tema do aborto. De um lado, alega-se que é errado matar qualquer ser humano inocente; de outro, alega-se que um feto humano não seria, desde o início da gestação, um ser humano desenvolvido, pois a formação humana se dá de forma gradual.

Ao se pensar que a formação humana se dá de forma gradual, podemos refletir em qual momento deste processo que um feto se torna humano. Este momento caracteriza-se como uma controversa no que tange os debates envolvendo o aborto. Novamente, de um lado temos os que aderem a posição “concepcionista”, que defendem que um ser humano surge no momento exato de

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mateusgusco@gmail.com.



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

sua concepção, ou seja, quando o espermatozoide encontra o óvulo; de outro, temos a posição chamada de “sencientista” ou “neurológica” que entende que um ser humano começa a existir apenas quando os órgãos principais, especialmente o cérebro, estiverem formados e funcionando conjugadamente a ponto de gerar a capacidade de sentir e ser consciente.

A dualidade entre estes dois pontos de vista, em que geralmente o primeiro se coloca contrário ao aborto e o segundo entende este enquanto um direito reprodutivo das mulheres, é o cerne das discussões em relação a criminalização ou a legalidade das práticas de aborto ao redor do mundo. Em termos biológicos, um feto humano se torna senciente a partir do momento em que ocorrem conexões sinápticas entre os neurônios do córtex cerebral, este processo se dá aproximadamente a partir da vigésima semana de gestação. A evidência que se tem hoje é que um feto passa a ser senciente entre o quinto e o sétimo mês de gestação.

Mas a questão do aborto vai muito além da discussão biológica em relação ao desenvolvimento humano, sendo abarcada por discussões de cunho moral e religioso. Segundo o bioeticista Antônio Carlos Rodrigues da Cunha, coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília: “Na verdade, há uma percepção entre os pesquisadores de que o conceito de início da vida é filosófico e não embriológico” (El País, 2019). E, é justamente na imbricação entre moralidade e religião que se encontram os argumentos mais ferrenhos contra a prática do aborto em qualquer circunstância. Em matéria recente (30/04/2019) o jornal El País nos mostra “Como o lobby contra o aborto avança no Brasil”, o próprio título já nos coloca diante da questão de que existe um forte grupo de atuação política contra o aborto em nosso país. Este grupo fundado por argumentos de cunho extremamente moral/religiosos, apelam para a noção de vida enquanto um direito fundamental e que, atentar contra esta, seria um “pecado” que deveria ser punido de forma legal.

O Brasil se constitui enquanto um Estado laico, é justamente no artigo quinto de nossa constituição, o mesmo que garante o direito à vida, em seus incisos VI, VII e VIII que garante a liberdade e a pluralidade de crenças religiosas. É precisamente nesta liberdade de crenças que se encontra a objeção de que uma crença específica sobressaia em relação aos pressupostos morais que envolvem a política nacional. Para Débora Diniz: “Laicidade é mais do que neutralidade religiosa nos atos de governo – é a condição de possibilidade para governamentalidade de um Estado plural e democrático.” (2013, p. 1704). Desta maneira, todas as crenças – inclusive a descrença – devem ser respeitadas e acolhidas. Através desse princípio é imperativo que da mesma forma a interpretação e a aplicação da lei seja orientada por razões públicas (SARMENTO, 2016, p. 310) e que estas sejam independentes de religião para que possam ser aceitas de forma racional por todas as crenças. A necessidade da laicidade estatal se dá para que haja respeito à autonomia pessoal e à igualdade, assim como pela busca da paz social, que seria ameaçada se houvesse tomada de partido por parte do Estado. Um Estado laico protege a diversidade e garante a neutralidade quanto aos assuntos envolvendo o debate público, por isso a hegemonia de uma religião entre as outras não deve ser fundamento para interpretação ou aplicação das leis, além disso, o poder público não pode se fundamentar em razões religiosas para qualquer tomada de decisão. Isto não quer dizer que as religiões não são importantes dentro do debate público, nas palavras de Sarmento:



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Por outro lado, a observância da laicidade e das razões públicas não significa uma interdição cabal à citação de documentos ou textos religiosos em decisões estatais sobre a dignidade humana – ou sobre qualquer outro tema. Essa invocação pode ocorrer legitimamente para, por exemplo, aludir às origens históricas de certos valores, mostrar a presença de consensos sociais sobre determinados assuntos ou chamar a atenção sobre algum argumento ou ponto de vista importante, dando o devido crédito às suas fontes. Mas os argumentos religiosos não se revestem de qualquer tipo de autoridade especial no âmbito jurídico. De todo modo, o que eventualmente descredencia esses argumentos não é propriamente a sua origem religiosa, mas o seu conteúdo: se não forem conversíveis em razões públicas, não podem fundamentar explicitamente os atos do Estado, nem tampouco motivá-los de forma sub-reptícia. (2016, p. 316)

Desta maneira, qualquer argumento em esfera pública deve ser baseado em razões públicas, mesmo que haja a invocação de motivos religiosos eles devem ser passíveis de verificação através do princípio da laicidade estatal para que seja considerado concreto.

Segundo a cartilha de “Atenção humanizada ao abortamento” do Ministério da Saúde (2011), o aborto se constitui como um problema de saúde pública, visto que apenas em nosso país mais de um milhão de abortos são induzidos ao ano, sendo uma das principais causas de morte materna. Assim, além de se constituir enquanto um problema de cunho biológico/filosófico/moral/religioso o aborto se constitui enquanto um problema de saúde, causando inúmeras consequências nas práticas sociais.

O número apontado de um milhão de casos pela cartilha se assemelha muito ao número apontado em 1971 pela revista *Le Nouvel Observateur*, em um manifesto assinado por 343 mulheres. Estas mulheres francesas assinaram um manifesto declarando que já haviam praticado o aborto, correndo o risco de sofrerem um processo criminal, em uma época que na França, o aborto era crime. Dentre estas, muitas nunca haviam feito um aborto apenas assinando por uma consciência em relação ao direito das mulheres. “Le manifeste des 343 salopes” publicado em 5 de abril com um texto de abertura de Simone de Beauvoir dizia o seguinte:

Um milhão de mulheres fazem abortos a cada ano na França.
Condenadas ao segredo, elas o fazem em condições perigosas, quando esse procedimento, realizado sob supervisão médica, é um dos mais simples.
O silêncio foi feito em milhões de mulheres.
Eu declaro que sou uma delas. Declaro que fiz um aborto.
Assim como exigimos livre acesso ao controle de natalidade, exigimos a liberdade de fazer um aborto.

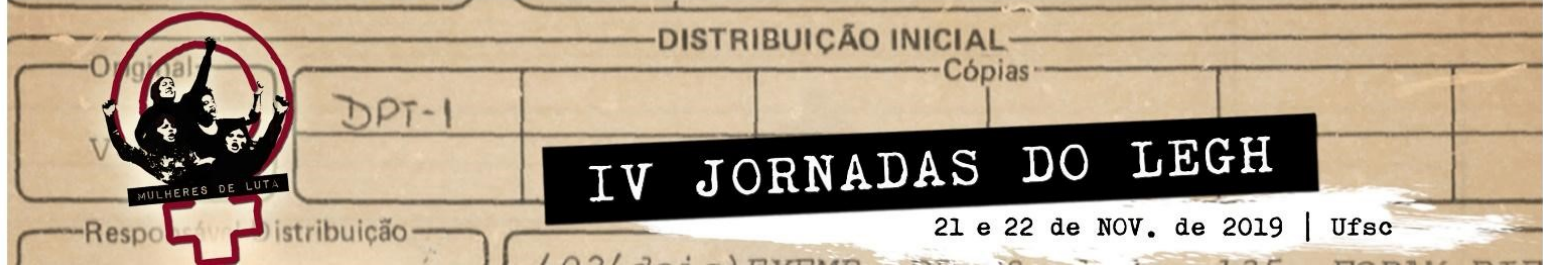


Figura 2: Texto original do manifesto



Figura 3: Simone de Beauvoir em 1971 puxando o manifesto.



Quarenta e três anos depois, em 19 de outubro de 2014, uma matéria no telejornal mais visto em nosso país, o Fantástico da TV Globo, anunciava o desmantelamento de uma quadrilha que praticava abortos ilegais no estado do Rio de Janeiro, mas sem prestar contas às mais de 850 mil mulheres que praticam o aborto ilegal no Brasil. Essas mulheres que são invisibilizadas e tem diariamente seus direitos negados por conta de um modelo de política extremamente conservador.



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

A comparação entre Brasil e França nos dá argumentos para pensarmos como o debate central em relação ao aborto foi diferente em cada um destes países, pois, enquanto na França a discussão do aborto teve por base a categoria dos direitos individuais, no Brasil, o debate se deu através dos discursos biológicos, que sustentam posições contrárias, aliadas a discursos religiosos (MACHADO, 2010). Na França foi aprovada a lei nº 75-17, que teria vigência temporária por cinco anos, possibilitando a interrupção da gestação nas 10 primeiras semanas, a pedido da gestante, quando ela alegar que a gravidez lhe causa angústia ou a qualquer tempo quando haja risco a saúde da gestante ou o feto possua doença grave e incurável que lhe cause sofrimento após o nascimento, tendo a obrigatoriedade de submeter-se a consulta em determinadas instituições para caso a decisão fosse tomada por conta das condições sociais o Estado tentasse a resolução destes. Em 1979 as normas se tornaram definitivas e em 1982 foram editadas para que o Estado arcasse com 70% dos custos da interrupção voluntária da gravidez. No ano de 2001 novamente houve alteração na legislação, quando foi promulgada a Lei 2001-588, que aumentou o prazo de 10 para 12 semanas e tornou a consulta facultativa. (SARMENTO, 2019, p. 49-50)

Entende-se como aborto a interrupção espontânea ou provocada do feto antes que esse tenha a viabilidade de vida. Segundo o protocolo de obstetrícia da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

O aborto é a interrupção da gestação antes do início do período perinatal, definido pela OMS (CIE 10) a partir de 22 semanas completas (154 dias) de gestação, quando o peso ao nascer é normalmente de 500g. Costuma-se classificar o aborto como precoce quando ocorre antes de 13 semanas da gravidez, e como tardio quando se dá entre as 13 e 22 semanas. (UFRJ)

Segundo França, o nascituro é aquele que já foi concebido, mas ainda não nasceu, que ainda está no ventre da mãe. A lei ainda não lhe coloca como pessoa de direito, mas como merecedor de proteção de acordo com a legislação, não apenas o recém-nascido merece proteção, mas aquele que tem a possibilidade de nascimento (2014, p. 327). No artigo 2º do Código Civil é especificado que “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.” Com isso garante que a vida do feto esteja assegurada e tutelada pelo Estado. A possibilidade no nascimento é garantida por lei e conforme a Constituição Federal em seu artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” assim como em seu artigo 203 “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;”. A Lei Magna do Estado brasileiro garante a assistência à mulher que está grávida, ainda, garante toda a proteção do Estado para que esta vida venha a ser de fato. França ainda coloca que:

Mesmo estabelecendo nossa legislação a personalidade civil do homem após seu nascimento com vida, os direitos do nascituro estão protegidos desde a fecundação, existindo como que uma instituição própria e independente objeto de relação jurídica, fundamentada no respeito à vida humana e numa expectativa de quem vem a ser uma pessoa. (2014, p. 327)



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Este protecionismo vem, principalmente, da ideia de que a expectativa de nascimento é, de fato, uma vida e não outra coisa, sendo uma vida, é necessário, segundo esta visão, protegê-la e como a vida é da tutela do Estado, o Código Penal dispõe especialmente sobre o aborto:

Art. 124 – Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena – detenção, de um a três anos.

Art. 125 – Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 – Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Art. 127 – As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Não há crime tentado de aborto, apenas consumado, não importa em que momento o feto veio a morrer, se dentro do útero ou fora, se for em decorrência do processo este é considerado o crime de aborto. Segundo Hungria: “O Código, ao incriminar o aborto, não distingue entre óvulo fecundado, embrião ou feto: interrompida a gravidez antes do seu termo normal, há o crime de aborto” (1942, p. 288). Para o autor, qualquer meio para impedir a fecundação é coisa inteiramente distinta de aborto, ainda que haja a intenção de esterilização da mulher.

No Brasil, apenas em dois casos o aborto é legal, ou seja, não é criminalizado com pena de 1 a 3 anos de detenção para a gestante e quem mais auxiliar. Estes casos são: “quando há risco de morte para a mulher ou quando a gravidez é decorrente de estupro”. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal incorporou a gravidez de feto com anencefalia como condição possível de “interrupção da gestação.” (MADEIRO; DINIZ, 2016). Hoje, 48 anos se passaram do manifesto encabeçado por Beauvoir e, em nosso país, pouca coisa mudou em relação ao direito ao aborto. Pelo contrário, a forte atuação de grupos conservadores de cunho evangélico tanto no Congresso quanto no Senado Federal, apontam para possíveis retrocessos em relação ao aborto legal em nosso país.

Neste ano o senador Eduardo Girão, desarmou uma Proposta de Emenda à Constituição do senador não-reeleito Magno Malta que inclui o termo “desde a concepção” no artigo relativo ao direito à vida. A chamada PEC da vida, caso seja aprovada, será uma proibitiva ao aborto em qualquer caso, mesmo que envolva grávidas em risco de morte, vítimas de estupro ou com fetos anencefálicos. O fantasma do Estatuto do Nascituro ronda nosso parlamento desde de 2005, proposto inicialmente pelos deputados Osmânio Pereira e Elimar Máximo Damasceno e novamente em 2007 por Luiz Bassuma e Miguel Martini, este estatuto visa garantir proteção integral ao nascituro e proibir a pesquisa com células tronco embrionárias no país.

Mas independentemente de o aborto ser proibido, ele existe e está presente no cotidiano das mulheres de nosso país, não sendo a sua criminalização um obstáculo para que milhares de mulheres façam o procedimento de maneira clandestina. Muitas destas mulheres, devido a consequências acabam tendo que recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS), a estimativa é que em nosso país,



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

mesmo com a subnotificação dos casos, cerca 15 mil mulheres nos últimos dez anos chegaram ao hospital com complicações após tentar abortar. Dessas, 2 mil morreram. Apenas entre os anos de 1999 e 2002 foram realizados 989.156 e estes são apenas os abortos registrados, por motivo da penalização os abortos são subnotificados e apenas os casos que chegam ao sistema de saúde acabam sendo contabilizados. Além desses números foram possíveis constatar 518 óbitos pela realização de abortos na mesma época. Além dos gastos exorbitantes com os procedimentos de curetagem, pois “considerando-se 238 mil procedimentos/ano, a um custo médio unitário de R\$ 125,00, o gasto anual do SUS é de R\$ 29,7 milhões com internações decorrentes de aborto” (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2005, p. 20). Atualmente, segundo Deborah Fortuna e Gabriela Vinhal:

há uma estimativa de que são realizadas 250 mil internações no SUS relacionadas ao abortamento induzido. Segundo dados do Ministério da Saúde, o custo médio das internações por interrupção da gestação com complicações é 317% maior do que as que não tiveram nenhum problema. Entre 2008 e 2017, o gasto total atingiu R\$ 486 milhões. Só no ano passado, o custo com hospitalizações por interrupção da gestação no SUS chegou a R\$ 50,7 milhões. (2018)

Assim, a criminalização do aborto invisibiliza a vida e a morte de milhares de mulheres em nosso país, transformando-as apenas em estatísticas, sem cara, sem voz, sem direitos, apenas um número subnotificado que não leva em conta as consequências humanas e também materiais causadas pela criminalização de uma prática tão recorrente. “Tirem seus rosários de nossos ovários!” pedem as mulheres em seus cartazes em protestos, “aborto não é questão de polícia”, “aborto, questão de saúde e de direito”.

A crescente onda conservadora é um fenômeno global e na América Latina possui um ingrediente que a deixa um pouco mais preocupante, o aumento da presença de religiões neopentecostais no cenário político. Este novo (velho) modelo de se fazer política interfere em diversos pontos dos novos direitos civis que grupos minoritários conseguiram nos últimos anos, direitos das mulheres, da população LGBTQI+, da população negra, indígena. No caso específico ao direito ao aborto, está clara uma concepção que é contrária ao direito das mulheres em relação ao próprio corpo, onde leis geralmente propostas por homens visam a proibição do aborto como uma das formas usadas por estes para controlar os corpos das mulheres e subjugar-lo ao domínio masculino. A criminalização de qualquer forma de aborto vai além de um problema biológico/filosófico/moral/religioso se constituindo enquanto uma questão relativa à manutenção do *status quo* de uma sociedade que tem em suas bases a dominação masculina e o patriarcado.

Referências

BONELLA, A. E. . A ética do aborto. *Filosofia* (São Paulo), São Paulo, , v. 43, p. 56-76, 20 nov. 2011.

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.



BRASIL. *Código Civil*, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção humanizada ao abortamento*: norma técnica. 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno nº 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016, p. 225-228.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DINIZ, Débora. Estado Laico, objeção de consciência e políticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1704-6, set., 2013.

FORTUNA, Deborah; VINHAL, Gabriela. Especialistas tratam aborto como questão de saúde pública. *Correio Braziliense*. Brasília. 05 ago. 2018.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1942.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. São Paulo: Francis, 2010.

MADEIRO, Alberto Pereira; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil: um estudo nacional. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 563-572, fev. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000200563&lng=pt&nrm=iso.

MOTTA, Flávia de Mattos; ARAÚJO SILVA, Angela de. Vida interrompida: Aborto e espiritismo nas representações de mulheres de grupos populares. *Bagoas- Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 7, p. 109-131, 2013.

MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 16, p. 681-689, 2008.

Protocolo de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual. 3.ed., Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis, 2016, p. 44-46. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_03_2017_11.33.56.64ef1fd301b0c6af23449bfc9d744af8.pdf

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Dossiê Aborto: Mortes Preveníveis e Evitáveis*: dossiê. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2005.

SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SARMENTO, Daniel. Legalização do Aborto e Constituição. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 240, p.43-80, jun. 2005.



UFRJ. Obstetrícia e Abortamento. Maternidade Escola. Disponível em:
<<http://www.me.ufrj.br/images/pdfs/protocolos/obstetricia/abortamento.pdf>>. Acesso em 22 agosto 2019.

VILLAMÉA, Luiza; TARANTINO, Mônica. Como o lobby contra o aborto avança no Brasil. *El País*. São Paulo, p. 1-1. 30 abr. 2019. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/24/politica/1556137351_969753.html?fbclid=IwAR3Wm4_8kdrw6vt485Zw75DIPDjvmrEZkLQT5R8fNFhWVXygp_C4yxLT3o>. Acesso em: 01 maio 2019.

Where lives the abortion problem?

Abstract: According to Article 3 of the Universal Declaration of Human Rights: “Everyone has the right to life, liberty and security of person” (1948). Already, our Federal Constitution, while based on the UDHR, in its fifth article says: “All are equal before the law, without distinction of any nature, guaranteeing to Brazilians and foreigners resident in the country the inviolability of the right to life, to freedom, equality, security and property.” (1988). Thus, the right to life is a fundamental guarantee provided by law and, in an extended way, is an inalienable right guaranteed to all humanity. It is precisely in the inalienable right to life that most debates on the subject of abortion reside. This debate opens room for two different conceptions, on the one hand the “conceptionist” position; on the other the “sentientist” or “neurological”. The issue of abortion goes far beyond the biological discussion in relation to human development, being embraced by discussions of a moral and religious nature, and it is precisely in the intermingling of morality and religion that the strongest arguments against the practice of abortion under any circumstances are found. But in addition to being a biological / philosophical / moral / religious problem, abortion is a health problem, causing numerous consequences in social practices, since only in our country more than one million abortions are induced per year, being a leading causes of maternal death. This paper aims to analyze the issue of abortion from two points: the ethical view proposed by Alcino Eduardo Bonella and as a public health problem from the reading of anthropologist Debora Diniz. In our country, a growing conservative wave is seeking to criminalize any form of abortion, going beyond a biological / moral / religious problem, as a matter of maintaining the status quo.

Keywords: Human rights. Morality. Religion. Male domination. Abortion.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

MILITÂNCIA FEMININA NA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO A PARTIR DE NILCE DE AZEVEDO CARDOSO E DILMA ROUSSEFF¹

Milena Rosa Araújo Ogawa²
Camila de Almeida Silva³

Resumo: Vivenciamos um momento de disputas ideológicas sobre a legitimidade e autoridade para escrever e/ou falar a respeito dos acontecimentos históricos. Os desafios para a produção da História do Tempo Presente se acirram, ciência e senso comum disputam os espaços disseminadores de informação. Nessa querela de disputas sobre o entendimento do período entre 1964-1985, o trabalho propõe discutir violência de gênero durante o período da Ditadura de Segurança Nacional brasileira e como interseccionar a temática com o ensino de História. Assim, propomos neste trabalho apresentar um relato de experiência da oficina realizada no Curso Popular UP, Capão do Leão-RS durante as aulas de História. Para tal objetivo, utilizaremos como estudo de caso duas militantes, Nilce de Azevedo Cardoso e Dilma Rousseff, ambas organicamente envolvidas com organizações de esquerda e que foram vítimas do Estado que atuava como agente de terror. A oficina buscou tematizar o conteúdo e proporcionar o acesso a diferentes fontes, periódicos (Jornal do Comércio de 28/03/2013), sites (Resistência em Arquivo) e relatórios (Relatório Azul 2011 da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul) para que os educandos reflitam criticamente as torturas como categorias machistas e misóginas, bem como possam ler e interpretar diferentes documentações.

Palavras-chave: Ditadura de Segurança Nacional brasileira. Gênero. Nilce de Azevedo Cardoso. Dilma Rousseff.

Introdução

Este artigo configura-se como uma proposta de discussão sobre Ditadura de Segurança Nacional brasileira (1964-1985), Ensino de História e violência de gênero. Apresentaremos um relato de experiência da oficina realizada no dia 11 de setembro, no Curso Popular UP, Capão do Leão-RS durante as aulas de História.

Utilizamos como estudo de caso duas militantes, Dilma Vanna Rousseff e Nilce de Azevedo Cardoso, ambas organicamente envolvidas com organizações de esquerda e que foram vítimas do Estado que atuava como agente de terror. Utilizamos para tal estudo diferentes fontes: periódico

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutoranda (bolsista CAPES), Mestra e Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em Direitos Humanos e Cidadania e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bacharelada em Antropologia pela UFPEL. Membro discente do Laboratório de Estudos Sobre a Cerâmica Antiga (LECA-UFPEL), do Grupo de Pesquisa CNPq Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo (TAPHOS-USP) e do Polo Interdisciplinar de Estudos do Medieval e Antiguidade (POIEMA-UFPEL). E-mail: ogawa_milena@hotmail.com.br.

³ Doutoranda (Bolsista Capes) do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e licenciada em História na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: casilva2015@gmail.com.



(Jornal do Comércio de 28/03/2013), site (Resistência em Arquivo) e relatórios (Relatório Azul⁴ 2011 da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul e relatório da Comissão Nacional da Verdade⁵).

A motivação do trabalho foi impulsionada pelo interesse particular das autoras em discutir violência de gênero durante o período da Ditadura de Segurança Nacional brasileira e como interseccionar a temática com o ensino de História. Consideramos, sobremaneira, o momento envolto às disputas ideológicas sobre a legitimidade e autoridade para escrever e/ou falar a respeito dos acontecimentos históricos.

Compreendemos que os desafios para a produção da História do Tempo Presente se acirram, ciência e senso comum disputam os espaços disseminadores de informação. Nessa miríade de disputas sobre o entendimento do período entre 1964-1985, observamos ser esse momento um ambiente propício para discutir duas temáticas tão importantes, gênero e períodos de exceção.

A estrutura do trabalho terá como encaminhamento central abordar o relato de experiência e seus desdobramentos em discussões sobre a Ditadura de Segurança Nacional brasileira e a violência de gênero no Ensino de História. Destacamos que a oficina provocou uma efetiva criticidade por parte dos educandos ao refletirem sobre as torturas como categorias machistas e misóginas, bem como interpretaram de forma positiva as diferentes documentações.

As aulas ocorreram no dia 11 de setembro, no Curso Pré-Universitário Popular UP, que tem como sede o Centro de Referência da Juventude (CRJ), no município do Capão do Leão/RS. A fundação do Curso ocorreu em 2013 (Figura 1), com idealização e coordenação do projeto pelos ex-estudantes universitários das universidades federais do Rio Grande e de Pelotas, Douglas Ferreira dos Santos, Igor Porto Vianna e Luana Rosa Jacobsen.

O Curso atualmente possui apoio institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG-RS), através do projeto de extensão *Programa de Auxílio ao Ingresso nos Cursos Técnico e Superior*⁶ (PAIETS), que proporciona certificação aos professores, e também pela Prefeitura de Capão do Leão, que financia o transporte dos educandos e dos educadores.

⁴ “O Relatório Azul da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) é uma publicação anual que procura oferecer um panorama das violações e garantias dos Direitos Humanos no RS, os inúmeros acontecimentos jubilares que celebramos recentemente como os 20 anos da Constituição (2008), os 20 anos do ECA (2010), os 20 anos do MERCOSUL (2011), os 30 da Encruzilhada Natalino (2008), os 30 da Lei de Anistia (2009) e os 50 anos da Legalidade (2011). Entre outros destacados acontecimentos da nossa história recente, nos convidam a pensar no significado desses acontecimentos na luta pelos direitos humanos no nosso Estado e, por isso, propomos que este número do Relatório Azul seja dedicado ao tema da Memória. A Memória, enquanto constitutiva da identidade humana e social de um povo, é uma luta em si mesma sem a qual todas as outras lutas não passarão de meros eventos conjunturais” (TROMBETTA, 2011, p. 14).

⁵ “A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) através da Lei n. 12.528, de 13 de novembro de 2011, concluindo um debate que se iniciou em 2008, durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, pode ser compreendida a partir desta paradoxal perspectiva – a excepcionalidade e a elaboração de políticas de memória –, seja pelas representações do passado que traz consigo – a Lei da Anistia ou a “ideologia da reconciliação” – ou pela temporalidade, demonstrando como essas medidas estão inseridas dentro de uma concepção presentista do tempo (HARTOG, 2013). A CNV, enquanto uma política de memória, caracteriza-se por um processo coletivo de significação do passado recente em que se procura orientar as ações e investigações entre “futuros passados”, “passados presentes” e “passados que não passam”. Esta constatação é importante para perceber-se como o terrorismo de Estado e seus efeitos residuais são capazes de alterar as estruturas básicas de definição de passado, presente e futuro” (BAUER, 2015, p. 120-121).

⁶ “O Programa de Auxílio ao Ingresso nos Cursos Técnico e Superior é um dos maiores programas de extensão da universidade, tendo surgido em 2008 com a necessidade de colaboração com a organização, com a formação e com o material dos cursos populares já existentes na cidade. O primeiro curso, organizado por estudantes de História, foi



Figura 1: Educandos e educadores na Aula Inaugural do Curso em 2013, na FURG-RS



Fonte: Acervo pessoal de Douglas Ferreira dos Santos

A identidade do Curso foi mediada por muitos debates, e recebeu o nome UP, que em Língua Inglesa pode ser traduzido como “para cima”. O termo foi escolhido com o intuito dos educandos projetarem-se intelectual e profissionalmente. Essa busca por superação é um anseio dos educadores para que seus alunos ingressem tanto nos níveis Técnicos e Superiores, pela aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prova idealizada pelo Ministério da Educação (MEC), quanto pelo desejo de que possam regressar ativamente no município, nos âmbitos político e social, procedendo de forma incisiva e reflexiva em suas realidades.

O Curso identifica-se com a educação popular, corrente inversamente contrária ao sistema capitalista de ensino (BRANDÃO, 2006, p. 42). Nesse sentido, almeja-se uma educação libertadora, que nas palavras de bell hooks⁷ seria:

A educação com prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também crêem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que crêem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (HOOKS, 2013, p. 25).

Partindo dessa perspectiva de ensino libertário, buscamos trabalhar a oficina mediante as realidades dos educandos, de seus conhecimentos locais para construir tessituras mais espraiadas (FREIRE, 1996). A oficina “Gênero, e a Ditadura de Segurança Nacional brasileira” foi realizada nas aulas de História e ministrada pelas professoras Camila de Almeida Silva e Milena Rosa Araújo

promovido no ano de 2000, e serviu de experiência para que outras iniciativas fossem tomadas em relação a cursos pré- universitários” (SANTOS, 2014, p. 660).

⁷ O nome de bell hooks é um pseudônimo utilizado pela autora e solicitado para ser redigido em caixa baixa para romper com as normas acadêmicas e não dar ênfase a pessoa e sim ao conteúdo que visa trabalhar.



Ogawa, com o objetivo de proporcionar atividades dinâmicas por meio do uso de diferentes materiais didático-pedagógicos e de diferentes fontes, para assim fazê-los compreender o gênero como, sobretudo, uma ótica preponderante para compreendermos a história.

Relato de experiência da oficina Gênero e a Ditadura de Segurança Nacional brasileira

Durante o dia 11 de setembro de 2019, no Curso Pré-Universitário Popular UP, foi realizada a oficina “Gênero e Ditadura de Segurança Nacional brasileira”, utilizando como fontes o periódico “Jornal do Comércio” de 28/03/2013, o endereço eletrônico “Resistência em Arquivo” e os relatórios “Relatório Azul 2011” da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, e da Comissão da Verdade.

A oficina foi a sexta aula de um ciclo sobre Ditadura de Segurança Nacional brasileira. no dia 4 de setembro, utilizamos os relatos das militantes Criméia Almeida e Maria Amélia Teles, a exibição de um recorte do longa-metragem *Batismo de Sangue*, dirigido por Helvécio Ratton, e analisamos alguns documentos disponibilizados pelo Memorial da Resistência⁸, a saber: um desenho apreendido junto a Fúlvio Abramo; uma fotografia do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog; um requerimento de transferência de residência de Masato Aki; e uma ficha de qualificação de Carlos Marighella. Os temas centrais foram políticas de memória para reparação⁹, a anistia e a importância da formação da Comissão Nacional da Verdade. No segundo dia, 09 de setembro, realizamos a terceira e quarta aula, contextualizando cada presidente ditador do período de 1964-1985 com os respectivos Atos Institucionais.

Após as aulas introdutórias, trabalhamos com os educandos as diferenças conceituais de gênero e sexo, concordando com a perspectiva antropológica que define gênero como “el orden simbólico con que una cultura dada elabora la diferencia sexual” (LAMAS, 1999, p. 151). Segundo Simone de Beauvoir (1980), a divisão entre os sexos não pode ser considerada um momento histórico, pois “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*¹⁰” (p. 14).

Na perspectiva de Beauvoir (1980), os corpos devem ser problematizados a partir do “ponto de vista da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico” (p. 23). Portanto, ao longo da oficina, buscamos localizar duas mulheres¹¹ – Dilma Vanna Rousseff e Nilce de Azevedo Cardoso – enquanto corpos brancos, burgueses e militantes da política contrária ao regime vigente de 1964-1985 para propor uma análise de gênero, entendida como uma

⁸ O Memorial da Resistência de São Paulo (SP) está localizado no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, (DEOPS-SP) e é o “único memorial dedicado à temática da resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil” (ALMEIDA, 2018, p. 40).

⁹ Por políticas de memória, entende-se o conjunto de ações dos estados para garantir processos individuais e coletivos de reparação que estabeleçam quais são os parâmetros éticos e morais que sustentam os regimes democráticos, desta forma combatendo-se todas as violações aos Direitos Humanos cometidas no passado e as que ainda permanecem no presente. Seu objetivo retroativo, ou seja, direcionado à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para a coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade e fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos (BAUER, 2015, p. 120).

¹⁰ *Handicap*, na Língua Portuguesa, pode ser traduzida como desvantagem.

¹¹ Durante o trabalho, será utilizada a expressão mulheres para corpos biologicamente femininos e/ou feminilizados.



Herramienta teórico-metodológica que permite el examen sistemático de las prácticas y los roles que desempeñan las mujeres y los hombres en un determinado contexto económico, político, social o cultural. Sirve para captar cómo se producen y reproducen las relaciones de género dentro de una problemática específica y con ello detectar los ajustes institucionales que habrán de emprenderse para lograr la equidad entre los géneros. El análisis de género también se aplica en las políticas públicas. Este consiste en identificar y considerar las necesidades diferenciadas por género en el diseño, implementación y evaluación de los efectos de las políticas sobre la condición y posición social de mujeres y hombres respecto al acceso y control de los recursos, su capacidad decisoria y empoderamiento de las mujeres. La metodología del análisis de género debe incluir variables como: clase, etnia, edad, procedencia rural/urbana, credo religioso y preferencia sexual, para evitar hacer generalizaciones que obvian las especificidades del contexto en que se producen las relaciones de género (INSTITUTO NACIONAL DE LAS MUJERES, 2007, p. 20).

No exercício de análise documental, utilizamos o depoimento da ex-presidenta Dilma Vanna Rousseff à Comissão Nacional da Verdade. Dilma foi presa em 16 de janeiro de 1970, permanecendo em cárcere durante 3 anos. Antes de sua detenção atuava como militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (BRASIL, 2014, p. 129). A respeito dos momentos de tortura, ela diz:

Eu me lembro de chegar na Operação Bandeirante, presa, no início de 1970. Era aquele negócio meio terreno baldio, não tinha nem muro, direito. Eu entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar: “**Mata!**”, “**Tira a roupa**”, “**Terrorista**”, “**Filha da puta**”, “**Deve ter matado gente**”. E lembro também perfeitamente que me **botaram numa cela**. Muito estranho. Uma porção de mulheres. Tinha uma **menina grávida** que perguntou meu nome. Eu dei meu nome verdadeiro. Ela disse: “**Xi, você está ferrada**”. Foi o meu primeiro contato com o **esperar**. **A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar**. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro [...] Uma das coisas que me aconteceu naquela época é que meu **dente começou a cair** e só foi derrubado posteriormente pela Oban. Minha arcada girou para outro lado, me causando problemas até hoje, **problemas no osso do suporte do dente**. **Me deram um soco e o dente deslocou-se e apodreceu**. Tomava de vez em quando Novalgina em gotas para passar a dor. Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albernaz completou o serviço **com um soco arrancando o dente** (BRASIL, 2014, p. 130, 386, grifo nosso).

O segundo documento foi a cópia da matéria “Um triste depoimento”, do Jornal Comércio, publicada em 28/03/2013. Na reportagem está transcrita a carta de Zilda Azevedo Cardoso, relata sua visita à Nilce de Azevedo Cardoso, sua filha. Redigida em 31 de março de 1998, o documento traz a percepção emocional do reencontro, as observações das torturas, físicas e psicológicas do cárcere, como podemos observar:

Zilda Azevedo Cardoso

Primeiro o choque: **minha filha está presa**. Fui com Nelson para Porto Alegre para vê-la, dar-lhe nossa força e dizer-lhe que estamos juntos. Segundo choque: depois de **muita demora, me deixaram vê-la**. Fiquei **aniquilada, estarecida, quase não a reconheci**. Entrou na sala arrastando os **pés, roxa, estranha, tão maltratada, martirizada** mesmo. Pensei não aguentar ver tanto **sofrimento**. Até hoje meu



coração está sangrando. Não quero nem pensar nesses homens, animais ferozes, desalmados.

Depois, ela teve **amnésia e o medo constante**, pois sentia-se **vigiada**, assim como a família. **Custou dominar o pavor** e eu ia a todos os lugares com ela. A **recuperação foi lenta**. Foi preciso muito amor e dedicação dos irmãos e amigos para ela não se sentir só, graças a Deus. Com a ajuda da psiquiatra retornou à vida. Ela sempre foi e é uma pessoa boa, sempre pensando em como ajudar os outros. Confio na justiça que lhe será feita. Uma mãe sofrida, S. Paulo, 31 de março de 1998 (JORNAL COMÉRCIO, 28/03/2013, grifo nosso).

A militante Nilce Cardoso é paulista de Orlândia, tendo iniciado seus estudos em física na Universidade de São Paulo (USP) em 1964. Concomitantemente, ingressou na Juventude Universitária Católica (JUC) e, após finalizar a graduação em 1967, entrou para a Ação Popular (AP) e para a Ação Popular Marxista Leninista. Casou em 1968 com o militante Dorival¹², e passou a trabalhar na fábrica Rhódia, em Santo André (VIOLA, PIRES, CARDOSO, 2011).

Em 1969 mudou de emprego e de cidade; em Porto Alegre – RS, trabalhou na fábrica Renner, e também lecionava matemática. Sofreu o sequestro e prisão em 1972 e, segundo seu relato, como veremos a seguir, foi encapuzada, torturada física e psicologicamente. Foram-lhe arrancadas as roupas¹³, e seguiram-se humilhações desmoralizantes, socos e pontapés na cabeça, estômago e tórax. De forma sádica foi estuprada, levando choques que queimaram sua vagina e útero. Também a penetravam com a mão e inclusão de jornais, foi colocada no pau de arara de ponta cabeça. Em coma, foi conduzida ao Hospital Militar, onde permaneceu por 8 dias. Retornou para o DEOPS para prosseguimento das torturas (VIOLA, PIRES, CARDOSO, 2011). O depoimento descrito acima foi entregue em dois suportes aos educandos: a impressão do fragmento do relatório Azul de 2011, e o trecho do vídeo com a transmissão do mesmo relato, mídia disponibilizada pela página Resistência em Arquivo (Figura 2).

Figura 2: Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso



¹² “Jair Ferreira de Sá, codinome Dorival, que estava chegando da China e disse: “Eu quero uma pessoa que faça um trabalho que ninguém fique sabendo e que suporte ser invisível”. Nilce narra a sua decisão. “Eu topei ser invisível. Muitas pessoas nunca souberam que eu fazia a ligação entre o Paulo Stuart Wright e o Dorival” (FERNANDES et al, 2017, p. 59).

¹³ “A exploração do corpo feminino através da nudez também é uma forma de impor constrangimento às mulheres e tentar fragilizá-las. Embora, como já vimos, alguns homens também ficassem nus durante as sessões de tortura, a sociedade machista encara o nu masculino e feminino de formas diferentes e isso, obviamente, é inculcido pelas mulheres militantes, o que faz do fato de ter suas roupas subtraídas a cada sessão de interrogatório, com ou sem tortura física, mais um ato vexatório” (SOUSA, 2016, p. 73).



Fonte: Resistência em Arquivo

Em 11 de abril de 1972, fui seqüestrada numa parada de ônibus, jogada no banco traseiro de um carro e, aos **bofetões**, levaram-me para a escuridão das dependências do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) onde fui imediatamente **encapuzada**. Por ter participado da seção de Serviços (mensageira entre os comandos nacional e regionais) e por ter sido membro do Comando Regional da AP, em Porto Alegre, eu já sabia o que me esperava. Entretanto, nenhum conhecimento teórico pôde antecipar o **horror das torturas**. Ainda **encapuzada**, conduziram-me para uma sala onde as primeiras palavras que ouvi foram “**Tira a roupa**”. O delegado Pedro Seelig, chamado por Cacique, junto com Nilo Havelha e outros, de que ainda não me lembro os nomes, **arrancaram minhas roupas, com palavras de deprecição na tentativa clara de baixar minha auto-estima**. Perguntaram meu nome e eu disse Nilce Azevedo Cardoso. Vieram então **socos de todo os lados**. Insistiam na pergunta, com **socos na boca do estômago e no tórax**. Mal podendo falar, eu disse que meu nome estava na carteira de identidade. Aumentou a violência. **Ligaram os fios e vieram os choques**. Fiquei muda daí para frente. Quando paravam os choques, vinham as perguntas. Mas meu silêncio continuava. Eu só pensava que ali estava terminando minha vida, porque **achava que estava morrendo. Com o tórax soqueado, sentindo o sangue na boca, percebi que se movimentavam. Fui colocada no pau de arara**.

Conheci o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido sobre relatos de torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. Enfiaram os fios e deram muitos choques. A dor, raiva, ódio, misturados com um sentimento de impotência, criavam-me um quadro assustador. E eu seguia muda. A raiva era tanta que não conseguia gritar, o que veio a me causar muitos danos psíquicos posteriores. Pendurada de cabeça para baixo no pau de arara, a lucidez continuava total. Lembrava-me a todo momento que estava ali em conseqüência de meu compromisso político e, naquele momento, para mim era o fim. Quando eu pensava que estava morrendo, eles me tiravam dali e me entregavam para polícias femininas que me obrigavam a me mexer. Eu perdi os movimentos das pernas e dos braços e não conseguia articulá-los. Então elas me arrastavam. Quando achavam que já estava melhor, eles me penduravam novamente. O sangue jorrava e eles enfiavam a mão pela minha vagina com jornais. Colocaram uma bacia no chão e o sangue continuava a cair. Molhavam meu corpo e me arrebetavam com socos e choques. Não sei quanto tempo isso durou nem quantas vezes aconteceu esse ritual macabro. Assombrava-me ao perceber que, nos intervalos, eles comiam, conversavam, como se há instantes não tivessem cometido aquelas atrocidades. [...] Lembro-me que os gritos dos torturadores foram se tornando cada vez mais fracos e quando me dei conta, estavam me fazendo massagem no coração, possivelmente após uma parada cardíaca. Ali acabaram de quebrar o seio, osso do tórax, como mais tarde vim a saber, após ser tirada radiografia no hospital. Passaram uma luz intensa nos meus olhos, usaram amoníaco para reanimar-me e eu ouvi “Não reage”. Eu já tinha sido examinada pelo médico que indicava quando podiam continuar a tortura. Mas, dessa vez, não foi possível porque entrei em coma. (CARDOSO, 2014, grifo nosso).

Após a leitura dos depoimentos de Dilma Rousseff e Nilce Cardoso, refletimos e problematizamos com os educandos o significado de “estupro”, configurado como “atos de natureza



sexual cometidos contra uma pessoa sem seu consentimento” (BRASIL, 2014, p. 286) e que “abrange tanto a violação física do corpo humano – a penetração vaginal, anal ou oral, com partes do corpo do agressor ou com objetos – como os atos que não imponham penetração ou sequer contato físico, como o desnudamento forçado e a revista íntima” (BRASIL, 2014, p. 286). Estas definições foram importantes para que se discutisse o que se entende como “consentimento”. Ao longo do debate, percebemos como as alunas, através de exemplos cotidianos, descreveram situações que já presenciaram: “Consentimento é deixar, profe! A gente entende isso, quem não sabe são os meninos chatos, que na festa chegam passando a mão ou forçando o beijo”. Relatos como este confirmam os dados do relatório da Anistia Internacional de 2004 que demonstra que “20% das mulheres no mundo são alvos de estupro” (SOUSA, 2016, p. 68).

Em seguida, abordamos outra parte do relatório que cita a introdução de animais como outra forma de tortura:

A utilização de animais também se verificou na prática da tortura. Presos políticos foram expostos aos mais variados tipos de animais, como cachorros, ratos, jacarés, cobras, baratas, que eram lançados contra o torturado ou mesmo introduzidos em alguma parte do seu corpo. Especificamente em relação aos camundongos, o torturador Lourival Gaeta, que atuou no DOI do I Exército durante a década de 1970, em São Paulo, explicava sua destrutividade uma vez introduzidos nos corpos das suas vítimas com o argumento de que este animal não sabe andar para trás (BRASIL, 2014, p. 373-374).

A respeito dessa violência, Priscila Sousa (2016) afirma que “o estupro foi utilizado pela repressão somente contra as mulheres” (p. 68). Na visão da autora, essa violência também pode ser compreendida como “arma de guerra, o estupro funciona como forma de atacar a outros homens, uma vez que ‘ignoramos as mulheres como seres humanos’, conquistam sua ‘propriedade’, estuprando suas mulheres” (p. 68).

Outra questão preponderante é pensar na linguagem para insultar as mulheres. Segundo os depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (2014) “puta comunista” era um termo frequente utilizado pelos torturadores. Na análise de Sousa (2016) significaria “mulheres que saíram dos seus lares, que não pertenciam a nenhum homem e, conseqüentemente, eram de todos. Tinha-se também a recorrente ideia de que essas mulheres mantinham relações sexuais com todos os companheiros” (p. 69).

Ao longo da aula, percebemos a tensão causada pelo assunto; contudo, criou-se um ambiente em que houve a oportunidade de relatos e trocas de experiência entre as alunas. Elas conseguiram dialogar sobre violências estruturais que sofrem desde a tenra idade, desde a imposição a determinados brinquedos até instruções de como devem se portar pois, se algo ocorrer, a culpa será sempre delas. Terminamos a aula com a sensação de extrapolarmos a discussão para além de conteúdos programáticos; observamos os alunos colocando-se como sujeitos da história e que, sendo assim, devem continuar apropriando-se desses momentos.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Considerações finais

A proposta do ciclo de oficinas e aulas de Ditadura de Segurança Nacional brasileira teve como intenção transformar os métodos de ensino tradicional em aulas expositivas, para um contexto que explore outras percepções sobre o conteúdo. Ressaltamos a criticidade sobre os discursos rasos da atualidade, e destacamos que os alunos efetuaram uma análise positiva da diversidade de documentos trabalhados.

A capacidade de síntese dos educandos foi estimulada e provocada, assim como a empatia. A ideia é que, a partir de casos como estes que revelam a realidade das mulheres torturadas durante os anos da ditadura brasileira, os educandos possam manter o olhar atento para as complexidades inerentes ao período histórico envolto em traumas, mas também, evidenciar o marcador de gênero como um definidor da natureza da tortura.

Embora a atividade tenha se desenvolvido com certo desconforto, sobretudo em função da natureza delicada do tema, a premissa basilar da atividade e de nossa atuação é que é preciso lembrar para que nunca mais aconteça. O Estado brasileiro cometeu crimes de lesa-humanidade e foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, vigora em nossa sociedade o esquecimento em condição institucionalizada. Assim, superar essa narrativa que tem como premissa o esquecimento, deve ser condição para a docência.

Gostaríamos também, nesse último momento, de agradecer ao Curso, coordenação e educandos por possibilitarem um ambiente de discussões profícuas que transcendem a prova do ENEM e eivam para o próprio cotidiano dos alunos, ao dialogar com suas realidades e confirmar sua participação como sujeitos da história.

Fontes

ALMEIDA, Criméia. *Depoimento de Criméia Almeida para SBT: Amor e Revolução* – Depoimento. [2011]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rz0ekhjmvRc>. Acesso em: 05/09/2019.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014.976p. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf

CARDOSO, Nilce Azevedo. Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. Resistência em Arquivo, 15 de agosto de 2014. Disponível em: <https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/tag/nilce-azevedo-cardoso/>. Acesso em: 01/09/2019.

CARDOSO, Zilda Azevedo. Um triste depoimento. *Jornal do comércio*, Porto Alegre, 28 de março de 2013. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=120190>. Acesso em: 09/09/2019.

DESENHO aprendido junto a Fúlvio Abramo. *Procedência: portuário nº 712, Flúvio Abramo* – DEOPS/SP (1936-7). Tamanho original 25X32,5 cm.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

FICHA de qualificação de Carlos Mariguella. *Procedência: Dossiê 30-Z-160 (03/07/1964).*
Produção/autor: Serviço de Identificação – DEOPS. Tamanho original 21X30cm.

FOTOGRAFIA do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog *Procedência:*
Arquivo/Agência Estado (31/10/1975).

TELES, Maria Amélia. *Depoimento de Maria Amélia Teles para SBT: Amor e Revolução – Depoimento.* [2011]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kFqm0OcJDDk> Acesso em: 05/09/2019.

TROMBETTA, Luis Carlos (org.). *Relatório Azul 2011.* Porto Alegre: Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, 2011.

REQUERIMENTO de transferência de residência de Masato Aki *Procedência: portuário nº 27.262,*
Masato Aki- DEOPS/SP (18/07/1943) Tamanho original 21X30cm

VIOLA, Solon Eduardo Annes; PIRES, Thiago Vieira; CARDOSO, Nilce Azavedo. Depoimento Nilce Azevedo Cardoso: Relembrar é preciso (entrevista). In: Miki Breier et al. *Relatório azul 2011 da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

FERNANDES, Jeferson (org.) et al. Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. *Relatório Final 2017.* Comissão de Cidadania e Direitos Humanos subcomissão da memória, verdade e justiça. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, 2017.

Referências especializadas

ALMEIDA, Priscila Cabral. *Processos de construção de lugares de memória da resistência em Salvador: projetos, disputas e assimetrias.* 2018. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 40, p. 115-152, dez. 2015.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos.* Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular.* Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 10/11/2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 18ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

hooks, Bell. *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade.* São Paulo: Martins Fontes, 2013.



INSTITUTO NACIONAL DE LAS MUJERES. *Glosario de género*. México: Instituto Nacional De Las Mujeres, 2007. Disponível em: http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/100904.pdf. Acesso em: 07/09/2019.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. *Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*. Mexico, v. 5, n. 21, p. 147-178, jul.-sept. 1999.

SANTOS, Douglas Ferreira dos. UP na vida dos sujeitos: a importância da extensão realizada jovens do PAIETS. *Memorias 9º Congreso Internacional de Educación Superior: por una universidad socialmente responsable*, Habana, Cuba, 2014.

Filmes

Batismo de Sangue (Brasil, 2006). Direção: Helvécio Ratton. 100 min.

Female militance in the Brazil's military dictatorship of national security: a proposal for teaching from Nilce Azevedo Cardoso and Dilma Rousseff

Abstract: We live in a moment of ideological disputes over the legitimacy and the authority necessary to write and/or speak about the historical facts. The challenges related to the production of the History of the Present become more difficult; science and common sense compete for information dissemination spaces. In this quarrel of disputes over the understanding of the period from 1964 to 1985, the article aims to discuss the gendered violence during the period of Brazil's Military Dictatorship of National Security period and how to intersect the subject with the teaching of History. Thus, the article's proposal is to present an experience report of the workshop held in the Popular Course UP (*Curso Popular UP*), Capão do Leão-RS, during the History classes. To achieve such purpose, we will use as study case two militants, Nilce de Azevedo Cardoso and Dilma Rousseff, both organically involved in left organizations and victims of the State that acted as a terror agent. The workshop sought to thematize the subject and to provide access to different sources, such as newspapers (*Jornal do Comércio*, from 28/03/2013), websites (*Resistência em Arquivo*) and reports (*Relatório Azul*, 2011, of the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul) so the students could critically think the tortures as sexist and misogynistic categories, as well as read and interpret different documentations.

Keywords: Military Dictatorship of National Security. Gender. Nilce de Azevedo Cardoso. Dilma Rousseff.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

REZADEIRAS, ERVEIRAS E PARTEIRAS DO CARIRI: O FIO DECOLONIAL TECEDOR DAS PRÁTICAS DE CURA-NASCER NA AMÉRICA LATINA

Nayara de Lima Monteiro¹

Resumo: Este trabalho aborda os saberes e práticas das rezadeiras, erveiras e parteiras como conhecimentos resistentes à colonização que passou o Cariri cearense, recorte territorial desse processo que aconteceu em toda Abya Yala². O foco será dado às mulheres mantenedoras desses saberes apresentando suas subjetividades específicas. A decolonialidade será o viés de análise na releitura desse contexto, pelos recortes de gênero, raça, classe, de cosmovisões e do local de enunciação desses saberes. O artigo ora proposto deriva, pois, de uma pesquisa finalizada e realizada nas cidades de Brejo Santo e Juazeiro do Norte, Ceará, nordeste brasileiro em nível de pós-graduação lato sensu. Porém, essa pesquisa continua em constante revisão e aprofundamento. A metodologia aplicada esteve permeada pelo diálogo de métodos e técnicas pensadas a partir das Epistemologias do Sul (metodologias outras) e de audiovisual para abraçar as memórias e vivências contadas por essas mulheres com forte tradição oral de repassar saberes de geração a geração.

Palavras-chave: Rezadeiras. Erveiras. Parteiras. Decolonialidade. Cariri cearense.

Entre vozes, corpos, espíritos, plantas

Marcado pelos registros históricos de povos originários, como os Kariri, o Cariri cearense está localizado na Chapada do Araripe inspirando a criatividade humana ritualizada através de manifestações culturais, celebrações religiosas populares, saberes, ofícios, como os das erveiras, rezadeiras, parteiras tradicionais, reizados e cordelistas, poetas/isas do sertão nordestino. No decorrer da pesquisa, notou-se que o gênero, a espiritualidade, a raça e o lugar de enunciação desses saberes foram demarcando o protagonismo para a sua (re)existência, e que mesmo todo o poder da matriz colonial operando, as experiências e conhecimentos das mulheres sujeitas desta pesquisa sobrevivem e resistem.

Assim, este trabalho aborda o vivenciado no Trabalho de Conclusão de Curso da pós-graduação *lato sensu* em Arqueologia Social Inclusiva que cursei na Fundação Casa Grande – Memorial Homem Kariri em parceria com a URCA (Universidade Regional do Cariri) em Nova Olinda – CE de 2017 a 2018. Para finalizar esse TCC, realizaram-se vivências etnográficas e entrevistas semi-estruturadas com quatro rezadeiras na zona rural de Brejo Santo-CE, são elas: Dona Maria, Dona Carminha, Dona Francisca e Dona Socorro. E com a erveira Dona Maria em Juazeiro do Norte-CE. Tudo isso convergiu na produção de um audiovisual chamado “Saberes da Terra”, lançado em setembro de 2019 na comunidade das rezadeiras, qual seja, Fazenda Canafistola, zona rural da cidade de Brejo Santo – CE.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC, linha de pesquisa: Estudos de Gênero. E-mail: nayaramont@yahoo.com.br. Bolsista CAPES.

² Na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América e vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento (CELENTANI, 2014).



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Este lugar foi um dos que frequentei/frequento ao longo da vida e já desde criança tenho tido contato com o universo da cura com as rezas e o uso das plantas medicinais. Por isso, a identificação com esses saberes aliados à produção de conhecimento decolonizador obtida dentro da Universidade, em certos termos, apontaram-me à escolha das rezadeiras desta localidade e a erveira de Juazeiro do Norte-CE para fazer a pesquisa. Já que além de serem mulheres que convivi e convivo até o momento presente, uma intuição durante algumas conversas com colegas e professores/as, depois das aulas expositivas do curso de Arqueologia Social Inclusiva, fizeram com que minha curiosidade em relação ao universo da cultura popular da cura através dos rezos e plantas pelas mulheres apontasse para estas mulheres nestas localidades.

Em relação à parteria tradicional, foi o encontro com o livro “Pariremos con placer” da autora Casilda Rodríguez Bustos, em que ela aborda o parto como um processo fisiológico do corpo feminino, problematiza sobre como as sociedades do Paleolítico e Neolítico do território hoje considerado Europa, deixam de ser matrilineares e passam a servir à lógica patriarcal de dominação, o parto como parte da sexualidade feminina e potência para a produção do desejo e do amor nos corpos da mulher e da criança em sintonia gaiática. Uma vez afetada por essa leitura, passados alguns anos, fiz uma formação de “doulas tradicionais”, mediada pela parteira Samara Simões do espaço “Roda Semear” no Juazeiro do Norte – CE. Com isso, comecei a ter mais de perto contato do universo do parto fisiológico em casa, sem intervenções, com auxílio dos rezos, plantas e elementos da natureza no momento de parir.

Realizou-se, ademais, uma revisão bibliográfica em livros e afins (virtuais e impressos) sobre os temas em questão alocados no campo de estudos decoloniais latino-americanos. Todavia, foi tendo conversado com e escutado essas mulheres que o embasamento teórico deste trabalho foi complementado.

É possível o conhecimento científico ser dialógico com os saberes tradicionais ancestrais?

Rezar em outras pessoas, conhecer as propriedades das plantas, auxiliar as mulheres a parir são práticas ancestrais que se originam pela experiência dos grupos sociais presentes em um meio, em certa cultura, com certas sociabilidades, sendo comunicadas em redes variadas nas relações desse meio. Essa comunicação pode ser a partir da transmissão oral desses saberes de geração a geração, pela observação da prática de tais ofícios, pelo dom divino que “Deus dá” ou o “chamado” para os ofícios.

Tais saberes e práticas estão presentes em diversas localidades, como nos Andes chilenos, no México, nas terras guaranis e dos povos amazônicos, no Cariri cearense, nos pampas gaúchos no Brasil, na Argentina e no Uruguai, territórios de Abya Yala, apresentando um núcleo semelhante que os interconecta nessa grande teia de territorialidades, saberes, ofícios, memórias, povos originários, tradicionais, identidades, gênero, espaço-tempo-dimensões.

O Cariri, em específico, apresenta uma riqueza de manifestações culturais, expressões, celebrações, saberes e fazeres, que dentre estas estão os rezos, a arte do partejar e os conhecimentos sobre as propriedades curativas das plantas. E é em torno da figura da mulher campesina, originária (ou descendente direta), afrodescendente, quilombola, agricultora, ou que mora nas periferias urbanas, que se mantem o fio tecedor dessas práticas de cura.



Nessa perspectiva, problematizando este universo de estudo, alguns questionamentos surgem para auxiliar na vivência e leitura desses saberes nesse labor científico iniciado, mais especificamente, em 2018: Por que o gênero demarca o protagonismo na manutenção, (re)existência desses saberes-ofícios? Como os recortes de raça e lugar de enunciação desses saberes podem auxiliar no entendimento da sua preservação? Como esses conhecimentos de saber-fazer contribuem na reconstrução e fortalecimento de uma identidade latino-americana?

Essas perguntas foram alguns primeiros guias para o debruçar nas leituras sobre tais temáticas e para minha ida a campo com o olhar de pesquisadora ativo dessa vez, já que minha vida sempre esteve permeada por esse universo das rezadeiras, dos cházinhos curadores e acalmadores. Perguntas que guiaram, contudo, o que a troca com as rezadeiras e erveiras mostraram vão além dos possíveis limites apresentados nas questões. Já com as parteiras, a experiência neste universo ainda está em processo de conformação.

As experiências, conhecimentos e a própria existência dessas mulheres escolhidas para serem protagonistas desta pesquisa fazem parte do “universo do outro lado da linha abissal” (SANTOS, 2007)³. São saberes que sobrevivem e resistem há séculos mesmo com todo o Poder da Matriz Colonial operando. As subjetividades que estas sujeitas carregam consigo encontram-se no lado da face colonial desse paradigma, composto pelo tripé da colonialidade (saber, poder, ser). Mas, ao mesmo tempo, decolonizam esse panorama, e é aqui que reside a grandiosidade dessa pesquisa.

As rezadeiras são “canais de cura para os males da alma”. Para se curar, a pessoa que requisita tal reza “tem que ter fé”. Elas, as rezadeiras, acreditam que antes dos males formarem morada no corpo físico, estes já estão nos corpos sutis (alma ou espírito). Já as parteiras, por sua vez, é o elo entre os mundos físico e o espiritual. Houve um tempo em que partejar era trabalho valorizado. Ser parteira exige tempo e dedicação, pois não há agendamento de partos, segue-se o fluxo da vida. Um dos ofícios mais ultrajado dos três que são abordados, pois o parto é outro estágio de maturação da sexualidade feminina, fato que a moderna medicina obstétrica, como formadora da grande Matriz Colonial, usou a ciência para controlar os corpos, o ser e a sexualidade femininas. Por sua vez, as erveiras são mulheres que detêm conhecimentos sobre as propriedades das plantas para curar alguma doença ou mal-estar físicos. São mulheres amigas das plantas e profundamente arraigadas a estas. Tais saberes são relevantes a ponto de o próprio Estado brasileiro reconhecer como política pública de saúde o manejo dos fitoterápicos e das plantas medicinais para tratamentos de doenças.

O paradigma da Modernidade inaugurado no século XV por Espanha e Portugal no continente latino-americano, traz consigo a face da Colonialidade. Esse paradigma estava (e continua) assentado nas necessidades da dominação capitalista imperial e na colonialidade, com o auxílio de outros sistemas de dominação, como o patriarcado e o racismo. A América Latina, pois, foi o grande

³ O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o ‘outro’. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo ‘deste lado da linha’ só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (SANTOS, 2007).



laboratório de engendrar vida à Matriz Colonial. Este grande território serviu de teste para o racismo a serviço do colonialismo, ademais de ser o continente fundacional deste, e, portanto, da modernidade, segundo Enrique Dussel (2005). Para tanto, a Matriz Colonial estruturou-se em três grandes pilares: colonialidades do poder, do saber e do ser.

É mais especificamente com as colonialidades do saber e do ser, que esta proposta irá caminhar, pois aí estão postos os recortes de validade de conhecimentos, lugar de enunciação de fala e as subjetividades de raça e gênero das parteiras, erveiras e rezadeiras caririenses. Tendo em vista que a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, controlando a economia, a natureza e os recursos naturais, o gênero, a sexualidade, o conhecimento, as subjetividades e centralizando a autoridade (Maldonado-Torres, 2008).

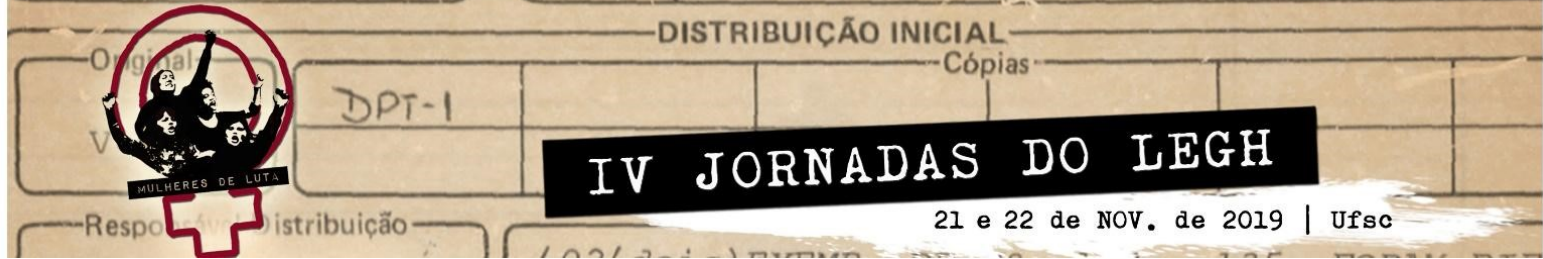
Como horizonte para uma nova leitura e atuação de vida mais coerente e integral, é que se chega ao campo dos estudos decoloniais latino-americanos. A decolonialidade aparece como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Deriva do “Giro decolonial” que significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico a essa lógica dual (DUSSEL, 2005). Neste trabalho, analisam-se saberes e práticas ancestrais protagonizados por um gênero definido, racializados, com classe social demarcada e enunciação do local da fala desde o Sul do Mundo no Cariri cearense. Estes saberes estão imbricados numa existência resistente à “primeira modernidade” e às outras que se deram ao longo desses séculos (LUGONES, 2014), e estão de alguma maneira em tensão com esta lógica, por estarem localizados no “universo do outro lado da linha abissal” (SANTOS, 2007). Isso não quer dizer que são pré-modernas, ainda que sejam “não modernas” em alguma medida.

Porém, são conhecimentos, valores, práticas culturais, ecológicas, espirituais constituídas em oposição à lógica imperial, ocidental, hierárquica, conformadora do paradigma modernidade/colonialidade que resume a vida em categorias estanques e duais: negro/branco; homem/mulher; corpo/razão; barbárie/civilização. Pode-se afirmar que são práticas e saberes *per se* decoloniais, ainda que com o passar dos séculos, pontos coloniais continuem existindo em algumas dessas práticas, como, por exemplo, a devoção aos santos do catolicismo pelas rezadeiras.

Outro aspecto que demonstra a relevância de pôr em diálogo o conhecimento científico e tais saberes e ofícios, é que se complementem, pois estes últimos apresentam a potencialidade em abordar o/a humano/a na sua integralidade tão fragmentada e especializada pela Modernidade, já que se trata aqui de dimensões humanas que vão além da razão.

O respeito às tradições é o principal pilar no qual se sustentam as mulheres que praticam a medicina curativa e os benzimentos ou rezas. É no sentido de auxiliar no resgate, na valorização, na manutenção da cultura popular, dessas memórias, na (re)existência das subjetividades decoloniais dessas mulheres, denominadas “Otras Modernidades”, como assinala Celestani (2014), que é fundamentada a importância deste trabalho teórico-prático.

Além desses pontos, traz-se também o compromisso e a ética para construir relações decoloniais desde a Academia. Os estudos decoloniais e as Epistemologias do Sul são posturas, antes de tudo, de vida e estar no mundo que tem sido materializadas também dentro das Instituições de Ensino Superior ao redor do Sul do Mundo. Este trabalho vem na intenção de fortalecer tais estudos dentro do seio da Universidade, junto à comunidade, no caso das mulheres sujeitas da pesquisa, e à



identidade latino-americana construída pelas lutas resistentes das mulheres nas suas diversas frentes, política, artística, intelectual, etc.

O “giro decolonial” juntamente à noção de transmodernidade de Dussel (2005) vem auxiliar este trabalho a pensar e vivenciar tais saberes e práticas como parte da própria decolonialidade, apoiando a existência-resistência desses ofícios a partir das mulheres. O conceito de transmodernidade de Dussel pretende evidenciar que a modernidade não é um fenômeno meramente intraeuropeu, mas constituído pela sua face oculta: a colonialidade. É esse lado oculto que Santos (2010) chama de “o outro lado da linha abissal” que se desenvolveu o mundo periférico colonial. Aqui reside também a contribuição das Epistemologias do Sul:

[...] son el reclamo de nuevos procesos de producción, de valorización de conocimientos válidos, científicos y no científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido, de manera sistemática, destrucción, opresión y discriminación causadas por el capitalismo, el colonialismo y todas las naturalizaciones de la desigualdad en las que se han desdoblado; [...] el racismo, al sexismo, el individualismo, lo material por encima de lo espiritual y todos los demás monocultivos de la mente y de la sociedad –económicos, políticos y culturales– que intentan bloquear la imaginación emancipadora y sacrificar las alternativas (SANTOS, 2010, p. 16) (grifo nosso).

As erveiras, parteiras e rezadeiras estão no Cariri cearense e no nordeste brasileiro marcado pelos registros históricos de grupos de povos originários, dentre eles os Kariri, Potyguara, Pataxó, Tapeba. Quando o colonizador português começa a expandir o colonialismo desde a Metrópole, iniciam-se as disputas por essas terras férteis no final do século XVII. O nome “Cariri” foi herdado desses(as) nativos(as) submetidos(as) à catequização no século XVIII. Assim, incorpora-se o sentido mítico-ancestral ao conceito de lugar de onde se enuncia a fala, pelo sentimento de representatividade, de valentia e resistência dos Kariri neste território contra o colonizador e todo o seu formato de vida imposto contra esse povo (LIMAVERDE, 2015).

Os fatores ambientais e vestígios arqueológicos sugerem que a escolha do habitat humano na região aconteceu desde épocas muito antigas. Percebe-se essa integração porque o ambiente da Chapada do Araripe reflete na cultura local, sendo o Cariri considerado o berço da cultura cearense, inspirando com maior intensidade a criatividade humana que é ritualizada através de inúmeras manifestações culturais, expressões, celebrações, saberes e fazeres, como os das parteiras, erveiras e rezadeiras (FIGUEIREDO FILHO, 2010). O Cariri é uma riqueza em patrimônio imaterial, mestres da cultura popular, manifestações artísticas e movimentos de arte popular e contemporânea, sendo marcado pelos movimentos messiânicos do mítico Padre Cícero Romão Batista e da experiência comunitária-mística do Caldeirão do Beato José Lourenço (século XIX) (LIMAVERDE, 2015).

Por fim, os estudos do “feminismo decolonial e descoloniais” de Lugones e Bidaseca, com a “colonialidade de gênero” e os aportes no sentido mais pedagógico-cultural de Walsh (2009), de identidade de Gargallo (2014) e de raça de Segato (2007), auxiliaram na fundamentação desta escolha teórico-prática, pois propõem uma reconstrução da história que acolha respeito radical a valores, metas e perspectivas culturais diferentes e o esforço por parte dos povos em retomar os fios de suas tramas históricas abandonadas. Pois, a superação de um paradigma global da Modernidade em



“Nuestra América” só acontecerá ao se reconhecer e narrar a multiplicidade de ideias e histórias que a constituem, valorizando as contradições e as transformações das práticas *abya yalianas*.

Rezoz, chás, parteria, encontros: decolonizando

No dia 23 de outubro de 2018, as coisas, fatos, situações e pessoas foram se sintonizando de uma forma que fui parar no Brejo Santo-CE, praticamente onde me criei. Fui com Adjedan, colega de curso da especialização em Arqueologia Social Inclusiva e ele foi me mostrar a área de ocupação indígena, provavelmente dos Kariri, na cidade mencionada. Jorravam cacos de tigelas nas estradinhas. Adjedan explicou muita coisa, e coincidentemente, o pessoal do Instituto de Arqueologia do Cariri conectado à Fundação Casa Grande, também tinha ido sondar a mesma área para trabalhar os resquícios arqueológicos do local naquele mesmo dia. Eu senti como um “deixe fluir a vida” que tudo vai se encaixando. Esse amigo também coincidentemente conhecia meu avô, um dos proprietários da fazenda onde as rezadeiras moram. Depois da explicação de Adjedan, peguei uma moto para a fazenda e fui filmando o cenário, a estrada e senti saudade de vovô, sentindo ele presente. A sensação que tinha era que ele estava ainda vivo e que não tinham passado tantos anos de seu falecimento.

Chegando na referida fazenda, parei na casa de Dona Paula e já fui sentando no chão, tirando as comidas que tinha comprado da mochila, sendo bem recepcionada. As meninas, Carmem, Luísa, Ópera, Ticiania, me recepcionaram bem, me senti em casa, como criança. E fui dizendo o porquê de ter ido e todas já sabiam e, inclusive, conheciam rezadeiras ou parteiras, já que erveiras, todas elas são. Era hora do almoço e continuei sentindo o clima da casa. Todas as mulheres, sem exceção, servindo os homens. Os homens como crianças, pedindo para elas “botarem o dicumê”, “cadê minha toalha?”, “preparar o café”, “ligar a TV”... Servindo os que estavam doentes. Todas e todos de prontidão. Uma solidariedade mútua, que às vezes parece submissão, mas me pergunto: e se o feminino for isso também? Está tudo bem? Continuo refletindo e observando para entender melhor esse cuidado “sem limites” aparentemente dessas mulheres. Em tempo: todos/as votaram Haddad e todos/as estão em oração pelo clima político do momento.

Depois Carmem aproxima-se e começa a conversar sobre os rezadores que ela já foi para levar o nome do irmão alcoolista para rezar e ajudar a curar o vício. Ela relata sobre os santos que vê nos altares dos rezadores e diz: “tem uma santa das águas, rainha das águas com uns cabelão”. Eu digo: “Iemanjá?”, ela responde: “é”. Me acabei na gaitada e ela também, como quem encontra alegria no conforto para compartilhar o segredo da magia da mãe das águas. Senti como uma introdução sobre o poder da reza, da oração como canal de acessar outros planos para ajudar quem está aqui nesta dimensão da matéria, pesquisando ou vivendo simplesmente.

Dormi profundo e quando acordei, tomei café e fui pensar nas frases, perguntas para o roteiro das entrevistas. Pari estas:

- 1) Nome, lugar de nascimento, lugar de nascimento dos pais, dados pessoais outros.
- 2) Pais e mães rezadores(rezadeiras)? Avós e Avôs?
- 3) Como começou a prática de rezar em outras pessoas? E o conhecimento sobre as ervas e seus usos?
- 4) Há quanto tempo pratica o ofício?
- 5) As práticas são mais femininas, realizadas por mulheres?



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

6) É cobrado o ofício? É muito procurado?

Enquanto isso, chegava no meu celular a mensagem de um amigo que estava de viagem no Pará perguntando o seguinte: “será que Dona Betinha não quer uma planta da floresta pra curar algo nela?”, melhor confirmação para que siga com a pesquisa, desconheço.

A primeira entrevista foi feita com Dona Maria, moradora da Fazenda Canafístola, no mesmo dia, pela tarde e noite, e foi regida pela força da lua cheia deste dia. Já nesse primeiro momento, foi sendo percebido como o ofício da reza está permeado pelo sincretismo religioso, de crenças e santos cristãos e os elementos da natureza. A presença da lua, da serpente, das plantas, da terra e do misticismo envolvendo estes símbolos estiveram presentes desde o começo de nossos diálogos. O saber da reza, para Dona Maria, foi repassado por sua avó e mãe, por meio da oralidade, vivência do cotidiano e pelo “dom que Deus me deu”, segundo ela. Uma marca muito forte na sua fala foi a junção dos saberes da reza ou saber “cachimbeiro”, do uso das plantas como remédio para curar doenças no corpo físico, auxiliar mulheres no parto, com o saber científico médico. Ou seja, a consideração da horizontalidade dos saberes, ponto importante nos estudos decoloniais e das epistemologias do sul. Ademais, Dona Maria sempre esteve repetindo que é necessário que a pessoa que requeira a reza tenha “fé” e que ela é só um canal para a cura dos humanos. Ela foi a única das quatro rezadeiras que mencionou curar também os animais.

É com Dona Maria que logo temos a primeira menção da frase “pega a dente de cachorro” nas narrativas de todas as rezadeiras, quando ela faz uma retrospectiva das mulheres de sua família, em relação à bisavó que foi “pega pelos índio a dente de cachorro” e que logo depois, seu bisavô faz “sociedade com os índios e traz ela com doze anos pra morar com ele”. Os ascendentes de Dona Maria, provavelmente, eram de algum povo originário das terras do Cariri num passado não distante, pois ela até se contradiz em alguns momentos, deixando a entender que na verdade seus bisavós eram índios e sua reza descende desse universo. Leva no seu sobrenome “Matos” um indício desse passado dos seus bisavô e avô que viviam “nos matos...derrubou toda a mata da gameleira”, localidade perto dessa fazenda mencionada. Dona Maria também na sua narrativa traz outro elemento que nos faz conectar a esse universo passado dos habitantes originários dessas terras antes ou do período de colonização, quando ela conta uma lenda sobre os índios terem “tapado uma barroquinha com ossos de ‘sariema’ ali no pé da serra que fez com que a água nascesse lá na nascente do Baixio do Boi”, fazendo referência aos mitos e lendas dos Kariri bem conhecidos da nascente do rio Batateiras no Crato-CE. “Se eles não tivessem feito isso, não teríamos água hoje em dia”, segundo Dona Maria. Tudo isso ela relata depois de falar de seus familiares que tinham relações com os índios. Dona Maria também já “pegou menino”, prática de parteiras tradicionais, e é “puxadora de ossos” ou “costura ossos quebrados”.

No dia seguinte, pela manhã, foi feita uma visita a Dona Carminha, rezadeira, sobrinha de Dona Maria acima mencionada, da família “dos Matos” que vive em outra fazenda ao lado. Ela mencionou na sua fala que aprendeu o ofício, como Dona Maria, observando sua mãe rezando cotidianamente nas pessoas que pediam por conta de algum mal-estar físico, espiritual e/ou mental. Dona Carminha prefere rezar em crianças, faz cura à distância e quando perguntada se normalmente ser rezadeira é algo mais atribuído às mulheres, ela diz que sim, mas que a força da reza só se mantém se você ensinar a outra pessoa que não for do mesmo sexo de quem ensina. Relata que os homens



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

tem mais vergonha de abraçar o ofício, mas que ela tem muita afeição e carinho pelo dom que Deus lhe deu. Ensinou quais plantas e em quais condições estas estão melhores para fazer o rezo. Relatou também que a reza enfraquece se é aprendida por meio da escrita.

No período da tarde deste mesmo dia do encontro com Dona Carminha, fui encontrar com Dona Socorro, rezadeira, que vive há pouco mais de dois quilômetros das duas rezadeiras acima mencionadas, na localidade chamada “Deserto”, ainda zona rural de Brejo Santo-CE. Dona Socorro é sogra de um dos filhos de Dona Maria, demonstrando, assim, que existe um vínculo afetivo-familiar de todas essas rezadeiras até agora trazidas. Dona Socorro trouxe muitos pontos importantes sobre o universo dos rezos. Afirmou que a reza é forte se repassada de mulher para homem ou de homem para mulher, desconfirmando uma hipótese que eu tinha sobre esse saber ser repassado, em regra, de mulher para mulher. Ou seja, o universo das rezadeiras não é somente “feminino”, mas composto mais pelo “feminino” culturalmente construído no corpo e papéis sociais endereçados ao ser mulher nestes tempos. Os homens, é que, segundo ela, estão mais desconectados desse universo, por vergonha, falta de compromisso ou por acharem que ser rezador é “coisa de mulher”. Pergunto o motivo disso e Dona Socorro crê que é porque “a mulher é mais paciente, mais calma”. Elemento que Dona Carminha também abordou em sua fala.

Dona Socorro aprendeu com a mãe a rezar e narra que desde quando estava na barriga da mãe, ela já era diferente, pois “chorou três vezes” quando ainda estava no útero materno. Esse universo de mitos é aprofundado quando ela relata que a sua avó, mãe de sua mãe, foi “pegada a dente de cachorro”. Pergunto, então, se ela se considerava “índia ou cabôca”, e ela envergonhada refuta “eu mermo não”, rindo. Depois volta atrás e fala que muitas pessoas perguntam ou inferem que suas rezas são dos caboclos, dos índios, mas é notável que ela se afeta com as menções, elemento a se pensar em como a colonialidade violenta ainda exerce um apagamento desses povos e suas memórias, que, talvez não fosse o sincretismo religioso, não existisse mais a prática dessas rezadeiras, já que todas em seu discurso falado mencionam as figuras dos santos, de Jesus Cristo e a Virgem Maria como guias para os seus rezos.

No dia seguinte, encontrei com a quarta rezadeira, Dona Francisca, que mora também na Fazenda Canafístola. Ela, diferente das rezadeiras mencionadas, aprendeu com a mãe do marido “pega a dente de cachorro”, descendente de indígena do estado da Paraíba, pois sempre levava seus filhos para serem curados com rezadeiras que moravam longe de sua casa. Disse que não sabe rezar muito, pois aprendeu já mais com uma idade avançada, mas reza em qualquer pessoa que pedir e em qualquer horário, ainda que seja indicado rezar até antes o sol se pôr.

Estando na cidade de Juazeiro do Norte, neste mesmo mês de outubro de 2018, fui encontrar com Dona Maria, erveira que compartilha seus conhecimentos no seu ponto comercial, ou banca, no Mercado Central nessa mesma cidade. Dona Maria tem afeição pelas plantas desde pequena. Filha de pai e mãe agricultores, desde criança já plantava horta em casa e foi aprendendo na vivência do seu entorno os usos medicinais de certas plantas. Seu pai, nos anos de 1980, começou a comercializar temperos e raízes em uma banca no Mercado Central e ela o auxiliava neste comércio. Ao mesmo tempo que aprendia com o pai, estudava em livros de medicina natural e plantas medicinais os saberes populares de cura com as plantas. Ela menciona que aprende muito também sobre esse universo trocando saberes com seus clientes. Demonstra ter uma conexão especial com as ervas e fala que não



é correto comercializar as plantas pelo lucro somente. É necessário zelo e estudo, conexão com esse universo. Autodenomina-se erveira e não raizeira. No quintal de sua casa, contou que tem muitas plantas e que as ama. Ainda mencionou que “os homens não gostam muito de planta, não sabem cuidar delas, só sabem cortar e matar”.

Em relação ao universo da parteria tradicional, foi especificamente com a formação de doulas e o acompanhamento do trabalho junto à equipe de parto do espaço “Roda Semear” localizado na cidade de Juazeiro do Norte-CE, composto pela parteira Samara Simões e as doulas Camyla Lavor, Ingrid Alidiane e Cicera Simone, que o interesse da pesquisa com essa temática desabochou. Quando se fala em parteira tradicional ou parto natural, trata-se de uma retomada de uma tradição ancestral do processo de acompanhamento pré, durante e pós-parto, da própria vida da mulher e de todos/as os/as envolvidos/as. A parteira, além de auxiliar a mulher durante os nove meses de gestação e logo após parir, ela também apresenta papéis sociais nas suas localidades que vão além da arte do partejar ou que fazem parte do que é o universo do partejar. Parteiras são também líderes comunitárias, mães de santo, conselheiras dos conflitos nas suas comunidades, coveiras, vereadoras, rezadeiras, curandeiras, madrinhas das crianças que ajudam a vir ao mundo, grandes mestras da sabedoria da vida.

Contudo, a Modernidade e sua estrutura de controle dos corpos femininos e do trabalho das parteiras, por meio do mercado das cesárias e do conhecimento científico médico operando em conjunto, tem relegado a esse universo a tentativa de apagamento da cultura do parto natural em casa, ativando medos nas mulheres que escolhem engravidar, jogando com um discurso de segurança hospitalar necessária para o momento do parto e para que a criança nasça com vida. Em paralelo, criminaliza o importante papel das parteiras tradicionais nas suas comunidades, e, atualmente, impedem a atuação tão importante das doulas na contenção física e emocional da mulher no momento de parir. Aqui, o parto e a parteria não são questões de saúde em termos científicos, em primeiro plano, mas sim são questões de lidar com a potência da vida seguindo seu fluxo natural-fisiológico e que, ao mesmo tempo, crias e recriam laços de todos os tipos formando uma cultura da parteria tradicional ancestral com suas especificidades em cada lugar onde há mulher parindo e parteiras auxiliando a “aparar menino”.

É possível sentir um pouco dessas afirmações, neste relato a seguir de uma parteira tradicional da região do Cariri cearense:

‘Nossa tarefa é pesada’, exclama Maria do Socorro Oliveira, a Côca. Analfabeta, 62 anos, também prefere se manter afastada desse serviço que, como tantas alegrias, trouxe muitas dores de cabeça. ‘Na hora, chama tudo que é santo. Passou dali, é só tchau’. Tanto Merita quanto Côca concordam que, atualmente, o parto é melhor no hospital. O que se percebe é que o motivo para isso não é o fato de que, em casa, o parto seja perigoso; ao contrário, é só medo. Não é só querer trazer ao mundo, é ser corajoso o suficiente para isso. ‘Pegar a criança’, que é como elas costumam se referir ao momento, exige todo um processo: rezas, chás (quando e se necessário) e palavras de conforto. A oração para quando ocorre uma hemorragia, por exemplo, é simples e rápida, mas, segundo ela, é tiro e queda. ‘*Suspense sangue na veia/ Como Jesus Cristo foi suspenso na Ceia*’. (PHILIPPE, 2015)



Com o intuito de avivar a memória das parteiras antigas e continuá-lo tendo como referência, assim como, tendo o autoconhecimento profundo do que é o parto e seu processo feito de forma natural, a parteira Samara lidera a equipe de parto do Roda Semear trazendo um novo formato da parteria tradicional para o espaço urbano. Todavia, ela não se desvincula da grande trama que encaminha esse universo que é dar apoio e suporte à mulher grávida, “é uma forma de vivenciar o parto de maneira amorosa, respeitosa e consciente”, segundo Samara. Da mesma forma que as parteiras tradicionais, Samara trabalha com o auxílio de chás, manobras, rezos, quando e se necessário.

Ela [Samara] fala que pode usar de artifícios como massagem, compressas quentes, rebozo e bola suíça para ajudar no processo, mas evita ao máximo intervenções. Samara conta que, caso a mãe e a criança precisem de uma intervenção não natural, são encaminhadas ao hospital. Mesmo tendo de recorrer ao reduto hospitalar, uma doula acompanha a gestante nesse processo. Vale salientar que o trabalho das doulas e das parteiras é diferente. A doula é uma acompanhante da grávida, desde a gestação até depois do parto. Ela presta assistência física e emocional à gestante, auxiliando no trabalho da parteira, com foco no bem-estar da mulher. Já a parteira é quem está a frente do processo, fazendo avaliações físicas da mãe e do bebê, e sendo a primeira a receber a criança quando ela nasce. Samara diz que a única ‘manobra’ da medicina hospitalar convencional que usa nos partos é a anestesia local para a costura do períneo, quando ele rasga-se naturalmente. ‘A gente estimula a autonomia da mulher’, diz ela a respeito do trabalho de parto. Ela ainda explica que apesar de a maioria das mulheres poderem ter seus filhos em casa, o critério é que seja uma gestação de baixo risco.⁴

Relevante, então, mostra-se visibilizar tais narrativas e, quando possível, participar delas, seja como parteira, doula, mulher grávida que escolhe parir naturalmente em casa ou sua familiar, amiga. Isso tudo porque “a cultura começa no útero, é a cultura do primeiro território que habitamos e é o primeiro território que se defende. O útero tem uma bandeira de cor vermelha onde tudo pode ser diferente, tudo pode mudar. A revolução começa no útero” (parteira mapuche do Chile, María Quiñelen, 2019, Salvador-BA).

Tramas de continuidade...

Esses foram alguns relatos que compõem o universo das rezadeiras, parteiras e erveiras do Cariri e da América Latina. Por questões de limitação material e de tempo, o trabalho ficou restrito a essa quantidade de mulheres. Contudo, acredita-se que já se auxilia a reler esse contexto a partir de uma perspectiva decolonial, situada da história passada e do presente das tramas do Cariri por meio das narrativas dessas mulheres, suas experiências, crenças e apontamentos de sua racialidade com os povos originários e afrodescendentes na região. Pela indicação inicial de existirem maior quantidade de rezadeiras e erveiras mulheres, e pelo compromisso político-pessoal que levo comigo na defesa da vida em plenitude das mulheres por onde passo, incluindo a mim mesma, escolhi trabalhar com este gênero específico, não deixando fechado para trabalhos futuros, abrir tal abordagem para pesquisar a

⁴ Entrevista concedida à revista eletrônica BADALO. Disponível em: <<https://badalo.com.br/saude/parto-em-casa-conforto-ou-antiquado>>. Acesso em nov 19.



atividade masculina desse universo, já que três das rezadeiras disseram que a força componente do ofício é mais contundente se passado entre sexos-gêneros diferentes, e que, atualmente, homens começam a se interessar no ofício da parteria tradicional. Estranho, mas possível.

Pode-se, então, afirmar que são práticas e saberes per si decoloniais, ainda que com o passar dos séculos, pontos coloniais continuem existindo em algumas dessas práticas, como, por exemplo, a devoção aos santos do catolicismo pelas rezadeiras, sugerindo que o uso destes possa servir como estratégica de (re)existência. Essas práticas-saberes, com gênero específico na sua manutenção, racializados, resistentes a todo um processo histórico de colonização que tem consequências até o momento atual, vem nos auxiliar a ver e viver a vida humana além do mental, racional.

Depois do lançamento do audiovisual “Saberes da terra” em setembro deste ano corrente, continuo no caminho de ser ponte entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares. No dia do lançamento, vi que é possível. Falei algumas palavras, apresentei os motivos de estar ali, de produzir o audiovisual, da importância dos saberes de cura delas. Do diálogo que estava sendo empreendido naquele dia com o conhecimento científico e com os saberes populares. Falei da lua, da sincronia, de quando fizemos as gravações estávamos na lua cheia e no lançamento também estávamos sob seus auspícios. O Vídeo começa com Dona Maria falando de São Jorge e da importância de pedir a benção à mãe Lua. Ogun estava comigo, abrindo meus caminhos e finalizando o ciclo do audiovisual ali também.

Ademais, como doula de uma equipe de parto que trabalha com a retomada da cultura e prática desse universo e sempre disposta a aprender com as parteiras tradicionais que vou encontrando pelo caminho, tentando alinhar e auxiliar para que se dê um diálogo equitativo, horizontal entre os saberes das parteiras e o conhecimento científico. Um trabalho complexo, porque requer criatividade e descolonização subjetiva, de mim mesma todo o momento. Porque no fim o que se propõe com toda essa abordagem teórico-prática é uma reconstrução da história que acolha respeito radical às perspectivas culturais diferentes e o esforço por parte dos povos em retomar os fios de suas tramas.

Referências

CELENTANI, Francesca Gargallo. *Feminismos desde Abya Yala*. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ed: Corte y Confeción, Ciudad de México, 2014.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005. p. 55-70.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. *História do Cariri*. v. I. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

LIMAVERDE, Rosiane. *Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe Nova Olinda, CE, Brasil*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2015. Disponível em: Acesso em mai 2017.



LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em set 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

PHILIPPE, Pedro. O direito de nascer bem. *Revista Cariri*. Publicado em 17 de junho de 2015. Disponível em: <<https://caririrevista.com.br/o-direito-de-nascer-bem-2/>>. Acesso em nov 19.

RATTS, Alex. *Traços Étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museu Do Ceará: Secult: 2009.

Revista BADALO. *Parto em casa: conforto ou antiquado?* Publicado em 01 de dezembro de 2018 às 11:13. Disponível em: <<https://badalo.com.br/saude/parto-em-casa-conforto-ou-antiquado>>. Acesso em nov 19.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos estud. – CEBRAP no.79 São Paulo Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>. Acesso em dez 2018.

SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros*. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad, Prometeo libros, Buenos Aires, 2007.

QUIJANO, Aníbal (2000). *Colonialidad del poder y clasificación social*. Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, p. 342-386.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf>>. Acesso em 20 nov 2018.

Rezadeiras, erveiras and midwives from Cariri: the decolonial yarn of Latin American healing-birth practices

Abstract: This paper approaches the knowledge and practices of meadows, erveiras and midwives as resistant to the colonization that passed the Cariri Cearense, territorial outline of this process that happened throughout Abya Yala. The focus will be given to women who maintain this knowledge presenting their specific subjectivities. Decoloniality will be the bias of analysis in the rereading of this context, by the cuts of gender, race, class, worldviews and the place of enunciation of this knowledge. The article now proposed derives, therefore, from a research completed and carried out in the cities of Brejo Santo and Juazeiro do Norte, Ceará, northeastern Brazil at the lato sensu postgraduate level. However, this research is still under constant review and deepening. The applied methodology was permeated by the dialogue of methods and techniques thought from Southern



Epistemologies (other methodologies) and audiovisual to embrace the memories and experiences told by these women with strong oral tradition of passing on knowledge from generation to generation.
Keywords: Rezadeiras. Erveiras. Midwives. Decoloniality. Cariri cearense.



ENTRE ROSAS E MARIAS: A RESISTÊNCIA FEMININA NAS CORRESPONDÊNCIAS DO ACERVO JORGE AMADO

Roberta de Fátima Martins¹

Resumo: A participação das mulheres como sujeito político e social, principalmente, na militância política, passa a ser percebida e reivindicada a partir do movimento feminista, na década de 1970. A história de militantes anterior a essa data ainda é pouco conhecida. Nesta pesquisa pretendo abordar a resistência feminina nas correspondências do Acervo Jorge Amado, abrigado no Núcleo de Literatura e Memória, da Universidade Federal de Santa Catarina. Mulheres que lutaram contra o fascismo e por mudanças sociais, mas que também precisavam lutar e reivindicar seu espaço dentro das organizações políticas, especificamente, o Partido Comunista Brasileiro, entre 1941-1942. Mulheres que não apresentavam comportamento esperado pelo Estado e pela sociedade da época. Destacarei a presença de militantes comunistas, como Maria Cruz, Rosa, além de outras personalidades, como Lygia e Leocádia Prestes. O objetivo, para além de trazer à tona a presença feminina num Acervo majoritariamente masculino, é apresentar de que mulheres falamos, como se comportavam, como contribuía para a causa comunista.

Palavras-chave: Mulheres. Resistência. 1941-1942.

O acervo

A historiadora Marcela Cristina de Oliveira Morente, em sua dissertação de mestrado sobre o movimento de Mulheres entre 1945 e 1964, defendida em 2015, apresenta um excerto retirado do periódico *A Noite*², de 02 de agosto de 1935, que esclarece como boa parte da sociedade percebia mulheres que ousavam participar mais ativamente das lutas políticas travadas nesse período, especialmente nas frentes progressistas. Constava assim:

Todas essas representantes do sexo fraco, da “esquerda”, estão certamente, iludidas com o feminismo que lhe inculcavam. Pensam que, tornando-se energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes, enfim conseguirão impor o seu império aos companheiros de planeta impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as próprias opiniões. Fatal engano, o destas amazonas de novo gênero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina.

Eram tempos em que pertencer ao “outro sexo” significava estar em segundo, até mesmo, em terceiro plano. Às mulheres desse período esperava-se a obediência e resignação frente às violências e silenciamentos do cotidiano: uma herança perversa que castrava, disciplinava esses corpos e mentes. Essa luta pela emancipação feminina e por direitos iguais é crucial, difícil e, até hoje, sofre resistência, não chegando a todas as casas, nem todas as mentalidades. E esse caminho torna-se ainda mais árduo quando temos uma ideologia que fomenta o machismo, a opressão e a violência contra o corpo que não performa o masculino, como é o caso do contexto atual brasileiro.

¹ Roberta de Fátima Martins, doutoranda, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: literatura.roberta@gmail.com.

² *A Noite* foi um jornal vespertino brasileiro da cidade do Rio de Janeiro, editado diariamente entre 18 de junho de 1911 e 27 de dezembro de 1957.

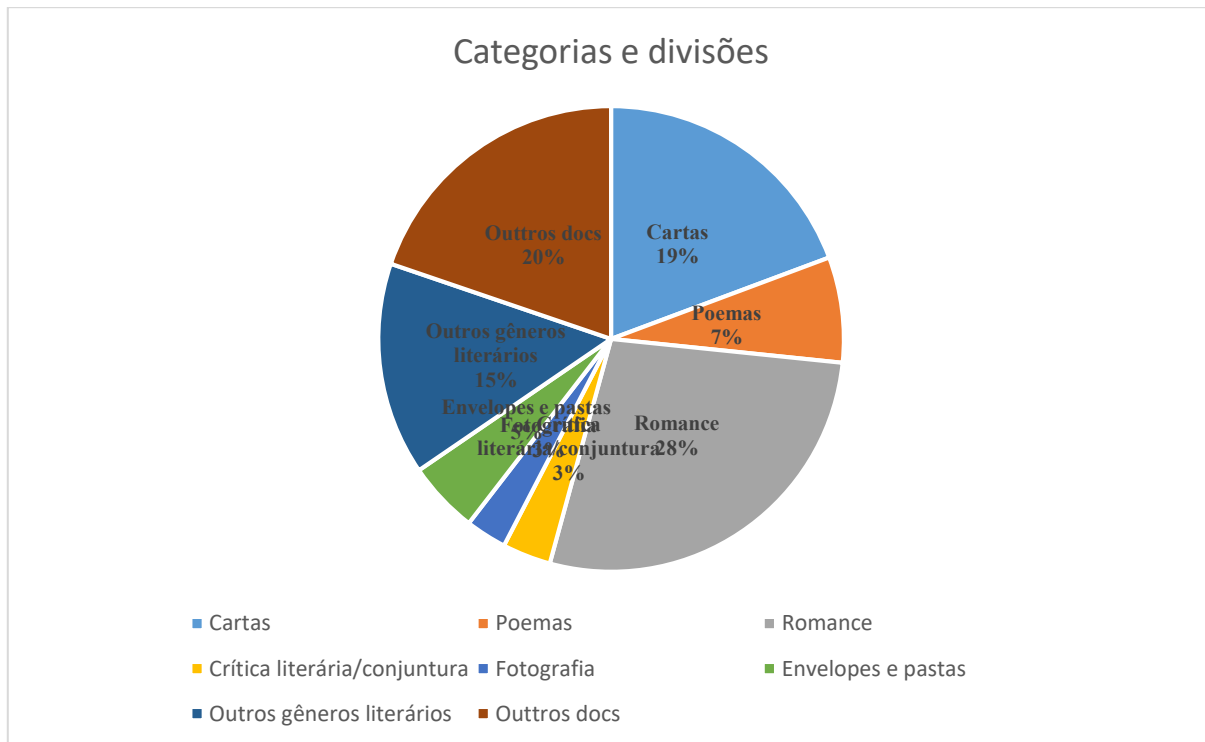


E, no Estado Novo, tínhamos contexto social e político conservador, aliás, como boa parte da história da sociedade, no qual o papel da mulher era definido pela maternidade, pelo servir aos filhos, ao lar e ao marido. Somos treinadas, condicionadas desde o berço a sermos submissas ao poder do patriarcado, da família, do pai e depois dos filhos e maridos. A vontade, a felicidade dos outros sempre acima da nossa. Não deveriam (deve) existir limites para a manutenção da vida familiar. Qualquer mulher que ousasse fugir desse papel era, e de certa forma, ainda é, duramente julgada. E, neste texto, apresento a história de mulheres que se aventuraram para vida fora do núcleo familiar. Mulheres que questionaram e reescreveram seu destino. Mulheres que resistiram. Mulheres militantes do Acervo Jorge Amado³. E o corpus do Acervo pertence, portanto, ao corpo exilado. Um corpo-instrumento para luta política consolidada entre as décadas de 30 e 40, um corpo-caleidoscópio que, a cada passo, apresenta figuras cambiantes da verdade, como estabelecido por Walter Benjamin (1995). Um corpo exilado, em deslocamento, que resistiu a repressão que resultou em afastamento da nação, dos amigos, dos amores e que dilatou caminhos, criou desvios, encontros e desencontros. Aqui, é importante considerar que o sujeito, quando exilado, se afasta de uma parte de si. E esses comunistas deixaram vestígios dessa vida-pêndulo. E as partes, excedentes ou faltantes, de cada um deles e delas se misturaram em uma mala, a Mala de Jorge Amado. E que vestígios Jorge Amado e outros membros do partido comunista nos deixaram? Quais rastros, resquícios, fantasmas?

Nas fantasmagorias que poderia trazer optei pelos corpos femininos que perambulam pelo Acervo. Mas antes, entretanto, vou estabelecer uma relação mais quantitativa ao corpus, para depois me deter especificamente sobre elas, essas mulheres quase anônimas, seguramente militantes e desconhecidas de grande parte do nosso povo e da história oficial. O Acervo Jorge Amado tem 1543 documentos de diferentes gêneros e foram classificados conforme o gráfico.

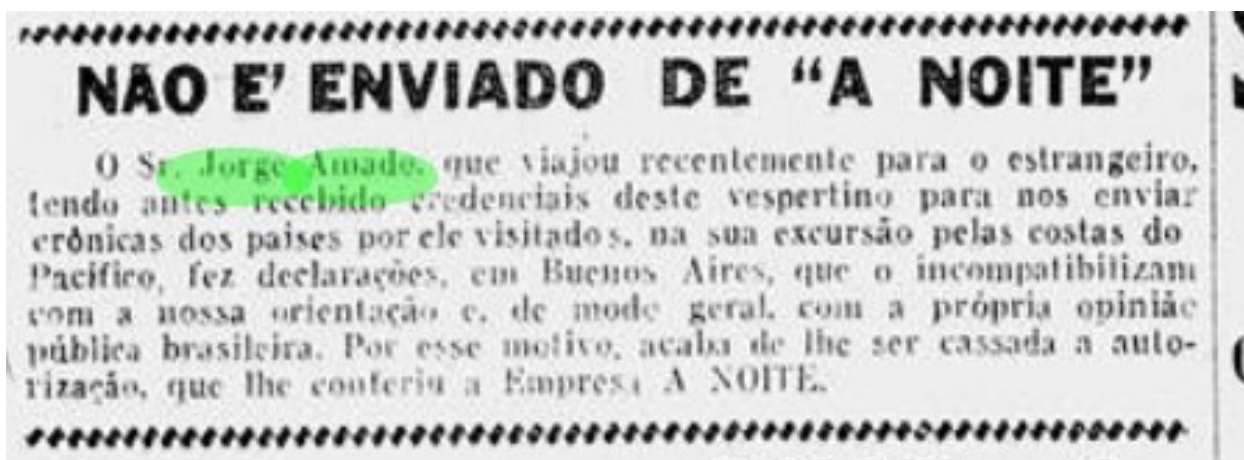
Figura 01 – Acervo Jorge Amado em números⁴

³ Jorge Amado precisou se exilar, em 1941 – 1942, para escrever o livro *O Cavaleiro da Esperança*, biografia em homenagem a Luiz Carlos Prestes, líder da oposição ao governo, preso entre 1936 e 1945. Jorge Amado teve como destino o Uruguai e Argentina. O Acervo recolhido do exílio do escritor baiano e membro do Partido Comunista Brasileiro está sob a guarda do Núcleo de Literatura e Memória (NuLiMe), da UFSC, a Mala de Jorge Amado, como é conhecido. Os documentos do Acervo são divididos da seguinte forma: Cartas: 298; Poemas: 113; Páginas de romances: 426; textos de crítica literária/conjuntura: 52; Fotografias: 44; Envelopes e pastas: 77; Outros gêneros literários: 228; Outros documentos: 305; totalizando 1543 documentos.



Os documentos mais representativos numericamente são poemas, cartas e romance. São 298 cartas, 113 páginas de poemas e 426 páginas de romances. Também existem documentos pessoais de Jorge Amado, como sua certidão de nascimento⁵ oficial e uma carteira profissional do periódico *A Noite*⁶. Sobre esta carteira profissional, um fato curioso é que, na edição de 05 de agosto de 1941, o Jornal publicou uma nota com o título: *Não é enviado de A Noite*. O texto informa aos leitores que Jorge Amado não mais colaborava com o “vespertino”, uma vez que deu declarações, provavelmente, de teor político, em Buenos Aires, que incompatibilizam com a orientação do periódico.

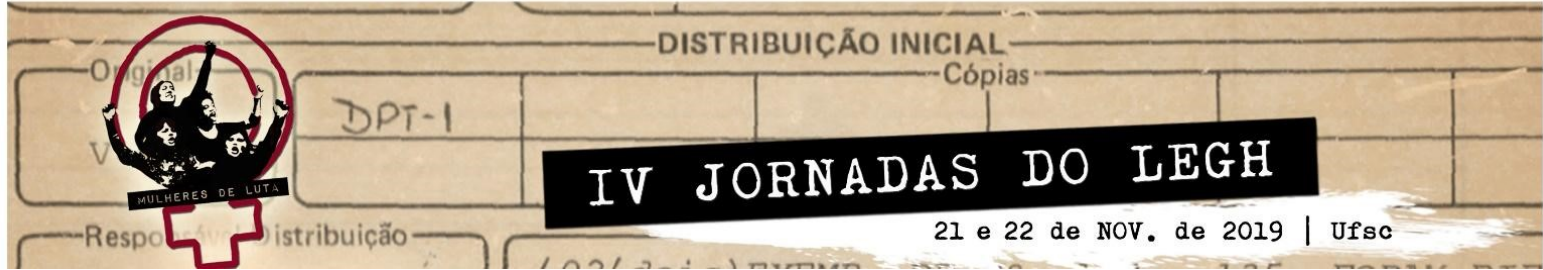
Figura 03 – Dispensa de Jorge Amado



Fonte: *A Noite* (05/08/1941), p. 2.

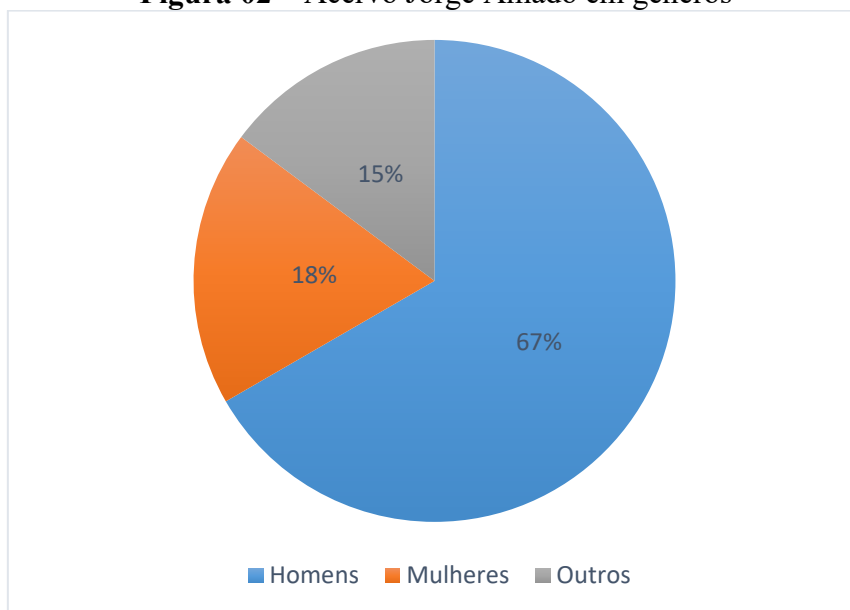
⁵ No Acervo, a certidão está catalogada com o número 1404 e 1405 10A.

⁶ No Acervo, esta carteira profissional está catalogada com o número 1406 10A 10C.



O Acervo sob a guarda do NuLiMe é majoritariamente masculino. Contamos com a presença de 20 autoras, para 72 autores. Outras 16 fontes são instituições, partidos políticos, órgãos da imprensa, por exemplo, a *Editora Claridad* e o jornal *Diário Popular*. Ainda temos documentos cuja autoria ainda não foi estabelecida⁷. Essa autoria ainda não identificada corresponde a 15% do total de autores já nomeados.

Figura 02 – Acervo Jorge Amado em gêneros



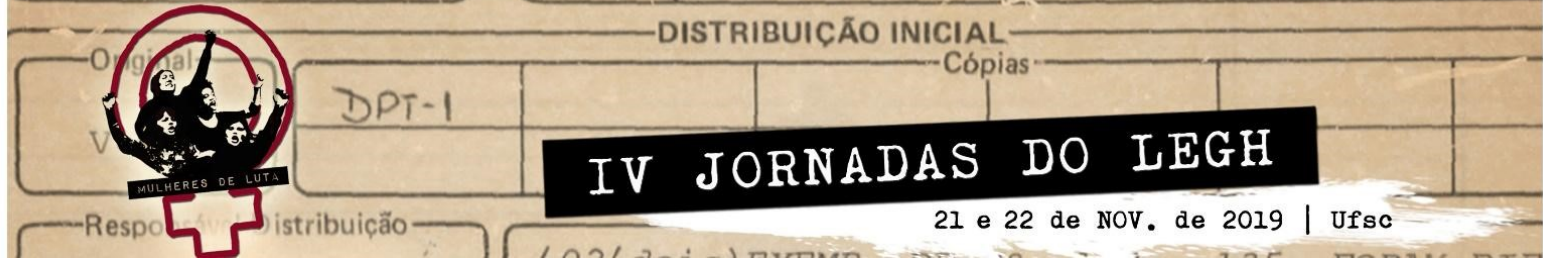
Em comum, a escrita acumulada na Mala de Jorge Amado é marcada pelo tom do protesto, da construção de uma nova realidade, testemunho da vida de homens e mulheres que se colocam na linha de frente por um mundo diferente, uma outra lógica. Através destes documentos conhecemos militantes influenciados pelo medo, fraquezas, as ambiguidades, as paixões, certezas, dúvidas que movem todos aqueles que desejam um mundo anticapitalista.

As mulheres da Mala

Lanço meu olhar para a Mala, a partir da proposta de Michelle Perrot, que enfatiza a história de mulheres comuns, anônimas e excluídas pela historiografia oficial. Segundo a autora,

[...] a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que às práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais sobre a ‘mulher’, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há

⁷ Isso porque toda reorganização que propomos para estes documentos passa por esse lugar: o dono da escrita. Seja ela qual for, como for, que gênero tiver.



uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados (apud MORENTE, 2015, p 14).

A participação das mulheres como sujeito político e social, principalmente, na militância político-partidária, passa a ser percebida e reinvidicada especialmente a partir da agenda feminista, na década de 1970. A história de militantes anterior a essa data ainda é pouco conhecida. Os registros sobre a ausência da voz feminina do debate público foi registrado pela primeira vez na década de 1940, nos Estados Unidos. E essa falta de referência às mulheres se dá, justamente, porque a maior parte dos historiadores é homem. Por isso, estudos que recuperam as vozes femininas seja na Literatura seja na História são fundamentais para ampliar o olhar sobre os eventos que marcam a trajetória da humanidade.

E, quando contabilizamos a presença feminina no Acervo, precisamos mencionar que existem duas representações: a primeira apresentada na literatura de Jorge Amado e a outra elaborada pela experiência feminina no Acervo.

Ao examinar os romances de autoria de Jorge Amado e que fazem parte da Mala, percebemos que, já entre os anos de 1930 e 1940, essas narrativas inacabadas ou ensaiadas e que ficaram entre os papéis avulsos do autor de Capitães da Areia, nos apresentam corpos femininos que resistem. No entanto, são corpos relegados à subalternidade, seja econômica, social, ou no microcosmo familiar. As essas relações de dominação são naturalizadas e neste corpo disciplinado não há autoconsciência, ele reproduz estruturas e discursos. Os medos, as preocupações outras diante do universo que habitam garantem certa ingenuidade às mulheres.

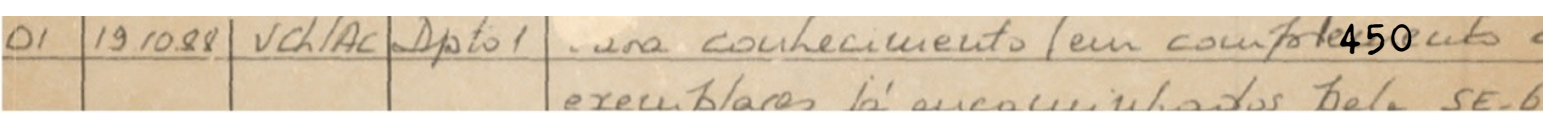
No romance *Agonia da Noite*⁸, por exemplo, as únicas mulheres presentes não participam da luta e representam o povo simples, crédulo, iludido e que espera e sonha com pequenos prazeres da vida. Dalva, esposa de um dos comunistas e dona da casa onde se passa grande parte da narrativa, ilustra bem essa representação: ela perpassa os 07 capítulos ignorando o que acontece a sua volta e desejando um pequeno rádio para afastar a tristeza. O medo das cobras marca esse caráter modesto e simplório. Enquanto os homens lutam contra inimigos poderosos, a humilde mulher se aterroriza com as cobras que vivem no jardim. A fé religiosa é outra marca dessa personagem, como mostra a passagem do romance:

[...] Dalva cai de joelhos e reza, pedindo com o mesmo fervor com que pede à Virgem que afaste as cobras de perto dela, do marido e dos filhos. Suas mãos tristes e caídas se levantam. Tudo que ainda resta nela de desejo e de alegria se une nessa prece rezada pela felicidade de homens que Dalva não conhece⁹ (AMADO, p. 32).

A escrita de Jorge Amado apresenta essa representação mais próxima do ideal feminino esperado pela sociedade: aquela destinada ao lar. Esse olhar sofre alteração, no entanto, dentro das relações afetivas. Nesse caso, há uma alternância entre a dona de casa e a mulher sedutora. A figura

⁸ No Acervo Mala de Jorge Amado, temos três versões de um livro inacabado e inédito, nomeado ora como *São Jorge dos Ilhéus* ora *Agonia da Noite*. Para fins práticos, vou identificá-lo aqui como *Agonia da Noite*.

⁹ A versão utilizada contém 07 capítulos, 47 páginas e um prefácio. Neste livro inédito, temos uma temática que se afasta do demais livros publicados na época. *Agonia da Noite* tem como enredo a luta de classes e a revolução. São 8 personagens principais que aguardam a o sinal para o levante revolucionário. O sinal será enviado pelas ondas sonoras do rádio. O cenário é um sítio e a cidade não é identificada.





que representa esse papel de mulher-amante, no livro inédito, é Maria Franco. Maria, esposa de José Franco, outro militante comunista, tem um caso amoroso com Mario, representa a tentação que se interpõe entre Mario e a luta política, entre a consciência e os prazeres, como demonstra o excerto:

Não vá, Mario. Não vá. Então, agora é que você acha de se desgraçar? Agora que nos encontramos? Não vá, vamos fugir, o mundo é grande, viveremos em qualquer parte. Largue tudo, pense em mim. Nunca mais você poderá viver junto deles tendo a mim. Nunca eu poderia eu poderia ficar com você ao lado deles. E José? Não, Mario, vamos fugir. Não vá, eu te peço (AMADO, p. 17).

E no trecho:

E [Mario] ficava sem saber se devia ir para lutar pela felicidade de milhares e milhares de homens ou se devia abandonar tudo, trair uma causa, depois que traíra um amigo, e fugir, levando Maria, para muito longe, tão longe que o fantasma de José Franco não os acompanhasse (Idem, p. 18).

Na obra, percebemos perfis diferentes, mas convergentes para as mulheres dessa época, ainda que as observamos de pontos de vista diversos. Essas personagens se centram na maternidade, no afeto, na devoção religiosa, no romantismo. No caso de Dalva, a mãe protetora e preocupada; já Maria, como o desejo sexual, a sensualidade, o carisma.

As mulheres que conviveram com Jorge Amado no exílio, no entanto, apresentam uma configuração diferente dessa apresentada pelo autor: são mulheres sujeito do próprio destino, do tipo que almeja e conquista, na medida do possível, a liberdade em sentido amplo. Dentre essas mulheres, destaco Sofia Arzarello. Arzarello foi escritora e docente uruguaia, fundadora da AIAPE, Associação de Intelectuais, Artistas, jornalistas e escritores do Uruguai, em 1936. A AIAPE foi criada em defesa da cultura frente a ameaça que representava o fascismo e outras forças repressoras e foi fundamental para a construção da resistência desse grupo de comunistas brasileiros exilados. Sofia publicou o livro *Oro y Sombras*, em 1923. No Acervo, temos nove documentos atribuídos a ela. Poemas em homenagem a Jorge Amado e Luiz Carlos Prestes.

Além de Sofia, temos também a advogada, política e poeta uruguaia Alba Roballo; Matilde Amado, Bluma Wainer, Carmen Alfaya, Concha Romero, a ganhadora do Nobel de Literatura de 1945, Gabriela Mistral. No entanto, para conhecer mais profundamente as mulheres que habitam o Acervo é preciso fechar o livro e abrir as cartas, ouvir a história oral que se submete à memória, é preciso abrir-se para uma narrativa forte, autônoma, e que nos permite ampliar o entendimento acerca dessas questões que permeiam o feminino do período. São as cartas do Acervo que nos oferecem a dimensão do que é esta mulher-militante que lutou contra o Estado Novo e contra o machismo. É nas cartas que encontramos mulheres que precisavam se posicionar e lutar duplamente: contra a opressão do Estado e, dentro da militância e dos Partidos, contra o machismo.

Para ilustrar essa luta, enfatizo a presença da militante Maria Cruz. Maria era a ligação entre Prestes e os camaradas do Rio do Prata. Em um período em que o Partido Comunista estava desarticulado, sua contribuição foi fundamental para manter a organização do movimento. Em uma das cartas de Maria vemos uma escrita forte, sarcástica, notamos a presença de uma mulher ciente do protagonismo que exercia e que não se colocava à margem da sua própria vida. Maria teve um



relacionamento com Jorge Amado, no exílio. Quando essa relação terminou, ela iniciou um namoro com Tomas Pompeu Accioli Borges, tradutor da biografia de Luiz Carlos Prestes e amigo do escritor baiano.

Da Carta enviada para Jorge Amado¹⁰, destaco dois trechos. No primeiro, cita um excerto da correspondência anterior do escritor, quando ele diz: “[...] trate do seu desquite, mas case”.

Para o qual, Maria responde:

Aceito seu conselho para dar satisfação às pessoas que colocam o casamento acima de qualquer compromisso que não seja aprovado pela lei ou pela igreja e muito menos pela sociedade. [...]. E saiba que se eu e Pompeu nos casamos ainda, dispensando o consentimento dessa estúpida trindade, é porque infelizmente nossas famílias também fazem parte dela e nós queremos evitar-lhes um possível desgano. Aceito seu conselho, mestre.

Em outro trecho sobre sua atuação no Partido Comunista, ela diz:

Vou consultar o pessoal sobre o recado que você me pede para Prestes. Se não houver o inconveniente de interceptarem as cartas, o darei. Por mim, creio que o mais prático seria pedir ao seu advogado que lhes desse pessoalmente a notícia.

A carta datada de 05 de maio de 1942, Maria despede-se pela última vez de Jorge Amado demonstrando segurança e autonomia, características comuns às pessoas que vivem na fronteira, no confronto entre ater-se às suas crenças e ideais ou às convenções impostas pela sociedade

Outras duas mulheres fundamentais para entendermos a história do Acervo são Leocádia e Lygia Prestes. Além de textos de Jorge Amado enaltecendo a luta dessas duas mulheres, temos uma Carta de Lygia para Jorge Amado e cópias de outras correspondências trocadas entre Leocádia Prestes e membros do Partido Comunista. Na carta, ela menciona as dificuldades da vida no exílio, o preço que paga pela militância que faz ao lado da mãe. A filha mais nova de Leocádia Prestes foi membro do Partido Comunista Brasileiro e protagonizou campanhas de libertação de presos políticos, em especial do irmão mais velho, Luiz Carlos Prestes. Outra luta que assumiu foi aquela pela libertação de Olga Benário e de Anita Leocádia Prestes, filha de Olga e Luiz Carlos Prestes, que nasceu em prisão nazista. O exílio fez parte do início da vida adulta: primeiro na Europa, entre 1936 e 1938; depois no México, onde com a mãe e a sobrinha Anita eram parte ativa da luta política que acontecia no Brasil.

Em minha dissertação, defendida em 2015, enfatizei a história de outra forte personagem que questionou o papel imposto às mulheres. Reconstruí uma história, ainda que tenha nublado as barreiras entre real-ficcional, mantendo a rebeldia de uma mulher que escolheu a luta política (ou o amor fora do casamento, dependendo do óculos que se usa) em contraposição à maternidade e o papel relegado ao “gênero fraco” de sua época. Conteí a história de Rosa, a mulher-guardiã primeira do Acervo. Pouco sabemos da história de Rosa Scliar, nem seu nome oficial porque, segundo a

¹⁰ No Acervo, esta carta está catalogada como 89402 BG e 98502 BG.



professora Leonor Scliar-Cabral¹¹, Rosa escolheu trocar seu nome em homenagem à filósofa e economista marxista Rosa de Luxemburgo. Sabemos que Rosa também era polonesa, foi para Berlim e depois veio para o Brasil, onde residiu no Sul do País. Mãe de Leonor e Esther Scliar, esposa de Isaac Scliar. Foi deportada do país, provavelmente, porque era militante do Partido Comunista, por volta de 1930, mudou-se com a família para Rivera, no Uruguai. Foi em Rivera que Rosa abandonou o marido e as duas filhas em prol da política ou por ter se apaixonado por Bernardino Marques do Valle¹², militante comunista também exilado no Uruguai. Do Valle era português e foi expulso do país em 1927, por ter feito um discurso no dia primeiro de maio desse ano.

Rosa interpôs-se entre a segurança do matrimônio e a vida política. As filhas pequenas, reencontrou apenas quando estas já eram adultas. Uma coisa, no entanto, permaneceu inalterada até o fim de sua vida: sua crença nos ideais comunistas e um mundo menos desigual. A Mala de Jorge Amado tornou-se herança da filha sobrevivente. E esse Acervo passou por outras mãos femininas, antes de ser entregue à professora Tânia Regina de Oliveira Ramos, coordenadora do NuLiMe. Desde então, 10 pesquisas foram desenvolvidas com base nesse material: todas elas de autoria feminina.

Fiz uma escolha para mostrar a possibilidade de revelar histórias ainda não contadas, aliás, percurso que traço desde o mestrado. O que fica nessa leitura que proponho do Acervo Jorge Amado é esse olhar para o corpo que narra, que lê, o corpo que escreve e que fica diluído nos documentos; um corpo forjado no Partido Comunista, que resiste e deseja uma vida além dos limites impostos pela sociedade. A diferença se abriga no sujeito que escreve a narrativa: se é sua voz que ouvimos por eco ou diretamente. A resistência está na escrita de rostos anônimos, em alguns casos, no sentido mais literal da palavra, e que exigem falar por si mesmo. A resistência está na história que não foi contada e que precisa espaço para ser mostrada. A resistência está nas mulheres que ousaram mudar o mundo e reescreveram o próprio destino.

Referências

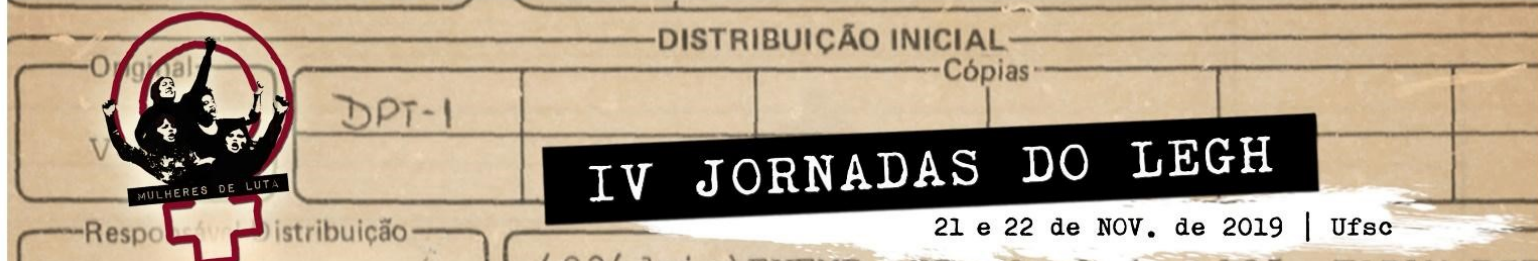
BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas, v. 2)

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade de São Paulo, 2015.

MARTINS, Roberta de Fátima. *Enlaces: memória e subjetividades no acervo Jorge Amado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2015.

¹¹ A história é contada, informalmente, pela professora Leonor apresenta variações. Escolhemos aquela registrada no blog da neta de Rosa, disponível em: <<https://clubedolivro.wordpress.com/2009/03/19/minha-avo-rosa/>>. Acesso em 18 nov 2019.

¹² Inferimos que seja o mesmo Bernardino que consta na dissertação de mestrado de Carlos Augusto Adoor (disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1387.pdf>>. Acesso em: 18 nov 2019), dada a convergência entre o nome encontrado em envelopes do Acervo e a nacionalidade do militante revelada pela professora Leonor informalmente.



AMADO, Jorge. *Agonia da noite* [manuscrito datilografado]. Rio de Janeiro; Buenos Aires: 1940-1941.

Jornal *A Noite*, 02 de agosto de 1941 (fragmento). Não é enviado de A Noite. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=%22jorge%20amado%22>. Acesso em: 14 nov. 1919.

Between Roses and Marias: women's resistance in the correspondences of Jorge Amado's collection

Abstract: The involvement of women as a political and social subject, especially in political militancy, begins to be perceived after the feminist movement in the 1970s. The history of militant women is still unknown prior to this date. In this research I intend to approach the feminine resistance in the correspondences of the Jorge Amado's Collection, located in the Núcleo de Literatura e Memória, at Universidade Federal de Santa Catarina. Women who fought against fascism and in favor of social changes, but also needed to fight and claim their place within political organizations, specifically the Brazilian Communist Party, between 1941-1942. I will highlight the presence of communist militants, such as Maria Cruz, Rosa, as well as other personalities, such as Lygia and Leocádia Prestes. The main objective is to present those women, bringing out the female presence in a mostly male collection, how they behaved in that society, and how they contributed to the communist cause.

Keywords: Women. Resistance. 1941-1942.



MULHERES NEGRAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS: CONFIGURAÇÃO DE OUTROS CORPOS

Rosana Vargas¹

Sílvia Regina Teixeira Christóvão²

Resumo: Este artigo reflete sobre as desigualdades que são direcionadas as mulheres negras e como essas desigualdades são potencializadas pelas discriminações, que ocasionam as dificuldades de acesso e permanências aos locais de produção do conhecimento científico. Destaca-se que as oportunidades são diferenciadas, as mulheres negras são colocadas a ocupar um lugar de subalternidade e invisibilidade. Especificamente a invisibilidade dessas mulheres também, é destacada por meio da rejeição de seus corpos nesses espaços, coagindo sua voz na afirmação da identidade negra feminina. Outro ponto relevante abordado nesse artigo é que, a mulher negra evidencia um conhecimento interseccional, que confronta as epistemologias hegemônicas, deslocando a forma de pensamento para além das estruturas patriarcal, branca e eurocêntrica. Provocando rupturas sociais. Metodologicamente baseiam-se nas referências bibliográficas de autores/as que vêm refletindo sobre essa temática, com destaque para: Gomes (2017, 2014) Hooks, (2010, 1995, 2013), Adichie (2015), Ramos, (1995), Miranda (2006, 2014) entre outros. Que dialogam a perspectiva de que a inserção das mulheres negras no campo da pesquisa científica, precisa ser não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos/as que estão produzindo conhecimento. Nesse sentido, as reflexões apontam que o enfrentamento à invisibilidade e o silenciamento das mulheres negras no espaço acadêmico, lança constante debate acerca da representação das subjetividades, das questões gênero e raça e de classe. Conduzem a crítica em relação à imparcialidade da pesquisa quando se definem seus objetos a partir do lugar de suas vivências. Além da contribuição no debate acerca dos feminismos, com destaque o feminismo negro.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Produção de Conhecimento. Feminismos. Epistemologias.

Introdução

As discriminações e opressões tem sido uma prática constante no cotidiano de mulheres especialmente mulheres negras. Marcadores sociais como racismo, operam de forma a cada vez mais agressivas contra vozes e corpos que ousam se opuser aos padrões tidos como aceitáveis nas relações sociais. Diversas formas de violências são imputadas as pessoas dos segmentos oprimidos aqui se destaca a população negra, em que presencia o extermínio de juventude, a precarização nas condições de trabalho, e a dificuldade ao acesso com qualidade e segurança em qualquer esfera de sobrevivência e existência.

Essa realidade permeia por toda sociedade brasileiras e afeta a condição de vida das mulheres negras, sendo essas mulheres que apresentam os maiores índices de vítimas de violência, salários precários, escolaridade mínimas e como “chefes de famílias” com renda “mensal” econômica mais baixa do país.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: rosanavargas12@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: silviachristovao@gmail.com



O racismo cumpre-se por meio da estrutura de dominação delegando à população negra um lugar de exclusão, um lugar de subalternidade. Conforme aponta Almeida (2019) o racismo é uma forma de discriminação que tem a raça como fundamento, e que manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.

Da mesma forma o machismo, que se desenvolve por meio as discriminações de gênero e a desigualdade econômica completam junto ao racismo uma forma eficaz de opressão contra a mulher negra, dificultando o acesso ao lugar como sujeito social.

Nesse sentido, a proposta desse artigo é contribuir para o debate acerca dos desafios postos às mulheres no espaço de produção de conhecimento nesse deslocamento e lugar de objeto para produtora de conhecimento, na arena dos saberes e tendo feminismo negro como aliado.

Produção de conhecimento: Racismo, feminismo e educação

O ambiente acadêmico considerado um espaço legítimo de produção de conhecimento, ainda se faz um lugar de acesso restrito devido aos condicionantes sociais e econômicos, colocando a educação como um privilégio para poucos. Historicamente, sabemos que a inserção da população negra no processo educacional brasileiro foi imperceptível, do mesmo modo que a educação afro-brasileira e a estruturação de uma política nacional de educação antirracista é ainda incipiente.

Na dinâmica de enfrentamento a essa realidade, as pautas das políticas de ações afirmativas, com a lei 12.711 conhecida como lei de cotas decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas que pretende contribuir com a igualdade de acesso a camada da população que vem sendo excluída desse espaço.

No entanto, os desafios de acesso ocasionado pelas questões classe, gênero e raça não cessam com a entrada ao espaço acadêmico, sendo esse um lugar destinado a determinados corpos, o racismo assim como outros marcadores operam de maneira mais perversa, aqui em destaque de oposição às mulheres negras.

E nesse contexto, a produção de conhecimento científico, a inserção das mulheres negras nesse espaço, o desafio da narrativa e o lugar de protagonismo, a identidade negra feminina na construção de um conhecimento plural, interseccional e o desafio ao embranquecimento da cultura devido às estruturas sociais que contribuem a invisibilidade da cultura negra.

Reflexo que bem aponta Balestrim (2017) surge com a negação da humanidade das pessoas colonizadas e escravizadas do encontro colonial/moderno que passaram a regular a modernidade ocidental, assim, definindo socialmente lugares de pertencimento. E como pontua Ribeiro (2017) que as mulheres possuem situações diferentes onde ser mulher e negra agrega uma situação de invisibilidade, ou seja, a mulher negra localiza-se num lugar de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado.

O racismo representado nas ações e comportamentos sociais que reverberam cotidianamente nas mentes e corpos das mulheres negras questionando se tais corpos pertencem ao espaço, permanece no olhar de uma história recente não superada de escravidão, em que delegou as mulheres negras sua capacidade na servidão, tarefas ligadas ao espaço doméstico ou braçal, jamais como produtoras de



conhecimento. Ainda tendo que conviver com a mais desumana forma de discriminação, ou seja, de um racismo encoberto, sutil em que embora aparentemente legalmente amparado e com os mesmos direitos que qualquer cidadão, o negro é tratado como se não fosse, e responsabilizado pelo “defecite” em relação aos demais cidadãos. “Os negros não têm força de vontade” (NOGUEIRA,1998,P.15).

Ao pensar na formação dessa estrutura a qual permeou por todo período escravista, e ainda se faz presente na sociedade atual brasileira, com referência na produção de conhecimento, Grosfoguel auxilia na reflexão quando evidencia que:

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticos do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (2016, p. 25).

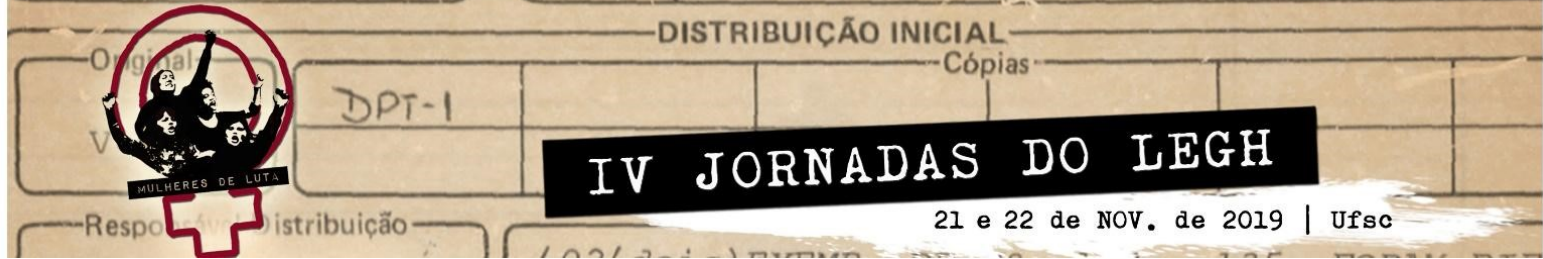
De tal modo, a produção de conhecimento das mulheres negras, a leitura, a narrativa se constrói a partir de uma a teoria e a prática unidos em um projeto de justiça social que formam como situa Cardoso (2012), as resistências e experiências de lutas contra realidades locais concretas de exclusão e discriminação que são construídas “interseccionalmente” pelo racismo, pelas ideologias patriarcais, pelo heterossexismo, pelo imperialismo decorrente do capitalismo global.

Salienta-se que, não só a produção de conhecimento das mulheres negras, mas a importância do olhar para o contexto das questões de classe, gênero, ou seja, para que serve determinado conhecimento. Assim como, destaca Hooks (1995) no contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca nenhuma negra pode se tornar uma intelectual sem descolonizar a mente.

De fato, as intelectuais negras nesse movimento de objeto para produtoras de conhecimento no campo científico, devem aportar o compromisso com a realidade assim como destaca Gomes (2010) como desafio,

O desafio desse grupo de intelectuais está na abertura do olhar da ciência e de grupos que ocupam espaços de poder e decisão no campo da pesquisa científica para que enxerguem a realidade social para além do e compreendam o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais. Tal desafio está, também, no entendimento de que não há como hierarquizar desigualdades. Ou seja, toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada. Esse grupo de intelectuais desafia a ciência a entender as imbricações das dimensões socioeconômicas, culturais e políticas e não de hierarquizá-las (2010, p. 421).

De fato quando analisamos nessa relação do racismo e educação e de que maneira afeta as mulheres negras na produção do conhecimento não podemos esquecer-nos da trajetória vivenciada desde a infância, fatos que afetam as escolhas, e a continuidade no ambiente escolar/acadêmico. Assim como aponta Lima (2019):



Quando uma menina negra aprende que seu direito à educação e sua garantia de inserção no ambiente escolar são frutos da luta de suas ancestrais, ela aprende a ter um olhar positivo sobre ser menina negra. Porém, quando essa mesma menina adentra o ambiente escolar e se depara com uma estrutura racista que a machuca e diminui, o resultado é um olhar negativo sobre si, fragilização de sua autoestima e impacto direto em seu desempenho escolar. (2019, p. 45)

Sem dúvida é necessário pensar no contexto encontrado pelas meninas negras, o racismo que faz com essas meninas não se sintam pertencente ao espaço, que afeta sua identidade seu reconhecimento de maneira positiva com sua negritude, afetando a qualidade de estudo. O mesmo racismo que concede a família dessas meninas menores condições econômicas não podendo oportunizar melhores qualidades de formação. E devido às condições de sobrevivência precisam desistir dos estudos e entrar para o mercado de trabalho em empregos precarizados, em que certamente não terão oportunidades para retornar aos seus estudos, o que poderá auxiliá-las para sair dessa condição de subalternidade.

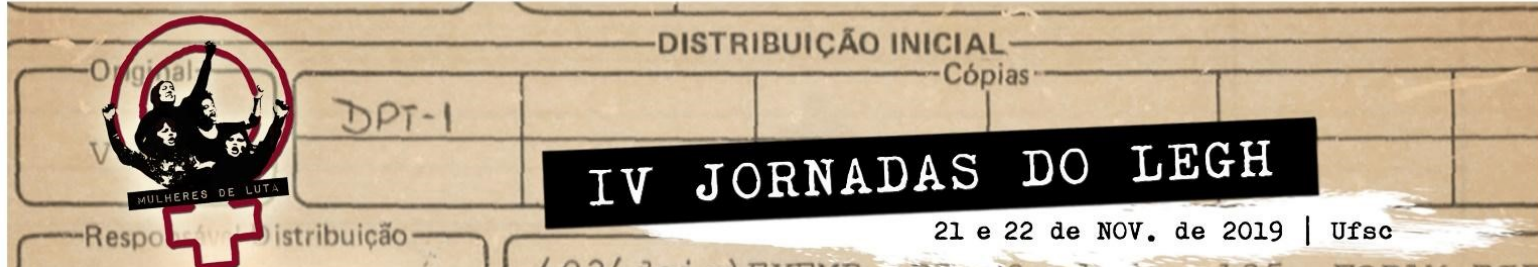
Além disso, quando conseguem continuar no processo de estudo, não se reconhecem no espaço, devido à falta de representatividade nos educadores, bem como, a falta às discussões que contemplem sua realidade. Entendemos que tivemos muitos avanços principalmente com a implantação da Lei A lei 10.639/03 que é um passo institucional muito importante. Porém, é preciso voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do povo negro, saberá que têm raízes em um continente chamado África, um conjunto de ressignificações pessoais que os levará a uma reconstrução de sua identidade e valorização da diversidade cultural. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelecidas pela Lei 10. 639 de 2003, quanto o Estatuto da Igualdade Racial de 2010, preveem ações voltadas a elas.

Nessa discussão é notável a contribuição de Bell Hooks, que em suas obras expressa a influência do pensamento freireano, que compreende a prática pedagógica como um lugar político e de resistência, uma ação transformadora dos sujeitos e como a fundamental aliada no enfrentamento ao racismo e capitalismo.

Em sua obra “Erguer voz: pensar como feminista, pensar como negra” (2019), Hooks apresenta suas experiências e percepções pela ausência de negros e negras não só na docência como na discência e a naturalização do racismo e a discriminação e o desencorajamento cometido pelos professores em relação aos alunos e alunas negras e cita a experiência vivenciada.

A autora situa que a combinação do racismo e machismo, tende a ser mais nociva para mulheres negras, pois raramente têm suas vozes reconhecidas ou reconhecidas como intelectuais, são invisibilizadas. Assim, reforça o compromisso das mulheres negras que ocupam esses espaços falarem, escreverem, relatarem seus enfrentamentos e estratégias de sobrevivência para que sirva de encorajamento e resistência para as outras. Segundo a autora:

A prática de liberdade reside em estudantes negras e negros encontrarem sua voz, manifestarem, pois cada vez mais jovens negros estão sendo incentivados acreditar que a assimilação é a única maneira possível de sobreviver ter sucesso, sem a percepção de direitos e do coletivo. Essa assimilação passa pela ideia de uma linguagem única nas instituições educacionais, logo, as estratégias devem ser



construídas para ultrapassar estes obstáculos, aprender a ouvir vozes diferentes, ouvir diferentes discursos, pois a falta de uma estrutura acaba por cessando a vontade dos alunos negros e negras manterem-se na academia. (2019, p. 95)

Numa linguagem própria a autora aproxima sua experiência, e incentiva todo tempo para que as vivências sejam compartilhadas e que cada vez mais sejamos coerentes, tanto na fala como na escrita e em ações práticas contra as opressões como machismo e racismo.

Acerca do feminismo que entendemos como aliado na produção de conhecimento, podemos evidenciar que as relações sociais colocam a mulher em posição de inferioridade em relação ao homem, e produzem normas e comportamentos padronizados a serem seguidos relacionados às esferas da vida como: sexualidade, trabalho, família, educação, etc. Assim o feminismo surge como movimento de enfrentamento às opressões, tem como preocupação o debate acerca de pautas em perspectiva feminista.

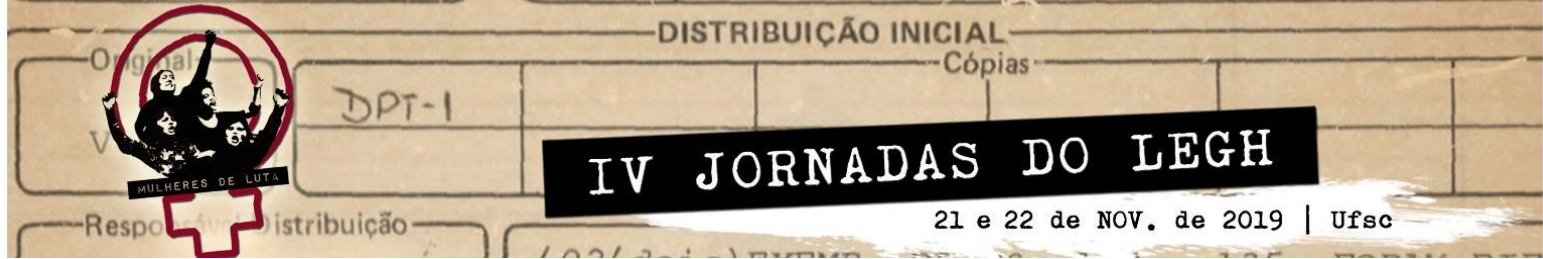
Todavia quando se fala no feminismo, é necessário a pergunta “Qual feminismo estamos falando”? Sendo essa uma questão que norteia o debate e o pensar sobre feminismos, pluralidades, representatividade. Como aponta Balestrin (2017) esse conhecimento permite compreender a articulação e a projeção dos chamados “feminismos subalternos” que a partir dos anos 1980, emergem como Feminismo Terceiro-Mundista e Pós-Colonial. E acrescenta que a união entre pós-colonialismo e feminismo não se limitaram às questões internas de ampliação e diversificação do movimento, pois as relações e intersecções entre feminismo e pós-colonialismo são muitas, podendo se dar de outras e diferentes maneiras.

Nesse contexto, para o enfrentamento da invisibilidade da mulher negra, o feminismo negro se distingue do feminismo hegemônico, pois como aponta Brah (2006) traz para o primeiro plano uma ampla gama de experiências diaspóricas em sua especificidade tanto local quanto global, vem representar a vida negra em toda sua plenitude, criatividade e complexidade.

A produção negra feminista contribui para o reconhecimento da identidade das mulheres negras, a representação necessária para conhecê-las e se reconhecer como pertencente aos espaços acessados até então por uma classe social privilegiada. Como bem situa Cardoso (2012), o “tornar-se negra” anuncia um processo social de construção identitária, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento; significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado/herança cultural negra, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo.

Nesse movimento, Sueli Carneiro, elabora uma expressão, que reverbera no movimento feminista negro, “enegrecendo o feminismo” (2003), em que nos mostra que o racismo determina as hierarquias de gênero em nossa sociedade, sendo urgente que os movimentos feministas pensem maneiras de combater essa opressão, ou seja, a necessária identidade reivindicada da mulher negra como sujeito histórico e político. E aponta uma característica interessante de muitas feministas negras, que elas não se restringem a se pensar somente como teóricas, mas como ativistas e militantes.

De acordo com Ribeiro (2017), todo mundo tem “lugar de fala” em que se faz um apontamento a raiz do problema a ser enfrentado que muitos persistem, insistem em não reconhecer, que todas as pessoas possuem lugares de fala, porque estamos falando de localização social e como herança



IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão, logo, o silenciamento dessa fala que é negra. Desse modo, entende-se “lugar de fala” seria romper com o silêncio que foi instituído e assim, rompendo com as hierarquias estabelecidas.

É importante salientar o papel da educação no processo de inserção das populações negras nos mais diferentes espaços e combate ao racismo. Para tanto, é necessária uma proposta de educação que dialogue com essa temática, e isso já vem ocorrendo na perspectiva de pensadores negros/as, que tem se debruçados sobre esse tema, aqui nos embasado em autores como: Gomes (1996, 2006, 2007), Silva (2000), Munanga (2005), (ARRUTI, 2009, 2011) que vêm desenvolvendo propostas pedagógicas diferenciadas no que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais. Que contribuíram para desconstruir a cultura eurocêntrica com relação ao processo de aprendizagem e inserção das populações negras nos ambientes acadêmicos e na produção científica.

Para os autores é importante estabelecer uma proposta condizente com a temática da inserção dos negros no espaço acadêmico. Para que isso ocorra, é necessário que, a representação social do negro seja revista, em todos os contextos. Mas, sobretudo na escola. O espaço escolar passa a ser visto como principal ambiente de desconstrução de fixações, termos e conceitos construídos historicamente, por ser ambiente privilegiado de trocas culturais e de vivências entre indivíduos vindos de diferentes grupos étnico-raciais. Assim, nestes lugares compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores e crenças relativos à raça, gênero e classe social.

É coerente mencionar que, a promulgação das leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 sinalizou a possibilidade de mudança no imaginário pedagógico, na medida em que rompeu com o silêncio ou escamoteamento da história de desrespeito a negros e índios, reposicionando estes sujeitos no território escolar.

Gomes (2007) argumenta que, a escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas representações negativas podem ser trabalhadas e podem ser superadas.

Nesse ínterim, entende-se a importância do debate educacional, pois a escola é importante esfera para enfrentamento e combatermos o racismo. Desse modo salientamos a importância de uma educação voltada para as questões étnico-raciais, pois por meio dessa poderemos estar contribuindo para desconstrução do recálque das raízes culturais africanas que na escola impossibilita a presença para os alunos negros, nesse contexto, não só de inserção numa história coletiva como de elementos de identificação positivos. Suas origens étnicas ou não são representadas ou aparecem de maneira folclórica, unilateral e deturpada.

Dessa forma, precisamos pensar e pôr em prática uma educação que favoreça as africanidades, que possa contribuir para a reconstrução histórica da resistência do povo negro no Brasil. Uma educação que possa produzir uma cultura que não nega a raiz africana, porém começa, a partir desta, outras condições de reelaborações culturais, além de proporcionar a manifestação de diferenças. Entendemos que o educar para as africanidades é o caminho, pois possibilita o diálogo que visa transformar e humanizar as práticas educativas. Estar aberto para essas práticas requer conhecimento



e engajamento e permite a todos, não só aos negros e negras, a aquisição do conhecimento alicerçados na memória e na tradição, para que possamos estabelecer um contraponto à cultura eurocêntrica hegemônica, cristã, masculina, branca e heterossexual que permeia nos ambientes escolares. Essa abertura para as africanidades possibilita corrigir as distorções da cultura forjada pelas grandes histórias oficiais, do perigo de nos basearmos na história única, ou na história dos vencedores. Esse contraponto nos oportuniza tecer um diálogo com outras formas de ver o mundo. Porque as produções da cultura negra possibilitam o aprofundamento das questões teóricas acerca da vida social, pois proporcionam olhares, perspectivas e valores que libertam e não aprisionam, colocando os corpos em outras esferas, a do conhecimento.

Considerações finais

A pesquisa acerca da produção do conhecimento científico com recorte em mulheres e negras tende a ser desafiadora devido ao enfrentamento necessário contra as estruturas sociais vigentes, como modelo de cultura, de conhecimento, de existência intrinsecamente ligada ao modelo de economia capitalista. Tais estruturas vêm cada vez mais corroborando com posicionamentos de cunho racista, machista, sexista.

Nesse sentido, para desconstruir e combater essas atitudes centradas na discriminação e no ódio que desmantelam a identidade negra se faz necessário incentivar comportamentos como a coragem de falar, de se posicionar, colocar-se como um corpo político. E o espaço escolar se constitui em um ambiente privilegiado de formação identitária, sendo assim, local importante de intervenção nos rumos da construção da identidade negra. Ao não reconhecer os saberes das diversas culturas presentes no seu interior, a escola elimina saberes e legitima as práticas hegemônicas de exclusão. Ao não dar voz a todos os saberes, a escola não reconhece os alunos como sujeitos socioculturais fruto de diversas experiências.

Portanto, o processo de conhecimento e salvaguarda da história ancestral e diaspórica que é relevante à visibilidade do debate acerca das reflexões propostas por autoras negras locais e globais. Não apenas para arena de discussão, mas é significativo pensar em estratégias de confronto às violências e discriminações.

Desse modo, o primeiro ponto em destaque é fomentar não só o acesso, mas também permanência de mulheres negras, ou seja, proporcionar ações que permitam que o ambiente acadêmico se faça um espaço seguro. Tal enfrentamento se não começa com a produção de conhecimento, certo que esse se faz a ponte da desconstrução das discriminações da raça, da classe e do gênero. Ainda debater acerca do compromisso de pesquisadoras negras e o racismo no espaço acadêmico, a importância de estarem comprometidos com uma consciência de a realidade política ter a educação como prática para ruptura das estruturas dominantes é uma pauta importante.

Portanto, podemos considerar que o pensamento negro para que a luta das mulheres negras não só façam enfrentamento às desigualdades, mas que proporcionem as mulheres reflexões sobre a necessidade de ocupar lugares até então sempre negado, e permitindo a escrita da história, a escrita do conhecimento a partir da história e realidade negra, já que produzem conhecimento a partir de suas vivências contestando o pensamentos hegemônico e próprio caminho tradicional da pesquisa.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

ARRUTI, José. Políticas Públicas para quilombos: terra, educação e saúde. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. (Orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, p. 75-110, 2009.

ARRUTI, José. Da “Educação do Campo” à “Educação Quilombola”: identidade, conceitos, números, comparações e problemas. *Raízes*, n. 31, v. 1, p. 164-179, jan./jun. 2011.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301035&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10/11/2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 11/11/2019.

BRASIL. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18/11/2019.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras Falas: Feminismos na Perspectivas de Mulheres Negras Brasileiras*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (org.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação)

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, p. 171-188, 02/2002.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://goo.gl/RmjB7R>. Acesso em : 14/11/2018.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira, In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

GOMES, Nilma Lino (org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Cultural, currículo e questão Racial. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVERIO, Valter Roberto (Orgs). *Educação como prática da diferença*. Campinas, SP: Armazem do Ipê, 2006.

GROSGOUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, Florianópolis, V. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LIMA, Elânia Francisco. Erguer a voz, não passar a vez: mulheres negras periféricas e os desafios da vida acadêmica. *Revista USP*. São Paulo, n. 122, p. 41-48, jul./set. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *Resgate*, n. 6, p. 17-24, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505>.

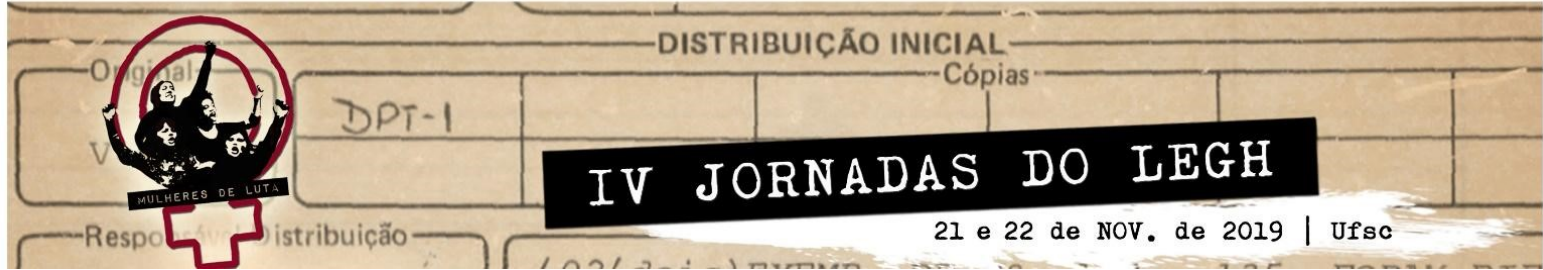
MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, 2012. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/246/222>. Acesso em: 25/10/2019.

NATÁLIA, Livia. Intelectuais negras e racismo institucional: Um corpo fora do lugar. *Revista da ABPN*. v. 10, Ed. especial – caderno Temático: Letramento de Reexistência. janeiro de 2018, p. 748-764.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

Black women in production knowledge in human science: configuration of other bodies

Abstract: This article reflects on the inequalities that are directed to black women and how these inequalities are potentiated by the discriminations that cause the difficulties of access and permanence to the places of production of scientific knowledge. Opportunities are differentiated, black women are placed in a place of subordination and invisibility. Specifically the invisibility of these women is also highlighted by the rejection of their bodies in these spaces, coercing their voice in the affirmation of the black female identity. Another relevant point addressed in this article is that, black women show an intersectional knowledge that confronts hegemonic epistemologies, displacing the way of thinking beyond the patriarchal, white and Eurocentric structures. Causing social disruptions.



Methodologically, they are based on the bibliographical references of authors who have been reflecting on this theme: Gomes (2017, 2014) Hooks, (2010, 1995, 2013), Adichie (2015), Ramos, (1995), Miranda (2006 , 2014) among others. Which dialogue the perspective that the insertion of black women in the field of scientific research needs to be no longer as objects of study, but as subjects who are producing knowledge. In this sense, the reflections point out that the confrontation with invisibility and the silencing of black women in the academic space, throws constant debate about the representation of subjectivities, gender and race and class issues. They conduct criticism regarding the impartiality of research when defining its objects from the place of their experiences. In addition to the contribution in the debate about feminisms, especially black feminism.

Keywords: Black Women. Knowledge Production. Feminisms. Epistemologies.



KÜMEDUNGUN: TRAJETÓRIAS DE VIDA E A ESCRITA DE SI DE MULHERES POETAS MAPUCHE

Valentina Paz Bascur Molina¹

Resumo: A presente investigação pretende apresentar as trajetórias de vida de três escritoras mapuche, que tem se destacado no cenário literário chileno nas últimas décadas: Maribel Mora Curriao, Graciela Huinao e Rayen Kvyeh. A partir do diálogo entre as suas trajetórias de vida e obras, cabe nos perguntar, como as mulheres poetas mapuche criam os seus processos de subjetividade? A partir das suas narrativas de vida, consideramos que elas, através da criação literária, expressam formas de vida que se contrapõem às identidades impostas, sejam sociais, raciais étnicas e de gênero. Nosso objetivo é refletir acerca da construção das suas subjetividades através do ofício de escrever-se. Acreditamos na importância das análises voltadas para as experiências e trajetórias de mulheres mapuche, pois elas podem contribuir com a desconstrução dos imaginários coloniais, racistas e sexistas. As narradoras, escritoras e poetas têm registrado a luta para que as expressões artísticas do povo mapuche sejam reconhecidas enquanto literatura, já que as dinâmicas de exclusão estão assentadas nas raízes da colonização europeia que valoriza a tradição escrita e o espanhol como língua oficial, e na formação dos Estados Nacionais que excluem as narrativas contra hegemônicas dos povos indígenas.

Palavras-chave: Mulheres Mapuche. Subjetividade. Literatura.

Introdução

O presente trabalho pretende apresentar as trajetórias de vida de três escritoras mapuche, que tem se destacado no cenário literário chileno nas últimas décadas. A partir do diálogo entre as suas trajetórias de vida e obras, cabe nos perguntar, como as mulheres poetas mapuche criam os seus processos de subjetividade?

Através das narrativas de vida dessas mulheres indígenas – a saber, Maribel Mora Curriao, Graciela Huinao e Rayen Kvyeh –, consideramos que elas, por meio da criação literária, expressam formas de vida que se contrapõem às identidades impostas, sejam sociais, raciais étnicas e de gênero.

O objetivo é refletir acerca da construção das suas subjetividades através do ofício de escrever-se. Acreditamos na importância das análises voltadas para as experiências e trajetórias de mulheres mapuche pois elas podem contribuir com a desconstrução dos imaginários coloniais, racistas e sexistas.

Assim, este trabalho aspira realizar contribuições à construção de uma epistemologia feminista e decolonial que compreende as mulheres indígenas como protagonistas da produção do conhecimento a partir das suas experiências de vida. Para além de considerar a experiência como fonte de conhecimento, acreditamos que uma pesquisa que visa recuperar as trajetórias de vida de mulheres indígenas propõe repensar os parâmetros daquilo que é considerado como conhecimento, saberes, experiências; assim como repensar aspectos da escuta atenta e dos diálogos possíveis entre o formato acadêmico e a vida das mulheres.

¹ Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, PPG NEIM, pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: vale.bascur@gmail.com.



As principais razões que me motivam para a realização desta pesquisa são por considerar que estas mulheres tem se tornado grande referência para o meio acadêmico, literário e social no Chile. A relevância das suas experiências como fontes de conhecimento faz com que as suas trajetórias se transformem em referência para outras mulheres e inclusive para próximas gerações de poetas indígenas.

Esta pesquisa visa analisar estas experiências como narrativas contra hegemônicas, no sentido de que são trajetórias que se destacam no meio das estruturas patriarcais e coloniais, criando novas possibilidades e novos caminhos na constituição das subjetividades.

A eleição das autoras foi realizada a partir da publicação realizada no ano 2006, chamada *Hilando en la memoria: siete mujeres Mapuche*, uma antologia de obras poéticas de mulheres Mapuche que têm sido relevantes para o cenário literário chileno na atualidade. Estas autoras são Graciela Huinao e Maribel Mora Curriao. Além delas, também analisamos a vida e obra de Rayen Kvyeh.

A partir de diversos relatos que seguem uma narrativa similar podemos identificar que o vínculo com o território é constituinte da dimensão ontológica do *Che*, do 'ser Mapuche'. O elemento territorial está composto por planos materiais e imateriais, sejam forças ou espíritos que realizam uma mediação entre os seres humanos e a natureza. Millalén (2006) descreve que esses referentes sobre um passado comum têm sido construídos através das relações entre diversas comunidades e as suas práticas sociais, religiosas, econômicas e políticas.

Esse território ancestral é identificado pelos Mapuche como *Wallmapu*, cuja atual localização é ao sul do Chile e Argentina, separados pela Cordilheira dos Andes. Porém, segundo a organização ancestral o *Wallmapu* estava formado pelo *Ngulu Mapu* (atual sul do Chile), *Puwel Mapu* (sul da Argentina), divididas pela *Inapire Mapu* (Cordilheira dos Andes) configurando-se uma unidade territorial através de relações e intercâmbios comerciais (MILLALÉN, 2006).

Trajетórias de vida e a escrita de si de mulheres poetas mapuche

Rayen Kvyeh é ativista política e cultural, dramaturga de formação e poeta. Realiza as publicações das suas obras de forma autônoma e divulga o seu trabalho através da casa de cultura *Mapu Ñuke*, localizada na cidade de Temuco, Chile. Rayen começou sua formação artística na área de teatro, sendo interrompida pela ditadura militar, na qual foi presa política e exilada na Alemanha. Foi nesse local que começou a sua criação literária, redescobrando a sua identidade Mapuche e tentando reconstruí-la ainda estando longe da sua terra. Retorna ao Chile na década dos 80 fazendo parte de uma geração de artistas que produzem obras literárias de cunho político. Atualmente dedica-se à divulgação do seu novo livro *PAZificación del Wallmapu* (2017).

Graciela Huinao é uma escritora Mapuche-Huilliche, proveniente da zona da cordilheira do Sul do Chile. Tem sido reconhecida por ser a primeira mulher indígena a ingressar na *Academia Chilena de Letras* no ano 2014, em honra a sua vasta obra e relevância no campo das Letras. Destacamos uma das suas obras mais relevantes intitulada *Desde el fogón de una casa de putas Huilliche* (2010) que relata a história de diversas personagens femininas e transgressoras que exercem a prostituição num contexto onde palavra sexo e pecado não possuem significados relevantes. Esta obra permite refletir sobre as influências coloniais na concepção da sexualidade, o pecado, junto com



a imposição de uma moral cristã no povo Mapuche. Atualmente dedica-se à literatura em tempo completo e realiza oficinas sobre a cultura mapuche em escolas e bibliotecas públicas nas periferias de Santiago.

A obra de Maribel Mora Curriao destaca-se por ter realizado importantes estudos que visam recuperar as obras poéticas de mulheres Mapuche tanto no Chile quanto na Argentina, durante seus estudos de mestrado em Literatura. Esta autora organizou a publicação de duas antologias sobre a obra de diversas mulheres poetisas Mapuche. Desde os cantos tradicionais perpetuados pela tradição oral, até as obras de escritoras contemporâneas. No ano 2006 foi lançada *Hilando en la memoria: 7 mujeres Mapuche* e no ano 2010 a antologia *Kumedungun/Kumewirin: Antologia poética de Mujeres Mapuche. Siglo XX–XXI*. Atualmente é a diretora da Oficina de Equidad e Inclusión da Universidad de Chile e é doutoranda do programa de Estudios Americanos na Universidad de Santiago.

É possível reconhecer nas trajetórias das mulheres que a atividade da escrita é um ofício com o qual se identificam, que constitui quem elas são. Em muitos casos, identificam-se com o trabalho de escritora como porta-voz das experiências e histórias do povo mapuche.

Rayen Kvyeh – que significa flor de lua em *Mapudungun* –, nasceu na cidade de Huequén, na *Región de La Araucanía*, Sul do Chile. Ela decidiu se outorgar esse nome como uma forma de valorizar e revitalizar a língua do povo mapuche, num contexto de discriminação pelo seu uso nas escolas. Iniciou a sua carreira artística como dramaturga. Nos anos 1970 dedicava-se a escrever obras para o *Taller Experimental de Teatro* na *Universidad de Concepción*. Posteriormente, “[...] esteve em prisão, em 1981, durante a ditadura militar de Augusto Pinochet² e foi desaparecida por quarenta noites e torturada na cárcere de castigo de Talcahuano. Teve que viajar como refugiada a Alemanha e Nicarágua entre 1981 e 1987” (SÁNCHEZ, 2015, p. 24). Nas palavras de Rayen:

Yo soy dramaturga también. Entonces he escrito muchas obras de teatro, y fui prisionera política porque en el tiempo de la dictadura estaba prohibido escribir teatro, y yo escribía teatro contra la dictadura. O sea, no contra la dictadura, pero es que era un teatro político, digamos, que revelaba lo que estaba pasando. Y eso me costó bastante caro. Fui prisionera política. Yo nunca he militado en un partido, por lo que escribo. Tengo mis ideas, por supuesto. Y bueno, ahí salí al exilio en Alemania, estuve en Fraiburgo, exiliada, y después de ese exilio en Alemania estuve dos años y después me fui a Nicaragua (Entrevista 27/12/2017).

Foi durante o período em prisão e posterior exílio que aparece o processo criativo de escrever poesia “[...] como um mar incontrolável, foram águas que transbordaram dentro da cela e que se escaparam através dos orifícios das grades” (SANCHEZ, 2015, p. 26). A autora relata como surge a necessidade de expressar-se num meio hostil:

En la noche, yo ponía mis libros sobre la cama, los libros que me llevaban de regalo, hacía una escalera con los libros, arriba de la celda. Yo estaba en una celda sola, había una pequeña ventana, y ahí yo esperaba el momento en que la luna llegaba

² Ditadura militar chilena (1973-1989) liderada por Augusto Pinochet no comando da Junta Militar. Foi imposto o terrorismo de Estado, criminalização dos movimentos sociais e sindicais através de torturas, prisão e desaparecimento de civis. No caso do povo mapuche, pessoas envolvidas no processo de Reforma Agrária (1970) foram presas e torturadas. Na região da Araucania contabilizam-se 177 casos, dos quais o 28% correspondem a prisioneiros mapuche (PICHINAO, 2015).



en la posición en la que estaba yo esperándola. Ahí empecé a conversar con la luna y aprendí que era posible iluminar mi encierro con su luz. Así empecé a escribir poesía por primera vez, porque yo escribía mucho ensayo antes, crónicas y obras de teatro, pero la poesía nació ahí (SANCHEZ, 2015, p. 26).

Nesse momento Rayen escreveu o poema Abuela Luna

Abuela Luna

Mi celda tiene
cuatro metros cuadrados
con muros de color café.

El interruptor de la luz
se enciende desde afuera.
Con la caída del sol
cada tarde
la carcelera la apaga.

En la parte superior
de la pared del fondo
hay una pequeña ventana
con barrotes de fierro negro.

Una colchoneta delgada
me sirve de cama
y por cobija
la vieja manta
que me regalara mi padre.

Mis libros yacen
en una desordenada algarabía.
Cada noche, con ellos
construyo una montaña
gasta alcanzar la ventana.

Noche tras noche
llega mi abuela luna.
Conversamos y compartimos
la oscuridad de la prisión
y la angustia de tener hijos pequeños
en la vieja casa de la población.
Ella... me escucha en silencio.

Mis hijos duermen.
Una luz misteriosa
ilumina la humilde vivienda.
Sonriente,
mi abuela luna, les besa.

Por la mañana
mis libros yacen



en una desordenada algarabía.
Los esbirros no han logrado
apagar la luz de la luna. (RAYEN KVYEH, 2011, p. 6).

Maribel Mora Curriao nasceu na cidade de *Panguipulli*, *Región de Los Ríos*, no sul do Chile, no ano 1970. Logo cedo sua família mudou-se para a cidade de Freire, na *Región de La Araucanía*, onde viveu a maior parte da sua vida. É formada em Letras pela Universidad de la Frontera, em Temuco e trabalhou como professora em Freire, até que se mudou para Santiago para iniciar seus estudos de Mestrado em Literatura na Universidad de Chile. Atualmente mora em Santiago e é doutoranda do Programa de Estudos Americanos da Universidad de Santiago.

A linhagem feminina forma parte do sujeito que protagoniza a sua obra *Perrimontun* (2014), que ela descreve como várias vozes que se expressam, mas que viveram em momentos diferentes da sua história familiar.

[...] me crié en una familia con una marcada presencia femenina también, y de mujeres fuertes. [...] Eran mujeres dedicadas a hacer muchas cosas, tenían su profesión pero además eran el apoyo de la familia. Y creo que en ese sentido el rol femenino tiene una cosa quizás en mis libros menos contestataria, menos feminista, por así decirlo. Muy de mujer, pero en mi visión, es una visión que no es feminista. Yo eso lo tengo claro. Y tiene que ver también con una historia de mujeres fuertes, donde el tema del feminismo quizás no era un tema porque la mujer tenía un rol muy importante, muy relevante (Entrevista 06/04/2018).

A autora resgata a cultura feminina da sua família, construindo uma personagem composta por distintas vozes de mulheres, entendida por ela como “[...] essa ideia própria da cultura mapuche que você é o que é a partir de muitas pessoas que te antecederam” (Entrevista 06/04/2018).

Esta interpretação das categorias ocidentais sobre a opressão universal da mulher e sobre as propostas feministas para sua libertação, significam um desafio para a própria labuta investigativa, pois a reprodução destas poderia contribuir ao imaginário colonialista já existente, assim como as identidades impostas sobre gênero e etnicidade. Maribel Mora reflete acerca de como os discursos hegemônicos do feminismo podem ser excludentes:

[...] ¿qué pasa con otros discursos de mujeres indígenas que no son quizás contestatarios desde ese punto de vista, sino que, al contrario, asumen un cariz maternal, de la mujer apegada a la tierra, por ejemplo? Estos discursos quedan fuera, pues es claro que se les acusa de más esencialistas, o de ocultar relaciones de dominación de género y eso les molesta a muchos. Aunque también hay otros que valoran estos discursos desde el exotismo (MORA Apud FLORES, 2011, p. 159).

Ao início do livro *Perrimontun* (2014), evoca aos seus ancestrais, os nomeia e reconhece que a sua noção de mundo tem sido permeada desde a infância pela convivência com os avôs, que transmitiram a sua história familiar. No poema intitulado *Presagios*, Maribel Mora coloca a linhagem familiar como um dos sinais nos quais procura compreender sobre a sua história e a história do seu povo.



Presagios

Me habita el delirio. Encendido el corazón bajo la luna, he debido cobijarme en mi küpalme. Vacío de alma. Tierras sin espesura. Lo demás se pierde en el parpadeo de la historia. Pero los abuelos aún nos sueñan desde las montañas. Por eso escribo estas palabras. También por los hijos y los hijos de los hijos. Mañana serán del mundo...

[...]

Manuela Colipe, abuela mía, madre de mis sueños. Manuel Curriao, voces oscuras, cruces de las sangres. Juan Colipe Ñancuvil, Bartola Gineo, José Ignacio Chiguay, Margarita Curriao... en esas palabras-bosque aún podemos escucharlos. ¿Aún nos sueñan?, ¿Todavía las vertientes acuden a sus llamadas? He visto sus corazones pintados en las estrellas, latiendo inconfundibles en la corola de las flores. Si no estuvieran... Ah! si no estuvieran ¿Cómo respiraría el mundo? (MORA CURRIAO, 2014, p. 2).

Na obra de Graciela Huinao podemos observar a presença de personagens femininas como protagonistas. *Desde el fogón de una casa de putas williche* (2010) conta a história de um bordel localizado num povoado do sul do Chile cujas personagens principais são as prostitutas. Depois, no seu livro *Katrilef* (2015) Graciela narra a história de vida da sua bisavó Manuela Katrilef, filha de um *ülmen*³ williche. Estes personagens femininos estão distantes da ideia de absoluta opressão. Porém, em *Katrilef* a autora expressa uma visão crítica acerca das estritas regras impostas sobre os corpos das mulheres mapuche em prol da manutenção da tradição.

Graciela relata que, no seu processo criativo, ela evoca as suas ancestrais pois sente que todas essas mulheres a compõem atualmente em espírito. Existe um sentido de responsabilidade pelo conhecimento adquirido vinculado à linhagem ancestral, e através da tradição oral. Graciela é enfática ao afirmar que a sua maior motivação ao escrever é “[...] para que a história, os contos e os relatos orais do meu povo não morram comigo” (HUINAO, 2015, p. 3).

Abordagens sobre a escrita de si e a produção de subjetividades

A escrita de si configura-se como um processo ligado à produção de subjetividades. Ao referirmos ao conceito de subjetividade, Claudia Chamorro (2014) explica que os processos de subjetivação possuem relação com os posicionamentos que os indivíduos vão tomando durante as suas trajetórias a respeito das próprias experiências. Estes posicionamentos respondem a diversos fatores como contextos históricos, condições econômicas, e, em definitiva às relações sociais.

Em concordância, Kathryn Woodward (2000) introduz de maneira conceitual as diversas interpretações sobre identidade e subjetividade, realizando algumas distinções fundamentais para compreender a relação entre subjetividade e identidade.

Os termos “identidade” e “subjetividade” são, as vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. “Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma **identidade**. [...] As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. [...] O

³ Ülmen: homem rico na sociedade mapuche.



conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade (WOODWARD, 2000, p. 55, Grifos meus).

Para falar sobre subjetividade, nos remetemos aos estudos desenvolvidos por Michel Foucault que, apesar de ser vasta, focaremos nas práticas de si, entendidas como procedimentos que contribuem a determinar, manter ou transformar a identidade com algum fim específico a partir do conhecimento ou domínio de si.

Ainda que as práticas de si se refiram aos indivíduos ressaltamos que estas obedecem ao seu contexto histórico e possuem repercussões sociais, já que as práticas de si implicavam a transformação do indivíduo. Margareth McLaren (2016) argumenta:

As políticas do corpo e as práticas de si não começam e terminam com o indivíduo. Elas são sociais, culturais e históricas. Reconhecer técnicas de si como políticas não reduz a política ao pessoal ou impede a ação coletiva ou mudança estrutural. Ao contrário, amplia a arena política, para incluir fatores sociais e culturais que têm implicações também políticas (McLAREN, 2016, p. 191).

Marcadas nas estéticas da existência, diversas técnicas são analisadas por Foucault na cultura greco-romana durante dois primeiros séculos do Império, tais como anotações, registro de experiências espirituais, correspondências, meditações e livros da vida, constatando que o foco das práticas de si mesmo visavam a construção de um sujeito ético. A tradição da escrita estava relacionada com a preservação do já dito e da prática citacional:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva, ou mais precisamente uma maneira reflectida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso (FOUCAULT, 1992, p. 131).

Destaca-se também que em todas as culturas é possível encontrar práticas do cuidado de si mesmo com fins de transformação social.

Estas práticas [as práticas de si] podem ser encontradas em todas as culturas, mas são histórica e culturalmente específicas. [...] As práticas de si visam a transformação. Nossos autoentendimentos e identidades sempre se desenvolvem em contextos culturais e históricos, por isso a transformação de si implica uma crítica de condições e normas sociais históricas, bem como atuais (McLAREN, 2016, p. 198).

Assim, consideramos que, por exemplo, a ênfase que Graciela Huinao faz em relação a dizer a verdade sobre seu povo, quando escreveu *Desde el Fogón de una casa de putas wuilliche* (2010), protagonizada por prostitutas e quando escreveu *Katrilef* (2015), obra que retrata o machismo dentro da cultura mapuche. Obras pelas quais foi duramente criticada e questionada, mas para a autora era essencial que essas histórias fossem contadas de maneira honesta apesar da rejeição e o incômodo que possam provocar na sociedade chilena e mapuche.



Podemos ressaltar a afirmação da poeta Rayen Kvyeh quando considera que o seu livro *PAZificación de la Araucanía* (2017) possui um caráter político, já que denuncia as injustiças que o povo mapuche vive. Da mesma maneira, Maribel Mora Curriao considera que as múltiplas identidades que a atravessam se politizam uma vez que ela ingressa ao meio acadêmico enquanto poeta mapuche. Vemos nestas escritoras uma forma de *parresiastas* contemporâneas do povo mapuche.

Na trajetória de Graciela Huinao é possível identificar momentos determinantes na construção da sua subjetividade, por exemplo em relação a assumir os seus escritos como poesia – e não apenas como rascunhos –, assim como o processo que a levou a se afirmar enquanto escritora, abrindo possibilidades para dedicar-se exclusivamente a sua labor como poeta no futuro. O seu relato traz vários elementos destacáveis como a ideia de um destino determinado pela segregação social a raiz da sua origem étnica e os desafios de ser a primeira mulher mapuche a trilhar um caminho voltado à criação literária.

Cuando era niña yo decía que escribía un poema, pero no tenía idea lo que eso era. Ya de grande, no me atrevía a decir que lo que escribía era poesía, o estaba catalogado dentro de una determinada cultura, porque uno viene con ese complejo de que uno era mapuche, y que para lo único que servía era para estar trabajando en una casa de barrio alto, y eso era lo que hasta esa fecha hacían las mujeres de mi pueblo que se venían a trabajar a Santiago en el barrio alto, como lo hice yo al principio. En ese momento, me costaba decir que lo que estaba haciendo era poesía; alguien me lo dijo y me atreví a publicarla, y con la suerte que a alguien le gustó. Fue la madre de la dueña de la casa donde yo trabajaba, quien me pidió si podía ver lo que yo escribía en cuadernito. Me dijo: ‘Graciela, esto es un poema y me gusta mucho como usted escribe’. Así que ahí me motivó que a una persona educada le gustara lo que yo venía haciendo. Mandé un poema a un diario que se reparte en el barrio alto, y en vez de demorarse los dos o tres meses que me dijeron se demoraban en salir, al mes llega la dueña de la casa y me entrega un regalo. Yo lo guardé pensando que era un chocolate, pero en la noche lo revisé y casi me voy de espalda, era mi poema, que había sido publicado y ella me lo había enmarcado. El año 1987 publiqué “La Loika” y de ahí en adelante comencé a publicar; no paré más (HUINAO Apud ANDAUR, 2012, p. 143).

Graciela decidiu trabalhar como empregada doméstica nos bairros ricos de Santiago, ao perceber que o seu salário seria melhor do que recebia trabalhando como secretária. Isto permitiu que no ano 1989 ela conseguisse realizar a sua primeira publicação chamada *‘La loika’*. Assim, ela cumpriria com o destino de tantas outras mulheres mapuche que migraram para a capital para trabalhar como empregadas domésticas, mas posteriormente, com a possibilidade de uma grande reviravolta: dedicar-se exclusivamente ao seu trabalho como escritora.

Sobre as experiência migratória de Graciela Huinao ela retrata no seu poema “Simulacro de Biografía”:

[...] A puerta cerrada me encontró la adolescencia. Donde el sol, al entibiar mi casa, por las ventanas asomaba un aroma a bosque en flor. Pero un día, del año 77, el norte se divisaba negro y cayó como quién dice del cielo. Entró en mi casa, por la puerta que más duele y cuando se le hizo pequeña mi casa, salió a las calles donde yo



arrancaba dejando de par en par las puertas abiertas de mi ciudad, por la razón más desbocada que persigue a todo animal: El hambre.

Después de tanta miseria y antes que se le apolille el terno de salida, mi padre se peleó con la vida, no se defendió. Llevó su sombrero café para que la compañera de infancia lo reconociera y un ramo de flores blancas por los ocho años de espera. Sé que juntos me miran cuando escribo algún poema.

Ahora, por la esquina de mi vida el tiempo pasa severo, en un barrio marginal de Santiago y todos los días echo a cuestras mis raíces mientras mis ojos acarician la distancia entre yo y mi amante que no he podido dejar ni olvidar: EL SUR (HUNAO, Graciela, 2009, p. 14)

Neste fragmento, observamos que diante da morte dos pais e da falta de condições de sobrevivência, ela teve que ir trabalhar em Santiago como empregada doméstica, morando num bairro da periferia. Também o vínculo com o território de origem se apresenta como um lugar de apego, afetividade, de memória familiar. Em definitiva, quando ela diz “[...] todos los días echo a cuestras mis raíces” realiza um exercício constante de se identificar com “o sul” como seu lugar de afeto no mundo.

O desenraizamento é um sentimento constante na vida de Maribel Mora, quem assume a sua condição de migrante na construção das personagens na sua obra, e na própria trajetória de vida. Durante a entrevista ela conta a história de êxodo da sua família, que passaram por diversos lugares até se estabelecer na cidade de Freire, a poucos kilómetros de Temuco, capital da região de *La Araucanía*. No poema “Malos sueños/Weza Pewma” (2014) ela conta parte da travessia dos seus antepassados.

Con la marca de los despreciados o los elegidos, que para el caso da igual, crecí bajo el designio de mi sangre. Mi abuelo, Manuel Curriao, me acogió en su casa y vertió en mi espíritu el tormento de las estirpes que luchan ferozmente por no extinguirse. Su madre, Margarita, se vio alejada tempranamente de las tierras del Pehuén. Con los hijos vivos a cuestras y a cargo de un patrón de fundo, emprendió el éxodo hacia La Frontera. “Dormíamos sobre la viruta de la madera, en una bodega, cubiertos con unos sacos...”, dice mi abuelo y se le llenan sus ojos de recuerdos. Yo evoco con ternura los relatos que de niños nos prodigiaba a mi y a mis hermanos, mientras curtía y cortaba cuero para la confección de riendas que le encargaban de fundos vecinos. Su recuerdo pehuenche inundó mi infancia. Desfilaban ante mis ojos los personajes de sus cuentos: vilu, ñirre, pangui, a diestra y siniestra vocablos del mapudungun, su lengua que precariamente nos entregaba.

[...]

Mucha vida ha pasado ya por sus manos, pero la soledad de las montañas se ha negado a abandonarlo.

Nieve y fuego han sido sus pasos por estos alejados valles. (MORA, Maribel, 2014, p. 38).

As raízes coloniais produzem dinâmicas que colocam ao sujeito em lugares ambíguos, de difícil definição produto do apagamento da cultura. Por isso a autora se posiciona dentro de um processo de resgate constante da memória familiar, por ser uma das poucas fontes de história pessoal que lhe restam.



DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

[...] El posicionamiento como mapuche fue desde entonces un rasgo fundamental y la búsqueda ha sido atar los cabos sueltos que nos ha impedido saber/ conocer eso que fuimos como grupo humano. Buscamos aún en las bibliotecas de la República retazos de nuestra historia, que a la sazón contaban cotidianamente los *weupifes*... No conocer este pasado nos limita en nuestro conocimiento de lo que somos en este momento, de lo que podemos ser en un futuro, por eso ahondamos en la memoria, el *kupan* y el *tuwün* del origen. Sólo la reconstrucción de este entramado es lo que nos permitiría ser/ estar en el mundo como mapuche (MORA Apud RODRÍGUEZ, 2014. p. 94).

Como Maribel Mora explica, na concepção mapuche os sujeitos estão constituídos por dois elementos: *tüwün* que faz referência ao território e *kypalme* que se refere à linhagem familiar. Sobre a linhagem familiar compreendemos que o sujeito está constituído pelos familiares que lhe antecederam, como a escritora ilustra em *Perrimontun*, a partir da ideia de ser habitada pelos ancestrais. O vínculo com o território faz alusão não apenas a questão geográfica, mas também a todos os seres (não humanos) que habitam e se relacionam com a dimensão humana, incluindo elementos da natureza como montanhas, cordilheiras, vulcões, rios, mares e florestas.

Referências

ANDAUR, Rafael. *Poesía mapuche contemporánea: Identidad y resistencia política desde la ciudad*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Política. Santiago de Chile. Universidad de Chile, 2012.

ANTILEO, Enrique. Trabajo racializado. Una reflexión a partir de datos de población indígena y testimonios de la migración y residencia mapuche en Santiago de Chile. *Meridional*, Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos. Santiago de Chile. n. 4, p. 71-96, 2015.

BIDASECA, Karina. Feminismo e indigenismo. Puente, lengua y memoria en las voces de las mujeres indígenas del sur. In: *Feminismos y pos-colonialidad: Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina, 2011.

CHAMORRO, Claudia. *Subjetividad y desplazamiento: las poetas mayas yucatecas y las poetas mapuche en el contexto de la reciente visibilización de las literaturas indígenas en América Latina (1990-2013)*. (Tese) – Doutorado em Estudos Latino-Americanos. Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II*. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

FLORES, Fabián. Entrevista a Maribel Mora Curriao. *Revista ISEES*. Santiago de Chile, n. 9, p. 155-167, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3777540.pdf>. Acesso em: abril 2018.



GARCÍA, Elisa. Zomo Newen: *Relatos de vida de mujeres mapuche en su lucha por los derechos indígenas*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2017.

GARCÍA, Mabel. El discurso poético mapuche y su vinculación con los “temas de resistencia cultural”. *Revista Chilena de Literatura*. Santiago de Chile, n. 68, p. 169-197, 2006.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2015.

HUINAO, Graciela. *Walinto*. Santiago de Chile: Editorial Cuarto Próprio, 2009.

HUINAO, Graciela. *Desde el fogón de una casa de putas williche*. Osorno: Ediciones caballo de mar, 2010.

HUINAO, Graciela. *Katrilef: Hija de un ülmen mapuche. Relato de su vida*. Santiago de Chile. 2015.

MARIMÁN, P; CANIUQUEO, S; MILLALÉN, J. ¡...Escucha, winka...! Cuatro ensayos de historia nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 2006.

McLAREN, Margareth. *Foucault Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

MORA CURRÍAO, Maribel. et al. *Hilando en la memoria. 7 mujeres Mapuche*. Santiago de Chile: Editorial Cuarto Próprio, 2006.

MORA CURRÍAO, Maribel. *Kümedungun/Kümewirin: Antología poética de mujeres mapuche (siglos XX-XXI)*. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 2010.

MORA CURRÍAO, Maribel. *Perrimontun*. Santiago de Chile: Editorial Konünwenu, 2014.

MORA CURRÍAO, Maribel. Poesía Mapuche del siglo XX: escribir desde los márgenes del campo literario. In: *Ta ññ fijke xipa rakizuameluwün*. Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012.

MORAGA, Fernanda. *Autoproducción de subjetividades fronterizas en la poesía actual de mujeres mapuche*. (Tese) – Doutorado em Literatura, Menção Literatura Chilena e Hispano-americana. Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2012.

PICHINAO, Jimena. La mercantilización del Mapuche Mapu (tierras mapuche). Hacia la expropiación absoluta In: *Awükan ka kuxankan zugu Wajmapu mew*. Violencias coloniales en Wajmapu. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche. 2015.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. São Paulo: Editora Unicamp. 2013.



RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42.

RAGO, Margareth. Escritas de si, Parrésia e Feminismos. In: VEIGA-NETO, A.; CASTELO BRANCO, G. (orgs.). *Foucault, Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 251-267.

RAYEN KVYEH. *PAZificación de la Araucanía: El despojo en manos del Estado en el territorio mapuche*. Temuco, 2017.

RAYEN KVYEH. *Luna de las cenizas*. Luna de cenizas. Temuko: Mapu Ñuke. 2011.

SÁNCHEZ, Juan Guillermo. Los esbirros no han logrado / apagar / La luz de la luna: Rayen Kvyeh. *Revista Maguaré*. Bogotá, v. 29, n. 1, p. 21-53, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Um a introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VÁSQUEZ, A. Expedientes del dolor: mujeres mapuche en la frontera de la violencia (1900-1950). In: *Awükan ka kuxankan zugu Wajmapu mew*. Violencias coloniales en Wajmapu. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2015.

VIDAL, Eduardo. Espacio y tiempo en la construcción del aprendizaje *rakizuam ka mapuzungun*, a partir del saber de algunos *kimche del baskeh mapu*. In: BECERRA, R.; LLANQUINAO G. (Orgs.). *Mapun Kimün: Relaciones mapuche entre persona, tiempo y espacio*. Santiago de Chile: Ocho Libros Editores, 2017.

Kümedungun: life trajectories and self-writing of mapuche women poets

Abstract: The present research intends to submit the life trajectory of three indigenous Mapuche women writers that have highlighted on Chilean literary scene last decades: Maribel Mora Curriao, Graciela Huinao and Rayen Kvyeh. From a dialogue between their life trajectory and literary work, we ask how the Mapuche women writers create their subjectivity process? From their life narratives, we consider that, through literary creation, they express ways of life against imposed identities, that are social, racial, ethnical and about gender. Our objective is to reflect about the construction of their subjectivity through the craft of writing about herself. We believe in the importance of analyses aimed to the experiences and trajectories about Mapuche women, because they can contribute with the deconstruction of colonial, racist and sexist imaginary. The narrators, women writers and poets have been recorded the struggle to mapuche artistic expressions be recognized as literature, which excluding dynamics are seated on the roots of European colonization that appreciate the written tradition and Spanish as official language, and on the National States formation that excluded the indigenous people's narratives.

Keywords: Mapuche women. Subjectivity. Literature.



DISTRIBUIÇÃO INICIAL
Cópias

DPT-1

IV JORNADAS DO LEGH

21 e 22 de NOV. de 2019 | Ufsc

Acesse o e-book
"Mulheres de Luta"



Acesse o webdoc
"Mulheres de Luta"

